

ISSN 2237-2083

REVISTA DE ESTUDOS DA LINGUAGEM

Faculdade de Letras da UFMG

JAN./MAR. 2025

V. 33 – N. 1



REVISTA DE ESTUDOS DA
LINGUAGEM

Universidade Federal de Minas Gerais

REITORA: Sandra Regina Goulart Almeida; VICE-REITOR: Alessandro Fernandes Moreira

Faculdade de Letras

DIRETORA: Sueli Maria Coelho; VICE-DIRETOR: Georg Otte

Editora-chefe

Janayna Maria da Rocha Carvalho (UFMG)

Editoras-associadas

Ana Regina Vaz Calindro (UFRJ)

Maria Mendes Cantoni (UFMG)

Conselho Editorial

Alejandra Vitale (UBA, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina), Didier Demolin (Université de la Sorbonne Nouvelle Paris 3, Paris, França), Ieda Maria Alves (USP, São Paulo/SP, Brasil), Jairo Nunes (USP, São Paulo/SP, Brasil), Scott Schwenter (OSU, Columbus, Ohio, Estados Unidos), Shlomo Izre'el (TAU, Tel Aviv, Israel), Stefan Gries (UCSB, Santa Barbara/CA, Estados Unidos), Teresa Lino (NOVA, Lisboa, Portugal), Tjerk Hagemeijer (ULisboa, Lisboa, Portugal)

Editor de Arte

Emerson Eller

Projeto Gráfico

Stéphanie Paes

Secretaria

Lilian Souza dos Anjos, Julia Neto

Revisão e normalização

Ana Regina Vaz Calindro (UFRJ), Janayna Maria da Rocha Carvalho (UFMG), Maria Mendes Cantoni (UFMG)

Diagramação

Izabelly Silva Duque

REVISTA DE ESTUDOS DA LINGUAGEM



Rev. Est. Ling. | Belo Horizonte | v. 33 | n. 1 | jan./mar. 2025 | 271 p. | e-ISSN 2237-2083



This work is licensed under the Creative Commons Attribution 4.0 International License. To view a copy of this license, visit <http://creativecommons.org/licenses/by/4.0/> or send a letter to Creative Commons, PO Box 1866, Mountain View, CA 94042, USA.

Os conceitos emitidos em artigos assinados são de responsabilidade exclusiva de seus autores.

Indexadores

Diadorim [Brazil]
DOAJ (Directory of Open Access Journals) [Sweden]
DRJI (Directory of Research Journals Indexing) [India]
EBSCO [USA]
EuroPub [England]
JournalSeek [USA]
Latindex [Mexico]
Linguistics & Language Behavior Abstracts [USA]
MIAR (Matriu d'Informació per a l'Anàlisi de Revistes) [Spain]
MLA Bibliography [USA]
OAJI (Open Academic Journals Index) [Russian Federation]
Portal CAPES [Brazil]
REDIB (Red Iberoamericana de Innovación y Conocimiento Científico) [Spain]
Sindex (Scientific Indexing Services) [USA]
Web of Science [USA]
WorldCat / OCLC (Online Computer Library Center) [USA]
ZDB (Elektronische Zeitschriftenbibliothek) [Germany]

REVISTA DE ESTUDOS DA LINGUAGEM, v. 1 - 1992 - Belo Horizonte, MG,
Faculdade de Letras da UFMG

Histórico:

1992 ano 1, n.1 (jul/dez)
1993 ano 2, n.2 (jan/jun)
1994 Publicação interrompida
1995 ano 4, n.3 (jan/jun); ano 4, n.3, v.2 (jul/dez)
1996 ano 5, n.4, v.1 (jan/jun); ano 5, n.4, v.2; ano 5, n. esp.
1997 ano 6, n.5, v.1 (jan/jun)

Nova Numeração:

1997 v.6, n.2 (jul/dez)
1998 v.7, n.1 (jan/jun)
1998 v.7, n.2 (jul/dez)

1. Linguagem - Periódicos I. Faculdade de Letras da UFMG, Ed.

CDD: 401.05

Faculdade de Letras da UFMG
Seção de Periódicos, sala 2017
Av. Pres. Antônio Carlos, 6627 – Pampulha
31270-901 – Belo Horizonte, MG – Brasil
Tel.: (31) 3409-6009
www.lettras.ufmg.br/periodicos
periodicosfaleufmg@gmail.com

Sumário

- 7 Discursos e ideologias sobre o sujeito surdo: uma análise materialista de redações do Enem (2017)
Discourses and Ideologies About Deaf Subjects: A Materialist Analysis of Enem Essays (2017)
João Paulo da Silva Nascimento; Angela Corrêa Ferreira Baalbaki; Vanessa Gomes Teixeira Anachoreta
- 37 Os impactos da “falta de escuta” em enunciados de pessoas em situação de rua
The impact of the “lack of listening” in utterances of homeless people
Valentina Nicolino Pereira; Sheila Vieira de Camargo Grillo
- 67 Pistas para a pauta acentual dos blends: análise acústica da duração
Clues for the Stress Pattern of Blends: Acoustic Analysis of Duration
Emerson Viana Braga; Vera Pacheco; Carmina Borges Rodrigues
- 93 Reflexões sobre a cooperatividade e sobre a intenção na comunicação
Reflections on cooperativity and intention in communication
José Henrique Pérez-Rodríguez
- 127 Contextos de uso de [y] e [cuando] no Espanhol escrito

Contexts of use of [y] and [cuando] in written Spanish

Sávio André de Souza Cavalcante; Valdecy de Oliveira Pontes

- 152** Verdade semântica e engano pragmático: perspectivas linguísticas sobre desinformação

*Semantic truth and pragmatic deception:
linguistic perspectives on misinformation*

Angélica Andersen; Teresa Cristina Wachowicz

- 174** “Graças a Deus hoje é segunda-feira”: uma análise crítica do discurso de postagens em uma conta empresarial no Instagram
“Thank God today is Monday”: a Critical Discourse Analysis of Posts on a Business Account on Instagram

José Augusto Simões de Miranda

- 195** Pronunciation Assessment: Relating the CEFR's Phonological Control Scale to Intelligibility and Comprehensibility Measures
Avaliação de pronúncia: relacionando a Escala de Controle Fonológico do CEFR com Medidas de Inteligibilidade e Compreensibilidade

Thaisy da Silva Martins; Rosane Silveira

- 220** Imaginaries of the Brazilian Diplomatic Discourse: the Celso Amorim's Official Utterances

Imaginários do discurso diplomático brasileiro: os proferimentos oficiais de Celso Amorim

Frederico Rios C. dos Santos Tostes de Arantes

- 238** Do *praiar* ao *jobar*: integrações conceituais na criação de verbos no português brasileiro

From Praiar to Jobar: Conceptual Integrations in the Creation of Verbs in Brazilian Portuguese

Paulo Ricardo Sousa Ferreira

Discursos e ideologias sobre o sujeito surdo: uma análise materialista de redações do Enem (2017)

Discourses and Ideologies About Deaf Subjects: A Materialist Analysis of Enem Essays (2017)

João Paulo da Silva Nascimento

Universidade Federal do Rio de Janeiro
(UFRJ) | Rio de Janeiro | RJ | BR
jpnascimento@letras.ufrj.br
<https://orcid.org/0000-0001-8392-4265>

**Angela Corrêa Ferreira
Baalbaki**

Universidade do Estado do Rio De
Janeiro (UERJ) | Rio de Janeiro | RJ | BR
angelabaalbaki@hotmail.com
<https://orcid.org/0000-0001-9295-7923>

**Vanessa Gomes Teixeira
Anachoreta**

Centro de Linguística da Universidade do
Porto (CLUP) | Porto | PT
vanessa_gomesteixeira@hotmail.com
<https://orcid.org/0000-0001-7114-8553>

Resumo: Este artigo se lapida em torno do objetivo de analisar a representação do sujeito surdo em um *locus* privilegiado de enunciação, a saber, um conjunto de oito (8) redações avaliadas com nota máxima na edição de 2017 do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), cujo tema proposto foi “Desafios para a formação educacional de surdos no Brasil”. Para tanto, partimos, sobretudo, das noções de formação discursiva (FD) e de enunciado no quadro teórico da Análise do Discurso materialista (AD), tal como iniciada pelo filósofo francês M. Pêcheux, com vistas à análise da construção discursiva do surdo em uma sociedade na qual se percebe o constante embate ideológico entre discursos capacitistas substantiados pelo sistema neoliberal, de um lado, e discursos contra-hegemônicos, de outro. A partir de nossa análise, refletimos sobre os enunciados e as FDs a respeito do sujeito surdo brasileiro materializados nos textos de vestibulandos/as que compõem o *corpus* construído, explicitando as ancoragens das FDs identificadas e os discursos atinentes à imagem do surdo no imaginário social do Brasil. Chamamos atenção, assim, à constituição simbólica e discursiva demarcada neste espaço de enunciação, de modo a contribuir para o debate acerca dos direitos sociais desses sujeitos em uma perspectiva discursiva.

Palavras-chave: sujeito surdo; AD materialista; formações discursivas; enunciados.

Abstract: This article revolves around the objective of analyzing the representation of the Deaf in a privileged locus of enunciation: a set of eight (8) entrance exam essay evaluated with the highest score in the 2017 edi-



tion of the Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), whose proposed theme was “Challenges for the educational formation of the deaf in Brazil”. To do so, we discuss the notions of discursive formation (DF) and statements within the theoretical framework of Materialist Discourse Analysis (AD), as proposed by the French philosopher M. Pêcheux. The analysis aims to examine the discursive construction of the deaf in a society where there is a constant ideological struggle between ableist discourses substantiated by the neoliberal system, on the one hand, and counter-hegemonic discourses, on the other. Based on our analysis, we reflect on the statements and DFs about the Brazilian deaf subject materialized in the texts of the candidates that make up the constructed corpus, elucidating the anchors of the identified FDs and the discourses related to the image of the Deaf in the social imaginary of Brazil. We draw attention to the symbolic and discursive constitution demarcated in this space of enunciation, aiming to contribute to the debate about Brazilian deaf communities and their social rights from a discursive perspective.

Keywords: Deaf subject; materialistic AD, discursive formation; statements.

1 Introdução

O funcionamento de muitas discursividades desempenha um papel determinante na legitimação de exclusões arraigadas na sociedade, uma vez que pode perpetuar estereótipos, preconceitos e desigualdades na manutenção de estruturas de poder vigentes. Por isso, é preciso reconhecer que certas discursividades, muitas vezes, reforçam a hierarquia social, legitimando o *status quo* da exclusão social de grupos historicamente marginalizados.

Ao longo da História, as comunidades surdas, por exemplo, vêm passando por uma série de exclusões e privações de direitos sociais nas mais variadas instâncias da vida coletiva, sobretudo devido a concepções capacitistas, como demonstram Lodi (2005), Sacks (2010) e Araújo (2023). Dentre essas práticas opressoras, neste artigo, voltamos-nos àquelas estabelecidas no âmbito discursivo, por considerarmos que “perpetuar a ideia da capacidade plena consiste em fomentar um discurso capacitista que exclui, categoriza, segrega os sujeitos de acordo com o imaginário que se concebe a respeito de suas habilidades” (Marchesan; Carpenedo, 2021, p. 53).

Nessa perspectiva, a Análise de Discurso materialista (AD) pode desempenhar um papel crucial na compreensão dos processos de exclusão social enfrentados por pessoas surdas cotidianamente. Pautando-nos nas noções de Formação Discursiva (FD) tal como desen-

volvida por Pêcheux (1988 [1975]), nossa proposta consiste em um empreendimento de forças que busca uma análise das maneiras como determinadas FDs sustentam as concepções do sujeito surdo, apontando de que forma as estruturas linguísticas, sociais e culturais perpetuam a marginalização e a exclusão dessa comunidade.

Para tanto, engendramos uma análise que parte de um *corpus* constituído por oito textos do gênero dissertativo-argumentativo, produzidos por vestibulandos/as no contexto da edição de 2017 do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), cuja proposta de redação foi “Desafios para a formação educacional de surdos no Brasil”. Mais especificamente, selecionamos textos avaliados com nota máxima e estandardizados como exemplares por certos canais de comunicação. Diante disso, procuramos, neste artigo, responder às seguintes questões que traduzem nossos objetivos:

- a. Como ocorre a construção discursiva do sujeito surdo especificamente nessas materialidades e que efeitos de sentido são produzidos diante da valorização desses textos como nota mil?
- b. Que FDs podem ser analisadas e como podem ser interpretadas haja vista a baliza ideológica?
- c. Que práticas se relacionam ao repertório legitimado por esse modelo avaliativo subjacente às materialidades analisadas?

Firmado nestes eixos, além desta breve introdução e das considerações finais, o artigo se divide em três seções. Inicialmente, apresentamos um panorama dos diálogos possíveis entre a AD materialista e o campo da inclusão, ressaltando, em particular, os dois conceitos teóricos com os quais lidamos nesta proposta mais diretamente. Em seguida, explicitamos nosso processo de construção do *corpus* e algumas escolhas que regeram o processo de análise. Por fim, trazemos à tona nossa análise das FDs e dos enunciados relacionados à construção do sujeito surdo.

2 AD materialista e debates sobre inclusão: diálogos possíveis

Nesta seção, procurando apresentar os referenciais teóricos que embasam a proposta deste artigo, trazemos à baila um panorama da AD materialista, focando nossa atenção na conceitualização de FD. Além disso, à vista das especificidades de nosso *corpus* e dos nossos objetivos, também ensejamos um debate inicial em torno dos diálogos possíveis entre a AD e a inclusão, que vêm articulando em diversas frentes, por exemplo, os estudos de Martins e Silva (2006), Ferreira e Orlandi (2014), Orlandi (2016), Lima, Lopes e Campelo (2017) e Baalbaki e Buscacio (2020).

Como aponta Malidier (1997), a AD materialista é uma abordagem teórico-metodológica que surgiu na França no contexto das múltiplas crises da década de 1960, desenvolvida, principalmente, por Michel Pêcheux e colaboradores. De modo geral, para Pêcheux (1990, 1998), tal perspectiva teórica tem como objetivo principal investigar a relação entre linguagem, sociedade e ideologia, buscando compreender não só como os discursos são construídos, como também funcionam enquanto práticas sociais e políticas. Podemos compreender, nesse sentido, que:

A tentativa de Pêcheux é a de estabelecer a relação entre linguagem e ideologia, tomando por base o trabalho de Althusser sobre o paralelo entre a evidência da transparência da linguagem e o efeito ideológico elementar. O conceito de discurso é introduzido por Pêcheux justamente para inter-relacionar o “sujeito da linguagem” e o “sujeito da ideologia” (Rocha; Deusdará, 2017, p. 24).

Essa linha tem suas raízes em diversos campos do conhecimento, como, por exemplo, a Psicanálise e a Filosofia marxista. No entanto, foi somente com os trabalhos de Pêcheux que a abordagem ganhou maior formalização e desenvolvimento. Pêcheux, inspirado pela releitura de Marx empreendida por Althusser, finca a necessidade de se analisar como a linguagem é usada para construir sentidos e como esses sentidos estão ligados a estruturas sociais e ideológicas, buscando compreender os funcionamentos discursivos que subjazem a certo imaginário sobre as relações de poder e as formas de dominação presentes. A esse respeito, Orlandi (2013) acrescenta:

Partindo da ideia de que a materialidade específica da ideologia é o discurso e a materialidade específica do discurso é a língua, (a Análise do Discurso) trabalha a relação língua-discurso-ideologia. Essa relação se complementa com o fato de que, como diz M. Pêcheux (1975), não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia: o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia e é assim que a língua faz sentido. (Orlandi, 2013, p. 17)

Nesse endereçamento, a autora defende que a linguagem não se resume à transmissão de informação, pois ela serve para comunicar e para não comunicar (Orlandi, 2013, p. 21). Trata-se de um fenômeno complexo cujas práticas discursivas produzem efeitos de sentido múltiplos e variados, pois estão inseridas em condições de produção específicas e se relacionam com sujeitos afetados pela língua, pela ideologia e pela história. A autora desenvolve:

Os dizeres não são, como dissemos, apenas mensagens a serem decodificadas. São efeitos de sentido que são produzidos em condições determinadas e que estão de alguma forma presentes no modo como se diz, deixando vestígios que o analista de discurso tem de apreender. São pistas que ele aprende a seguir para compreender os sentidos aí produzidos, pondo em relação o dizer com sua exterioridade, suas condições de produção. Esses sentidos têm a ver com o que é dito ali mas também em outros lugares, assim como o que não é dito, e com o que poderia ser dito e não foi. Desse modo, as margens do dizer, do texto, também fazem parte dele. (Orlandi, 2013, p. 30)

A Análise do Discurso materialista baseia-se em premissas centrais, como as noções de interdiscurso e intradiscurso¹, memória discursiva², sujeito, formação discursiva e enunciado, entre outras. Como destaca Baronas (2011), FD e enunciado são centrais para compreender como os discursos são produzidos, circulam e ganham significado dentro de contextos

¹ Referem-se à relação entre os discursos já existentes (interdiscurso) e como um discurso específico se insere em um campo discursivo maior, influenciado por discursos anteriores, e às características próprias do discurso em análise (intradiscurso).

² Refere-se ao conjunto de discursos do passado que influenciam a produção de sentidos em um discurso atual, mostrando como as formações discursivas evoluem e se transformam ao longo do tempo.

sociais e ideológicos específicos, destacando-se como pilares oportunos para a análise das conexões entre linguagem e poder.

Em relação à FD, é importante destacar que se trata de uma noção que não se delimita em caráter homogêneo, mas se (re)define ao longo da história da AD materialista diante de problemáticas levantadas neste campo (Courtine, 2020; Guilhaumou, 2020). Com isso, podemos analisar distintas concepções de FD, algumas inclusive sob outros rótulos, como “comunidade linguageira” (Moirand, 2020) e “posicionamento” (Maingueneau, 2007). Ademais, tais diferenças não se notam somente quando o rótulo do conceito é alterado, como fazem os trabalhos de Moirand (2020) e Maingueneau (2007). Um exemplo disso pode ser visto a partir do próprio trânsito entre as noções de FD para Foucault e Pêcheux, ou mesmo do deslocamento conceitual dessa noção para Pêcheux, o que se verifica em *A análise de discurso: três épocas* (Pêcheux, 1990).

A noção de FD inicialmente apresentada em Foucault (2001 [1969]) se refere a conjuntos de práticas e discursos que compartilham determinadas características e que são socialmente reconhecidos como pertencentes a um mesmo nicho. Já a partir de Pêcheux (1988 [1975]), quem relê Foucault sob as lentes do marxismo, podemos entender a FD como um fenômeno que regula quais discursos são legítimos dentro de um determinado campo discursivo e estabelece as condições para a produção de sentidos, sem prescindir de aspectos sócio-históricos e ideológicos.

No presente trabalho, concentramo-nos na perspectiva de FD de ancoragem pecheutiana, considerando os investimentos epistemológicos neste construto teórico ao longo da elaboração do pensamento de Pêcheux. Consideramos, então, que são as FDs que delimitam o que é possível de ser dito e pensado sobre um ponto específico, o que determina a produção de sentidos e na construção de processos de identificação, dado que cada FD estabelece os limites do discurso dentro de um dado contexto sócio-histórico (Pêcheux, 1988). Em outras palavras, apoiando-nos em Courtine (2020), podemos dizer que as FDs constituem o modo como o discurso se relaciona com a ideologia. Sobre essa questão, Orlandi (2013) comenta:

[...] podemos dizer que o sentido não existe em si mas é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que as palavras são produzidas. As palavras mudam de sentido segundo as posições daqueles que as empregam. Elas “tiram” seu sentido dessas posições, isto é, em relação às formações ideológicas nas quais essas posições se inscrevem. (Orlandi, 2013, p. 42-43).

Podemos retomar, mesmo que brevemente, o ponto sobre “as posições daqueles que as empregam”, a partir de Ferreira e Cavallari (2013), ao nos dizer que

[...] o sujeito não é origem dos sentidos que produz e nem possui o controle absoluto sobre os sentidos que seu dizer evoca e produz no outro, já que todo e qualquer sujeito de linguagem está sempre atravessado pelo social, isto é, pelas condições de produção de seu enunciado e pela ideologia, além de ser afetado pelas formações imaginárias que permitem a antecipação de determinados sentidos já-ditos ou estabilizados. (Ferreira; Cavallari, 2013, p. 88)

Logo, assim como desenvolve Orlandi (2013), o sujeito, apesar de ter a ilusão de que é a origem do seu dizer, retoma a todo momento em seu discurso sentidos já produzidos anteriormente. Isso porque ele é sempre afetado a partir da sua inscrição em formações discursivas que representam, na materialidade linguística, as formações ideológicas.

Como mencionado no início desta seção, a partir de pressupostos da AD materialista, diversos trabalhos têm se voltado à análise de discursos de/sobre inclusão. Estudos nessa perspectiva mostram-se fundamentais para a compreensão de como as ideias e práticas de inclusão são construídas, disseminadas e mantidas na sociedade, além de permitirem análises mais profundas das relações de poder, das estruturas sociais e das ideologias que moldam os discursos nesse âmbito. A título de exemplo, mencionamos brevemente algumas das contribuições de Ferreira e Cavallari (2013) e Lima, Lopes e Campelo (2017)³.

Especificamente em relação aos conceitos-chave com os quais lidamos neste artigo, podemos apontar que, ao analisar discursos de/sobre inclusão, é possível identificar como diferentes FDs contribuem para a produção de sentidos sobre o que significa incluir/ser inclusivo. Da mesma maneira, ao analisar enunciados, é possível depreender as relações de sentido intrincadas por meio da materialidade linguística que sustenta dizeres que legitimam ou que colocam em causa certas concepções de inclusão. Desta feita, buscamos identificar, nas análises, como os sentidos em disputa são reproduzidos ou contestados nas práticas discursivas.

Ferreira e Cavallari (2013) discutem em seu estudo as noções de identidade, de identificação e de diferença – imprescindíveis para o debate em torno da inclusão – e as relacionam com os conceitos de assujeitamento e de individuação. Com o objetivo de compreender os sentidos da diferença em práticas inclusivas, as autoras analisam sequências discursivas retiradas de documentos oficiais que, além de definirem os direitos das pessoas com deficiência, regulam e normatizam a educação dita inclusiva. A partir da noção de FD e da perspectiva de que os (não) lugares da inclusão podem ser entendidos enquanto fenômenos discursivos, as pesquisadoras identificam no *corpus* analisado a predominância da FD que ancora a diferença na deficiência e assujeita os indivíduos surdos referidos à forma-sujeito de “pessoa especial”⁴.

Se por um lado a investigação de Ferreira e Cavallari (2013) enfatiza a pertinência da FD para a análise de discursos sobre a inclusão, por outro, a de Lima, Lopes e Campelo (2017) confere maior foco no enunciado, considerando que o “olhar analítico não recai apenas sobre o enunciado posto, mas sim sobre como o discurso significa” (Lima; Lopes; Campelo, 2017, p. 81). Propondo uma análise da sequência discursiva “pelo fim dos privilégios para deficientes; se tantos se revoltaram, por que tantos ainda desrespeitam? Não é privilégio. É direito. #somosmuitos” – escrita em um *outdoor* –, os autores averiguaram os confrontos de enunciados relacionados aos campos semântico-discursivo dos dispositivos “privilégios” e “direitos” de pessoas com deficiência.

A partir da reflexão sobre a situação social e histórica de pessoas com deficiência, Lima, Lopes e Campelo (2017) analisam as relações entre sentido, processos histórico-ideológicos nos enunciados sobre a deficiência, considerando as transformações de suas respectivas car-

³ No início desta seção, mencionamos, ainda, outros estudos desenvolvidos nessa perspectiva. Contudo, foi preciso optar por um recorte, de modo que as demais menções fiquem aos leitores como indicações.

⁴ Utilizamos as aspas para marcar nossa insatisfação e discordância com o uso deste termo pejorativo, que é totalmente distinto da noção de educação inclusiva. Para um debate mais direcionado a essas diferenças conceituais, sugerimos a leitura do artigo *Inclusão social, educação inclusiva e educação especial: enlaces e desenlaces*, de Camargo (2017), publicado na revista *Ciência & Educação*.

gas discursivas. Em tal movimento, os pesquisadores identificam de que forma as estruturas de poder se manifestam e como a(s) ideologia(s) podem ser tanto reproduzidas quanto desafiadas, o que é especialmente relevante para a análise da marginalização de certos grupos, da legitimação de normas hegemônicas e da luta por equidade.

Em linhas gerais, esses estudos aludem a possibilidades de debates em torno de questões da inclusão no contexto da AD materialista. No mesmo intento, defendemos neste artigo que a noção de FD possibilita a apreensão de processos ideológicos e das discursividades dominantes que influenciam a construção da forma-sujeito “surdo” pela sociedade, a qual se materializa nos discursos que compõem em nosso *corpus*. Isso porque, através da análise das formulações recortadas nas textualidades, é possível entender como a exclusão social é perpetuada por meio do controle do discurso por parte dos grupos dominantes (Bissoto, 2013; Fernandes, 1995), conforme podemos verificar nas próximas seções.

3 Da construção do corpus

Nesta seção, contextualizaremos o processo de construção do *corpus* que serve como nosso objeto de análise, de modo a reforçar a premissa fundamental de que nosso papel como analistas é profundamente ancorado em uma abordagem metodológica que opera de forma harmônica com o aparato epistemológico previamente discutido na seção anterior. Nesse sentido, a nosso ver, a construção do *corpus* não é meramente uma etapa procedimental, mas sim uma estratégia cuidadosamente deliberada para adentrar nas complexidades do discurso em questão. Por isso, à medida que este processo se desenrola, ele não apenas se ancora na base teórica estabelecida, como também constantemente se retroalimenta, criando um ciclo de análise que enriquece a compreensão da materialização discursiva das problemáticas em estudo.

Inicialmente, interessa-nos o modo como a problemática da perpetuação do discurso capacitista representa um fenômeno complexo, enraizado nos espólios da lógica neoliberal e utilitarista que moldam e perpetuam padrões de falsa normalidade (Martins; Silva, 2006). Esta construção hegemônica de normalidade é, muitas vezes, sub-repticiamente imposta sobre a diversidade de experiências e vozes que desafiam a homogeneidade normativa. Nesse contexto, como mencionamos em nosso debate na seção anterior, a AD emerge como “uma disciplina de entremeio” (Orlandi, 2013) que nos possibilita compreender esses discursos dominantes, estruturas que obliteram as existências e discursos contra hegemônicos.

Um evento de destaque que encapsula essas tensões discursivas são os temas de redação do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). A prova, criada pelo Ministério da Educação (MEC) do Brasil, avalia o conhecimento de estudantes que já concluíram o ensino médio e, tendo em conta os resultados de cada candidato, permite o ingresso ao ensino superior em instituições públicas e privadas. Esse exame é composto por uma redação dissertativa-argumentativa cuja temática se debruça em uma questão atual da sociedade brasileira e exige, além da defesa de uma ideia a partir da construção de argumentos, uma proposta de inter-

venção que vise solucionar o problema discutido. É relevante comentar que a proposta de redação vem sempre acompanhada por textos de apoio sobre o assunto em questão.

A temática escolhida para a redação da edição de 2017⁵ foi “Desafios para a formação educacional de surdos no Brasil”. Consideramos que esta escolha temática não apenas sinaliza o intento de abordar uma questão socialmente relevante, mas também destaca os esforços de inclusão e igualdade na educação para pessoas surdas (Lima, 2018). Esses textos, para nós, suscitam reflexões sobre a complexidade subjacente à produção de discurso e demonstram que:

[...] o processo discursivo não tem, de direito, início: o discurso se conjuga sobre um discurso prévio, ao qual ele atribui o papel de matéria-prima, e o orador sabe que quando evoca tal acontecimento, que já foi objeto de discurso, ressuscita no espírito dos ouvintes o discurso no qual este acontecimento era alegado [...] (Pêcheux, 2014, p. 76).

A partir disso, bem como dos objetivos aos quais nos propomos neste artigo, construímos um *corpus* de análise composto por oito textos publicados no portal G1, todos avaliados com a nota máxima de 1000 pontos a partir de cinco critérios: domínio da norma culta (200 pontos); compreensão da proposta de redação e aplicação de conceitos de diferentes áreas de conhecimento (200 pontos); seleção, organização e interpretação de informações e argumentos em defesa de um ponto de vista (200 pontos); utilização dos mecanismos linguísticos necessários para a construção da argumentação (200 pontos); e elaboração de uma proposta de intervenção para o problema abordado, demonstrando respeito aos direitos humanos (200 pontos).

Para fins de situar o(a) leitor(a), apresentamos os textos que compuseram a construção desse *corpus* em um quadro no Anexo 1. Com base nessas materialidades, procuramos a identificação das FDs no âmbito desses textos, assumindo um papel crucial na análise discursiva da caracterização do sujeito surdo. A análise interrelacional entre diferentes FDs depreendidas nos textos do *corpus* mostra-se particularmente interessante e produtiva para a compreensão do funcionamento discursivo sobre as tensões ideológicas em jogo, além de proporcionar uma visão crítica a respeito das lutas de poder no campo discursivo.

4 Discursos sobre o sujeito surdo: análise materialista

Diante das informações apresentadas nas seções anteriores, discutimos, nesta parte do artigo, os discursos sobre o sujeito surdo a partir da análise de FDs e enunciados verificados nas redações que compõem nosso *corpus* (cf. Anexo 1). Como de praxe em AD, nossa proposta não é oferecer uma possibilidade única de leitura dessas materialidades, mas uma interpretação que incida sobre as questões às quais se volta nosso olhar analítico.

Inicialmente, apesar de não compor diretamente nosso conjunto de dados, julgamos relevante trazer à tona, de modo mais direcionado, o instrumental motivador da temática da prova de redação da edição de 2017 do ENEM, dadas as relações entre tais textos-base e os

⁵ Cabe lembrar que, em 2017, o ENEM passou a oferecer videoprova em Libras (Cf. Baalbaki, 2023, p. 35).

textos constituintes do *corpus* abordado. Assim, chamamos atenção para os quatro textos presentes na imagem do Anexo 2, que foi retirada do mesmo *site* de onde obtivemos as redações.

Ensejando o debate, podemos considerar que esses textos motivadores situam o domínio pretendido dos vestibulandos em eixos específicos que perpassam os desafios para a formação educacional de surdos no Brasil. Isso porque, tendo em conta a função textualidade em questão, observa-se que a seleção textual lança luz para a temática a partir de uma determinada perspectiva e trata de expectativas esperadas em relação à redação a ser produzida, fatores que podem influenciar a produção final do candidato. Apesar da pretensão inclusiva corroborada pelos textos I e IV, notamos uma forte ênfase – confirmada, inclusive, pela disposição dos textos II e III na página – na correlação entre a escolarização de surdos e o mundo do trabalho, o que desvela aspectos relacionados ao discurso neoliberal a respeito da educação (Gentili, 1996). Essas breves observações nos permitem abrir caminhos para a análise das práticas discursivas e dos tipos de enunciados legitimados por tal modelo avaliativo, que, de acordo com Sobral (2013), se mostra de base eminentemente utilitarista.

De maneira geral, ao adentrarmos nosso *corpus* em busca de respostas a questionamentos em torno da construção discursiva do sujeito surdo, notamos que os enunciados, como unidades de sentido, refletem e refratam as FDs hegemônicas que os constituem. Especificamente, ao analisar as redações, observamos uma recorrência de termos e estruturas relacionados à deficiência, o que denota a proeminência e a influência da matriz ideológica da FD patológica na construção do discurso sobre o surdo.

Para discussão, trazemos à tona algumas sequências discursivas, a partir das quais ressaltamos aspectos sobressalentes da análise. Começamos pelo debate exposto em (1):

- (1) Na mitologia grega, Sísifo foi condenado por Zeus a rolar uma enorme pedra morro acima eternamente. Todos os dias, Sísifo atingia o topo do rochedo, contudo era vencido pela exaustão, assim a pedra retornava à base. Hodiernamente, esse mito assemelha-se à luta cotidiana dos deficientes auditivos brasileiros, os quais buscam ultrapassar as barreiras as quais os separam do direito à educação. Nesse contexto, não há dúvidas de que a formação educacional de surdos é um desafio no Brasil o qual ocorre, infelizmente, devido não só à negligência governamental, mas também ao preconceito da sociedade. A Constituição cidadã de 1988 garante educação inclusiva de qualidade aos deficientes, todavia o Poder Executivo não efetiva esse direito. Consoante Aristóteles no livro “Ética a Nicômaco”, a política serve para garantir a felicidade dos cidadãos, logo se verifica que esse conceito encontra-se deturpado no Brasil à medida que a oferta não apenas da educação inclusiva, como também da preparação do número suficiente de professores especializados no cuidado com surdos não está presente em todo o território nacional, fazendo os direitos permanecerem no papel. Outrossim, o preconceito da sociedade ainda é um grande impasse à permanência dos deficientes auditivos nas escolas. Tristemente, a existência da discriminação contra surdos é reflexo da valorização dos padrões criados pela consciência coletiva. (...) Portanto, indubitavelmente, medidas são necessárias para resolver esse problema. Cabe ao Ministério da Educação criar um projeto para ser desenvolvido nas escolas o qual promova palestras, apresentações artísticas e atividades lúdicas a respeito do cotidiano e dos direitos dos surdos – uma vez que ações culturais coletivas têm imenso

poder transformador – a fim de que a comunidade escolar e a sociedade no geral – por conseguinte – conscientizem-se.

Neste recorte, mais diretamente nas partes destacadas, percebemos a vinculação do sujeito surdo à FD patológica, ou seja, o discurso produzido é cerceado por aquilo que se legitima, na sociedade, acerca da pessoa supostamente incapacitada de alguma(s) função(ões). A comparação da situação dos sujeitos surdos ao mito grego de Sísifo, a qual se dá por meio de escolhas lexicais como “condenado”, “luta”, “ultrapassar” e “barreiras”, expõe uma memória discursiva que situa os surdos ao pré-construído⁶ da incapacidade irreparável, caracterizando-os como um grupo de pessoas que enfrentam e sempre enfrentarão dificuldades que não podem ser solucionadas, somente atenuadas.

Essa concepção, como destaca Santos (2020), estrutura-se em torno de uma perspectiva capacitista. Os advérbios “infelizmente” e “tristemente”, além de evidenciarem juízos de valor, reforçam tal visão ao deslocarem a discussão para o âmbito do infortúnio. Ainda nesse viés, em (1), notamos uma lógica de cuidado e não da oferta de escolarização adequada, transparecendo uma política de caráter muito mais assistencial do que propriamente educativo. Conforme debate Bianchetti (1995), as concepções de cuidado e proteção mostram-se essencialistas em relação a grupos com demandas específicas e são altamente coerentes com os discursos em defesa de uma educação “especial” e, portanto, segregadora, delimitada diante dos conflitos configurados a rigor de padrões frívolos de normalidade na sociedade capacitista. Essa falsa ideia de qualidade como “cuidado” comparece em (1), que materializa enunciados dissonantes com a discussão epistêmica da surdez como diferença linguística.

Outro fenômeno que fortalece a presença do capacitismo é a oposição presente entre “deficientes auditivos” ou “surdos” – utilizados como sinônimos nos textos analisados – e “sociedade”: na construção do gesto argumentativo que responsabiliza a sociedade pela exclusão educacional dos surdos, é gerada uma dicotomia entre esses dois elementos, produzindo efeitos de sentido que pressupõem que os sujeitos surdos não fazem parte do corpo social. Nesse ângulo, os sujeitos ouvintes – compreendidos como a sociedade –, ao mesmo tempo em que são os causadores dos problemas levantados, tornam-se também os agentes solucionadores nas propostas de intervenção sugeridas, perpetuando a crença limitadora de que surdos não são capazes de atuar ativamente no meio social.

Esse mesmo discurso é verificado em outras materialidades do *corpus*, inclusive baseados em ideias ainda mais incompatíveis com caracterizações coerentes ao sujeito surdo. Nesse tino, atentemo-nos a (2):

- (2) Na obra “Memórias Póstumas de Brás Cubas”, o realista Machado de Assis expõe, por meio da repulsa do personagem principal em relação à deficiência física (ela era “coxa”), a maneira como a sociedade brasileira trata os deficientes. Atualmente, mesmo após avanços nos direitos desses cidadãos, a situação de exclusão e preconceito permanece e se reflete na precária condição da educação ofertada aos surdos no País, a qual é responsável pela dificuldade de inserção social desse grupo, especialmente no ramo laboral [...]. Tal fato se reflete nos ínfimos investimentos governamentais em capacitação profissional e em melhor **estrutura física**, medidas que tornariam

⁶ Pêcheux (1975) define o conceito de pré-construído como “sempre já lá da interpelação ideológica que fornece -impõe a realidade de seu sentido sob a forma da universalidade” (Pêcheux, 1988 [1975], p. 92).

o ambiente escolar mais inclusivo para os surdos. Em consequência disso, os deficientes auditivos encontram inúmeras dificuldades em variados âmbitos de suas vidas. Um exemplo disso é a difícil inserção dos surdos no mercado de trabalho, devido à precária educação recebida por eles [...]. Faz-se necessário que a Escola promova a formação de cidadãos que respeitem às diferenças e valorizem a inclusão [...], visando a ampliar o contato entre a comunidade escolar e as várias formas de deficiência. Além disso, é imprescindível que o Poder Público destine maiores investimentos à capacitação de profissionais da educação especializados no ensino inclusivo e às melhorias estruturais nas escolas, com o objetivo de oferecer aos surdos uma formação mais eficaz. Ademais, cabe também ao Estado incentivar a contratação de deficientes por empresas privadas, por meio de subsídios e Parcerias Público-Privadas, objetivando a ampliar a participação desse grupo social no mercado de trabalho. Dessa forma, será possível reverter um passado de preconceito e exclusão, narrado por Machado de Assis e ofertar condições de educação mais justas a esses cidadãos.

Os destaques em (2) expõem a tônica do discurso capacitista, ao comparar o sujeito surdo a deficientes físicos, primeiramente a partir da menção à personagem da obra de Machado de Assis e em segundo momento por meio da proposição de “melhorias estruturais” supostamente necessárias à inclusão de surdos. Teixeira (2014) acrescenta que o efeito generalizante presente na expressão “pessoas com deficiência” ao se referir a diferentes especificidades contribui para o apagamento de identidades. Quem seriam esses sujeitos? Quais seriam suas particularidades? Sob essa ótica, observa-se que são legitimados discursos que reduzem o surdo ao sujeito que, por ser visto como “deficiente”, enfrenta dificuldades em “variados âmbitos da vida”, quando, de fato, a realidade demonstra que as barreiras enfrentadas por esses indivíduos na sociedade são, sobretudo, de ordem linguística. Logo, o processo de homogeneização de indivíduos com diferentes especificidades gera o equívoco de que todos têm as mesmas necessidades e silencia a discussão a respeito das suas demandas singulares.

A regulação de sentido privilegiada na FD patológica também ocasiona na melhor aceitabilidade da sugestão de mudanças estruturais em detrimento daquelas que levem em consideração a diferença linguística da comunidade surda. O básico, como, por exemplo, a necessidade de tradutores-intérpretes de Libras, não integra (2), o que não só ressalta a completa vinculação do sujeito surdo ao lugar discursivo da deficiência, como também pressupõe uma concepção falida e excludente de monolinguismo no Brasil (Baalbaki; Buscacio, 2020).

Ademais, tendo em vista a historicidade do discurso da inclusão de pessoas com deficiência (Ferreira; Orlandi, 2014), o trecho (2) é marcado por uma carga discursiva reducionista em relação à comunidade surda, na medida em que monopoliza uma ideia de educação inclusiva aos interesses do mercado e de uma pretensa ideia de “reparar” o passado diante de uma concepção enviesada de justiça. Ainda, é interessante observar a contradição presente em (3), que deixa subentendido, pelo não-dito, de que os surdos teriam dificuldades em ter uma profissão por não estarem preparados para os empregos disponíveis. O fato de a crítica feita ser construída a partir de uma frase passiva cujo agente é “eles” – os surdos – gera um possível efeito de sentido de responsabilização desses indivíduos pela educação precária recebida:

- (3) Um exemplo disso é a difícil inserção dos surdos no mercado de trabalho, devido à precária educação recebida por eles.

Tal contorno capacitista também é percebido em (4):

- (4) [...] uma escola exclusiva para tal público, segregando-o dos que seriam considerados “normais” pela população. Assim, notam-se desafios ligados à formação educacional das pessoas com dificuldade auditiva, seja por estereotipação da sociedade civil, seja por passividade governamental. Portanto, haja vista que a educação é fundamental para o desenvolvimento econômico do referido público e, logo, da nação, ela deve ser efetivada aos surdos pelos agentes adequados, a partir da resolução dos entraves vinculados a ela. Sob esse viés, pode-se apontar como um empecilho à implementação desse direito, reconhecido por mecanismos legais, a discriminação enraizada em parte da sociedade, inclusive dos próprios responsáveis por essas pessoas com limitação. Isso por ser explicado segundo o sociólogo Talcott Parsons, o qual diz que a família é uma máquina que produz personalidades humanas, o que legitima a ideia de que o preconceito por parte de muitos pais dificulta o acesso à educação pelos surdos. Tal estereótipo está associado a uma possível invalidez da pessoa com deficiência [...] dados estatísticos mostram que o número de brasileiros com deficiência auditiva vem diminuindo [...] O próprio público deficiente deve alertar a outra parte da população sobre seus direitos e suas possibilidades no Estado civil a partir da realização de dias de conscientização na urbe e da divulgação de textos proativos em páginas virtuais, como “Quebrando o Tabu”.

No excerto (4), chama-nos atenção a maneira como a caracterização do sujeito surdo como deficiente relaciona-se estreitamente ao discurso da responsabilização, por um lado, e ao da isenção, por outro. Como destaca Aroucha (2021) a respeito de como circulam formações ideológicas que interpelam os sujeitos na discussão sobre a inclusão de surdos, observamos que a materialização do discurso do cuidado – exposto no trecho “os próprios responsáveis por essas pessoas com limitação” – vem à tona para culpabilizar pessoas surdas e suas famílias pela falta de inclusão. Com efeito, esse deslocamento da responsabilização do Estado para os próprios sujeitos se circunscreve na FD patológica, pois pressupõe a lógica ouvintista como modelo, naturaliza relações desiguais de poder e atribui aos surdos o dever de lutar contra a opressão e a invisibilização de sua comunidade. As escolhas lexicais para se referir aos dois grupos também reforçam uma hierarquização da composição social: enquanto os termos utilizados para definir os surdos – “pessoas com dificuldades auditivas”, “pessoas com limitação”, “pessoas com deficiência”, “brasileiros com deficiência auditiva” e “público deficiente” – concebem a surdez como uma limitação, as expressões relacionadas aos ouvintes – “normais”, “sociedade civil” e “responsáveis por essas pessoas com limitação” – pressupõem que esta seria a parte da população que constitui o corpo social.

A relação entre a discussão educacional de surdos e o debate socioeconômico que privilegia os textos-base também se fez presente nas materialidades analisadas, de modo que podemos traçar um paralelo entre FD patológica e discurso neoliberal, articulando um campo discursivo de opressão regido à dinâmica da sociedade capitalista. Em (4), a justificativa para se escolarizar o surdo é a necessidade de ele ter sua subsistência financeira, material-

zada no trecho “haja vista que a educação é fundamental para o desenvolvimento econômico do referido público e, logo, da nação”. Tal nuance também se manifesta em (5) e (6):

- (5) O preconceito ao deficiente auditivo, no entanto, reverbera na sociedade atual, calcada na ética dilitarista, que considera inútil pessoas que, aparentemente menos capacitadas, têm pouca serventia à comunidade, como é caso de surdos. Os deficientes auditivos, desse modo, são muitas vezes vistos como pessoas de menor capacidade intelectual, sendo excluídos pelos demais, o que dificulta aos surdos não somente o acesso à educação, mas também à posterior entrada no mercado de trabalho. [...] urge que o Estado, por meio de envio de recursos ao Ministério da Educação, promova a construção de escolas especializadas em deficientes auditivos e a capacitação de profissionais para atuarem não apenas nessas escolas, mas em instituições de ensino comuns também, objetivando a ampliação do acesso à educação aos surdos, assegurando a estes, por fim, o acesso a um direito garantido constitucionalmente. Outrossim, ONGs devem promover, através da mídia, campanhas que conscientizem a população acerca da importância do deficiente auditivo para a sociedade, enfatizando em mostrar a capacidade cognitiva e intelectual do surdo, o qual seria capaz de participar da população economicamente ativa (PEA).

As sequências discursivas analisadas põem em causa a ideologia neoliberal de que a constituição dos sujeitos se dá a partir da ideia de que estes podem contribuir economicamente para a sociedade baseada no capital (Amaral, 2007). Em (5), além da representação do surdo como deficiente verificada na contraposição de “escolas especializadas em deficientes auditivos” e “instituições de ensino *comuns*”, notamos que o reconhecimento da “importância” do surdo é colocado em correlação com a sua possibilidade de integrar a população economicamente ativa, e não em relação aos seus processos sociais, históricos e linguísticos. Dialogando com essas ideias, o trecho “ética dilitarista, que considera inútil pessoas que, aparentemente menos capacitadas, têm pouca serventia à comunidade, como é caso de surdos”, apesar de ter como função a descrição do conceito trabalhado, convoca efeitos de sentido utilitaristas ao assumir que o surdo teria pouca serventia à comunidade. O mesmo se observa em (6), em que a contribuição do surdo para a sociedade é relacionada com a maior ou menor possibilidade de inseri-lo no mercado de trabalho:

- (6) [...] no Brasil, os deficientes auditivos compõem um grupo altamente desfavorecido no tocante ao processo de formação educacional [...]. Esse desconhecimento produz na sociedade concepções errôneas a respeito do papel social do portador de deficiências: como consequência do descumprimento dos deveres constitucionais do Estado, as famílias – acomodadas por pouca instrução – alimentam a falsa ideia de que o deficiente auditivo não tem contribuição significativa para a sociedade, o que o afasta da escolaridade e neutraliza a relevância que possui [...]. É necessário que o Ministério da Educação, em parceria com instituições de apoio ao surdo, proporcione a este maiores chances de se inserir no mercado, mediante a implementação do suporte adequado para a formação escolar e acadêmica desse indivíduo – com profissionais especializados em atendê-lo –, a fim de gerar maior igualdade na qualificação e na disputa por emprego. É imprescindível, ainda, que as famílias desses deficientes exijam do poder público a concretude dos princípios constitucionais de proteção a esse grupo,

por meio do aprofundamento no conhecimento das leis que protegem essa camada, para que, a partir da obtenção do saber, esse empenho seja fortalecido e, assim, essa parcela receba o acompanhamento necessário para atingir a formação educacional e a contribuição à sociedade.

A ideologia neoliberal é subjaz a (6) a partir dos discursos da responsabilização, da contribuição e da disputa laboral, que vêm à tona como prerrogativas para se pensar os desafios da escolarização de surdos – tratados nesta materialidade, assim como nas demais, como deficientes. Nesse trecho, o capacitismo se expressa sob contornos de uma premissa que retoma a memória discursiva da educação como prática redentora (Luckesi, 1994), na medida em que os enunciados que compõem a expressão da FD patológica veiculam a ideologia de que deficientes têm *alguma* função social. Reparemos que, enquanto redenção, a defesa por uma educação especializada e alternativamente inclusiva, apesar de não bilíngue, ocorre em prol de balizas econômicas que visam a colocar os “deficientes auditivos” em disputa no mercado de trabalho, isto é, conferir-lhes *status* de sujeitos funcionais por meio da sua captação como mão de obra pelo mercado capitalista.

Além desses aspectos, nossa análise contemplou, ainda, sentidos em disputa que podem ser lidos como tentativas de insurgir contra o assujeitamento privilegiado no contexto enunciativo de avaliação no ENEM. Analisamos tais esforços em (7), (8) e (9):

- (7) A Declaração Universal dos Direitos Humanos – promulgada em 1948 pela ONU – assegura a todos os indivíduos o direito à educação e ao bem-estar social. Entretanto, o precário serviço de educação pública do Brasil e a exclusão social vivenciada pelos surdos impede que essa parcela da população usufrua desse direito internacional na prática. Com efeito, evidencia-se a necessidade de promover melhorias no sistema de educação inclusiva do país. [...] é notório que o sistema capitalista vigente exige alto grau de instrução para que as pessoas consigam ascensão profissional. Assim, a falta de oferta do ensino de libras nas escolas brasileiras e de profissionais especializados na educação de surdos dificulta o acesso desse grupo ao mercado de trabalho. Além disso, há a falta de formas institucionalizadas de promover o uso de libras, o que contribui para a exclusão de surdos na sociedade brasileira. Vale ressaltar, também, que a exclusão vivenciada por deficientes auditivos no país evidencia práticas históricas de preconceito. [...] infere-se que a incapacidade associada hodiernamente aos deficientes tem raízes históricas, que acarreta a falta de consciência coletiva de inclusão desse grupo pela sociedade civil. [...] É evidente, portanto, que há entraves para que os deficientes auditivos tenham pleno acesso à educação no Brasil. Dessa maneira, é preciso que o Estado brasileiro promova melhorias no sistema público de ensino do país, por meio de sua adaptação às necessidades dos surdos, como oferta do ensino de libras, com profissionais especializados para que esse grupo tenha seus direitos respeitados.
- (8) Segundo o pensamento de Claude Lévi-Strauss, a interpretação adequada do coletivo ocorre por meio do entendimento das forças que estruturam a sociedade, como os eventos históricos e as relações sociais. Esse panorama auxilia na análise da questão dos desafios para a formação educacional dos surdos no Brasil, visto que a comunidade, historicamente, marginaliza as minorias, o que promove a falta de apoio da população e do Estado para com esse deficiente auditivo, dificultando a sua participa-

ção plena no corpo social e no cenário educativo [...]. Em primeiro plano, evidencia-se que a coletividade brasileira é estruturada por um modelo excludente imposto pelos grupos dominantes, no qual o indivíduo que não atende aos requisitos estabelecidos, branco e abastado, sofre uma periferização social. Assim, ao analisar a sociedade pela visão de Lévi-Strauss, nota-se que tal deficiente não é valorizado de forma plena, pois as suas necessidades escolares e a sua inclusão social são tidas como uma obrigação pessoal, sendo que esses deveres, na realidade, são coletivos e estatais. Por conseguinte, a formação educacional dos surdos é prejudicada pela negligência social, de modo que as escolas e os profissionais não estão capacitados adequadamente para oferecer o ensino em Libras e os demais auxílios necessários, devido a sua exclusão, já que não se enquadra no modelo social imposto.

- (9) Durante o século XIX, a vinda da Família Real ao Brasil trouxe consigo a modernização do país, com a construção das escolas e universidades. Também, na época, foi inaugurada a primeira escola voltada para a inclusão social de surdos. Não se vê, entretanto, na sociedade atual, tal valorização educacional relacionada à comunidade surda, posto que os embates que impedem sua evolução tornam-se cada vez mais evidentes. Desse modo, os entraves para a educação de deficientes auditivos denotam um país desestruturado e uma sociedade desinformada sobre sua composição bilíngue [...]. Além disso, a ignorância social frente à conjuntura bilíngue do país é uma barreira para capacitação pedagógica do surdo. **Helen Keller** – primeira mulher surdo-cega a se formar e tornar-se escritora – definia a tolerância como maior presente de uma boa educação. O pensamento de Helen não tem se aplicado à sociedade brasileira, haja vista que não se tem utilizado a educação para que se torne comum aos cidadãos a proximidade com portadores de deficiência auditiva, como aulas de Libras, segunda língua oficial do Brasil. Dessa forma, torna-se evidente o distanciamento causado pela inexperiência dos indivíduos em lidar com a mescla que forma o corpo social a que possuem. [...] Ademais, a escola deve preparar surdos e ouvintes para a convivência harmoniosa, com a introdução de aulas de Libras na grade curricular, a fim de uniformizar o laço social e, também, cumprir com a máxima de Nelson Mandela que constitui a educação como segredo para transformar o mundo. Poder-se-á, assim, visar a uma educação, de fato, inclusiva no Brasil.

Nessas últimas sequências discursivas que trazemos à discussão, apesar de certa sustentação — mesmo que perpendicularmente — da FD patológica em termos como “deficiente auditivo” e “portadores de deficiência”, notamos enunciados que denotam outros enquadramentos sobre o sujeito surdo, os quais são mais alinhados às concepções de comunidade cultural, identidade e minoria linguística (Sacks, 2010). O excerto (7), por exemplo, mostra-se consubstanciada pelo discurso do modelo social da deficiência (França, 2013), ao se basear na Declaração Universal dos Direitos Humanos e apontar a pertinência da Libras, aludindo a um modelo educacional bilíngue. Lança luz também para o aspecto da historicidade presente nas concepções sobre os surdos, o que desloca a responsabilização pela situação de exclusão desses sujeitos para a sociedade civil e suas práticas preconceituosas. Além disso, quando trata de uma problemática semelhante a (2), aborda a mesma questão de outra perspectiva, levantando a dissonância entre o maior nível de exigência por profis-

sionalização do capitalismo e a falta de oferta de educação especializada para que os surdos tenham acesso à instrução necessária.

O mesmo se analisa em (8), que propõe um olhar sociocultural baseado na Antropologia e situa socialmente a opressão de minorias ao contextualizar a constituição da sociedade a partir de relações desiguais de poder, evidenciado no trecho “a coletividade brasileira é estruturada por um modelo excludente imposto pelos grupos dominantes”. Neste trecho, inclusive, é perceptível uma contraposição com a ideologia de assujeitamento do surdo ao local discursivo da exploração capitalista, ao se defender a inclusão como responsabilidade do Estado para “elevar a *visualização* dos surdos como *membros do corpo social*”. Essas escolhas lexicais, por exemplo, destacam um pré-construído de que surdos, a despeito de suas diferenças culturais, já integram a sociedade brasileira, ainda que em condição de minorias.

Por fim, no tocante a (9), destacamos a expressão da FD sociocultural sobre o sujeito surdo, mesmo com algumas marcas que caracterizam a memória discursiva da FD patológica. Podemos, ainda, observar a valorização da luta social da comunidade surda, sobretudo pela menção à figura de Helen Keller, analisada por nós como uma precursora. Nesse sentido, lembramos que:

Devemos sublinhar que, ao considerarmos a figura de uma precursora, não estamos postulando o lugar de fundador de um campo construído por um sujeito empírico, que descobre e cria individualmente, mas um efeito de ponto de referência nos horizontes de retrospecto e projeção. No constante ir e vir dessa espessura temporal, a memória trabalha fazendo ressoar já-ditos produzidos anteriormente em outro lugar (por vezes esquecidos, por vezes lembrados), e um porvir que promove movimentos, transferências sobre a língua no seu contínuo processo de gramatização (com falhas, equívocos e contradições). A figura do precursor pode ser compreendida, portanto, como um ponto de referência na espessura temporal; um ponto sempre móvel, provisório, constituído por tensões, pelo batimento entre manutenção e anulação daqueles sujeitos que são, historicamente, legitimados a preenchê-lo (Baalbaki; Caldas; Nogueira, 2020, p. 36).

Na FD sociocultural, vislumbramos, como demonstra em (9), possibilidades outras em torno do sujeito surdo, como, por exemplo, as considerações de que vivemos em uma conjuntura social bilíngue, da importância sociocultural da Libras e de um modelo educacional, se não bilíngue, ao menos inclusivo, de responsabilidade do Estado Democrático. Observa-se também o pré-construído do surdo como um integrante da sociedade na discussão a respeito do apagamento da diversidade existente na sociedade – materializado no trecho que fala sobre a “inexperiência dos indivíduos em lidar com a mescla que forma o corpo social a que possuem”. Tal perspectiva permanece na própria proposta de intervenção: ao sugerir a integração da LIBRAS como disciplina na grade curricular para todos os alunos, a solução privilegia uma lógica de integração de ambas as partes, e não apenas a inserção dos sujeitos surdos em escolas pensadas para ouvintes.

As análises aqui realizadas corroboram para o entendimento de que a imagem do sujeito surdo é atravessada por embates ideológicos que pendem ora à legitimação da FD patológica, como verificado nos primeiros exemplos que discutimos, ora às estratégias discursivas inscritas na FD sociocultural, como nestes últimos.

5 Considerações finais

O presente artigo empreendeu uma análise das FDs a partir de enunciados recortados de redações nota mil do ENEM (2017), que versavam sobre os desafios para a formação educacional de surdos no Brasil. Por meio de uma abordagem analítica fundamentada na perspectiva teórica da AD materialista, este trabalho buscou identificar os modos de dizer das complexas relações entre os discursos hegemônicos e os contra hegemônicos, além de iluminar os modos pelos quais as FDs são forçadas, mantidas e contestadas no âmbito do discurso avaliativo do ENEM.

A respeito da primeira pergunta de investigação, *(a) Como ocorre a construção discursiva do sujeito surdo especificamente nessas materialidades e que efeitos de sentido são produzidos diante de sua valorização como nota mil?*, os resultados desta investigação mostraram um quadro discursivo multifacetado, em que as FDs hegemônicas, oriundas das lógicas neoliberais e utilitaristas, moldam e perpetuam uma lógica normativa de “normalidade”, que tende a marginalizar e obliterar as experiências e vozes contra hegemônicas. Por um lado, a FD patológica, recorrente nas sequências analisadas, legitima o discurso circulante na sociedade que caracteriza o surdo como um sujeito incapaz e sugere uma proposta educativa estruturada a partir da perspectiva capacitista e assistencial. Em contrapartida, a FD sociocultural lança luz para questões sociais relacionadas com a luta política da comunidade surda, como os direitos linguísticos do sujeito surdo e a garantia à educação bilíngue, e levanta, ainda que timidamente, a discussão a respeito da concepção da surdez como uma diferença linguística. A partir da identificação das FDs presentes nas redações, pôde-se traçar um panorama das tensões ideológicas subjacentes, oferecendo uma apreciação das estratégias discursivas empregadas que reforçam a hegemonia.

Já em relação à segunda pergunta de pesquisa, *(b) Que FDs podem ser analisadas e como podem ser interpretadas haja vista a baliza ideológica?*, as nossas análises apontam a influência da matriz ideológica da deficiência, que se mostrou recorrente através da presença da FD patológica nos enunciados por meio da reprodução de termos (“deficiente auditivo”; “deficiência”), elementos linguísticos (escolhas lexicais; advérbios) de polaridade semântica negativa e enquadramentos conceituais (as dificuldades dos sujeitos surdos causadas supostamente pela surdez; a concepção da surdez como um infortúnio) relacionados à concepção negativa da surdez. Além disso, a pouca incidência de caracterização dos surdos na FD sociocultural revela como determinados discursos baseados no pré-construído que relaciona à imagem do surdo como deficiente atuam de forma sutil na exclusão e no silenciamento desses sujeitos.

Por fim, no que diz respeito a terceira pergunta de investigação, *(c) Que práticas se relacionam ao repertório legitimado por esse modelo avaliativo subjacente às materialidades analisadas?*, ressaltamos que a seleção desses textos para representar modelos de excelência para os aspirantes a vestibulandos no portal G1 é um ato que mereceu atenção crítica no contexto deste artigo. Isso porque, ao padronizar esses textos como referências, o portal não apenas perpetua os discursos hegemônicos existentes, como também reforça eventualmente a marginalização de discursos que desafiam a normatividade. Dessa maneira, a reflexão crítica a respeito da valorização de tais textos como modelos aspiracionais evidenciou a necessidade de conceder espaço às perspectivas contra hegemônicas, a fim de desafiar e diversificar o discurso dominante sobre o sujeito surdo.

Destacamos também que a análise apresentada, assim, evidencia a relevância da AD materialista como ferramenta crítica para as discussões a respeito das relações de poder e

ideologia presentes no discurso sobre o sujeito surdo. Entendemos que a AD materialista pode desafiar as normas sociais que sustentam a exclusão das pessoas surdas, pois, ao trabalhar discursivamente as contradições e falhas presentes nos discursos discriminatórios, torna possível questionar e desconstruir essas normas, de modo a abrir caminhos para que outros sentidos sobre inclusão possam circular em nossa formação social.

Diante disso, no contexto da AD materialista, este estudo reforçou a importância de considerar não apenas as regularidades linguísticas, mas também os contextos ideológicos e sociais que produzem os discursos. Por conseguinte, ao reconhecer a predominância da FD patológica da surdez em nosso *corpus*, somos convidados a refletir sobre como as representações discursivas impactam a percepção sobre a comunidade surda na sociedade e sua inclusão, e somos provocados a considerar formas alternativas de expressão que desafiem as normas estabelecidas, permitindo uma compreensão mais abrangente das dinâmicas discursivas em embate.

À guisa de conclusão, este artigo contribuiu para a ampliação das discussões sobre inclusão educacional e ofereceu uma abordagem analítica para investigações futuras. Ao identificarmos as FDs que conformam enunciados presentes nas redações do ENEM (2017), o estudo lançou luz não apenas sobre os processos discursivos que abalizam os desafios e as possibilidades para a formação educacional de surdos no Brasil, como também sobre aqueles que se relacionam à caracterização da imagem discursiva surdo por parte da sociedade – o que se mostra absolutamente essencial à discussão dos direitos da comunidade surda.

Declaração de autoria

A Contribuição dos autores foi: João Paulo da Silva Nascimento contribuiu com a concepção da ideia, bem como com a redação das seções que compõem o artigo; Angela Corrêa Ferreira Baalbaki contribuiu para o referencial teórico, a metodologia, a discussão dos dados e a revisão final do texto; e Vanessa Gomes Teixeira Anachoreta contribuiu para o referencial teórico, a metodologia, a discussão dos dados, as considerações finais e a revisão do texto.

Agradecimentos

Este trabalho é financiado por fundos portugueses através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito dos projetos «UIDB/00022/2020» e «UIDP/00022/2020». DOI: 10.54499/UIDB/00022/2020 / DOI: 10.54499/UIDP/00022/2020.

Referências

AMARAL, M. V. B. *O avesso do discurso: análise de práticas discursivas no campo do trabalho*. Maceió: EDUFAL, 2007.

ARAÚJO, D. R. *Autorrepresentações e afirmações identitárias em Le cri de la moutte (1994), de Emmanuelle Laborit: um olhar intimista sobre a condição da surdez*. 2023. 118f. Dissertação (Mestrado em Estudos

Literários) – Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

AROUCHA, P. S. *Inclusão de alunos surdos em uma escola comum da zona norte de Manaus: uma análise discursiva*. 2021. 82 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, 2021.

BAALBAKI, A. C. F. Como uma língua de sinais é gramatizada? Reflexões acerca da Libras. In: COLAÇA, J. P.; FARIA, M. M.; COSTA, T. A. (Org.). *Educação linguística e(m) (dis)curso: arquivos de saberes linguísticos e pedagógicos*. São Carlos: Pedro & João Editores, p. 35-50, 2023.

BAALBAKI, A. C. F.; BUSCACIO, L. L. B. O fantasma do monolinguismo continua rondando: dizeres sobre a(s) língua(s) do/no Brasil e sujeito surdo. *Fragmentum*, Santa Maria, v. 55, p. 45-67, 2020. DOI: <https://doi.org/10.5902/2179219441898>.

BAALBAKI, A. C. F.; CALDAS, B. F.; NOGUEIRA, T. T. Ainda se busca “por uma gramática de línguas de sinais”? A figura de uma precursora. *Revista Linguística*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, p. 29-59, 2020. DOI: <https://doi.org/10.31513/linguistica.2020.v16n3a36046>

BARONAS, R. L. Formação discursiva e discurso em Foucault e em Pêcheux: notas de leitura para discussão. In: Seminário de Estudos em Análise do Discurso, V, 2011. *Anais V Seminário de Estudos em Análise do Discurso*, 2011.

BIANCHETTI, L. Aspectos históricos da educação especial. *Revista Brasileira de Educação Especial*, São Paulo, v. 2, n. 03, p. 07-19, 1995.

BISSOTO, M. L. Educação inclusiva e exclusão social. *Revista Educação Especial*, p. 91-108, 2013.

CAMARGO, E. P. de. Inclusão social, educação inclusiva e educação especial: enlases e desenlases. *Ciência & Educação*, Bauru, v. 23, p. 1-6, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/1516-731320170010001>

COURTINE, J. J. O conceito de formação discursiva. In: BARONAS, R. L. (org.). *Análise de discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva*. Araraquara: Letraria, 2020, p. 58-87.

FERREIRA, E. L.; CAVALLARI, J. S. Sobre o (não) deslocamento dos sentidos da diferença no processo de inclusão escolar. *Línguas e Instrumentos Linguísticos*, Campinas, v. 32, v. 2, p. 87-103, 2013.

FERREIRA, E. L.; ORLANDI, E. (Org.). *Discursos sobre a inclusão*. Niterói: Intertexto, 2014.

FERNANDES, A. T. Etnicização e racização do processo de exclusão social. *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, v. 5, p. 7-67, 1995.

FOUCAULT, M. *Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Nau, 2001[1969].

FOUCAULT, M. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. 8ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002 [1966].

FRANÇA, T. H. Modelo Social da Deficiência: uma ferramenta sociológica para a emancipação social. *Lutas Sociais*, v. 17, n. 31, p. 59-73, 2013.

GENTILI, P. Neoliberalismo e educação: manual do usuário. In: GENTILI, P. (org.). *Escola S.A: Quem ganha e quem perde, no mercado educacional do neoliberalismo*. Brasília. CNTE, 1996, p. 9-49.

GUILHAUMOU, J. Os Historiadores do Discurso e a Noção-Conceito de Formação Discursiva: narrativa de uma transvaliação imanente. In: BARONAS, R. L. (org.). *Análise de discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva*. Araraquara: Letraria, 2020, p. 88-105.

LIMA, F. dos S. *Desafios para a formação educacional dos surdos no Brasil: uma análise crítica e discursiva das representações dos atores sociais sobre a temática do ENEM 2017*. 2018. 134 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2018.

LIMA, C. P.; LOPES, M.; CAMPELO, V. C. A. “Privilégios” para deficientes: uma análise discursiva sobre uma peça publicitária que circulou em Curitiba, em 2015. In: MOURA, J. B.; BATISTA JUNIOR, J. R. L.; LOPES, M. (orgs.). *Sentidos em disputa: discursos em funcionamento*. Teresina/São Carlos: EDUFPI/Pedro & João Editores, 2017, v. 1, p. 80-92.

LODI, A. C. B. Plurilingüismo e surdez: uma leitura bakhtiniana da história da educação dos surdos. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 31, n. 03, p. 409-424, 2005. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1517-97022005000300006>

LUCKESI, C. *Filosofia da educação*. São Paulo: Cortez, 1994.

MALDIDIER, D. Elementos para uma história da análise do discurso na França. In: ORLANDI, E. (org.). *Gestos de leitura: da história no discurso*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997, 2ª ed., p. 15-28.

MAINGUENEAU, D. A análise do discurso e suas fronteiras. *Revista Matraca*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 20, p. 13-37, 2007.

MAINGUENEAU, D. *Genèses du discours*. Editions Mardaga, 1984.

MARCHESAN, A.; CARPENEDO, R. F. Capacitismo: entre a designação e a significação da pessoa com deficiência. *Revista Trama*, Marechal Cândido Rondon, v. 17, n. 40, p. 45-55, 2021. DOI: <https://doi.org/10.48075/rt.v17i40.26199>

MARTINS E SILVA, V. R. *O sujeito deficiente mental e os paradoxos do corpo*. 2006. 128p. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

MOIRAND, S. Discursos sobre a ciência e posicionamentos ideológicos: retorno sobre as noções de formação discursiva e memória discursiva. In: BARONAS, R. L. (org.). *Análise de discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva*. Araraquara: Letraria, 2020, p. 152-193.

ORLANDI, E. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. 11ª ed. Campinas: Pontes Editores, 2013.

ORLANDI, E. Ser diferente é ser diferente – a quem interessam as minorias. In: BIANCHI, R.; CAVALLARI, J. (orgs.). *Trilogia da Diversidade – Sociedade e Diversidade*. Campinas: Pontes Editores, 2016, v. 2, p. 19-33.

PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET, F.; HAK, T. *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Unicamp, 2014. [1969], 5ª ed., p. 59-158.

PÊCHEUX, M. A análise de discurso: três épocas. In: GADET, F.; HAK, T. (org.) *Por uma análise automática do discurso*. Uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990 [1983], p. 311-319.

PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso. Uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Editora da Unicamp, 1988 [1975]..

- PÊCHEUX, M. Sobre os contextos epistemológicos da análise do discurso. *Cadernos de Tradução do Instituto de Letras da UFRGS*. Porto Alegre, n. 1, nov. 1998.
- ROCHA, D.; DEUSDARÁ, B. Discurso e Análise de conteúdo. In: DI FANTI, M. da G.; BRANDÃO, H. N. *Discurso – tessituras de linguagem e trabalho*. São Paulo: Cortez, 2017.
- SACKS, O. *Vendo vozes: uma viagem ao mundo dos surdos*. Editora Companhia das Letras, 2010.
- SANTOS, L. X. dos. “Deficiência” para um dicionário marxista: a política capacitista de uma palavra. *Pensata*, São Paulo, v. 9, n. 2, 2020. DOI: <https://doi.org/10.34024/pensata.2020.v9.11100>
- SOBRAL, D. A. P. S. O discurso neoliberal no ideário educacional brasileiro: a (des)velação na materialidade discursiva do ENEM. *Tabuleiro de Letras*, n. 6, p. 22-45, 2013.
- TEIXEIRA, V. G. A lei e a realidade: a representação da imagem do surdo nos documentos sobre a proposta de educação inclusiva. In: Congresso Nacional de Linguística e Filologia, XVIII, 2014, Rio de Janeiro. *Cadernos do CNLF (CiFEFil) XVIII – nº 7 Fonética, Fonologia, Ortografia e Política Linguística e de Ensino*, Rio de Janeiro: CIFEFIL, p. 39-50, 2014.

ANEXO 1 – *Corpus da pesquisa*

TEXTO 1

Na mitologia grega, Sísifo foi condenado por Zeus a rolar uma enorme pedra morro acima eternamente. Todos os dias, Sísifo atingia o topo do rochedo, contudo era vencido pela exaustão, assim a pedra retornava à base. Hodiernamente, esse mito assemelha-se à luta cotidiana dos deficientes auditivos brasileiros, os quais buscam ultrapassar as barreiras as quais os separam do direito à educação. Nesse contexto, não há dúvidas de que a formação educacional de surdos é um desafio no Brasil o qual ocorre, infelizmente, devido não só à negligência governamental, mas também ao preconceito da sociedade.

A Constituição cidadã de 1988 garante educação inclusiva de qualidade aos deficientes, todavia o Poder Executivo não efetiva esse direito. Consoante Aristóteles no livro “Ética a Nicômaco”, a política serve para garantir a felicidade dos cidadãos, logo se verifica que esse conceito encontra-se deturpado no Brasil à medida que a oferta não apenas da educação inclusiva, como também da preparação do número suficiente de professores especializados no cuidado com surdos não está presente em todo o território nacional, fazendo os direitos permanecerem no papel.

Outrossim, o preconceito da sociedade ainda é um grande impasse à permanência dos deficientes auditivos nas escolas. Tristemente, a existência da discriminação contra surdos é reflexo da valorização dos padrões criados pela consciência coletiva. No entanto, segundo o pensador e ativista francês Michel Foucault, é preciso mostrar às pessoas que elas são mais livres do que pensam para quebrar pensamentos errôneos construídos em outros momentos históricos. Assim, uma mudança nos valores da sociedade é fundamental para transpor as barreiras à formação educacional de surdos.

Portanto, indubitavelmente, medidas são necessárias para resolver esse problema. Cabe ao Ministério da Educação criar um projeto para ser desenvolvido nas escolas o qual promova palestras, apresentações artísticas e atividades lúdicas a respeito do cotidiano e dos direitos dos surdos – uma vez que ações culturais coletivas têm imenso poder transformador – a fim de que a comunidade escolar e a sociedade no geral – por conseguinte – conscientizem-se. Desse modo, a realidade distanciar-se-á do mito grego e os Sísifos brasileiros vencerão o desafio de Zeus.

TEXTO 2

Na obra “Memórias Póstumas de Brás Cubas”, o realista Machado de Assis expõe, por meio da repulsa do personagem principal em relação à deficiência física (ela era “coxa”), a maneira como a sociedade brasileira trata os deficientes. Atualmente, mesmo após avanços nos direitos desses cidadãos, a situação de exclusão e preconceito permanece e se reflete na precária condição da educação ofertada aos surdos no País, a qual é responsável pela dificuldade de inserção social desse grupo, especialmente no ramo laboral.

Convém ressaltar, a princípio, que a má formação socioeducacional do brasileiro é um fator determinante para a permanência da precariedade da educação para deficientes auditivos no País, uma vez que os governantes respondem aos anseios sociais e grande parte da população não exige uma educação inclusiva por não necessitar dela. Isso, consoante ao pensamento de A. Schopenhauer de que os limites do campo da visão de uma pessoa determinam seu entendimento a respeito do mundo que a cerca, ocorre porque a educação básica é deficitária e pouco prepara cidadãos no que tange ao respeito às diferenças. Tal fato se reflete nos ínfimos investimentos governamentais em capacitação profissional e em melhor estrutura física, medidas que tornariam o ambiente escolar mais inclusivo para os surdos.

Em consequência disso, os deficientes auditivos encontram inúmeras dificuldades em variados âmbitos de suas vidas. Um exemplo disso é a difícil inserção dos surdos no mercado de trabalho, devido à precária educação recebida por eles e ao preconceito intrínseco à sociedade brasileira. Essa conjuntura, de acordo com as ideias do contratualista John Locke, configura-se uma violação do “contrato social”, já que o Estado não cumpre sua função de garantir que tais cidadãos gozem de direitos imprescindíveis (como direito à educação de qualidade) para a manutenção da igualdade entre os membros da sociedade, o que expõe os surdos a uma condição de ainda maior exclusão e desrespeito.

Diante dos fatos supracitados, faz-se necessário que a Escola promova a formação de cidadãos que respeitem às diferenças e valorizem a inclusão, por intermédio de palestras, debates e trabalhos em grupo, que envolvam a família, a respeito desse tema, visando a ampliar o contato entre a comunidade escolar e as várias formas de deficiência. Além disso, é imprescindível que o Poder Público destine maiores investimentos à capacitação de profissionais da educação especializados no ensino inclusivo e às melhorias estruturais nas escolas, com o objetivo de oferecer aos surdos uma formação mais eficaz. Ademais, cabe também ao Estado incentivar a contratação de deficientes por empresas privadas, por meio de subsídios e Parcerias Público-Privadas, objetivando a ampliar a participação desse grupo social no mercado de trabalho. Dessa forma, será possível reverter um passado de preconceito e exclusão, narrado por Machado de Assis e ofertar condições de educação mais justas a esses cidadãos.

TEXTO 3

No Brasil, o início do processo de educação de surdos remonta ao Segundo Reinado. No entanto, esse ato não se configurou como inclusivo, já que se caracterizou pelo estabelecimento de um “apartheid” educacional, ou seja, uma escola exclusiva para tal público, segregando-o dos que seriam considerados “normais” pela população. Assim, notam-se desafios ligados à formação educacional das pessoas com dificuldade auditiva, seja por estereotipação da sociedade civil, seja por passividade governamental. Portanto, haja vista que a educação é fundamental para o desenvolvimento econômico do referido público e, logo, da nação, ela deve ser efetivada aos surdos pelos agentes adequados, a partir da resolução dos entraves vinculados a ela. Sob esse viés, pode-se apontar como um empecilho à implementação desse direito, reconhecido por mecanismos legais, a discriminação enraizada em parte da sociedade, inclusive dos próprios responsáveis por essas pessoas com limitação. Isso por ser explicado segundo o sociólogo Talcott Parsons, o qual diz que a família é uma máquina que produz personalidades humanas, o que legitima a ideia de que o preconceito por parte de muitos pais dificulta o acesso à educação pelos surdos. Tal estereótipo está associado a uma possível invalidez da pessoa com deficiência e é procrastinado, infelizmente, desde o Período Clássico grego, em que deficientes eram deixados para morrer por serem tratados como insignificantes, o que dificulta, ainda hoje, seu pleno desenvolvimento e sua autonomia.

Além do mais, ressalte-se que o Poder Público incrementou o acesso do público abordado ao sistema educacional brasileiro ao tornar a Libras uma língua secundária oficial e ao incluí-la, no mínimo, à grade curricular pública. Contudo, devido à falta de fiscalização e de políticas públicas ostensivas por parte de algumas gestões, isso não é bem efetivado. Afinal, dados estatísticos mostram que o número de brasileiros com deficiência auditiva vem diminuindo tanto em escolas inclusivas – ou bilíngues –, como em exclusivas, a exemplo daquela criada no Segundo Reinado. Essa situação abjeta está relacionada à inexistência ou à incipiência de professores que dominem a Libras e à carência de aulas proficientes, inclusivas e proativas, o que deveria ser atenuado por meio de uma maior gerência do Estado nesse âmbito escolar.

Diante do exposto, cabe às instituições de ensino com proatividade o papel de deliberar acerca dessa limitação em palestras elucidativas por meio de exemplos em obras literárias, dados estatísticos e depoimentos de pessoas envolvidas com o tema, para que a sociedade civil, em especial os pais de surdos, não seja complacente com a cultura de estereótipos e preconceitos difundidos socialmente. Outrossim, o próprio público deficiente deve alertar a outra parte da população sobre seus direitos e suas possibilidades no Estado civil a partir da realização de dias de conscientização na urbe e da divulgação de textos proativos em páginas virtuais, como “Quebrando o Tabu”. Por fim, ativistas políticos devem realizar mutirões no Ministério ou na Secretaria de Educação, pressionando os demiurgos indiferentes à problemática abordada, com o fito de incentivá-los a profissionalizarem adequadamente os professores – para que todos saibam, no mínimo, o básico de Libras – e a efetivarem o estudo da Língua Brasileira de Sinais, por meio da disponibilização de verbas e da criação de políticas públicas convenientes, contrariando a teórica inclusão da primeira escola de surdos brasileira.

TEXTO 4

A formação educacional de surdos encontra, no Brasil, uma série de empecilhos. Essa tese pode ser comprovada por meio de dados divulgados pelo Inep, os quais apontam que o número de surdos matriculados em instituições de educação básica tem diminuído ao longo dos últimos anos. Nesse sentido, algo deve ser feito para alterar essa situação, uma vez que milhares de surdos de todo o país têm o seu direito à educação vilipendiado, confrontando, portanto, a Constituição Cidadã de 1988, que assegura a educação como um direito social de todo o cidadão brasileiro.

Em primeira análise, o descaso estatal com a formação educacional de deficientes auditivos mostra-se como um dos desafios à consolidação dessa formação. Isso porque poucos recursos são destinados pelo Estado à construção de escolas especializadas na educação de pessoas surdas, bem como à capacitação de profissionais para atenderem às necessidades especiais desses alunos. Ademais, poucas escolas são adequadamente equipadas para o uso de libras, segunda língua oficial do Brasil, a qual é primordial para a inclusão de alunos surdos em instituições de ensino. Dessa forma, a negligência do Estado, ao investir minimamente na educação de pessoas especiais, dificulta a universalização desse direito social tão importante.

Em segunda análise, o preconceito da sociedade com os deficientes apresenta-se como outro fator preponderante para a dificuldade na efetivação da educação de pessoas surdas. Essa forma de preconceito não é algo recente na história da humanidade: ainda no Império Romano, crianças deficientes eram sentenciadas à morte, sendo jogadas de penhascos. O preconceito ao deficiente auditivo, no entanto, reverbera na sociedade atual, calcada na ética dilitarista, que considera inútil pessoas que, aparentemente menos capacitadas, têm pouca serventia à comunidade, como é caso de surdos. Os deficientes auditivos, desse modo, são muitas vezes vistos como pessoas de menor capacidade intelectual, sendo excluídos pelos demais, o que dificulta aos surdos não somente o acesso à educação, mas também à posterior entrada no mercado de trabalho.

Nesse sentido, urge que o Estado, por meio de envio de recursos ao Ministério da Educação, promova a construção de escolas especializadas em deficientes auditivos e a capacitação de profissionais para atuarem não apenas nessas escolas, mas em instituições de ensino comuns também, objetivando a ampliação do acesso à educação aos surdos, assegurando a estes, por fim, o acesso a um direito garantido constitucionalmente.

Outrossim, ONGs devem promover, através da mídia, campanhas que conscientizem a população acerca da importância do deficiente auditivo para a sociedade, enfatizando em mostrar a capacidade cognitiva e intelectual do surdo, o qual seria capaz de participar da população economicamente ativa (PEA), como fosse concedido a este o direito à educação e à equidade de tratamento, por meio da difusão do uso de libras.

Dessa forma, o Brasil poderia superar os desafios à consolidação da formação educacional de surdos.

TEXTO 5

Sob a perspectiva filosófica de São Tomás de Aquino, todos os indivíduos de uma sociedade democrática possuem a mesma importância, além dos mesmos direitos e deveres. No entanto, percebe-se que, no Brasil, os deficientes auditivos compõem um grupo altamente desfavorecido no tocante ao processo de formação educacional, visto que o país enfrenta uma série de desafios para atender a essa demanda. Nesse contexto, torna-se evidente a carência de estrutura especializada no acompanhamento desse público, bem como a compreensão deturpada da função social deste.

O filósofo italiano Norberto Bobbio afirma que a dignidade humana é uma qualidade intrínseca ao homem, capaz de lhe dar direito ao respeito e à consideração por parte do Estado. Nessa lógica, é notável que o poder público não cumpre o seu papel enquanto agente fornecedor de direitos mínimos, uma vez que não proporciona aos surdos o acesso à educação com qualidade devida, o que caracteriza um irrespeito descomunal a esse público. A lamentável condição de vulnerabilidade à qual são submetidos os deficientes auditivos é percebida no déficit deixado pelo sistema educacional vigente no país, que revela o despreparo da rede de ensino no que tange à inclusão dessa camada, de modo a causar entraves à formação desses indivíduos e, por conseguinte, sua inserção no mercado de trabalho.

Além disso, outra dificuldade enfrentada pelos surdos para alcançar a formação educativa se dá pela falta de apoio enfrentada por muitos no âmbito familiar, causada pela ignorância quanto às leis protetoras dos direitos do deficiente, que gera uma letargia social nesse aspecto. Esse desconhecimento produz na sociedade concepções errôneas a respeito do papel social do portador de deficiências: como consequência do descumprimento dos deveres constitucionais do Estado, as famílias – acomodadas por pouca instrução – alimentam a falsa ideia de que o deficiente auditivo não tem contribuição significativa para a sociedade, o que o afasta da escolaridade e neutraliza a relevância que possui.

Logo, é necessário que o Ministério da Educação, em parceria com instituições de apoio ao surdo, proporcione a este maiores chances de se inserir no mercado, mediante a implementação do suporte adequado para a formação escolar e acadêmica desse indivíduo – com profissionais especializados em atendê-lo –, a fim de gerar maior igualdade na qualificação e na disputa por emprego. É imprescindível, ainda, que as famílias desses deficientes exijam do poder público a concretude dos princípios constitucionais de proteção a esse grupo, por meio do aprofundamento no conhecimento das leis que protegem essa camada, para que, a partir da obtenção do saber, esse empenho seja fortalecido e, assim, essa parcela receba o acompanhamento necessário para atingir a formação educacional e a contribuição à sociedade.

TEXTO 6

A Declaração Universal dos Direitos Humanos – promulgada em 1948 pela ONU – assegura a todos os indivíduos o direito à educação e ao bem-estar social. Entretanto, o precário serviço de educação pública do Brasil e a exclusão social vivenciada pelos surdos impede que essa parcela da população usufrua desse direito internacional na prática. Com efeito, evidencia-se a necessidade de promover melhorias no sistema de educação inclusiva do país.

Deve-se pontuar, de início, que o aparato estatal brasileiro é ineficiente no que diz respeito à formação educacional de surdos no país, bem como promoção da inclusão social desse grupo. Quanto a essa questão, é notório que o sistema capitalista vigente exige alto grau de instrução para que as pessoas consigam ascensão profissional. Assim, a falta de oferta do ensino de libras nas escolas brasileiras e de profissionais especializados na educação de surdos dificulta o acesso desse grupo ao mercado de trabalho. Além disso, há a falta de formas institucionalizadas de promover o uso de libras, o que contribui para a exclusão de surdos na sociedade brasileira.

Vale ressaltar, também, que a exclusão vivenciada por deficientes auditivos no país evidencia práticas históricas de preconceito. A respeito disso, sabe-se que, durante o século XIX, a ciência criou o conceito de determinismo biológico, utilizado para legitimar o discurso preconceituoso de inferioridade de grupos minoritários, segundo o qual a função social do indivíduo é determinada por características biológicas. Desse modo, infere-se que a incapacidade associada hodiernamente aos deficientes tem raízes históricas, que acarreta a falta de consciência coletiva de inclusão desse grupo pela sociedade civil.

É evidente, portanto, que há entraves para que os deficientes auditivos tenham pleno acesso à educação no Brasil. Dessa maneira, é preciso que o Estado brasileiro promova melhorias no sistema público de ensino do país, por meio de sua adaptação às necessidades dos surdos, como oferta do ensino de libras, com profissionais especializados para que esse grupo tenha seus direitos respeitados. É imprescindível, também, que as escolas garantam a inclusão desses indivíduos, por intermédio de projetos e atividades lúdicas, com a participação de familiares, a fim de que os surdos tenham sua dignidade humana preservada.

TEXTO 7

Segundo o pensamento de Claude Lévi-Strauss, a interpretação adequada do coletivo ocorre por meio do entendimento das forças que estruturam a sociedade, como os eventos históricos e as relações sociais. Esse panorama auxilia na análise da questão dos desafios para a formação educacional dos surdos no Brasil, visto que a comunidade, historicamente, marginaliza as minorias, o que promove a falta de apoio da população e do Estado para com esse deficiente auditivo, dificultando a sua participação plena no corpo social e no cenário educativo. Diante dessa perspectiva, cabe avaliar os fatores que favorecem esse quadro, além de o papel das escolas na inserção desse sujeito.

Em primeiro plano, evidencia-se que a coletividade brasileira é estruturada por um modelo excludente imposto pelos grupos dominantes, no qual o indivíduo que não atende aos requisitos estabelecidos, branco e abastado, sofre uma periferização social. Assim, ao analisar a sociedade pela visão de Lévi-Strauss, nota-se que tal deficiente não é valorizado de forma plena, pois as suas necessidades escolares e a sua inclusão social são tidas como uma obrigação pessoal, sendo que esses deveres, na realidade, são coletivos e estatais. Por conseguinte, a formação educacional dos surdos é prejudicada pela negligência social, de modo que as escolas e os profissionais não estão capacitados adequadamente para oferecer o ensino em Libras e os demais auxílios necessários, devido a sua exclusão, já que não se enquadra no modelo social imposto. Outro ponto relevante, nessa temática, é o conceito de Modernidade Líquida de Zygmunt Bauman, que explica a queda das atitudes éticas pela fluidez dos valores, a fim de atender aos interesses pessoais, aumentando o individualismo. Desse modo, o sujeito, ao estar imerso nesse panorama líquido, acaba por perpetuar a exclusão e a dificuldade de inserção educacional dos surdos, por causa da redução do olhar sobre o bem-estar dos menos favorecidos. Em vista disso, os desafios para a formação escolar de tais deficientes auditivos estão presentes na estruturação desigual e opressora da coletividade, bem como em seu viés individualista, diminuindo as oportunidades sociais e educativas dessa minoria.

Logo, medidas públicas são necessárias para alterar esse cenário. É fundamental, portanto, a criação de oficinas educativas, pelas prefeituras, visando à elucidação das massas sobre a marginalização da educação dos surdos, por meio de palestras de sociólogos que orientem a inserção social e escolar desses sujeitos. Ademais, é vital a capacitação dos professores e dos pedagogos, pelo Ministério da Educação, com o fito de instruir sobre as necessidades de tal grupo, como o ensaio em Libras, utilizando cursos e métodos para acolher esses deficientes e incentivar a sua continuidade nas escolas, a fim de elevar a visualização dos surdos como membros do corpo social. A partir dessas ações, espera-se promover uma melhora das condições educacionais e sociais desse grupo.

TEXTO 8

Educação inclusiva

Durante o século XIX, a vinda da Família Real ao Brasil trouxe consigo a modernização do país, com a construção das escolas e universidades. Também, na época, foi inaugurada a primeira escola voltada para a inclusão social de surdos. Não se vê, entretanto, na sociedade atual, tal valorização educacional relacionada à comunidade surda, posto que os embates que impedem sua evolução tornam-se cada vez mais evidentes. Desse modo, os entraves para a educação de deficientes auditivos denotam um país desestruturado e uma sociedade desinformada sobre sua composição bilíngue.

A princípio, a falta de profissionais qualificados dificulta o contato do portador de surdez com a base educacional necessária para a inserção social. O Estado e a sociedade moderna têm negligenciado os direitos da comunidade surda, pois a falta de intérpretes capacitados para a tradução educativa e a inexistência de vagas em escolas inclusivas perpetuam a disparidade entre surdos e ouvintes, condenando os detentores da surdez aos menores cargos da hierarquia social. Lê-se, pois, é paradoxal que, em um Estado Democrático, ainda haja o ferimento de um direito previsto constitucionalmente: o direito à educação de qualidade.

Além disso, a ignorância social frente à conjuntura bilíngue do país é uma barreira para capacitação pedagógica do surdo. Helen Keller – primeira mulher surdo-cega a se formar e tornar-se escritora – definia a tolerância como maior presente de uma boa educação. O pensamento de Helen não tem se aplicado à sociedade brasileira, haja vista que não se tem utilizado a educação para que se torne comum aos cidadãos a proximidade com portadores de deficiência auditiva, como aulas de Libras, segunda língua oficial do Brasil. Dessa forma, torna-se evidente o distanciamento causado pela inexperience dos indivíduos em lidar com a mescla que forma o corpo social a que possuem.

Infere-se, portanto, que é imprescindível a mitigação dos desafios para a capacitação educacional dos surdos. Para que isso ocorra, o Ministério da Educação e Cultura deve realizar a inserção de deficientes auditivos nas escolas, por meio da contratação de intérpretes e disponibilização de vagas em instituições inclusivas, com o objetivo de efetivar a inclusão social dos indivíduos surdos, haja vista que a escola é a máquina socializadora do Estado. Ademais, a escola deve preparar surdos e ouvintes para a convivência harmoniosa, com a introdução de aulas de Libras na grade curricular, a fim de uniformizar o laço social e, também, cumprir com a máxima de Nelson Mandela que constitui a educação como segredo para transformar o mundo. Poder-se-á, assim, visar a uma educação, de fato, inclusiva no Brasil.

Fonte: Produção própria, a partir de textos reunidos no portal G1

(Enem 2017: leia redações nota mil | Educação | G1)

ANEXO 2 – Proposta de redação e textos motivadores – ENEM 2017

enem2017

INSTRUÇÕES PARA A REDAÇÃO

- O rascunho da redação deve ser feito no espaço apropriado.
- O texto definitivo deve ser escrito à tinta, na folha própria, em até 30 linhas.
- A redação que apresentar cópia dos textos da Proposta de Redação ou do Caderno de Questões terá o número de linhas copiadas desconsiderado para efeito de correção.

Receberá nota zero, em qualquer das situações expressas a seguir, a redação que:

- desrespeitar os direitos humanos.
- tiver até 7 (sete) linhas escritas, sendo considerada "texto insuficiente".
- fugir ao tema ou que não atender ao tipo dissertativo-argumentativo.
- apresentar parte do texto deliberadamente desconectada do tema proposto.

TEXTOS MOTIVADORES

TEXTO I

CAPÍTULO IV DO DIREITO À EDUCAÇÃO

Art. 27. A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.

Parágrafo único. É dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação.

Art. 28. Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar: [...]

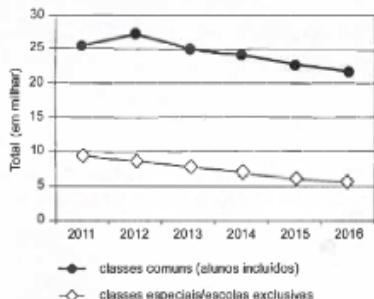
IV - oferta de educação bilíngue, em Libras como primeira língua e na modalidade escrita da língua portuguesa como segunda língua, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas; [...]

XII - oferta de ensino da Libras, do Sistema Braille e de uso de recursos de tecnologia assistiva, de forma a ampliar habilidades funcionais dos estudantes, promovendo sua autonomia e participação.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em: 9 jun. 2017 (fragmento).

TEXTO II

Matrículas de Surdos na Educação Básica - Educação Especial



Fonte: Inep.

TEXTO III



Disponível em: <http://servicos.pe4.mpt.mp.br>. Acesso em: 3 jun. 2017 (adaptado).

TEXTO IV

No Brasil, os surdos só começaram a ter acesso à educação durante o Império, no governo de Dom Pedro II, que criou a primeira escola de educação de meninos surdos, em 26 de setembro de 1857, na antiga capital do País, o Rio de Janeiro. Hoje, no lugar da escola funciona o Instituto Nacional de Educação de Surdos (Ines). Por isso, a data foi escolhida como Dia do Surdo.

Contudo, foi somente em 2002, por meio da sanção da Lei nº 10.436, que a Língua Brasileira de Sinais (Libras) foi reconhecida como segunda língua oficial no País. A legislação determinou também que devem ser garantidas, por parte do poder público em geral e empresas concessionárias de serviços públicos, formas institucionalizadas de apoiar o uso e difusão da Libras como meio de comunicação objetiva.

Disponível em: www.brazil.gov.br. Acesso em: 9 jun. 2017 (adaptado).

PROPOSTA DE REDAÇÃO

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema "Desafios para a formação educacional de surdos no Brasil", apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

LC - 1º dia | Caderno 2 - AMARELO - Página 19

Fonte: Enem 2017: leia redações nota mil | Educação | G1.

Os impactos da “falta de escuta” em enunciados de pessoas em situação de rua

The impact of the “lack of listening” in utterances of homeless people

Valentina Nicolino Pereira

Universidade de São Paulo (USP)

São Paulo | SP | BR

valentina.nicolino@usp.br

<https://orcid.org/0000-0001-9149-4939>

Sheila Vieira de Camargo Grillo

Universidade de São Paulo (USP)

São Paulo | SP | BR

CNPq

sheilagrillo@usp.br

<https://orcid.org/0000-0003-0480-2660>

Resumo: O presente artigo tem como objetivo compreender quais são os possíveis impactos da marginalização social em enunciados e interações discursivas de pessoas em situação de rua, com destaque para a denominada “falta de escuta”. O *corpus* analisado é composto pelas transcrições de depoimentos de pessoas em situação de rua, registrados em forma de vídeo pela ONG SP Invisível. A análise foi pautada no método sociológico apresentado por Volóchinov em *Marxismo e Filosofia da Linguagem*: Problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem, enquanto as transcrições foram feitas de acordo com as normas do Projeto NURC, que permitem o registro de aspectos verbais e extraverbais dos enunciados. Os resultados apontam que a marginalização social e a menor ocorrência de interações discursivas não prejudicam o endereçamento e a inscrição do locutor em seu enunciado, bem como a organização do conteúdo temático e da construção composicional.

Palavras-chave: enunciado; endereçamento; marginalização; falta de escuta.

Abstract: The article aims to understand what are the possible impacts of social marginalization by analyzing utterances and discursive interactions of homeless people, especially the “lack of listening”. The analyzed *corpus* is composed of transcripts of testimonials from homeless people, recorded in video format by the NGO SP Invisível. The analysis was based on the sociological method presented by Voloshinov in *Marxism and Philosophy of Language*, while the transcriptions were made according to the rules of the NURC Project, which



allow the recording of verbal and extraverbal aspects of utterances. The results indicate that social marginalization and the lower occurrence of discursive interactions do not affect the speakers' addressing and self inscription in their utterances, as well as the thematic content organization and compositional construction.

Keywords: utterance; addressing; marginalization; lack of listening.

1 Introdução

A história brasileira é permeada pela desigualdade social e pela marginalização de minorias sociais. Ao analisarmos a frágil relação entre classes na nossa sociedade, percebemos que, com a chegada da Família Real ao Rio de Janeiro, no século XIX, projetos higienistas são articulados de forma a “limpar” o centro da cidade (Rozendo; Rozendo, 2012, p.19). Nesse contexto, a população em situação de rua se torna alvo de encarceramento e internação obrigatória – as pessoas em situação de rua passam a ser culpadas pela promiscuidade, vadiagem e proliferação de doenças.

Embora a aporofobia seja um conceito recente e referente à discriminação de pessoas de classes baixas e em situação de vulnerabilidade social, é fundamental compreender as nuances dessa opressão. Pessoas em situação de vulnerabilidade social são numerosas o suficiente para ocuparem diferentes espaços, de forma que sua presença no cotidiano social não seja totalmente apagada. Entretanto, na sociedade brasileira, apesar da população mais pobre frequentemente ter seus direitos violados (seja pelo Estado, seja por organizações privadas, seja por classes sociais mais abastadas), não podemos presumir que classes sociais vulneráveis são apenas uma massa amorfa, sem particularidades e necessidades específicas.

Considerando que os indivíduos em situação de rua são frequentemente excluídos dos estudos da linguagem e das investigações linguísticas conduzidas por pesquisadores, o presente artigo tem o objetivo de compreender **quais são os possíveis impactos da marginalização social em enunciados e interações discursivas de pessoas em situação de rua**. Para atingir esse objetivo, foram selecionados vídeos com depoimentos de pessoas em situação de rua da cidade de São Paulo, produzidos pela ONG SP Invisível. Esses vídeos foram analisados na perspectiva estilística proposta por Mikhail Bakhtin (2013[194-]) e complementados por análises gramaticais funcionalistas, que realizam uma descrição do “uso efetivo dos itens da língua” (Moura Neves, 2000, p.14), bem como pelos seguintes conceitos da análise da conversação: turnos conversacionais, interações simétricas e assimétricas¹.

A investigação é baseada, principalmente, nos trabalhos do Círculo de Bakhtin, nos quais a linguagem é abordada em seu contexto social, econômico e histórico. Para realizar

¹ Uma articulação entre o conceito de interação discursiva desenvolvido por Valentin Volóchinov e conceitos da Análise da Conversação já se revelaram produtivos para a análise de diálogos orais e escritos, conforme o trabalho de Beth Brait (2001).

as análises, serão mobilizados os conceitos de enunciado, ouvinte interior, discurso interior, orientação social do enunciado, vivência e gêneros do discurso, que serão apresentados na seção seguinte e acompanhados por reflexões a respeito da falta de escuta às pessoas em situação de rua. analisados na perspectiva estilística proposta por Mikhail Bakhtin (2013[194-]) e complementados por análises gramaticais funcionalistas, que realizam uma descrição do “uso efetivo dos itens da língua” (Moura Neves, 2000, p.14).

2 Conceitos essenciais da obra de Mikhail Bakhtin e do Círculo para esta pesquisa

Para analisar nosso objeto – enunciados de pessoas em situação de rua – é fundamental expormos a perspectiva teórica da investigação. Os conceitos de enunciado, ouvinte interior, discurso interior, orientação social do enunciado, vivência, gêneros do discurso, relações dialógicas de polêmica aberta e velada serão apresentados a partir da análise de textos de Valentin Volóchinov e Mikhail Bakhtin, em ordem cronológica de publicação e considerando o processo de elaboração dos conceitos pelos autores.

Começaremos a exposição pela obra de Valentin Volóchinov. Primeiramente, abordaremos o artigo *A palavra na vida e a palavra na poesia: para uma poética sociológica* (2019[1926]), pois, por meio dele podemos apreender os seguintes conceitos fundamentais para a análise do *corpus*: a constituição do enunciado, o ouvinte interior, o discurso interior e a orientação social do enunciado. Após a revisão deste, seguimos para *Marxismo e Filosofia da Linguagem. Problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*, onde podemos observar, detalhadamente, como a linguagem e os gêneros discursivos funcionam na sociedade. Então, faremos a revisão da trilogia de artigos *Estilística do discurso literário I, II e III* (2019[1930]), que discute conceitos também presentes nos outros textos.

Em *A palavra na vida e a palavra na poesia: para uma poética sociológica* (2019[1926]), Valentin Volóchinov discorre sobre a essência social da palavra e sua relação com a situação cotidiana extraverbal em que surgiu.

Como então esse horizonte extraverbal se relaciona com a palavra, isto é, o dito com o não dito?

Em primeiro lugar, está totalmente claro que a palavra aqui não reflete em absoluto a situação extraverbal do mesmo modo que o espelho reflete o objeto. Nesse caso, a palavra tende a *resolver a situação*, atribuindo a ela uma espécie de *conclusão avaliativa*. Com muito mais frequência, o enunciado do cotidiano continua e desenvolve ativamente a situação, bem como traça o plano da ação futura e o organiza. Para nós, é importante outro aspecto do enunciado cotidiano: seja qual for, ele sempre conecta os participantes da situação, como *coparticipantes* que conhecem, compreendem e avaliam a situação do mesmo modo. (Volóchinov, 2019[1926], p.119).

A conclusão avaliativa operada pela palavra, bem como a conexão entre os coparticipantes realizada no enunciado cotidiano apontam para a necessidade de identificar quem se dispõe a compreender e avaliar a condição e o enunciado da pessoa em situação de rua. A partir da proposição de Volóchinov de que o enunciado cotidiano conecta os participantes da situação, observamos na realidade brasileira que poucas pessoas se dispõem a interagir com

essa população marginalizada, visto que no Brasil não existe esforço institucional para acolher esses indivíduos, nem uma real vontade de compreender a pessoa em situação de rua.

Essas considerações podem ser parcialmente discutidas mediante análise do artigo *Estilística do discurso literário I: O que é a linguagem/língua?* (2019[1930]), no qual é esclarecido que a linguagem e a língua surgem da *necessidade comum*. A partir disso, uma possibilidade que levantamos para o motivo de poucas pessoas estarem dispostas a compreender o indivíduo em situação de rua é que este é visto como um estranho em qualquer aspecto. De maneira frequente, a pessoa em situação de rua é percebida como alguém sem traços comuns com indivíduos em melhores situações sociais. A suposta falta da *necessidade comum* seria um entrave para a comunicação.

A “falta de escuta” (e desigualdades sociais em geral) surge quando uma das partes acredita que suas necessidades e seus objetivos são divergentes e mais importantes – o que a levaria a desconsiderar as necessidades primárias como alimentação, alojamento, acesso à cultura, entre outras. Nesse sentido, as pessoas de outras classes sociais enxergariam motivos para dialogar com pessoas em situação de rua? Esse questionamento surge com a constatação de que o diálogo e os gêneros discursivos cotidianos são com frequência ligados à realidade material do homem, pois “a comunicação verbal sempre está ligada, como veremos adiante, às condições da vida real, às ações (atos) reais do homem: de trabalho, de culto (rituais), lúdicos e de outros tipos” (Volóchinov, 2019[1930], p.252).

A população em situação de rua, apesar de ter necessidades compartilhadas, se organiza em grupos fragmentados, o que dificultaria uma reivindicação de direitos. Entretanto, como essa fragmentação, somada à exclusão social, se apresenta nos enunciados e nas interações discursivas dos indivíduos em situação de rua? Lembremos também que a exclusão da pessoa em situação de rua não prejudica somente o diálogo face a face, mas também seu acesso à literatura, ao jornalismo e a textos em geral. Em *Marxismo e Filosofia da Linguagem. Problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem* (2017[1930]), Valentin Volóchinov discorre sobre os dois polos de vivência: a “vivência do eu” e a “vivência do nós”.

O primeiro conceito – “vivência do eu” – é caracterizado pela perda da forma ideológica, das orientações sociais e até mesmo da forma verbal, sendo semelhante à reação fisiológica de um animal. Já o segundo – “vivência do nós” – é sustentado por uma orientação social firme, unida e organizada, e o indivíduo inserido nesse contexto terá um mundo interior mais complexo.

Suponhamos que um faminto tome consciência de sua fome em uma multidão desunida de famintos ocasionais (um azarado, um mendigo etc.). A vivência desse solitário marginalizado terá um tom específico e tenderá a certas formas ideológicas, cuja amplitude pode ser bastante vasta: resignação, vergonha, inveja e outros tons valorativos marcarão sua vivência. Esta irá se desenvolver na direção das formas ideológicas correspondentes: o protesto individualista de um miserável ou a resignação mística penitente. (Volóchinov, 2017[1930], p.209)

O fragmento acima esclarece que a “vivência do nós” não é imutável e se manifesta de diversas formas, além de destacar como as pessoas em situação de rua não conseguem se manter em grandes grupos de forma consistente, pois seu contexto social é deveras instável. Ademais, por meio desses conceitos, podemos perceber de forma acurada como a linguagem é entrelaçada com a coletividade humana e suas atividades, como a política,

as artes e o trabalho, involuntariamente contribuindo para a divisão de classes e estratos (Volóchinov, 2019[1930], p.250).

Esse apontamento não significa, entretanto, que uma sociedade se divide de forma extremamente rígida e não há interação entre indivíduos de diferentes classes, diferentes ocupações, e assim por diante. O principal ponto é que essas diferenças materiais acarretam em diferenças na comunicação, o que pode ser esclarecido pelo artigo *A palavra na vida e a palavra na poesia: para uma poética sociológica*:

Obviamente, a palavra na vida não é autossuficiente. Ela surge da situação cotidiana extraverbal e mantém uma relação muito estreita com ela. Mais do que isso, a palavra é completada diretamente pela própria vida e não pode ser separada dela sem que o seu sentido seja perdido. (Volóchinov, 2019[1926], p. 117)

Com isso, compreendemos que a população em situação de rua é isolada das mais diversas situações cotidianas, e é rechaçada quando se insere em alguma – como frequentar espaços públicos, estabelecimentos comerciais, ou utilizar transporte público. Esse isolamento, marcado pela discriminação, faz com que o indivíduo em situação de rua sofra de forma mais intensa com a divisão social de classes. A respeito disso, devemos considerar o que Volóchinov abordou em *Marxismo e Filosofia da Linguagem. Problemas fundamentais do método sociológico para a ciência da linguagem*:

Como sabemos, todo signo surge entre indivíduos socialmente organizados no processo de sua interação. Portanto, *as formas do signo são condicionadas, antes de tudo, tanto pela organização social desses indivíduos quanto pelas condições mais próximas da sua interação*. (Volóchinov, 2017[1930], p.109, grifos meus)

Entendemos que, no caso de indivíduos em situação de rua, o peso da divisão de classes tem forte influência nas interações discursivas. Devemos considerar, entretanto, que a “falta de escuta” apontada na pesquisa não se resume apenas ao silêncio. Em *Os gêneros do discurso*, Bakhtin considera o silêncio como uma possível resposta ao enunciado do falante – entretanto, o ouvinte que escuta e entende o enunciado irá apresentar uma resposta em algum momento, seja no próprio discurso ou pelo seu comportamento. A questão hierárquica ou a orientação social do enunciado também é tratada por Bakhtin em *Os gêneros do discurso*.

A posição social, o título e o peso do destinatário, refletidos nos destinatários dos campos cotidianos e oficiais, são de índole especial. Nas condições de um regime de classes e particularmente de castas, observa-se uma excepcional diferenciação dos gêneros do discurso e respectivos estilos em função do título, da categoria, da patente, do peso da fortuna e do peso social, da idade do destinatário e da respectiva posição do próprio falante (ou de quem escreve). (Bakhtin, 2016[1952-3], p.64)

Por fim, os conceitos de polêmica velada e polêmica aberta, desenvolvidos por Mikhail Bakhtin no livro *Problemas da poética de Dostoiévski* (2010[1963]) orientarão a análise de fragmentos de vídeos que compõem o *corpus* desta pesquisa. Bakhtin assim define esses dois conceitos:

A polêmica aberta está simplesmente orientada para o discurso refutável do outro, que é o seu objeto. Já a polêmica velada está orientada para um objeto

habitual, nomeando-o, representando-o, enunciando-o, e só indiretamente ataca o discurso do outro, entrando em conflito com ele como no próprio objeto. (Bakhtin, 2010[1963], p.224)

Essas duas modalidades de relações dialógicas, claramente definidas no fragmento acima, se fazem presentes em depoimentos à frente analisados.

Nesta seção, a exposição dos conceitos formulados por Mikhail Bakhtin e Valentin Volóchinov foi acompanhada por reflexões a respeito da falta de escuta às pessoas em situação de rua, a fim de mostrar a relevância do quadro teórico para a análise de enunciados da população em vulnerabilidade social. No entanto, faltou abordar o relativamente recente conceito de aporofobia, o que será feito na sequência.

3 Aporofobia e marginalização social

Além das obras produzidas por integrantes do Círculo, utilizaremos também a obra *Aporofobia, a aversão ao pobre*, de Adela Cortina, filósofa espanhola que analisa as origens e as consequências da aporofobia. O que tratamos como “falta de escuta” é a atitude cotidiana, por parte do ouvinte, de ignorar e não dar ouvidos ao enunciado da pessoa em situação de vulnerabilidade social – aqui em especial da pessoa em situação de rua. Se o silêncio compõe interações discursivas, ele não pode ser considerado única e necessariamente como rejeição aos enunciados de indivíduos em situação de rua. Como observado antes, esse comportamento do ouvinte é, possivelmente, fruto de preconceitos contra indivíduos em situação de rua. Isso é apontado por Cortina:

Ante qualquer oferta explícita ou implícita, a pergunta que alguém se faz a si mesmo como destinatário é: “e eu, o que ganho com isso?”. Somos seres de carências e precisamos supri-las com a educação, mas também com o que os demais podem nos dar. Desta necessidade, nasce o Estado de Direito, que dizem assegurar proteção se cumprirmos com nossos deveres e responsabilidades. Dela nascem as grandes instituições do mundo político, econômico e cultural, com o compromisso de cuidar dos cidadãos, que sempre são vulneráveis. Porém, os pobres parecem quebrar esse jogo de dar e receber, porque nossa mente calculadora percebe que não vão trazer mais que problemas em troca, e, por isso, prospera a tendência de excluí-los. (Cortina, 2020, p. 19)

Quando abordamos a rejeição da pessoa em situação de rua por parte de indivíduos inseridos em classes sociais diversas, devemos considerar que estas, muitas vezes, colocam-se como superiores por conta de sua classe social. Com isso, uma pessoa extremamente pobre pode se sentir hierarquicamente superior a uma pessoa em situação de rua, pois ainda tem certo privilégio; ela não percebe que, em certo grau, ambas sofrem discriminação classista.

Com a acentuada diferença social e econômica entre classes, a convivência humana é permeada por diferentes violências: enquanto pessoas em situação de rua sofrem discriminação e marginalização extrema, também cometem delitos, muitas vezes para sobreviver ou como consequência de abuso de substâncias ou transtornos mentais não tratados. Entendemos que a falta de escuta está ligada a diversos aspectos da marginalização social,

então o destaque ao medo não é a culpabilização dos indivíduos em situação de rua ou responsabilização de indivíduos de classes sociais mais abastadas. A desigualdade social não é uma responsabilidade individual, mas coletiva, e principalmente estatal.

4 Metodologia e corpus

Em um cenário de marginalização, entidades beneficentes e ONGs auxiliam populações em vulnerabilidade social. A ONG SP Invisível, criada em 2014, realiza atendimentos para indivíduos em situação de rua na cidade de São Paulo. Como forma de divulgar a extensão do problema, os membros da ONG entrevistam pessoas em situação de rua; os depoimentos são posteriormente compartilhados em redes sociais. A partir dessas entrevistas, selecionamos um *corpus* de quatro vídeos, com o propósito de compreender quais são os possíveis impactos da marginalização social em enunciados e interações discursivas de pessoas em situação de rua.

Quadro 1 – Título e links dos vídeos selecionados

Vídeos selecionados
“Eu perdi a alegria em viver” - 24/11/2021 https://youtu.be/A6sd4wla544
Morando na rua, como é o Natal? - 30/11/2021 https://youtu.be/4nN4ZFFkbk8
José, um idoso morando na rua - 16/02/2022 https://youtu.be/cd6TkWyVlp4
A vida da mulher morando na rua - 08/03/2022 https://youtu.be/YX_oSWshgXc

Fonte: elaboração própria.

A seleção dos vídeos que compõem o *corpus* do artigo foi orientada por dois critérios: primeiramente, escolhemos vídeos produzidos durante o período pandêmico (2021 e início de 2022), por ser um momento de rupturas sociais, econômicas e políticas, em que ocorreu o aumento de desigualdades sociais, catalisadoras da falta de escuta; em seguida, a escolha dos quatro enunciados se pautou na diversidade de idade, gênero e raça dos entrevistados.

Os conceitos expostos dão clareza aos aspectos da linguagem que buscamos explorar no artigo. Assim, faz sentido que, na análise do *corpus*, seja usado o método sociológico apresentado por Volóchinov:

- 1) *Não se pode isolar a ideologia da realidade material do signo* (ao inseri-la na “consciência” ou em outros campos instáveis e imprecisos);
 - 2) *Não se pode isolar o signo das formas concretas da comunicação social* (pois o signo é uma parte da comunicação social organizada e não existe, como tal, fora dela, pois se tornaria um simples objeto físico);
 - 3) *Não se pode isolar a comunicação e suas formas da base material.*
- (Volóchinov, 2017[1930] p.110)

As categorias de análise dos vídeos compreendem tanto os aspectos verbais, analisados na perspectiva estilística proposta por Mikhail Bakhtin (2013[194-]) e complementados por análises gramaticais funcionalistas, que realizam uma descrição do “uso efetivo dos itens da língua” (Moura Neves, 2000, p.14), quanto os aspectos extraverbais dos enunciados, a saber:

- ◆ Presença ou ausência de endereçamento dos enunciados (vocativos, pronomes de segunda pessoa)
- ◆ A inscrição do locutor em seu enunciado (pronomes de primeira pessoa, conjugação verbal em primeira pessoa, auto-referências ao locutor, exposição de posições pessoais)
- ◆ A organização do conteúdo temático do enunciado (seleção e precisão de temas, ordenamento, valoração, grau de profundidade)
- ◆ A construção composicional dos enunciados (presença ou ausência de réplicas/tornos, enunciados monológicos)

5 Análise dos depoimentos

O gênero “depoimento” está presente em diversas esferas discursivas (como na esfera jurídica, jornalística, entre outras), e pode ser entendido como a expressão, oral ou escrita, de uma experiência pessoal de seu locutor. Por ser um gênero mais frequente na esfera jurídica, grande parte dos estudos sobre depoimentos tratam de enunciados de tal esfera; apesar do contexto diferente do que analisamos nesta pesquisa, algumas observações desses estudos podem ser valiosas para nós. Gabler (1997, p.137) aponta que o depoimento é a fusão do *contar* com o *ser entrevistado*, o que muitas vezes prejudica a linearidade dos fatos expostos. Essa particularidade do gênero tem relação direta com o contexto do depoimento e seus aspectos extraverbais. No nosso *corpus* podemos observar, mais adiante, que a relação entre voluntários e indivíduos em situação de rua é amigável e o discurso é franco, sem preocupação excessiva com a forma.

No presente artigo, os depoimentos utilizados foram enunciados por pessoas em situação de rua, em vídeos produzidos pela ONG SP Invisível, focada em assistência social. Uma vez que o objetivo primário desses vídeos é a divulgação e a conscientização acerca dos problemas enfrentados pela população em situação de rua, consideramos que os depoimentos refletem não somente as experiências pessoais dos locutores, mas também o projeto proposto pela ONG, ou seja, os enunciados produzidos pelas pessoas em situação de rua nos depoimentos são parte de uma relação dialógica com a organização.

Entendemos que os primeiros destinatários dos enunciados presentes nos depoimentos são membros da ONG SP Invisível, que buscam estabelecer interações discursivas com pessoas em situação de rua não apenas para colher depoimentos, mas também para dar continuidade ao projeto de assistência social ao entender, por meio das interações, quais são as necessidades individuais e coletivas das pessoas em situação de rua. Os depoimentos são

colhidos durante ações da ONG, em espaços públicos como praças e parques, na cidade de São Paulo, foco de atuação da organização.

Por meio da transcrição dos vídeos é possível, inicialmente, observar os aspectos verbais dos enunciados produzidos por pessoas em situação de rua e, para isso, optamos por utilizar as normas de transcrição do Projeto NURC por duas razões: 1) visam a análise dos aspectos constitutivos de textos ou enunciados orais, nossa área de pesquisa; e 2) permitem conservar, nas transcrições, alguns aspectos extraverbais dos enunciados, como entonação, manifestações como gestos manuais, risada, choro, aspectos esses descritos por Valentin Volóchinov no artigo *Estilística do discurso literário II: A Construção do Enunciado* (2019[1930]).

6 Presença ou ausência de endereçamento dos enunciados

Para um entendimento detalhado de como os aspectos verbais estão presentes nos enunciados de pessoas em situação de rua, optamos por analisar cada categoria separadamente. Começaremos pela presença ou ausência de endereçamento dos enunciados, pois assim poderemos observar com mais clareza a relação dialógica entre os indivíduos em situação de rua e os integrantes da ONG SP Invisível. A seguir, analisaremos diversos trechos dos depoimentos com indícios de endereçamento e apontaremos suas características.

- (1) eu acho que nenhu::ma de nós aqui estamos capaciTAda pra ter eh:: autodeFEsa né e aqui:: eh não tem como aqui não escapa ou você é/ sofre violências como eu disse por parte da populaÇÃO... (Depoimento de Maria Solange, mulher em situação de rua, retirado do vídeo *A vida da mulher morando na rua*, produzido pela ONG SP Invisível, grifo meu)
- (2) então se eu tiver acompanhada em qualquer lugar eles RESpeiTA porque tem um homem lá perto... até se dormir voCÊ do meu lado vão respeitar... agora se você encostar sozinha com uma manta aí já veio várias pessoas te oferece beBida DROga aí perguntam se você quer um carinho aí já é outra forma... (Depoimento de Regiane Cristina, mulher em situação de rua, retirado do vídeo *A vida da mulher morando na rua*, produzido pela ONG SP Invisível, grifos meus)
- (3) se você falasse que tem uma COZInha lá pra VOcÊ cozinhar... aí todo mundo quer ir... você faz o que você quer coMER cê MEXE na onde você quer mexer... e você tem um banheiro pra você se higienizar porque a maioria - ontem tinha duas aqui que queria SÓ toma banho eu dei o galão... (Depoimento de Regiane Cristina, mulher em situação de rua, retirado do vídeo *A vida da mulher morando na rua*, produzido pela ONG SP Invisível, grifos meus)
- (4) as pessoas olhando ehn diferENTE né porque você é mulher sozinha na rua... com os olhos de OUtras ehn malícia né vamo dizer... (Depoimento de Gabriela de Souza, mulher em situação de rua, retirado do vídeo *A vida da mulher morando na rua*, produzido pela ONG SP Invisível, grifo meu)
- (5) Al é mais medo né porque você é MULher:: é ser mais FRÁgil né e o homem tem uma força maiOR for/ mais forte do que eu e você né... (Depoimento de Gabriela de Souza,

mulher em situação de rua, retirado do vídeo *A vida da mulher morando na rua*, produzido pela ONG SP Invisível, grifos meus)

- (6) mas tem cara que não respeita... cê entendeu a roupa que tu usa te julga muito na rua... (Depoimento de Thaís, mulher em situação de rua, retirado do vídeo “*Eu perdi a alegria em viver*”, produzido pela ONG SP Invisível, grifos meus)
- (7) eu não NÉ que eu comentei um dia com a minha:: ex-esPOsa - acho que dois mil e tre::ze cara - eu falei pra ela “eu nunca tive uma árvore de Natal”... nunca... (Depoimento de Fábio, indivíduo em situação de rua, retirado do vídeo *Morando na rua, como é o Natal?*, produzido pela ONG SP Invisível, grifo meu)
- (8) então:: eu lembrei da ÁRvore de NATal::... que eu te falei... da primeira árvore de Natal... (Depoimento de Fábio, indivíduo em situação de rua, retirado do vídeo *Morando na rua, como é o Natal?*, produzido pela ONG SP Invisível, grifo meu)
- (9) cada um vai pega um dinheiro e junta:: compra umas bebida:: compra umas CArnes faz um churras::quinho bota uma MÚsica::... a gente brinca:: dança:: e assim a gente leva a vida irmão (Depoimento de Ulisses, indivíduo em situação de rua, retirado do vídeo *Morando na rua, como é o Natal?*, produzido pela ONG SP Invisível, grifo meu)

Podemos observar a presença de endereçamento nos enunciados acima por meio do uso de vocativos e pronomes de segunda pessoa. A maior parte dos enunciados faz uso do pronome “você”, enquanto alguns são marcados pelo uso de gíria (“assim a gente leva a vida irmão”) e pelo uso do pronome “te” (“eu lembrei da ÁRvore de NATal::... que eu te falei...”).

Observamos também que os enunciados carregam tom informal (pelo uso do pronome “você”, sua variação “cê” e de gíria como vocativo), apesar da diferença de classe social entre os falantes. Consideramos que o tom informal é uma forma de aproximação entre os voluntários da ONG SP Invisível e os indivíduos em situação de rua, para que haja compreensão entre as necessidades e vontades de cada uma das partes. Não existem, nos enunciados dos indivíduos em situação de rua, indícios de que os interlocutores estejam em uma posição hierárquica superior.

Acreditamos que parte da relação dialógica entre voluntários e assistidos se dá pelo entendimento da *necessidade comum* dos participantes do diálogo. A linguagem, assim como a alimentação, a saúde, o lazer, dentre outras coisas, é uma necessidade comum a todos os indivíduos. Para grande parte da população, as pessoas em situação de rua são alheias às necessidades de classes sociais mais abastadas, o que torna esses indivíduos *estranhos* – como forasteiros em seu próprio país. Mas aos voluntários da ONG, essas diferenças são apaziguadas, o que torna mais humano seu relacionamento com pessoas em vulnerabilidade social. Logo, a orientação social dos enunciados aqui analisados não se molda pelo peso hierárquico dos interlocutores, mas sim pela receptividade com o projeto proposto pela ONG SP Invisível, o que leva a uma escolha de pronomes e vocativos considerados informais.

Nos fragmentos 1, 2, 3, 4 e 5, observamos que o uso do pronome “você” acontece também durante a descrição de cenários hipotéticos ou para descrever situações frequentes que ocorrem com a população em situação de rua.

Embora a definição mais comum de segunda pessoa (tu/você) seja a pessoa à qual a primeira pessoa se dirige, em muitos casos acima o “você” não designa o interlocutor, mas

remete ao impessoalizador “eu, “a gente”, “qualquer pessoa naquela situação”². Nesse caso, temos o uso do “você” de maneira genérica, indeterminada (Moura Neves, 2000, p. 463).

Consideramos que o uso do pronome “você” nesse tipo de descrição é uma forma de estimular a identificação, ou empatia, por parte do interlocutor, para que este consiga entender determinadas necessidades dos indivíduos em situação de rua. Essa escolha de construção do enunciado é novamente um reflexo da relação amigável entre os voluntários e os assistidos, que se mostram confortáveis em expor situações desfavoráveis para que haja maior compreensão de sua posição social. Essa forma de tratamento é abordada por Bakhtin:

Matizes mais sutis do estilo são determinados pela índole e pelo grau de proximidade *pessoal* do destinatário em relação ao falante nos diversos gêneros familiares de discurso, por um lado, e íntimos, por outro. A despeito de toda a imensa diferença entre os gêneros familiares e íntimos (e, respectivamente, os estilos), eles percebem igualmente o seu destinatário em maior ou menor grau fora do âmbito da hierarquia social e das convenções sociais, por assim dizer, “sem classes”. (Bakhtin, 2016[1952-3], p. 65)

Entre os enunciados selecionados, existem dois com uso de gíria (“acho que dois mil e tre::ze cara” / “e assim a gente leva a vida irmão”), que refletem o estilo particular dos falantes. Entendemos que, com a comunicação informal entre os voluntários e os indivíduos em situação de rua, o uso desse tipo de léxico reflete também o caráter descontraído do momento em que os depoimentos são colhidos.

7 A inscrição do locutor em seu enunciado

Agora que já analisamos o endereçamento em enunciados de pessoas em situação de rua, prosseguiremos para a análise da inscrição do locutor em seu enunciado. Selecionamos alguns enunciados com indícios dessa inscrição (pronomes de primeira pessoa, conjugação verbal em primeira pessoa, auto-referências e exposição de posições pessoais) para pautar a análise. Entendemos que a inscrição do locutor em seu enunciado é parte *integrante* do gênero depoimento, pois os enunciados desse gênero abordam experiências pessoais, ou seja, exigem que o locutor fale sobre si mesmo e sobre sua perspectiva de determinado assunto.

- (1) eu considero ehn eu estar em situação de rua desde o dia vinte e um de junho de dois mil e CINco que foi o momento que eu sofri o último ação de despejo do apartamento que eu morava... e eu nunca mais ehn consegui locar nenhum imóvel ehn pra mim te/ pra mim obter um endereço... eu dormi dois anos aqui na::.. na rua Peixoto Gomide numa marquise de um:: de uma clínica... e um rapaz morador se aproximou de mim () claramente se via que ele tava alterado por uso de de substâncias psicoativas... mas eu tinha na época uma:: lanTErna que fazia barulho... eu tenho vergonha da sociedade que eu... que eu que eu estou eh compondo nesse momento porque em nenhum MOMENTO aqui em nenhum moMENTo foram RARÍSSImas as pessoas que se comoveram que se soli-

² Segundo Ataliba Castilho (2010, p. 193), no português brasileiro “No tratamento usa-se você quando há intimidade, e o *senhor* nas situações formais. Essa forma continua a alterar-se, surgindo *ocê* e *cê*.”

darizaram que pensaram em mim enquanto ser humano aqui sempre me viram como moradora de rua ou uma mulher louca mulher dos cachorros (Depoimento de Maria Solange, mulher em situação de rua, retirado do vídeo *A vida da mulher morando na rua*, produzido pela ONG SP Invisível, grifos meus)

- (2) ele já entra já faz a higiene porque uma garrafinha de dois litros ele faz a higiene e boa... e ali ele tá legal... eu uso duas garrafinha ainda não dá... e ainda eu saio com vergonha porque eu tenho que limpar o banheiro TOdo da onde que a gente usou... já:: já fui abusada::da:: já quase levei um TIRO mas eu levei um::... tipo QUase uma facada na perna... ele só queria mesmo DORmir no mesmo espaço que EU... só que aí como ele começou a passa a mão na minha perna eu achei de outra forma... (Depoimento de Regiane Cristina, mulher em situação de rua, retirado do vídeo *A vida da mulher morando na rua*, produzido pela ONG SP Invisível, grifos meus)
- (3) eu tava passando no Parque Dom Pedro que eu eu bebia cachaça fui compra um corotinho né tava MÓ frio aí um cara me puxou assim pra dentro do mato assim começou a me bater bater bateu bateu nos meus óio::... ficou roxo eu comecei a gritar eu quase fui estuproada () esse foi o pior dia da minha vida... eles pensa muito que qualQUER uma que tá no meio da rua que tá se prostituindo má num é assim... tem umas que fica na rua porque precisa né... Al é mais medo né porque você é MULher:: é ser mais FRÁgil né e o homem tem uma força maiOR for/ mais forte do que eu e você né... (Depoimento de Gabriela de Souza, mulher em situação de rua, retirado do vídeo *A vida da mulher morando na rua*, produzido pela ONG SP Invisível, grifos meus)
- (4) esses e OUTros DETalhes me fez com que eu procurasse sempre dormir só lon::ge dos homens::... eu cheguei a conviver com um::... um homem sem gosTA... pra ter companhia pra não poder dormir só... (Depoimento de Maria do Carmo, mulher em situação de rua, retirado do vídeo *A vida da mulher morando na rua*, produzido pela ONG SP Invisível, grifos meus)
- (5) aconteceu que eu aluguei um quarto lá na Princesa Isabel aluguei um quarto e fiquei oito ano morando lá... e agora o prefeito derrubou o meu quarto vendeu o meu prédio para Porto Seguro fazer uma faculdade e nós fomo espiRRado né... fomo espiRRado e agora:: num me deram nenhum tipo de orientação... e lá a gente tinha um um telhadinho né agora perdemo esse telhadinho tamo como BUDA né aquele filósofo hindu Buda morou cem ano embaixo de uma árvore ((aponta para cima)) eu tô igual o Buda agora... nós somos discriminado até pela nossa igreja né... quer dizer POde entrar os PMs os polícia vão lá no banheiro vai os burgueses que têm apartamento mas nós os pé de chinelo eles não permite que nós entre... eu já sofri discriminação de tudo que é tipo... eu como EX seminarista eu aprendi a amar as pessoas por aque/ o que as pessoas são diante de Deus e da:: da da grande escritura... agora eu passei a corrigir aquela minha inclinação errada entendeu então nós somos assim se nós não se/ não tivermos orientação espiritual a gente passa naturalmente a num gostar DESse a detestar aquele a num aceitar aquele outro... (Depoimento de José, indivíduo em situação de rua, retirado do vídeo *José, um idoso morando na rua*, produzido pela ONG SP Invisível, grifos meus)
- (6) pra mim a maior dificuldade é que eu tinha uma casa eu tinha um lar eu tinha uma vida... larguei tudo por esse cara... eu sou:: eu sou... fui divulgadora fui copeira no

DHPP.. cozinheira no num italiano (da) Heitor Penteado... eu sou humilde... humilde acima de tudo... já ERREI muito na vida... já fiz muiTA coisa erraDA... mas entre erros e acertos eu já sofri muito TAMBém por confiar em pessoas erradas... dei muito meu coraçã dei minha vida SÓ me ferrEI... HOje hoje eu sou uma Thaís amarga amargurada... sem vontade de viver... que tiraram o que eu tinha mais de precioso foi minha filha... (Depoimento de Thaís, mulher em situação de rua, retirado do vídeo “*Eu perdi a alegria em viver*”, produzido pela ONG SP Invisível, grifos meus)

- (7) meu MELhor natal foi em oitenta e nove... eu tava com a minha família inteira com meus AVÓS com a minha mãe:: com meu pai::... quando eu tinha aquela Visão... do Natal memo de verdade que a família era unida... (Depoimento de Anderson, indivíduo em situação de rua, retirado do vídeo *Morando na rua, como é o Natal?*, produzido pela ONG SP Invisível, grifos meus)
- (8) isso aqui que a gente fez hoje... me fez tipo:: sei LÁ:: fala-se muito do esPÍrito natalino é como se eu... tô VENdo de novo sabe é legAL gosTO::so:: e eu nunca tinha visto isso na ru::a::... (Depoimento de Fábio, indivíduo em situação de rua, retirado do vídeo *Morando na rua, como é o Natal?*, produzido pela ONG SP Invisível, grifos meus)

Os fragmentos selecionados dos enunciados fazem claro uso de pronomes pessoais e possessivos de primeira pessoa bem como das flexões verbais, entretanto diferem no que diz respeito à auto-referência do locutor e à expressão de posições pessoais. Em certos trechos, os falantes apontam aspectos de sua condição enquanto pessoas em situação de rua, como nos fragmentos 1 e 5.

Nesses trechos, os locutores expressam descontentamento e sentimento de injustiça em relação às discriminações sofridas, com consciência da influência de classe nesse comportamento (“quer dizer POde entrar os PMs os polícia vão lá no banheiro vai os burgueses que têm apartamento mas nós os pé de chinelo eles não permite que nós entre”). Podemos relacionar essa consciência ao conceito de “vivência do nós”, estabelecido por Volóchinov.

A “vivência do nós” não é de modo algum uma vivência gregária primitiva: ela é diferenciada. Mais do que isso, a diferenciação ideológica e o aumento da consciência são diretamente proporcionais à firmeza e à convicção da orientação social. Quanto mais unida, organizada e diferenciada for a coletividade na qual se orienta um indivíduo, tanto mais diversificado e complexo será seu mundo interior. Existem diferentes graus da “vivência do nós” e suas formas ideológicas podem se manifestar de vários modos. (Volóchinov, 2017[1930], p.208-209)

Apesar de indivíduos em situação de rua se organizarem em pequenos grupos, sua coletividade ainda é muito frágil pela condição social e econômica em que se encontram, o que não impede a manifestação da “vivência do nós”, como pontuado por Volóchinov. Nos enunciados em que é expressada a consciência sobre a aporofobia³, os locutores demonstram também noção de que se encaixam em uma coletividade (“eu tenho vergonha da sociedade que eu... que eu que eu estou eh compondo” / “nós os pé de chinelo eles não permite que nós

³ Aporofobia: termo que designa a aversão e o preconceito contra pessoas pobres; seu uso não se limita à população em situação de rua, envolvendo diversas classes sociais em vulnerabilidade econômica. Seu primeiro uso data de 1995, pela filósofa espanhola Adela Cortina. (Cortina, 2020, p.26).

entre”), o que expressa o entendimento (por parte dos locutores) de que sua condição social não existe e não ocorre de forma individual, separada de outros fenômenos sociais, ou ainda que são culpados pela situação de rua.

A consciência da vulnerabilidade do indivíduo em situação de rua também se manifesta em relação a outros tipos de violência, como o abuso sexual. Nos fragmentos 5, 6 e 7, as locutoras relatam experiências frequentes como *mulheres* em situação de rua.

As experiências expostas por essas mulheres moldaram sua posição pessoal em relação ao convívio com homens. Com isso, identificamos outro aspecto para o conceito de “vivência do nós”: o reconhecimento, entre as mulheres em situação de rua, de que são mais vulneráveis a determinadas situações que homens não enfrentam, ou confrontam em menor escala.

A ideia de coletividade feminina é expressa em alguns trechos selecionados com o uso do pronome “nós” e da expressão “eu e você”. No fragmento 3, no trecho “você é MULher:: é ser mais FRÁgil” também identificamos que a mulher, tanto no âmbito individual quanto coletivo, é entendida como alguém suscetível às violências proporcionadas pelo sexismo. O uso do “você” nesse trecho revela tanto o endereçamento quanto o uso indeterminado – no primeiro uso a locutora utiliza o pronome para falar de forma genérica sobre a mulher enquanto ser social (você é MULher:: é ser mais FRÁgil né); já o segundo uso (mais forte do que eu e você né...) expressa o endereçamento do enunciado para a assistente social responsável por dialogar com as mulheres participantes do vídeo.

A auto-referência ao locutor é um aspecto que surge de forma muito particular em alguns fragmentos expostos. Em duas ocasiões, temos auto-referências que sinalizam ocupações profissionais dos locutores, nos fragmentos 5 e 6 (eu como EX seminarista/fui divulgadora fui copeira no DHPP... cozinheira).

Nos dois trechos, os locutores justificam algumas de suas características com base em posições que já ocuparam (como trabalhadora e estudante). O trabalho e o estudo podem ser entendidos como base do desenvolvimento da cultura humana, e moldam o comportamento e os hábitos linguísticos de indivíduos inseridos em coletividades.

Já na própria base do desenvolvimento da cultura humana – na atividade laboral – encontra-se a necessidade de união em um grupo, em uma coletividade, criada por meio do cruzamento inicial. Junto com o cruzamento de grupos humanos inteiros (...) ocorreu também o cruzamento de elementos linguísticos, que eram diferentes em cada grupo. (Volóchinov, 2019[1930], p.245-246)

Além da auto-referência à ocupação, em outro enunciado, no fragmento 1, identificamos que a locutora faz referência a si mesma com base nos estereótipos atribuídos a ela, devido a condição de pessoa em situação de rua (“aqui sempre me viram como moradora de rua ou uma mulher louca mulher dos cachorros”).

De forma semelhante, outro locutor se denomina “pé de chinelo”, expressão usada como sinônimo de pessoa em situação de rua ou pertencente a classes econômicas mais baixas, no fragmento 5.

Se, por um lado, essas auto-referências (“nós, os pé de chinelo”) podem ser entendidas como desumanizantes, por outro, podem ser compreendidas como uma manifestação de que as pessoas em situação de rua têm percepção de sua vulnerabilidade. O uso dessas expressões demonstra, por parte dos locutores, consciência de sua situação socioeconômica e

conhecimento de ideias preconceituosas direcionadas à população em situação de rua, bem como do pertencimento a uma coletividade de excluídos.

8 O conteúdo temático dos enunciados

Após entendermos como a presença de destinatário e a inscrição do locutor acontecem em enunciados de pessoas em situação de rua, analisaremos agora a organização do conteúdo temático deles.

(...) a literatura, em seu “conteúdo”, reflete e refrata as reflexões e refrações de outras esferas ideológicas (ética, cognitiva, doutrinas políticas, religião, e assim por diante), ou seja, a literatura reflete, em seu “conteúdo”, a totalidade desse horizonte ideológico, do qual ela é uma parte. (Medviédev, 2012[1928], p. 60)

Apesar de abordar somente a literatura em seu apontamento, Medviédev esclarece como os enunciados são moldados ideologicamente, de forma compatível à realidade concreta do locutor. Por isso, selecionamos trechos de depoimentos separados por tema, com o objetivo de analisar a organização do conteúdo em relação ao tema específico dos enunciados, considerando o contexto em que foram expressos.

Segundo Grillo (2007, p.30), o conteúdo temático reflete o elemento semântico do gênero, ou seja, é a relação entre o enunciado e o objeto de sentido⁴. Essa relação é dotada de ideologia (não existem enunciados “neutros”), então o locutor sempre utiliza o enunciado como um posicionamento, de forma *avaliativa*. Essa avaliação ideológica tem como base a orientação social do enunciado, ou seja, o peso da relação hierárquica entre os interlocutores e sua realidade concreta. Como o *corpus* é constituído por depoimentos, é necessário considerar que os temas principais foram decididos por voluntários da ONG SP Invisível e que os enunciados refletem particularidades da relação dos locutores com esses temas.

8.1 Morando na rua, como é o natal?

No vídeo produzido pela ONG SP Invisível, alguns indivíduos em situação de rua na zona oeste de São Paulo discorrem sobre como é passar o Natal em situação de marginalização extrema, além de recordarem quais foram seus melhores e piores Natais, de acordo com a proposta temática escolhida pelos voluntários da organização.

- (1) Natal é a:: é a época que nós passa mais bem eu acho ((risada))... é a época que nós passa mais bem chega mais doação roupa... ces::ta de alimentaÇÃO... o pessoal para pra conversa mais com a gen::te... que geralmente a gente é invisível perante a sociedade né... (...) meu MELHOR natal foi em oitenta e nove... eu tava com a minha família inteira com meus AVÓS com a minha mãe:: com meu pai::... quando eu tinha aquela Visão...

⁴ Le contenu thématique rend compte de l'élément sémantique du genre, autrement dit du rapport entre l'énoncé et l'objet du sens, ou entre les représentations linguistiques et les référents du monde. (Grillo, 2007, p. 30).

do Natal memo de verdade que a família era unida... eu acho que foi em oitenta e nove eu tinha nove anos... desde dois mil e NOve todo Natal eu passo aqui... porque aqui nós mora anos junto né virou uma FAMília né... (Depoimento de Anderson, indivíduo em situação de rua, retirado do vídeo *Morando na rua, como é o Natal?*, produzido pela ONG SP Invisível, grifos meus)

- (2) Natal me lembra família... e quando era criança não tive família... depois que eu fiquei grande eu consegui proporcionar:: - que tam::bém a minha mãe não tinha essa condição então:: depois que eu tive família que eu vivi essas coisas... eu me lembro da minha mãe falando sabe o QUÊ pra mim... no dia de Natal? “filho, vê se você vai pra casa de alguém que hoje não tem comida”... não tem o pior tem um monte de piores Natais... passado mas se eu for falar bicho... dormi cedo pra não sentir fome né... mamãe nós tudo passou um bocado a minha mãe é uma... é uma vitoriosa... admiro MUITO a minha mãe... (Depoimento de Fábio, indivíduo em situação de rua, retirado do vídeo *Morando na rua, como é o Natal?*, produzido pela ONG SP Invisível, grifos meus)
- (3) ah o Natal me lembra muito do meu pai né... porque sempre nessa época do ano... quando meu pai tava vivo ele sempre fazia uma ceia muito linda lá lá que eu morava em Salvador com ele... aí ele faleceu tem uns Olto anos... ago::ra que eu tô vendo árvore de Natal porque tem um tempo que eu não tenho visto... (Depoimento de Ulisses, indivíduo em situação de rua, retirado do vídeo *Morando na rua, como é o Natal?*, produzido pela ONG SP Invisível)
- (4) perdi três filhos... num num teve Natal pra mim não existiu... quando eu era solteiro que eu vivia na casa da minha MÃE a gente morava no Sítio... e toda época de Natal a gente fazia as/ se reunia fazia aquelas festinha matava um porco um bode... certo? e:: esse foi o melhor Natal pra gente... isso era uma comunidade que era dentro da fazenda um sítio que cada um tinha seu pedacinho de terra MUITa casa o pessoal se reunia tudinho na época do Nata::l... fazia aquela ceia maravilhosa... () apesar que eu num tenho nenhuma família aqui mas agora são TUDO minha família há dois anos que eu tô vindo aqui é bom... (Depoimento de José, indivíduo em situação de rua, retirado do vídeo *Morando na rua, como é o Natal?*, produzido pela ONG SP Invisível, grifos meus)

Os fragmentos acima foram enunciados em depoimentos motivados pelo tema proposto pela ONG: o período natalino e a relação dos locutores com a época. Observamos que os quatro enunciados trazem, por escolha particular dos locutores, o tema família; a afinidade entre os tópicos pode ser entendida pelo contexto das festas de fim de ano, muitas vezes religiosas, que prezam pela união familiar e a convivência harmoniosa entre diversas pessoas. Nos trechos 3 e 4, os locutores expressam como sua relação com o Natal foi afetada pela perda de parentes, de forma que a desarmonia familiar tem forte impacto em eventos sociais tradicionais de uma sociedade. Por outro lado, os fragmentos 1 e 2 apresentam outras formas de relação entre Natal e família, de forma particular a cada locutor.

No primeiro trecho, o entrevistado associa a presença familiar a uma memória positiva e relacionada ao tópico principal do depoimento, enquanto no segundo a época natalina se conecta com problemas enfrentados pela família, como a insegurança alimentar. Entendemos

que o tema levantado pela ONG (como é passar a época de festas em situação de rua) desperta, nos locutores, sentimentos como saudade, nostalgia e tristeza, ligados ao laço familiar perdido.

Consideramos que as festividades religiosas, na sociedade brasileira, envolvem a família de forma ampla e independente de classe social; a relação pode ser explicada brevemente pelo caráter cristão do país. As avaliações sociais associam o Natal ao relacionamento e à união familiar de forma que datas comemorativas são consideradas momentos de reunião entre parentes. Esse traço religioso e cultural se enraizou profundamente no Brasil, ao ponto que influencia até mesmo indivíduos sem religião ou seguidores de outras crenças.

Essa característica do Natal (e de outras festas tipicamente religiosas) – uma festa para a família – ser tão proeminente a ponto de influenciar os pensamentos e sentimentos de pessoas em situação de rua, nos mostra que esses indivíduos não estão completamente isolados socialmente, mas que sua relação com esse traço cultural é diferente do restante da sociedade.

Os indivíduos também expressam, em seus enunciados, que a união entre pessoas em situação de rua traz a sensação de pertencimento, e remete às relações familiares dos locutores, como expressado no fragmento 1 (“nóis mora anos junto né virou uma FAMília né...”) e no fragmento 4 (“são TUDO minha família há dois anos”).

Podemos entender que, apesar da marginalização social e da sensação de desamparo pela perda e distanciamento familiar, os indivíduos em situação de rua ainda encontram formas de se organizar coletivamente, o que permite sua participação em manifestações culturais, como nesse caso a comemoração do Natal.

Concluimos que, como o restante da população, os indivíduos em situação de rua associam o período natalino à família. O que os diferencia de outros grupos sociais é a perda, em muitos casos, dos laços familiares, que por vezes são substituídos por laços afetivos desenvolvidos com outras pessoas em situação de rua. Esse aspecto pode ser entendido como uma manifestação do conceito de “vivência do nós”, elucidado por Volóchinov:

Suponhamos que o faminto pertença a uma coletividade em que a fome não é ocasional e tem um caráter coletivo, porém a própria coletividade de famintos não possui uma ligação firme e material, isto é, passa fome desunida (...). Uma coletividade assim não possui um corpo material unificado para uma ação unificada. (...) O membro de uma coletividade organizada em termos objetivo-materiais vivencia a fome de modo totalmente diferente. Nesse caso, prevalecerão na vivência tons de protesto ativo e confiante (...). (Volóchinov, 2017[1930], p. 209)

A “vivência do nós” manifestada pelo grupo de locutores se caracteriza como uma coletividade consideravelmente unificada em momentos específicos, como o período natalino, ainda que não tenha as condições materiais ideais para protestar ativamente contra as diversas opressões que enfrentam diariamente.

8.2 A vida da mulher morando na rua

Nesse vídeo, algumas mulheres em situação de rua na região central de São Paulo se encontram com uma assistente social voluntária da ONG SP Invisível, para exporem as principais dificuldades enfrentadas enquanto mulheres em vulnerabilidade social. Os principais temas

tratados pelas locutoras são assédio e violência sexual, dificuldades com higiene pessoal, machismo e aporofobia.

- (1) eu dormi dois anos aqui na:.. na rua Peixoto Gomide numa marquise de um:: de uma clínica... e um rapaz morador se aproximou de mim () claramente se via que ele tava alterado por uso de de substâncias psicoativas... mas eu tinha na época uma:: lanTerna que fazia barulho e dava um choquinho e eu liguei ela e fez um barulho imenso e ele se afastou um pouco de mim... nossa:: aqui não tem condições:: porque uma/ primeiro eu acho que nenhu::ma de nós aqui estamos capaciTAda pra ter eh:: autodeFEsa né e aqui:: eh não tem como aqui não escapa ou você é/ sofre violências como eu disse por parte da populaÇÃO... né os moradores lo::cais os transeun::tes ou pelos próprios morador de rua que a maioria são de sexo masculino e são homens muito machis::tas usuários de á::lcool usuários de outras substâncias psicoativas e eles também estão muito alterados... e eles têm uma imagem de uma mulher como uma mulher PROStituta a mulher que está na RUA como mulher maloqueira mulher prostituta... (Depoimento de Maria Solange, mulher em situação de rua, retirado do vídeo *A vida da mulher morando na rua*, produzido pela ONG SP Invisível, grifos meus)
- (2) o homem ele já tem o aCESSo ele já entra:: - que nem o meu esposo - ele já entra já faz a higiene porque uma garrafinha de dois litros ele faz a higiene e boa... e ali ele tá legal... eu uso duas garrafinha ainda não dá... e ainda eu saio com vergonha porque eu tenho que limpar o banheiro TOdo da onde que a gente usou... (...) fazer a higiene tomar baNHO rapa as/ rapa ((aponta para as axilas)) TAMbém é muito difícil porque... no ponto de acesso que tem pra toma banho eles não deixa levar gillEtte já pra proteção das mulheres mesmo... pra gente não briga... então:: é uma coisa que a gente vai ter que fazer em algum momento em algum lugar... pro HOMem é mais fácil a gente até ensina mas pra mulHER é muito difícil... (Depoimento de Regiane Cristina, mulher em situação de rua, retirado do vídeo *A vida da mulher morando na rua*, produzido pela ONG SP Invisível, grifo meus)
- (3) eles pensa muito que qualQUER uma que tá no meio da rua que tá se prostituindo má num é assim... tem umas que fica na rua porque precisa né... Al é mais medo né porque você é MULher:: é ser mais FRÁgil né e o homem tem uma força maiOR for/ mais forte do que eu e você né... fala “ah essa daí é uma qualquer NÉ tá no meio da rua saiu de dentro de casa será por QUÊ? deve ser uma qualquer no meio da rua jogada nós pode fazer o que quiser”... (Depoimento de Gabriela de Souza, mulher em situação de rua, retirado do vídeo *A vida da mulher morando na rua*, produzido pela ONG SP Invisível, grifos meus)
- (4) eu cheguei a conviver com um::... um homem sem gosTA... pra ter companhia pra não poder dormir só... o homem agressivo ele tem mais medo de bater em outro e numa mulher é fácil né... eles têm mais força e num vai::... num vai::... temer a força de uma mulher... é um pouco difícil a gente:: encontrar defesa numa hora dessa... pra mulher é mais complicado dormir na RUA do quê os homens... (Depoimento de Maria do Carmo,

mulher em situação de rua, retirado do vídeo *A vida da mulher morando na rua*, produzido pela ONG SP Invisível, grifos meus)

Nos excertos acima, observamos que, embora os homens em situação de rua enfrentem marginalização extrema, eles reproduzem comportamentos presentes no restante da população, ou seja, assediam mulheres e se beneficiam de algumas facilidades em atividades cotidianas, como está expresso no segundo fragmento, em que a locutora explica que homens têm menos complicações em relação à higiene pessoal.

Quando essas mulheres se reconhecem como vítimas de uma violência estrutural⁵, elas se reconhecem simultaneamente como parte de uma sociedade organizada de forma desigual. Suas vivências, que configuram a realidade concreta, influenciam seus enunciados, como no primeiro e no quarto fragmentos, em que as locutoras afirmam que já precisaram se defender de assédio na rua e conviver com um homem para não sofrer violência por parte de outros homens.

O reconhecimento da própria opressão por um grupo marginalizado pode caracterizar uma expressão do conceito de “vivência do nós”; nesse caso, as mulheres em situação de rua, apesar de considerarem a população feminina como suscetível ao sexismo, não relatam tantas ocorrências de união ou defesa coletiva, pois esse comportamento é frequentemente atravessado por outras necessidades individuais que isolam essas mulheres (como abuso de álcool e drogas, relacionamentos abusivos, preocupação com animais de estimação, entre outras possibilidades).

Os homens em situação de rua que assediam mulheres em situação de rua não o fazem por possuírem grandes privilégios ou alguma posição de prestígio que garanta esse poder, mas sim por compartilharem avaliações sociais presentes na sociedade brasileira que possibilitam que o homem seja considerado superior às mulheres. Isso também é exposto pelas mulheres filmadas pela ONG SP Invisível, como no quarto trecho.

8.3 Discriminação e hipocrisia

O fragmento a seguir pertence ao indivíduo em situação de rua José (nome inteiro não divulgado), que foi filmado enquanto conversava com um voluntário da ONG, na Avenida Paulista, para o vídeo *José, um idoso morando na rua*. Seu depoimento aborda principalmente a discriminação contra pessoas em situação de rua, tanto por indivíduos quanto por instituições como a Igreja Católica.

as maiores dificuldades geralmente é a discriminação né por eXemplo... ah o comércio não deixa a gente entrar pra usar o banheiro... se desconfiar que a gente é pé de chinelo e:: e é da rua eles não deixa entrar... a igreja católica deixa todo mun/ eles têm banheiro lá dentro mas não deixa nós usar... o próprio padre discrimina nós né... nós somos discriminado até pela nossa igreja né... quer dizer POde entrar os PMs os polícia vão lá no banheiro vai os burgueses que têm apartamento mas

⁵ A ideia de que o sexismo é uma opressão estrutural é apresentada por bell hooks: “a mulher negra, para a qual não existe qualquer ‘outro’ institucionalizado como objeto de exploração, discriminação e opressão, constrói uma experiência vivida que desafia diretamente a estrutura social vigente e sua ideologia sexista, racista e classista.” (2019, p. 46).

nós os pé de chinelo eles não permite que nós entre... mas ISSO aí e escondendo a discriminação são aqueles que a discriminação é PEcado:: mas eles mesmo praticam... São Bonifácio que é doutor da igreja escrevia «naquilo que tu CONdenas tu igualmente o praticas» então eles são bons pra criticar a discriminação dos outros né mas eles mesmo pratica a mesma discriminação que eles criticam... a situação foi assim a gente quer ir/ usar o banheiro pra... mas eles não DElXam eles fala eles FALAM mesmo o segurança fala que maloqueiro de rua rouba o sabonete entra lá rouba o sabonete rouba rouba isso ou rouba aquilo rouba torneira né... é então eles já - de vez em quando aparece na ru/ gente assim que faz isso né mas isso também não é culpa do de todos né então:: mas eles mesmo discrimina nós eles mesmo discrimina... eles dão desCULpa né... “não porque entrou uma maloqueira e roubou o sabo/ o sabonete”... eh “outro mais roubou a torneira” e assim joga a culpa em todos e todos pagam né... eu sendo pobre sou tratado como um um sabe - a gente a gente é - eu assisti um filme do Canadá em que a imigração das das renas acontece mas o que tiver fora da do grupo da:: o que tiver fora da manada a manada não se preocupa com o destino daquele que tá fora então e e a sociedade pratica a mesma coisa eles não não se preocupam nem tem preocupação com aquele que não tem dinheiro não tem conta no banco num é:: né bem apresentável é é pé de chinelo:: o:: o catador de papel e assim vai... (...) eu como EX seminarista eu aprendi a amar as pessoas por aque/ o que as pessoas são diante de Deus e da:: da da grande escritura... são seres que foram criados por Deus um pode ser judeu outro pode ser árabe aquele outro ali pode ser um um de uma raça diferente da minha... mas eu aceito eu aceito eu me lembro que o padre Norberto que era meu diretor distrital de seminário - eu tinha treze anos - ele falava “meninos a discri/ a antipatia é uma coisa natural ma/ da natureza humana mas procurem:: gostar uns dos outros” aí tinha um colega lá que chamava Zacarias e eu não ia com a cara do Zacarias porque até o nome dele me soava meio esquisito Zacarias né? aí... quando o padre falou isso aí eu procurei parti/ partilhava o lanche com o Zacarias entendeu? eu mudei minha opinião questão de conversar... (Depoimento de José, indivíduo em situação de rua, retirado do vídeo *José, um idoso morando na rua*, produzido pela ONG SP Invisível, grifos meus)

Observamos, no trecho acima, críticas feitas pelo locutor à Igreja Católica, como hipocrisia por discriminar pessoas em situação de rua. O locutor ainda analisa como essa discriminação é inconsistente com os valores do catolicismo, pois já foi seminarista e considera que, à luz dos ensinamentos bíblicos, toda forma de preconceito seria antagônica ao pensamento cristão.

Entendemos que as experiências religiosas do locutor influenciam posicionamento, com diversas marcas avaliativas (“as maiores dificuldades geralmente é a discriminação né por eXemplo... ah o comércio não deixa a gente entrar pra usar o banheiro... se desconfiar que a gente é pé de chinelo e:: e é da rua eles não deixa entrar...”/“mas ISSO aí e escondendo a discriminação são aqueles que a discriminação é PEcado:: mas eles mesmo praticam... São Bonifácio que é doutor da igreja escrevia ‘naquilo que tu CONdenas tu igualmente o praticas’”).

8.4 “Eu perdi a alegria em viver”

O depoimento abaixo pertence à Thaís (nome inteiro não divulgado), que assim como José foi filmada enquanto conversava com um voluntário da ONG, na região central de São Paulo. Seu depoimento atravessa assuntos como dificuldades de mulheres em situação de rua, violência por parceiros e a morte de sua filha adolescente, Nicole.

Thaís: eu sou humilde... humilde acima de tudo... já ERREI muito na vida... já fiz muiTA coisa erraDA... mas entre erros e acertos eu já sofri muito TAMBém por confiar em pessoas erradas... dei muito meu coração dei minha vida SÓ me ferrEI... HOje hoje eu sou uma Thaís amarga amargurada... sem vontade de viver... que tiraram o que eu tinha mais de precioso foi minha filha... então pra mim... depois disso... eu só vivo por causa das pequena né que tá no SAICA ((fungada)) desculpa... porque tá no SAICA porque se não fosse elas pra mim tanto fez tanto faz...

Voluntário: E como é que foi essa situação do falecimento da sua filha?

Thaís: Foi... ela tava:: a Nicole foi lá na Condessa Amália Matarazzo no Peri... ela tinha catorze anos corpo de dezoito se envolveu com um cara... o cara era traficante...

Voluntário: ela tinha catorze anos?

Thaís: não tem um ano... o cara era traficante e levou - minha filha tava dentro do barraco... ela se envolveu com lança e dois cara bateu na minha filha... eu não fui nem no enterro da minha filha porque eu tava morando no Sol Nascente num pude nem ir no enterro da minha filha... e ela me procurou me disse que dois dias ela/ minha filha queria me ver e não deu tempo... ela tava morando comigo e ela falou que só ia sair do mundo errado quando as irmã dela/ quando ela morasse comigo com as irmãs dela... comigo ela brincava de boneca... e na rua os outros falava que ela fazia isso e aquilo eu num... comigo não...

(...)

Thaís: Foi meu meu ex-marido::...

Voluntário: que que ele fez com você?

Thaís: na Guaicurus:: ele tinha vindo do bar a gente tava junto a gente tava bebendo () passou na Guaicurus ele muito LOUco... fui falar com ele ele correu atrás de mim nós discutiui ele começou a bater... DEZ dias antes já tinha um B.O. dele por causa disso aqui... ((aponta para a têmpora))

Voluntário: por que ele tinha machucado seu rosto?

Thaís: chute na minha cara... aí o () me trancou e coRREU... aí os pessoal passou na Aurélia chamou a polícia eu fui socorrida fiz um B.O. dez dias ele fez isso aí fui socorrida perdi os sentidos acordei na Santa Casa com a delegada me acordando a delegada falou "Thaís ele tá preso tá? só não sei quanto tempo"... aí depois fui transferida pras Clínicas fiz uma cirurgia vou fazer outra a perna não não dobra... e tipo assim... não tem mais aquele movimento vou fazer outra cirurgia... certo? não sei o médico falou assim que... vai depender muito né... fisioterapia e tudo... (Depoimento de Thaís, mulher em situação de rua, retirado do vídeo "Eu perdi a alegria em viver", produzido pela ONG SP Invisível, grifos meus)

No depoimento, a locutora discorre sobre a morte da filha adolescente e seus detalhes. Como nos depoimentos do vídeo *Morando na rua, como é o Natal?*, a locutora expressa como a perda de um ente querido alterou sua vida e, nesse caso, seu cotidiano para além dos períodos festivos. Observamos, nesses fragmentos, que a filha da locutora foi assassinada por consequências de um relacionamento amoroso, e ao mesmo tempo a própria locutora foi vítima de violência por parte de seu ex-marido, o que expõe novamente a vulnerabilidade das mulheres em situação de rua.

Conforme apontado nas análises dos depoimentos do vídeo *A vida da mulher morando na rua*, temos aqui outra mulher que se reconhece como vítima de uma opressão estrutural. Quando fala da própria filha, a locutora não deixa explícito se também a considera como vítima de violência estrutural apesar de o tráfico de drogas e o feminicídio serem consequências da organização estrutural pautada em desigualdades. Entretanto, é explícito que a adolescente, no contexto sexista da sociedade brasileira, já era vista de forma sexualizada

precocemente (“ela tinha catorze anos corpo de dezoito se envolveu com um cara... o cara era traficante...”), e essa avaliação social influencia o fragmento da locutora, que reafirma a aparência de sua filha sem ressalvas.

No depoimento de Thaís, um aspecto que se sobressai é o uso muito frequente de pronomes possessivos e pessoais de primeira pessoa e também o uso de seu próprio nome (HOje hoje eu sou uma Thaís amarga amargurada...). Podemos perceber que, enquanto traço essencial do gênero depoimento, o uso desse tipo de pronome também auxilia a organização do tema do enunciado falado, pois orienta o locutor no detalhamento do enunciado. As inserções da locutora em seus enunciados também fazem uso da entonação para enfatizar experiências que a prejudicaram (“já ERREI muito na vida... já fiz muiTA coisa erraDA... mas entre erros e acertos eu já sofri muito TAMBém por confiar em pessoas erradas... dei muito meu coração dei minha vida SÓ me ferrEI...”); observamos também que a ênfase introduz, aos poucos, as situações traumáticas vividas por Thaís (a morte de sua filha e os episódios de agressão pelo ex-marido).

9 A construção composicional dos enunciados

Os depoimentos constituintes do *corpus*, como explicado previamente, são produzidos e divulgados pela ONG SP Invisível, que realiza alguns cortes nas gravações, logo não temos acesso às interações discursivas em sua totalidade. Por conta disso, podemos observar que os enunciados presentes nos vídeos *Eu perdi a alegria em viver* e *José, um idoso morando na rua* apresentarão mais aspectos particulares de interações discursivas, como simetria e assimetria da conversação, tipologia e distribuição de turnos conversacionais, função e gestão de turnos, entre outros (Galembeck, 1993, p.70). Por outro lado, os enunciados presentes nos vídeos *A vida da mulher morando na rua* e *Morando na rua, como é o Natal?* não apresentam os enunciados de voluntários da ONG em sua totalidade, o que não significa que os enunciados dos indivíduos em situação de rua são monológicos, mas sim que não temos acesso às interações discursivas completas. Por conta disso, as análises deste tópico se debruçarão sobre os dois primeiros vídeos citados previamente.

Para Volóchinov, a interação discursiva é a realidade fundamental da língua, que tem no diálogo sua forma mais importante (2017, p. 219). A construção composicional de enunciados considera a situação e o contexto social em que são produzidos e o auditório – quem escuta e responde aos enunciados. Nesse aspecto, Bakhtin discorre que:

A quem se destina o enunciado, como o falante (ou o que escreve) percebe e representa para si os seus destinatários, qual é a força e a influência deles no enunciado - disto dependem tanto a composição quanto, particularmente o estilo do enunciado. (...)

Ao falar, sempre levo em conta o campo aperceptivo da percepção do meu discurso pelo destinatário: até que ponto ele está a par da situação, dispõe de conhecimentos especiais de um dado campo cultural da comunicação; levo em conta as suas concepções e convicções, os seus preconceitos (do meu ponto de vista), as suas simpatias e antipatias - tudo isso irá determinar a sua ativa compreensão responsiva do meu enunciado. Essa consideração irá determinar também a esco-

O endereçamento, em interações discursivas, influencia a composição do enunciado, que se molda a partir da impressão que o locutor tem do “campo aperceptivo da percepção” do seu discurso pelo destinatário. Conforme exposto em outras seções do artigo, os participantes sociais imediatos, ou seja, os primeiros receptores desses enunciados, são os voluntários da ONG SP Invisível, o que leva ao estilo informal dos enunciados, pois os locutores têm relação amigável com os integrantes da organização. Entretanto, considerando que os enunciados são registrados com o propósito de realizar campanhas sociais, os locutores estão cientes da recepção de suas falas por dois públicos: inicialmente os membros da ONG, e posteriormente qualquer pessoa que acesse o conteúdo *online* da organização.

Apesar de não existirem interações diretas entre os indivíduos em situação de rua e o público virtual, o fato de que esses enunciados serão divulgados também influencia as falas dos locutores. Existe a confiança nos integrantes da ONG, que permite a informalidade nos depoimentos, mas a exposição do conteúdo impede a abordagem de temas muito íntimos (apesar dos temas propostos pela ONG possuírem forte caráter pessoal). Esse aspecto da construção composicional também é comentado por Bakhtin:

Os gêneros e estilos íntimos se baseiam na máxima proximidade interior do falante com o destinatário do discurso (no limite, como que na fusão dos dois). O discurso íntimo é impregnado de uma profunda confiança no destinatário, em sua simpatia – na sensibilidade e na boa vontade da sua compreensão responsiva. (Bakhtin, 2019 [1952-53], p. 66)

Considerando que os enunciados aqui analisados constituem depoimentos sobre temas específicos, entendemos que suas construções composicionais apresentam algumas características típicas ao gênero depoimento, combinadas com características de gêneros cotidianos em momentos que se aproximam da conversação. Por isso, como forma de aprofundar a análise dessa seção, utilizaremos alguns conceitos da análise da conversação, que contribuem para o entendimento da organização e construção dos enunciados.

9.1 José, um idoso morando na rua

Iniciaremos as análises com as interações discursivas presentes no vídeo *José, um idoso morando na rua*. O vídeo apresenta mais interações discursivas em alguns momentos devido à relação de amizade entre o idoso em situação de rua e o voluntário da ONG, que já se conheciam antes por conta das atividades da organização.

Voluntário: sabe quando que a gente conversou? foi dia dezessete do onze de dois mil e catorze...

José: dois mil e catorze eu ainda não tava no meu quarto lá na cracolândia eu arrumei depois um quarto lá... bem vizinho da... do... dessa área da cracolândia e fiquei Olto anos lá... até que o prefeito derrubou o prédio...

Voluntário: quando você tirou essa foto aí foi há SETE anos atrás... de sete anos pra CÁ como que aconteceu aí na sua vida?

José: aconteceu que eu aluguei um quarto lá na Princesa Isabel aluguei um quarto e fiquei oito ano morando lá... e agora o prefeito derrubou o meu quarto vendeu o meu prédio para Porto Seguro fazer uma faculdade e nós fomo espiRRAdo né... fomo espiRRado e agora:: num me deram nenhum tipo de orientação... e NEM pude pegar minhas coberta eu tive que eu tive que ganhar tudo na rua porque os guarda da prefeitura num deixaram nem levar as coberta nossa e foi de oito anos que eu paguei vinte real todo dia ali... de diária... e lá a gente tinha um um telhadinho né agora perdemo esse telhadinho tamó como BUDA né aquele filósofo hindu Buda morou cem ano embaixo de uma árvore ((aponta para cima)) eu tô igual o Buda agora... as maiores dificuldades geralmente é a discriminação né por eXEmple... (...) a igreja católica deixa todo mun/ eles têm banheiro lá dentro mas não deixa nós usar... o próprio padre discrimina nós né... nós somos discriminado até pela nossa igreja né... quer dizer POde entrar os PMs os polícia vão lá no banheiro vai os burgueses que têm apartamento mas nós os pé de chinelo eles não permite que nós entre... eu já sofri discriminação de tudo que é tipo... eu como EX seminarista eu aprendi a amar as pessoas por aque/ o que as pessoas são diante de Deus e da:: da da grande escritura... são seres que foram criados por Deus um pode ser judeu outro pode ser árabe aquele outro ali pode ser um um de uma raça diferente da minha... (...) então nós somos assim se nós não se/ não tivermos orientação espiritual a gente passa naturalmente a num gostar DEsse a detestar aquele a num aceitar aquele outro... (Enunciados retirados do vídeo *José, um idoso morando na rua*, produzido pela ONG SP Invisível)

Inicialmente, as interações entre o voluntário e o locutor não são extensas, com exceção da resposta de José à pergunta sobre os acontecimentos de sua vida nos últimos sete anos. Observamos que a conversa entre os locutores se configura enquanto uma conversação assimétrica, na qual José constrói os enunciados de maneira mais extensa, expondo detalhadamente seus pontos de vista. As perguntas, no gênero depoimento, e especificamente em depoimentos de pessoas marginalizadas, permitem que ele se manifeste e que se sinta escutado.

A conversação assimétrica, nesse caso, serve para *destacar a fala do locutor*, já que seus enunciados foram registrados para a conscientização da discriminação contra pessoas em situação de rua, por parte da ONG, nas redes sociais; também é resultado da percepção de José sobre seu ouvinte, que já é seu conhecido, ou seja, o campo aperceptivo influencia a organização de seu enunciado com base nas interações anteriores entre os dois. A extensão do enunciado de José não se dá pelo desentendimento ou desinteresse por parte do ouvinte imediato, mas sim pelo objetivo da organização do gênero depoimento: garantir que o interlocutor fale livremente sobre sua situação social ao mesmo tempo que é acolhido pelos voluntários.

Voltemos ao diálogo real. Como já dissemos, trata-se da forma mais simples e clássica de comunicação discursiva. A alternância dos sujeitos do discurso (falantes), que determina os limites dos enunciados, está aqui representada com excepcional evidência. Contudo, em outros campos da comunicação discursiva, inclusive nos campos da comunicação cultural (científica e artística), de organização complexa, a natureza dos limites do enunciado é a mesma. (Bakhtin, 2016 [1952-3], p. 34)

Segundo Bakhtin, os enunciados são limitados (e, assim, estruturados) pela alternância de locutores, e, portanto, a interação discursiva entre sujeito em vulnerabilidade social e

voluntário apresenta algumas características que evidenciam o objetivo da ONG (conscientização social); além de temas propostos pela organização, o estímulo para que o locutor tenha falas extensas também expõe seu objetivo.

O enunciado de José tem caráter narrativo, especialmente ao falar sobre seu despejo e sua experiência como seminarista. Considerando o que foi dito pelo voluntário, ele descreve o local em que morava e relata como foi expulso de lá, levando-o novamente à situação de rua. O locutor organiza seu enunciado, inicialmente, de maneira cronológica, e então adiciona informações para detalhar sua vida após o despejo, o que o leva a se aprofundar em seu relato enquanto seminarista ao contar um acontecimento que tem influência relevante em sua vida. José também aborda seu passado de seminarista para justificar sua posição em relação ao preconceito da Igreja Católica com pessoas em situação de rua. O enunciado de José, além de ser organizado com base em interações anteriores com o membro da ONG, também se organiza cronologicamente e de forma crítica à discriminação que enfrenta por ser um indivíduo em situação de rua. Ele ainda enfatiza que essa discriminação é causada pelo Estado, por organizações privadas e pela Igreja.

9.2 “Eu perdi a alegria em viver”

No vídeo “*Eu perdi a alegria em viver*”, um voluntário da ONG conversa com Thaís sobre as dificuldades de ser uma mulher em situação de rua e questões pessoais, como a morte de sua filha adolescente e a violência por parte de seu ex-marido.

Voluntário: e Thaís quais que são as maiores dificuldades da/ de:: de uma mulher morando na rua?

Thaís: então:: pra mim a maior dificuldade é que eu tinha uma casa eu tinha um lar eu tinha uma vida... larguei tudo por esse cara... a maior dificuldade da mulher é o sanitário é:: as opressões que ocorre... uhn tipo Além das opressões:: sanitário as coisas/ o Risco que tu corre na rua... dependente TEM as mulheres e tem A MULHER dependente () nunca fui de rua então SEMpre trabalhei então sempre andei BONita maquiada então (isso) também ocorre muito vem dá em cima:: tem uns cara que mora na rua TEM muiTA gente trabalhadeira...

[

Voluntário: o pessoal não respeita às vezes?

Thaís: às vezes não - tem muitos - assim eh:: tem uns cara não é nem que mora aqui ma::/ mas a maioria respeita porque é muito trabalhador... mas tem cara que não respeITA... cê entendeu a roupa que tu usa te julGA muito na rua...

Entrevistador: sim e você gosta de andar arrumada né? é o seu estilo...

Thaís: eu gosto de andar arrumada...

[

Voluntário:: bonitona... né? eu vi que cê passou ali já me deu oi::

EXpansiva::...

Thaís: eu sou:: eu sou... fui divulgadora fui copeira no DHPP.. cozinheira no num italiano (da) Heitor Penteado... eu sou humilde... humilde acima de tudo... já ERREI muito na vida... já fiz muiTA coisa erraDA... mas entre erros e acertos eu já sofri muito TAMBém por confiar em pessoas erradas... dei muito meu coração dei minha vida SÓ me ferrEI... HOje hoje eu sou uma Thaís amarga amargurada... sem vontade de viver... que tiraram o que eu tinha mais de precioso foi minha filha... então pra mim... depois disso... eu só vivo por causa das pequena né que tá no

SAICA ((chora e soluça)) desculpa... porque tá no SAICA porque se não fosse elas pra mim tanto fez tanto faz...

Voluntário: E como é que foi essa situação do falecimento da sua filha?

Thaís: Foi... ela tava:: a Nicole foi lá na Condessa Amalia Matarazzo no Peri... ela tinha catorze anos corpo de dezoito se envolveu com um cara... o cara era traficante...

Voluntário: ela tinha catorze anos?

Thaís: não tem um ano... o cara era traficante e levou - minha filha tava dentro do barraco... ela se envolveu com lança e dois cara bateu na minha filha... eu não fui NEM no enTerro da minha filha porque eu tava morando no Sol Nascente num pude nem ir no enterro da minha filha... e ela me procurou me disse que dois dias ela/ minha filha queria me ver e não deu tempo... ((chora)) ela tava morando comigo e ela falou que só ia sair do mundo errado quando as irmãs dela/ quando ela morasse comigo com as irmãs dela... comigo ela brincava de boneca... e na rua os outros falava que ela fazia isso e aquilo eu num... comigo não... ((soluça))

Voluntário: e as suas outras filhas agora também sentem falta dela?

Thaís: ô:: a Isa de seis anos é a cara dela... é a cara dela... eu fui mãe eu cuiDEI ((aponta para o peito))... ela morou com a avó mas o mais importante não é dinheiro roupa de marca e sapato são abra::ço bei::jo... deitar no meu COlo... até hoje eu olho pro céu e falo “Nicole a mãe te ama”... eu amo minha filha... ((soluça))

Voluntário: cê tem alguma ALEgria hoje?

Thaís: só quando eu falo com a Isa com as minha pequena só alegria de momento só...

Voluntário: e seu sonho é?

Thaís: minhas filhas e minha casa... minha casa assim tem a casa já minhas filhas comigo só...

Voluntário: e hoje você não consegue ter suas filhas com você?

Thaís: CONsigo:: eu que coloquei no SAICA todo sábado tudo... mas () eu tive um AVC agora vinte dias atrás eu tive uma parada cardíaca... por causa disso aqui que ele fez... ((aponta para a perna)) (Depoimento de Thaís, mulher em situação de rua, retirado do vídeo “*Eu perdi a alegria em viver*”, produzido pela ONG SP Invisível)

A interação discursiva nesse vídeo apresenta mais alternâncias entre os locutores, e diferente do anterior não apresenta falas tão extensas por parte da locutora – é possível dizer que esses enunciados estão mais próximos do gênero entrevista, pela organização composicional.

A transcrição apresenta uma conversa assimétrica – o voluntário apenas faz perguntas curtas, enquanto Thaís responde com falas extensas (porém curtas em relação ao depoimento anterior). Como discutido previamente, os voluntários da organização tendem a questionar mais, ao invés de comentar as falas dos indivíduos em situação de rua, de forma que estes se sintam mais confortáveis em discorrer sobre os temas dos enunciados. Isso serve ao propósito da ONG de oferecer escuta ativa e também divulgar a marginalização social enfrentada por pessoas em situação de rua.

Os fragmentos apresentados dessa interação contêm um conteúdo mais íntimo do que os trechos da primeira análise, de forma que a entrevistada apresenta mais pausas em suas falas, o que instiga o voluntário a fazer mais perguntas.

As pausas nesses fragmentos (“Thaís: Foi... ela tava:: a Nicole foi lá na Condessa Amalia Matarazzo no Peri... ela tinha catorze anos corpo de dezoito se envolveu com um cara... o cara era traficante...”) implicam que a locutora espera uma resposta do destinatário, pois os temas abordados apresentam caráter íntimo e trágico. Entretanto, conforme os objetivos da organização, o voluntário contribui para o desenvolvimento do tema ao fazer as perguntas para a

locutora. Podemos considerar, nesse contexto, que as pausas são *marcadores de busca de apoio para a progressão da interação*, como se a locutora aguardasse a reação de seu ouvinte para avaliar se deve ou não continuar a desenvolver o assunto.

O depoimento de Thaís também apresenta caráter narrativo ao abordar a morte da filha Nicole, principal motivo para sua amargura e seus arrependimentos. Ela afirma que a adolescente, aos 14 anos, já aparentava ser uma jovem adulta, o que a teria levado ao relacionamento com um homem mais velho e a se envolver em atividades criminosas. Esse relacionamento seria a causa da morte de Nicole, que faleceu após um espancamento. Contada cronologicamente, a história apresenta seu clímax com a morte da adolescente; para Thaís, parte do choque com a perda da filha acontece pelo relacionamento tranquilo entre as duas (“comigo ela brincava de boneca... e na rua os outros falava que ela fazia isso e aquilo eu num... comigo não...”).

Em relação ao que outras pessoas falaram sobre a jovem (insinuando comentários negativos), Thaís se posiciona de forma polêmica, estabelecendo relações dialógicas de polêmica aberta e velada. O choque do falecimento é acentuado pelo desejo de Nicole de se reunir com a família e sair do relacionamento conturbado, indicativo de que a adolescente buscava melhorar sua condição de vida, e que para Thaís criou expectativas de que a filha voltaria para casa.

A quebra dessas expectativas de maneira tão violenta é grande fonte de sofrimento para a locutora, que tem certa dificuldade em falar sobre o assunto, evidenciado pelas pausas no diálogo e por seu choro. Ao falar sobre a morte da filha, Thaís destaca seus sentimentos e *estado de espírito*, de forma confessional, especialmente quando explica que “conversa” com a filha (“até hoje eu olho pro céu e falo ‘Nicole a mãe te ama’... eu amo minha filha...”), ou seja, ela estabelece uma interlocução com a filha em um plano espiritual, metafísico, guiada por seu afeto e sofrimento de mãe. A contundência desse depoimento poderia gerar a compaixão do interlocutor da ONG, mas, na transcrição, sua reação é bastante contida (“cê tem alguma ALEGria hoje?”).

Ao contrário de José, Thaís deixa claro que seu principal problema (o falecimento da filha), foi causado por traficantes, e não por instituições como a Prefeitura ou a Igreja. A partir disso, entendemos que a população em situação de rua é vulnerável tanto a violências institucionais quanto criminosas – é uma população que enfrenta adversidades propiciadas por qualquer esfera social, extremamente desamparada. Essas violências podem até mesmo se complementar, pois não existem grandes projetos de acolhimento a indivíduos em situação de rua (ao menos em São Paulo), o que os torna vulneráveis a agressões por criminosos como traficantes, ladrões, estupradores, entre tantos outros. A preocupação com violência sexual é constante e expressada em trechos do vídeo *A vida da mulher morando na rua*:

ou você é/ sofre violências como eu disse por parte da população... né os moradores lo::cais os transeun::tes ou pelos próprios morador de rua que a maioria são de sexo masculino e são homens muito machis::tas usuários de á::lcool usuários de outras substâncias psicoativas e eles também estão muito alterados... e eles têm uma imagem de uma mulher como uma mulher PROstituta a mulher que está na RUA como mulher maloqueira mulher prostituta... (Depoimento de Maria Solange, mulher em situação de rua, retirado do vídeo *A vida da mulher morando na rua*, produzido pela ONG SP Invisível)

ele só queria mesmo DORmir no mesmo espaço que EU... só que aí como ele começou a passa a mão na minha perna eu achei de outra forma... (Depoimento

de Regiane Cristina, mulher em situação de rua, retirado do vídeo *A vida da mulher morando na rua*, produzido pela ONG SP Invisível)

A preocupação com violência sexual é constante e expressada nos enunciados presentes no vídeo *A vida da mulher morando na rua*, no qual as locutoras descrevem o medo também de homens em situação de rua, que podem agredi-las sexualmente. Além do preconceito e das agressões diárias sofridas por pessoas em situação de rua, até mesmo entre esses indivíduos ocorrem violências pautadas em misoginia, homofobia, racismo, entre outros. O desamparo pelo Estado também é um facilitador para esse tipo de situação.

10 Conclusão

Em seu ensaio *A Construção do Enunciado* (2019[1930]), Volóchinov descreve que um indivíduo totalmente marginalizado, excluído de qualquer vivência social, tem seu ouvinte interior destruído.

Quando o indivíduo é excluído da existência social e tem o seu sistema habitual de avaliações e pontos de vista destruído, não resta nada na sua consciência devastada que possa servir de expressão de autoridade e reconhecimento do comportamento social produtivo e ideologicamente justificado. (Volóchinov, 2019[1930], p.278).

Ao longo de nossa pesquisa, objetivamos **compreender quais eram os possíveis impactos da marginalização social em enunciados e interações discursivas de pessoas em situação de rua**. Para tanto, analisamos enunciados de pessoas marginalizadas, em situação de rua, dentro de um gênero discursivo relativamente estável – o depoimento – e constatamos que, em relação a enunciados e interações discursivas de indivíduos em outras classes sociais, não existem diferenças que demonstrem que seu ouvinte interior foi destruído e que sua consciência não tem vivências sociais.

O trabalho da ONG SP Invisível pautado em depoimentos implica que as pessoas em situação de rua não apenas conseguem orientar socialmente seus enunciados ao ouvinte, mas também são capazes de organizar esses enunciados de acordo com um gênero discursivo relativamente estável, com particularidades referentes ao endereçamento, uso de primeira pessoa, turnos e réplicas entre locutores. Com a construção de enunciados adequada ao gênero depoimento, consideramos ainda que as pessoas em situação de rua dominam os pequenos gêneros cotidianos, necessários ao desenvolvimento posterior de outros gêneros discursivos.

Mesmo que extremamente marginalizadas, as pessoas em situação de rua participam ativamente da sociedade (inclusive nas relações laborais) se organizam em grupos, ou seja, suas capacidades discursivas não são afetadas. O preconceito é um dos principais fatores para a interação discursiva ocorrer com menos frequência entre indivíduos em situação de rua e indivíduos com melhores condições sociais e financeiras.

Observamos que esse preconceito está presente diversas esferas sociais e instituições públicas, privadas e religiosas (como a Prefeitura Municipal, a Porto Seguro e a Igreja Católica, como elucidado no depoimento de José). Além disso, perpassa diversas classes sociais, é solo fértil para atividades criminosas (como o assassinato da filha de Thaís, cometido por traficantes).

tes) e tem nuances até mesmo entre a própria população em situação de rua (como relatado pelas locutoras assediadas sexualmente por homens em situação de rua). Entendemos que a morte de Nicole não é ação direta da aporofobia, mas seria evitável se sua condição socioeconômica fosse outra. No caso das mulheres, o assédio sexual também é uma consequência da vulnerabilidade enfrentada por elas em situação de rua.

Portanto, mesmo enfrentando exclusão social extrema, a análise de depoimentos de pessoas em situação de rua não revelou perda da consciência social e da capacidade de elaborar enunciados cotidianos socialmente orientados, mas sim refletiu e refratou diferentes pontos de vista e experiências de vida, a saber: a relação entre Natal e a perda de entes queridos, bem como o reconhecimento da marginalização, que parte do Estado e tem continuidade em diferentes grupos sociais.

Declaração de autoria

Valentina Nicolino Pereira: desenvolvimento da pesquisa, transcrição e análise do *corpus* selecionado, escrita e revisão do artigo.

Sheila Vieira de Camargo Grillo: orientação da pesquisa e revisão do artigo.

Financiamento

O presente artigo é resultado da pesquisa homônima realizada com financiamento da FAPESP, no processo 22/08824-1.

Referências

AMÉRICO, E. V., GRILLO, S. *Registros de Valentin Volóchinov nos arquivos do ILIAZV*. In VOLÓCHINOV, V.: A palavra na vida e a palavra na poesia. São Paulo: Editora 34, 2019. p.7-53

BAKHTIN, M. *Os gêneros do discurso*. São Paulo: Editora 34, 2016[1952-3]

BAKHTIN, M. *Questões de estilística no ensino da língua*. Trad. S. Grillo e E. V. Américo. São Paulo: Editora 34, 2013

BAKHTIN, Mikhail M. *Problemas da Poética de Dostoiévski*. Trad. de Paulo Bezerra 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010[1963].

BENVENISTE, E. Estrutura das relações de pessoa no verbo. *Problemas de linguística geral I*. Trad. M. da G. Novak e Maria Luiza Neri. Campinas, Pontes, 1991[1946]. p. 247-259.

BRAIT, B. O processo interacional. In: PRETI, D. *Análise de textos orais 1*. 5. ed. São Paulo: Humanitas, 2001. p. 189-214.

CASTILHO, A. *Gramática do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2010.

- CORTINA, A. *Aporofobia: a aversão ao pobre, um desafio para a democracia*. Trad. Daniel Febre. São Paulo: Contracorrente, 2020.
- FÁVERO, L. L. O tópico discursivo. In PRETI, Dino (org.) *Análise de textos orais*. 6ª ed. São Paulo: Humanitas, 2003. p. 39-63.
- GABLER, I. As falas do réu. *Sínteses - Revista dos cursos de pós-graduação*, vol. 2, p. 135-144. Campinas, 1997.
- GALEMBECK, P. de T. O turno conversacional. In PRETI, D. (org.) *Análise de textos orais*. 6ª ed. São Paulo: Humanitas, 2003. p. 65-92.
- GRILLO, S. V. C. Épistémologie et genres du discours dans le cercle de Bakhtine. *Linx*, Nanterre, v. 56, p. 19-38, 2007.
- HOOKS, B. *Teoria feminista: da margem ao centro*. São Paulo: Perspectiva, 2019.
- MEDVIÉDEV, P. N. *O método formal nos estudos literários: introdução crítica a uma poética sociológica*. Trad. S. Grillo, E. V. Américo. São Paulo: Contexto, 2012.
- MOURA NEVES, M. H. *Gramática de usos do português*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.
- PEREIRA, R. A.; RODRIGUES R. H. O conceito de valoração nos estudos do círculo de Bakhtin: a inter-relação entre ideologia e linguagem. *Linguagem em (Dis)curso – LemD*, Tubarão, SC, v. 14, n. 1, p. 177-194, jan./abr. 2014
- ROZENDO, A.; ROZENDO, S. S. Vida de rua: experiências, caminhos e desvios. In: *Revista de Psicologia da Unesp*, n.11, p.14-26, 2012.
- SP INVISÍVEL. “Eu perdi a alegria em viver”. Disponível em <<https://youtu.be/A6sd4wla544>>. Acesso em: 30 out. 2022.
- SP INVISÍVEL. A vida da mulher morando na rua. Disponível em <https://youtu.be/YX_oSWshgXc>. Acesso em: 30 out. 2022.
- SP INVISÍVEL. Morando na rua, como é o Natal?. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=4nN4ZFFkbk8>> . Acesso em: 7 jan 2023.
- SP INVISÍVEL. José, um idoso morando na rua. Disponível em <<https://youtu.be/cd6TkWyVlp4>>. Acesso em: 8 jan 2023.
- URBANO, H. Marcadores conversacionais. In PRETI, Dino (org.) *Análise de textos orais*. 6ª ed. São Paulo: Humanitas, 2003. p. 93-116.
- VOLÓCHINOV, V. N. A palavra na vida e a palavra na poesia. In: VOLÓCHINOV, V. N. *A palavra na vida e a palavra na poesia*. São Paulo: Editora 34, 2019[1926]. p.109-146
- VOLÓCHINOV, V. N. Estilística do discurso literário I: O que é a linguagem/língua?. In: VOLÓCHINOV, V. N. *A palavra na vida e a palavra na poesia*. São Paulo: Editora 34, 2019[1930]. P.234-265
- VOLÓCHINOV, V. N. Estilística do discurso literário II: A Construção do Enunciado. In: VOLÓCHINOV, V. N. *A palavra na vida e a palavra na poesia*. São Paulo: Editora 34, 2019[1930]. p.266-305
- VOLÓCHINOV, V. N.. *Marxismo e filosofia da linguagem*. Problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. São Paulo: Editora 34, 2017[1929].

Pistas para a pauta acentual dos blends: análise acústica da duração

Clues for the Stress Pattern of Blends: Acoustic Analysis of Duration

Emerson Viana Braga

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) | Vitória da Conquista | BA
BR
emevibra@hotmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-5738-3829>

Vera Pacheco

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) | Vitória da Conquista | BA
BR
vera.pacheco@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-7986-7701>

Carmina Borges Rodrigues

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) | Vitória da Conquista | BA
BR
carmina.borges@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-6230-833X>

Resumo: Objetiva-se, neste artigo, investigar a pauta acentual dos *blends* do português brasileiro sob o prisma da Fonética Acústica. Esse processo é um fenômeno morfofonológico complexo que envolve duas bases em sua formação. Sua singularidade está no fato de apresentar supressão de material fônico na mescla das bases envolvidas, como em *namorido* (*namorado* + *marido*), *futelama* (*futebol* + *lama*) e *boacumba* (*boa* + *macumba*). Seguindo a descrição de Gonçalves (2003) e Andrade (2008), o *blend* apresenta diferentes padrões de formação. Alguns podem exibir semelhança fonológica entre as bases, denominadas interposição lexical. Outros, no entanto, podem não apresentar semelhança entre as bases, caracterizando o padrão como combinação truncada. Além disso, um terceiro grupo de *blends* pode ser formado a partir de uma palavra invasora que se insere em uma palavra-alvo, denominado como substituição sublexical. Com base nessas classificações, foi levantada a hipótese de que os *blends* apresentariam pautas acentuais distintas, dependendo do padrão de formação: os padrões de interposição lexical e substituição sublexical tenderiam a apresentar um único acento primário. Já o padrão de combinação truncada apresentaria dois acentos primários. Para tanto, realizou-se um teste experimental para obter a média da duração relativa das sílabas de *blends* para, em seguida, fazer uma análise multivariada, por meio de conglomerados, para analisar a distância que havia entre sílabas tônicas e átonas dos *blends* e depois comparar essas sílabas através dos dendrogramas gerados. Os resultados alcançados



apontam que os *blends* do PB possuem uma tendência geral de organização rítmica, no que se refere à duração relativa das sílabas, que independe do seu tamanho, bem como independe do seu padrão de formação.

Palavras-chave: pauta acentual; *blend*; português brasileiro; fonética acústica; duração relativa.

Abstract: This article aims to investigate the stress patterns of Brazilian Portuguese blends from the perspective of Acoustic Phonetics. This process is a complex morphophonological phenomenon involving two bases in its formation. Its uniqueness lies in the suppression of phonetic material during the merging of the involved bases, as observed in examples like *namorido* (*namorado* 'boyfriend' + *marido* 'husband'), *futelama* (*futebol* 'soccer' + *lama* 'mud'), and *boacumba* (*boa* 'good' + *macumba* 'macumba'). According to the descriptions by Gonçalves (2003) and Andrade (2008), blends exhibit different formation patterns. Some blends may display phonological similarity between the bases, referred to as lexical interposition. Others, however, may lack similarity between the bases, characterizing the pattern as truncated combination. Additionally, a third group of blends can be formed by the insertion of an invasive word into a target word, known as sublexical substitution. Based on these classifications, the hypothesis was raised that blends may exhibit distinct stress patterns depending on their formation type. The lexical interposition and sublexical substitution patterns are hypothesized to feature a single primary stress. In contrast, the truncated combination pattern is expected to exhibit two primary stresses. To test this hypothesis, an experimental study was conducted to obtain the average relative duration of blend syllables. Subsequently, a multivariate analysis using clustering was performed to assess the distances between stressed and unstressed syllables in blends. These syllables were then compared using the generated dendrograms. The results indicate that Brazilian Portuguese blends show a general rhythmic organization regarding the relative duration of syllables, which is independent of their length as well as their formation pattern.

Keywords: stress pattern; blending; Brazilian Portuguese; acoustic phonetics; relative duration.

1 Introdução

O acento é uma propriedade fonológica inerente ao ritmo de toda língua de ritmo silábico e de ritmo acentual (sendo este, exemplo do português brasileiro), e se caracteriza pela maior saliência articulatória empregada sobre uma sílaba dentre as outras de uma mesma palavra (Camara Jr., (2000[1970])), como é em *caju*, *macaco* e *ávido*. O acento pode ocorrer na última, penúltima ou antepenúltima sílaba, como observado, respectivamente, nesses exemplos.

O padrão acentual no PB se estende para além da palavra primitiva, chegando às palavras complexas, como é o caso do *blend*, um típico processo caracterizado por duas palavras que se conectam a partir de outras palavras já existentes na língua (cf. Kemmer, 2003), a exemplo de *bicitáxi* (*bicicleta* + *táxi*) e *sacolé* (*saco* + *picolé*). Sendo assim, os *blends* são formados a partir de palavras que já apresentam uma acentuação própria consigo.

Uma característica intrínseca aos *blends* é que não há uma padronização específica em sua formação. Segundo Gonçalves (2003), os *blends* podem ser formados com compartilhamento de material fônico, o que o linguista denomina como interposição lexical-IL. É o que ocorre em *namorido* (*namorado* + *marido*) que apresenta alguns segmentos idênticos presentes em ambas as bases. Há *blends*, por outro lado, que não apresentam compartilhamento de material fônico, como, por exemplo, *portunhol* (*português* + *espanhol*) que não apresenta segmentos semelhantes entre as bases. Gonçalves (2003) denomina exemplos, como esse, de combinação truncada-CT. *Blends*, ainda, podem ser formados de maneira distinta aos dois anteriores, como *boacumba* (*boa* + *macumba*), em que sua formação resulta da inserção de uma palavra invasora noutra palavra, proporcionando uma reanálise para a palavra formada (cf. Andrade, 2008; Gonçalves, 2016). Esse padrão é conhecido como substituição sublexical-SSL.

Sendo assim, ao pensarmos nesta operação morfofonológica que apresenta diferentes maneiras de ser formada e que é oriunda de outras palavras que já apresentam uma acentuação própria, levantamos o seguinte questionamento: A pauta acentual dos *blends* está relacionada aos seus tipos de formação? Esta pergunta foi levantada com a hipótese de que os *blends* apresentariam pautas acentuais distintas a depender do seu padrão: os padrões interposição lexical, em que as bases apresentam semelhança fônica entre si, e substituição sublexical, em que uma parte do *input* é elevada à condição de palavra, apresentariam um acento primário e o padrão combinação truncada, isto é, as bases não compartilham material fônico entre si, apresentaria dois acentos primários. Nosso objetivo, portanto, é investigar a pauta acentual dos *blends*, levando em conta seu padrão de formação, se por IL, CT ou SSL. Investigaremos este fenômeno, a partir desses três padrões de formação, com o intuito de avaliar sua pauta acentual com base na Fonética Acústica, observando i- se é possível que a posição do acento nas palavras primitivas influencie o tipo de *blend* formado e ii- se os resquícios acústicos da tonicidade das palavras primitivas podem ser encontrados nos *blends*.

É sabido que o acento é bastante estudado no âmbito da Fonologia, mas ganhou muito destaque na Fonética, a partir de trabalhos como os de Moraes (1987), Major (1992[1985]), Massini-Cagliari (1992) e Ferreira (2008), por exemplo, que investigaram o acento a partir da Acústica. Esta área da Fonética descreve os parâmetros acústicos dos fenômenos linguísticos e estes pesquisadores descreveram o acento no PB, considerando a duração, intensidade e a frequência fundamental (f_0). Dentre esses parâmetros acústicos, Moraes (1987), Massini (1991) e Massini-Cagliari (1992) demonstram que a duração é o mais relevante na caracteri-

zação acústica do acento. Dessa maneira, fizemos uma análise acústica da duração das sílabas de palavras formadas por *blends*, mais especificamente, a duração relativa como forma de atestar se os padrões dos *blends* apresentam diferença em sua pauta acentual.

Para tanto, são apresentadas, neste artigo, além desta introdução, algumas considerações sobre o processo, aqui, investigado, na seção 2; a seguir, na seção 3, traremos algumas discussões sobre o que se tem sobre a pauta acentual dos *blends* na literatura, até o momento em que este trabalho foi realizado; na seção 4, apresentamos o delineamento da pesquisa conduzida neste artigo; na seção 5, são apresentados os resultados e discussões a que chegamos com esta pesquisa e, por fim, na seção 6, trazemos algumas considerações sobre a pauta acentual dos *blends*.

2 Notas sobre o *blend*

O *blend* é um processo de formação de palavras que tende a suprimir sílaba(s) no nível fonético, como em *bicitáxi* (*bicicleta* + *táxi*), em que as duas sílabas finais, *-cleta*, da primeira base, é suprimida. Essa supressão silábica categoriza o fenômeno como não concatenativo, pois consiste na fusão de bases (Gonçalves, 2019). Gonçalves (2019) argumenta que a não concatenatividade do processo decorre da falta de encadeamento entre as bases envolvidas¹, isto é, ocorre uma ruptura fônica durante sua formação, como pode ser observado no quadro 1:

Quadro 1 – Exemplos do processo de criação dos *blends*

BASE 1	BASE 2	PROCESSO DA QUEBRA	BLEND
(a) Namorado	Marido	namoradomarido	Namorado
(b) Português	Espanhol	Portuguêspanhol	Portunhol
(c) Boa	Macumba	Boamacumba	Boacumba

Fonte: Braga e Pacheco (2020, p. 316).

É possível observar, por meio do quadro 1, que em todos os exemplos ocorre supressão de material fônico. A maneira como os *blends* de (a), (b) e (c) se formam é diferente, dado ao compartilhamento de material fônico, ou não, entre as bases. Um *blend* pode ser criado por meio de sobreposições, fusões entre as bases. É o que ocorre em (a), *namorado*, em que segmentos que ocupam a mesma posição na sílaba estão presentes em ambas as bases:

namorado marido
 namorido

Fonte: Elaboração própria.

Este *blend* se caracteriza como interposição lexical (IL) (Gonçalves, 2003), pois compartilha material fônico semelhante entre as bases. Braga e Pacheco (2018) observam que há

¹ Gonçalves (2019) argumenta que um processo concatenativo mantém linearidade entre as bases, pois uma palavra inicia no ponto em que a outra termina, como ocorre em compostos, a exemplo de *amor-perfeito*.

exemplos de *blends* com sílabas contíguas e idênticas, como em *borboletras* (*borboleta* + *letras*), *promochila* (*promoção* + *mochila*), *Luladrão* (*Lula* + *ladrão*). Os autores mostram que, nestas sobreposições, há ocorrência da haplogogia, ou seja, fusão, no nível fonético, das sílabas semelhantes que ficaram contíguas por causa da supressão silábica, nos dois primeiros exemplos e houve eliminação silábica porque sílabas contíguas semelhantes se fundiram, como no último exemplo².

O *blend* (b), *portunhol*, por outro lado, não apresenta semelhança fônica entre as bases e, por isso, é denominado por Gonçalves (2003) como combinação truncada (CT). Outros exemplos de CT são *futelama* (*futebol* + *lama*), *chocotone* (*chocolate* + *panetone*), *forrogode* (*forró* + *pagode*). Para Gonçalves (2003), apenas os exemplos (a) e (b) podem ser considerados como *blends*. Assumindo uma classificação bipartida, o autor discute que os *blends* do português brasileiro tendem a ser formados por duas bases a partir do ponto de quebra em que elas se unem, o que ele designa como (P1) e (P2).

O exemplo (c), *boacumba*, segundo Gonçalves (2003), embora seja formado por duas palavras, não segue essa classificação bipartida e se diferencia dos outros dois tipos, por se tratar de uma criação analógica, isto é, há uma reinterpretação da palavra formada, a partir do envolvimento de uma palavra invasora numa palavra alvo. Assim, explica Gonçalves (2003)

Em ‘macumba’, por exemplo, a sequência ‘má’ – que não apresenta qualquer *status* morfológico – é idêntica ao adjetivo ‘má’. A palavra invasora (‘boa’) é projetada a partir dessa sequência, levando consigo suas estruturas métrica e silábica. ‘Boa’ promove o constituinte ‘má’ à condição de radical, substituindo sublexicalmente essa sequência. (Gonçalves, 2003, p. 152).

Neste sentido, a base ‘boa’ é a palavra que invade a base alvo ‘macumba’ e, desse modo, a formação da palavra não tem a mesma configuração que os dois padrões anteriores, IL e CT. Conforme Gonçalves (2003), o que ocorre, na verdade, é uma substituição sublexical (SSL) ou uma reanálise, denominações dadas a este padrão pelo linguista.

No entanto, Andrade (2008) reconhece o exemplo (c) como um tipo de *blend*, afirmando que, embora seja criado por motivações diferentes dos outros dois, ele tem o mesmo padrão morfológico, qual seja, é resultante da formação entre duas bases. Benfica da Silva (2019), ainda, reitera que a (des)semelhança diferencia a SSL da IL e da CT, mas o paralelo (e o mais importante), entre os três tipos, está no fato de serem formados por bases livres existentes na língua. Embora não haja muitos exemplos de SSLs, neste caso, não são produtivas no PB (cf. Benfica da Silva, 2019), acreditamos que esses tipos de formação devem, sim, ser considerados *blends*, tal como defendem Andrade (2008) e Benfica da Silva (2019). Além de *boacumba*, são exemplos de SSL, também: *tricha* (tri + bicha), *bebermorar* (beber + comemorar).

Dito isso, tendo padrões distintos em sua formação, retomamos o questionamento que centraliza este artigo: os *blends* do PB terão pauta acentual diferente em função do seu tipo de formação? Na seção seguinte, traremos algumas notas sobre o papel do acento em português, a partir de alguns estudos já realizados, com intuito de compreender a pauta acentual dos *blends*.

² Gonçalves (2003) já havia feito alguns apontamentos acerca dessa semelhança de material fônico contíguo e idêntico. O autor, numa perspectiva morfológica, denominou essa semelhança entre as bases de ambimorfemia.

3 Pauta acentual dos *blends*: o que se sabe até aqui?

De tantas discussões feitas acerca do processo, uma parece ser unânime: *blends* do PB são formados a partir de duas bases, mesclando-se no nível fonético e portando apenas um acento (cf. Araújo, 2000; Gonçalves, 2004; Andrade, 2008).

No entanto, antes de iniciarmos as discussões sobre a pauta acentual do *blend*, faz-se necessário trazer algumas questões acerca do acento no PB, sobretudo, porque *blends* são formados a partir de palavras que já existem na língua e que trazem consigo seu acento próprio.

Camara Jr. (2000[1970], p. 63) define o acento como uma propriedade de “uma maior força expiratória, ou intensidade de emissão, da vogal de uma sílaba em contraste com as demais vogais silábicas”. Moraes (2024, p. 191) explica que o português “é uma língua acentual, o que significa dizer que em seus vocábulos compostos por mais de uma sílaba, uma delas – a acentuada –, terá maior proeminência que as demais”. Com relação à posição na sílaba, Moraes (2024) explica que o acento pode incidir na última, penúltima, antepenúltima de uma palavra, como disposto no quadro 2:

Quadro 2 – Pauta acentual do PB, segundo Camara Jr (2000[1970])

(a) cv.cv. CV	Javal i	Oxítone
(b) cv. CV .cv	Jan e la	Paroxítone
(c) CV .cv.cv	M édico	Proparoxítone

Fonte: elaboração própria.

As palavras descritas no quadro 2 podem ser classificadas como oxítone, paroxítone e proparoxítone em função da posição da sílaba mais proeminente na palavra. Ressaltamos que, nas palavras, a localização do acento pode ser verificada por regras da língua (ou parâmetros ou restrições, dependendo do modelo fonológico); ou então, pode ser uma propriedade intrínseca de cada palavra (Collischonn, 2007). “Neste caso, terá de ser especificada individualmente, na representação lexical” (Collischonn, 2007, p. 198).

Moraes (1987), Major (1992[1985]) e Massini-Cagliari (1992), ao investigarem os parâmetros acústicos que estão envolvidos neste aspecto suprasegmental, apontaram que a duração, a frequência fundamental (f_0) e a intensidade são importantes para analisar o acento no PB. Entre esses parâmetros acústicos, Moraes (1987) e Massini-Cagliari (1992) detectaram que a duração é o correlato acústico mais importante para os parâmetros acentuais no PB, resultado que foi confirmado por Ferreira (2008). As sílabas átonas podem ter comportamento diferente a depender de sua posição em relação à tônica. De acordo com Camara Jr. (2000[1970]), as sílabas que antecedem a sílaba tônica, conhecidas como pretônicas, são menos débeis do que as que sucedem, denominadas de postônicas.

Assim, podemos afirmar que a análise acústica é uma ferramenta eficaz nos estudos do acento lexical e que, por isso, deve ser utilizada na investigação sobre o acento nos *blends*.

Mas o que se tem a dizer sobre o acento nesse processo de criação de palavras? Algumas reflexões sobre essa temática devem ser consideradas.

Andrade (2008), ao definir o fenômeno, enfatiza que as duas palavras se fundem no nível fonético e selecionam um único acento, isto é, o acento de uma das bases. Benfica da Silva (2019), ainda, discute que, apesar de ser originado a partir de duas bases já existentes na língua, o processo é constituído de apenas uma palavra e, por isso, porta apenas o acento primário. Assim descreve Benfica da Silva (2019)

Na mescla analfaburro (< analfabeto + burro), o acento da primeira base é suprimido em detrimento ao da segunda base. A palavra-fonte analfabeto, considerada paroxítona, porta o acento na penúltima sílaba /'bɛ/, no entanto, o núcleo dela foi ocultada [sic] favorecendo assim a permanência do acento primário em /'bu/, da segunda base, burro (Benfica da Silva, 2019, p. 19).

Ainda que a descrição apresentada pela autora seja coerente, há casos em que a sílaba tônica, de ambas as bases, se mantém no nível fonético, como em *sacolé* (*saco* + *picolé*), em que /sa/ de “saco” e /lɛ/ de “picolé” são as tônicas nas bases que dão origem ao *blend*. Há, também, casos de *blends* que, além de apresentar contextos de haplogogia, apresentam uma sobreposição de sílabas tônicas, como pode ser verificado em *advogata* (*advogada* + *gata*). Logo, nota-se que o argumento de Benfica da Silva (2019) não dá conta de explicar todos os exemplos de *blends*.

Diante desses contextos relacionados ao acento na criação de *blends*, seria difícil afirmar que, no caso de palavras com tonicidade em posição proparoxítona ou oxítona, o acento do *blend* derivaria diretamente da identidade da(s) base(s), já que seria idiossincrático? Ou melhor, a informação sobre o acento das palavras originais do *blend* é mantida, de forma primária ou secundária? Ou o *blend* deve passar pelo algoritmo acentual padrão, tal qual uma palavra primitiva, para receber acento? Ou ainda, o *blend* apresentaria marcação lexical do acento? Endereçaremos essas perguntas a partir de nossas análises, mais adiante, neste trabalho. Por ora, é possível observar que a complexidade do fenômeno é latente, desde o nível segmental, com a supressão no corpo fônico, ao suprasegmental, com questões rítmicas e acentuais.

Braga e Pacheco (2020) foram os primeiros estudiosos a fazer uma análise acústica do processo no Brasil. Os autores fizeram uma investigação da marcação do acento em *blends* do PB com o intuito de avaliar a realização, ou não, do acento secundário e observaram que a pauta acentual dos diferentes padrões (IL, CT e SSL) tendia a apresentar um comportamento distinto.

Os autores investigaram se a palavra formada pelo processo portava um acento secundário a partir da(s) base(s) de que é oriundo. Por meio de uma análise da duração relativa das sílabas dos *blends* em comparação com palavras primitivas³, os resultados alcançados pelos autores evidenciaram não haver, *a priori*, um padrão acentual contundente (tanto para o primário, quanto para o secundário) para o fenômeno. Braga e Pacheco (2020) apontaram que, enquanto as palavras primitivas apresentavam diferença significativa entre a duração relativa das sílabas tônicas e átonas, nos *blends*, essa diferença significativa entre tônica e átona não era categórica, mas sim bem variável, o que para os autores, é uma forte evidência de que certos *blends* podem possuir, sim, o acento secundário.

³ Os autores consideram, como palavra primitiva, a palavra (ou base) já existente na língua.

Estas informações aproximam o acento dos *blends* das composições prosódicas⁴, envolvendo os afixos do PB. Schwindt (2000), do ponto de vista prosódico⁵, assume que os prefixos em português são caracterizados em dois grupos: prefixos composicionais que “à semelhança de palavras, podem receber acento e podem se estabelecer como formas livres” (Schwindt, 2000, p. 101) e prefixos legítimos que “à semelhança de clíticos, não podem receber acento e não podem existir como formas livres” (Schwindt, 2000, p. 101). Para sustentar essa hipótese, o autor leva em consideração o acento e a oposição forma livre/forma presa.

Embora não tenha a intenção de analisar a pauta acentual do português, Schwindt (2000) defende, com essa proposta, que os prefixos legítimos são inacentuados por serem constituídos de monossílabos átonos, enquanto os prefixos composicionais contêm acento, uma vez que admitem escansão em pés binários com cabeça à esquerda, como em *autodidata* e *monocromático*, e, por vezes, possuem acento à direita, a exemplo de *além* e *aquém*. Para o autor, os prefixos composicionais “se configuram prosodicamente como palavras fonológicas independentes” (Schwindt, 2000, p. 175). Estes últimos levam esse nome, porque, segundo o linguista, são prefixos dotados de acento, o que os aproximam dos compostos que mantêm os acentos dos vocábulos envolvidos na formação, como *guarda-chuva* e porque, “em dado contexto, podem se instanciar isoladamente, caracterizando-se como formas livres (...)” (Schwindt, 2000, p. 176).

Ulrich e Schwindt (2020), fazendo uso da proposta de Schwindt (2000), elaboraram uma análise experimental, por meio da Fonética Acústica, para averiguar a independência prosódica dos afixos no português brasileiro. Os autores realizaram, na verdade, dois experimentos para verificar as diferenças entre os dois grupos de afixos: legítimos e composicionais. O primeiro experimento analisou a duração das sílabas, mostrando que ambos os tipos de afixos apresentam um aumento na duração entre a base e o sufixo (*-inho/-zinho*, *-mente* e *-íssimo*). O segundo experimento utilizou rastreamento ocular e uma tarefa de decisão lexical, indicando que palavras derivadas por afixos composicionais exigem mais tempo de fixação e resultam em respostas mais longas e menos precisas.

Na análise do experimento acústico, Ulrich e Schwindt (2020) descobriram que ambos os grupos de afixos mostraram um aumento na duração das sílabas entre a base e o sufixo. Isso significa que tanto as palavras derivadas por afixos legítimos, quanto as palavras derivadas por afixos composicionais exibiram uma duração mais longa nas sílabas no final da palavra. Esse resultado foi uma surpresa para os autores, uma vez que, inicialmente, era esperado que apenas as palavras derivadas por afixos composicionais exibissem esse padrão de duração mais longa, já que eles hipotetizaram que esse grupo apresentaria características de uma palavra prosódica. O experimento mostrou, na verdade, um “aumento na duração entre a base e o sufixo para ambas as condições morfológicas (...)”⁶ (Ulrich; Schwindt,

⁴ Ulrich e Schwindt (2018) descrevem a composição prosódica como duas palavras prosódicas que se unem e formam uma unidade superior à palavra e inferior à frase fonológica. Os linguistas assumem a tese de que “composição prosódica não se confunde necessariamente com composição morfológica. Na composição prosódica, não está em jogo a existência de duas ou mais raízes como na composição morfológica. Também a noção de composição semântica ou lexical, apesar de ensejar isomorfismo com a noção de composição morfológica, nem sempre estabelece essa correspondência de forma plena.” (Ulrich; Schwindt, 2018).

⁵ A proposta de Schwindt (2000) centra-se na Fonologia Prosódica, desenvolvida por Nespor e Vogel (1986).

⁶ No original: “(...) increase in duration between the base and the suffix for both morphological conditions (...)”

2020, p. 8). Portanto, os resultados do experimento acústico não confirmaram totalmente as hipóteses iniciais dos linguistas.

Com relação ao segundo paradigma, o experimento de rastreamento ocular e de decisão lexical, os resultados dos estudiosos indicaram que o processamento de palavras derivadas por afixos composicionais era diferente do processamento de palavras derivadas por afixos legítimos. Especificamente, os participantes apresentaram maior tempo total de fixação nas palavras derivadas por afixos composicionais, sugerindo um custo maior de processamento para essas palavras. Além disso, as palavras derivadas, por esse mesmo grupo, levaram a respostas menos precisas e tempos de reação mais longos no teste de decisão lexical. Dessa forma, os resultados confirmaram as hipóteses dos autores de que essas duas classes de afixos se comportam de maneira diferente no processamento linguístico. Segundo Ulrich e Schwindt (2020, p. 11), “esse resultado pode ser explicado pela independência prosódica e complexidade de estruturas semelhantes a compostos. Apesar de consistirem em apenas uma palavra morfossintática, esses afixos não se comportam como um afixo prototípico na língua”⁷.

Os resultados obtidos por Ulrich e Schwindt (2020) não se referem diretamente à formação de *blends* no português brasileiro. No entanto, eles lançam luz sobre a complexidade do processamento de palavras derivadas por afixos, sobretudo composicionais, que se assemelham a palavras que envolvem duas bases, como a operação morfofonológica analisada neste artigo. No caso dos *blends* do PB, o acento ocorre, muitas vezes, na junção de duas bases ou partes das bases para criar uma palavra e essa formação pode ser influenciada, de modo parcial ou indireto, por considerações prosódicas, como a tendência natural do português brasileiro a favorecer padrões acentuais paroxítonos ou a preservação da tonicidade de uma das bases envolvidas.

O trabalho realizado por Ulrich e Schwindt (2018; 2020) sugere, portanto, a ideia de que a composição prosódica, em afixos composicionais, seja formada a partir de dois acentos primários. Pensando nessa proposta, seria possível que o conceito de dois acentos primários possa ter alguma relevância para a compreensão do acento em *blends* do PB, uma vez que sua formação surge da mescla entre duas bases já existentes no léxico? Ou, justamente, por apresentarem essa estrutura, a operação morfológica apresentaria um acento primário e um secundário, como os compostos⁸? Para responder a essa pergunta, uma análise acústica que considere os diferentes padrões de *blends* foi realizada, como descrevemos na seção de resultados, os quais foram obtidos a partir do delineamento descrito na seção 4, a seguir.

Antes de darmos continuidade, é importante ressaltar que, muito mais que estabelecer se o fenômeno apresenta dois acentos, nossa proposta é fazer uma análise comparativa com proeminências que indicam que, na formação dos *blends*, há algo que os diferenciam de outros processos de formação de palavras.

⁷ No original: “This result can be explained by the prosodic independence and complexity of compound-like structures. Despite of having only one morphosyntactic word, these affixes do not behave as a prototypical affix in the language.”

⁸ A perspectiva do acento secundário em compostos, neste artigo, está ancorada na proposta de Collischonn (2007) e Collischonn (2014).

4 Delineamento percorrido para a busca da pauta acentual dos *blends*

Pretendemos investigar a ocorrência do acento no processo do *blend* a partir do léxico do PB. Tomamos, como base de análise, a duração relativa das sílabas dos *blends*, sendo esta nossa variável dependente.

A princípio, selecionamos palavras formadas por *blends* em ambientes virtuais, contextos comunicacionais diversos e, até, de outros trabalhos enquanto este estava sendo feito. Para efeitos de comparação, selecionamos, também, palavras que já existem na língua e que apresentam o mesmo padrão acentual e a mesma estrutura silábica que o *blend* apresenta. Para fins de comparação, consideramos, também, na análise, o tamanho das palavras. Para tanto, escolhemos *blends* e palavras primitivas⁹ dissílabos, trissílabos e polissílabos, como são apresentadas no quadro 3:

Quadro 3 – Palavras selecionadas para análise acústica

PADRÃO	BLEND	PALAVRA PRIMITIVA
IL	(a) <i>matel</i> <i>namorido</i> <i>sacolé</i>	motel namorado picolé
CT	(b) <i>chafé</i> <i>bolsogado</i> <i>portunhol</i>	café Bolsonaro português
SSL	(c) <i>tricha</i> <i>roubartilhar</i>	bloco compartilhar

Fonte: elaboração própria.

Pretendemos comparar as sílabas tônicas com as átonas para observar o comportamento do acento na operação morfológica. Esta comparação, entre tônicas com átonas, foi feita com as palavras primitivas. Selecionamos (a) 3 *blends* formados por interposição lexical -IL, (b) 3 por combinação truncada-CT e (c) 2 por substituição sublexical-SSL¹⁰. A escolha das palavras primitivas foi feita a partir de uma das bases que formava o *blend* do padrão (a) e (b). O mesmo procedimento foi adotado para o *blend* do padrão (c) *roubartilhar*. Entretanto, não fizemos o mesmo com *tricha*, pois a base que apresenta o mesmo número de sílaba, *bicha*, não apresenta a mesma estruturação silábica.

A nossa proposta foi fazer uma análise multivariada das palavras, tanto dos *blends* quanto das palavras primitivas, que requer a ocorrência de, ao menos, três dados, neste caso, sílaba. Contudo, este procedimento metodológico não dá conta de analisar as palavras dissílabas. Sendo assim, dividimos as análises em duas partes: 1) para as palavras dissílabas, a

⁹ Neste trabalho, consideramos como palavras primitivas aquelas que podem formar novas palavras na língua, como o *blend* por exemplo.

¹⁰ *Blends* formados por SSL são os menos produtivos na língua (cf. Benfica da Silva, 2019). Por essa razão, não analisamos outros dados, pois os outros exemplos de nossa coleta ou não apresentavam o mesmo número de sílabas ou não apresentavam a mesma estruturação silábica com as palavras primitivas. Esta, também, é a razão de não analisarmos *blend* trissílabo deste padrão.

análise estatística realizada foi a *Anova – um critério* e 2) para as palavras com mais de duas sílabas, o teste estatístico utilizado foi análise Multivariada por meio dos *clusters*.

As palavras apresentadas do quadro 3 foram inseridas na frase veículo: “disse _____ para ele”. Este procedimento metodológico utilizado em pesquisas de fonética acústica viabiliza uma homogeneização no ambiente fonético, evitando “diferenças prosódicas na análise da duração devido à posição da palavra na estrutura” (Souza; Fonseca, 2018).

Feita a seleção das palavras, a gravação dos áudios foi realizada por 3 participantes, todos do sexo masculino, com idade entre 19 e 20 anos, e todos aceitaram integrar esta pesquisa, voluntariamente.

A leitura da frase veículo, realizada pelos sujeitos, foi feita por meio de três repetições. Antes disso, fizemos um sorteio manual das palavras, de modo que não ocupassem a mesma ordem nas três repetições. Dessa maneira, as palavras primitivas e os *blends* se apresentavam aleatoriamente em cada repetição, como descritas no quadro 4:

Quadro 4 – Sequência do sorteio das palavras (primitivas e *blends*)

SEQUÊNCIA 1	SEQUÊNCIA 2	SEQUÊNCIA 3
<i>sacolê</i>	Português	namorado
<i>matel</i>	Compartilhar	café
<i>namorado</i>	<i>Roubartilhar</i>	<i>bolsogado</i>
<i>chafê</i>	Picolé	Bolsonaro
bloco	Bloco	motel
<i>portunhol</i>	<i>Tricha</i>	<i>tricha</i>
<i>tricha</i>	<i>Portunhol</i>	<i>portunhol</i>
português	<i>Matel</i>	picolé
picolé	<i>Namorado</i>	português
<i>roubartilhar</i>	Motel	bloco
compartilhar	<i>Sacolê</i>	<i>roubartilhar</i>
motel	Namorado	compartilhar
café	<i>Chafê</i>	<i>matel</i>
<i>bolsogado</i>	Café	<i>chafê</i>
Bolsonaro	<i>Bolsogado</i>	<i>sacolê</i>
namorado	Bolsonaro	<i>namorado</i>

Fonte: elaboração própria.

Para a realização das gravações, utilizamos um *MACbook (Apple)* e um microfone profissional, afastado 15 centímetros da boca dos sujeitos. Tais gravações foram feitas em laboratório apropriado que dispõe de uma cabine audiométrica para evitar ruídos durante a gravação. Utilizamos, também, um *notebook* para a projeção da frase veículo em *slides* que deveria ser lida pelos sujeitos participantes da pesquisa. Configuramos os arquivos do *Power Point* para

que os *slides* trocassem automaticamente de 5 em 5 segundos. O *notebook* foi colocado fora da cabine e, por meio de um vidro à sua frente, os participantes podiam executar a leitura.

Os três participantes estiveram no mesmo horário no laboratório e, por esse motivo, dávamos um intervalo entre as três repetições para cada um. Ao final, obtivemos 72 dados, 24 de cada um, resultante das três repetições.

As gravações foram feitas pelo *software* PRAAT (Boersma; Weenink, 2002), a partir do qual também foi feita a análise acústica do sinal sonoro. Como já dito acima, o parâmetro acústico analisado foi a duração por ser o mais importante na investigação do acento. Diante disso, extraímos as palavras-alvo (*blends* e palavras primitivas) da frase veículo e medimos a sua duração total. Em seguida, medimos a duração de cada sílaba (tônica e átonas), isoladamente, para procedermos o cálculo da duração relativa¹¹ que se deu a partir da fórmula na duração da sílaba/duração total da palavra*100. Com esse procedimento metodológico, fomos capazes de minimizar os efeitos da velocidade de fala/taxa de elocução sobre a duração intrínseca das sílabas. Assim, obtivemos a porcentagem de ocupação da sílaba na palavra, com pouca interferência de forma como a palavra foi realizada.

As médias das durações relativas das palavras dissílabas foram submetidas à análise *Anova – um critério*, por meio do *software* BioEstat (Ayres *et al.*, 2007), pois é um teste que permite avaliar a diferença entre as médias entre dois conjuntos de dados, qual seja, duração relativa da sílaba tônica em comparação com a duração relativa da sílaba átona. Nosso intuito foi avaliar diferença significativa entre as sílabas das palavras primitivas e dos *blends*. Adotamos 0,05 como nível de significância, e consideramos diferença significativa quando o valor de *p* era menor ou igual a 0,05 e como diferença não significativa quando o valor de *p* era maior que 0,05. Calculamos, também, a proporcionalidade entre as sílabas para avaliar a diferença de ocupação de cada uma das sílabas (tônica e átona) na composição total da palavra.

As médias das durações relativas das palavras com mais de duas sílabas foram submetidas à análise Multivariada de conglomerados. Este método de análise objetiva juntar objetos/dados em grupos por meio de conglomerados ou *clusters*. “Os conglomerados são identificados como grupos que compõem a população ou a amostra que está sendo analisada. As unidades de um grupo apresentam muitas semelhanças entre si e muitas diferenças em relação às unidades dos demais grupos” (Ayres *et al.*, 2007, pp. 17 e 18).

Adotamos este procedimento metodológico, pois queríamos investigar qual a relação de semelhança ou diferença entre as sílabas tônicas e átonas das palavras formadas por *blends* não dissílabos, a fim de testar a nossa hipótese de que os diferentes padrões de *blends* (IL, CT, SSL) possuem pauta acentual específica. Assim, paralelamente, fomos capazes de investigar se um desses padrões de *blends* possui acento secundário. As palavras primitivas foram usadas como grupo controle, pois nos serviram para fins de comparação.

A avaliação de conglomerados se dá por meio da análise de dendrogramas¹², como apresentado na imagem 2. As sílabas que antecedem as tônicas são classificadas como pretônicas. Em caso de a palavra ter mais de uma pretônica, a PRET1 é a pretônica mais distante

¹¹ Comparar sílabas com *onsets* distintos pode ser um atrapalhador para o juízo da duração em termos comparativos. Foi por essa razão que adotamos o dispositivo metodológico da duração relativa na tentativa de equacionar essas diferenças internas da sílaba.

¹² Dendrograma é um tipo específico de diagrama que organiza determinados fatores e variáveis. Resulta de uma análise estatística de determinados dados, em que se emprega um método quantitativo que leva a agrupamentos e à sua ordenação hierárquica ascendente. Em termos gráficos se assemelha aos ramos de uma árvore

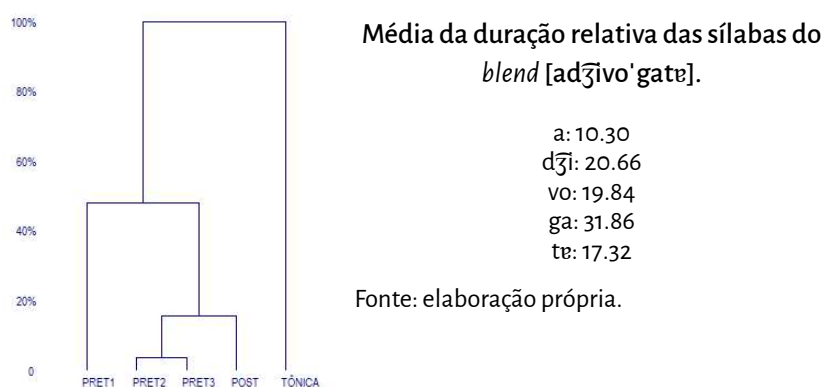
da tônica e a PRET2 e a PRET3 serão as mais próximas. Foi classificada como postônica (POST), a sílaba átona que sucede a sílaba tônica, e a sílaba tônica será referida como TÔNICA, como demonstrado no esquema da imagem 1:

Imagem 1 – Esquema de distribuição dos padrões de sílabas quanto à tonicidade

a d̃ʒi vo ga ta
PRET1 PRET2 PRET 3 TONICA POST

Fonte: elaboração própria.

Imagem 2 – Dendrograma do conglomerado das durações das sílabas PRET1, PRET2, PRET3, TONICA e POST do *blend advogata* do sujeito 1



Fonte: elaboração própria.

Fonte: elaboração própria.

O dendrograma, gerado através do *software BioEstat* (Ayres; *et al.*, 2007) referente à produção de *advogata* do sujeito 1, disposto na imagem 2, permite-nos afirmar a relação existente entre as sílabas no que tange à duração relativa. PRET2 e PRET3, por exemplo, formam um conglomerado entre si e, acima, a POST agrupa-se a elas. Em outras palavras, o dendrograma apresenta uma relação de similitude entre a PRET2 e PRET3 e o conglomerado entre elas tem uma proximidade com a POST. Ainda, podemos observar que, a seguir, a PRET1 se aproxima da POST e, por fim, tem-se a TÔNICA, acima de todas.

Na próxima seção, apresentaremos a análise e os resultados obtidos.

que se vão dividindo noutros ramos sucessivamente. Assim, ilustra o arranjo de agrupamentos derivado da aplicação de um “algoritmo de clustering” (<https://pt.wikipedia.org/wiki/Dendrograma>).

5 Afinal, qual o padrão acentual dos *blends*?

Nosso intuito foi investigar se os padrões de formação de *blends* apresentam diferença entre si no que se refere à organização de suas sílabas quanto à tonicidade, investigada por meio da duração relativa. Assim, buscamos avaliar similaridades e diferenças no agrupamento entre sílabas tônicas e átonas dos diferentes padrões de *blends*.

Como já esclarecemos, as palavras-alvo gravadas foram decompostas em sílabas para avaliarmos a sua duração relativa. Para a geração dos dendrogramas, utilizamos a média da duração relativa das três repetições. As médias podem ser observadas na tabela 1:

Tabela 1 – Médias da duração relativa das sílabas entre todos os sujeitos

PALAVRAS SIMPLES	Médias da duração relativa das sílabas			
	S1 ¹³	S2	S3	S4
motel	37.58	62.41	-	-
café	38.61	61.38	-	-
bloco	68.02	31.97	-	-
picolé	27.85	32.59	39.36	-
português	32.67	23.19	50.31	-
namorado	26.70	25.80	31.84	15.65
Bolsonaro	30.79	24.61	33.23	11.19
compartilhar	24.33	25.30	17.70	32.65
BLENDs	S1	S2	S3	S4
<i>matel</i>	45.73	54.24	-	-
<i>chafé</i>	44.95	54.93	-	-
<i>tricha</i>	57.07	42.92	-	-
<i>sacolé</i>	36.63	29.49	33.38	-
<i>portunhol</i>	35.34	21.18	43.47	-
<i>namorado</i>	26.28	27.48	26.93	18.34
<i>bolsogado</i>	28.32	24.78	32.21	14.68
<i>roubartilhar</i>	19.62	28.32	18.21	33.83

Fonte: elaboração própria

A tabela 1 apresenta dados interessantes, quando observamos a duração relativa. É possível observar que, foneticamente, as sílabas *tônicas* das palavras primitivas correspondem às sílabas que são consideradas, também, mais proeminentes fonologicamente. Por outro lado, houve uma pequena variação com os dados das palavras formadas por *blends*. Em

¹³ 'S' refere-se à sílaba, e a contagem da sílaba deverá ser da esquerda para direita.

sacolé, por exemplo, a sílaba que apresentou maior duração, acusticamente, foi a primeira, [sa]. Fonologicamente, a sílaba tônica é /lɛ/.

Um dado curioso em *namorido* foi que a segunda sílaba, [mo], mostrou-se com maior duração, não seguindo o padrão acentual fonológico que deveria ser a penúltima sílaba, /ri/. Esta, inclusive, apresentou uma duração relativa bastante próxima à primeira sílaba, [na]. Então, o que esses dados nos revelam? Passemos para as análises de tais palavras para averiguar melhor esses comportamentos.

Iniciamos nossas análises com as palavras primitivas dissílabas com vistas a avaliar possíveis diferenças significativas entre a duração relativa das sílabas tônica e a átona. Em seguida, procederemos a mesma análise para os *blends* dissílabos, buscando verificar se semelhanças e diferenças com as palavras primitivas dissílabas. Será, também, foco de nossa análise possíveis semelhanças e diferenças da duração relativa silábica entre os diferentes padrões tipos de *blends* (IL, CT, SSL).

Na tabela 2, apresentamos os resultados obtidos na avaliação da duração relativa das palavras primitivas.

Tabela 2 – Duração relativa média das duas sílabas (S1 e S2) de palavras dissílabas primitivas e respectivos valores de *p*

PALAVRAS	Média da duração relativa		Valor de <i>p</i>	Proporcionalidade entre as sílabas
	S1	S2		ATN/TON ¹⁴
[mo'tɛw]	37.58	62.41	0,0011 ^{s1}	39,79%
[ka'fɛ]	38.61	61.38	0,0013 ^s	37,1%
['blɔku]	68.02	31.97	0,0005 ^s	53%

Fonte: elaboração própria.

Obs: 1) s = significativo para $p \leq 0,05$

Como podemos verificar a partir dos valores de *p* dispostos na tabela 2, das palavras primitivas dissílabas, a sílaba tônica tende a ter maior duração relativa do que as átonas. No que diz respeito à proporcionalidade entre as sílabas tônicas e átonas, todas as palavras apresentam uma diferença substancial – as primeiras próximas de 40% e a última acima de 53%. A porcentagem de 39,79% na palavra *motel* pode corresponder ao fato de a sílaba tônica ser pesada, /tɛL/. Note, por exemplo, que a sílaba tônica da palavra *café*, /fɛ/, apresenta uma porcentagem de 37,1% com relação a átona, /ka/, e ambas são leves. O mesmo ocorre com a palavra *bloco*. Observemos, agora, o que ocorre com os *blends* dissílabos (cf. tabela 3):

Tabela 3 – Duração relativa média das duas sílabas (S1 e S2) de *blends* dissílabos e respectivos valores de *p*

PALAVRAS	Média da duração relativa		Valor de <i>p</i>	Proporcionalidade entre as sílabas
	S1	S2		ATN/TON
[ma'tɛw]	45.73	54.24	0,2 ^{ns1}	15,69%

¹⁴ ANT refere-se à átona e TON refere-se à tônica

[ʃa'fɛ]	44.95	54.93	0.02 ⁵²	18,17%
['triʃɐ]	57.07	42.92	0.0011 ⁵	24,80%

Fonte: elaboração própria.

Obs: 1) ns = não significativo para $p > 0,05$.

Obs: 2) s = significativo para $p \leq 0,05$.

Os dados de palavras formados por *blends* dissílabos mostraram-se distintos aos das palavras primitivas. O *blend* *matel* apresentou o valor de p não significativo, acima de 0,05 e a proporcionalidade entre as suas sílabas tônica e átona apresentou uma porcentagem de 15,69%. Era esperado, então, que a sílaba tônica, por ser constituída com coda, sílaba pesada, apresentasse um valor mais expressivo, como aconteceu com a palavra primitiva com a mesma estruturação silábica e acentual ao *blend*.

Uma possibilidade de resposta para este dado é o fato de *matel* ser um *blend* formado com as duas sílabas tônicas das suas bases de origem, /ma/ da base 1 (*mato*) e /teL/ da base 2 (*motel*), corroborando, assim, com a proposta de Braga e Pacheco (2020, p. 321) que discutem que a sílaba /ma/ “traz, consigo, marcas do acento da palavra de onde foi oriunda (*mato*), em que era a tônica”. Esta explicação dá indícios de que o falante possa acessar questões acentuais da palavra primitiva na formação de um *blend*.

Os outros dois *blends*, *chafé* e *tricha*, apresentaram diferença significativa entre as sílabas tônica e átona, contudo, a diferença proporcional entre elas foi bem inferior a 50%, correspondendo a 18,17% e 24,80%, respectivamente. Desse modo, aparentemente, “a sílaba tônica do fenômeno parece ser mais discreta” (Braga e Pacheco, 2020, p. 321).

Estes resultados nos fazem retomar uma das perguntas levantadas no início deste artigo: “seria difícil eliminar a informação sobre o acentoônico das palavras originais ao criar um *blend*?” Uma resposta viável para esta pergunta é a de que, aparentemente, o acento está envolvido na constituição de um *blend* e isso pode confirmar, também, que o processo é de fato morfofonológico, como defendem Bevilacqua e Silva (2021). Esse argumento implica o fato de que, além de não ser construído de morfemas plenos, como atesta Kemmer (2003), parece que os *blends* acessam informações rítmicas e prosódicas da língua, como o acento. Isso quer dizer que o falante quando produz *matel* e *chafé* pode não ter perdido, completamente, as duas bases que os formam¹⁵ e isso pode ser marcado pela presença da proeminência guardada, em termos fonéticos¹⁶.

Nesse sentido, por meio dos resultados apresentados nos *blends* dissílabos, podemos deduzir, então, que haja um forte indício de que resquícios do acento das bases de onde os *blends* são oriundos sejam mantidos nas palavras formadas pelo fenômeno. Os dados dos *blends* dissílabos revelam, também, que seus diferentes padrões (IL, CT, SSL) não apresentam

¹⁵ Essa ideia está ancorada na proposta de Bisol (1981) que, ao analisar a harmonia vocálica do PB, observou que algumas formas não sofriam o processo, porque guardavam memória da palavra primitiva, quando eram compostas por palavras que tinham vogal média aberta que ela denominou como átona casual: “vogal que perde o acento ao longo da derivação (*medicina* < *médico*)” (Schwindt, 1997, p. 57).

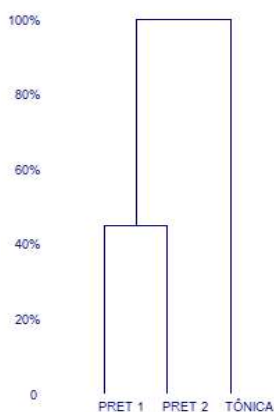
¹⁶ Esclarecemos que esse argumento não é categórico, embora apresente coerência a partir dos resultados alcançados com este trabalho. Como proposta futura, sugerimos que uma análise estatística com mais dados seja feita para verificar se essa interpretação se mantém.

diferença entre si, no que tange ao acento, o que, até este momento, refuta nossa hipótese. Passemos, então, a observar os trissílabos e polissílabos.

Das análises feitas, até este momento, é possível perceber que a diferença de duração entre as sílabas tônicas e átonas das palavras primitivas e dos *blends* é contundente. As sílabas tônicas das palavras primitivas tendem a ter durações mais expressivas que as tônicas. Isso não ocorre nos *blends*.

Para nos certificarmos de que os conglomerados encontrados eram, de fato, específicos do processo aqui investigado, procedemos, preliminarmente, à análise dos conglomerados de palavras primitivas, cujos tamanho e formatação interna das sílabas eram semelhantes aos *blends* utilizados nesta pesquisa, como já foi apresentado no quadro 3, bem como o procedimento de análise nos dissílabos. Passemos a avaliar, portanto, os dendrogramas das palavras primitivas trissílabas 'picolé' e 'português', conforme imagens 3 e 4:

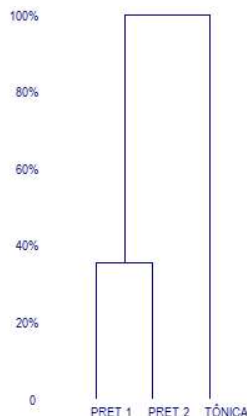
Imagem 3 – Dendrograma do conglomerado das durações relativas médias das sílabas PRET1, PRET2 e TÔNICA da palavra primitiva 'picolé'.



Média da duração relativa de [piko'le].

pi: 27.85
kɔ: 32.59
lɛ: 39.36

Imagem 4 – Dendrograma do conglomerado das durações relativas médias das sílabas PRET1, PRET2 e TÔNICA da palavra primitiva 'português'.



Média da duração relativa de [poxtu'ges].

pox: 32.67
tu: 23.19
ges: 50.31

Fonte: elaboração própria.

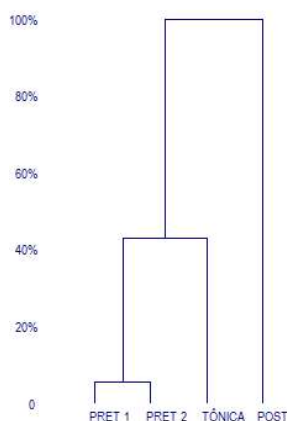
A partir dos dendrogramas das palavras primitivas 'picolé' e 'português'¹⁷, podemos observar uma tendência comum a esses dois trissílabos oxítonos do PB: ambos conglomeram as pretônicas, o que significa que há similitude entre PRET 1 e PRET 2, e isolam a tônica, indicando distância entre as pretônicas e a tônica. Pelo dendrograma, atestamos a lenização das sílabas pretônicas em relação às tônicas, conforme defendida Camara Jr. (2000[1970]).

Observemos, agora, a relação que existe entre sílabas átonas e tônicas em palavras primitivas polissilábicas, descritas nas imagens 5 e 6. O dendrograma gerado para a palavra primitiva 'namorado' apresentou *cluster* entre PRET1 e PRET2, evidenciando a similitude entre essas

¹⁷ É viável que a qualidade da vogal esteja em jogo nos resultados desses exemplos: Aberta no primeiro caso, /ɛ/, e fechada no segundo, /e/. No entanto, seria necessária uma análise que levasse em conta a frequência fundamental (f₀) para ter melhores conclusões a respeito.

suas sílabas. Há uma proximidade entre a tônica e o *cluster* das pretônicas e um isolamento da POST. Nota-se que o dendrograma não foge ao padrão do que se espera da pauta acentual do PB. Camara Jr (1972), por exemplo, sinaliza que as sílabas pretônicas têm uma proeminência maior do que as postônicas, o que justifica o *cluster* formado por PT 1 e PT 2 e a proximidade da tônica a elas. Esta sinalização pode ser confirmada, ainda, por meio de dados acústicos apresentados por Massini-Cagliari (1992). Por outro lado, a palavra primitiva ‘Bolsonaro’ não apresenta o mesmo dendrograma que ‘namorado’, como se verifica na imagem 6:

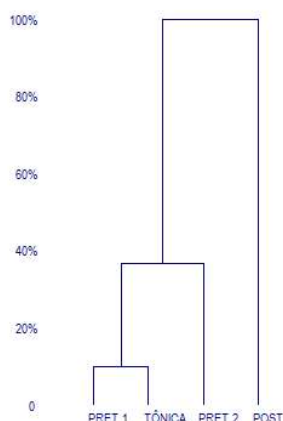
Imagem 5 – Dendrograma do conglomerado das durações das sílabas PT1, PT2, T e POST da palavra primitiva ‘namorado’



Média da duração relativa de [namo'radu].

na: 26.70
mo: 25.80
ra: 31.84
du: 15.65

Imagem 6 – Dendrograma do conglomerado das durações das sílabas PT1, PT2, T e POST da palavra primitiva ‘Bolsonaro’



Média da duração relativa de [bowso'naru].

bow: 30.79
so: 24.61
na: 33.23
ru: 11.19

Fonte: elaboração própria.

Em ‘Bolsonaro’ o *cluster* formado foi entre a PRET1 e a TÔNICA, diferente de ‘namorado’. A similitude entre PRET 1 e TÔNICA encontrada nessa palavra pode se dever ao fato de ela ser uma palavra polissílaba com parte de sua constituição ser equivalente a uma palavra real na língua, qual seja, *bolso-*, em que a sílaba /bol/ é a sílaba tônica.

Acerca disso, Benfica da Silva (2019) discute que *bolso-* se caracteriza como um formativo, denominado de *splinter*¹⁸ que pode gerar outros *blends* (*bolsolixo*, *bolsominion*, *bolsobosta*, *bolsomerda*), sendo, por isso, uma porção não morfêmica da palavra-base que se combina com outro elemento para gerar uma nova palavra. Ao formar novas palavras a partir de um único fragmento, *bolso-* apresenta uma regularidade em seu recorte (Benfica da Silva, 2019), pois se

¹⁸ É uma palavra do inglês que, traduzida para o português, significa fragmento, pedaço. Para Bauer (2004, p. 77), “splinter é uma parte de uma palavra que, devido a algumas reanálises da estrutura da palavra original, é interpretada como significativa e posteriormente utilizada na criação de novas palavras. Como exemplo familiar, considere a palavra ‘alcoholic’. Em termos morfológicos, esse vocábulo é dividido em ‘alcohol’ e ‘-ic’. Mas essa palavra foi reanalisada como alc-oholic, e o novo splinter -oholic (variavelmente soletrado), em seguida, reocorre em palavras como chocoholic, spendaholic e shopoholic”.

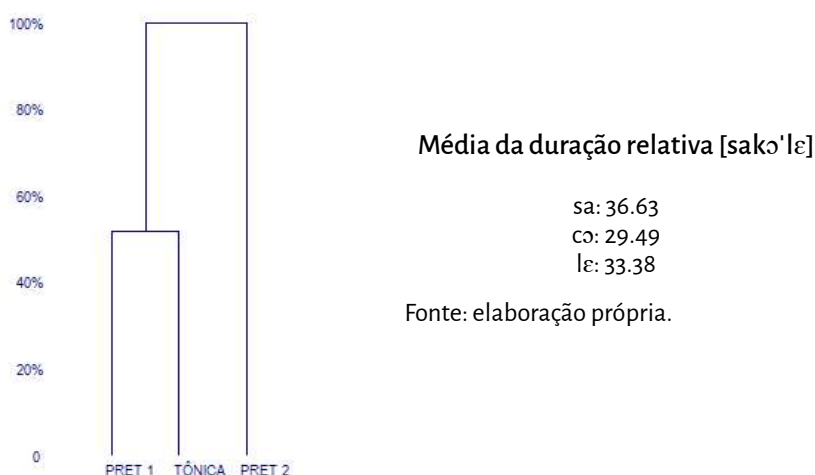
parece “com a estrutura silábica e com os segmentos constituintes do pé métrico (o nuclear, mais raramente, o secundário) da base-alvo” (Andrade, 2013, p.131).

Neste sentido, isso pode ser uma característica dessas “formações como cruzamentos não prototípicos e talvez seja justificado pelo fato de os *splinters* se adjungirem a palavras inteiras” (Benfica da Silva, 2019, p. 82). Logo, a interpretação rítmica inconsciente que o falante faz da palavra ‘Bolsonaro’ é de uma composição formada por bolso + naro. Sendo assim, é possível que a palavra “formada” poderia trazer o acento da primeira base, além de ter a penúltima sílaba também proeminente.

Com isso, podemos afirmar que as palavras primitivas *namorado*, *picolé* e *português* possuem um dendrograma em que a sílaba tônica fica isolada das átonas, sendo possível verificar três agrupamentos diferentes: o *cluster* das pretônicas; a tônica e a postônica. A palavra ‘Bolsonaro’, apesar de ser uma palavra primitiva, possui uma constituição que pode levar o falante a interpretá-la como uma composição, o que justifica seu dendrograma diferente.

Podemos afirmar que as palavras primitivas apresentam uma padronização em sua pauta acentual quer seja trissílabo, quer seja polissílabo. E quanto aos *blends*? Como ocorre a organização acentual, uma vez que são formados de diferentes maneiras? A seguir, analisaremos o fenômeno, levando em conta seu padrão de formação. Vamos iniciar com os *blends* trissílabos formados por IC e CT, *sacolé* e *portunhol*, respectivamente:

Imagem 7 – Dendrograma do conglomerado das durações das sílabas PRET1, PRET2 e TÔNICA do *blend sacolé*



Fonte: elaboração própria.

O dado do *blend sacolé*, formado por interposição lexical, apontou a primeira sílaba com maior duração relativa na média entre os três sujeitos, em termos acústicos – uma diferença pequena. Um fato interessante acerca deste *blend* é que as sílabas tônicas das bases de origem estão no nível fonético e formam, entre si, um único *cluster*. O *cluster* formado é entre PRET1, que é a tônica de uma das bases, e a tônica da outra base. Logo, o *blend* trissílabo formado por interposição lexical apresentou um conglomerado distinto ao da palavra primitiva trissílaba *picolé* em que se observa nitidamente o isolamento da sílaba tônica, sinalizando para um comportamento acentual diferente entre *blend* e palavra primitiva. Braga e Pacheco

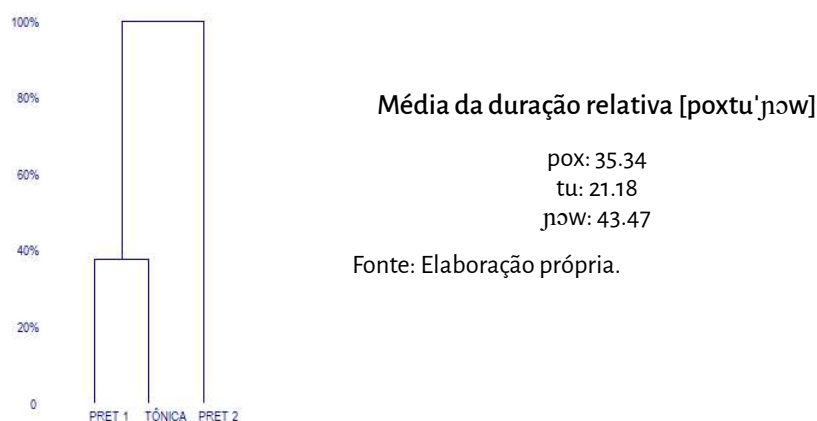
(2020, p. 322) sugerem que esta ocorrência pode ser “uma evidência importante para a hipótese de que os *blends* podem ter mais de uma sílaba longa” um acento secundário, portanto.

Contudo, a hipótese dos autores, embora interessante, não apresenta uma contun-
dência para determinar um acento primário e um secundário no processo, pois, neste último,
a noção pode ser puramente fonológica e não fonética. O parâmetro utilizado em nosso expe-
rimento não nos permite estabelecer que haja uma proeminência principal, seguida de uma
proeminência secundária, apenas pela duração relativa¹⁹. O resultado para *sacolé*, por exem-
plo, apontou que, foneticamente, a sílaba mais proeminente é a antepenúltima, embora, ten-
denciados pela fonologia, esperávamos uma duração maior na última sílaba.

Uma hipótese possível, então, é a de que *blends* podem apresentar dois acentos primá-
rios, baseada na composição prosódica (Ulrich; Schwindt, 2018; 2020), tendo em vista que o pro-
cesso envolve a mescla de palavras prosódicas independentes já dotadas de acento. Com isso,
quando a mescla dessas palavras geram um *blend*, deixam suas marcas acentuais, conferindo,
ao processo, o *status* de uma palavra prosódica complexa, ou seja, com dois acentos primários.

Vejamos o que ocorre com o *blend* trissílabo formado por combinação truncada, na
imagem 8:

Imagem 8 – Dendrograma do conglomerado das durações das sílabas PRET1, PRET2 e TÔNICA do *blend portunhol*



Fonte: Elaboração própria.

Fonte: elaboração própria.

Como se verifica na imagem 8, o *blend portunhol* apresentou um conglomerado entre a PRET1 e a TÔNICA e distância da PRET2, tal qual acontece com o dendrograma do *blend sacolé* (imagem 7), também oxítono, e diferente da palavra primitiva oxítona *português* (imagem 6), que se assemelha em tamanho e tipos de sílabas a palavra *portunhol*.

Esse resultado nos evidencia que, apesar de *portunhol* estar, em termos estruturais, mais para português, do que para *sacolé*; o falante o interpreta como a soma de duas palavras, como interpreta em *sacolé*. Em resumo, ideia central é que, mesmo quando uma palavra como

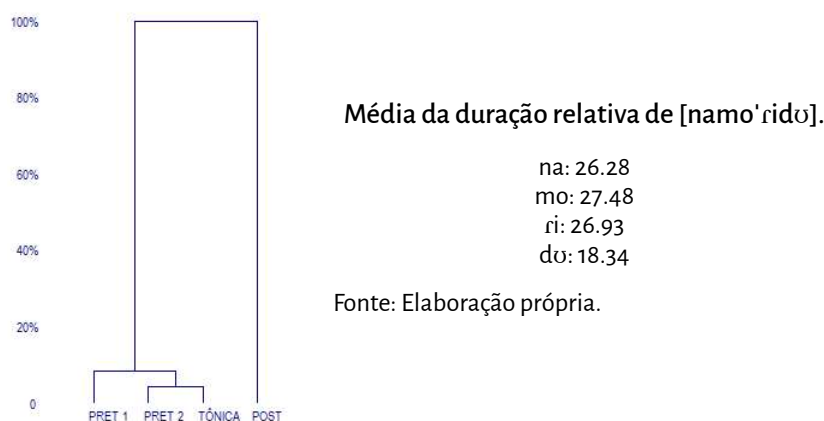
¹⁹ Inclusive, a noção de acento secundário, em análises acústicas, na literatura, é bastante complexa. Keller e Costa (2014, p. 551) explanam que “não há resultados robustos relativos a correlatos acústicos específicos para a identificação do acento secundário.”

portunhol se aproxima estruturalmente da base primitiva (português), ela pode ser interpretada mentalmente como um *blend* pelo falante, assim como ocorre na mescla *sacolé*.

A presença de um “*clustertônico*” no dendrograma de *sacolé* e *portunhol* é uma evidência importante para a hipótese de que os *blends* carregam dois acentos primários, delimitando, subjacentemente, o papel das duas bases envolvidas em sua formação, o que, de fato, reflete em seu sentido: *sacolé* carrega a ideia de *saco* e *picolé* ao mesmo tempo; assim como *portunhol* carrega a ideia de *português* e *espanhol*.

E o que ocorre com os *blends* polissílabos? O dendrograma apresentado na imagem 9, da palavra *namorido*, formado por IL endossa os resultados até aqui obtidos.

Imagem 9 – Dendrograma do conglomerado das durações das sílabas PRET1, PRET2, TÔNICA e POST do *blend* *namorido*.



Fonte: elaboração própria.

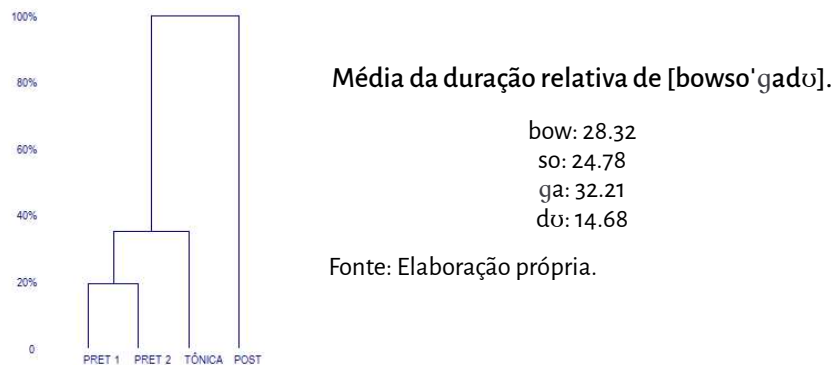
O *blend* polissílabo *namorido*, como pode ser verificado na imagem 9, caracteriza-se por uma similaridade entre as sílabas PRET2 e TÔNICA e uma proximidade da PRET1. A POST fica isolada desse *cluster* de sílabas mais fortes, evidenciando sua natureza mais débil.

Ao comparar o dendrograma de *namorido* (imagem 9) com a palavra primitiva ‘namorado’ (imagem 5), verificamos diferenças importantes entre o agrupamento das sílabas tônica e átonas, apesar de serem duas palavras polissílabas e paroxítonas com a mesma formação silábica. Enquanto ‘namorado’ possui um *cluster* formado pela PRET1, [na], e PRET2, [mo], evidenciando a similaridade entre essas duas sílabas, em *namorido*, temos, diferentemente, o *cluster* formado pela PRET2, [mo], e a TÔNICA, [ri]. Se pensarmos que *namorido* pode ser interpretado como a combinação de *namoro* + *marido*, o *cluster* formado por PRET2 e a TÔNICA revelam a presença das sílabas tônicas das suas bases originárias, [mo] e [ri], sinalizando-nos para a manutenção das sílabas tônicas da base, como ocorre em *sacolé*.

Como os *blends* deste padrão apresentam “relações de correspondência de um-para-muitos entre os constituintes da forma resultante e das formas de base” (Andrade; Rondinini, 2016, p. 874), era esperado que seus dendrogramas fossem similares aos dendrogramas de palavras primitivas. Porém, eles tendem a apresentar uma pauta acentual distinta, corroborando com o fato de que o falante pode acessar informação acentual das

bases de origem na formação de *blend*. Observemos, agora, o *blend* polissílabo formado por combinação truncada (cf. imagem 10):

Imagem 10 – Dendrograma do conglomerado das durações das sílabas PRET1, PRET2, TÔNICA e POST do *blend bolsogado*



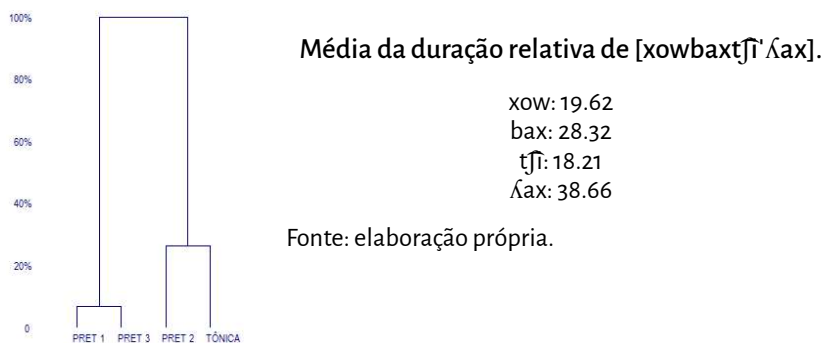
Fonte: elaboração própria.

O dendrograma do *blend bolsogado* conglomerou as sílabas pretônicas 1 e 2 e a tônica veio logo acima como mais próxima ao conglomerado. A postônica, por ser posterior à tônica, isolou-se bem mais acima. Essa configuração é semelhante à das palavras primitivas, aqui investigadas, *namorado*, *picolé* e *português*, não seguindo a tendência geral dos outros *blends* que é sempre ter um *cluster* formado entre a TÔNICA e uma PRET. Curiosamente, o *blend bolsogado* difere da palavra primitiva 'Bolsonaro', que, como vimos, aparenta portar dois acentos primários.

Sendo assim, seriam 'Bolsonaro' e *bolsogado* palavras com comportamento duracional diferenciado por ter em sua formação um nome próprio? Ou será que por ter um fragmento não morfêmico (Andrade, 2013), *bolso-*, que gera outros *blends*, portando a estrutura métrica de uma palavra da língua? Gonçalves, Carvalho e Andrade (2016) argumentam que o uso recorrente de determinados fragmentos, bem como a sua utilização em combinação com formas transparentes na primeira posição (o radical), cria condições ideais para a identificação de suas partes constituintes como unidades isoláveis, conferindo-lhe o estatuto de morfema. Ainda assim, sugerimos que, para responder melhor a essa pergunta um delineamento experimental apropriado é requerido.

Por fim, passemos agora a analisar o *blend* formado por SSL, *roubatilhar*, conforme imagem 11.

Imagem 11 – Dendrograma do conglomerado das durações das sílabas PRET1, PRET2, PRET3 e TÔNICA do *blend roubatilhar*.



Fonte: elaboração própria.

Embora roubartilhar seja uma formação cujo status de *blends* possa ser questionado (Gonçalves, 2003), o dendrograma referente à duração relativa de suas sílabas mostra que um *blend* formado por SSL tem comportamento, sim, semelhante ao de um *blend* formado quer por IL, quer por CT. Observando a imagem 11, podemos verificar que a sílaba TÔNICA – lhar, forma um cluster com a sílaba PRET 2, bar, formando um “clusterônico” como os demais *blends* até aqui investigados, exceto o *blend bolsogado*. Considerando que na palavra roubartilhar, temos a palavra ‘roubar’ que tem a sua sílaba tônica [bax], é perfeitamente compreensível que essa sílaba integre o núcleoônico da nova palavra formada, como acontece com *namorado*. Assim, podemos afirmar que o dendrograma da palavra roubartilhar traz uma evidência robusta para a proposta de Andrade (2008), Gonçalves (2016) e Benfica da Silva (2019) que formações a partir de SSL constituem *blends*.

Com a análise de roubartilhar, *blend* formado por SSL, é possível deduzir que os *blends* do PB possam apresentar uma tendência geral de organização rítmica, no que se refere à duração relativa das sílabas, que independe do seu tamanho, bem como independe do seu padrão de formação. Com as análises de dendrogramas desenvolvidas, aqui, observamos que os *blends* possuem um núcleo de tonicidade sempre formado pela tônica e uma pretônica. Dessa forma, podemos deduzir, também, com base no que propomos neste trabalho, que as formações em *blends* tendem a possuir dois acentos primários, uma vez que a duração relativa entre sílabas tônicas e átonas não apresentaram um distanciamento significativo. Porém, mais do que isso, evidenciamos que, em termos acústicos, o falante parece acessar informações acentuais da palavra de origem na criação do processo. Caminho contrário aconteceu com as palavras primitivas, cujas sílabas tônicas tendem a não formar *cluster* com as sílabas pretônicas.

6 Considerações finais

Neste trabalho, propusemo-nos discutir a pauta acentual de palavras formadas por *blends*, uma operação morfofonológica que engloba a junção de duas palavras, formando uma terceira, como em *prostiputa*, *blend* formado pelas bases *prostituta* e *puta*. Levando em consideração que esse processo pode ocorrer de maneira distinta – compartilhando material fônico, não compartilhando, ou formando-se a partir da invasão de uma palavra em outra – levantamos a hipótese de que *blends* teriam padrões acentuais distintos em função do seu padrão de formação: IL (interposição lexical), CT (combinação truncada) ou SSL (substituição sublexical).

A análise dos dendrogramas mostrou que *blends* provenientes de IL, CT ou SSL apresentam, de maneira geral, um *cluster* formado pela TÔNICA e uma PRETÔNICA. Essa pretônica que se agrupa com a tônica tende a corresponder à tônica da base da esquerda de sua formação. Em casos em que a tônica da base não está presente no *blend* final, outra PRETÔNICA se conglomerava com a TÔNICA, formando o que denominamos de “*clusterônico*”.

Nesse sentido, podemos afirmar que, no que se refere à duração relativa das sílabas, os *blends*, independentemente do seu processo de formação (IL, CT ou SSL) e do número de sílabas (dissílabos, trissílabos ou polissílabos), bem como da posição do acento (oxítonos ou paroxítonos), apresentam uma característica marcante: a aproximação na duração relativa entre sílabas tônicas e átonas (pretônicas ou postônicas). Em contraste, as palavras primitivas

demonstram maior distanciamento entre as sílabas tônicas e átonas. A partir disso, inferimos que as bases que formam um *blend* deixam traços acentuais na palavra formada.

Com base nesses achados e partindo da proposta de Schwindt (2000) e Ulrich e Schwindt (2018, 2020) sobre composição prosódica, apontamos que os *blends* apresentam duas proeminências ligadas às bases que os originam, configurando a presença de dois acentos primários. Dessa forma, deduzimos que, na formação de um *blend*, o falante acessa não apenas informações segmentais e silábicas, mas também informações acentuais das palavras base. Essa constatação reforça a ideia de que o *blend* pode se constituir como um fenômeno morfofonológico complexo, que ultrapassa as combinações puramente segmentais, evidenciando o papel de elementos prosódicos na sua formação.

Dito isso, em resposta à nossa pergunta inicial, podemos deduzir que a organização rítmica dos *blends* é comum a todos os padrões de formação, independentemente do tipo de processo envolvido. Assim, refutamos nossa hipótese inicial de que o padrão de formação dos *blends* interferiria diretamente na sua organização rítmica.

Além disso, em relação aos outros questionamentos levantados ao longo do artigo, concluímos que, talvez, seja improvável eliminar completamente as informações sobre o acentoônico das palavras originais durante a criação de um *blend*. A proposta de dois acentos primários pode ser relevante para a compreensão do acento em *blends* do PB, já que eles emergem da combinação de duas bases preexistentes no léxico. Essa característica pode resultar em uma distribuição de acento que difere daquela encontrada em compostos tradicionais. Contudo, para verificar essa hipótese e distinguir de forma mais clara *blends* e compostos no PB, sugerimos a realização de estudos complementares que aprofundem a análise prosódica de ambos os fenômenos.

Em síntese, os resultados apresentados neste trabalho não apenas refutam a hipótese inicial, mas também abrem caminhos para novas investigações sobre o papel da prosódia na formação de *blends*, contribuindo para um entendimento mais amplo das interações entre fonologia, morfologia e prosódia na língua portuguesa.

Agradecimento

Agradecemos à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB) pelo fomento em forma de bolsa.

Contribuições dos autores

Este artigo é fruto e é um recorte de uma pesquisa realizada sobre os *blends* do português brasileiro pelo primeiro autor em seu período de Doutorado. A segunda autora foi responsável pela orientação da tese. Juntamente aos dois primeiros autores, a terceira autora participou de todas as etapas deste artigo, desde o levantamento, análise dos dados, até às discussões dos resultados e redação de texto.

Referências

- ARAÚJO, G. A. Morfologia não-concatenativa em português: os portmanteaux. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, Campinas, v. 39, p. 5-21, 2000. DOI: 10.20396/cel.v39i0.8636935
- ANDRADE, K. E. *Uma análise otimalista unificada para mesclas lexicais do Português do Brasil*. 2008. 131 f. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) - Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.
- ANDRADE, K. E. *Proposta de um continuum composição-derivação para o Português do Brasil*. 2013. 163 f. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) - Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas, Universidade Ferderal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.
- ANDRADE, K. E; RONDININI, R. B. Cruzamento vocabular: um subtipo da composição? *DELTA. Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada*, São Paulo, , v. 32, n.4, p. 861-887, 2016. DOI: 10.1590/0102-445070748582835407
- AYRES, M et al. *Bioestat 5.0 aplicações estatísticas nas áreas das ciências biológicas e médicas*. Belém: IDSM, 2007.
- BAUER, L. *A Glossary of Morphology*. Washington: Georgetown Univ. Press, 2004.
- BENFICA DA SILVA, V. *O cruzamento vocabular formado por antropônimos: análise Morfológica e Fonológica*. 2019. 184 f. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) - Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.
- BEVILACQUA, C. R.; SILVA, F. M. Morfologia concatenativa e morfologia não concatenativa: do princípio morfológico ao princípio prosódico. *Confluência*, Rio de Janeiro: Liceu Literário Português, n. 60, p. 353-372, 2021. DOI: 10.18364/rc.vi160.389
- BISOL, L. *Harmonia vocálica: uma regra variável*. 1981. 335 f. Tese (Doutorado em Linguística) - Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1981.
- BOERSMA, P; WEENINK, D. *Praat [Computer software]*. Amsterdam: Institute of Phonetic Sciences, University of Amesterdam, 2002.
- BRAGA, E. V.; PACHECO, V. Balanceamento do número de Sílabas e Haplologia atuando no processo do Portmanteau. *Id on Line Revista Multidisciplinar de Psicologia*, v. 13, n. 43, 2019, p. 1108-1120
- BRAGA, E. V.; PACHECO, V. Estudo da duração silábica de blends: Uma análise acústica comparativa com as palavras primitivas. In: XXXV ENANPOLL, 2020, Londrina. *Anais do XXXV ENANPOLL*, Londrina: Online, 2020.
- CAMARA JR, J. M. *Estrutura da Língua Portuguesa*. 32. ed. Petrópolis: Vozes, 2000[1970].
- CAMARA JR, J. M. *The Portuguese Language*. Chicago: University of Chicago Press, 1972.
- COLLISCHONN, G. Proeminência acentual e estrutura silábica: seus efeitos em fenômenos do português brasileiro. In: ARAÚJO, G. A. *O acento em português: abordagens fonológicas*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007. p.195-223.
- COLLISCHONN, G. O acento em português. In: BISOL, L. (Org.). *Introdução a estudos de fonologia do português brasileiro*. 5ª ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014. p.135-169.

- FERREIRA, L. *High initial tones and plateaux in Spanish and Brazilian Portuguese neutral declaratives: consequences to the relevance of Fo, duration and vowel quality as stress correlates*. 2008. 205 f. Tese (Doutorado em Letras), University of Illinois at Urbana-Champaign, Urbana, 2008.
- GONÇALVES, C. A. Blends lexicais em português: não-concatenatividade e correspondência. *Veredas (UFJF)*, Juiz de Fora, v. 7, n. 1 e n. 2, 2003, p. 149-167.
- GONÇALVES, C. A. Processos morfológicos não concatenativos do português brasileiro: formato prosódico e latitude funcional. *Alfa*, Araraquara, v. 48, n. 2, 2004, p. 30-66.
- GONÇALVES, C. A. *Atuais tendências em formação de palavras*. São Paulo: Contexto, 2016.
- GONÇALVES, C. A. *Morfologia*. 1ª. ed. São Paulo: Parábola, 2019.
- GONÇALVES, C. A.; CARVALHO, W.; ANDRADE, K. Splinters são cruzamentos de cruzamentos? Repensando o estatuto desse constituinte em português. *Revista do GEL*, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 132-156, 2016. DOI: 10.21165/gel.v13i1.863
- KELLER, T.; COSTA, E. P. F. S. Acento secundário e epêntese vocálica no português do sul do Brasil. *Letrônica*, Porto Alegre, v.7, n. 2, p. 547-564, 2014. DOI: 10.15448/1984-4301.2014.2.17629
- KEMMER, S. Schemas and Lexical Blends. In: CUICKENS, H. *et al.* (org.) *Motivation in Language*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2003.
- MAJOR, R. C. Stress and rhythm in Brazilian Portuguese. In: KOIKE, D. A.; MACEDO, D. P. *Romance Linguistics: The Portuguese Context*. Westport, Connecticut; London: Bergin Garvey, 1992 [1985]. p. 3-30.
- MASSINI, G. *A duração no estudo do acento e do ritmo do português*. 1991. 333 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1991.
- MASSINI-CAGLIARI, G. *Acento e ritmo*. São Paulo: Contexto, 1992.
- MORAES, J. A. Correlats acoustiques de l'accent de mot en Portugais Brésilien. *Proceedings of the XI International Congress of Phonetic Sciences*. vol. 3, Tallin, Estonia. URSS, 1987, p. 313- 316.
- MORAES, J. A. *Fonética*. 1ª ed. São Paulo: Parábola, 2024.
- NESPOR, M; VOGEL, I. *Prosodic phonology*. Dordrecht: Foris Publications, 1986.
- SCHWINDT, L. C. A harmonia vocálica em dialetos do sul do país: uma análise variacionista. *Graphos*, João Pessoa, v. 1, n.2, 1997, p. 55-64.
- SCHWINDT, L. C.. *O prefixo no Português Brasileiro: análise morfofonológica*. 2000. 192 f. Tese (Doutorado em Letras) - Programa de Pós-Graduação em Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2000.
- SOUZA, M. M.; FONSECA, A. A. O status de palavra fonológica em afixos do português brasileiro. *Diadorim*, Rio de Janeiro, v.20, n. 2, 2018, p. 418-434.
- ULRICH, C. W.; SCHWINDT, L. C. O status morfoprosódico dos sufixos -inho/-zinho, -mente e -íssimo no português brasileiro. *DELTA. Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada*, v. 34, n.2, 2018, p. 769-788. DOI: 10.1590/0102-445030726356878044
- ULRICH, C. W.; SCHWINDT, L. C. Prosodic independence of affixes in Brazilian Portuguese: an experimental approach. *Proceedings of the Annual Meetings on Phonology*, v. 8, 2020, p. 1-12.

Reflexões sobre a cooperatividade e sobre a intenção na comunicação

Reflections on cooperativity and intention in communication

José Henrique Pérez-Rodríguez

Universidade de Vigo (Uvigo) | Vigo

PO | ES

jhpr@uvigo.gal

<https://orcid.org/0000-0003-3172-1655>

Resumo: A comunicação humana costuma ser focada como uma atividade conjunta detentora do maior nível de cooperatividade, porquanto emissor e recetor desenvolvem papéis supostamente interdependentes num processo que, basicamente, consiste na inferência da intenção comunicativa do emissor por meio dos sinais que ele emite num determinado contexto comunicativo. Contudo, a alegada existência de formas de comunicação desintencional contradiz essa interpretação. Partindo do quadro geral da teoria das atividades conjuntas de Herbert H. Clark (1996), assume-se que a função geral da comunicação é facilitar a coordenação de atividades cooperativas e procede-se então a rever o papel da intenção comunicativa no quadro geral dos comportamentos coletivos. O objetivo é analisar o papel da intenção comunicativa na coordenação acional e na dinâmica da comunicação para verificar se ela faz parte inerente dessa dinâmica. As conclusões sugerem que a restrição determinada pelas possibilidades de cooperação que o contexto situacional oferece permite que a apreensão da situação possa constituir o fundamento primário da comunicação. Isso implica que os sinais do emissor apenas constituiriam uma parte desse contexto cuja contribuição para a determinação final da solução de coordenação entre os agentes seria variável. Como consequência, em termos de pura funcionalidade informativa, não parece existir uma diferença qualitativa entre a comunicação intencional e as transferências desintencionais de informação. Esse ponto de vista outorga centralidade ao recetor, envolve



uma redefinição do carácter cooperativo da comunicação, reforça a equiparação da comunicação com outros meios de coordenação e explica satisfatoriamente a existência da denominada “comunicação desintencional”.

Palavras-chave: intenção; intenção comunicativa; cooperação; coordenação; comunicação desintencional.

Abstract: Human communication is often depicted as a collaborative activity characterized by a high level of cooperativeness, as both sender and receiver assume supposedly interdependent roles in a process that essentially involves inferring the sender’s communicative intention through the signals emitted within a given communicative context. However, the alleged existence of unintentional forms of communication contradicts this interpretation. Building upon the overall framework of Herbert H. Clark’s joint activity theory (1996) and assuming that the overarching function of communication is to facilitate the coordination of cooperative activities, the role of communicative intention is reassessed within the general framework of collective behaviors with the aim of analyzing its function in action coordination and communication dynamics to verify whether it is an inherent part of this dynamic. In conclusion, it is suggested that the constraint imposed by the opportunities for cooperation offered by the situational context allows the apprehension of the situation to serve as the primary basis of communication. This implies that the signals from the sender would merely constitute a part of this context, the contribution of which to the final determination of the coordination solution between the agents would vary. As a consequence, in terms of purely informational functionality, there appears to be no qualitative difference between intentional communication and unintentional information transfers. This perspective shifts emphasis to the receiver, redefines the cooperative nature of communication, strengthens parallels of communication with other coordination devices, and offers a coherent account of so-called “unintentional communication”.

Keywords: intention; communicative intention; cooperation; coordination; unintentional communication.

1 Introdução

H. Paul Grice (1975) teve o mérito de ter elaborado o primeiro quadro teórico a salientar o caráter cooperativo da comunicação, característica que foi depois reconhecida e incorporada em diversos modelos teóricos, tais como a teoria da relevância ou, particularmente, o modelo colaborativo de Herbert H. Clark. De acordo com esse caráter cooperativo, acredita-se que a comunicação implica colaboração entre emissores e recetores, os quais estariam igualmente envolvidos no êxito da transmissão informativa. É um equilíbrio que contrasta com o tradicional modelo de código, mais voltado para o emissor. Contudo, no modelo prototípico de comunicação cooperativa ainda prevalece certa primazia do emissor por ser ele o agente que toma a iniciativa do processo, espelhada na sua intenção comunicativa. O propósito de Grice, já em *Meaning* (1957) com a pretendida demarcação do significado do emissor, era levar à frente uma psicologização da semântica, ou seja, a criação de uma semântica baseada nas intenções dos emissores e nos efeitos produzidos nos recetores; entendendo assim que as propriedades semânticas dos signos linguísticos decorreriam das intenções que as expressões costumam exprimir. Esta empreitada estava muito na linha do que estava a acontecer noutras disciplinas próximas, que também por essa época começavam a realizar uma viragem mentalista.

O conceito de intenção usado por Grice e, de modo geral, nos estudos pragmáticos, condiz com o emprego que se faz de tal expressão na linguagem comum (um “projeto” mental) e difere da noção filosófica de intencionalidade que desde Brentano (2014, p. 92-93) fica a designar de modo geral o conteúdo ou referencialidade (‘aboutness’) dos estados mentais; mais rigorosamente, a maneira que teriam os objetos extramentais de *in-existirem* na mente. Entende-se, pois, que as intenções, incluindo nelas as intenções comunicativas ou informativas da pragmática, constituiriam apenas um dos possíveis tipos de estados mentais, sendo a intencionalidade supostamente uma característica de todos eles (Jacob, 2019). Para Brentano, a intencionalidade seria justamente a característica definitiva do mental.

Nas disciplinas a estudarem a comunicação humana há linhas de pesquisa que se afastam da tradicional concepção da comunicação como uma espécie de trasfega da intenção do emissor. Particularmente, as perspectivas de tipo interacional, próprias dos âmbitos da linguística, sociolinguística ou pragmática, rejeitam esse ponto de vista e preferem considerar a intenção como uma qualidade emergente da comunicação, uma espécie de interpretação subjacente ao próprio ato comunicativo. Nesse sentido, pretende-se que a “intenção interacional”, não dependente necessariamente do projeto mental ou propósito do emissor, estaria mais próxima ou presumivelmente coincidiria com o próprio conceito de intencionalidade (p. ex. Haugh, 2009). Às vezes mesmo parece ser celebrada tal confluência como um indício de maior verossimilhança ou, quando menos, como uma característica que evitaria conceber a comunicação como um processo a “pressupor a realização direta e contínua de intenções em relação aos objetos reais” (Khalil, 2017, p. 362).

Neste trabalho temos por objetivo aprofundar um pouco num caminho que, como sinala Haugh, não foi demasiado transitado. Trata-se da análise da intenção comunicativa no quadro geral das intenções que dirigem os comportamentos para o fim de contribuímos para o debate acerca da possível existência de modos de comunicação desintencional. De fato, existem configurações comunicativas em que pode ser documentada facilmente a existência de transmissão de informação não alicerçada no reconhecimento da intenção

do emissor. Gil, por exemplo, coloca o caso das implicaturas fracas, que constituiriam deduções realizadas pelo recetor à margem da intenção comunicativa (Gil, 2015; 2018), como, por exemplo, quando uma namorada comenta ao seu parceiro que há um restaurante com boa vista para o rio e ele é capaz de inferir que provavelmente ela deseja ser convidada para jantar. Mesmo caberia pensar em comunicação não cooperativa. O caso da chamada *tradução documentária* (Nord, 2005, p. 80) seria provavelmente um dos exemplos em que isso poderia acontecer. Parece difícil, por exemplo, podermos falar em cooperação entre Cícero e os aprendizes de língua latina que hoje em dia empregam as *Catilinárias* para aperfeiçoarem esse idioma. Difícil porque decerto o autor romano não devia estar a considerar tal finalidade na hora de compor as suas conhecidas invectivas contra o senador Catilina. A tradutóloga Christiane Nord (2005, p. 58) fala nestes casos na existência de “*recetores ocasionais*” (‘chance receivers’), enquanto de Herbert H. Clark poder-se-ia tentar extrapolar para estas situações os termos *participantes colaterais* (‘side participants’), *espectadores* (‘bystanders’) e *espreitadores* (‘eavesdroppers’), que ele emprega no âmbito das dinâmicas conversacionais (Clark, 1996, p. 14). Contudo, estas conjunturas, e especialmente outros cenários ainda mais marcados pela aparente ausência de cooperação que serão apresentados, devem ser analisados para verificar se tem cabimento serem considerados comunicação desintencional. O reconhecimento da existência de comunicação desintencional por parte das correntes maioritárias da pragmática e da filosofia da linguagem acarretaria também não poucas consequências para entender como deve ser enquadrada e concebida a comunicação. Com esse intuito, procederemos a analisar pelo miúdo e contextualizadamente os conceitos de intenção e de intenção comunicativa para explorar o papel que a intenção comunicativa tem na comunicação e no desenvolvimento de comportamentos cooperativos.

2 Determinação do conceito de intenção

Antes de iniciarmos as nossas reflexões, procede delimitar com clareza a que nos iremos referir quando falarmos em intenção ao longo deste trabalho. Basicamente, entendemos a “intenção” como o estado mental que dirige teleologicamente a realização dos comportamentos planificados procurando atingir um determinado estado de coisas. Trata-se, pois, de um conceito psicológico diferente da intencionalidade atribuível *a posteriori* aos comportamentos observados. Haugh (2009), por exemplo, proporciona amostras de conversas em que o propósito inicial do emissor é alterado ao longo da interação, ou ainda acaba por surgir uma *intenção* completamente divergente desse propósito original. A intenção é contemplada dessa perspectiva como uma possível interpretação externa à disposição dos recetores, desconsiderando largamente o suposto construto psicológico do emissor a que, porém, ela não deixa de ser atribuída. Todavia, o enfoque interacional não é necessariamente obstáculo para as abordagens cognitivas. Clark (1996, p. 24-25, 215), por exemplo, também faz alusão à possível alteração da intenção comunicativa inicial dos emissores ao longo da interação, mas sem renunciar a um enfoque intelectual ao mostrar como os próprios emissores participam cooperativamente nessa transformação. No nosso caso, iremos considerar a intenção exclusivamente como um estado mental, como é mais comum no âmbito da pragmática. Em par-

ticular, intenção seria aquele estado mental consistente num suposto arcabouço psicológico que tem por fim dirigir a execução de um comportamento.

Os comportamentos a serem dirigidos por intenções são aqueles que podem ser denominados ‘propositados’, os quais se caracterizariam por estarem encaminhados a provocar alguma intervenção no ambiente e por incorporarem algum tipo de retroalimentação informativa (‘negative feedback’) durante a execução. A retroalimentação negativa consistiria, basicamente, numa entrada constante de informação perceptiva de modo a permitir realizar as correções e ajustes necessários para mudar o estado de coisas presente a cada momento em direção à situação ideal propositada. Esses são os comportamentos que Rosenblueth, Wiener e Bigelow (1943) denominaram “teleológicos” num artigo que reivindicava naquela altura uma conceção externalizada de ‘propósito’. Contudo, devemos admitir que muitos comportamentos propositados são constituídos por sequências comportamentais de nível inferior, amiúde rotinizadas e incorporadas hierarquicamente na sequência principal, como descreve bem a psicologia cognitiva por ocasião dos processos de fragmentação-aglomeração (‘chunking’). Por exemplo, muitas das pequenas ações que os automobilistas experientes desenvolvem de forma semiconsciente ao volante do seu carro constituem séries automatizadas com bases mentais muito reduzidas. Com certeza elas conservam certo grau de retroalimentação negativa a implicar algum tipo de circularidade perceptivo-acional, mas respondendo apenas para um propósito principal de nível superior: neste caso, locomover-se para algum lugar (cf. Kuhl, 1987). Neste trabalho, procurando analogia com a terminologia da teoria da atividade conjunta de Herbert H. Clark, denominaremos *ações* os comportamentos intencionais de todo tipo e *atividades*, o conjunto hierarquizado de ações encaminhadas a dar cumprimento a um propósito predominante; embora na prática ações e atividades sejam difíceis de delimitar e os dois termos apresentem ampla sobreposição. Quanto às ações “automatizadas”, Rosenblueth, Wiener e Bigelow também as apresentavam como dependentes de um propósito de nível superior, mas para eles estariam integradas completamente no comportamento principal e seriam involuntárias¹:

Quando realizamos uma ação voluntária, o que selecionamos voluntariamente é um propósito específico, e não um movimento específico. Assim, se decidimos pegar um copo com água e levá-lo à boca, não ordenamos que determinados músculos se contraíam em certa intensidade e em uma sequência específica; simplesmente acionamos o propósito, e a reação segue automaticamente (Rosenblueth; Wiener; Bigelow, 1943, p. 19 - tradução nossa ²).

Portanto, a presença de um propósito dominante a ser atingido e, salvo casos muito excepcionais (cf. p. 19-20), o controle da atividade durante a execução seriam os elementos carac-

¹ A dificuldade para explicar a configuração hierárquica dos comportamentos é um dos obstáculos para a aplicação do princípio da retroalimentação negativa à descrição da estrutura organizativa dos comportamentos planejados complexos (vide Ashby, 1964, p. 54). Acreditamos que a automatização de processos pelo princípio de fragmentação-aglomeração (*chunking*), que começaria já nas primeiras fases do desenvolvimento ontogénico dos organismos com capacidade para executar comportamentos planejados, oferece uma explicação singela e satisfatória.

² Do original: “When we perform a voluntary action what we select voluntarily is a specific purpose, not a specific movement. Thus, if we decide to take a glass containing water and carry it to our mouth we do not command certain muscles to contract to certain degree and in a certain sequence; we merely trip the purpose and the reaction follows automatically”.

terísticos dos comportamentos intencionais. Nesse sentido, um mecanismo com servossistema, como um torpedo ou o regulador de velocidade de um automóvel, poderia ser considerado também um ente propositado e, portanto, “intencional”, quando menos de um ponto de vista externo (cf. p. 22). Searle (1980), por sinal, diferenciava entre *intenção a priori* e *intenção-em-ação*, correspondendo esta última justamente ao controle do comportamento durante a execução.

3 Fases do processo intencional

Como as intenções comunicativas, embora peculiares, constituem na realidade um tipo de intenção coletiva, nesta epígrafe começaremos a abordar o desenvolvimento dos comportamentos intencionais com o objetivo de enquadrar, nesse contexto, o estudo das intenções que os dirigem. Com isso, esperamos estar em condições de, posteriormente, aproximar-nos das intenções que presidem os comportamentos coletivos que envolvem algum tipo de colaboração, os comportamentos cooperativos, e assim criar as bases para a análise, devidamente contextualizada, do fenómeno da comunicação.

De acordo com o chamado *Modelo do Rubicão de fases de ação* (Heckhausen; Gollwitzer, 1987), a etapa que se pode identificar com a intenção *a priori* de Searle daria início com a tomada de decisão acerca da execução do comportamento e teria uma natureza fundamentalmente programática, pois nela é que aconteceria a planificação motora da atividade. Cronologicamente anterior, embora com duração indeterminada, haveria uma fase de tipo deliberativo na qual teria lugar a valorização da situação original e o planejamento do propósito e da intervenção a ser realizada. A análise da situação começaria amiúde com a percepção de um *motivo*, ou seja, um anelo ou desejo –adquirido ou inato– que requer satisfação. Este motivo dependeria da “distância” entre a situação atual percebida pelo sujeito e o estado de coisas que ele considera desejável. A preferência viria determinada fundamentalmente por *atitudes* prévias: crenças favoráveis ou contrárias a determinados estados de coisas que incluem componentes racionais e afetivos (Rosenberg; Hovland, 1960).

Se a distância entre a situação percebida e o estado de coisas desejado não for muito grande, o indivíduo poderá ter pouco motivo para agir; mas se for suficiente para provocar certa tensão dicotômica, poderá vir a ser desencadeado um impulso emotivo. E este impulso é que dará início ao processo motivacional que pode levar à execução do comportamento. Todos os comportamentos, como sinala Flórez-Alarcón (2018, p. 118), têm a sua origem primeira numa certa reação emocional, embora existam também enfoques completamente racionais a respeito (cf. Pacherie, 2002). Se definirmos o motivo como uma tensão psicológica, então a *motivação* deverá consistir na formação e tomada de consciência desse motivo. A motivação pode ser avigorada alargando a distância tensional: quer melhorando a imagem atitudinal do estado de coisas desejado pelo sujeito (p.ex. através da publicidade) quer depreciando a imagem da situação percebida fazendo com que ela lhe pareça menos tolerável. Importa salientar que a motivação pode ser intrínseca se, por exemplo, depende apenas das expectativas de resultado do sujeito ou, também, se ela se vê favorecida por incentivos procedentes de avaliações por ele efetuadas acerca da consecução de comportamentos aná-

logos ou similares. E pode ser extrínseca se o incentivo é alheio à própria consecução do comportamento: recompensas, reconhecimentos, etc.

Em todo o caso, para o motivo poder conduzir para o comportamento, tal comportamento deve parecer alcançável. Após o desencadeamento do que denominamos ‘impulso motivacional’, começa imediatamente um processo de tipo avaliativo no qual passará a ser ponderada a eficácia da possível intervenção, quer dizer, passará a ser julgado se a situação-alvo projetada é atingível e que consequências colaterais ela pode provocar. Isso implicaria, a nosso ver, conceitualizar um primeiro esboço mental do conjunto da ação a ser desenvolvida conforme a representação dos conhecimentos e destrezas arquivados na memória. Tratar-se-ia ainda, fundamentalmente, de um bosquejo em terceira pessoa, tipo fluxograma, que podemos denominar ‘plano de intervenção’. A percepção da eficácia, segundo Bandura (1977), dependeria da análise da autoeficácia e das expectativas de resultado. Ambas as expectativas são essenciais para se formar um senso de controle favorável que possa desencadear um sentido crescente de compromisso com a execução. A possível incidência externa na fase de avaliação da eficácia de uma ação podemos denominá-la *(des)encorajamento extrínseco*, e seria complementar da *(des)motivação extrínseca*. De facto, na sua valorização das possíveis implicações colaterais que carretaria a execução do comportamento, o sujeito leva especialmente em conta a repercussão social e, particularmente, as expectativas acerca do apoio ou (des)aprovação que irá receber. São as chamadas ‘crenças normativas’ e ‘normas subjetivas’, introduzidas por Icek Ajzen na sua *teoria do comportamento planejado* (Ajzen, 1991) com o fim de aumentar a preditibilidade do seu quadro teórico prévio. Tal normatividade alicerça o conceito de *responsabilização social* (‘accountability’) de Enfield e Sidnell (2022), que estes autores consideram pedra angular da organização social e da intersubjetividade. O compromisso do sujeito com a execução, portanto, vai ser diferente se se tratar de um simples autocompromisso privado, de um autocompromisso público, de um compromisso com outro sujeito ou de um compromisso participativo numa ação conjunta (Clark, 2006).

Superada a avaliação da eficácia, teria já lugar a tomada de decisão acerca da execução da atividade. No modelo do Rubicão a decisão é considerada um marco fundamental, pois é olhada como um “ponto de não retorno” que dá início ao estágio propriamente intencional. O comprometimento inerente à decisão é que outorga carácter volitivo ao propósito, convertendo-o já numa intenção. Ultrapassado o limiar da decisão, como indica Corno (1993, p. 15), o avanço para o propósito costuma depender já da própria atividade de autorregulação do sujeito (fundamentalmente as expectativas e avaliação do controle), sendo muito mais improváveis possíveis reconsiderações ou mudanças de alvo.

A fase intencional começa então com a intenção de propósito, ou intenção-*a-priori*, já enformada, mas sem se produzir ainda a execução da ação. É uma fase centrada na planificação individual das ações intermediárias que serão precisas para chegar ao alvo a partir do que antes denominamos ‘plano de intervenção’. Cabe supor aqui uma “tradução” do plano de intervenção prévio, projetado em terceira pessoa, para as estruturas mentais individuais que dirigirão a execução. Seria um processo em boa medida automatizado e que contaria, talvez, com a participação do sistema de neurónios espelho ou recursos análogos do cérebro. Concluída essa fase, fica já possível proceder à realização do comportamento e, com ela, enceta a intenção da execução, ou intenção-em-ação.

De um ponto de vista cognitivo, podemos, assim, deduzir quatro componentes fundamentais das intenções após elas terem sido enformadas: projeto mental de situa-

ção-alvo desejada, ou *propósito*; *plano de intervenção*; *representação mental da situação atual e controle motor do comportamento*. Deles, os dois últimos teriam um carácter essencialmente dinâmico, formando-se um ciclo contínuo em fase de execução de acordo com a informação perceptiva entrante. O processo, basicamente, consiste numa interferência no ambiente guiada pela aplicação do plano de intervenção com vistas a aproximar do propósito a própria informação perceptiva, servindo a entrada constante de informação perceptiva como ponto de referência para corrigir a cada momento a orientação de cada ação em direção ao propósito. Powers (1973), por acaso, chegou mesmo a definir o comportamento como o controle da percepção; enquanto Searle (1980), procurando a analogia das intenções com outros estados intencionais, considerava a intenção-em-ação como um tipo de ajuste mundo-a-mundo guiado pelas correspondentes condições de satisfação, que neste caso consistiriam na representação mental da situação-alvo como consumação do propósito.

A ação concluirá, finalmente, quando o processo de avaliação do controle criar uma crença favorável à consecução suficiente do alvo pretendido ou quando, pelo contrário, for verificada a inconveniência ou impossibilidade factual de materializá-lo. A partir desse momento pode falar-se, ainda, numa fase pós-intencional centrada na avaliação global do conjunto do processo, de modo que a informação obtida desta análise contribuiria para formar atitudes dirigidas a (des)incentivar a motivação de futuras ações análogas.

Quadro 1 – Fases do processo acional

PROCESSO ACIONAL					
Fase pré-intencional (deliberativa)			Fase intencional (volitiva)		Fase pós-intencional (avaliativa)
Etapa motivacional	Etapa de valorização da eficácia	Decisão	Subfase pré-acional (intenção <i>a priori</i>)	Subfase acional (intenção-em-ação)	Fim da execução - Avaliação do resultado
- Análise da situação-atual vs. estado de coisas ideal >> motivo	- Análise da eficácia da possível intervenção (contemplada no seu conjunto)	Compromisso com execução. Afixação do propósito	- Planejamento e coordenação das ações de que consta a atividade. - Análise da eficácia da possível intervenção	Ciclo de execução (percepção da situação atual $\nleftrightarrow$ propósito) + avaliação do controle e eficácia	

Fonte: elaboração própria

Deve ser acrescido, finalmente, que a estrutura acional que acabamos de descrever precisa ter a suficiente flexibilidade para poder ajustar-se a uma estruturação de tipo autosimilar (aninhada), na linha do preconizado por autores como Powers (1973), Taillard (2002) ou Bangerter e Clark (2003). Quer dizer, as ações podem e costumam depender de ações de menor nível hierárquico em qualquer fase do seu processo intencional e, por sua vez, participam em outras ações, atividades ou planos de nível superior, acontecendo que em todos os casos elas parecem partilhar, no básico, a mesma estrutura.

4 As intenções coletivas

Após termos analisado o papel das intenções nos comportamentos individuais, estudaremos agora o que é que acontece no caso dos comportamentos que são levados à frente de forma coordenada por mais de um agente, evidenciando assim a necessária presença de uma intenção coletiva.

As intenções coletivas foram analisadas de perspectivas muito diversas: como compromisso entre os agentes (Gilbert, 1989), como estados mentais específicos de sujeito coletivo (Searle, 1990), como combinação de estados mentais individuais (Bratman, 1992). Ao que tudo indica, este último posicionamento é que oferece o maior grau de parcimônia a respeito das intenções individuais, contempladas como vimos de apresentar na anterior epígrafe. A chave para poder combinar ações individuais de forma a elas se constituírem como ações *participativas* de uma ação cooperativa reside, obviamente, na coordenação; e a coordenação requer a presença prévia de certa informação partilhada no cérebro de todos os agentes envolvidos. Seria essa informação (presumivelmente enformada como crenças e atitudes) a responsável pela ativação e desenvolvimento do processo intencional. A partilha consciente de informação entre dois ou mais indivíduos é denominada *base comum* ('common ground'), sendo esse um conceito central no estudo da comunicação e na filosofia da linguagem (Clark; Brennan, 1991; Stalnaker, 1978) que em Pérez-Rodríguez (2016) argumentávamos corresponder à conceção tradicional de "sistema cultural". A comunicação entre os agentes seria, precisamente, um processo que permite construir essa base comum de acordo com as necessidades concretas de coordenação existentes.

Para fazer ideia, podemos conceber uns exemplos inspirados nos conhecidos pontos focais de Schelling (1960). Começamos, pois, considerando uma situação inicial em que dois sujeitos ficassem perdidos no meio de uma multidão de pessoas e precisassem de se reencontrar. O processo para se reunirem constituirá uma atividade cooperativa se for realizada propositadamente pelos dois agentes. Mas, para isso, ambos deverão partilhar um mesmo objetivo (o reencontro) e projetos complementares para a sua realização. Dependendo do conhecimento prévio que existir entre os sujeitos — tanto na sua base comum *pessoal* (Clark, 1996, p. 100) quanto na *comunitária*, como membros de um mesmo grupo social, (p. 114) —, cada pessoa poderá provavelmente deduzir com maior ou menor nível de confiabilidade se a outra estará a partilhar o propósito do reencontro; mas, como coordenar então a realização? Uma solução por exclusão (E1) poderá ser dirigirem-se para um lugar das redondezas que se supuser visualmente proeminente e, portanto, for especialmente saliente na base comum perceptiva de ambos; por exemplo, um palco a elevar-se sobre a multidão. Outra hipótese (E2) que, eventualmente, os dois poderiam contemplar como mais lógica seria dirigirem-se para um lugar onde já se tivessem encontrado noutras ocasiões. Dentre os diversos lugares que podem figurar conceituados na base comum deles, esse poderia ser agora o mais saliente para resolverem este problema de coordenação concreto. E, se estivessem, por exemplo, num aeroporto, poderia também cada um dos agentes pressupor que o outro se fosse dirigir para o lugar que nesses espaços figura sinalado e designado convencionalmente como 'ponto de encontro', solução existente no quadro cultural que ambos compartilham (E3).

A ideia de Schelling é que a saliência de cada solução frente a outras possíveis alternativas depende, basicamente, do conhecimento de que o outro agente também está a procurar

uma solução de coordenação. Para o caso que aqui interessa, vale considerarmos que as três soluções acima, contempladas como realidades psicológicas partilhadas, ou seja, como uma espécie de “acordos” implícitos, correspondem, respectivamente, a três dos quatro tipos de *meios de coordenação* (‘coordination devices’) identificados por Lewis (1969): os *manifestos* ou *saliência perceptiva*, os *precedentes* e as *convenções*. Mas todos esses meios de coordenação dependem, até certo ponto, da existência prévia de base comum entre os sujeitos envolvidos, uma vez que um meio de coordenação consiste na solução mais saliente presente na base comum dos participantes na hora de resolverem um problema concreto de coordenação (Clark, 1996, p. 67). Isto é, um meio de coordenação é a abordagem planejada para resolver um problema de coordenação determinado que cada agente pode pressupor que o(s) outro(s) também irá/irão conceber. Por outro lado, essa dependência da base comum existente faz com que os meios de coordenação mencionados consistam em soluções implícitas e, portanto, inicialmente carentes de validação intencional para o projeto em curso, tendo como resultado que o compromisso com o propósito partilhado que pode esperar cada participante do(s) outro(s) tenha um carácter até certo ponto conjectural.

Mas podemos imaginar agora que um dos sujeitos dos exemplos anteriores decidisse garantir a saliência de uma solução concreta para o reencontro. Uma forma de fazê-lo seria apontando para o palco do primeiro caso mediante, por exemplo, um ponteiro laser (E4); ou, também, transmitindo por telefone móvel o produto de comportamentos verbais associados de alguma forma (p.ex. convencionalmente) ao tipo de solução desejada, de forma a invocar tal solução por via cognitiva (E5). Neste caso é claro que tudo seria muito mais fácil porque, então, os sujeitos estariam a comunicar-se e poderiam criar facilmente representações mentais partilhadas tanto da vontade mútua de se reencontrarem como da maneira de o fazerem. A comunicação, ou mais precisamente, as representações mentais partilhadas que dela podem surgir, os *acordos explícitos*, constituem assim o quarto possível meio de coordenação, um meio que é invocado a partir de base comum que mesmo pode ser desenvolvida *ex professo* para a ocasião. Aliás, no acordo explícito os participantes não só coordenam determinados aspectos da atividade ao passarem a adotar crenças e atitudes comuns, mas também evidenciam recíproca e abertamente o seu compromisso com ela. O único problema será que a comunicação é também uma ação que precisa ser coordenada. Ela é uma “ação coordenada para a coordenação de ações” (Geurts, 2019, p. 3). Mais adiante voltaremos sobre a estrutura interna da comunicação. Por enquanto, ficamos com a ideia de existirem quatro possíveis tipos de meios de coordenação, um dos quais é constituído pelos acordos explícitos decorrentes das dinâmicas comunicativas. A principal função e causa do desenvolvimento da comunicação humana, de acordo com certos autores, seria justamente facilitar a coordenação das atividades cooperativas (Clark, 1996, 2004; Croft, 2000; Tomasello, 2009).

Para Clark, a coordenação de atividades cooperativas envolve duas dimensões diferentes: a coordenação de conteúdos e a coordenação de processos (Clark, 1996, p. 59), terminologia que para o autor abrangeria basicamente a coordenação do(s) propósito(s) e a coordenação da execução. Entende-se, porém, que a coordenação de conteúdos deve compreender também o plano de intervenção, frequentemente atingindo ainda fases não intencionais, como a motivação ou a avaliação de eficácia. Em qualquer caso, o quadro teórico de Clark, a denominada ‘teoria das atividades conjuntas’, é sumamente pormenorizado e faz referência também a aspectos como a possibilidade da execução assíncrona, simultânea e intermitente (Clark, 1996, p. 37, 42, 90); diferenças de papel, governança, envolvimento e

permanência dos participantes na atividade (Clark, 1996, p. 31-38); possível presença de propósitos secundários conjuntos ou particulares (Clark, 1996, p. 34-35); variação no grau de roteirização, de formalidade, de verbalidade e de cooperatividade (Clark, 1996, p. 30-31); diversas formas de compromisso e consequências do compromisso conjunto (Clark, 1996, p. 289 e seguintes; Clark, 2006); ou, ainda, a função da presença e acúmulo de informação partilhada pelos participantes acerca da progressão da atividade (Clark, 1996, p. 43). Nomeadamente, esta última informação consiste em crenças e suposições sobre a atividade em curso a fazerem parte da base comum dos agentes, informação que irão atualizando ao incorporarem a cada momento a representação partilhada do andamento da atividade.

Aos efeitos deste trabalho, interessa especialmente comentar que a maior parte das atividades humanas depende de ações cooperativas, embora tais ações possam apresentar grandes diferenças no relativo à sua cooperatividade. Assim, atividades conjuntas como dançar uma valsa ou fazer o amor apresentam o maior grau de cooperatividade, ao passo que outras; como uma partida de ténis, uma discussão ou mesmo uma guerra convencional, seriam também cooperativas, embora pontuando nas partes mais baixas da escada (cf. Svennevig, 1999, p. 13-14). No meio ficaria um amplo leque de possibilidades de acordo com os papéis e propósitos assumidos pelos participantes.

Na realidade, uma vez que qualquer ação cooperativa consiste na combinação de duas ou mais ações participativas individuais, o esquema que vimos em §3 fica a ser fundamentalmente válido para cada uma das ações participativas, com a diferença de que essas devem ser coordenadas agora mediante a presença partilhada da informação sobre a atividade cooperativa a ser desenvolvida. Em E1, E2 e E3 vimos como as suposições e conhecimentos dos sujeitos acerca de como procederem para se reencontrar procediam da sua base comum prévia, incluindo a base comum percetiva. Mas em E5 o meio de coordenação para o reencontro surgia a partir de uma chamada telefónica, ação comunicativa da qual emergiam as crenças compartilhadas sobre o processo a ser levado a cabo e que constituíam acordos explícitos entre os participantes. O mesmo vale dizer para E4, embora com menor nível de precisão e refinamento.

Como ao encetarem muitos tipos de atividades cooperativas o mais normal é os participantes carecerem de base comum suficiente para poderem aplicar meios de coordenação e formas ótimas de compromisso partilhado, interessa ver como é que pode ser incrementada a base comum segundo as características específicas de cada atividade. Basicamente, tal processo teria lugar de duas maneiras: quer pela própria perceção partilhada da atividade, quer pela inserção nela de ações específicas de coordenação, ou seja, de ações comunicativas. Os humanos, ao que parece, somos dotados de certa predisposição para perceber a intencionalidade da perceção alheia, quer dizer, qual é o foco de atenção de outros sujeitos e, portanto, o conteúdo pontual da sua psique. Por exemplo, a esclera do olho parece ter evoluído na nossa espécie para transparecer a direção do olhar (cf. Kano; Kawaguchi; Yeow, 2021), facilitando assim deduzir se a eventual atenção para determinados objetos e processos observáveis é reciprocamente realizada pelos outros agentes e, portanto, constitui base comum percetiva. De facto, para o desenvolvimento de ações cooperativas é imprescindível, como vimos, não apenas ter consciência de que os outros agentes partilham propósito(s) e planos de ação complementares, mas também consciência de que tal consciência é compartilhada. A partir dessa consciência recíproca, é que pode ser conjeturada a existência do compromisso partilhado que permite a cada agente esperar dos outros a realização e complementaridade das suas respectivas ações participativas. Assim, por exemplo, quando dois automobilistas se deparam

de frente num cruzamento de ruas sem sinalização, cada um deles normalmente espera a ter certeza de que o outro está centrado na percepção da mesma situação, se for possível mediante contato visual. A partir daí, cada um passará a executar a ação correspondente de acordo com o meio de coordenação mais saliente para ambos na base comum perceptivo-cognitiva. Neste caso, certamente seria a solução estipulada nas regras (convenções) de trânsito (E6).

Mas as características que podem ter predisposto os humanos até certo ponto para a realização de ações e atividades cooperativas sincrônicas e copresenciais podem não ser suficientes atualmente para lidar com ações muito sofisticadas ou a apresentarem carácter transituacional. Clark sinala o papel das denominadas representações externas para o estabelecimento de percepções partilhadas e, portanto, para estabelecer base comum, uma vez que, entre outras características, tais representações permitem uma percepção simultânea e paralela pelos participantes (Clark, 1996, p. 47). Coloca o exemplo do xadrez (E7), jogo habitualmente associado a um tabuleiro reticulado e a certas figuras características, mas que na realidade pode ser praticado perfeitamente sem tal representação, como acontece nas partidas por correspondência com notação algébrica:

As representações externas são particularmente úteis. Considere o tabuleiro de xadrez de Morphy e Anderssen após a sua décima jogada. Morphy e Anderssen podiam ver de relance onde cada peça estava posicionada naquele momento e, por eliminação, quais peças já haviam sido capturadas [...] O tabuleiro de xadrez é a representação na qual a maioria das regras do jogo está expressa [...] Assim, para Morphy e Anderssen, o tabuleiro de xadrez e as peças não eram meras manchas de cor e pedaços de madeira, mas elementos de uma cena que interpretavam com base numa compreensão altamente desenvolvida do jogo (Clark, 1996, p. 45 - tradução nossa ³).

Exemplos quejandos seriam mapas e diagramas (Tversky, 2000), certas aplicações informáticas e, na realidade, qualquer artefato capaz de fornecer um ambiente, real ou virtual, apto para a interação perceptivo-cognitiva. Quando duas ou mais pessoas percebem a mesma realidade e cada uma percebe também que as outras partilham tal percepção, elas fazem *basificação* ('grounding') dessa experiência (Clark; Schaefer, 1987, p. 20; Clark, 1996, p. 221-222). Ao basificarem a experiência, elas desenvolvem a base comum necessária para coordenarem a atividade em curso. Ora, curiosamente, como foi comentado, tal basificação é também justamente o objetivo da comunicação.

Para Clark, de facto, a vontade de basificação inerente em cada movimento de xadrez numa partida ao vivo propiciaria que o movimento fosse realmente uma ação comunicativa, um ato de fala declarativo (1996, p. 54), e isso mesmo seria expetável que acontecesse com qualquer outra experiência perceptivo-cognitiva decorrente de um processo de atenção partilhada no quadro de uma atividade cooperativa, a começar pelas próprias ações dos participantes: "Coordenar e executar atividades conjuntas, em suma, não estão apenas interligados.

³ Do original: "External representations are particularly useful. Take Morphy and Anderssen's chess board after their tenth move. Morphy and Anderssen could see at a glance when each piece resided at that point and, by elimination, which pieces had already been captured [...] The chess board is the representation in which most rules of chess are stated [...] So for Morphy and Anderssen, the chess board and chess pieces weren't mere patches of color and lumps of wood, but were elements of a scene they interpreted according to a highly developed understanding of the game".

Frequentemente, são realizados com o mesmo comportamento” (Clark, 2005, p. 524 – tradução nossa ⁴). Dessa maneira, o autor norte-americano pareceria abrir caminho para uma conceção multimodal da comunicação a incluir supostas formas comunicativas desintencionais, mas ele não chega a diluir a diferença, como preconizava Paul Watzlawick com o axioma “não é possível não comunicar” (vide Watzlawick; Beavin; Jackson, 1973, p. 44 e seguintes). A percepção partilhada, para Clark, apenas pode virar comunicação se fica associada a uma intenção comunicativa⁵, como esclarece no seguinte exemplo (E8):

Quando um funcionário de farmácia diz: “Posso ajudá-lo?”, eu posso responder colocando de forma evidente os produtos que desejo comprar no balcão. Ou seja, não coloco simplesmente os produtos no balcão [...] A minha ação não é casual, mas uma resposta à oferta dele [...] A ideia aqui, embora sutil, é fulcral. Colocar produtos no balcão de uma farmácia não é, em si, um sinal. Porém, quando realizo essa ação de maneira estilizada e no momento exato, estou a utilizar características adicionais do meu comportamento para manifestar essa ação, e manifestar a ação constitui um sinal – uma indicação (Clark, 1996, p. 167-168 – tradução nossa ⁶).

De facto, em muitos sentidos a perspectiva deste autor mesmo condiz com a ortodoxia griceana, que não aceita como comunicação *strictu sensu* qualquer intervenção do emissor. Assim, por exemplo, não seria comunicação o simples facto de alguém apontar para uma janela com a intenção de chamar a atenção do recetor para o facto de estar a chover fora (E9); mas sim seria se uma mãe fizesse o mesmo para lembrar a seu filho, prestes a sair, que ele esquece o guarda-chuva (E10). O motivo é que apenas neste último caso ficaria envolvida a intenção do emissor na própria interpretação do significado (Grice, 1957; cf. Clark, 1996, p. 129). Hodiernamente, a especificidade do significado do emissor tem sido muito relativizada (p. ex. Sperber; Wilson, 2015) e os dois casos seriam considerados formas de comunicação intencional por muitos autores. Mas a relevância do conceito de intenção para entender a comunicação continua vigente nos modelos teóricos preponderantes, mesmo com ratificação por parte de estudos neurocognitivos que acham existir uma rede de áreas específicas envolvidas no processamento das intenções associadas à comunicação (Enrici; Bara; Adenzato, 2019). A diferença entre a simples percepção partilhada das ações participativas de cada agente e a assunção por parte delas de uma dimensão comunicativa dependerá, pois, de certa explicitação da vontade do agente em manifestar o seu interesse em que tal informação seja partilhada.

A fronteira entre a saliência perceptiva partilhada e a comunicação pode chegar a ser, pois, muito ténue. Podemos denominar aqui saliência perceptiva *de intenção inerente* aquela ligada a uma manifestação ostensiva completamente embutida nas ações não comunicativas da atividade cooperativa, como no caso de E7. A dimensão intencional dependeria neste caso da própria sequenciação da atividade, mas trata-se, a nosso ver, de situações suficientemente

⁴ Do original: “Coordinating and executing joint activities, in short, are not just linked. They are often achieved with the same behavior”.

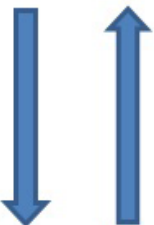
⁵ Apesar de reconhecer que ela pode ser inserida como sinal em ações comunicativas (Clark, 1996, p. 81, 167).

⁶ Do original: “When a clerk in drugstore says “Can I help you?” I can respond by conspicuously placing the items I wish to buy on the counter. That is, I don’t simply place the items on the counter [...] My action isn’t coincidental, but a response to her offer [...] The idea here, though subtle, is essential. Placing items on a drugstore counter isn’t itself a signal. Yet when I take the action in a stylized manner at just the right moment, I am using the extra features of my behavior to manifest that action, and manifesting the action is a signal – an indication”.

ambíguas como para interpretar que se situariam numa área intermediária entre a saliência perceptiva partilhada e a comunicação. Em qualquer caso, o mais importante é que a simples partilha da atenção perceptiva para eventos ou ações pode ter efeitos até certo ponto equiparáveis aos da comunicação intencional no relativo à formação de base comum e, portanto, para a coordenação acional. Por exemplo, no jogo do futebol a simples observação partilhada de um goleiro adiantado da sua posição pode servir para dois jogadores da equipe contrária coordenarem os seus movimentos de ataque (E11). Dois dançarinos podem também empregar a percepção compartilhada da música para coordenarem as suas respectivas performances (E12). Clark não parece conceber a saliência perceptiva partilhada *per se*, desintencional, como uma forma de comunicação, mas sem dúvida aceita o seu papel análogo na formação de base comum; em particular, na parte da base comum que denomina ‘base comum pessoal’ (Clark, 1996, p. 112-114). Esta base teria origem em informações de tipo perceptivo e também em informações de tipo acional, que William Croft preferia denominar simplesmente ‘discursivas’ (Croft, 2000, p. 94). A informação acional seria a informação não perceptiva adquirida ao participar em ações cooperativas; por exemplo, as cousas que são relatadas por outras pessoas ao longo de uma conversa. Interessa salientar que, no que tem a ver com a sua descrição da base comum pessoal de origem perceptiva, Clark situa a informação procedente de indicações gestuais e, portanto, intencional, ao mesmo nível que a informação originada na observação das atividades dos coparticipantes das ações cooperativas, ou que a relativa a entidades ou eventos que, pela sua saliência perceptiva, sejam considerados foco necessário de atenção dos demais participantes.

No atinente à comunicação, no quadro teórico de Clark ela é considerada uma ação conjunta justamente por depender de uma intenção reflexiva, intenção que, por fazer referência a si própria (por pretender ser reconhecida como intenção que pretende ser reconhecida), apenas se pode cumprir com a participação de outrem (Clark, 1996, p. 130), muito na linha das correntes principais da pragmática. Esta caracterização da comunicação como ação conjunta acaba por implicar a necessidade da intenção comunicativa e não deixa espaço para a denominada “comunicação desintencional”, que é o foco do nosso estudo. Mas, por outro lado, Clark também assinala como existe uma escala gradativa entre os diversos tipos de atividades cooperativas no que diz respeito ao nível de uso da comunicação de base verbal como meio de coordenação:

Quadro 2 – Grau de *verbalidade* (presença de ações comunicativas) nas atividades cooperativas

Atividades maioritariamente comunicativas  Atividades maioritariamente não comunicativas	1 – conversas de telefone, notícias de jornal ou de rádio, romances
	2 – conversas cara-a-cara, notícias ilustradas, notícias de TV, textos científicos
	3 – transações comerciais, jogos, filmes, sessões de treinamento, lições de formação, jogos de cartas
	4 – jogos de basquete, partidas de ténis, duas pessoas a moverem um móvel, fazer o amor
	5 – execução de um quarteto de cordas, dançar valsa, jogar à bola

Fonte: Elaborado a partir de Clark (1996: 50)

Assim, as atividades dos níveis 1 e 2 da escala reproduzida no quadro 2, habitualmente consideradas paradigmas do que são os discursos, caracterizam-se por um uso extensivo da comunicação linguística, mas nem por isso são menos atividades do que as dos outros níveis; singularmente porque, como já tinha reparado John L. Austin: “ao estarmos a dizer algo, fazemos algo” (Austin, 1975, p. 94). Nos restantes patamares vemos como, com frequência decrescente, podem ter lugar igualmente ações de tipo comunicativo, embora cedendo mais espaço para a saliência percetiva partilhada em todas as suas formas. Na realidade, todas as atividades cooperativas são “discursos” e todas podem fazer uso da comunicação como meio de coordenação. Diz Clark: “Os discursos, portanto, não constituem um tipo diferente de atividade conjunta, pelo menos se incluirmos todos os atos comunicativos, como devemos fazer numa análise abrangente do uso da linguagem” (Clark, 1996, p.52 - tradução nossa ⁷). De forma que as “atividades conjuntas básicas variam desde as predominantemente físicas, como montar um suporte para TV ou tocar um dueto de piano, até as predominantemente informacionais, como negociar um preço ou trocar fofocas” (Clark, 2005, p. 509 - tradução nossa ⁸).

A coordenação das atividades cooperativas, portanto, depende da basificação de informação proposicional análoga àquela que determinaria o desenvolvimento de qualquer ação individual autónoma. Ficando basificada, tal informação age como meio de coordenação, convertendo assim facilmente uma atividade particular numa atividade participativa. No decurso de uma atividade cooperativa a basificação pode ter lugar quer pelo acesso simultâneo por via percetiva à execução da atividade (atenção percetiva partilhada), quer pelo intercâmbio de informações por via comunicativa. Das ações comunicativas surgem, como meios de coordenação, os já mencionados acordos explícitos, e, da confluência da atenção percetiva dos agentes, os manifestos (ou saliência percetiva partilhada). Ambos constituem, contudo, realidades psicológicas com díspares implicações no que tem a ver com a geração do compromisso partilhado facilitador da coordenação acional. No caso da comunicação, a iniciativa patenteada na intenção do emissor, como veremos, faz a diferença.

Quanto às outras duas soluções de coordenação, os precedentes e as convenções, elas possuem a mesma natureza e finalidade que os manifestos e os acordos explícitos, mas habitualmente não dependem da realização de ações cooperativas específicas (*ad hoc*) dentro da atividade principal. Antes, elas procedem da aplicação da representação em memória de meios de coordenação anteriores, como acontece com os precedentes; ou da assunção social dos precedentes como arquétipo de solução estabelecida para problemas de coordenação recorrentes, que é a origem das convenções⁹. Porém, ao igual que no caso dos manifestos, os precedentes e convenções também podem virar acordos explícitos se invocados intencional-

⁷ Do original: “Discourses, then, are not a distinct type of joint activity, at least if we include all communicative acts, as we must in a full account of language use”.

⁸ Do original: “... basic joint activities range from the mostly physical, such as assembling a TV stand or playing a piano duet, to the mostly informational, such as negotiating a price or exchanging gossip.”

⁹ As convenções também podem proceder, porém, de um tipo específico de acordos explícitos prévios fundamentados em último termo em atos de fala declarativos. Seriam as chamadas ‘convenções constitutivas’ (Marmor, 2009), donde emerge muita da chamada ‘realidade social’ (cf. Searle, 1995). Pelo seu alcance social, não parece frequente ou característico o estabelecimento de convenções constitutivas no decurso de uma atividade conjunta em andamento,

mente. A comunicação, de facto, consistiria na saliência deliberada de convenções, precedentes e manifestos com recurso a comportamentos ostensivos (sinais).

Na próxima epígrafe aproximar-nos-emos da especificidade que caracteriza os comportamentos da comunicação com o fim de analisar o papel que neles tem a intenção comunicativa.

5 A função da intenção da comunicação

A comunicação é, pois, um dos mecanismos que permitem aos agentes criar representações partilhadas da finalidade e progressão da atividade cooperativa a ser desenvolvida. Mas, qual a vantagem de fazer uso da comunicação se a simples perceção partilhada tem mostrado permitir uma coordenação mais eficiente (vide Brennan et al., 2008; Enfield; Sidnell, 2022, p. 30)? Parece que, para além do seu inegável papel nos casos em que o compartilhamento da atenção percetiva pode achar dificuldades operativas, como é o caso da coordenação de ações assíncronas ou sem copresença dos participantes, uma característica essencial que fornece a comunicação é a incorporação da perspetiva dos agentes face à atividade. O facto de alguém tomar a decisão de propor um posicionamento ou um curso de ação partilhados (Clark, 2006) informa também do seu interesse por realizar tal proposta e, portanto, do seu compromisso com a validade e pertinência da informação subministrada ou com a ação sugerida¹⁰. E a assunção da proposta pelo recetor, necessariamente explícita, também. Aliás, o simples facto de perceber conjuntamente uma coisa não implica que ela irá ser, subsequentemente, objeto da mesma avaliação percetivo-cognitiva. Se duas pessoas desejam introduzir num quarto uma mesa de escritório podem discrepar acerca de se a mesa irá caber pela moldura da porta ou acerca da melhor maneira de a segurarem. Também pode acontecer que uma delas duvide e deseje conhecer já de início a opinião do outro agente. Mediante a comunicação poderão contrastar as suas respectivas apreciações de forma a alcançarem um posicionamento avaliativo ou acordarem um curso operativo partilhados. Clark denomina *posicionamentos partilhados* ('joint positions') os acordos explícitos que têm por finalidade basificar experiências cognitivas; e chama "cursos de ação partilhados" ('joint courses of action') os acordos que têm por fim basificar propostas de coordenação acional. Os posicionamentos partilhados dependeriam normalmente dos atos ilocutórios que Searle (1975) denominava assertivos, expressivos e compromissivos; e os cursos de ação partilhados, dos atos ilocutórios diretivos. Os posicionamentos e cursos de ação partilhados são formas de *compromisso partilhado* ('joint commitment'), o qual é o verdadeiro concreto das atividades e ações cooperativas. Como sinala Clark, quando um sujeito assume um compromisso participativo e não faz (bem) a sua parte, ele vira responsável não apenas pelo seu próprio fracasso, mas também pelo insucesso e perda de tempo dos outros agentes envolvidos na atividade cooperativa. A participação em atividades cooperativas resta assim parte da autonomia ao indivíduo, uma vez que a responsabilização faz com que cada participante passe a ter certo controle parcial sobre os outros por ser normalmente o engajamento difícil de renegociar, de forma que o sujeito se sente obrigado a honrar o seu compromisso original com os outros agentes (Clark, 2006). A finalidade principal da comunicação, e a sua principal vantagem frente à simples perceção partilhada, seria justamente o estabelecimento de compromissos partilhados, pois

¹⁰ Cf. com o princípio de 'presunção de relevância' de Sperber e Wilson (1995, p. 156).

eles é que oferecem alguma garantia ao sujeito de que cada um dos outros participantes procurará o mesmo objetivo e fará a sua parte na atividade coletiva propositada.

Em suma, na coordenação das atividades cooperativas a atenção perceptiva partilhada serve para criar fácil e eficazmente base comum em contextos em que há copresença perceptiva dos participantes e em que o compromisso com o desempenho da atividade cooperativa se pode dar por certo, como pode ser o caso, entre outras, de atividades muito roteirizadas, formalizadas ou que já estão em andamento. Da base comum é que procedem as soluções ou meios de coordenação em que devem concordar os agentes, selecionadas dela pela sua *saliência partilhada* ('joint salience'). Para casos diferentes, em que é preciso negociar (basificar) aspectos como o propósito a ser levado à frente ou o plano de ação da atividade, a comunicação, e particularmente a comunicação verbal, seria uma alternativa preferível. As duas possibilidades convivem em diverso grau na maior parte das atividades cooperativas, como mostrava o quadro 2.

Mas devemos notar que há ainda múltiplas possibilidades intermediárias nas quais a saliência perceptiva é provocada e, portanto, há “emissor” e carácter intencional. Estas situações são normalmente consideradas formas de comunicação e abrangem um *continuum* de casos em que o protagonismo hermenêutico da intenção do emissor é gradual (Sperber; Wilson, 2015). Por exemplo, uma pessoa pode apontar com o dedo para o céu de modo a provocar atenção partilhada com outrem para uma estrela-cadente, de forma que tal informação passará a fazer parte da base comum deles (E13); ou pode também apontar para o relógio de forma a ambos basificarem a ideia de que o emissor considera que está a ficar tarde (E14). E cabe levar em conta ainda a possibilidade da linguagem não verbal, baseada em sinais gestuais convencionais, como despedir-se balançando a palma da mão (E15).

Entre a coordenação puramente desintencional e a comunicação linguística encontramos então uma gradualidade de conjunturas onde pode não existir emissor (nem intenção); pode transparecer alguma intenção em provocar atenção partilhada; ou, ainda, pode explicitar-se uma intenção cujo reconhecimento dependa exclusivamente da assunção da sua reflexividade. Todas elas, e as múltiplas situações intermediárias, se caracterizam por permitirem a coordenação acional e produzirem basificação.

QUADRO 3 – Estrutura das atividades conjuntas

Atividade conjunta	Atividade conjunta básica		Ações conjuntas [processos]			
			Posicionamentos conjuntos [conteúdos]			
	Coordenação da atividade conjunta	Coordenação predeterminada (Saliência cognitiva desintencional)	Precedentes (E2)			
			Convenções (E3, E6)			
		Coordenação “espontânea”	Saliência perceptiva desintencional	Ambiental (E1)		
				Eventual (E11, E12)		
		Mediante ações de coordenação	Saliência perceptiva de intenção inerente (E7)			
			Comunicação (acordo explícito)	Saliência perceptiva intencional (E9, E13)		
				Saliência cognitiva intencional	Associacional (E4, E8, E10, E14, E16)	
					Linguagem (E5, E15)	

Fonte: elaboração própria

Mesmo sem fácil inserção no quadro anterior, caberia mencionar ainda uma saliência intencional-eventual, que seria o caso de duas ou mais pessoas, o emissor e um ou mais receptores casuais, ou ainda simplesmente dois ou mais receptores casuais, serem testemunhas de um ato comunicativo cujo fim fosse coordenar outra atividade cooperativa diferente daquela que a partilha da nova informação contribui para desenvolver. Corresponde a casos como o da leitura moderna das *Catilinárias*, exemplo proposto em §1 ao considerar a comunicação não cooperativa. Neste caso, o recetor moderno obtém informação analisando como vários séculos antes Cícero virara salientes certos conhecimentos da base comum por ele partilhada com os membros do Senado Romano, estabelecendo assim tais conhecimentos como meios de coordenação comunicativa com os senadores. Na realidade, trata-se de situações muito frequentes no próprio dia a dia que apresentam também similitudes com a saliência perceptiva desintencional; embora no caso que nos ocupa a aquisição e partilha da informação inclua a percepção da intencionalidade presente na sua produção e seja considerada comunicação. A tradução é uma atividade que provoca amiúde tais situações¹¹; mas acontece em qualquer conjuntura em que uma pessoa seja testemunha de uma emissão comunicativa da qual ela não é destinatária. Há autores que também incluem nesta modalidade comunicativa a maior parte das formas destinadas a uma audiência múltipla (literatura, TV, discursos, etc.), nas quais cada recetor individual pode ser considerado também um recetor “espectador” (Tobin, 2014) ou “colateral” (Gerrig, 1993). Mais habitual, porém, é considerar que nestas modalidades derivadas de comunicação se produz a identificação de cada recetor particular com a figura de um recetor “modelo” ou “implícito”, desfrutando assim da experiência virtual de ser destinatário primário da mensagem. Seria justamente com o recetor ideal com quem o emissor “acreditaria” estar a fazer basificação no momento da emissão e com quem ele alcançaria um suposto “acordo explícito” (cf. Kashima, Klein; Clark, 2007). Assim, nestas situações, bem como noutras formas monológicas de comunicação, cabe entender que a configuração situacional dá lugar a uma idealização, a qual funciona por extrapolação a partir da dinâmica própria das conversas face a face. A conversa face a face, onde há sempre emissor e recetor(es) concretos e definidos, constitui no quadro teórico de Herbert H. Clark a modalidade básica de comunicação (Clark, 1996, p. 8-9).

6 A inferência intencional

Após analisarmos a função da intenção comunicativa no âmbito da coordenação acional, é oportuno examinar agora a partilha das intenções em situações a envolverem mais de um agente, para o qual é preciso compreender como um indivíduo pode inferir ou deduzir a intenção que dirige o comportamento de outro sujeito. Esta abordagem permitirá, numa etapa posterior, contextualizar de forma mais rigorosa a manifestação específica desse processo no que concerne às intenções comunicativas.

A inferência intencional consiste, em princípio, na apreensão por via perceptivo-cognitiva da intenção correspondente ao comportamento observado. Seria um processo mental parcialmente inato e característico de espécies animais avançadas, espécies com capacidade para gerarem uma representação cognitiva da representação cognitiva de outrem, ou seja,

¹¹ Cf. “tradução documentária” em Nord (2005).

de formularem uma ‘teoria da mente’. Cabe dizer que ao falar em inferência intencional o conceito de intenção é usado amiúde de maneira um tanto limitada, pois é costume julgar que a inferência apenas focaliza a parte da intenção correspondente à idealização do ponto de chegada da atividade, ou seja, a concepção volitiva do propósito. Porém, como a inferência necessariamente segue uma ordem inversa à do processo intencional e constitui uma análise realizada de uma perspectiva de terceira pessoa sobre uma experiência subjetiva, podemos supor que opera sobre a representação mental de uma atividade em execução focalizando, especificamente, aquilo que em §3 denominamos ‘intenção da execução’ ou ‘intenção-em-ação’. Isso pode ser considerado até certo ponto surpreendente, pois, com efeito, a atenção que recebe a intenção como objeto de análise em âmbitos como a comunicação costuma limitar-se à sua concepção como alvo ou escopo (Haugh, 2008), e apenas em alguns autores alcança sequer a ser contemplada teoricamente como intenção-*a-priori*, isto é, como um propósito com decisão de realização. Tal cenário implica que o objeto de análise dos pesquisadores costuma ser diferente daquilo a que tem acesso quem está a inferir a intenção associada a uma ação qualquer. Para fazer ideia da repercussão que isso poderia ter, podemos considerar que mesmo intuitivamente as pessoas fazem diferença entre os diferentes estágios do processo intencional. Judicialmente não receberia o mesmo tratamento a pessoa que tivesse valorizado a possibilidade de realizar um crime, quem tivesse decidido e estivesse em via de cometê-lo ou quem tivesse sido capturado em flagrante.

Tomasello, Kruger e Ratner (1993) diferenciavam duas formas de aprendizagem social caracterizadas pela seleção da informação comportamental que é replicada. Assim, a ‘emulação’ consistia na apreensão cognitiva dos propósitos que movem o comportamento de outro organismo e seria característica de espécies avançadas, incluindo os humanos. Por seu lado, a ‘imitação’ incluiria também a assimilação do propósito do comportamento replicado, mas acompanharia isso com a obtenção de informação correspondente à progressão do próprio comportamento, quer dizer, fazendo ideia do tipo de controle efetuado sobre a ação observada. A imitação seria caracteristicamente humana e, diferentemente da emulação, ela seria responsável pela fidelidade de transmissão necessária para que a cultura da nossa espécie tivesse virado cumulativa.

Na realidade, a intenção-em-ação não é apenas um propósito em processo de ser aplicado. Na fase de execução da ação a intenção compreende, certamente, um estado ideal de referência para os comportamentos a serem executados, mas inclui também a correção dos comportamentos para eles irem aproximando dessa referência a percepção das variáveis externas (*vide* §2). No quadro da teoria do controle perceptivo a intenção é justamente denominada ‘controle’ e, no processo cíclico de execução dos comportamentos, ela seria responsável por verificar a informação entrante por via perceptiva de modo a compará-la com o sinal de referência estabelecido e produzir a cada momento a resposta motora adequada para corrigir a própria percepção. Segundo Marken (2013), autor que compartilha esta abordagem, a forma de testar a possível intencionalidade de um comportamento virtualmente aleatório consistiria em submetê-lo a determinadas interferências ambientais com o fim de evidenciar a presença corretora na resposta motora e, portanto, a existência de controle. Por exemplo, se ao volante de um automóvel suspeitamos que outro veículo nos esteja a seguir e queremos verificar se essa fosse a sua verdadeira intenção, podemos adotar rotas menos previsíveis e ver se ele irá efetuar os correspondentes movimentos de correção. Para Marken, compreender a intenção que pode haver por detrás de um comportamento consiste em descobrir que variáveis contextuais o

organismo está a controlar, como as controla e por quê. Conhecer as variáveis que o organismo percebe e controla seria equivalente a apreciar as suas intenções (Marken, 2013, p. 270).

A presunção de controle no comportamento observado poderia entender-se parcialmente equivalente, por exemplo, dos mecanismos de inferência intencional próprios da chamada psicologia do senso comum (*folk psychology*), especificados cientificamente nos modelos teóricos conhecidos globalmente como teoria-teoria, entre os quais a ‘postura intencional’ descrita pelo filósofo Daniel Dennett:

A postura intencional funciona principalmente para coisas que são projetadas para utilizar informações a fim de cumprir sua função. Ela opera tratando o objeto como um agente racional, atribuindo-lhe “crenças”, “desejos” e “racionalidade”, e prevendo que ele agirá de forma racional. (Dennett, 2017, p. 37 - tradução nossa ¹²).

Trata-se de abordagens que assumem como método inferencial a formulação e verificação de hipóteses sobre as intenções do comportamento alheio por recurso à observação e atribuição de racionalidade ao sujeito observado, bem como a possibilidade de, nessa base, extrapolar predições acerca da progressão das suas ações imediatas. Ou seja, o processo inferencial consistiria numa versão primígena e informal do próprio método científico. A postura intencional de Dennett é particularmente interessante por ser apresentada numa espécie de escada hierárquica com diferentes níveis de abstração na análise da informação perceptiva, ligando assim a inferência intencional a outros meios de enriquecimento cognitivo de tal informação, tais como a “postura física” (inferência a partir da constituição física e leis físicas aplicáveis ao ente observado) ou a “postura de *design*”: inferência a partir da percepção do ente como desenhado para um fim determinado, como é o caso da engenharia reversa¹³. Tais recursos são interessantes porque mostram o indivíduo observador dotado de uma percepção enativa, inquisitiva e perscrutadora, qualificado para realizar uma extração “reforçada” de informação ambiental; ou seja, o sujeito é capaz de desenvolver análises cognitivas sobre os dados percebidos que lembram o funcionamento dos dispositivos tecnológicos da chamada “realidade aumentada” pela sua capacidade de enriquecer a informação entrante. Nos processos comunicativos, veremos precisamente como a profundidade e intensidade da extração de informação realizada pelo recetor a miúdo suplantam os esforços ostensivos do emissor, tal como reflete José María Gil:

...os usuários da linguagem somos tão criativos ou perspicazes que conseguimos inferir um significado intencional que não foi tornado explícito e, além disso, podemos inferir um significado não intencional que foi, sim, tornado explícito. (Gil, 2018, p. 125 - tradução nossa ¹⁴).

¹² Do original: “The intentional stance works primarily for things that are designed to use information to accomplish their function. It works by treating the thing as a rational agent, attributing “beliefs” and “desires” and “rationality” to the thing, and predicting that it will act rationally”.

¹³ Trata-se de processos cognitivos tanto espontâneos quanto científicos. Por exemplo, ao vermos alguém a brandir um pau podemos deduzir intuitivamente o que poderia acontecer se o usasse contra nós fazendo uso do conhecimento implícito sobre as leis físicas aplicáveis. Se, por outro lado, acharmos um ninho numa árvore, também poderemos normalmente deduzir numa primeira análise se tal estrutura foi projetada por algum animal.

¹⁴ Do original: “...los usuarios del lenguaje somos tan creativos o sagaces que podemos inferir un significado intencional que no se ha hecho explícito y además podemos inferir un significado no intencional que sí se hizo explícito”.

Outra conhecida abordagem inferencial ocupada com a teoria da mente compreende diversos modelos agrupados sob a denominação de ‘teoria da simulação’. A teoria da simulação propugna que o observador adota introspectivamente a perspectiva e circunstâncias do sujeito observado com o fim de gerar crenças, impulsos e processos análogos, adquirindo assim a capacidade de prever o seu comportamento. Seria um mecanismo de troca virtual de papéis também compatível com a teoria do controle perceptivo na atribuição de intenções aos organismos complexos (Willett *et al.*, 2017, p. 848). Um modelo simulatório especialmente interessante e peculiar seria a ‘simulação corporizada’, baseada na funcionalidade dos denominados ‘neurónios espelho’. Segundo este modelo, a análise de comportamentos tem como principal fundamento neural um conhecido sistema de neurónios especializados no reconhecimento imediato das ações observadas (Rizzolatti; Craighero, 2004). Encontrando-se distribuídos por áreas cerebrais diversas, os neurónios espelho apresentam a capacidade de se ativarem perante a observação de comportamentos alheios de igual forma que se tais comportamentos estivessem a ser executados pelo próprio sujeito, o qual sugere certo tipo de conceitualização no referido a modelos gerais de comportamento e tem ampla transcendência para entender e explicar aspectos como a empatia ou a imitação. A presença destas estruturas psicológicas esclarece, por exemplo, experiências como o prazer associado à contemplação de certos espetáculos esportivos, nos quais o espectador sente, e até reage às vezes, como se fizesse parte do jogo. Mediante os neurónios espelho, as experiências observadas, de terceira pessoa, são ‘traduzidas’ de alguma forma para experiências em primeira pessoa, aptas para serem aproveitadas pelo próprio sujeito.

Segundo Gallese (2019), as diferenças entre a simulação corporizada e outros paradigmas inferenciais, incluídos os outros modelos simulatórios, seriam bastante profundas, pois na simulação corporizada acontece um acesso direto à intenção do comportamento do outro que não consiste na atribuição contextualizada de atitudes proposicionais, mas na simples apreensão da própria intenção por meio de uma simulação motriz. Quer dizer, consistiria na experimentação de uma intenção-em-ação potencialmente análoga à do comportamento observado, servindo assim essa experiência como porta de acesso ao propósito correspondente. Segundo Bach e Schenke, nessas condições a atribuição do propósito depende da existência de uma espécie de banco de experiências prévias, acumuladas pelo sujeito inferente, que compreenderia representações de ações e intenções análogas. Este reservatório de vivências perceptuais e cognitivas permitiria ao sujeito na maior parte dos casos limitar o esforço cognitivo da inferência intencional a uma simples confirmação das expectativas geradas em relação à intenção em causa (Bach; Schenke, 2017). Assim, se a associação da ação observada e do propósito presumido for confirmada, ela reforçará a confiabilidade da correlação na hora de ser aplicada em futuras ocasiões; se não for, permitirá introduzir a correspondente correção no banco de experiências a fim de melhorar a sua previsibilidade. Desta maneira, a determinação do propósito da ação observada poderia ser realizada mediante algum dos processos inferenciais acima descritos, mas a empreitada ficaria abortada na maior parte dos casos logo que ficasse confirmada a identidade entre a intenção prevista e a intenção observada no comportamento em causa. Ou seja, o esforço de processamento relativo à inferência intencional ficaria reduzido em muitos casos a uma simples confirmação de hipóteses.

O modelo inferencial da simulação corporizada parece receber confirmação implícita em estudos do âmbito das neurociências, como é o caso de Enrici, Bara e Adenzato (2019). Estes autores mostram também o sistema de neurónios espelho a agir de maneira automa-

tizada e sendo complementado de forma controlada pelo que denominam ‘rede de processamento intencional’, a qual compreenderia certas áreas específicas das regiões do cérebro envolvidas na teoria da mente. Essa complementaridade seria condizente com a simulação corporizada por sugerir o emprego dos neurónios espelho para a identificação de ações e a aplicação de outros procedimentos de mais alto nível para a determinação final do propósito. Na realidade, embora as perspectivas comentadas e algumas outras abordagens sejam concebidas a miúdo como teorias rivais no que tem a ver com a modelização dos processos de inferência intencional, parece ser possível e até desejável a conciliação dos diversos quadros teóricos, pois parece provável que o sujeito inferente possa recorrer a diversas estratégias, mesmo às vezes de maneira complementar. De facto, o acesso mediante neuroimagens em condições de laboratório à rede das regiões cerebrais envolvidas na teoria da mente e na inferência intencional também mostra como parece haver um recrutamento bastante heterogêneo de diversas áreas do cérebro conforme a natureza específica do contexto, do alvo pretendido e da ação em causa (cf. Enrici; Bara; Adenzato, 2019, p. 25).

7 A intenção comunicativa

A comunicação seria uma ação conjunta (Clark, 1996, p. 2004) constituída por, quando menos, duas ações participativas: uma de tipo (codificador-)ostensivo, desenvolvida pela parte do emissor, e outra de tipo (decodificador-)inferencial, desenvolvida pelo(s) recetor(es) (Sperber; Wilson, 1995). No modelo de Clark, ambas seriam, na realidade, ações complexas a formarem uma *escada acional* (‘action ladder’) de quatro níveis funcionais interligados, sendo estes níveis suscetíveis de desagregação em algumas modalidades não básicas de comunicação. A finalidade primária dos comportamentos comunicativos seria intervir no ambiente interpsicológico com o fim de favorecer a coordenação intersubjetiva.

Como no caso de qualquer outra ação cooperativa, na comunicação os participantes devem coordenar as correspondentes ações participativas tanto em processos quanto em conteúdos; mas no caso da coordenação de conteúdos a comunicação vai apresentar uma importante peculiaridade: tal coordenação irá constituir a finalidade última da ação cooperativa. Isto é, a ação irá concluir satisfatoriamente no momento em que o intuito comunicativo do emissor, a sua “intenção”, for reconhecido pelo recetor como uma proposta de cooperação, ou seja, como um possível meio de coordenação. Trata-se, é claro, de uma proposta cooperativa no seio de uma atividade coletiva de âmbito superior (normalmente não comunicativa) que o recetor poderá assumir, virando então acordo explícito para essa atividade, ou poderá não assumir.

No que tem a ver com a coordenação de processos da comunicação, parece que ela pode ter lugar de formas diferentes segundo as características das diversas modalidades comunicativas (‘language settings’). Na modalidade básica, que como já foi mencionado, para Clark é a conversa face a face, os processos comunicativos são organizados, por um lado, mediante saliência perceptiva partilhada. Por exemplo, cada agente observa como o interlocutor acaba de falar para dar início à própria intervenção. E, por outro lado, mediante ações comunicativas de nível inferior embutidas ao longo da conversa numa espécie de *trilha* (‘track’) paralela (Clark, 2004). Em modalidades derivadas, que seriam todas as restantes configurações comunicativas, a coordenação dos processos comunicativos poderá depender de aspectos bem diferen-

tes segundo as características da ação cooperativa; mas, em qualquer caso, eles mostram-se substancialmente equivalentes na sua funcionalidade (Clark, 1996, p. 90).

Apesar de que não parece ser foco de atenção preferente para o autor norte-americano, neste trabalho tem maior interesse refletirmos acerca das características peculiares que, como vimos, apresenta a coordenação de conteúdos na comunicação. Tínhamos comentado como, em atividades cooperativas não comunicativas, os conteúdos eram coordenados mediante algum tipo de “meio de coordenação”, ou seja, possíveis soluções de coordenação das quais a mais versátil era sem dúvida o ‘acordo explícito’, solução decorrente da assunção de uma proposta cooperativa elaborada intencionalmente pelo emissor e partilhada por via comunicativa. Mas, como agora é o próprio propósito comunicativo que deve ser coordenado, ou seja, deve ser posto em comum entre os agentes para, eventualmente, virar acordo explícito; será preciso contar com, pelo menos, algum dos outros tipos de meios de coordenação: saliência perceptiva, precedentes ou convenções. O problema é que estes modelos de soluções de coordenação apresentam bastantes limitações. A saliência perceptiva partilhada, eventual ou intencional, demanda concorrência perceptiva dos agentes e costuma ficar limitada à base comum gerada por esse meio, quer dizer, às situações e acontecimentos contemporâneos da própria percepção. Por exemplo, no meio de uma reunião social podemos cruzar o olhar com um conhecido e, em seguida, dirigir a olhada energicamente para a porta de saída de modo a sugerir-lhe a possibilidade de abandonarmos o encontro (E16); mas seria bem mais complicado tentar vender-lhe um seguro de vida fazendo uso exclusivo da saliência perceptiva.

Os precedentes e convenções representam soluções predeterminadas arquivadas na memória episódica ou semântica dos participantes da ação cooperativa como parte da sua base comum, mas tais ‘roteiros’ apresentam também dificuldades, pois normalmente precisam ser tornados salientes para ambos os agentes de modo a poderem agir como meios de coordenação. Por residirem em memória, podemos pressupor que tais construtos psicológicos devem apresentar uma natureza modular e, em boa parte dos casos, articulada. Isso vai facilitar as coisas, pois permitirá combinar facilmente diferentes precedentes e convenções de forma a tentar concertar uma proposta de coordenação planificada *ex professo* para a ação ou atividade cooperativa tencionada. Mas como garantir que, dentre todas as possibilidades residentes em memória, os participantes irão convergir finalmente na mesma solução? – Nos exemplos E1, E2, E3, E11 e E12 eram adotadas soluções de coordenação cuja saliência cognitiva como ponto focal estava até certo ponto definida pela suposta assunção prévia do propósito da atividade cooperativa em andamento; mas é claro que nem sempre vai ser assim. Em muitos casos a multiplicidade e inconspicuidade das possíveis soluções não irá dar chance para a saliência cognitiva partilhada, circunstância que é justamente a mesma que restringe também as possibilidades da saliência perceptiva partilhada. Portanto, como será possível tornar saliente para outra pessoa aquilo que, na realidade, não é mais do que uma recordação subjetiva - ou mesmo uma combinação de recordações - se é que não podemos contar com a própria comunicação? — Uma das chaves, neste caso, consistirá na sinalização. Associando os precedentes ou as convenções em memória a determinados comportamentos de sinalização, poderíamos “invocá-los” a partir de tais comportamentos e, assim, transparecê-los para o receptor no momento necessário. Estes comportamentos de sinalização mesmo poderão ser articulados, como é típico da linguagem verbal (cf. Clark, 1996, p. 156), de forma a tornar manifestas ao interlocutor possíveis soluções de coordenação de carácter combinatório, quer dizer, gestadas unilateralmente pelo amalgamamento de diversos esquemas básicos de precedentes ou

convenções considerados base comum. Interessa mencionar aqui que esses esquemas básicos “predefinidos” correspondem-se principalmente com o significado do signo linguístico, sendo a associação dos significantes com estes significados (ou seja, signos linguísticos propriamente ditos) que poderemos designar como principais meios de coordenação da comunicação¹⁵.

Em todo o caso, continuará a constituir amiúde um desafio inferencial para o recetor tentar concretizar e aplicar o que não é mais do que um esquema abstrato que o emissor acredita ligado de alguma forma à demanda de coordenação vigente. Mas será um desafio ineludível, pois parece preciso que os agentes envolvidos cheguem a partilhar uma representação bem definida do que pretendem realizar. Se repararmos, veremos que da mesma forma que em E16 o emissor simplesmente apontava o olhar para a porta de saída e, dessa maneira, conseguia tornar saliente o seu compromisso com a proposta cooperativa de os dois agentes abandonarem a reunião, o emissor que faz uso da linguagem verbal “aponta” também com ela para certas áreas dos registos de memória que considera base comum com o recetor. Pretende assim salientar algum esquema de coordenação predefinido (ou configurado a partir de esquemas preexistentes) com a esperança de conseguir evocar alguma possível solução para a coordenação da atividade cooperativa em causa, a qual pode envolver tanto a execução de ações operacionais quanto simplesmente informacionais. Em qualquer caso, como no caso da saliência percetiva intencional, também os modelos predefinidos, ou arquétipos, de soluções de coordenação - precedentes e convenções - precisam ser adaptados e atualizados na hora de serem aplicados para a coordenação de atividades concretas. Apontar o olhar para a saída fazia com que emissor e recetor emprestassem atenção para a mesma representação mental; mas o recetor devia ainda deduzir a partir da análise do conjunto da situação comunicativa e da base comum de ambos qual era a proposta cooperativa implícita no comportamento do emissor. Igualmente, mediante o emprego de um sinal composto a partir de soluções predefinidas presentes na base comum (uma mensagem linguística), o emissor irá conseguir também “forçar” o covivenciamento de uma mesma representação mental, a qual espera que irá ter a capacidade de suscitar *a posteriori* a evocação por parte do recetor da proposta concreta de coordenação oferecida. Mas como é que tal emparceiramento acontece?

Como vimos na epígrafe anterior, a denominada por Searle ‘intenção-em-ação’ tem muita probabilidade de ter mais protagonismo na apreensão da ‘intenção-a-priori’ do que inicialmente costuma ser considerado. Nas abordagens tradicionais considera-se que a atribuição de intenção ao emissor depende diretamente da análise das ações dele e do contexto situacional. Porém, especialmente no caso das convenções linguísticas, parece plausível considerarmos aqui que a replicação neural do controle efetuado pelo emissor sobre o seu comportamento ostensivo permita ao recetor uma primeira apreensão “imediata” do conteúdo proposicional, produzindo-se assim um alinhamento conceitual entre ambos que a posterior análise *top-down* da mensagem e do seu contexto permitirá, na maior parte dos casos, confirmar sem necessidade de esgotar o processamento. Quer dizer, o processo de apreensão

¹⁵ Por exemplo, a ideia concreta de “deter o automóvel”, implantada na mente de um motorista e de um polícia de trânsito a levantar a mão ao pé da estrada permite coordenar tal atividade conjunta. Mas a presença dessa intenção na mente dos dois participantes só fica garantida pelo recurso a uma convenção abstrata, “deter automóvel”, que se caracteriza por ficar associada com outra convenção abstrata (“levantar mão”), sendo que esta última corresponde bastante fielmente a um comportamento ostensivo concreto. Este comportamento, a ação de alçar a mão, pode ser efetuado pelo policial para invocar então a ideia de “levantar mão”, “deter automóvel” e, finalmente, a proposta cooperativa “detenha o automóvel”.

das que denominamos ‘soluções arquetípicas’ para problemas recorrentes de coordenação comunicativa (basicamente, o significado linguístico tradicional ou *intensão*) poderia ser em grande medida decursivo da simples reverberação da intenção-em-ação no sistema de neurónios espelho do recetor. Ao recetor caberia, então, deduzir qual a maneira mais adequada de atualizar esses esquemas predefinidos, ajustando-os finalmente à coordenação das respetivas atividades cooperativas. Tudo irá depender, em último termo, do carácter articulado e biplânico do signo linguístico, o qual poderia dessa forma facilitar um trânsito quase imediato de esquemas cognitivos abstratos entre os agentes sem necessidade de proceder-se à codificação e decodificação da mensagem.

A hipótese tracejada no parágrafo anterior, de natureza obviamente muito especulativa, levanta profundas implicações para a valorização da relação entre pensamento e linguagem. Acontece que a possibilidade de ter lugar uma materialização imediata da intenção-em-ação do emissor nas estruturas neurais do recetor sem necessidade de a mensagem ser analisada, como vimos em §6 que pode acontecer com outros comportamentos não comunicativos, demandaria um tipo de determinismo linguístico que não abrangeria apenas os processos de categorização da realidade. As próprias relações e regras linguísticas deveriam idealmente se corresponder também quase mimeticamente com, pelo menos, parte dos processos de pensamento (p. ex. Devitt; Sterelny, 1987) ¹⁶. Estaríamos assim perante uma replicação em baixo nível similar à instalação de um novo programa informático num computador, o qual é copiado bit a bit a alta velocidade e fica imediatamente disponível e funcional no novo aparelho sem necessidade de os seus algoritmos serem analisados. Ou seja, segundo a hipótese bosquejada, graças aos neurónios-espelho, a simples exposição à estrutura linguística da mensagem do emissor “espelharia” na mente do recetor, sem qualquer outro processamento prévio, uma primeira imagem mental, arquetípica e abstrata, do tipo de solução de coordenação que a essa estrutura se associa.

Contudo, como comentámos, a transferência desse esboço de solução de coordenação configurado pelo emissor, ou seja, o significado proposicional, tanto se tiver lugar por “espelhação” quanto se acontecer por decodificação, como é largamente consensual na linguística, não esgota o processo necessário para coordenar a atividade cooperativa vigente. Lembremos que tal esquema é constituído apenas por uma série de representações conceituais incompletas, como acontece com qualquer ideação de natureza convencional; mas a atividade vai apresentar umas necessidades de coordenação, concretas e definidas, que será preciso levar em conta. Portanto, costuma ser proposta uma fase, normalmente denominada “inferencial” (Sperber; Wilson, 1995), que teria por fim a atualização do esquema de coordenação predefinido após a sua replicação na mente do recetor e de acordo com as necessidades de coordenação existentes. Definir como é que tem lugar tal adaptação é precisamente o objetivo da pragmática, que costuma enfocá-lo como o reconhecimento da intenção do emissor, ou seja, da ação cooperativa concreta que o emissor propõe ou acaba por se supor que propõe. Seria um trânsito do semântico para o real. Em princípio, a inferência da proposta do emissor deve compreender necessariamente a referência, desambiguação de referentes e

¹⁶ Teria interesse refletir sobre como se pode compatibilizar tal conceção com a ideia de uma gramática emergente, surgida como abstração a partir das representações mentais das interações linguísticas a que foram expostos os indivíduos de uma mesma comunidade, tal como defendem as perspetivas cognitivas baseadas no uso (*usage-based*).

enriquecimento de referências incompletas; mas também a determinação das implicaturas. Para Sperber e Wilson, por exemplo, o critério a ser adotado para atingir o significado pragmático consiste fundamentalmente na aplicação do denominado *princípio de relevância*. Ora bem, como recolhem Stolk, Bašnáková e Toni (2022), os humanos carecemos de um detetor universal de relevância e o próprio contexto não é menos ambíguo do que os sinais transmitidos pelo emissor (vide também Levinson, 1989). Então, como é que os falantes conseguem, afinal, definir uma proposta cooperativa comum, a qual, no quadro teórico que seguimos, equivale ao significado pragmático ou final da comunicação?

Partindo de perspectivas diversas e incorporando informação procedente da neurolinguística, muitos autores atualmente encaram a comunicação a partir do que podemos denominar alinhamento conceitual, quer dizer, a confluência dos estados psicológicos do emissor e do recetor. Expostos a um mesmo contexto perceptivo e cognitivo, os agentes comunicativos estariam a demarcar uma mesma base neural a partir da qual os resultados dos processos inferenciais seriam previsíveis. Os membros de uma mesma comunidade linguística, por terem sido expostos a experiências interacionais similares, partem de formas de categorização, modelos de perspetivação conceitual e estruturas conceituais análogas, para além das que já apresentam por compartilharem uma mesma base genómica e experiências ambientais básicas enquanto seres vivos e membros da espécie humana. A remissão para o conjunto destas estruturas mentais em comum, ativadas inicialmente como intenção-em-ação do desempenho comunicativo do emissor, pode servir para provocar a convergência mental necessária para facilitar a inferência, uma inferência que faria parte do próprio processo de análise situacional do recetor. Ou seja, o significado proposicional salientado pelo emissor seria incorporado pelo recetor junto com o resto da informação situacional na delimitação de uma possível “solução” para o problema de coordenar os estados mentais de ambos os agentes com vistas a resolver algum outro problema de coordenação de ordem superior. A ideia que pretendemos salientar é que a mensagem do emissor apenas seria mais um dos elementos contextuais que permitem ao recetor realizar a análise do conjunto da situação partilhada e extrair dela a informação pertinente mediante um processo não substancialmente diferente do que o recetor teria desenvolvido ao realizar qualquer outra análise situacional. Stolk, Verhagen e Toni (2016), por exemplo, mostram como, mais do que completar o significado fornecido por via linguística, a fase inferencial constitui o verdadeiro núcleo da comunicação, sendo o comportamento ostensivo do emissor não mais do que um meio para facilitar a inferência ao restringir as eventuais interpretações que a situação sugere ou, poderíamos dizer aqui, ao reduzir as possíveis formas de se coordenarem os agentes. Ou seja, o objetivo de coordenar-se numa determinada situação já delimita por si mesmo um número de pontos de equilíbrio possíveis para tal coordenação. Isso implica, a nosso ver, a consideração final da comunicação como um desenvolvimento que em último termo seria protagonizado pelo próprio recetor e descansaria fundamentalmente em processos que noutras situações ele mesmo poderia desenvolver de modo autónomo.

Como já propúnhamos num trabalho prévio, a comunicação deve consistir, na realidade, em que emissor e recetor, situados perante restrições funcionais reconhecidamente análogas, acabem por apresentar desenvolvimentos informativos homólogos (Pérez-Rodríguez, 2016). Isto é, depois de garantida a presença de suficiente base comum, a proposta cooperativa apontada pelo emissor seria deduzida pelo recetor a partir do próprio contexto, e o papel do emissor consistiria simplesmente em contribuir para basificar esse contexto, se

for preciso mediante várias ações comunicativas sucessivas de basificação. Nesse quadro, as ações comunicativas singulares apenas seriam comportamentos acrescidos para favorecer a saliência perceptivo-cognitiva partilhada dos elementos contextuais sobre os quais terão lugar as inferências do recetor. Esta forma de ver as cousas tem a vantagem adicional de constituir uma conceção da comunicação mais parcimoniosa por convergir com o funcionamento que se pode atribuir também à atenção partilhada eventual e incorporar assim tanto a comunicação quanto a saliência partilhada como modalidades funcionais do procedimento geral de inferência intencional definido por Marken (vide §6) e, de modo mais geral, como simples concreções dos próprios processos perceptivo-cognitivos dos sujeitos. A ideia básica é que a replicação da intenção-em-ação do emissor nas estruturas cognitivas do recetor facilita (em diverso grau) que os agentes se encontrem finalmente em posição de convergirem numa mesma solução de coordenação, tal como vimos que acontecia nos casos de coordenação sem comunicação: exemplos E1, E2, E3, E6, E11 ou E12.

8. Conclusões

Podemos deduzir que todo o meio de coordenação, que, como vimos, consiste na representação mental compartilhada da solução para um problema de coordenação determinado, implica também a coordenação do(s) motivo(s) (vide §3), ou seja, a partilha da representação mental da situação de partida e da situação ideal de chegada — o(s) propósito(s) — relativas à ação coletiva a ser realizada. Isso é assim porque é essencial ao próprio conceito de solução a informação acerca do problema concreto que ela permite resolver. Um meio de coordenação, portanto, deve consistir na versão partilhada do que em §3 denominámos ‘plano de intervenção’ associada ao compartilhamento do(s) motivo(s). O plano de intervenção partilhado deve concretizar-se em tempo de execução na coordenação de processos, e o motivo partilhado, convertido em intenção-*a-priori* partilhada por acordo explícito ou tácito entre os agentes, presidirá a coordenação de conteúdos. Por sua vez, a coordenação de conteúdos dependerá, sobretudo, da prévia assunção de posicionamentos partilhados, enquanto a coordenação de processos irá decorrer tanto do estabelecimento de cursos de ação partilhados (vide §5) quanto da determinação de posicionamentos partilhados, mormente avaliativos. Posicionamentos e cursos de ação partilhados em tempo de execução, por conseguinte, constituem o que podemos aqui denominar *meio de coordenação-em-ação*, quer dizer, a atualização e desenvolvimento cognitivo do meio de coordenação como estruturação psicológica partilhada a coordenar as respetivas intenções-em-ação e consequentes ações participativas de cada agente.

A originalidade das ações comunicativas relativamente às outras ações coletivas consiste em que a função delas é justamente facilitar a saliência partilhada de possíveis soluções de coordenação para atividades cooperativas, e isso implica que a própria comunicação, por sua vez, deve depender em última análise de formas de coordenação mais básicas. No que tem a ver com os conteúdos, verificamos que, perante a presença de manifestações ostensivas por parte de um agente emissor, o recetor não precisará motivar-se nem concordar com ele para passar a adotar imediatamente um enfoque inferencial, e isso com independência da proposta cooperativa eventualmente veiculada. Portanto, neste sentido consideramos que estamos em face de supostos meios de coordenação comunicativa que seriam preestabelecidos e implícitos. O facto de uns sujeitos exibirem intenções comunicativas e os outros

“reagirem” realizando inferências, sem a necessidade de se porem previamente de acordo nessa complementaridade, implica predeterminação e, muito provavelmente, inatismo. Essa é uma singularidade importante das ações comunicativas que pouco tem sido frisada e ela se liga facilmente ao carácter inespecífico da “reação” do recetor, pois, na realidade, o recetor simplesmente passa a adotar uma postura intencional em relação a um agente integrante da sua experiência cognitiva, tal e como faria em situações não comunicativas.

Ora bem, resta por ver se a exibição da intenção do emissor teria por finalidade reclamar a solidariedade interpretativa e perlocutória do recetor ou, simplesmente, “interferir” na sua apreensão da realidade, quer com vistas a “influenciar” o seu comportamento, como poderia fazer uma loba a rosnar na boca do covil, quer para condicionar algum aspecto concreto da base comum de forma a “manipular” o ambiente interpsicológico. É habitual admitir-se que o carácter reflexivo atribuído à comunicação (intenções que pretendem ser reconhecidas como intenções que pretendem ser reconhecidas) fica associado cognitivamente a uma dimensão cooperativa transversal que, em último termo, teria um carácter instintivo no conjunto da espécie humana (Tomasello, 2009). Nesse sentido, a diferença entre reconhecer uma intenção comunicativa que pretende ser reconhecida e reconhecer uma intenção que pretende ser reconhecida como intenção que pretende ser reconhecida tem a ver, justamente, com a incorporação da agencialidade do emissor na determinação do sentido final da comunicação. Isso implica que o recetor poderá modelizar a estratégia de cooperação do emissor com a própria inferência (por exemplo, prevendo a otimização da relevância informativa da sua contribuição) e empregá-la como indício inferencial. Por outras palavras, o sentido final de uma ação comunicativa consistiria também num ponto de Schelling, ou seja, uma solução concertada determinada pela suposição de cada agente de que o outro é um sujeito predisposto a adotar uma estratégia de cooperação complementar. Assim, saber que o emissor está a cooperar com a inferência, e que ele sabe que o recetor sabe disso, permitiria discriminar dentre todas as possíveis situações de equilíbrio aquela que maximiza os interesses comuns. Porém, como vimos, há sérias dúvidas não quanto à possibilidade, mas sim quanto à universalidade desse modelo de comunicação. Parece que se está a obviar que o esperável de qualquer ação de coordenação comunicativa é que ela sirva para dar saliência ao meio de coordenação de alguma atividade cooperativa e que, tal limitação, já supõe um filtro importante inserido no próprio contexto. Ou seja, consideramos que, antes do que esperar informação “relevante” *per se*, as expectativas do recetor estarão focadas na possível saliência de algum meio de coordenação dentre as diversas possibilidades de coordenação que o contexto situacional permitir. Mesmo no caso de a proposta cooperativa do emissor consistir apenas no desenvolvimento de base comum pessoal entre os agentes, ou seja, numa simples trasfega de informação, caberá esperar a restrição da informação subministrada em função das possibilidades de coordenação existentes. Nesse caso, as possibilidades de coordenação viriam determinadas primariamente pela ‘analogia funcional’ (Pérez-Rodríguez, 2016), ou seja, pela estruturação concomitante dos sistemas culturais dos agentes e pelas possibilidades que este quase nivelamento prévio oferece para o desenvolvimento de nova informação mediante processos inferenciais. De modo geral, a maximização da relevância informativa atribuível ao contributo do emissor seria assim, não o alicerce imprescindível para a inferência intencional, mas

um epifenômeno derivado da preexistência das mencionadas restrições contextuais em relação às atividades que podem ser desenvolvidas.

No que tem a ver com os meios de coordenação predeterminados, os precedentes e as convenções (vide §5 e quadro 3), vimos como eles consistem em esquemas abstratos e como, na realidade, apenas deveriam ser considerados meios de coordenação quando concretizados como estados mentais focados na resolução de problemas específicos, ou seja, quando “invocados” contextualmente, o qual supõe certa afinidade com a atenção partilhada. Tanto o compartilhamento de tais concretizações quanto a saliência decorrente da atenção partilhada, enquanto meios de coordenação, constituem intenções *a priori* coletivas, da mesma forma que os acordos explícitos surgidos da atividade comunicativa, na qual a intenção *a priori* atribuída a um único agente (a intenção comunicativa) dá também lugar a uma intenção partilhada. Assim sendo, se reconhecermos que a comunicação depende na realidade do alinhamento conceitual dos agentes, fruto do convivenciamento da situação comunicativa, e que os comportamentos comunicativos do emissor apenas constituem uma percentagem variável do acúmulo de estímulos situacionais que participam de tal alinhamento, iremos ver que o peso da intenção comunicativa no sucesso da comunicação fica relativizado. Há “intenção”, se a entendermos como uma proposta de solução de coordenação de concepção inicialmente unilateral, porque tal característica foi justamente empregue como critério para tentar diferenciar a comunicação da posta-em-comum que caracteriza também outros meios de coordenação análogos nos quais não se verifica a iniciativa do emissor; mas, a nosso ver, a intenção comunicativa não é essencialmente autoexplicativa, uma vez que o recetor pode e costuma fazer uso de outras estratégias para identificá-la. Mais característico, na hora de delimitar a comunicação, do que a participação da intenção do emissor na determinação do sentido final da inferência que o recetor faz, seria o compromisso que qualquer intenção comunicativa sempre envolve. É um compromisso (com a ação cooperativa proposta) derivado da iniciativa assumida pelo emissor, ou seja, do interesse especial que lhe é suposto por ter-se engajado na missão de virar saliente um determinado meio de coordenação. Portanto, podemos afirmar que a iniciativa do emissor situaria o recetor claramente num contexto cooperativo, mas não necessariamente de cooperação comunicativa.

Consequência adicional de fundamentar a comunicação na analogia cognitiva que parte do alinhamento conceitual dos agentes é que essa confluência irá implicar, a nosso ver, uma reconsideração do seu carácter cooperativo, mesmo que tal redefinição puder se afigurar contraintuitiva. Obviamente, como vimos de comentar, o que reconhecemos convencionalmente como comunicação envolve necessariamente a participação ativa do emissor por ser esse justamente o critério para defini-la; mas se, como vimos em §7, o arcabouço do processo comunicativo depende essencialmente dos procedimentos de análise contextual do recetor, parece possível passar a relativizar parcialmente o papel das ações específicas do emissor. Clark (1996, p. 31, 130), como é habitual no âmbito da pragmática, concebia a comunicação como uma atividade conjunta e, portanto, detentora do maior grau de cooperatividade, ao estilo, por exemplo, de uma compra e venda, ou como o transporte de uma liteira. Seriam atividades que necessariamente envolvem mais de um agente. Porém, do nosso ponto de vista parece mais adequado equiparar a comunicação com uma atividade cooperativa em que um dos agentes assista o outro, ou seja, com certa tendência para a simples adaptatividade (vide Clark, 1996, p. 61-62). Seria uma cooperação assimétrica que poderíamos aqui definir como ‘assistencial’. Por exemplo, uma pessoa jovem pode ajudar um idoso a caminhar e isso nor-

malmente aumentará as chances de o idoso conseguir fazê-lo com sucesso; mas as pessoas idosas também podem amiúde (embora nem sempre) caminhar sozinhas, enquanto a ação participativa dos ajudantes é que vai ser sempre incompatível com um desempenho individual. Da mesma maneira, no caso da comunicação, a inserção situacional dos comportamentos do emissor costuma incrementar muito a possibilidade de o recetor fazer ideia de como proceder para cooperar na realização de alguma atividade coletiva; mas o papel do contributo do emissor para a inferência não é fixo, como já vimos; antes ele é percentualmente variável de acordo com a explicitude dos restantes componentes contextuais. Mesmo vimos ao longo do trabalho como há muitas situações em que o meio de coordenação é determinado de forma exclusivamente contextual, sem que seja possível falar na figura de um emissor. O único invariável em todos os casos é o processo de análise situacional desenvolvido pelo recetor, o qual, se não depende ineludivelmente da intenção do emissor em termos funcionais, também não admira que seja capaz de ultrapassar informativamente a simples captação da sua proposta cooperativa, tal como acontece no caso das denominadas implicaturas fracas.

Em consequência, a comunicação é necessariamente cooperativa porque o conceito de comunicação foi convencionalmente definido para ficar restrito aos casos em que é evidenciada a presença da intenção de salientar uma solução de coordenação (intenção comunicativa) por parte de um emissor. Porém, enquanto ação cooperativa, a comunicação apresenta um grau de cooperatividade algo menor do que habitualmente lhe é atribuído; e isso é assim porque o recetor desenvolve também um papel mais proeminente do que usualmente lhe é concedido. Portanto, o marco conclusivo deste estudo permite já afirmar que as transferências desintencionais de informação, justamente por serem desintencionais, não fazem parte, estritamente falando, das soluções de coordenação cuja saliência depende exclusivamente do fenómeno delimitado e apelidado de 'comunicação'; mas tanto elas quanto a comunicação propriamente dita seriam primária e essencialmente resultância dos aprofundados processos de análise situacional do recetor. Ou seja, deixando de parte a explicitação do compromisso com o projeto cooperativo em questão, que tem repercussão perlocutória, a comunicação intencional e a chamada 'comunicação desintencional' não constituem realidades completamente discretas nem revelam diferenças qualitativas substanciais no que se refere à sua dimensão informativa.

Referências

ASHBY, W. R. *Introduction to Cybernetics*. Londres: Chapman & Hall, 1964.

AJZEN, I. The theory of planned behavior. *Organizational behavior and human decision processes*, Amesterdão, v.50, n.2, p. 179-211, 1991.

AUSTIN, J. L. *How to Do Things with Words*. Oxford: Oxford University Press, 2. ed., 1975.

BACH, P.; SCHENKE, K. C. Predictive social perception: Towards a unifying framework from action observation to person knowledge. *Social and Personality Psychology Compass*, Hoboken, v. 11, n.7, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1111/spc3.12312>

BANDURA, A. Self-efficacy: toward a unifying theory of behavioral change. *Psychological Review*, Washington D.C., v. 84, n. 2, p. 191-215, 1977.

- BANGERTER, A.; CLARK, H. H. Navigating joint projects with dialogue. *Cognitive Science*, Medford, v. 27, n. 2, p. 195–225, 2003. DOI: https://doi.org/10.1207/s15516709cog2702_3
- BRATMAN, M. Shared Cooperative Activity, *The Philosophical Review*, Durham, v. 101, n. 2, p. 327–341, 1992.
- BRENNAN, S. et al. Coordinating cognition: The costs and benefits of shared gaze during collaborative search. *Cognition*, Amesterdão, v. 106, n. 3, p. 1465–1477, 2008. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.cognition.2007.05.012>
- BRENTANO, F. *Psychology from an Empirical Standpoint*. London, New York: Routledge, 2014.
- CLARK, H. H. *Using language*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- CLARK, H. H. Pragmatics of Language Performance. In: HORN, L. R.; WARD, G. (orgs.) *The Handbook of Pragmatics*. Oxford: Blackwell, 2004. p. 365–382.
- CLARK, H. H. Coordinating with each other in a material world. *Discourse Studies*, Sage Publications, vol. 7, n. 4/5, 2005, pp. 507–525. DOI: <https://doi.org/10.1177/1461445605054404>
- CLARK, H. H. Social actions, social commitments. In: LEVISON, S. C.; ENFIELD, N. J. (orgs.) *Roots of human sociality: Culture, cognition and interaction*. Oxford: Berg Publishers, 2006. p. 126–150.
- CLARK, H. H.; BRENNAN S. Grounding in communication. In: RESNICK L.; LEVINE J.; TEASLEY S. (orgs.). *Perspectives on socially shared cognition*. Washington: American Psychological Association, 1991. p. 127–149.
- CLARK, H. H.; SCHAEFER, E. F. Collaborating on contributions to conversations. *Language and cognitive processes*, Oxfordshire, v. 2, n. 1, p. 19–41, 1987.
- CORNO, L. The best-laid plans: Modern conceptions of volition and educational research, *Educational Researcher*, Washington D.C., v. 22 n.2, p. 14–22, 1993.
- CROFT, W. *Explaining Language Change: An Evolutionary Approach*. Harlow: Longman, 2000.
- DENNETT, D. C. *From bacteria to Bach and back: The evolution of minds*. Nova Iorque: WW Norton & Company, 2017.
- DEVITT, M.; STERELNY, K. *Language and Reality*. Cambridge: MIT Press, 1987.
- ENFIELD, N. J.; SIDNELL, J. *Consequences of language: From primary to enhanced intersubjectivity*. Cambridge: MIT Press, 2022.
- ENRICI I.; BARA B. G; ADENZATO M. Theory of Mind, pragmatics and the brain: Converging evidence for the role of intention processing as a core feature of human communication. *Pragmatics & Cognition*, Amesterdão, v. 26, n. 1, p. 5–38, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1075/pc.19010.enr>
- FLÓREZ-ALARCÓN, L., La intencionalidad de la acción en el proceso motivacional humano, *Psychologia*, Bogotá, v. 12, n. 2, pp. 115–135, 2018. DOI: <http://doi.org/10.21500/19002386.3973>
- GALLESE, V. Embodied Simulation. Its Bearing on Aesthetic Experience and the Dialogue Between Neuroscience and the Humanities. *Gestalt Theory*, Varsóvia, v. 41, n. 2, p. 113–127, 2019. DOI: <https://doi.org/10.2478/gth-2019-0013>
- GEURTS, B. Communication as commitment sharing: speech acts, implicatures, common ground. *Theoretical linguistics*, Berlim, v. 45, n. 1–2, p. 1–30, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1515/tl-2019-0001>

- GERRIG, R. J. *Experiencing Narrative Worlds: On the Psychological Activities of Reading*. Boulder: Westview Press, 1993.
- GIL, J. M. Significados no intencionales: de la exclusión a la inclusión. *Diánoia*, México D.F., v. 60, n.74, pp. 53-80, 2015.
- GIL, J. M. Sobre la comunicación no intencional, *Praxis Filosófica*, Cáli, v. 47, pp. 113-135, 2018.
- GILBERT, M. *On Social Facts*. Princeton: Princeton University Press, 1989.
- GRICE, P. Logic and conversation, In: COLE P.; MORGAN J. L. (orgs.) *Syntax and Semantics*, Vol. 3, *Speech Acts*, Nova lorque: Academic Press, pp. 41-58, 1975.
- GRICE, P. Meaning. *The Philosophical Review*, v. 66, n. 3, p. 377-388, 1957.
- HAUGH, M. The place of intention in the interactional achievement of implicature. In: KECSKÉS, I.; MEY, J. (orgs.). *Intention, Common Ground and the Egocentric Speaker-Hearer*. Nova lorque: De Gruyter Mouton, 2008. p. 45-86.
- HAUGH, M. Intention(ality) and the conceptualization of communication in pragmatics. *Australian Journal of Linguistics*, Abingdon, v. 29, n.1, p. 91-113, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1080/07268600802516301>
- HECKHAUSEN, H.; GOLLWITZER, P. M. Thought contents and cognitive functioning in motivational versus volitional states of mind. *Motivation and Emotion*, Nova lorque, v. 11, n. 2, p. 101-120, 1987. DOI: <https://doi.org/10.1007/BF00992338>
- JACOB, P. Intentionality. In: ZALTA E. N. (ed.) *The Stanford Encyclopedia of Philosophy* (Winter 2019 Edition) Disponível em: <<https://plato.stanford.edu/archives/spr2023/entries/intentionality/>>. Acesso em: 10 de jan. 2024.
- KANO, F.; KAWAGUCHI, Y.; YEOW, H. Experimental evidence for the gaze-signaling hypothesis: White sclera enhances the visibility of eye-gaze direction in humans and chimpanzees. Disponível em: < <https://www.biorxiv.org/content/10.1101/2021.09.21.461201v1> > *bioRxiv*, Acesso em: 22 jan. 2024, 2021.
- KASHIMA, Y., KLEIN O.; CLARK, A. E. Grounding: Sharing information in social interaction, In: FIEDLER K. (org.) *Social Communication*. Nova lorque: Psychology Press. 2007, p. 27-77.
- KHALIL, L. M. G. As noções de intenção e intencionalidade sob a perspectiva da Sociolinguística Interacional: reflexões teóricas e análise de duas situações de interação. *Entrepalavras*, Fortaleza, v. 7, n. 2, p. 351-370, 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.22168/2237-6321.7.2.351-370>
- KUHL, J. Action control: The maintenance of motivational states. In: HALISCH, F.; KUHL, J. (orgs.) *Motivation, Intention, and Volition*. Heidelberg: Springer-Verlag, 1987. p. 279-291.
- LEVINSON, S. A review of Relevance. *Journal of Linguistics*, v. 25, n. 2, p. 455-472, 1989.
- LEWIS, D. K. *Convention: A Philosophical Study*. Cambridge: Harvard University Press, 1969.
- MARKEN, R. S. Making inferences about intention: perceptual control theory as a “theory of mind” for psychologists, *Psychological Reports*, Thousand Oaks, v. 113, n. 1, pp. 257-274, 2013. DOI: <https://doi.org/10.2466/03.49.PRO.113x14ZO>
- MARMOR, A. *Social Conventions. From Language to Law*. Princeton: Princeton University Press, 2009.

- NORD, C. *Text Analysis in Translation: Theory, Methodology, and Didactic Application of a Model for Translation-Oriented Text Analysis*. Amsterdão/Nova Iorque: Rodopi, 2005.
- PACHERIE, É. The role of emotions in the explanation of action. *European Review of Philosophy*, Stanford, v. 5, p. 53-92, 2002.
- PÉREZ-RODRÍGUEZ, J. H. La analogía funcional como estrategia de replicación de la información cultural. *El Genio Maligno: revista de humanidades y ciencias sociales*, v. 19, p. 79-95, 2016.
- POWERS, W. T. *Behavior: The Control of Perception*. Chicago: Aldine de Gruyter, 1973.
- RIZZOLATTI, G.; CRAIGHERO, L. The mirror-neuron system, *Annual Review of Neuroscience*, v. 27, n. 1, p. 169-192, 2004. DOI: <https://doi.org/10.1146/annurev.neuro.27.070203.144230>
- ROSENBERG, M. J.; HOVLAND, C. I. Cognitive, Affective and Behavioral Components of Attitudes. In: ROSENBERG, M. J.; HOVLAND, C. I. (org.), *Attitude Organization and Change: An Analysis of Consistency Among Attitude Components*. New Haven: Yale University Press, 1960. p. 938-955.
- ROSENBLUETH, A.; WIENER, N.; BIGELOW, J. Behavior, Purpose and Teleology. *Philosophy of Science*, Cambridge, vol. 10, n. 1, pp. 18-24. 1943. DOI: <https://doi.org/10.1086/286788>
- SCHELLING, T. C. *The Strategy of Conflict*. Cambridge: Harvard University Press, 1960.
- SEARLE, J. R. A Taxonomy of Illocutionary Acts, In: GUNDERSON, K. (org.), *Language, Mind, and Knowledge*, v. 7, Minneapolis: Univ. of Minnesota Press, 1975. p. 344-369.
- SEARLE, J. R. The intentionality of intention and action. *Cognitive science*, Medford, v. 4, n. 1, p. 47-70, 1980.
- SEARLE, J. Collective Intentions and Actions, In: COHEN, P. R.; MORGAN, J.; POLLACK, M. *Intentions in Communication*. Cambridge: MIT Press, 1990, p. 401-415.
- SEARLE, J. R. *The Construction of Social Reality*. Nova Iorque: Free Press, 1995.
- SPERBER, D.; WILSON, D. *Relevance, Communication & Cognition*, Oxford-Cambridge: Blackwell, 2 ed., 1995.
- SPERBER, D.; WILSON, D. Beyond speaker's meaning. *Croatian Journal of Philosophy*, Zagrebe, v. 15.2, n. 44, p. 117-149, 2015.
- STALNAKER, R. Assertion. In: COLE, P. (org.). *Syntax and Semantics IX: Pragmatics*. Nova Iorque: Academic Press, 1978. p. 315-332.
- STOLK, A.; VERHAGEN, L.; TONI, I. Conceptual alignment: How brains achieve mutual understanding. *Trends in Cognitive Sciences*, Kidlington, v. 20, n. 3, p. 180-191, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.tics.2015.11.007>
- STOLK, A.; BAŠNÁKOVÁ, J.; TONI, I. Joint epistemic engineering: The neglected process of context construction in human communication. In: GARCÍA, A. M.; IBÁÑEZ, A. (orgs.) *The Routledge Handbook of Semiosis and the Brain*, v. 17, 2022. Disponível em <<https://psyarxiv.com/rwfe6/>> Acesso em: 6 de fev. 2024.
- SVENNEVIG, J. *Getting acquainted in conversation*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1999.
- TAILLARD, M. Beyond communicative intention. *UCL Working Papers in Linguistics*, Londres, v. 14, p. 189-207, 2002.

TOBIN, V. Readers as overhearers and texts as objects: joint attention in reading communities. *Scripta*, Belo Horizonte, v. 18, n. 34, p. 179-198, 2014. DOI: <https://doi.org/10.5752/P.2358-3428.2014v18n34p179>

TOMASELLO, M. *Why We Cooperate*. Cambridge: MIT Press, 2009.

TOMASELLO, M.; KRUGER, A. C.; RATNER, H. H. Cultural learning. *Behavioral and Brain Sciences*, Cambridge, v. 16, n. 3, p. 495-511, 1993.

TVERSKY, B. Some ways that maps and diagrams communicate. In: Freksa, C. et al. (orgs.) *Spatial Cognition II*. Berlin, Heidelberg: Springer, 2000. p. 72-79.

WATZLAWICK, P.; BEAVIN, J. H.; JACKSON, D. D. *Pragmática da comunicação humana*. Tradução: CABRAL, A. São Paulo: Culprix, 1973.

WILLETT, A. B. et al. Control blindness: Why people can make incorrect inferences about the intentions of others. *Attention, Perception, & Psychophysics*, Nova Iorque, v. 79, n. 3, p. 841-849, 2017. DOI: <https://doi.org/10.3758/s13414-016-1268-3>

Contextos de uso de [y] e [cuando] no Espanhol escrito

Contexts of use of [y] and [cuando] in written Spanish

Sávio André de Souza
Cavalcante

Universidade Estadual do Ceará (UECE)
Fortaleza | CE | BR
savio.cavalcante@uece.br
<https://orcid.org/0000-0001-5152-6924>

Valdecy de Oliveira Pontes

Universidade Federal do Ceará (UFC)
Fortaleza | CE | BR
valdecy.pontes@ufc.br
<https://orcid.org/0000-0002-8183-9259>

Resumo: Este trabalho analisa os contextos de uso (Diewald, 2002, 2006) dos conectores [y] (“[e]”) e [cuando] (“[quando]”), no espanhol escrito, sob a base teórica da Linguística Funcional Centrada no Uso (LFCU) (Furtado da Cunha; Bispo; Silva, 2013; Rosário; Oliveira, 2016; Rosário, 2022a), a fim de investigar seu grau de integração. Do ponto de vista metodológico, a investigação configura-se como básica (Paiva, 2019), exploratória, descritivo-explicativa (Gil, 2002; Paiva, 2019), bibliográfica e documental (Lakatos; Marconi, 1992), de viés quantitativo e qualitativo (Paiva, 2019). Os dados analisados advêm de cem ocorrências de uso de [y] (“[e]”) e [cuando] (“[quando]”) em adjacência coletadas no *Corpus del Español* (Davies, 2012-2019), *subcorpus* NOW. Os resultados apontam para alta produtividade dos usos de [[y] [cuando]] (“[e] [quando]”) sem segmentação entre si (90,17%). Além disso, são registrados usos desses elementos adjacentes em distintos contextos, desde os mais autônomos aos mais integrados. Do ponto de vista pragmático-discursivo, esses elementos atuam não apenas na sequenciação narrativa, mas em contextos mais (inter)subjativos, como em tipologias textuais argumentativas e dialogais. Conclui-se que, embora não se possa postular a plena construcionalização de [y *cuando*]_{conec} (“[e quando]_{conec}”), podem-se notar mudanças construcionais que favorecem usos mais integrados.

Palavras-chave: conector aditivo; conector temporal; língua espanhola; linguística funcional centrada no uso.

Abstract: This work analyzes the contexts of use (Diewald, 2002, 2006) of the connectors [y] (“[and]”) and [cuando] (“[when]”), in written Spanish, under the theoretical basis of Cognitive-Functional Linguistics (Furtado da Cunha; Bispo; Silva, 2013; Rosário; Oliveira, 2016;



Rosário, 2022a), in order to investigate their degree of integration. From a methodological point of view, the investigation is basic (Paiva, 2019), exploratory, descriptive-explanatory (Gil, 2002; Paiva, 2019), bibliographic and documentary (Lakatos; Marconi, 1992), with a quantitative and qualitative bias (Paiva, 2019). The data analyzed comes from one hundred occurrences of use of [y] (“[and]”) and [cuando] (“[when]”) in adjacency collected in the *Corpus del Español* (Davies, 2012-2019), NOW *subcorpus*. The results point to high productivity of the uses of [[y] [cuando]] (“[[and] [when]]”) without segmentation between them (90.17%). Furthermore, uses of these adjacent elements in different contexts are noticeable, from the most autonomous to the most integrated. From a pragmatic-discursive point of view, these elements act not only in narrative sequencing, but in more (inter)subjective contexts, such as in argumentative and dialogical textual typologies. It is concluded that, although it is not possible to postulate the full constructionalization of [y cuando]_{conec} (“[and when]_{conec}”), constructional changes that favor more integrated uses can be noted.

Keywords: additive connector; temporal connector; spanish language; cognitive-functional linguistics.

1 Introdução

Em Cavalcante, S. (2020) e Cavalcante, S.; Coan (2022), analisaram-se cláusulas hipotáticas temporais intercaladas, mapeando os diversos loci em que uma oração de tempo pode ser inserida, no que diz respeito à sua posição em relação à oração nuclear. O type que se mostrou mais produtivo foi aquele em que a temporal se insere entre um conector coordenativo e a oração coordenada. Por isso, nesta investigação, detalhamos o estudo desse padrão, centrando-nos nos conectores [y] (“[e]”) e [cuando] (“[quando]”), no espanhol escrito, sob o aporte teórico da Linguística Funcional Centrada no Uso (LFCU) (Furtado da Cunha; Bispo; Silva, 2013; Rosário; Oliveira, 2016; Rosário, 2022a).

Uma análise prévia dos dados mostra que os casos em que [y] (“[e]”) e [cuando] (“[quando]”) se encontram ensejam não só uma multiplicidade de padrões formais como também funcionais. Acerca desse ponto, vejamos os dados a seguir:

- (1) *No obstante, el delincuente no quedó conforme con el botín obtenido y maniató a Agosta y a su hermano y, cuando se disponía a hacerlo con Agrest, éste se resistió, por lo que primero lo gol-*

peó con la culata de el arma en la cabeza y luego le disparó dos tiros. (Fonte: http://www.clarin.com/policiales/Ordenan-bajarle-condena-Ezequiel-Agrest_o_919108418.html).

“Porém, o criminoso não ficou satisfeito com o saque obtido e amarrou Agosta e seu irmão **e, quando** se dispunha a fazer o mesmo com Agrest, este resistiu, então primeiro bateu na cabeça dele com a coronha da arma e então disparou dois tiros contra ele.”

- (2) *El origen de la Ecosport en la Argentina tiene mucho que ver con un escenario de “vacas flacas”. Se lanzó cuando los resabios del 2001 todavía golpeaban los bolsillos de los argentinos. Y cuando llegar a una 4x4 era también un sueño para muchos compradores. Entonces, la marca decidió presentar una SUV chica para que cualquiera pudiera darse el gusto de tener una SUV, y fue un éxito.* (Fonte: <http://www.iprofesional.com/notas/187182-Ford-EcoSport-Diesel-la-gasolera-ideal-para-ahorrar-en-el-da-a-da-->).
- “A origem do Ecosport na Argentina tem muito a ver com um cenário de “vacas magras”. Foi lançado quando os dissabores do 2001 ainda batiam no bolso dos argentinos. **E quando** conseguir um 4x4 era também um sonho para muitos compradores. Assim, a marca decidiu apresentar um SUV pequeno para que qualquer pessoa pudesse se dar ao luxo de ter um SUV, e foi um sucesso.”

Em (1), do ponto de vista descritivo, a cláusula [*cuando se disponía a hacerlo con Agrest*] (“[quando se dispunha a fazer o mesmo com Agrest]”) realça temporalmente a cláusula nuclear [*éste se resistió*] (“[este resistiu]”). A unidade formada a partir da relação entre essas duas cláusulas é iniciada pelo conector [*y*] (“[e]”) ligando-se, via coordenação, à cláusula anterior [*y maniató a Agosta y a sua hermano*] (“[e amarrou Agosta e seu irmão]”).

No dado, situado em contexto narrativo, percebe-se também que a cláusula temporal interrompe a cláusula coordenada [*y, cuando se disponía a hacerlo con Agrest, éste se resistió*] (“[e, quando se dispunha a fazer o mesmo com Agrest, este resistiu]”), configurando-se como um caso de intercalação não prototípica de cláusula temporal (Cavalcante, S., 2020; Cavalcante, S.; Coan, 2022). Essa configuração estrutural causa a aproximação entre os elementos [*y*] (“[e]”) e [*cuando*] (“[quando]”), ainda pertencentes a estruturas distintas, o que é corroborado pela existência de segmentação entre eles. Nesse dado, há um limite claro entre a coordenada e a temporal intercalada, com a existência de segmentação entre os elementos (Dahlet, 2006), podendo-se perceber claramente que a cláusula outrora coordenada, iniciada por [*éste se resistió*] (“[este resistiu]”) funciona como nuclear da cláusula temporal.

O fato de a estrutura coordenada não funcionar como termo de outra oração e, por isso, comportar-se de maneira independente pode permitir a formação de estruturas ainda mais “soltas”. Em (2), por exemplo, a cláusula nuclear [*se lanzó*] (“[foi lançado]”) é realçada por duas cláusulas temporais, que estão coordenadas entre si, constituindo uma espécie de relação do tipo *lista* (Mann; Taboada, 2005-2024): [*cuando los resabios del 2001 todavía golpeaban los bolsillos de los argentinos*] (“[quando os dissabores do 2001 ainda batiam no bolso dos argentinos]”) e [*Y cuando llegar a una 4X4 era también un sueño para muchos compradores*] (“[E quando conseguir um 4x4 era também um sonho para muitos compradores]”). A porção textual iniciada por [*Y cuando*] (“[E quando]”), embora ainda vinculada a uma nuclear, apresenta os dois conectores sem segmentação entre si e, por estar posposta e antecedida por ponto, atua como um ato de fala à parte. Além disso, o fato de o conector [*Y*] (“[E]”) estar em letra mai-

úscula e ser antecedido por ponto aponta para o início de uma nova frase, recurso que garante maior subjetividade e força argumentativa à estrutura de coordenação.

Como se pode perceber, do ponto de vista funcional, essas construções podem atuar desde contextos mais referenciais e narrativos até aqueles em que há maior argumentatividade (mais (inter)subjetivos). Tal flutuação nos usos de [y] (“[e]”) e [cuando] (“[quando]”) parece apontar para certo grau de integração, em alguns casos maior; em outros, menor, entre esses elementos. Tendo em vista essas constatações prévias, propomos a seguinte questão de pesquisa: como se configuram os usos adjacentes de [y] (“[e]”) e [cuando] (“[quando]”) no espanhol escrito, em termos de traços formais e funcionais?

Como hipótese básica a essa indagação, acreditamos estar diante de micropassos de mudança no uso desses elementos, fruto de neoanálises (Traugott; Trousdale, 2013, 2021) e de processos cognitivos de domínio geral (Bybee, 2010, 2016). Tal situação pode ser evidenciada também pela ampliação dos contextos de uso (Diewald, 2002, 2006) e aumento de produtividade da forma [y cuando] (“[e quando]”), no espanhol escrito, decorrentes de sua menor composicionalidade e analisabilidade, conforme detalharemos adiante.

Como “mudanças construcionais pré-construcionalização possibilitam (mas não preveem) construcionalização” (Traugott; Trousdale, 2021, p. 336), acreditamos ser possível estar diante de pequenos ajustes morfossintáticos favorecedores da existência da microconstrução [y cuando]_{conec} (“[e quando]_{conec}”), vinculada ao padrão mais esquemático [X Y]_{conec}, construção produtiva na formação de conectores complexos no espanhol.

Tendo em vista responder à questão e averiguar a hipótese aventada, temos como objetivo analisar os contextos de uso dos conectores [y] (“[e]”) e [cuando] (“[quando]”) em adjacência no espanhol escrito, verificando indícios de integração formal e funcional.

Para tanto, baseamo-nos no modelo de construcionalização e mudanças construcionais, que tem como representante, no Brasil, a Linguística Funcional Centrada no Uso (LFCU), cujos pressupostos serão esboçados na seção que segue.

2 Linguística Funcional Centrada no Uso (LFCU)

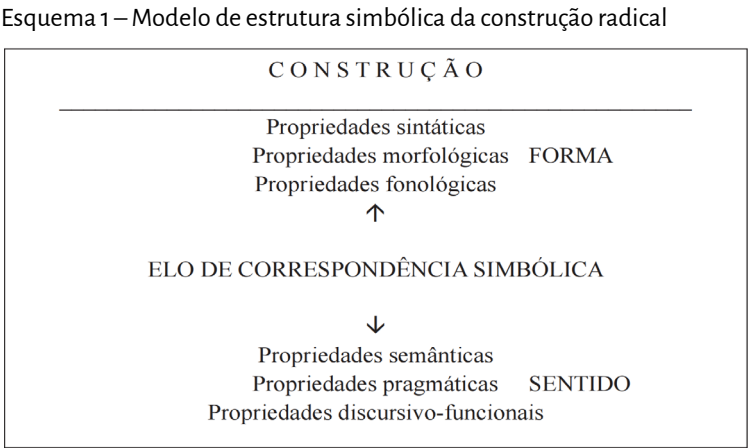
A Linguística Funcional Centrada no Uso (LFCU) é uma corrente funcionalista em franca ascensão no Brasil. A partir da união entre postulados da Linguística Funcional de vertente norte-americana e da Linguística Cognitiva, trata-se de uma abordagem construcional. Segundo Furtado da Cunha, Bispo e Silva (2013, p. 14), o diálogo entre essas abordagens é possível, já que as ambas compartilham pressupostos como

a rejeição à autonomia da sintaxe, a incorporação da semântica e da pragmática às análises, a não distinção estrita entre léxico e gramática, a relação estreita entre a estrutura das línguas e o uso que os falantes fazem delas nos contextos reais de comunicação, o entendimento de que os dados para análise linguística são enunciados que ocorrem no discurso natural, só para citar alguns. A gramática é vista como representação cognitiva da experiência dos indivíduos com a língua; portanto, ela pode ser afetada pelo uso linguístico (Furtado da Cunha; Bispo; Silva, 2013, p. 14).

A LFCU também pode dialogar com outras correntes, como, por exemplo, com a Linguística de *Corpus* e com a Linguística Textual. No primeiro caso, “a Linguística de *Corpus*

– ao operar a partir do tratamento da língua em uso e a partir do equacionamento entre a análise qualitativa e a análise quantitativa – pode contribuir com as pesquisas desenvolvidas no contexto da LFCU” (Lacerda; Dall’Orto, 2023, p. 121). No segundo caso, Cavalcante, S. (2024, p. 13) defende que a “abordagem funcional-textual no escopo da LFCU se centre na interação, valorizando os aspectos pragmáticos e discursivo-funcionais das construções, que lhe conferem estabilidade relativa, variação e mudança”.

Na visão da LFCU, a língua tem como unidades básicas as construções (Goldberg, 1995; Lacerda; Oliveira, 2015), que são pareamentos simbólicos de forma e sentido (Croft, 2001; Traugott; Trousdale, 2021), conforme ilustra o esquema a seguir:



Fonte: Croft (2001), adaptado ao português por Rosário e Oliveira (2016, p. 240).

Para Traugott e Trousdale (2021), o pareamento forma-sentido das construções é analisado sob a ótica de dimensões gradientes, quais sejam: tamanho, especificidade fonológica e tipo de conceito veiculado por uma construção. O quadro 1, a seguir, apresenta uma síntese desses aspectos:

Quadro 1 – Dimensões das construções

Tamanho	Atômica <i>café, -s (pl)</i>	Complexa <i>sei lá, por isso</i>	Intermediária <i>pós-graduação</i> ¹
Especificidade fonológica	Substantiva <i>café, -eiro</i>	Esquemática <i>SV, Sprep</i>	Intermediária <i>Adj-mente</i>
Conceptualização	Conteudista <i>café, V</i>	Procedural <i>-s (pl), por isso</i>	Intermediária <i>poder (modal)</i>

Fonte: Traugott e Trousdale (2013, p. 13), adaptado ao português por Rosário e Oliveira (2016, p. 240).

A partir da leitura do quadro, percebemos que as dimensões se subdividem em outros níveis. No que diz respeito ao tamanho, as construções atômicas são unidades constituídas de um único elemento, enquanto as unidades complexas são compostas e analisáveis². As

¹ Para Rosário e Oliveira (2016, p. 241), a construção “pós-graduação” se insere entre as intermediárias no quesito tamanho porque se trata de derivação por prefixação, embora suas partes ainda sejam analisáveis.
² Ou seja, os falantes reconhecem e distinguem suas partes componentes.

construções classificadas como intermediárias quanto ao tamanho são parcialmente analisáveis, isto é, uma ou todas as suas partes ainda podem ser reconhecidas pelos falantes como unidades diferentes.

Em relação à especificidade fonológica, que se relaciona com o parâmetro da esquematicidade, a ser descrito adiante, analisa-se o grau de abstração de uma construção. As construções substantivas são totalmente especificadas fonologicamente, enquanto as esquemáticas pressupõem uma categoria abstrata como N (nome) ou V (verbo). As intermediárias têm uma parte substantiva e uma parte esquemática.

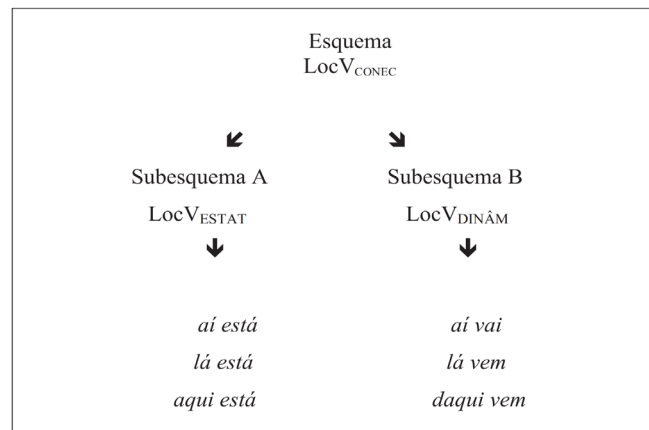
Sobre a conceptualização, descreve-se a construção em relação à expressão de conteúdo (lexical) ou procedural (gramatical). Consoante os autores, as construções de conteúdo podem ser usadas referencialmente e se associam às categorias esquemáticas N (nome), V (verbo) e ADJ (adjetivo). Por outro lado, aquelas do tipo procedural apresentam conceitos mais abstratos, sinalizadores de relações linguísticas, perspectivas, dêixis etc. No nível intermediário, há construções como os verbos auxiliares, que podem não apresentar mais seu significado referencial de origem e adquirir significação gramatical.

Analisando a integração entre [y] (“[e]”) e [cuando] (“[quando]”), no espanhol escrito, hipotetizamos que ambos os elementos, que podem se comportar como unidades atômicas do ponto de vista do tamanho, estariam caminhando rumo a uma integração, formando um *chunk*³, passando pelo nível intermediário, em que suas partes ainda são analisáveis, ao ponto de, em eventual construcionalização, poder figurar como construção complexa, em que não se identifiquem mais seus significados isolados. Do ponto de vista da especificidade, são substantivas, já que são microconstruções totalmente especificadas fonologicamente, embora possam ser instâncias, numa possível situação de construcionalização, de um padrão mais esquemático. Do ponto de vista do tipo de conteúdo, analisamos essas unidades como procedurais, sinalizadoras de conexão entre porções oracionais.

Como sinalizado, essas dimensões relacionam-se a propriedades em torno das quais as construções podem ser descritas: a esquematicidade, a produtividade e a composicionalidade, todas gradientes. A esquematicidade envolve abstração, porque “está relacionada ao grau em que ela captura padrões mais gerais em uma série de construções mais específicas” (Traugott; Trousdale, 2021, p. 45). Nessa visão, os esquemas linguísticos “são grupos abstratos, semanticamente gerais, de construções, quer procedurais, quer de conteúdo” (Traugott; Trousdale, 2021, p. 44). A teoria distingue um nível mais abstrato, o dos esquemas; um nível intermediário, o dos subesquemas; e um nível mais específico, o das microconstruções. Há também as instanciações das microconstruções, que são os construtos, “ocorrências empiricamente atestadas (...), instâncias de uso em uma ocasião particular, produzidas por um falante particular (ou escritas por um escrevente particular) com um propósito comunicativo” (Traugott; Trousdale, 2021, p. 48). A título de exemplo, Rosário e Oliveira (2016) dissertam acerca da construção conectora LocV, cuja hierarquia construcional é ilustrada a seguir, no esquema 2:

³ *Chunking* “é o processo por trás da formação e do uso de sequências de palavras formulaicas ou pré-fabricadas (...) e também é o mecanismo primário que leva à formação de construções e de estrutura de constituinte” (Bybee, 2016, p. 65, *itálico da autora*). Ainda segundo Bybee (2016), é a repetição que aciona o fenômeno do *chunking*: “se dois ou mais *chunks* menores ocorrem juntos com certa frequência, um *chunk* maior contendo os menores se forma” (Bybee, 2016, p. 65).

Esquema 2 – Hierarquia construcional da LocV_{CONEC}



Fonte: Rosário e Oliveira (2016, p. 255).

Como se pode perceber, o esquema LocV_{conec} ramifica-se nos subesquemas LocV_{estat} e LocV_{dinâm}. O primeiro subesquema é distribuído em três microconstruções (*aí está*, *lá está* e *aqui está*); e o segundo, em outros três (*aí vai*, *lá vem* e *daqui vem*). Esses padrões, ou *types*, são instanciados no uso, a nível de construto, ou seja, os *tokens* realizados em contextos específicos de uso.

O segundo parâmetro, o da produtividade, associa-se com a frequência de uso e diz respeito ao grau em que esquemas parciais sancionam construções menos esquemáticas e o grau em que são restringidos. Quando novas construções surgem na língua, elas podem se expandir, num processo em que se nota um aumento na frequência de uso (ou frequência do construto). Além disso, aumenta o número de elementos de seu leque colocacional⁴, ou seja, observa-se um aumento no número de itens que preenchem um padrão construcional. Para os autores, esse seria um caso de aumento de frequência de tipo/construção. Por exemplo, quando a construção *Be going to*, no inglês, começou a ser usada com noção de futuridade, estendeu-se para um número maior de verbos (Traugott; Trousdale, 2021).

Em relação ao terceiro parâmetro, o da composicionalidade, analisa-se o grau de transparência entre a forma e o significado de uma construção. Sobre esse aspecto, afirmam Traugott e Trousdale (2021, p. 53) que

se um construto é semanticamente composicional, então, contanto que o falante tenha produzido uma sequência sintaticamente convencional, e o ouvinte entende o significado de cada item individual, o ouvinte será capaz de decodificar o significado do todo. Se o construto não é composicional, não haverá compatibilidade entre o significado de elementos individuais e o significado do todo (Traugott; Trousdale, 2021, p. 53).

Na formação de conectores complexos, é comum que seus elementos constituintes apresentem graus de composicionalidade distintos (Rosário, 2022b). Nos termos de Traugott e Trousdale (2021, p. 55), a composicionalidade tem como subparte a analisabilidade, já que os conceitos se relacionam e são gradientes: “diferentemente da composicionalidade, analisabilidade não é primariamente associada à combinação imputada do significado do todo

⁴ Ou *host-class expansion* (expansão da classe hospedeira), nos termos de Himmelmann (2004, p. 32).

sobre o significado das partes de uma expressão composta”, mas “a analisabilidade se relaciona ao grau em que os falantes reconhecem, e tratam distintamente, essas partes componentes” (Traugott; Trousdale, 2021, p. 55). Os autores assumem uma visão distinta à de Bybee (2010, 2016), para quem composicionalidade e analisabilidade são categorias diferentes.

Traugott e Trousdale (2021) também tratam acerca dos mecanismos (o ‘como’ da mudança) que estão por trás da mudança linguística, entre os quais se destacam a neoanálise e a analogização. Ao invés de falar em reanálise, termo comum aos estudos de gramaticalização, os autores preferem substituí-lo por neoanálise. Justificam os pesquisadores que, quando o falante não tem internalizada a construção e a interpreta de maneira diferente, ele não a reanalisa, mas faz, na verdade, uma análise diferente. Quanto à analogização, esse mecanismo é visto como aquele que impulsiona a mudança por meio da compatibilidade entre padrões.

Esse rearranjo no sistema linguístico é que ocasiona, na visão dos autores, a mudança linguística, em termos de construcionalização e mudanças construcionais. No primeiro caso, surge um novo nó na rede, a partir de um novo pareamento forma-significado. Essa reorganização do sistema não é imediata, mas é precedida por alterações em um dos polos da construção, seja na forma ou no significado, ou seja, opera na forma de mudanças construcionais (pequenos passos graduais de mudança). Segundos os autores, os contextos iniciais, no âmbito da pragmática, envolvem inferências sugeridas (Traugott; König, 1991) ou interpretação induzida pelo contexto (Heine; Claudi; Hünemeyer, 1991). Esses pequenos ajustes tornariam possível a gradiência sincrônica. Eles se distinguem dos contextos em que já se pode identificar a nova expressão, os contextos de ‘isolamento’, segundo Diewald (2002, p. 103-104; 2006, p. 4), abordagem que veremos na próxima seção.

3 Abordagem contextual da mudança linguística

Segundo Diewald (2002, p. 103; 2006, p. 1), a mudança ocorre em contextos específicos de uso. A autora distingue, então, três estágios contextuais: no primeiro estágio (contexto atípico), os elementos envolvidos começam a ser usados em ambientes onde não o seriam originalmente. Novos significados podem emergir por meio de implicaturas conversacionais; em segundo momento (contexto crítico), há ambiguidades semânticas e estruturais que levam o ouvinte a interpretações alternativas; no terceiro estágio (contexto isolado), a forma original se separa de seu novo significado, apresentando nova distribuição.

Nesse sentido, entendemos que o uso de formas em contextos que não lhe são habituais favorece a mudança linguística. Segundo Hilpert (2014, p. 17), um item lexical pode ter seu significado afetado pelo contexto em que ocorre, num efeito de coerção. Consequentemente, contextos mais subjetivos que os narrativos aportariam novos significados a *[[y] [quando]]* (“[e] [quando]”). Numa escala, teríamos, além de contextos com efeitos de relativa objetividade, os contextos mais subjetivos e intersubjetivos (Traugott; Dasher, 2002). Na reflexão de Traugott e Dasher (2002, p. 20, 22), subjetividade envolve a expressão do falante, sua perspectiva, seu ponto de vista; e a intersubjetividade, a atenção do falante ao ouvinte como um participante no evento de fala.

Neste trabalho, analisamos os usos de *[y]* (“[y]”) e *[quando]* (“[quando]”) desde os contextos de relativa objetividade, mais temporalmente/cronologicamente situados/ordenados, aos contextos mais (inter)subjetivos, em que o falante se posiciona e convoca seu interlocutor

a partilhar novos significados. Por isso, também consideramos os contextos discursivo-funcionais em que essas formas ocorrem: narrativos, descritivos, explicativos, argumentativos, dialogais e os de incitação à ação⁵ (Adam, 2019; Cavalcante, M.; Brito *et al.*, 2022). Nossa hipótese é a de que os contextos descritivos e narrativos ensejariam usos de maior objetividade, embora sempre relativa, enquanto os contextos dialogais, explicativos, argumentativos e os de incitação à ação permitiriam leituras mais (inter)subjetivas (Oliveira, 2018) dos elementos em questão. Na esteira de Cavalcante, S. (2024), defendemos uma análise construcional em que a função discursivo-textual dos elementos e os contextos de uso motivam as configurações sintáticas. Argumentamos que esses aspectos devem ser descritos no polo do sentido da construção, nas propriedades discursivo-funcionais.

O que analisamos neste trabalho é o estágio de integração entre os itens [y] (“[e]”) e [quando] (“[quando]”), na intenção de verificar possíveis alterações na forma e significado desses elementos que possam apontar para mudança construcional ou construcionalização.

4 Articulação de cláusulas e conectores

Uma vez que tratamos de conectores oracionais, explicamos que nossa visão de articulação de cláusulas é fundamentada em Hopper e Traugott (2003). Para além da divisão clássica entre coordenação e subordinação (Seco, 1996; Di Tullio, 1997; Alarcos Llorach, 2000; Gili Gaya, 2000; Masip, 2010; Rae, 2010; Gómez Torrego, 2011), Hopper e Traugott (2003, p. 178), a partir dos critérios de dependência e encaixamento, distinguem o nível paratático, o hipotático e a subordinação estrita. Essas categorias, no entanto, não são estanques, podendo haver níveis intermediários entre elas, como podemos ver no quadro 2, a seguir:

Quadro 2 – *Continuum* da combinação de orações

	Parataxe	>	Hipotaxe	>	Subordinação
[Dependência]	-		+		+
[Encaixamento]	-		-		+

Fonte: Hopper; Traugott (2003, p. 178).

Na visão clássica, as orações encabeçadas por [y] (“[e]”) se situam entre as coordenadas, o que as aproxima do eixo paratático. Já aquelas iniciadas por [quando] (“[quando]”) se situam entre as subordinadas, mais próximas da hipotaxe. Em nosso entender, a frequência com que [y] (“[e]”) e [quando] (“[quando]”) se unem pode ser contexto motivador para um novo comportamento desses conectores, que possivelmente caminham rumo à integração, como discutido na análise dos exemplos (1) e (2).

Quanto aos conectores, no entender de Rodríguez Ramalle (2005, p. 81), esses elementos são aqueles que realçam e estabelecem uma relação lógica entre dois enunciados. Sua função, portanto, é intersentencial e textual. Seu uso é uma espécie de instrução sobre

⁵ Embora tenha considerado a injunção em propostas anteriores, Adam (2019, p. 255) reconhece que é difícil encampar sob um único rótulo textos de configurações tão diversas. Por isso, o rótulo “texto de incitação à ação”.

como interpretar as informações apresentadas: os aditivos, por exemplo, sinalizam que mais informação sobre uma mesma questão será acrescentada. A classe dos conectores pode ser composta por sintagmas preposicionais (ej.: *a fin de cuentas*) (“ex.: no fim das contas”), por formas verbais (ej.: *es decir*) (“ex.: quer dizer”), por advérbios (ej.: *además*) (“ex.: além disso”) e por adjetivos (ej.: *mejor*) (“ex.: melhor”) (Rodríguez Ramalle, 2005, p. 82). Segundo Cuenca (2001), os conectores possuem as seguintes características: (i) podem atuar em conjunto com as tradicionais conjunções (como em: *y por cierto*) (“e por certo”), (ii) podem se mover, (iii) são invariáveis, (iv) seu significado é não composicional e (v) têm caráter parentético.

Grande candidata a conector, a conjunção copulativa [y] (“[e]”), derivada do item latino [et], entre suas várias funções, serve à união de “palavras ou cláusulas em conceito afirmativo” (Y, 2023, tradução nossa)⁶. Segundo Houaiss e Villar (2009), a conjunção latina [et] podia apresentar as seguintes nuances de sentido: “e, demais, além disso; mas, entretanto; por isso; já, quando, logo; ou; que, como” (Houaiss; Villar, 2009, p. 718).

No âmbito da articulação oracional, o [y] (“[e]”), tradicionalmente inserido no eixo das coordenadas, introduz um acréscimo de informação a uma cláusula anterior (Matte Bon, 1992), sendo independente sintaticamente dela, coordenando, geralmente, elementos análogos. Quando os elementos não são do mesmo tipo, é necessário haver algo no contexto que os coloque no mesmo plano (Matte Bon, 1992). Em geral, a conjunção [y] (“[e]”) posiciona-se antes da última palavra ou cláusula de um período, mas pode ser repetida por pressões estilísticas (Bello, 1995), as quais, embora não detalhadas pelo autor, são entendidas por nós como uma espécie de reforço subjetivo do falante/escritor.

Fato curioso é que essa conjunção pode ser usada em início absoluto de período, iniciando perguntas ou exclamações diretas, o que lhes dá um aspecto mais adverbial que conjuncional (Bello, 1995; Alarcos Llorach, 2000). Alternativamente, em um fenômeno analisado por Neves (2018, p. 804) como coordenação de frases (e não de orações), os enunciados encabeçados por [y] (“[e]”) surgem após pausa longa, marcada por ponto. Nas situações descritas, esse elemento cumpre função de marcador discursivo (Camacho, 1999), conector discursivo (Di Tullio; Malcuori, 2012) ou enlace extraoracional (Rae, 2010; Di Tullio; Malcuori, 2012), separando o período em dois atos de fala distintos, como se vê em (3) e (4), com negritos nossos:

- (3) *Se despidió con un beso helado. **Y** en ese momento me sentí morir.* (Di Tullio; Malcuori, 2012, p. 309).
“Se despediu com um beijo frio. **E** nesse momento me senti como se estivesse morrendo”.
- (4) *Y el anciano controla la intención de sus ojos. **Y** ella también* (Chacón, Voz). (RAE, 2010, p. 605).
“E o senhor controla a intenção dos seus olhos. **E** ela também”.

Outro detalhe importante acerca de [y] (“[e]”) é que os gramáticos admitem que, em espanhol, a união dessa conjunção com outros elementos já foi possível, embora incomum, como nos casos de [y pues] (“[e pois]”) (com o significado de *y además* (“e também”), *y después de todo* (“e depois de tudo”), *y al cabo* (“e finalmente”)) (Bello, 1995, p. 357) e [y ni] (“[e não]”) (com o sentido de *y ni siquiera* (“e nem mesmo”)) (Alarcos Llorach, 2000, p. 320). Di Tullio e Malcuori (2012, p. 309) explicam que uniões como essas reforçam ou realçam a relação entre as orações.

Para López García (1994, p. 306-308), o sentido geral de “informação acrescentada” do [y] (“[e]”) pode ser matizado por outras formas: (i) com *además* (“além disso”), *es más* (“além do

⁶ “palabras o cláusulas en concepto afirmativo” (Y, 2023).

mais”), *sobre todo* (“sobretudo”) (valor de excesso); (ii) com *también, tampoco* (“também, tampouco”) (valor de reabertura de uma sequência); (iii) com *hasta, inclusive* (“até, inclusive”) (valor excessivo de reabertura); (iv) com *en fin, por fin* (“em resumo, por fim”) (valor culminativo); e (v) com *así como* (“bem como”) (valor culminativo de reabertura). Para o autor, esses elementos podem unir fragmentos oracionais. O autor contrasta sua visão com os valores apresentados por Barrenechea (1979, p. 7-18): (i) causal (*y por eso*) (“e por isso”), (ii) quase-equivalente (*y es decir*) (“e quer dizer”), (iii) contraste excludente (*y en cambio*) (“e em contrapartida”), (iv) contraste não excludente (*y sin embargo*) (“e entretanto”). Para López García (1994), nesses últimos casos, apresentados por Barrenechea (1979), trata-se de elementos não pertencentes ao sistema da oração composta, mas ao do texto, constituindo o [y] (“[e]”) apenas um enlace textual.

Além do significado mais neutro de adição, é possível inferir outras relações, a depender dos membros coordenados. López García (1994, p. 264-265), por exemplo, distingue os seguintes valores: condição (ej.: *llama y te abrirán*) (ex.: “bata e eles abrirão para você”), concessão (ej.: *no he aprobado y había estudiado un montón*) (ex.: “não passei e tinha estudado muito”), finalidade (ej.: *te lo he preguntado y tú me darás noticias de Elena*) (ex.: “perguntei a você e você vai me dar notícias de Helena”), adversidade (ej.: *no lo sabía y acabo de enterarme*) (ex.: “não sabia e acabei de descobrir”), causalidade (ej.: *convendría que enviaras los paquetes, y ya los tienes preparados*) (ex.: “seria uma boa ideia você enviar os pacotes, e você já os preparou”), temporalidade (ej.: *entró y los descubrió besándose*) (ex.: “entrou e os viu se beijando”) etc.

Para Camacho (1999, p. 2640), as orações encabeçadas por [y] (“[e]”) podem apresentar ações ordenadas em sequência temporal, o que pode ensejar uma relação causal ou condicional. Já Gili Gaya (2000, p. 278-279), põe em foco, nesses casos, a relação de causa-consequência, além do valor de adversidade, quando há alguma oposição ou desconformidade entre as orações. Esses distintos matizes também são compartilhados pela conjunção [*cuando*] (“[quando]”), cuja coocorrência está sendo investigada neste trabalho.

Tradicionalmente, o [*cuando*] (“[quando]”) é analisado como um advérbio relativo (Seco, 1996; Alarcos Llorach, 2000; Gili Gaya, 2000; Di Tullio; Malcuori, 2012) de tempo (Bello, 1995), porque pode ter como escopo um nome e sua significação aproximada a (*en*) *el momento en que* (“no momento em que”) (RAE, 2010). Segundo Gómez Torrego (2011), esse elemento pode exercer função conjuntiva na indicação de temporalidade. Os gramáticos também distinguem uma função prepositiva do [*cuando*] (“[quando]”), em casos como *cuando viejos* (“quando idosos”) e *cuando solteros* (“quando solteiros”) (Bello, 1995).

Em função conjuntiva, como conector oracional, o [*cuando*] (“[quando]”) pode atuar em vários níveis: hipotaxe, encaixamento e justaposição (Lima-Hernandes, 2004; Cavalcante, S.; Coan, 2021). Sendo conector prototipicamente hipotático, especifica o marco temporal ou o momento localizador de um acontecimento. Assim, põe em relação dois eventos, em que se apresenta um momento anterior, posterior ou simultâneo a outro e pode, nessa relação, além de indicar tempo, denotar causa, condição, proporção etc. (Cavalcante, S., 2020). Os gramáticos também dão conta de conectores complexos formados com [*cuando*] (“[quando]”): *aun cuando* (“embora”) (com valor concessivo) (Gómez Torrego, 2011), *hasta cuando* (“até que”)

y “desde cuando” (“desde que”)⁷ (com valor delimitativo) (García Fernández, 2000), *siempre y cuando* (“desde que”) (condição) (RAE, 2010).

Como vimos, a função de ordenar sequencialmente fatos e, nessa relação, de poder expressar outros valores semânticos também é compartilhada com o [y] (“[e]”). Por esse motivo, dada a frequência com que esses elementos aparecem juntos e os valores que compartilham, é possível que estejam caminhando rumo a uma integração. Essa possibilidade é prevista também pelo fato de que é possível coordenar orações subordinadas (Camacho, 1999), estabelecendo entre elas uma relação retórica de lista⁸ (Mann; Taboada, 2005-2024), como visto em (2).

Esboçada a visão teórica desta investigação, seguimos à apresentação de seus procedimentos metodológicos. Na próxima seção, portanto, trataremos dos elementos envolvidos no desenho da pesquisa (natureza, objetivo, tipo, técnica de coleta de dados, universo etc.), sob o aporte de Lakatos e Marconi (1992), Gil (2002) e Paiva (2019).

5 Procedimentos metodológicos

Segundo a divisão proposta por Paiva (2019), esta pesquisa é, quanto à natureza, básica, uma vez que objetiva ampliar o conhecimento científico no que tange ao uso de conectores na língua espanhola. Pretendemos contribuir teoricamente para o que se sabe acerca dos usos de [y] (“[e]”) e [cuando] (“[quando]”) nesse idioma, com análises fundamentadas em leituras prévias e em dados reais de uso.

Nesse sentido, em relação ao objetivo, a pesquisa desenvolveu-se em uma fase exploratória, seguida por outra descritiva e explicativa (Gil, 2002; Paiva, 2019). Na etapa exploratória, que consiste em “familiarizar o pesquisador com o fenômeno sob investigação” (Paiva, 2009, p. 13), buscamos, em gramáticas e em estudos anteriores, informações acerca dos aspectos estruturais e funcionais dos itens [y] (“[e]”) e [cuando] (“[quando]”). Nossa intenção, nesse momento, foi conhecer o fenômeno e mapear seu alcance.

Ainda quanto ao objetivo, na fase descritiva, que consiste em revelar as características do fenômeno, analisamos os dados efetivos de orações encabeçadas por [y] (“[e]”) e [cuando] (“[quando]”), em adjacência, independentemente do grau de integração entre eles. Nessa etapa, buscamos mostrar como a língua apresenta diversidade formal no que diz respeito ao uso desses elementos em conjunção. Atrelado à descrição das formas, seguimos aos passos explicativos, mostrando os diversos tipos de pressão contextuais (Diewald, 2002, 2006) e

⁷ Embora raras no Espanhol europeu (García Fernández, 2000), mas habitual na literatura clássica e, modernamente, no espanhol colombiano, venezuelano, mexicano e em alguns países centro-americanos (RAE, 2010). Para Induráins Pons (2011, p. 93), nesses casos, “*la oración subordinada es término de una preposición, que introduce el sintagma preposicional que actúa como complemento circunstancial*” (Induráins Pons, 2011, p. 93, *italico nosso*) (a oração subordinada é termo de uma preposição, que introduz o sintagma preposicional que atua como elemento circunstancial).

⁸ Ou seja, dois elementos relacionados entre si, ligados a um mesmo núcleo. Esse tipo de relação é observável nos casos de nuclear com mais de uma subordinada, como em: *Esta es una explicación muy sencilla, para que puedas decidir por ti mismo, cuándo es buen momento para comprar acciones y cuándo no debes hacerlo* (<https://www.novatostradingclub.com/acciones/cuando-comprar-acciones-y-cuando-no/>). (“Esta é uma explicação muito simples, para que você possa decidir por si mesmo **quando é um bom momento para comprar ações e quando não deveria fazer isso**”).

mecanismos de mudança (Bybee; Perkins; Pagliuca, 1994; Bybee, 2016; Traugott; Trousdale, 2021) que levam a novas inferências de uso quanto a esses itens.

Conforme afirma Gil (2002, p. 41), a pesquisa exploratória, “na maioria dos casos assume a forma de pesquisa bibliográfica (...)”. Assim, relacionando-se o tipo de pesquisa com os procedimentos técnicos para coleta de dados, esta investigação é bibliográfica e documental, já que se baseia em documentação indireta (Lakatos; Marconi, 1992). A fase de revisão bibliográfica, exploratória, uma vez iniciada, seguiu ao longo do trabalho, a cada nova leitura teórica. A fase seguinte, documental, de cunho descritivo-explicativo, centra-se em um extenso *corpus* de dados de uso, do qual selecionamos as ocorrências sob análise. Por isso, quanto às fontes de informação, esta pesquisa é terciária (Paiva, 2009), já que une uma etapa de coleta primária (localização de ocorrências em um banco de dados) e uma secundária (revisão bibliográfica).

Nosso universo de pesquisa é constituído pelos dados advindos do *Corpus del Español*⁹ (Davies, 2012-2019), em seu *subcorpus Now (News On the Web)*¹⁰, este último composto por 7.6 bilhões de palavras, a partir de dados dos anos 2012 a 2019, de 20 países de fala hispânica. Segundo os critérios propostos por Sardinha (2004), o *subcorpus NOW* seria considerado de grande porte (mais de 10 milhões de palavras).

No comando de busca do *corpus* apresentado, selecionamos, aleatoriamente¹¹, cem dados de [y] (“[e]”) e [cuando] (“[quando]”) em adjacência, entre os quais cinquenta eram com e cinquenta eram sem vírgula entre eles. Em seguida, fizemos a separação dos *tokens* (“dados”) em categorias de *types* (“tipos”) (Bybee, 2007), conforme seus arranjos formais e funcionais. No momento seguinte, por meio de procedimento descritivo-explicativo, apresentamos esses usos e os descrevemos. Na análise dos dados, adotamos uma abordagem preponderantemente qualitativa (Paiva, 2019), apresentando a descrição analítica dos padrões, e uma abordagem quantitativa (Paiva, 2019), ainda que em menor medida, quando da apresentação da frequência geral de [y] (“[e]”) e [cuando] (“[quando]”).

A análise dos dados permite investigar produtividade, composicionalidade e esquematicidade desses conectores. No que tange à produtividade, analisaremos a frequência de uso dos encontros adjacentes de [y] (“[e]”) e [cuando] (“[quando]”) no *corpus*. Sobre a composicionalidade, observaremos o grau de transparência da contribuição de [y] (“[e]”) e [cuando] (“[quando]”) nesses usos. Ainda quanto à composicionalidade sintática e semântica, verificaremos, como parâmetros analíticos, a existência de segmentação entre os elementos e a capacidade de, juntos, expressarem um novo significado, além de adição e tempo. Quanto à esquematicidade, analisaremos a capacidade da possível construção conectora aditivo-temporal ser instanciada por outro nível, mais esquemático e mais abstrato.

Nossa intenção, neste artigo, é discutir, com mais vagar, as características de cada *type*, o que passamos a fazer a partir da próxima seção.

⁹ <https://www.corpusdelespanol.org/>

¹⁰ <https://www.corpusdelespanol.org/now/>

¹¹ Com a ajuda do *software* Excel, para a geração de números aleatórios.

6 Análise e discussão dos resultados

Em primeiro lugar, no que diz respeito à produtividade dos itens em questão, notamos que os encontros entre [y] (“[e]”) e [cuando] (“[quando]”) em adjacência são bastante produtivos no *corpus* analisado. No entanto, há uma diferença considerável quanto à existência de segmentação (marcada pelo uso da vírgula) entre eles. Entre os 292.005 casos de [y (,) cuando] (“[e (,) quando]”) no banco de dados, apenas 28.722 (9,83%) eram com segmentação, e os demais 263.283¹² (90,17%) eram sem segmentação. Segundo Bybee (2010, p. 34), é a repetição que aciona o fenômeno de *chunking*. Uma primeira conclusão, portanto, foi a de que parece estar havendo uma integração entre eles, ainda que em estágio inicial, como veremos, indiciada por sutis alterações, principalmente no polo formal.

Uma vez que nosso foco foi realizar uma abordagem predominantemente qualitativa, os dados analisados também permitiram-nos estabelecer distintos padrões estruturais dos usos das construções com [[y] [cuando]] (“[[e] [quando]]”) no Espanhol escrito. Nesses usos, conseguimos perceber a aplicação da proposta dos distintos contextos de Diewald (2002, 2006).

Em um uso menos integrado, o [y] (“[e]”) e o [cuando] (“[quando]”) atuam como elementos autônomos, introduzindo um acréscimo de informação temporal, como podemos observar no dado (5):

- (5) *Bullrich se dirigió a los alumnos de cuarto grado que participaron en el acto de lealtad a la insignia patria, a quienes les indicó que la “bandera viva” son ellos cuando deciden hacer las cosas bien, cuando deciden estudiar, cuando deciden entender a el amigo y cuando deciden ayudar a el que lo necesita. “Esa es la bandera viva que brilla”, expresó el ministro. Por otro lado, advirtió: “Cuando eso no sucede, cuando nos dividimos, cuando nos peleamos y cuando nos confrontamos como argentinos, la bandera se arruga y se rompe”.* (Fonte: http://tn.com.ar/sociedad/esteban-bullrich-con-un-tercio-de-argentinos-en-pobreza-es-como-si-faltara-una-franja-de-la-bandera_801346).

“Bullrich se dirigiu aos alunos do quarto ano que participaram do ato de fidelidade à insígnia nacional, aos quais sinalizou que a ‘bandeira viva’ são eles quando decidem fazer bem as coisas, quando decidem estudar, quando decidem compreender o seu amigo e quando decidem ajudar ao que precisa. ‘Essa é a bandeira viva que brilha’, expressou o ministro. Por outro lado, alertou: ‘Quando isso não acontece, quando nos dividimos, quando lutamos entre nós e quando nos enfrentamos como argentinos, a bandeira se enruga e se rasga’”.

Em (5), percebemos que o [y] (“[e]”) marca a finalização de uma relação de lista (Mann; Taboada, 2005-2024) entre orações temporais, alinhadas por semelhança. No dado, o enunciador lista uma série de momentos em que a bandeira da Argentina se desfaz, o que metaforiza um sentimento de “argentinidade” em queda. Percebemos que, nesse caso, o [y] (“[e]”)

¹² Considerando todos os casos de [[y] (,) [cuando]] (“[[e] (,) [quando]]”) no *corpus*, chegamos a um total de 362.524 dados. No entanto, precisamos desconsiderar 99.241 deles, já que correspondiam um conector já consolidado em Espanhol, o [siempre y cuando] (“[se]/[desde que]”), com valor condicional.

aditivo e o [cuando] (“[quando]”) temporal ainda são facilmente analisáveis. Isto é, cada um ainda resguarda suas funções e valores específicos.

O primeiro estágio de mudança contextual, contexto atípico, conforme descrito por Diewald (2002, 2006), é marcado por inferências e implicaturas, em que há alterações semânticas nas formas. Em nosso objeto de estudo, esse nível é descrito pela forma [[y], [cuando]] (“[[e], [quando]]”), em que os conectores, segmentados, ensejam leituras voltadas à sequencialidade narrativa (6) ou a um contexto ambíguo (7), em que valores descritivos e argumentativos atuam juntos:

- (6) *Los teléfonos estaban siendo vendidos en la feria conocida como “cachina” en el cruce de Jr. Juli con Jr. 1° de mayo. El operativo se llevó a cabo a las 11: 45 de la mañana. A esa hora los inescrupulosos comerciantes ofrecían la mercadería **y, cuando** la Policía los sorprendió, algunos huyeron y otros pusieron resistencia.* (Fonte: <http://diariocorreope.edicion/puno/puno-recuperan-celulares-robados-e-identifican-a-sus-propietarios-752281/>).

“Os telefones estavam sendo vendidos na feira conhecida como “cachina”, no cruzamento da Jr. Juli com a Jr. 1° de Mayo. A operação ocorreu às 11h45 da manhã. Nessa hora os inescrupulosos comerciantes ofereciam a mercadoria **e, quando** a Polícia os surpreendeu, alguns fugiram e outros ofereceram resistência.”

- (7) *# Estimados de organizaciones ambientalistas dicen que podría haber allí hasta 4. 500 invasores: ganaderos, madereros y colonos, que ocupan sólo uno de los cuatro territorios habitados por el grupo. La tierra de los Awá está siendo destruida más rápidamente que cualquier otra de las de Amazonas. A medida que la temporada de lluvias termina, una de sus principales áreas de caza está siendo destruida por madereros. # Por dentro # Ellos dependen por completo de la selva. Sus vidas, transcurren en intimidación con la desbordante naturaleza de el Amazonas. Cazan, pescan, recolectan frutos **y, cuando** viajan, llevan con ellos las brasas encendidas de su última hoguera para encender fuego en cada nuevo campamento.* (Fonte: <http://www.radiorebelde.cu/comentarios/awas-posible-final-una-tribu-20120521/>).

“# Estimativas de organizações ambientalistas dizem que ali podem existir até 4,5 mil invasores: pecuaristas, madeireiros e colonos, que ocupam apenas um dos quatro territórios habitados pelo grupo. A terra dos Awá está sendo destruída mais rapidamente do que qualquer outra entre as da Amazônia. À medida que a temporada de chuvas termina, uma de suas principais áreas de caça está sendo destruída por madeireiros. # Dentro # Eles dependem totalmente da selva. Suas vidas transcorrem em intimidade com a natureza transbordante da Amazônia. Caçam, pescam, colhem frutas **e, quando** viajam, carregam consigo as brasas de sua última fogueira para acender o fogo em cada novo acampamento.”

Em (6)-(7), há uma vírgula separando os elementos, indicando que o [y] (“[e]”) ainda encabeça uma coordenada presente após a temporal iniciada pelo [cuando] (“[quando]”). Como a vírgula pode atuar na segmentação de elementos (Dahlet, 2006), percebemos, então, no âmbito formal, uma separação entre eles. No entanto, a nível de sentido, notamos que emergem valores relacionados à sequenciação narrativa, à descrição e à argumentação.

Em (6), apresenta-se uma operação policial. O narrador mostra que, em determinado momento, comerciantes ilegais ofereciam uma mercadoria, e, em seguida, os policiais chegaram, o que levou à fuga de uns e à tentativa de resistência de outros. Como o [y] (“[e]”) tem um

valor tradicionalmente associado a um acréscimo de informação (Matte Bon, 1992), percebemos que há uma alteração semântica nesse conector, no sentido de atuar como um sequenciador narrativo, em associação com o valor de moldura temporal (Cavalcante, S.; Coan, 2021) da cena introduzida pelo *[cuando]* (“[quando]”). Isto é, nesse contexto, tendo em vista a similaridade semântica e assimilação de valores contextuais, haveria uma maior predisposição a uma combinação entre os elementos. Como lembra Bybee (2010, 2016), a partir do aumento de frequência com que duas formas atuam juntas, pode haver mudanças mais profundas para além da forma, como, por exemplo, a mudança semântica. O que queremos dizer é que, embora ainda analisáveis e parcialmente composicionais, as formas em questão estão atuando em contextos que favorecem sua integração.

Em (7), tratando sobre a tribo dos Awás, que está a ponto de desaparecer, o enunciadador defende que eles têm na selva, que está sendo destruída, sua dependência. Para tanto, mostra que eles têm intimidade com a natureza e descreve a rotina desse povo: a caça, a pesca, a colheita e um de seus costumes (levar brasas de fogo em suas viagens, para fazer fogo em seus acampamentos). Como se percebe, o contexto imediato de *[y]*, *[cuando]* (“[e]”, “[quando]”) é descritivo, mas o contexto mais amplo aponta para ações que sustentam, argumentativamente, a posição de que a destruição do território está afetando a rotina da tribo. Nota-se, portanto, um uso ambíguo, em que a descrição serve de argumento para a defesa de um ponto de vista. Nesse sentido, o escritor convoca o leitor a que, por meio de inferências e implicaturas (Traugott; König, 1991; Heine; Claudi; Hünemeyer, 1991), analise o *[y]* (“[e]”) e o *[cuando]* (“[quando]”) não apenas como introdutores de ações desenvolvidas no tempo, mas como parte de uma descrição e de um argumento em defesa de um ponto de vista.

Outro estágio descrito por Diewald (2002, 2006) é o chamado contexto crítico, em que, além de novas leituras semântico-pragmáticas, percebem-se alterações na estrutura. Nesse estágio nos usos dos conectores em questão, temos uma maior multiplicidade formal. Há usos em que, além da inserção dos conectores em um novo contexto tipológico, não há segmentação entre os elementos. Também há casos em que o *[Y]* (“[E]”) figura em início absoluto de período, apontando para coordenação de frases (Neves, 2018).

- (8) # *Máscarilla de limpieza para controlar brillos Efectos cosméticos: Eliminar los excesos de grasa, los puntos negros y cerrar los poros abiertos* *Cómo: Hierves una patata y luego la aplastas mientras que le agregas miga de pan empapada en leche. A la mezcla se le añade el zumo de medio limón y cuando esté la textura como una pomada aplicar sobre el rostro y dejar la actuar unos 20 minutos. Enjuagar con abundante agua fría que ayuda a cerrar los poros ya limpios.* (Fonte: <http://www.mujerhoy.com/belleza/blog-total-beauty/belleza-tiene-precio-carro-710379012013.html>).

“# Máscara de limpeza para controlar brilhos Efeitos cosméticos: Eliminar o excesso de oleosidade, cravos e fechar os poros abertos Como: Você ferve uma batata e depois a esmaga enquanto adiciona miolo de pão embebido em leite. À mistura, adiciona-se o suco de meio limão e quando a textura ficar como uma pomada aplicar sobre o rosto e deixá-la agir por uns 20 minutos. Enxaguar com bastante água fria, o que ajuda a fechar os poros já limpos.”

- (9) *De este modo, cuando haya 7 mensajeros por cada administrativo - recepcionista o telefonista - la AFIP establece un mínimo de 10 dependientes para el servicio. # Y, cuando no resulte posible establecer la cantidad de estos empleados, el fisco aplicará el indicador de 10 trabajadores por*

cada 24 metros cuadrados de el establecimiento o inmueble donde se desarrolla la actividad. (Fonte: <http://www.iprofesional.com/notas/174825-La-AFIP-estableci-los-empleados-que-deben-tener-las-firmas-que-presten-servicios-de-mensajera>).

“Desta forma, quando houver 7 messageiros para cada administrativo—repcionista ou telefonista—a AFIP estabelece um mínimo de 10 funcionários para o serviço. # **E, quando** não for possível estabelecer o número desses empregados, a Fazenda aplicará o indicador de 10 trabalhadores para cada 24 metros quadrados do estabelecimento ou imóvel onde é exercida a atividade.”

- (10) # “¿Por qué nos han forzado a cerrar los bancos? Para infundir miedo en la gente. **Y cuando** se trata de extender el terror, a ese fenómeno se le llama terrorismo”, declaró. (Fonte: <http://www.univision.com/noticias/grecia-en-vilo-vive-una-jornada-de-reflexion-en-visperas-del-referendo>).

“# “Por que nos forçaram a fechar os bancos? Para incutir medo nas pessoas. **E quando** se trata de espalhar o terror, a esse fenômeno se chama terrorismo”, declarou.”).

No dado (8)¹³, o uso dos conectores sob análise ocorre em um contexto de incitação à ação, em que se explica como se faz e como se usa determinada máscara de limpeza facial. As etapas de produção e aplicação da mistura são apresentadas de maneira sequencial, temporalmente situadas e, por isso, requerem o uso do [y] (“[e]”) e do [cuando] (“[quando]”). O uso desses conectores em contexto não narrativo aponta para ações que precisam ser executadas na mesma ordem em que são apresentadas, sob pena de não se produzirem os efeitos estéticos desejados. Nesse contexto de maior intersubjetividade, o leitor é convidado a reinterpretar os elementos como sequenciadores não narrativos.

Em (9) e (10), percebemos que os segmentos iniciados por [[Y] (,) [cuando]] (“[E] (,) [quando]”) vêm precedidos de ponto. Como bem lembra Dahlet (2006), esse sinal costuma marcar uma totalização inferencial, embora haja casos em que o ponto anuncia a finalização do período sem marcar essa completude. Segundo a autora, “(...) o ponto anuncia uma totalização inferencial que se desmente *retroativamente* como totalização, pelo fato de que se acrescenta, à direita do sinal, um segmento que se liga sintática e semanticamente à informação que precede” (Dahlet, 2006, p. 251, *itálico da autora*). Nos dados em questão, as coordenadas iniciadas por [Y] (“[E]”), embora não vinculadas sintaticamente a outra oração, mostram dependência semântica, pois acrescentam uma informação vinculada ao que já foi apresentado.

No dado (9), a frase iniciada por [[Y] , [cuando]] (“[[E] , [quando]]”) denota uma mudança de perspectiva, em polaridade oposta à inicial, apresentando o cenário em que não é possível estabelecer um número mínimo de funcionários para determinada atividade. Percebemos, dessa forma, uma leitura de contraste e, especificamente relacionado ao [cuando] (“[quando]”), uma leitura condicional. Note-se que os valores puramente temporais e sequenciativos dão lugar a valores mais abstratos, relacionados à descrição de diversos aspectos de uma mesma situação. Embora, nesse estágio, ainda não se possa postular um conector

¹³ Embora se possa argumentar que a ausência de vírgula se trata de um mero “erro” gramatical, é de se notar que, como discutimos no início desta seção de análise, parte substancial (90,17%) dos dados mostrou ausência de vírgula entre os conectores. E esses usos tornam-se ainda mais curiosos quando acontecem em um contexto de língua escrita e em um *corpus* cujos dados são extraídos de jornais e revistas digitais hispânicos, que costumam contar com equipes de revisão. Com Dahlet (2006), defendemos um uso pragmático-discursivo dos sinais de pontuação.

[y *cuando*] (“[e quando]”), não podemos negar as alterações formais e semânticas pelas quais passam os elementos de maneira isolada. Como o leitor ainda consegue decodificar o significado dos itens de maneira isolada (Traugott; Trousdale, 2013, 2021), a leitura do [[Y], [*cuando*]] (“[[E], [quando]”) continua mais composicional, já que exige uma interpretação de cada elemento, mesmo semanticamente modificados pelo contexto, de maneira individual.

Em (10), torna-se difícil recuperar a oração assindética (em termos tradicionais) a que se ligue a oração com [Y] (“[E]”). Por isso, esse elemento parece exercer uma função mais discursiva (Camacho, 1999; Di Tullio, Malcuori, 2012), desenvolvendo um tópico recentemente instaurado. A nova frase iniciada por [[Y] [*cuando*]] (“[[E] [quando]”) atua em contexto de desenvolvimento de tópico novo: o assunto “infundir medo”, que acaba de ser iniciado na porção oracional anterior, é desenvolvido em um novo ato de fala, com valor extremamente enfático. Sobressai, nesse caso, o ponto de vista subjetivo do autor, conferindo maior peso argumentativo a seu comentário. Para Dahlet (2006), a intenção argumentativa da inserção do ponto torna-se mais clara quando a segunda informação é dotada de maior peso comunicativo. E esse parece ser o caso.

Também no estágio contextual crítico, aparecem situações nas quais a coordenada que o [y] (“[e]”) deveria encabeçar parece não ser mais necessária:

- (11) # *Y cómo se le gana a este Madrid, ¿teniendo más el balón que ellos? Hemos visto en los últimos partidos que cuanto más tenemos el balón, más controlado parece que tengamos el partido y el rival sufre más porque tiene que correr más. Y a un rival como el Real Madrid, creo que le podemos hacer daño si no tiene el balón. Pero vigilando también mucho las contras y cuando ellos tengan la posesión porque si te cazan pueden marcar te fácil.* (Fonte: <http://www.sport.es/es/noticias/barca/bartra-firmo-barca-borussia-final-champions-5416260>).

“# E como vencer esse time do Madrid, tendo mais posse de bola que eles? Vimos nos últimos jogos que quanto mais temos a bola, mais controlado parece que temos o jogo e o adversário sofre mais porque tem que correr mais. E contra um rival como o Real Madrid, penso que podemos prejudicá-lo se não tiver a bola. Mas vigiando também muito os contra-atacantes **e quando** eles tiverem a posse de bola porque se te caçarem, podem te marcar facilmente.”

- (12) # *señores de “cambiemos” cual es el plan economico, cuando lo presentan? Sr, presidente cuando va a retrotraer los precios de los alimentos a el mes de Noviembre como prometio en el mes de Enero?...y cuando le va a dar a los Jubilados el 82% que prometio en la campaña electoral y cuando va a terminar con el impuesto a las ganancias para los trabajadores, segun su promesa en el spot de setiembre de 2015??? Presidente piensa hacer algo de todo lo que nos prometio o simplemente copio a su antecesor ideologico el Dr. Menem??? (Fonte: <http://fortunaweb.com.ar/2016-03-05-174763-segunda-ola-de-remarcaciones-tras-el-pico-del-dolar-en-16/>).*

“# senhores do “vamos mudar” qual é o plano econômico, quando vão apresentá-lo? Senhor presidente, quando vai baixar os preços dos alimentos ao mês de Novembro como prometeu no mês de Janeiro?...**e quando** vai dar aos aposentados os 82% que prometeu na campanha eleitoral **e quando** vai acabar com o imposto de renda dos trabalhadores, conforme sua promessa no anúncio de setembro de 2015??? O Presidente planeja fazer algo em relação a tudo o que nos prometeu ou simplesmente copiou o seu antecessor ideológico, Dr. Menem???)”

- (13) # *La frase épica de ayer fue, no hay helicópteros ahora en Ibiza, porque no es época.... Alucinante!!!! y cuando es época de incendios?, que triste.... espero que sirva de experiencia.* (Fonte: <https://periodicodeibiza.es/pitiusas/local/2017/03/07/252916/helicoptero-ibiza.html>).
 “# A frase épica de ontem foi, não há helicópteros agora em Ibiza, porque não é época.... Incrível!!!! **e quando** é época de incêndios?, que triste... espero que sirva de experiência.”

O dado (11) é ambíguo no sentido de não se saber se o [y] (“[e]”) coordena o termo *las contras* (“os contra-atacantes”) e a oração temporal ou se há coordenação com verbo implícito: *Pero vigilando también mucho las contras y [vigilando] cuando ellos tengan la posesión* (“Mas vigiando também muito os contra-atacantes e [vigilando] quando eles tiverem a posse de bola”). No dado (12), o [y] (“[e]”) inicia, juntamente como [cuando] (“[quando]”) em contexto interrogativo, novos atos de fala, com função interrogativa, apontando para um valor mais adverbial do que conjuncional (Bello, 1995; Alarcos Llorach, 2000) desses elementos. Nesse sentido, o valor de sequenciação temporal é esvaziado em lugar de outro, mais argumentativo e (inter)subjetivo (Traugott; Dasher, 2002), já que atuam em contexto de diálogo e de confrontação: a repetição estilística (Bello, 1995) dos itens em cada nova pergunta denota a indignação do cidadão em suas várias reivindicações e convoca o presidente a uma ação efetiva. O grau de (inter)subjetividade crescente nesses usos também chega a casos como em (13), em que não há mais uma enumeração de perguntas que valide a existência de um [y] (“[e]”), que parece atuar mais como um marcador discursivo. Novamente, notamos sutis alterações nos usos e contextos do [y] (“[e]”) e do [cuando] (“[quando]”) que vão apontando para uma maior integração entre eles.

Em nossos dados, o grau mais alto de integração e de intersubjetividade aponta para um contexto isolado nos usos de [y] (“[e]”) e [cuando] (“[quando]”). No dado (14), temos uma sinalização de possível formação da construção conectora aditivo-temporal avaliativa [*y cuando*] (“[e quando]”):

- (14) *Estaba claro. El tiro que todos sentimos. La bala que tenía que llegar al número uno. Y es que aunque hayan pasado 70 años desde que se disparó por primera vez, la muerte (de nuevo, fuera de pantalla) de la madre de Bambi es un puñetazo rastrero. La reacción del cervatillo, otro. Y cuando ya estábamos noqueados.* (Fonte: <https://es.ign.com/movies/77759/feature/top-10-momentos-oscuras-de-disney-y-pixar>).
 “Estava claro. O tiro que todos sentimos. A bala que tinha que chegar ao número um. E é que embora já tenham se passado 70 anos desde que se disparou pela primeira vez, a morte (de novo, fora da tela) da mãe de Bambi é um golpe devastador. A reação do cervinho, outro. **E quando** já estávamos nocauteados.”

Em (14), a cláusula [*y cuando ya estábamos noqueados*] (“[E quando já estávamos nocauteados]”) já não tem uma contraparte coordenada, mas funciona como um realce a [*La reacción del cervatillo (es) otro (puñetazo rastrero)*] (“[A reação do cervinho (é) outro (golpe devastador)]”). Ou seja, o que se quer dizer é que, justamente quando os espectadores do filme já estavam em choque com a morte da mãe do personagem, a reação do pequeno cervo é outra grande comoção na história, enfatizando-se a (inter)subjetividade. Nesse dado, o [*y cuando*] (“[e quando]”) introduz uma oração temporal com valor de “justamente, exatamente

em determinado momento”, acrescentando uma circunstância temporal, em que se pretende realçar ainda mais a comoção do leitor.

Por outro lado, a integração entre [y] (“[e]”) e *cuando* (“[quando]”) em (14) ainda não é total, no sentido de ainda ser possível a inserção de elementos entre eles ([Y *justamente*] *cuando ya estábamos noqueados*) (“[E *justamente*] quando já estávamos nocauteados”) e a impossibilidade de intercalar a oração ([**la reacción del cervatillo, y cuando ya estábamos noqueados, [es] outro puñetazo rastrero*]) (“[*a reação do cervinho, e quando já estávamos nocauteados, [é] outro golpe devastador]”). Nesse último caso, isso talvez se dê pelo fato de que o [y] (“[e]”) ainda resguarda seus valores de introdutor de nova cadeia, sendo preferido em contextos em que a oração está às margens do período, preferencialmente, a posposição. Ou seja, como ainda são parcialmente analisáveis, os elementos em questão ainda apresentam certo grau de composicionalidade, no sentido de que o significado do novo conector articula valores aditivos e temporais, mas não se restringe a eles, denotando, também, avaliação (inter)subjativa. Por outro lado, esse grau mais baixo de composicionalidade que nos outros contextos pode resultar em mudança com o passar do tempo, no nível microconstrucional (Traugott; Trousdale, 2013, 2021).

Por fim, percebemos que, apesar da multiplicidade de *types* envolvidos nos contextos de uso de [[y] *cuando*] (“[[e] [quando]]”), a formação de um novo conector complexo a partir deles parece ser uma mudança ainda muito recente em Língua Espanhola, principalmente em seu registro escrito. Por esse motivo, ainda é de baixa produtividade e relativamente composicional o uso [y *cuando*]_{conec} (“[e quando]”_{conec}), como em (14), em contextos de escrita. Por isso, não se pode ainda argumentar em torno de uma esquematicidade que envolva esses itens, o que pode ser verificado em pesquisas futuras, especialmente focando-se nos contextos de oralidade.

Em resumo, o quadro 3, a seguir, sintetiza os usos de [y] (“[e]”) e *cuando* (“[quando]”) analisados neste artigo:

Quadro 3 – usos de [y] (“[e]”) e *cuando* (“[quando]”)

[y] _{adit} [cuando] _{temp}	[[y][cuando]] _{seq}	[y cuando] _{conec}	[[y] [cuando]] _{md}
	[[y][cuando]] _{seq narr}	[[y] [cuando]] _{aval}	
	[[y][cuando]] _{seq desc}		
Texto e tempo	Texto		
Relativamente objetivo		Subjetivo	(Inter)subjetivo
Dimensão argumentativa			

Fonte: elaborado pelos autores.

No primeiro uso ([y]_{adit} [cuando]_{temp}), ilustrado no dado (5) e em sua respectiva análise, os conectores ainda resguardam composicionalmente seus valores de adição (dimensão textual) e tempo, operando num eixo relativamente mais objetivo. Em outro uso ([[y][cuando]]_{seq}), os elementos atuam em função sequenciativa, que se divide em sequenciação narrativa e sequenciação descritiva. Por isso, atuam em dimensão mais textual e ainda com relativa objetividade, como visto na discussão dos dados (6) e (7). Caminhando para o polo de maior subjetividade, encontramos o uso de [y cuando]_{conec} ilustrado na exposição e análise do dado (14). Já o padrão [[y] [cuando]]_{md} destaca-se por apresentar maior (inter)subjetividade, como ilustrado no dado e na análise de (13).

7 Considerações finais

Neste trabalho, analisamos os contextos de uso (Diewald, 2002, 2006) dos conectores [y] (“[e]”) e [cuando] (“[quando]”), no espanhol escrito, sob o viés teórico da Linguística Funcional Centrada no Uso (LFCU) (Furtado da Cunha; Bispo; Silva, 2013; Rosário; Oliveira, 2016; Rosário, 2022a). Tendo em vista analisar os distintos graus de integração desses elementos, foram coletadas cem ocorrências desses elementos em adjacência, observando os valores formais e funcionais resultantes dos contextos em que ocorrem.

A análise dos dados mostrou que os usos de [[y] [cuando]] (“[[e] [quando]]”) se dão em diferentes contextos, desde aqueles em que há maior analisabilidade e composicionalidade entre os itens até aqueles em que esses parâmetros mostram redução de grau e possibilidade de formação de um novo *chunk*, o [y cuando]_{conec} (“[e quando]_{conec}”). Quanto à produtividade, embora o novo conector resultante dessa união seja pouco frequente na escrita, os usos sem segmentação entre [y] (“[e]”) e [cuando] (“[quando]”) são abundantes (90,17%), em maior quantidade do que aqueles com segmentação (9,83%).

Quanto aos estágios contextuais, percebemos que, nos usos mais autônomos, esses elementos introduzem um acréscimo de informação temporal. Já nos níveis seguintes, há alterações formais e funcionais, que, atuando individualmente ou não, denotam mudanças semântico-pragmáticas em seus usos. Essas mudanças são explicadas, principalmente, por pressões relativas às inferências e implicaturas (Traugott; König, 1991; Heine; Claudi; Hünemeyer, 1991) sugeridas pelos escritores e aos distintos graus de (inter)subjetividade que as formas revelam (Traugott; Dasher, 2002).

Embora a hipótese de trabalho tenha sido confirmada no que tange aos micropassos de mudança, à atuação de processos cognitivos e à ampliação dos contextos de uso, concluímos que ainda não podemos postular a plena construcionalização de [y cuando]_{conec} (“[e quando]_{conec}”) como membro da rede dos conectores hipotáticos temporais em todos os contextos, tendo em vista suas restrições formais, seu grau de relativa composicionalidade e baixa produtividade. Pesquisas futuras, principalmente analisando os contextos orais, podem trazer resultados em que as discussões sobre a produtividade e esquematicidade desse novo conector possam ser mais aprofundadas.

Declaração de autoria

Os autores trabalharam em conjunto no desenvolvimento das seções do texto. Como o trabalho é fruto de um estágio pós-doutoral do prof. Sávio Cavalcante e supervisionado pelo prof. Valdecy Pontes, o olhar analítico de ambos percorre a produção.

Referências

ADAM, J-M. *Textos: tipos e protótipos*. Tradução de Mônica Cavalcante *et al.* São Paulo: Contexto, 2019.

- ALARCOS LLORACH, E. *Gramática de la lengua española*. 2. reimpr. Real Academia Española, Madrid: Espasa Calpe, 2000.
- BARRENECHEA, A. M. Problemas semánticos de la coordinación. *Estudios lingüísticos y dialectológicos*, Buenos Aires, Hachette Universidad, p. 7-8, 1979.
- BELLO, A. *Gramática de la lengua castellana destinada al uso de los americanos*. Caracas: La Casa de Bello, 1995.
- BYBEE, J. *Frequency of use and the organization of language*. New York: Oxford University Press, 2007.
- BYBEE, J. *Language, usage and cognition*. Cambridge: CUP, 2010.
- BYBEE, J. *Língua, uso e cognição*. Tradução de Maria Angélica Furtado da Cunha e Revisão Técnica de Sebastião Carlos Leite Gonçalves. São Paulo: Cortez, 2016.
- BYBEE, J.; PERKINS, R.; PAGLIUCA, W. *The evolution of Grammar: Tense, Aspect and Modality in the Languages of the World*. Chicago: University of Chicago Press, 1994.
- CAMACHO, J. La coordinación. In: BOSQUE MUÑOZ, I.; DEMONTE BARRETO, V. *Gramática descriptiva de la lengua española* – tomo 2: las construcciones sintácticas fundamentales – relaciones temporales, aspectuales y modales. Espasa Calpe, S. A., Madrid, 1999. p. 2635-2694.
- CAVALCANTE, M.; BRITO, M. A. P. et al. *Linguística Textual: conceitos e aplicações*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2022.
- CAVALCANTE, S. A. de S. *Efeitos prototípicos da intercalação de Cláusulas Hipotáticas Circunstanciais Temporais no Espanhol mexicano oral*. 2020. Tese (Doutorado em Linguística) – Centro de Humanidades, Programa de pós-graduação em Linguística, Universidade Federal Ceará, Fortaleza, 2020. Disponível em: http://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/51477/1/2020_tese_sascavalcante.pdf. Acesso em: 26 ago. 2021.
- CAVALCANTE, S. Elementos para uma perspectiva Funcional-Textual. In: ALONSO, Karen Sampaio B. et al. (Orgs.). *Caderno dos resumos do XXVII Seminário do Grupo de Estudos Discurso & Gramática e do XIV Seminário Internacional do Grupo de Estudos Discurso & Gramática*. São Gonçalo-RJ: Selo editorial LABLETRAS-UERJ, 2024. p. 13. Disponível em: <https://discursoegramaticablog.wordpress.com/seminarios/seminario-2024/caderno-de-resumos/>. Acesso em: 16 jan. 2024.
- CAVALCANTE, S. : COAN, M. Um mapeamento funcional das cláusulas temporais: variação, processamento e codificação. *Intertexto*, [S.l.], v. 14, n. 1, p. 117-145, set. 2021. Disponível em: <http://seer.uftm.edu.br/revistaeletronica/index.php/intertexto/article/view/4834>. Acesso em: 05 mar. 2024.
- CAVALCANTE, S.; COAN, M. Escalaridade e prototipia no domínio da intercalação: o caso das Cláusulas Hipotáticas Circunstanciais Temporais no Espanhol mexicano oral. *Linguística*, Montevideo, v. 38, n. 1, p. 29-46, jun. 2022. Disponível em: <http://www.scielo.edu.uy/pdf/ling/v38n1/2079-312X-ling-38-01-29.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2025.
- CROFT, W. *Radical construction grammar: syntactic theory in typological perspective*. Oxford: Oxford University Press, 2001.
- CUENCA, M. J. Los conectores parentéticos como categoría gramatical. *LEA*, España, v. 23, n. 2, p. 211-235, 2001.
- DAHLET, V. *As (man)obras da pontuação: usos e significações*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.

- DAVIES, M. *Corpus del Español: NOW*. (2012-2019). Disponível em: <https://www.corpusdelespanol.org/now/>.
- DIEWALD, G. A model for relevant types of contexts in grammaticalization. In: WISCHER, I.; DIEWALD, G. (eds.). *New reflections on grammaticalization*. Amsterdam: John Benjamins, 2002. p. 103-120.
- DIEWALD, G. Context types in grammaticalization as constructions. *Constructions*, v. 1, n. 9, Special, Vol. 1, Constructions all over: case studies and theoretical implications, 2006, p. 1-29.
- DI TULLIO, Á. *Manual de gramática del español - Desarrollos teóricos. Ejercicios. Soluciones*. Buenos Aires: Edicial, 1997.
- DI TULLIO, Á.; MALCUORI, M. *Gramática del español para maestros y profesores del Uruguay*. Montevideo: ANEP. ProLEE, 2012.
- FURTADO DA CUNHA, M. A.; BISPO, E. B.; SILVA, J. R. Linguística funcional centrada no uso: conceitos básicos e categorias analíticas. In: CEZARIO, M. M.; FURTADO DA CUNHA, M. A. (org.). *Linguística centrada no uso: uma homenagem a Mário Martelotta*. Rio de Janeiro: Mauad X/FAPERJ, 2013. p. 13-39.
- GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- GILI GAYA, S. *Curso Superior de Sintaxis Española*. Barcelona: Bibliograf, S.A., 2000.
- GOLDBERG, A. *Constructions: a construction approach to argument structure*. Chicago: The University of Chicago Press, 1995.
- GÓMEZ TORREGO, L. *Gramática didáctica del español*. São Paulo: Edições SM, 2011.
- HEINE, B.; CLAUDI, U.; HÜNNEMEYER, F. *Grammaticalization: A conceptual Framework*. Chicago: University of Chicago Press, 1991.
- HILPERT, M. *Construction Grammar and its Application to English*. Edinburgh: Edinburgh University Press Ltd., 2014.
- HIMMELMANN, N. Lexicalization and grammaticalization: opposite or orthogonal? In: BISANG, W. et al. (Ed.). *What makes grammaticalization?* Berlin: Mouton de Gruyter, 2004. p. 21-42.
- HOPPER, P.; TRAUGOTT, E. C. *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- HOUAISS, A.; VILLAR, M. de S. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- INDURÁIN PONS, J. (Ed.). *Sintaxis – Lengua Española*. Barcelona: Larousse EDITORIAL, S. L., 2011.
- LACERDA, Patrícia Fabiane Amaral da Cunha; DALL'ORTO, Lauriê Ferreira Martins. Uso do software Antconc na análise de dados do uso. In: ROSÁRIO, Ivo da Costa do (Org.). *Metodologia da pesquisa funcionalista*. Porto Velho, RO: Edufro, 2023. p. 121-136.
- LACERDA, P. F. A. da C.; OLIVEIRA, N. F. de. Abordagem construcionista na gramaticalização: perspectivas e contribuições. In: OLIVEIRA, M. R. de; ROSÁRIO, I. da C. do. (orgs.). *Linguística Centrada no Uso – teoria e método*. Rio de Janeiro: Lamparina, FAPERJ, 2015. p. 51-62.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. *Metodologia do trabalho científico*. 4. ed. rev. ampl. São Paulo: Atlas: 1992.

- LIMA-HERNANDES, M. C. Estágios de gramaticalização da noção de tempo – processos de combinação de orações. *Veredas*, Juiz de Fora, v. 8, n.1 e n. 2, p. 183-194, jan./dez. 2004. Disponível em: <https://www.ufjf.br/revistaveredas/files/2009/12/cap12.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2020.
- LÓPEZ GARCÍA, Á. *Gramática del Español* – I. La Oración Compuesta. Madrid: Editorial ARCO LIBROS, 1994.
- MANN, W. C.; TABOADA, M. *RST Web Site*. 2005-2024. Disponível em: <https://www.sfu.ca/rst/01intro/definitions.html>. Acesso em: 21 fev. 2024.
- MASIP, V. *Gramática Española para Brasileños: Fonología y Fonética, Ortografía, Morfosintaxis*. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.
- MATTE BON, F. *Gramática comunicativa del español* – Tomo II – De la idea a la lengua. Madrid: Difusión, 1992.
- NEVES, M. H. de M. *A gramática do português revelada em textos*. São Paulo, SP: Editora Unesp, 2018.
- OLIVEIRA, M. R. O afixoide “lá” em construções do português – perspectivização espacial e (inter) subjetificação. *Revista Linguística*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 109-129, jan./abr. 2018. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rl/article/view/14911>
- PAIVA, V. L. M. de O. e. *Manual de pesquisa em estudos linguísticos*. São Paulo: Parábola, 2019.
- REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. *Nueva gramática de la lengua española: manual*. Madrid: Asociación de Academias de La Lengua Española, 2010. 993 p.
- RODRÍGUEZ RAMALLE, T. M. *Manual de sintaxis del Español*. Madrid: Editorial Castalia, 2005.
- ROSÁRIO, I. da C. (Org.). *Introdução à Linguística Funcional Centrada no Uso: teoria, método e aplicação*. Niterói – RJ: EdUFF, 2022a. Disponível em <https://www.eduff.com.br/produto/introducao-a-linguistica-funcional-centrada-no-uso-680>
- ROSÁRIO, I. da C. do. Esquema [X de]conect em língua portuguesa: uma análise funcional centrada no uso. *Matraga*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 56, p. 362-378, 2022b.
- ROSÁRIO, I. da C. do; OLIVEIRA, M. R. de. Funcionalismo e abordagem construcional da gramática. *Alfa*, São Paulo, v. 60, n. 2, p. 233-259, 2016.
- SARDINHA, T. B. *Linguística de corpus*. Barueri, SP: Manole, 2004.
- SECO, R. *Manual de Gramática Española*. 11. Ed. Madrid: Aguilar, 1996.
- TRAUGOTT, E.; DASHER, R. *Regularity in semantic change*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.
- TRAUGOTT, E. C.; KÖNIG, E. The semantics-pragmatics of grammaticalization revisited. In: TRAUGOTT, E. C.; HEINE, B. (eds.). *Approaches to Grammaticalization*. Amsterdã: Benjamins, 1991. p. 189-218.
- TRAUGOTT, E. C.; TROUSDALE, G. *Constructionalization and constructional changes*. Oxford: Oxford University Press, 2013.
- TRAUGOTT, E. C.; TROUSDALE, G. *Construcionalização e mudanças construcionais*. Tradução de Taísa Peres de Oliveira e Angélica Furtado da Cunha. Petrópolis, RJ: Vozes, 2021.

Y. *In*: Diccionario de la lengua española. Real Academia Española, 2023. Disponível em: <https://dle.rae.es/y>. Acesso em: 05 mar. 2023.

Verdade semântica e engano pragmático: perspectivas linguísticas sobre desinformação

Semantic truth and pragmatic deception: linguistic perspectives on misinformation

Angélica Andersen

Universidade Federal do Paraná (UFPR)
Curitiba | PR | BR
angelica.andersen@ufpr.br
<https://orcid.org/0000-0003-3365-5727>

Teresa Cristina Wachowicz

Universidade Federal do Paraná (UFPR)
Curitiba | PR | BR
tecacw@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0003-2917-4031>

Resumo: A disseminação da desinformação por meio das plataformas de mídia social representa uma grave ameaça às sociedades democráticas. Este artigo aborda como as propriedades da cognição e da comunicação humanas são exploradas estrategicamente pela desinformação. Do ponto de vista da cognição, abordaremos vertentes teóricas que fundamentam a evolução da linguagem, tanto racionalista (Chomsky, 2010, 2013, 2016), quanto funcionalista (Reboul, 2017), derivando na abordagem da vigilância epistêmica (Sperber *et al.*, 2010; Sperber; Mercier, 2017). A análise resulta numa concepção de cognição que opera na comunicação com vulnerabilidades ao uso dominador em ambientes de comunicação em massa, burlando a vigilância epistêmica. Para sustentar essa hipótese, do ponto de vista da comunicação, exploraremos fenômenos, tanto retórico-pragmáticos (Perelman; Olbrechts-Tyteca, 1996) quanto semântico-gramaticais (Carlson, 2011) a fim de fundamentar a materialidade linguística da manipulação do discurso de desinformação.

Palavras-chave: semântica; pragmática; desinformação; vigilância epistêmica; evolução da linguagem.

Abstract: The spread of misinformation through social media platforms seriously threatens democratic societies. This article discusses how the features of human cognition and communication are strategically harnessed by misinformation. From the perspective of cognition, we address theoretical strands that underpin the evolution of language, both rationalist (Chomsky, 2010, 2013, 2016) and functionalist (Reboul, 2017), leading to the epistemic vigilance approach (Sperber *et*



al., 2010; Sperber; Mercier, 2017). The analysis reveals a conception of cognition that operates in communication with vulnerabilities to domineering use in mass communication environments, bypassing epistemic vigilance. To support this hypothesis, from a communication point of view, we will examine both rhetorical-pragmatic (Perelman; Olbrechts-Tyteca, 1996) and semantic-grammatical phenomena (Carlson, 2011) to substantiate the linguistic materiality of the manipulation in disinformation discourse.

Keywords: semantics; pragmatics; disinformation; epistemic vigilance; language evolution.

1 Introdução

A disseminação de desinformação é um fenômeno complexo que tem sido amplificado pelas plataformas digitais. À medida que essas tecnologias se tornaram onipresentes em nossas vidas, elas também criaram oportunidades para a propagação de informações enganosas, falsas ou distorcidas. A grande questão que norteia a nossa análise é: Por que o conteúdo enganoso prospera on-line? Este artigo defende a hipótese de que as arquiteturas das mídias sociais exploram estrategicamente aspectos universais da cognição e da linguagem humanas. As teorias da evolução da linguagem nos trazem substratos importantes para tratarmos das operações cognitivas e sociais que estão nesse jogo manipulador. De outro lado, há aspectos linguísticos da desinformação que sustentam um paradoxo: os textos figuram em um ambiente digital de abundância informativa, mas suas estruturas revelam uma semântica pouco referencial ou específica, resultando em escassez de conteúdo relevante.

A área teórica das hipóteses sobre a evolução da linguagem não é um terreno consensual. Há, de um lado, teorias que concebem o surgimento da comunicação verbal humana em uma perspectiva racionalista, em que pensamento e linguagem, por princípio, coexistem e advieram paralelos na evolução do comportamento humano. Mais do que transformações socialmente adaptativas, mutações genéticas levaram o ser humano à habilidade de combinar recursivamente sons para a expressão em palavras e frases (Chomsky, 2010, 2013, 2016). Logo, a linguagem surge inicialmente como um sistema interno de pensamento estruturado (competência) para posteriormente atender a necessidades comunicativas (desempenho). Uma dessas necessidades comunicativas é a vigilância sobre a manipulação, um conceito que engloba mecanismos cognitivos e sociais desenvolvidos para monitorar a confiabilidade das informações recebidas e proteger contra enganos ou desinformação. Essa vigilância, que pode ser entendida tanto em termos epistêmicos (Sperber *et al.*, 2010) quanto sociais (Shieber, 2023), evoluiu paralelamente às nossas habilidades comunicativas como uma adaptação crucial para navegar as complexidades da interação humana e da transmissão de conhecimento.

Mas há também teorias que concebem o surgimento da linguagem como uma externalização do pensamento para fins de subsistência. Contextos de mudança provocariam

então a necessidade de os humanos engendram esforços verbais para fins de comunicação (Reboul, 2017). A literatura nomeia essa vertente de ‘funcionalista’. Um dos componentes inerentes a esse comportamento é o viés manipulador, uma vez que a linguagem externalizada possibilitaria a persuasão e o jogo estratégico para ganho pessoal, mesmo que limitado pelo objetivo compartilhado de sobrevivência do grupo.

Independentemente da perspectiva adotada, ambas as teorias reconhecem o caráter manipulador da linguagem humana, que teria evoluído não apenas para a transmissão precisa de informações, mas também para a influência e a obtenção de vantagens individuais ou coletivas. Essa natureza manipuladora da linguagem levou ao desenvolvimento de mecanismos de vigilância epistêmica, conforme proposto por Sperber et al. (2010). Esses mecanismos, que são tanto cognitivos quanto sociais, atuam como salvaguardas contra a desinformação, filtrando informações não confiáveis e protegendo os indivíduos e grupos sociais contra os perigos da comunicação não verificada. Especificamente, a vigilância epistêmica opera em três níveis principais: (1) avaliação da competência do comunicador, (2) avaliação da honestidade ou benevolência do comunicador, e (3) avaliação da plausibilidade da própria informação. Esses processos envolvem habilidades cognitivas complexas, como a teoria da mente¹ e o raciocínio inferencial, bem como mecanismos sociais, como a reputação e a confiança interpessoal. No entanto, as estratégias linguísticas empregadas na disseminação de desinformação parecem driblar a vigilância epistêmica, explorando características particulares desses mecanismos cognitivos e sociais, como o viés de confirmação², a heurística de disponibilidade³ e pressões de conformidade social⁴.

Hoje, os enunciados digitais transmitem conteúdo implícito além do significado literal, permitindo que atos de fala indiretos contornem as condições de verdade por meio de inferências pragmáticas (Reboul, 2021). Por exemplo, uma postagem em redes sociais afirmando “*O clima sempre mudou naturalmente ao longo da história da Terra. O que estamos vendo agora não é diferente*”. Embora tecnicamente verdadeiro (que o clima mudou no passado), este enunciado omite o ritmo e a magnitude sem precedentes das mudanças atuais. Ele explora a

¹ Teoria da mente refere-se à capacidade cognitiva de atribuir estados mentais (como crenças, desejos, intenções e emoções) a si mesmo e aos outros, permitindo compreender e prever comportamentos. Esta habilidade é fundamental para a interação social e desenvolve-se ao longo da infância, possibilitando que os indivíduos interpretem e respondam adequadamente às ações e intenções alheias (Bosco; Tirassa; Gabbatore, 2018).

² Viés de confirmação refere-se à tendência de buscar, interpretar e lembrar informações que confirmam crenças ou hipóteses pré-existentes, enquanto se ignora ou desvaloriza informações contraditórias. Esse viés cognitivo leva as pessoas a favorecerem evidências que apoiam suas opiniões, mesmo quando confrontadas com dados que as refutam (Nickerson, 1998).

³ Heurística de disponibilidade designa um atalho mental que se baseia em exemplos imediatos que vêm à mente ao avaliar um tópico ou tomar uma decisão. As pessoas tendem a julgar a probabilidade ou frequência de um evento com base na facilidade com que podem se lembrar de exemplos semelhantes, muitas vezes superestimando a importância de informações recentes ou emocionalmente impactantes (Tversky; Kahneman, 1973).

⁴ Pressão de conformidade social refere-se à influência exercida por grupos ou pela sociedade para que um indivíduo se ajuste a determinadas normas, valores e expectativas. Essa pressão pode levar as pessoas a modificarem seus comportamentos, opiniões ou decisões para se adequarem ao grupo, mesmo que isso contradiga suas próprias crenças ou julgamentos (Asch, 1951).

dificuldade das pessoas em compreender escalas de tempo geológicas e implica, sem afirmar diretamente, que as mudanças climáticas não têm influência humana.

Além disso, os espaços on-line separam o texto/imagem do contexto de base, ampliando o potencial de exploração pragmática. Sem gestos, entonação ou contextos compartilhados, os leitores não podem se valer de pistas extralinguísticas para interpretar significados implícitos. Um comentário como “*Que ótima ideia!*” em resposta a uma proposta política controversa pode ser sincero ou sarcástico. O anonimato também obscurece a identidade do falante, prejudicando as avaliações de credibilidade. Por exemplo, um indivíduo compartilhando informações sobre saúde pública pode ser um especialista ou um desinformador, dificultando a avaliação da confiabilidade da mensagem. Por fim, os algoritmos das plataformas de mídia social desempenham um papel crucial na maximização do engajamento e na exacerbção desses aspectos manipuladores, recomendando o (pseudo)conteúdo preferido pelo usuário com base em suas interações anteriores. Uma pessoa que frequentemente interage com conteúdo conspiratório tende a receber cada vez mais recomendações semelhantes, reforçando suas crenças. Essa retroalimentação cria bolhas de desinformação, onde narrativas distorcidas ou falsas são continuamente reforçadas e amplificadas.

No entanto, para além dos aspectos pragmáticos advindos da evolução da linguagem, podem ser verificados fenômenos mais restritamente linguísticos corresponsáveis pela manipulação. Expressões nominais no plural de semântica vaga (Carlson, 2011), por exemplo, como *algumas pessoas dizem*, implicam consenso sem evidências. Do ponto de vista retórico, a linguagem emotiva igualmente estimula intuições divorciadas da razão e a sátira introduz ideias sob o disfarce do humor e da negação. Esses atos de fala indiretos obscurecem as fronteiras da veracidade, apresentando informações enfraquecidas de forma seletiva para incentivar suposições injustificadas. A transmissão on-line amplifica isso, propagando significados implícitos de forma viral sem sinalizar a intenção retórica.

Portanto, a desinformação parece tirar proveito de uma confluência de fatores linguísticos, cognitivos e tecnológicos. Do ponto de vista linguístico, ela se sustenta em estruturas retóricas e gramaticais que favorecem a ambiguidade, a vagueza e a falta de referencialidade semântica. Na esfera cognitiva, a desinformação explora mecanismos complexos que são objeto de debate interdisciplinar quanto à sua origem e natureza. Esses mecanismos incluem a tendência a aceitar narrativas emocionalmente envolventes e a dificuldade em avaliar criticamente informações congruentes com crenças pré-existentes. O debate sobre a origem desses vieses cognitivos envolve perspectivas diversas, desde adaptações evolutivas até influências socioculturais e processos de aprendizagem, refletindo a complexidade do fenômeno (Haselton; Nettle; Andrews, 2015; Pennycook *et al.*, 2021; Sperber; Mercier, 2017; Zimmer *et al.*, 2019). E, finalmente, no âmbito tecnológico, as arquiteturas das mídias sociais potencializam esses efeitos ao remover pistas contextuais, permitir o anonimato e impulsionar o engajamento com conteúdo polarizante e sensacionalista por meio de algoritmos de recomendação.

O artigo está organizado da seguinte forma: a seção 2 apresenta o panorama teórico das hipóteses sobre a evolução da linguagem, que reforçam o seu caráter eminentemente manipulador. Na seção 3, a vigilância nas interações comunicativas ganha complexidade conceitual através das abordagens epistêmica e social. A seção 4, por sua vez, propõe a análise essencialmente linguística para a manipulação fundamentada na evolução e numa vigilância pragmática, que combina os aspectos epistêmicos e sociais.

2 Da cognição à comunicação: como a evolução da linguagem elucida nossa vulnerabilidade à desinformação

Especulações relacionadas à origem e à evolução das línguas têm ocupado um lugar importante na pesquisa científica através da história. Ao longo dos séculos, muitas teorias foram propostas, e praticamente todas foram contestadas, rejeitadas ou ridicularizadas. Em virtude disso, em 1866, a Sociedade Linguística de Paris tomou a notória decisão de proibir qualquer discussão sobre as origens da linguagem. Entretanto, teorias sobre o tema reemergiram nos anos de 1970. A maioria dos estudos concorda que a linguagem é, em sua essência, singularmente humana, contudo, as evidências quanto à sua evolução permanecem indiretas e as especulações podem fluir livremente. Por outro lado, avanços recentes em genética, arqueologia, neurofisiologia e modelagem por computador fornecem pistas poderosas, embora às vezes conflitantes para lançar luz ao tema (Fitch, 2017).

Para a discussão que queremos desenvolver neste artigo, selecionaremos duas vertentes teóricas do tratamento da evolução da linguagem: 1. A teoria saltacionista de Chomsky (2010, 2013, 2016), que centra a origem da linguagem no pensamento estruturado (nomeado na Gramática Gerativa por “competência”), para posteriormente o ser humano encontrar a comunicação social (“desempenho”). Seria uma abordagem ‘racionalista’. 2. A teoria da externalização de Reboul (2017), que defende a tese do surgimento ou externalização da linguagem depois do pensamento, na hipótese de que a linguagem surge para dar conta de necessidades sociais de sobrevivência. Um termo comum para essa abordagem seria ‘funcionalista’.

As ideias de Noam Chomsky foram muito influentes no pensamento sobre a evolução da linguagem, embora ele não tenha proposto uma teoria evolutiva abrangente. Chomsky (2010, 2013, 2016) argumenta que a linguagem provavelmente surgiu repentinamente nos seres humanos por meio de uma mutação genética fortuita, e não gradualmente por meio da seleção natural adaptativa. Uma simples reconfiguração do cérebro de um indivíduo introduziu a operação central do *Merge* - a capacidade de combinar recursivamente palavras e frases em estruturas hierárquicas infinitas. Chomsky se refere a esse primeiro indivíduo usuário de linguagem como “Prometeu”. Em sua opinião, o *Merge* permitiu imediatamente a expressão de representações conceituais complexas, alinhando a origem da linguagem com o pensamento interno em detrimento das demandas externas de comunicação.

Primeiramente surgiu esse sistema interno de pensamento estruturado, e a comunicação ocorreu posteriormente como uma adaptação secundária (exaptação). Assim, a linguagem evoluiu principalmente para satisfazer o sistema conceitual-intencional em vez de atender necessidades comunicativas. Ele argumenta que as abordagens focadas apenas na função de comunicação correm o risco de perder de vista a origem do sistema computacional gerativo que possibilitou o pensamento humano sem limites. Portanto, na perspectiva de Chomsky, a sintaxe central e as operações combinatórias surgiram internamente, rapidamente e por acaso, e não por meio de uma adaptação gradual para a comunicação (Chomsky, 2010, 2013, 2016; Nóbrega, 2019).

De acordo com Nóbrega (2019), em consonância com Chomsky, as capacidades auditivas e vocais de comunicação dos primeiros homínídeos eram anteriores à linguagem. Mais tarde, elas foram adaptadas como o sistema sensorio-motor para a linguagem. As habilidades conceituais e semânticas também eram anteriores à linguagem e foram adaptadas

como o sistema conceitual-intencional que atribui significado a palavras e enunciados. Essas capacidades perceptivas, motoras e conceituais evoluíram para funções não linguísticas em nossos ancestrais. Portanto, a recursividade, i.e., a capacidade combinatória, foi a principal inovação linguística, enquanto outras capacidades perceptivas e cognitivas já existiam e foram adaptadas (Nóbrega, 2019).

Numa outra perspectiva, Reboul (2017) propõe uma abordagem de duas etapas para a evolução da linguagem, ao contrário da abordagem incremental darwiniana (através de estágios graduais) e da saltacionista chomskyana. Ela sugere uma espécie de enfoque interacionista-funcionalista, levando em consideração fatores internos e ambientais, e explicando a singularidade da linguagem sem contradizer a seleção natural de Darwin. Ao tratar a linguagem como um sistema cognitivo interno que, em um segundo momento, foi externalizado para atender necessidades comunicativas, Reboul (2017) apresenta uma visão que, embora dialogue com aspectos do funcionalismo, difere da perspectiva chomskyana ao enfatizar que a externalização da linguagem surgiu como resposta adaptativa às demandas sociais, e não como uma mutação genética fortuita. Esta abordagem permite integrar a universalidade das estruturas linguísticas proposta pela gramática gerativa com uma explicação evolutiva gradual baseada em pressões seletivas sociais. Seu modelo resolve aparentes contradições entre os universais linguísticos e a diversidade linguística ao propor que as propriedades universais vêm das fundações biológicas compartilhadas (como a operação *Merge* e a cognição), enquanto a diversidade emerge durante o processo de externalização, através de dinâmicas derivacionais, processos de gramaticalização e extensões variáveis de conceitos cognitivos centrais, quando a linguagem se adapta às necessidades comunicativas específicas.

No entanto, Reboul (2017) argumenta que a linguagem não evoluiu apenas por altruísmo, pois o compartilhamento de informações parece evolutivamente implausível. Ela propõe uma hipótese manipuladora, dado que a comunicação implícita demonstra sutilezas da intencionalidade na linguagem. Assim, a linguagem externalizada possibilitou a persuasão e o jogo estratégico para ganho pessoal, embora não diretamente hostil, já que a sobrevivência do grupo era interdependente. Ou seja, a linguagem também transmitia propósitos enganosos desde seus estágios iniciais, juntamente com motivações cooperativas. As habilidades retóricas de persuasão, ocultação e manipulação proporcionavam benefícios seletivos individuais, embora limitados pelo objetivo compartilhado. Conforme propõem teóricos como Boyd e Richerson (2009), a inteligência maquiavélica e a vigilância epistêmica podem ter coevoluído em uma “corrida armamentista” entre o engano e a sua detecção.

Embora as teorias de Chomsky e Reboul apresentem visões um tanto distintas sobre a evolução da linguagem, ambas oferecem insights importantes para compreender nossa vulnerabilidade à desinformação. Na perspectiva chomskyana, a emergência repentina da operação de *Merge* como sistema computacional interno criou uma capacidade cognitiva sem precedentes para gerar e processar estruturas hierárquicas complexas. Esta mesma capacidade que nos permite pensar de forma sofisticada também nos torna suscetíveis a narrativas elaboradas que podem se distanciar da realidade. O sistema conceitual-intencional, que atribui significados a estas estruturas, parece operar independentemente de considerações sobre verdade ou falsidade, focando-se na coerência interna das representações mentais.

Por outro lado, a teoria de Reboul sobre a externalização da linguagem para fins sociais e sua hipótese manipuladora complementam este quadro ao explicar como estas capacidades cognitivas foram direcionadas para a comunicação estratégica. A coevolução entre a inte-

ligência maquiavélica e a vigilância epistêmica sugere que, desde suas origens, a linguagem humana desenvolveu-se em um contexto de tensão entre cooperação e manipulação. Nossa vulnerabilidade à desinformação, portanto, não seria um subproduto acidental, mas uma característica intrinsecamente ligada à própria natureza dual da linguagem - como sistema de pensamento (Chomsky) e como instrumento de influência social (Reboul).

Assim, a convergência destas perspectivas teóricas sugere que nossa suscetibilidade à desinformação tem raízes profundas na própria evolução da linguagem. A capacidade cognitiva que nos permite gerar e compreender estruturas linguísticas complexas, combinada com a função social-estratégica da comunicação, cria um terreno particularmente fértil para a disseminação de conteúdos enganosos, especialmente em ambientes comunicativos que amplificam estes atributos evolutivos.

3 Os mecanismos de vigilância epistêmica e a comunicação estratégica manipuladora

A comunicação é essencial para os seres humanos porque nos organizamos em grandes grupos. Desde a coordenação de ações coletivas até a negociação de relações recíprocas à aprendizagem social, a vida humana em sociedade tem sido possibilitada pela comunicação. Dado que o processo de comunicação é falível, os ouvintes correm o risco de serem mal-informados (seja deliberadamente, por um falante enganador, ou inadvertidamente, por falha acidental de comunicação). Assim, Sperber et al. (2010) desenvolveram a noção de que somos “epistemicamente vigilantes” - nossas habilidades comunicativas trabalham em conjunto com mecanismos projetados para monitorar a confiabilidade das informações: “[...] a vigilância (ao contrário da desconfiança) não é o oposto da confiança; é o oposto da confiança cega” (Sperber et al., 2010, p.363, *tradução nossa*).

Além disso, em vez de ser cooperativa, no sentido griceano, a comunicação pode ser estratégica (Reboul, 2021). Este cenário sugere que mecanismos de vigilância epistêmica teriam se desenvolvido juntamente com habilidades comunicativas, i.e., uma pressão de seleção favorecendo mecanismos de proteção contra a desinformação (Sperber *et al.*, 2010). Essa afirmação é consistente com as pesquisas evolutivas humanas, uma vez que “[...] nosso complexo cérebro está tão bem sintonizado com os fatores ameaçadores de nosso ambiente, incluindo a ameaça de ser usado em benefício de outro agente, que provavelmente desenvolvemos mecanismos de proteção contra a exploração [...]” (Ghossainy; AL-Shawaf; Woolley, 2021, p. 2, *tradução nossa*).

A vigilância epistêmica desempenha um papel fundamental na filtragem da desinformação, embora apresente imperfeições intrínsecas. Os principais mecanismos que impulsionam a vigilância epistêmica podem ser categorizados da seguinte forma:

- (1) **Ludíbrio estratégico:** À medida que a linguagem e as habilidades de comunicação evoluíram nos seres humanos, a capacidade de enganar e espalhar desinformação também melhorou. A vigilância epistêmica surgiu como uma adaptação para detectar o engodo e as informações não confiáveis, aumentando, assim, os benefícios da comunicação. Reboul (2017) argumenta que a linguagem evoluiu para ter “relevância ótima” e sinceridade, em vez de ludíbrio estratégico.

- (2) Limitações cognitivas: As habilidades de raciocínio humano são limitadas e propensas a certas heurísticas⁵ e vieses⁶. A vigilância epistêmica atua como uma proteção contra a influência ou manipulação indevida em virtude dessas limitações e atributos cognitivos. Ela permite uma avaliação mais crítica das informações comunicadas.
- (3) Coordenação social: O bom funcionamento dos grupos sociais depende do acesso a informações verdadeiras e confiáveis. A vigilância epistêmica permite a avaliação de informações de outras pessoas e ajuda a estabelecer normas de cooperação em torno da comunicação honesta e precisa. Isso beneficia a coesão do grupo e o bem-estar coletivo.
- (4) Acúmulo de conhecimento: A cultura e a tecnologia evoluem com base na construção de conhecimento e no compartilhamento de inovações entre grupos e gerações. A vigilância epistêmica permite a avaliação crítica de novas ideias, teorias e informações, possibilitando o progresso com base em fatos e evidências, em vez da “disseminação da desinformação”. Ela atua como um mecanismo para otimizar a veracidade e a utilidade do conhecimento compartilhado.
- (5) Alocação de recursos cognitivos: Há um número excessivo de informações, tanto verdadeiras quanto falsas, disponíveis no ambiente para qualquer indivíduo processar completamente. A vigilância epistêmica permite a alocação eficiente de recursos mentais para processar informações com maior probabilidade de serem verdadeiras e valiosas, em vez de desperdiçar esforços com alegações duvidosas. Isso proporciona uma vantagem evolutiva.

Em resumo, a vigilância epistêmica evoluiu como uma adaptação para detectar ludíbrios, limitar a manipulação, permitir a coordenação social baseada no conhecimento verdadeiro, otimizar a disseminação de informações factuais e alocar racionalmente os recursos cognitivos. Ela atua como uma salvaguarda para indivíduos e grupos sociais contra os perigos da comunicação não verificada. Reboul (2017) argumenta que a sinceridade e a honestidade são ideais para a linguagem, enquanto o engodo introduz efeitos ‘parasitários’.

Sperber e Mercier, em sua Teoria Argumentativa da Razão (Sperber; Mercier, 2017), conectam particularidades da racionalidade e da comunicação humanas. Essencialmente, eles propõem que a racionalidade é orientada para produzir e avaliar as razões que o indivíduo produz para persuadir os outros e aquelas que os outros produzem para persuadi-lo. Em

⁵ Heurísticas são estratégias cognitivas que funcionam como atalhos mentais, permitindo-nos tomar decisões de maneira eficiente e econômica - sem a necessidade de processar todas as informações disponíveis. Desenvolvidas a partir da experiência e do aprendizado, estas estratégias são dinâmicas e adaptativas, sendo constantemente atualizadas conforme novas informações e experiências são adquiridas. Elas direcionam nossa atenção e orientam nosso processamento informacional.

⁶ Os vieses cognitivos são predisposições para favorecer determinadas conclusões em detrimento de outras, funcionando como tendências e inclinações que influenciam nossas decisões. Há divergências importantes na literatura sobre sua natureza e função: enquanto alguns pesquisadores os consideram desvios sistemáticos prejudiciais ao pensamento racional, outros os entendem como adaptações cognitivas que evoluíram para permitir decisões rápidas e eficientes em ambientes de incerteza. Quanto à sua origem, também não há consenso: podem ter sido programados pela evolução, aprendidos através da socialização e experiência, ou emergiram da interação entre predisposições genéticas e fatores ambientais

outras palavras, a racionalidade evoluiu para comunicação persuasiva, enquanto a vigilância epistêmica evoluiu para defesa contra a comunicação manipuladora (Reboul, 2021).

Contudo, um artigo recente (Shieber, 2023) questiona a teorização da vigilância epistêmica. O autor argumenta que não somos de fato bons em avaliar qualidades epistêmicas relevantes como a honestidade e a competência dos interlocutores. Ao invés disso, apresenta evidências de que nossa vigilância serve principalmente a propósitos de status social: evoluímos para monitorar sinais de status relativo nos outros a fim de manter ou melhorar nosso próprio status. Dessa forma, ele propõe substituir a noção de vigilância epistêmica pela de 'vigilância maquiavélica', centrada em considerações de status ao invés de qualidades epistêmicas.

Evidências empíricas em estudos recentes (Shieber, 2023) parecem favorecer o relato maquiavélico como o objetivo principal por trás dos mecanismos de vigilância humana, devido à prevalência do comportamento de busca de status e à relativa imprecisão na detecção do ludíbrio. Contudo, a teoria evolucionária prevê que a vigilância da verdade conferiria vantagens na cooperação, na coordenação de grupos e no ensino. Vários estudos evidenciam que as crianças demonstram confiança seletiva e ceticismo em relação aos informantes desde cedo, sugerindo que a vigilância epistêmica se desenvolve de forma inata (Mazzarella; Vaccargiu, 2024). Entendemos, portanto, que as concepções de vigilância epistêmica e social estão interrelacionadas, dados os pressupostos da Teoria Argumentativa da Razão (Sperber; Mercier, 2017), e poderiam ter evoluído complementarmente nos seres humanos. Nossa hipótese seria de uma combinação que favorece o maquiavelismo nos ambientes de informação modernos. Isso provavelmente decorre de uma interação entre nosso perfil cognitivo evolutivo e as recentes e rápidas mudanças sociais e tecnológicas. As possíveis soluções podem incluir o letramento midiático para aprimorar as habilidades de vigilância epistêmica e a regulamentação das plataformas de mídia social.

Entretanto, voltando à pergunta que norteia a nossa pesquisa (*Por que o conteúdo enganoso prospera on-line?*), o discurso de desinformação parece driblar as operações da vigilância epistêmica. Na seção seguinte, vamos argumentar que estruturas retórico-linguísticas específicas sustentam o aparente paradoxo entre o pressuposto da vigilância epistêmica e os engodos parasitários da manipulação pela desinformação.

4 Fenômenos linguísticos da desinformação

A desinformação, portanto, subverte alguns alicerces da vigilância epistêmica. Comunicadores manipuladores empregam técnicas estratégicas de persuasão para disseminar alegações que não são apoiadas por evidências. De outro lado, o controle de estruturas linguísticas que funcionam como pistas argumentativas e semânticas passa a ser utilizado para o efeito da *não* especificidade, *não* referencialidade de fatos, *não* preenchimento de atores, tempos e lugares de eventos. Enfim, a desinformação passa a ser caracterizada linguisticamente por falta de referencialidade semântica das estruturas controladas - consciente ou inconscientemente - pelo efeito da desinformação.

Além disso, como qualquer objeto textual e discursivo de análise, a desinformação guarda estratégias visuais e linguísticas das mais diferentes ordens teóricas e metodológicas. A interação entre linguagem verbal e não verbal oferece aos propagadores de desinformação uma ampla gama de estratégias para influenciar a percepção e interpretação do público. A

combinação de elementos visuais, como imagens e cores, com linguagem escrita pode criar narrativas persuasivas e enganosas, dificultando a detecção da desinformação.

Uma análise linguística da desinformação - foco desta seção - requer, portanto, o pressuposto interdisciplinar: desde os preceitos da retórica e pragmática, até a lupa sobre as estruturas gramaticais – aqui, concentradas na semântica e na sintaxe.

Mas, afinal, quais são esses fenômenos linguísticos que fazem o estrago desinformativo? Um arranjo preliminar deles pode ser listado nos cinco itens abaixo.

4.1 Linguagem emocional e narrativas dramáticas

As emoções desempenham um papel significativo na disseminação de desinformação, influenciando a forma como as pessoas percebem e compartilham informações. Estudos recentes destacam que a dependência das emoções pode promover a crença em notícias falsas, pois as emoções podem obscurecer a avaliação crítica da veracidade das informações, levando a compartilhamentos baseados em respostas emocionais imediatas, sem uma análise cuidadosa da credibilidade da fonte ou do conteúdo (Martel; Pennycook; Rand, 2020). Por outro lado, a disseminação de notícias verdadeiras ou falsas online é influenciada pela interação complexa entre fatores emocionais e cognitivos. Pesquisas demonstram que notícias falsas tendem a se espalhar mais rapidamente e atingir um alcance maior do que notícias verdadeiras, em parte devido ao apelo emocional e à novidade que despertam, resultando em uma propagação acelerada e amplificada dessas informações enganosas (Vosoughi *et al.*, 2018).

Um tratamento retórico da linguagem emocional traz algumas opções de análise interessantes. Na retórica clássica (Perelman; Olbrechts-Tyteca, 1996), nomeadamente no sistema aristotélico, o discurso se constitui por três elementos: o *eu* (quem fala/escreve), o *tu* (quem ouve/lê) e o *ele* (a que se refere). Por pressuposto dialógico, todo discurso contém necessariamente os três. Esses três elementos, ou entidades discursivas, ganham os rótulos *ethos*, *pathos* e *logos*. Um texto construído pelo e no apelo emocional do autor está centrado no *ethos*; inclui, por exemplo, expressões do tipo *sempre trabalhei muito, dedicando suor, tempo e energia à empresa, mas nunca tive o retorno merecido*. O texto direcionado ao ouvinte e suas emoções está centrado no *pathos*; inclui trechos como *você mulher trabalhadora mereceria mais do que a miséria que ganha*. Por fim, o texto que se volta à informação objetiva está centrado no *logos*; traz trechos como *em 2013 mais de 50% das famílias brasileiras eram mantidas por mulheres*. Gêneros jornalísticos informativos, como matéria, infográfico, etc., são textos do argumento *logos*; já gêneros apelativos, como panfleto, manifesto, etc., tendem aos argumentos *ethos* e/ou *pathos*.

Ora, o texto de desinformação não se pretende objetivo ou referencial. Suas escolhas retóricas são frequentemente apelativas, projetando os elementos *ethos* e *pathos*. Em seu canal do Youtube⁷, o militar da reserva Sílvia Matos multiplica vídeos apelativos em favor da defesa da causa conservadora da direita, utilizando-se messianicamente da figura do ex-presidente Jair Bolsonaro:

⁷ Disponível em: <https://youtube.com/watch?v=O1x60Jlhhyk>. Acesso em: 02/04/2024.

-
- (1) **Eu não queria dizer isso**, porque pode **ferir sensibilidades**, desmanchar **castelos de areia e coisa e tal**.
 - (2) Mas, **que se dane**. O fato nu e cru é que Bolsonaro vem sendo canonizado, imortalizado e santificado no altar máximo da glorificação histórica.
-

O primeiro enunciado, **eu não queria dizer isso**, que abre o vídeo, guarda o efeito de projeção de um *ethos* apelativo, seguido da expressão **ferir sensibilidades**, que projeta o *pathos* – sensível e apoiado em **castelos de areia**. Na sequência, o falso *logos*, antecedido da desqualificação do *pathos* (**que se dane**), refere propriedades messiânicas e irreais do personagem político Bolsonaro.

Ademais, observamos como a estrutura sintática do enunciado (1) emprega uma subordinação que serve para mascarar a agentividade. A oração principal, **eu não queria dizer isso**, é seguida por uma oração subordinada causal introduzida por **porque**, que por sua vez contém uma sequência coordenada de infinitivos **ferir, desmanchar**, sem sujeito explícito. Esta estrutura sintática permite ao falante distanciar-se da responsabilidade pelo conteúdo do enunciado.

Do ponto de vista cognitivo, o texto explora o viés de ancoragem⁸ ao estabelecer inicialmente uma postura de aparente relutância, **não queria dizer**, que serve como âncora para a posterior apresentação da informação supostamente importante. O efeito de enquadramento é evidenciado pela transição abrupta do enunciado (1) para o (2), onde a expressão **que se dane** reconfigura o quadro interpretativo.

Na perspectiva pragmática, podemos identificar a violação deliberada das máximas de qualidade e de quantidade de Grice no enunciado (2), onde a sequência hiperbólica de participípios, **canonizado, imortalizado e santificado**, constitui uma clara sobreposição de termos semanticamente relacionados que viola o princípio de informatividade. O ato ilocucionário aparentemente assertivo mascara um ato perlocucionário de persuasão ideológica.

Finalmente, os enunciados manipulam os custos de processamento cognitivo: o primeiro enunciado gera uma expectativa de relevância (Sperber; Wilson, 1995) ao sugerir que o autor vai corajosamente apresentar uma novidade, enquanto o segundo viola essa expectativa ao apresentar uma sequência de metáforas religiosas que exigem maior esforço interpretativo do ouvinte, o que pode enfraquecer a avaliação crítica do conteúdo (vigilância epistêmica).

4.2 Repetição

A disseminação de desinformação se beneficia da repetição, pois ela influencia a sensação da veracidade das informações. A exposição prévia aumenta a percepção de precisão de notícias falsas, mesmo quando rotuladas como contestadas por verificadores de fatos ou quando em

⁸ O viés de ancoragem é um atalho mental em que as pessoas tendem a se apoiar excessivamente na primeira informação recebida (a “âncora”) ao tomar decisões subsequentes. Este viés cognitivo faz com que os julgamentos sejam desproporcionalmente influenciados por um ponto de referência inicial, mesmo quando este não é relevante para a decisão em questão. Por exemplo, quando alguém estabelece um preço inicial em uma negociação, este valor tende a servir como âncora para toda a discussão subsequente, influenciando o valor final acordado, independentemente de sua adequação real (Tversky; Kahneman, 1974).

desacordo com a ideologia política do leitor. A fluência gerada pela repetição contribui para o chamado “efeito de verdade ilusória”, levando a um aumento na credibilidade de manchetes de notícias falsas, mesmo quando apresentadas como contestadas, sugerindo que a repetição pode incubá-las nas plataformas de mídia social, desafiando a eficácia de rotulá-las como disputadas (Pennycook; Cannon; Rand, 2018).

Por outro lado, a repetição aumenta a percepção de veracidade tanto para declarações plausíveis quanto implausíveis. Contrariando a ideia de que a repetição não afeta a crença em declarações inequívocas, os resultados indicam que a crença em todas as declarações é ampliada pela repetição. O efeito de verdade ilusória é mais pronunciado para itens ambíguos, mas isso pode ser explicado pelas propriedades psicométricas da tarefa, não por um mecanismo psicológico subjacente que bloqueia o impacto da repetição em itens implausíveis. Esses achados ressaltam a robustez do efeito de verdade ilusória, que ocorre em todos os níveis de plausibilidade, sugerindo que até mesmo declarações altamente implausíveis se tornam mais plausíveis com repetição suficiente (Fazio; Rand; Pennycook, 2019).

Para além dos elementos *ethos* e *pathos*, que sustentam argumentos emocionais e apelativos, e do elemento *logos*, que está na base dos argumentos informativos, o sistema retórico aristotélico organiza um enunciado retórico em cinco partes: INVENTIO, DISPOSITIO, ELOCUTIO, MEMORIA, ORATORIA (Fiorin, 2015). Em uma sociedade oralizada como a do mundo clássico, o exercício de MEMORIA e a arte de falar em público, em ORATORIA, tornam-se pontualmente pertinentes. Mas são a INVENTIO, a DISPOSITIO e a ELOCUTIO as partes conceituais, e, portanto, universais, do ato retórico: elas perpassam os atos comunicacionais, orais e escritos, de diferentes sociedades. A tríade bakhtiniana TEMA, COMPOSIÇÃO e ESTILO (Bakhtin, 1992), que constituem os gêneros do discurso, recuperam esses mesmos conceitos.

A INVENTIO define-se pela elaboração argumentativa a partir da realidade não linguística – o mundo: a observação de um fenômeno, a formulação de um juízo, opinião, tese sobre o fenômeno, e por fim a construção de argumentos. O fato é real, verdadeiro. Os argumentos são verossímeis; o orador manipula dados da realidade para sustentar seu juízo.

A COMPOSITIO define-se pela estruturação textual: as partes que vão compor o ato retórico, a sequência de ideias que sustentam a argumentação. Tudo isso antecede a comunicação linguística propriamente dita.

Por fim, a DISPOSITIO refere-se ao modo de dizer, sendo um trabalho exclusivamente pautado nos mecanismos linguísticos, no lugar de referir-se de alguma forma ao mundo, ou ao conteúdo verossímil das ideias, como ocorre na INVENTIO e na COMPOSITIO. É a realização verbal concreta das outras duas partes conceituais da retórica. As figuras de linguagem entram aqui, tais como a metáfora, a hipérbole, a repetição.

Em um vídeo postado no Youtube⁹, Jorge Gustavo, um suposto químico “autodidata”, defende a ineficácia do álcool em gel para a prevenção do contágio por Covid-19, sugerindo que seja utilizado o vinagre para esterilização de superfícies. Após uma extensa exposição da improbabilidade do álcool em gel, o autor do vídeo dispara sentenças repetidas na forma do imperativo:

⁹ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=DAGYXL-FqMY&feature=youtu.be>. Acesso em: 02/04/2024.

-
- (3) (...) só que o vinagre é muito barato e essas empresas, as indústrias farmacêuticas, elas estão perdendo dinheiro junto com a Globo e outros jornais que falam que o álcool gel é o melhor que existe, não é. **Pare** de usar! Você está dando dinheiro para estes caras, **utilize** o vinagre, **passe** nas suas mãos, **passe** nos seus dedos, **esfregue**, ele sim mata. Todos ácidos matam, até o ácido do limão mata, só que o limão queima, em contato com o sol vai queimar a sua pele, mas o vinagre não.
-

Observamos como a estrutura textual dos enunciados imperativos no exemplo (3) revela um padrão significativo de repetições. A sequência **pare de usar, utilize o vinagre, passe nas suas mãos, passe nos seus dedos, esfregue** permite a construção de uma hierarquia de comandos que se sobrepõem e se reforçam mutuamente, criando um efeito cumulativo persuasivo.

Na perspectiva pragmática, o enunciado (3) manipula estrategicamente o princípio de relevância ótima (Sperber; Wilson, 1995). A menção ao baixo custo do vinagre (**muito barato**) e à suposta conspiração das indústrias farmacêuticas cria uma expectativa de relevância (devido à vantagem econômica e social) que reduz o esforço cognitivo necessário para aceitar a premissa principal. Esta estratégia é reforçada pela estrutura argumentativa que viola deliberadamente a máxima de qualidade de Grice ao fazer afirmações sem evidências adequadas. Este tipo de construção leva à aceitação da informação comunicada sem uma avaliação cuidadosa (burla a vigilância epistêmica).

Além de repetição de expressões (lexicais ou gramaticais), intensificadoras dos efeitos manipuladores, os textos não raras vezes apelam ao uso de perguntas repetidas na estratégia de persuasão. Esta técnica pode ser observada em um artigo na Revista Oeste¹⁰, onde o jornalista Guilherme Fiuza, de conduta conservadora, questiona o uso das vacinas no combate ao Corona vírus:

-
- (4) Vocês resolveram pular as dúvidas sobre as vacinas? Elas são ótimas e fim de papo? Ok. Vocês são maiores e vacinados, devem saber o que estão fazendo. Mas por que estão tentando obrigar todo mundo a ter a fé cega de vocês? Não era ciência? [...]
- (5) O período de vacinação coincidiu com o surgimento de variantes mais infecciosas. Isso está sendo estudado? Ou você acha que não precisa de estudo — basta gritar que “não tem nada a ver uma coisa com a outra”? Se o postulado acima está errado, ele não deveria ser refutado com ciência? Ou refutação agora se faz com grito e censura?
-

O que se pode concluir a partir desse traço linguístico do texto de desinformação é que tanto a repetição como outras construções figurativas são artifícios para o autor/orador manipular o texto que não opta pelo conteúdo informativo. Nesse sentido, a desinformação caracteriza-se por inflar a ELOCUTIO, e esvaziar a INVENTIO, apoiando-se mais na forma do que no conteúdo. Claro, não há conteúdo a ser explorado.

O texto vale-se sistematicamente do efeito de verdade ilusória através de múltiplos mecanismos. A repetição lexical e estrutural não apenas facilita o processamento cognitivo,

¹⁰ FIUZA, Guilherme. O escândalo do passaporte sanitário. Revista Oeste, edição 58, 30 abr. 2021. Disponível em: https://revistaoeste.com/revista/edicao-58/_trashed/. Acesso em: 02/04/2024.

como também ativa o viés de disponibilidade¹¹, fazendo com que as informações repetidas se tornem mais facilmente recuperáveis na memória. Este processo é particularmente evidente no exemplo (4), onde a sequência de perguntas retóricas cria um padrão de processamento que reduz progressivamente a resistência cognitiva do leitor às premissas apresentadas.

Ademais, os exemplos (4) e (5) demonstram como a desinformação explora a interface entre gramática e pragmática através do uso estratégico de perguntas retóricas. A estrutura interrogativa revela um padrão de movimento-Q que cria posições sintáticas privilegiadas para elementos que carregam pressuposições manipulativas. Este mecanismo sintático, combinado com o efeito psicológico da repetição, cria um ambiente cognitivo onde as inferências pretendidas pelo autor são processadas com menor resistência crítica – burlando a vigilância epistêmica.

Portanto, os mecanismos linguísticos e cognitivos se articulam na construção do discurso desinformativo, evidenciando que a eficácia da desinformação reside não apenas no conteúdo das mensagens, mas na exploração sofisticada das próprias estruturas que fundamentam nossa capacidade de processamento linguístico e cognitivo.

4.3 Ataques do tipo *ad hominem* (contra a pessoa)

Os ataques do tipo *ad hominem*, que consistem em desmascarar ou atacar agressivamente a credibilidade de uma mensagem ou mensageiro manipulador, podem ocorrer em determinadas abordagens de checagem de fatos e causar efeitos contraproducentes na luta contra a desinformação. Essa estratégia, ao invés de desacreditar a informação falsa, pode polarizar o público e fortalecer a crença na desinformação, um fenômeno conhecido como “efeito do tiro pela culatra”. Em vez de promover um debate racional e imparcial, os ataques pessoais provocam mecanismos de defesa nas pessoas, levando-as a se apegar ainda mais às crenças pré-existentes, mesmo que sejam baseadas em informações falsas (Nyhan; Reifler, 2010).

No conteúdo das peças de desinformação também são empregados ataques *ad hominem* como uma estratégia retórica para desviar o debate atacando a pessoa do argumentador, em vez de refutar o argumento em si. Essa falácia é empregada como uma forma de evitar discutir o conteúdo do argumento, focando em aspectos pessoais do interlocutor. Os ataques assumem diversas formas, como atacar a moral do argumentador, sua aparência física, nacionalidade, idade, religião, escolaridade, entre outros aspectos pessoais. As abordagens visam desacreditar o interlocutor de maneira pessoal, sem necessariamente refutar os argumentos apresentados. Essa tática, ao invés de promover um diálogo construtivo e baseado em evi-

¹¹ A heurística da disponibilidade, embora seja um atalho mental útil que nos permite fazer julgamentos rápidos com base na facilidade com que exemplos vêm à mente, pode se transformar em viés quando fatores não relacionados à frequência real dos eventos afetam sua disponibilidade mental. Por exemplo, eventos mais recentes, dramáticos ou emocionalmente marcantes tornam-se mais facilmente recuperáveis da memória, levando a uma superestimação de sua probabilidade ou frequência, mesmo quando são estatisticamente raros. Tversky e Kahneman (1974) demonstram que este viés pode levar a erros sistemáticos de julgamento, como quando pessoas avaliam o risco de acidentes aéreos como maior após terem conhecimento de um acidente recente.

dências, busca minar a reputação do argumentador e desviar a atenção do conteúdo discutido, prejudicando a qualidade do debate e a busca pela verdade (Walton, 2009).

Em um debate promovido pelo canal de televisão BAND, em 28/08/22¹² ainda em fase de campanha do primeiro turno às eleições presidenciais, os jornalistas formularam uma pergunta ao candidato Jair Bolsonaro, nos seguintes termos: “Poder Executivo, Legislativo, Judiciário. Na Constituição, eles deveriam funcionar de forma harmoniosa, independente. Na vida real, na prática, conflito, intromissão um no outro. Se o senhor for reeleito, o que pretende fazer para reduzir esse clima de tensão que não contribui com a ordem e o progresso do Brasil?”

Na resposta, o candidato Bolsonaro enalteceu a ideia de que suas escolhas para os cargos de ministros aconteciam exclusivamente por critérios técnicos, e não políticos. Em uma quebra temática na resposta, Bolsonaro entra na crítica ao ministro Alexandre de Moraes, do STF, reconhecidamente um opositor.

-
- (6) Hoje, vocês conhecem quem são os meus ministros e sabem a capacidade de cada um. Possíveis problemas com o Supremo Tribunal Federal. É uma voz corrente. A ingerência, o ativismo judicial que hoje se faz presente no Brasil. **O ministro** agora pouco interferiu, mandando investigar, fazendo busca e apreensões, entre outras **barbaridades**, num grupo de empresários. Ou seja, esse não é um trabalho do Poder Judiciário. Reagir no tocante a isso.
-

Além dos enunciados incompletos, que imprimem falta de coesão à fala (**Possíveis problemas com o Supremo Tribunal Federal, A ingerência, o ativismo judicial que hoje se faz presente no Brasil, Reagir no tocante a isso**), o candidato se refere a Alexandre de Moraes através da expressão definida **O ministro**. Não há intenção de apontar especificamente ao indivíduo, e sim, logo na sequência, elencar os seus feitos ameaçadores de sua candidatura, generalizados pelo nome coletivo **barbaridades**.

As estruturas sintáticas fragmentadas e incompletas do discurso de Bolsonaro revelam um padrão interessante. A competência linguística do falante, que segundo Chomsky permitiria gerar sentenças bem formadas, é propositalmente subvertida para criar um efeito retórico específico. Os enunciados truncados (**Possíveis problemas com o Supremo Tribunal Federal, A ingerência, o ativismo judicial**) demonstram como a capacidade gerativa da linguagem pode ser manipulada estrategicamente para evitar comprometimento direto com as alegações.

O enunciado também explora o viés de disponibilidade ao evocar eventos recentes (**O ministro agora pouco interferiu**) para aumentar a saliência cognitiva das acusações. Esta estratégia se apoia no fato de que exemplos facilmente recuperáveis da memória tendem a ser percebidos como mais frequentes e relevantes, influenciando o julgamento do ouvinte sobre a legitimidade das ações do ministro.

Na perspectiva pragmática, o texto apresenta violações estratégicas das máximas conversacionais de Grice, especialmente de modo e quantidade. A falta deliberada de clareza e completude nos enunciados gera implicaturas que permitem ao falante comunicar críticas sem se comprometer explicitamente com elas. O uso da expressão definida, **O ministro**, sem especificação prévia do referente, viola a máxima de modo, mas serve ao propósito retórico

¹² Disponível em: <https://www.poder360.com.br/eleicoes/leia-a-transcricao-do-debate-presidencial-da-band/>. Acesso em: 22/04/2024.

de despersonalização do alvo. A violação da máxima de quantidade se manifesta através dos enunciados incompletos e fragmentados (**Possíveis problemas com o Supremo Tribunal Federal, A ingerência, o ativismo judicial**), que fornecem menos informação do que o necessário para a compreensão adequada do contexto, permitindo ao falante sugerir críticas sem precisar apresentar evidências ou argumentos completos que as sustentem.

Além disso, o texto manipula os custos de processamento cognitivo. As estruturas sintáticas fragmentadas e as referências genéricas ou vagas (Carlson, 2011) aumentam o esforço de processamento necessário para interpretar a mensagem, mas esse custo adicional é compensado pelos efeitos contextuais gerados - neste caso, a sugestão de irregularidade nas ações do **ministro** sem afirmá-la diretamente, suscitando a expectativa de relevância no ouvinte. Este jogo, contudo, permite driblar os mecanismos de vigilância epistêmica.

Esta interação entre estruturas sintático-semânticas, vieses cognitivos e princípios pragmáticos demonstra como o ataque *ad hominem* se materializa linguisticamente através de múltiplos níveis, evidenciando a sofisticação dos mecanismos linguísticos empregados na construção do discurso desinformativo.

4.4 Vagueza e ambiguidade

A vagueza é uma estratégia intrincada e sutil utilizada para disseminar desinformação. A linguagem imprecisa e ambígua permite que os propagadores de informações falsas criem narrativas que são difíceis de serem contestadas diretamente, obscurecendo a falta de evidências ou fundamentação por trás das alegações. Essa estratégia visa confundir e desorientar, minando a capacidade das pessoas de avaliar criticamente as informações que recebem. Além disso, a vagueza é empregada como uma ferramenta para burlar os dispositivos de vigilância epistêmica, contornando os mecanismos de verificação e validação da informação e tornando mais desafiador para os receptores discernir entre o que é verdadeiro e o que é falso.

Ao apresentar informações de forma vaga e ambígua, os responsáveis pela disseminação de conteúdos falsos podem alegar que não tinham a intenção de enganar, uma vez que a imprecisão na comunicação permite interpretações variadas. Essa estratégia de negação plausível permite que os agentes desinformativos se distanciem das acusações de má conduta, ao mesmo tempo em que mantêm a eficácia de suas mensagens enganosas. Assim, a vagueza é empregada não apenas para disseminar desinformação, mas também para fornecer uma justificativa aparentemente legítima para a propagação de informações falsas. Portanto, a linguagem imprecisa dificulta a refutação de uma alegação e obscurece a falta de evidências ou fundamentação. A construção de significados ambíguos ou vagos tem como base o funcionamento da gramática das línguas naturais. A vagueza, a falta de referencialidade e especificidade das expressões nominais e a consequente ambiguidade configura-se como um fenômeno muito frequente.

Em uma postagem exclusivamente verbal no WhatsApp, que foi documentada e desqualificada no site Boatos.org¹³, destacamos os nomes com pouca referencialidade:

¹³ Disponível em: <https://www.boatos.org/saude/dr-patrick-martin-dra-lidia-rota-vender-dicas-novo-coronavirus.html>. Acesso em: 02/04/2024.

-
- (7) Meu médico **Patrick Martin** acabou de me enviar o seguinte:
Para ler muito interessante:
NÃO PARAMOS O VÍRUS COM PÂNICO MAS POR INTELIGÊNCIA
Acabei de fazer a tradução do texto em italiano recebido. Estou enviando gradualmente para todos os meus amigos que falam francês. Por isso não evite em transferi-lo o máximo possível. Essa informação vem de **médicos atualmente na linha de frente do Corona vírus**, que podem ajudar um cem número de pessoas. COPIAR, IMPRIMIR, PASSAR.
- (8) **Amanda Castello**
Aqui estão novas informações de **um pesquisador de Shenzhem transferido para Wuham** para trabalhar com a força tarefa da epidemia do Coronavírus.
As informações a seguir são claras e acessíveis a todos, descrevendo exatamente o que é o vírus, como é transmitido de pessoa para pessoa e como pode ser neutralizado na vida cotidiana. [...]
-

O primeiro nome próprio que aparece no texto seria de um médico: **Patrick Martin**. No entanto, informações mais detalhadas, do tipo filiação institucional, área de atuação, endereço de currículo, não são exploradas. A mesma estratégia aconteceu no nome **Amanda Castello**, que seria a remetente da mensagem aos conhecidos brasileiros, falantes de português.

Aqui entra outro aspecto persuasivo do texto: a remetente insinua que traduz do italiano para o francês, para gentilmente repassar aos brasileiros. Há uma sutil construção ideológica de preconceito linguístico, que diminui a figura social do leitor – um *pathos* linguisticamente desqualificado para ler as mensagens originais. Há também uma sutil desqualificação do leitor na pseudo-garantia metalinguística de que *as informações são claras e acessíveis a todos*. A contínuidade do texto não traz, claro, informações robustas, tampouco claras. Apenas vagas.

Outra expressão nominal vaga aparece no plural sem artigo – **médicos** -, modificada por **atualmente na linha de frente do Corona vírus**. Médicos tem estrutura de *'bare plural'*, como nomeado na literatura em semântica (Carlson, 2011), e tem forte significado genérico, ou não específico. O leitor se pergunta: Quais médicos? Sob qual projeto de trabalho? A opacidade referencial do texto não tem a intenção mesmo de referir especificamente. Por fim, uma expressão com artigo indefinido em **um pesquisador de Shenzhem transferido para Wuham**. Ora, como a própria categoria gramatical indica, trata-se de um artigo indefinido – que não refere algo ou alguém específico. Quem é o médico? Nome? Filiado a qual instituição?

Enfim, temos no trecho acima expressões nominais de leitura genérica, indefinida, que são avizinhas por referências de línguas estrangeiras, comandos em caixa alta e adjetivos que desqualificam o letramento do pobre destinatário. A sua vigilância epistêmica, evidentemente, enfraquece-se neste contexto linguístico. Os erros grosseiros de ortografia, coesão, e os de outras ordens normativas não precisam ser levantados aqui. Mas também podemos desconfiar de textos mal redigidos, não?

Cabe ressaltar que o texto ativa múltiplos mecanismos psicológicos que favorecem a aceitação da desinformação. A heurística da disponibilidade é explorada quando o texto menciona **médicos na linha de frente**, tornando mais salientes exemplos facilmente recuperáveis da memória sobre profissionais de saúde durante a pandemia. O viés de ancoragem

é ativado pela apresentação inicial de uma suposta autoridade médica (**Patrick Martin**), que serve como âncora para avaliar a credibilidade das informações subsequentes.

A ausência deliberada de informações específicas sobre as fontes (**médicos, pesquisador**) viola a máxima de quantidade, enquanto a ambiguidade calculada na apresentação das informações viola a máxima de modo. Estas violações geram implicaturas que sugerem credibilidade sem efetivamente fornecê-la.

A menção a múltiplas línguas (**italiano, francês, português**) e locais estrangeiros (**Shenzhen, Wuhan**) aumenta o esforço cognitivo necessário para processar a informação, enquanto simultaneamente sugere uma falsa autoridade internacional. Este aumento no custo de processamento é compensado pela promessa de benefícios cognitivos importantes (**informações claras e acessíveis**), criando uma ilusão de relevância que facilita a aceitação da desinformação, evadindo a vigilância epistêmica.

4.5 Teorias da conspiração

As teorias da conspiração, ao oferecer explicações alternativas - mesmo que muitas vezes implausíveis, desencadeiam uma sensação de compreensão baseada em um falso senso de controle ou agência sobre os eventos. A propagação dessas teorias não se sustenta na apresentação de evidências sólidas, mas sim na repetição constante e na dinâmica de grupo, explorando motivações psicológicas profundas que vão além da mera busca pela verdade. O fenômeno das teorias da conspiração revela como a disseminação de informações enganosas pode ser impulsionado por fatores emocionais e sociais, destacando a importância de compreender os mecanismos subjacentes que alimentam a propagação dessas narrativas fictícias.

Um estudo recente (Ren; Dimant; Schweitzer, 2023) revela que as pessoas compartilham teorias da conspiração visando benefícios sociais, como receber interações online. A pesquisa demonstra que a expectativa de engajamento social influencia a propagação dessas teorias, levando indivíduos a compartilhá-las mesmo sabendo de sua falsidade. Os resultados destacam a sensibilidade das pessoas ao feedback social, influenciando sua propensão a disseminar teorias da conspiração. Essas descobertas fornecem perspectivas importantes para compreender e conter a disseminação de informações enganosas.

Vamos terminar nossas análises, numa opção circular, com o mesmo vídeo do Sílvia Matos¹⁴ referido nos itens 4.1) e 4.2) acima. A figura de uma outra entidade vaga e ameaçadora aparece em trechos exagerados como o seguinte:

-
- (9) [...] Nem todos os títulos honoris causa do mundo equivalem a essa deferência: ser perseguido **por gente do sistema, por representantes máximos do capital, da normatização social e da covardia intelectual, gente que pertence ao lado comunista da história**. Não há prêmio Nobel que possa simbolizar a atuação patriótica de Bolsonaro no mundo. [...]
-

¹⁴ Disponível em: <https://youtube.com/watch?v=O1x60Jlhhyk>. Acesso em: 02/04/2024.

O **lado comunista da história** por certo sintetiza o grande Outro fadado no inconsciente coletivo do pensamento conservador dos textos de desinformação. O raciocínio ideológico é sempre dicotomizado entre o bem (eles) e o mal (os comunistas). Mas não se recupera alguma historicização que sustente a conspiração: Quem são esses comunistas? De que período histórico? Qual é nosso contexto atual dos comunistas?

A dicotomia ideológica do trecho acima é guarnecida por outros fenômenos linguísticos abordados nesta seção. Há repetição gradual dos grupos que representam o lado ideológico oposto; essa repetição constrói uma gradação escalar que vai do menos nocivo ao mais nocivo (de **gente do sistema** para **o lado comunista da história**), configurando uma hipérbole. Há também a desqualificação do pensamento científico-acadêmico (**Não há prêmio Nobel que possa**), que constrói um argumento de ataque *ad hominem*. Por fim, há expressões nominais sem artigos (**gente do sistema, gente que pertence ao lado comunista da história**), que sustentam a referência genérica do texto. Ou seja: os fenômenos linguísticos se sobrepõem e driblam alguma possível operação de vigilância epistêmica do leitor/ouvinte.

Destaca-se também a estrutura sintático-semântica do texto que explora sistematicamente a indeterminação referencial através de sintagmas nominais sem determinantes específicos, além da construção hierárquica de estruturas que combinam elementos vagos (**gente do sistema, representantes máximos**) com modificadores restritivos que, paradoxalmente, não restringem a referência. Esta capacidade gerativa da linguagem é estrategicamente manipulada para criar uma opacidade referencial que dificulta a identificação precisa dos supostos agentes da conspiração.

Ademais, o texto ativa múltiplos mecanismos psicológicos que favorecem a aceitação da narrativa conspiratória. O viés da disponibilidade é explorado ao evocar conceitos facilmente recuperáveis do imaginário social (**comunistas, sistema**), enquanto o viés de confirmação é reforçado pela apresentação dicotômica que permite ao leitor enquadrar as informações em categorias pré-existentes de “bem” e “mal”. O viés de ancoragem manifesta-se na apresentação inicial de uma suposta perseguição, que serve como ponto de referência para todas as interpretações subsequentes.

A máxima de quantidade é violada pela ausência deliberada de especificações sobre os supostos agentes conspiratórios, enquanto a máxima de qualidade é subvertida pela apresentação de alegações sem evidências. A vagueza referencial aumenta o esforço interpretativo, mas promete benefícios cognitivos na forma de uma explicação abrangente e simplificada para fenômenos sociais complexos, favorecendo a aceitação acrítica do conteúdo, ou seja, burlando a vigilância epistêmica.

Esta análise integrada revela como as teorias conspiratórias exploram sistematicamente tanto as capacidades cognitivas desenvolvidas ao longo da evolução da linguagem quanto as características inerentes aos nossos mecanismos de processamento linguístico e social. A interação entre estruturas sintáticas, vieses cognitivos e princípios pragmáticos cria um ambiente discursivo onde a vigilância epistêmica é sistematicamente enfraquecida, permitindo a propagação de narrativas que, embora careçam de fundamentação factual, apresentam-se como explicações coerentes e satisfatórias.

5 Conclusão

Este artigo defende a hipótese de que o discurso manipulador da desinformação burla os mecanismos cognitivos humanos de vigilância, tanto epistêmica como social, como resultado da evolução da linguagem e da organização social. No percurso das teorias da evolução da linguagem, opõem-se as concepções do pensamento internalizado estruturado (Chomsky, 2010, 2013, 2016) às da externalização do pensamento na linguagem para fins de comunicação frente à sobrevivência (Reboul, 2017). Esse movimento resultou em comunicação manipuladora. Na linha do tratamento evolucionista, Sperber *et al.* (2010) defendem que os humanos desenvolveram cognitivamente uma vigilância de caráter epistêmico frente à manipulação da desinformação, enquanto Shieber (2023) defende uma vigilância social (maquiavélica).

Do ponto de vista linguístico há estruturas que parecem contornar a habilidade de proteção das crenças realizada pela vigilância epistêmica: o jogo retórico apelativo, o estilo repetitivo, as estruturas semânticas genéricas e a dicotomia argumentativa conspiratória. Assim, a exposição ao excesso de informações nas plataformas de mídia social resulta em uma escassez contraditória de informações de conteúdo semântico.

Portanto, nossa tarefa não é eliminar a desonestidade, uma meta impossível, mas estimular o compartilhamento de boa-fé voltado para a compreensão coletiva.

Declaração de autoria

As autoras declaram que não possuem qualquer conflito de interesse neste estudo e que o texto foi elaborado em colaboração por ambas. A primeira autora dedicou-se particularmente ao desenvolvimento das seções 2 e 3, da revisão teórica e dos ajustes após avaliação dos pareceristas. A segunda autora dedicou-se especialmente à análise dos dados, supervisão e organização da escrita do artigo. Ambas contribuíram na conceptualização, redação, análise de dados e revisão.

Agradecimentos

Agradecemos ao colega Vitor da Nóbrega pela consultoria e discussões acadêmicas em evolução da linguagem.

O presente trabalho foi realizado com apoio do CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – Brasil.

Referências

ASCH, S. E. Effects of group pressure upon the modification and distortion of judgments. In: GUETZKOW, H. (org.). *Groups, leadership and men: Research in human relations*. [S. l.]: Carnegie Press, 1951. p. 177–190. DOI: <https://doi.org/10.1525/9780520313514-017>.

- BAKHTIN, M. *Estética da Criação Verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- BOSCO, F. M.; TIRASSA, M.; GABBATORE, I. Why pragmatics and Theory of Mind do not (Completely) overlap. *Frontiers in Psychology*, [s. l.], v. 9, n. AUG, p. 1–7, 2018. DOI: 10.3389/fpsyg.2018.01453.
- BOYD, R.; RICHERSON, P. J. Culture and the evolution of human cooperation. *Philosophical Transactions of the Royal Society*, [s. l.], v. 364, p. 3281–3288, 2009. DOI: doi:10.1016/S0022-51QV8RÌ8021 Q-4.
- CARLSON, G. Genericity. In: VON, K. H.; MAIENBORN, C.; PORTNER, P. (org.). *Semantics: An International Handbook of Natural Language Meaning*. Berlin/Boston: De Gruyter Mouton, 2011. p. 1153–1185.
- CHOMSKY, N. Some simple evo devo theses: How true might they be for language?. In: LARSON, R. K.; DÉPREZ, V.; YAMAKIDO, H. (org.). *The Evolution of Human Language: Biolinguistic Perspectives*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010. p. 45–62.
- CHOMSKY, N. Problems of projection. *Lingua*, [s. l.], v. 130, p. 33–49, 2013. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1016/j.lingua.2012.12.003>>. DOI: 10.1016/j.lingua.2012.12.003
- CHOMSKY, N. *What kind of creatures are we?* New York: Columbia University Press, 2016-. ISSN 0009-4978.
- FAZIO, L. K.; RAND, D. G.; PENNYCOOK, G. Repetition increases perceived truth equally for plausible and implausible statements. *Psychonomic Bulletin and Review*, [s. l.], v. 26, n. 5, p. 1705–1710, 2019. DOI: 10.3758/s13423-019-01651-4.
- FIORIN, J. L. *Argumentação*. São Paulo: Contexto, 2015.
- FITCH, W. T. Empirical approaches to the study of language evolution. *Psychonomic Bulletin and Review*, [s. l.], v. 24, n. 1, p. 3–33, 2017. DOI: 10.3758/s13423-017-1236-5.
- GHOSSAINY, M. E.; AL-SHAWAF, L.; WOOLLEY, J. D. Epistemic Vigilance in Early Ontogeny: Children's Use of Nonverbal Behavior to Detect Deception. *Evolutionary Psychology*, [s. l.], v. 19, n. 1, p. 1–11, 2021.
- HASELTON, M. G.; NETTLE, D.; ANDREWS, P. W. The Evolution of Cognitive Bias. *The Handbook of Evolutionary Psychology*, [s. l.], p. 724–746, 2015. DOI: 10.1002/9780470939376.ch25.
- MARTEL, C.; PENNYCOOK, G.; RAND, D. G. Reliance on emotion promotes belief in fake news. *Cognitive Research. Principles and Implications*, [s. l.], v. 5, n. 1, p. 1–44, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1186/s41235-020-00252-3>>. DOI: 10.1186/s41235-020-00252-3.
- MAZZARELLA, D.; VACCARGIU, E. Communication: Inferring speaker intentions or perceiving the world? Insights from developmental research. *Journal of Pragmatics*, [s. l.], v. 221, p. 123–136, 2024. DOI: 10.1016/j.pragma.2023.12.014.
- NICKERSON, R. S. Confirmation bias: A ubiquitous phenomenon in many guises. *Review of General Psychology*, [s. l.], v. 2, n. 2, p. 175–220, 1998. DOI: 10.1037/1089-2680.2.2.175.
- NÓBREGA, V. A. O problema de Wallace-Darwin. In: OTHERO, G. de Á.; KENEDY, E. (org.). *Chomsky: a reinvenção da linguística*. São Paulo: Contexto, 2019. p. 202–220.
- NYHAN, B.; REIFLER, J. When corrections fail: The persistence of political misperceptions. *Political Behavior*, [s. l.], v. 32, n. 2, p. 303–330, 2010. DOI: <http://dx.doi.org/10.1007/s11109-010-9112-2>.

- PENNYCOOK, G. *et al.* Shifting attention to accuracy can reduce misinformation online. *Nature*, [s. l.], 2021. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1038/s41586-021-03344-2>>. DOI: 10.31234/osf.io/3n9u8.
- PENNYCOOK, G.; CANNON, T. D.; RAND, D. G. Prior exposure increases perceived accuracy of fake news. *Journal of Experimental Psychology. General*, [s. l.], v. 147, n. 12, p. 1865–1880, 2018. DOI: 10.1037/xge0000465.
- PERELMAN, C.; OLBRECHTS-TYTECA, L. *Tratado da argumentação - a nova retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- REBOUL, A. *Cognition and Communication in the Evolution of Language*. 2nd. ed. Oxford: Oxford University Press, 2017.
- REBOUL, A. Truthfully Misleading: Truth, Informativity, and Manipulation in Linguistic Communication. *Frontiers in Communication*, [s. l.], v. 6, n. April, p. 1–8, 2021.
- REN, Z.; DIMANT, E.; SCHWEITZER, M. Beyond belief: how social engagement motives influence the spread of conspiracy theories. *Journal of Experimental Social Psychology*, [s. l.], v. 104, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jesp.2022.104421>.
- SHIEBER, J. An Idle and Most False Imposition: Truth-Seeking vs . Status-Seeking and the Failure of Epistemic Vigilance. *Philosophic Exchange*, [s. l.], p. 1–32, 2023. Disponível em: <<https://soar.suny.edu/handle/20.500.12648/10523>>.
- SPERBER, D. *et al.* Epistemic Vigilance. *Mind & Language*, [s. l.], v. 25, n. 4, p. 359–393, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1468-0017.2010.01394.x>.
- SPERBER, D.; MERCIER, H. *The Enigma of Reason: A New Theory of Human Understanding*. Harvard: Penguin Books, 2017.
- SPERBER, D.; WILSON, D. *Relevance: Communication and Cognition*, 2nd edition. Seconded. Oxford: Blackwell Publishers, 1995. DOI: 10.1191/026765800673158592.
- TVERSKY, A.; KAHNEMAN, D. Availability: A heuristic for judging frequency and probability. *Cognitive Psychology*, [s. l.], v. 5, n. 2, p. 207–232, 1973. DOI: 10.1016/0010-0285(73)90033-9.
- TVERSKY, A.; KAHNEMAN, D. Judgment under uncertainty: Heuristics and biases. *Science*, [s. l.], v. 185, n. 4157, p. 1124–1131, 1974. DOI: 10.1126/science.185.4157.1124.
- VOSOUGHI, S. *et al.* The spread of true and false news online. *Science*, [s. l.], v. 359, n. 6380, p. 1146–1151, 2018. Disponível em: <<http://ide.mit.edu/sites/default/files/publications/2017 IDE Research Brief False News.pdf>>. DOI: 10.1126/science.aap9559.
- WALTON, D. *Ad hominem arguments*. Firsted. Alabama: University of Alabama Press, 2009-. ISSN 0009-4978. DOI: 10.1017/cbo9780511806544.006.
- ZIMMER, F. *et al.* Fake news in social media: Bad algorithms or biased users?. *Journal of Information Science Theory and Practice*, [s. l.], v. 7, n. 2, p. 40–53, 2019. DOI: 10.1633/JISTaP2019.7.2.4.

“Graças a Deus hoje é segunda-feira”: uma análise crítica do discurso de postagens em uma conta empresarial no Instagram

“Thank God today is Monday”: a Critical Discourse Analysis of Posts on a Business Account on Instagram

José Augusto Simões de
Miranda

Universidade Federal de Santa Catarina
(UFSC) | Florianópolis | SC | BR
joseaugustosimoesdemiranda@
gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-0057-1685>

Resumo: Este artigo, resultado de uma pesquisa qualitativa, tem como objeto sete postagens no *Instagram*, na conta oficial da empresa Havan. O objetivo é investigar se o discurso, de caráter político-ideológico, do proprietário da empresa, assim como de interlocutores com os mesmos vieses, tenta manipular, intimidar e coagir funcionárias(os) ou, se, mesmo com possíveis divergências político-ideológicas, há abertura e liberdade para a expressão de outros modos de ser. O estudo se baseia na perspectiva teórico-metodológica da Análise Crítica do Discurso (Fairclough, 1989, 2003, 2010, 2019; van Dijk, 2020), com as categorias analíticas de ressalvas, intertextualidade e pressuposições, e no conceito de neoliberalismo (Avelino, 2016; Bazzicalupo, 2017; Fairclough, 2000, 2010; Safatle, 2021). Os resultados depreendidos demonstram que o proprietário da Havan tenta manipular, intimidar e coagir funcionárias(os), assim como não é visto qualquer tipo de abertura e liberdade para expressão de outros modos de ser. Além disso, há a inclusão de outras vozes (interlocutores) com a tentativa de legitimar e universalizar seus discursos anti-ciência/educação, religioso, de felicidade num viés hegemônico de extrema-direita e neoliberal.

Palavras-chave: análise crítica do discurso; neoliberalismo; iniciativa privada; extrema-direita; resistências.

Abstract: This article, carried out through a qualitative study, has as its object seven posts on the official *Havan* company account. The objective is to investigate whether the discourse, of a political-ideological nature, from the company owner, as well as from interlocutors with the same biases, attempts to manipulate, intimidate



and coerce employees or, even with possible political-ideological divergences, there are openness and freedom to express other ways of being. The study is based on the theoretical-methodological perspective of Critical Discourse Analysis (Fairclough, 1989, 2003, 2010, 2019; van Dijk, 2020), with the analytical categories of disclaimers, intertextuality and assumptions, and the concept of neoliberalism (Avelino, 2016; Bazzicalupo, 2017; Fairclough, 2000, 2010; Safatle, 2021). The results demonstrate that the owner of *Havan* tries to manipulate, intimidate and coerce employees, as well as it is not seen any type of openness and freedom to express other ways of being. Furthermore, there is the inclusion of other voices (interlocutors) in an attempt to legitimize and universalize their anti-science/education, religious, and happiness discourse in a far-right and neoliberal hegemonic bias.

Keywords: critical discourse analysis; neoliberalism; private enterprise; far-right; resistance.

1 Palavras iniciais

Ter (relativa) liberdade no dia das eleições não parece suficiente para afirmar que uma nação é democrática. Exemplos disso foram os diversos atos promovidos pelo governo Bolsonaro (2019-2022) durante seu mandato, que se estendeu até o período eleitoral, quando tentou a reeleição. Vê-se que nos anos do último governo presidencial, com a ascensão da extrema-direita no poder, houve uma tentativa de determinação de modos de ser – que incluem comportamentos regulados por um viés conservador, amparado na concepção de família heteronormativa de grupos religiosos cristãos (católicos e evangélicos) que expurgam outras formas de organização familiar e restringem a liberdade de grupos minoritários já historicamente marginalizados.

Além disso, tornou-se evidente uma batalha daquele governo com alguns setores da sociedade, como a ciência, a cultura e a educação. A tentativa de sucateamento através da falta de investimentos em pastas ministeriais, assim como o intuito de privatização dessas áreas foram observadas ao longo dos anos por meio de discursos que, não por acaso, estão alinhados a lógica neoliberal. Essa forma de imposição – de modos de ser – e o uso do discurso neoliberal não se limitam a fala do ex-presidente e nem do significativo número de parlamentares de extrema-direita que ainda está no poder. A iniciativa privada e o empresariado também faz uso do discurso neoliberal, não somente em suas vendas e estratégias de *marketing*, mas também com sua equipe que chamam de colaboradores ou até de família.

Ressalto que nesse setor há relações de poder bem definidas, entre chefes e funcionários(os), assim como abuso nessas relações (van Dijk, 2020). No período eleitoral de 2022, vimos um grupo da iniciativa privada ameaçando funcionários de diferentes formas para

votar, majoritariamente, em prol da reeleição do ex-chefe do executivo. Por exemplo, tivemos conhecimento de alguns desses casos por meio do jornal BBC (Souza, 2022). Os casos explícitos e registrados de assédio eleitoral subiram quase 1.300% com relação às eleições presidenciais de 2018 e as investigações estão sendo/foram realizadas (Mendes, 2022). No entanto, discursos velados, como o neoliberal, são mais difíceis de denunciar, pois são mais sutis, quando há um convite para ‘o sucesso’, para ser empreendedor de si mesmo, para ter lucro, para o ‘bem-estar’ e tantas outras narrativas que são produzidas (Fairclough, 2000). Dito de outro modo, membros da iniciativa privada muitas vezes tentam manipular e/ou ameaçar, veladamente, seus funcionários, para que pensem de acordo com os discursos que operam no complexo projeto midiático-jurídico-político da extrema-direita.

Desse modo, eleitores que trabalham na iniciativa privada muitas vezes silenciam seus desejos, seus candidatos, seus vieses político-ideológicos por medo de perderem seus empregos – por divergirem de seus empregadores e clientes, que não aceitam um viés sociopolítico crítico e sustentam a sua defesa com base na lógica dos mercados, na ‘prosperidade’, no ‘bem-estar’, majoritariamente alinhado ao discurso neoliberal. Ressalto que esse discurso beneficia grupos dominantes, também chamados de elites simbólicas (van Dijk, 2020), ao mesmo tempo em que moldam e regulam um sujeito politicamente governado, afastam sujeitos politicamente críticos, favorecendo, a manutenção do *status quo*, enfraquecendo a democracia e realçando desigualdades sociais que afetam diferentes grupos marginalizados. Nesta perspectiva, a vida dos funcionários está, também, a serviço do mercado, um projeto em que todos devem conseguir se adequar a ele, caso contrário esses funcionários podem ser rapidamente descartados.

Como argumentei anteriormente, muitas instituições privadas usam termos ‘uma família’, ‘um time’ e ‘colaboradores’ ao se dirigirem a funcionárias(os), mas em momento algum questionam, tampouco permitem que falem sobre seus vieses político-ideológicos e seus interesses. Não raro, vê-se o contrário, o viés político-ideológico dessas organizações é predominantemente do presidente, do diretor ou do proprietário da empresa – que se alinha aos seus interesses neoliberais. Assim, há a individualização em detrimento do coletivo, do social e do político, como é estrategicamente usado por muitos líderes do empresariado.

Dito isso, neste artigo, analiso o discurso relacionado ao proprietário da Havan¹, que é materializado em sete postagens realizadas na conta oficial da Havan, no *Instagram*, entre os meses de setembro e novembro de 2022 – três delas antes do período eleitoral; outras três entre o primeiro e o segundo turno das eleições presidenciais e uma após o período eleitoral.

O critério de seleção foi baseado naquelas postagens que apresentam discursos em que o proprietário da Havan interage com a audiência e mostra seu posicionamento político-ideológico, assim como outros discursos que interagem e convergem com o seu discurso, por exemplo, o discurso do cantor Sérgio Reis e supostos discursos de funcionárias(os).

A questão que permeia o estudo é analisar se esses discursos tentam manipular, intimidar e coagir funcionárias(os) ou, mesmo diante de possíveis divergências político-ideológicas, há abertura e liberdade para a expressão de outros modos de ser. A relevância da pesquisa é mostrar discursos provindos da iniciativa privada, que comumente tentam manipular funcionárias(os), como discutido anteriormente, a fim de conscientizar leitoras(es) de possíveis práticas e estratégias discursivas feitas por membros desse grupo social. Penso que a análise do

¹ O proprietário da Havan é o empresário Luciano Hang, que é mencionado no decorrer do texto.

discurso tem uma contribuição significativa no que concerne a revelar significados que estão por trás da linguagem e, muitas vezes, podem não ser vistas pelos olhos do senso comum.

A pesquisa é de caráter qualitativo e recorro à perspectiva teórico-metodológica da Análise Crítica do Discurso (Fairclough, 1989, 2003, 2010, 2019; van Dijk, 2020), em que uso as categorias analíticas de ressalvas, intertextualidade e pressuposições, e ao conceito de neoliberalismo (Avelino, 2016; Bazzicalupo, 2017; Fairclough, 2000, 2010; Safatle, 2021). O artigo se divide em seis seções: a primeira é a introdução, que foi apresentada acima; na segunda, realizo discussões sobre o neoliberalismo; a Análise Crítica do Discurso será a terceira seção; a metodologia é apresentada na quarta seção; na quinta seção há as análises com os resultados e as discussões; e por fim apresento as considerações finais.

2 Neoliberalismo: um mero sistema econômico?

“As pessoas achavam normal ter mercadorias chegando no mundo inteiro e circulando livremente enquanto os homens eram barrados nas fronteiras. Para atravessá-las, alguns se escondiam dentro de caminhões, disfarçando-se de mercadorias – inertes –, e assim morriam asfixiados, esquecidos pelos motoristas em um estacionamento sob o sol de junho em Douvres.”

(Ernaux, 2021, p. 198)

De acordo com Fairclough (2000), o que está acontecendo no mundo contemporâneo é uma forma reestruturada (e global) do capitalismo – onde há quem ganha e onde há quem perde. O autor argumenta que algumas das perdas são a enorme desigualdade social (entre ricos e pobres), a redução de segurança para as pessoas, a diversificação das formas de discriminação, tais como o racismo e o sexismo, a democracia se fragiliza e o meio ambiente corre riscos severos em função dos danos causados por diferentes práticas (políticas, empresariais, sociais). Na lógica neoliberal, o autor aponta que há a imposição de novas representações do mundo, novos discursos, novos gêneros e, portanto, vê-se todo um projeto linguístico (e semiótico) nesse novo capitalismo – também chamado de neoliberalismo. Fairclough (2000) afirma que o neoliberalismo é defendido por partidos políticos conservadores a fim de enfraquecer a democracia e, desse modo, reduz o bem estar social – o Estado acaba se adaptando ao mercado e este último dita (re)estruturações socioeconômicas que aumentam a desigualdade social e afetam grupos sociais marginalizados, assim, qualquer tentativa do Estado em proteger essa população em prol do bem estar social se enfraquece.

Dentro dessa lógica da economia neoliberal, há a sedimentação na produção de sujeitos ativos, que calculam e decidem investir em seus próprios recursos, também chamado como “capital humano” (Bazzicalupo, 2017). De acordo com a autora, capital humano é o conjunto de elementos físicos, psicológicos, culturais – que é observado em termos de energia, atitude e competência, por exemplo – em que sujeitos são esperados a ser totalmente responsáveis –

de forma individual – por si mesmos, assim como são produzidos para criarem um ambiente de competitividade e individualismo entre si, a fim de que tenham ‘sucesso’ e ‘vençam’.

É importante ressaltar, como discute Safatle (2021), que o neoliberalismo não é apenas um modelo relacionado à esfera econômica, mas perpassa toda uma engenharia social. A partir dessa racionalidade, sujeitos são condicionados a nunca estarem satisfeitos e sempre buscarem mais (sob o ponto de vista econômico), a fim de serem ‘felizes’, ‘plenos’, ‘prósperos’ – *the more the merrier* –, sensações que estão relacionadas com a ‘dignidade humana’ e a ‘liberdade’, assim, o afeto humano é reduzido a uma lógica matemática de investir, comprar e vender, ancorado na ideia de demanda do mercado (Franco *et al*, 2021).

Para que sujeitos se tornem obedientes a todo esse sofisticado projeto linguístico, Silva Junior (2021) argumenta que novas formas de produção de subjetividades – que são materializadas no discurso e afetam o trabalho, a comunicação, os desejos das pessoas – têm como objetivo a naturalização da vulnerabilidade social e da precarização (com altos índices de desemprego), assim como incentivam, sob a égide do termo empreendedorismo (sem quaisquer tipos de recursos e segurança) as pessoas a abrirem um negócio e, desse modo, tornam-se responsáveis por seu desemprego – associando aqueles que não conseguem mudar sua condição a ‘fracasso’, ‘preguiça’ ou ‘cidadãos infantis’ que precisam de ‘mesada do governo’². Desse modo, ao tornarem-se totalmente responsáveis por si, as pessoas reproduzem práticas neoliberais, tais como fingir que não há nada de errado, assim como não levantam questões ‘desagradáveis’ para serem discutidas – mesmo diante de toda a precarização de suas vidas. Vê-se que em sua empreitada social, o neoliberalismo atinge seus objetivos, assim como reduz a força política de sujeitos por meio de seus diversos discursos que perpassam questões psicológicas, sociais, econômicas, políticas e culturais.

Argumento que o neoliberalismo também está presente em diferentes estruturas sociais, nas quais elites simbólicas buscam vantagem política, econômica e sociocultural – um dos pontos cernes do sistema –, como a configuração patriarcal, já vista antes da indústria, do mercado e do próprio neoliberalismo. Vê-se que essas estruturas sociais são ancoradas de modos distintos. Se recorrermos ao modelo de família nuclear cristã é possível perceber que toda sua configuração contemporânea foi arquitetada para convergir com o neoliberalismo. Configuração essa que é sedimentada com demandas relativamente fixas a fim de atender os mercados. Exemplos disso são as diversas datas que estão relacionadas com a célula familiar: Dia dos Pais, Dia das Mães, Dia das Crianças, Páscoa, Natal etc. As pessoas se sacrificam para comprar presentes, muitas vezes impossibilitadas, para atender tais demandas. Como afirma a Nobel de Literatura que viveu o pós-guerra:

Já era Natal, as pessoas suspiravam ao ver, no começo de novembro, a enxurrada de brinquedos e chocolates invadindo as grandes redes e supermercados. Sentiam-se abatidas por não conseguir escapar durante algumas semanas ao encerramento da grande festa que obrigava cada um a pensar na própria solidão e em seu poder aquisitivo em relação à sociedade – como se a vida inteira terminasse numa noite de Natal. Era uma visão que dava vontade de adormecer no final de novembro e só acordar no começo do ano seguinte. Começava a pior época do ano, em que tínhamos desejo e ódio das coisas, era o auge do gesto consumista.

² É importante ressaltar que políticas públicas para redução das desigualdades sociais e, mais especificamente, da fome são tratadas pelo mercado de forma depreciativa.

Apesar de tudo, nos entregávamos a ele e ficávamos nas filas dos caixas, com raiva e calor, como se tivéssemos a obrigação de gastar e realizar um sacrifício, oferecido a um deus qualquer, nos resignando a ‘fazer alguma coisa na data’, montar a árvore e decidir o cardápio da ceia de Natal (Ernaux, 2021, p. 206 e 207).

Assim, vê-se que o afeto, propósito prometido para essas datas, muitas vezes torna-se coadjuvante. Outro fator primordial para a manutenção da célula familiar nuclear cristã é a sobrevivência desse novo capitalismo. Sem a célula da família, o neoliberalismo desmorona, assim como pesaria para o Estado (almejadamente mínimo) suprir as necessidades básicas de tantas pessoas desempregadas, doentes e ‘descartáveis’. Pessoas essas que são assistidas por membros da família. Pais e mães assistem filhos e filhas e o contrário também acontece, por exemplo. Tudo é planejado – a fim de se tirar vantagens – e proveitoso para o neoliberalismo, para os mercados, para as demandas materiais.

De acordo com Avelino (2016), o papel de poder da racionalidade neoliberal não está ligado tanto na produção de comportamentos, mas na correção, na incitação e no ajuste desses comportamentos a fim de manipular sujeitos de acordo com as demandas do mercado e o ambiente econômico.

Além disso, infância, educação, sexualidade, uso de drogas, a relação com outros seres vivos e com o planeta, e também o amor, a amizade, a simpatia, até mesmo a morte, deixam de integrar o campo de experiência possível dos indivíduos para se tornarem bens de consumo, investimentos em capital humano. No ambiente neoliberal não há experiência de si possível, na medida em que não há nele comportamento que não seja resposta a estímulos ambientais (Avelino, 2016, p. 277).

Com relação a essa tentativa de ‘corrigir’ e moldar sujeitos, percebo que membros da iniciativa privada, que são comumente representados pelo empresariado ou por outros dirigentes igualmente treinados a pensarem de acordo com a racionalidade neoliberal, são ‘responsáveis’ a fazerem de seu time o mais uniforme possível e seus esforços muitas vezes não se limitam a questões técnicas que podem requerer certa padronização de atividades, mas especialmente a ‘modos de ser’ – estrategicamente camuflados em palavras e narrativas como ‘família’, ‘sucesso’, ‘lucro’, ‘união’, ‘amizade’ e ‘felicidade’, por exemplo. Em outros termos, apesar da proteção jurídica que defende a democracia brasileira, há inúmeras brechas que são materializadas em discursos velados.

No que concerne a esses discursos, Fairclough (2000) discute sobre a inclusão de diferentes narrativas (algumas já apontadas anteriormente) – tais como progresso, oportunidade de ‘crescimento’ através de intensa competitividade –, que demandam ações – ex.: livre comércio, a desburocratização do Estado, ‘flexibilidade’ no trabalho, ‘modernização’, ‘qualidade’, entre outras. Para o autor, esses projetos discursivos contribuem para criar novas relações sociais, novos valores, novos ‘modos de ser’, que afetam (e transformam) diferentes áreas da vida, assim como são vistos em diferentes tipos de discursos, como o discurso econômico, o discurso educacional, o discurso político, assim como discursos que não são diretamente ligados ao neoliberalismo, mas são fortemente afetados por ele, como o discurso da insegurança – reduzido à esfera individual – gerado por toda essa ‘flexibilização’ nas relações de trabalho – fazendo da insegurança um ‘desafio’ que podemos e devemos superar e ‘vencer’, tornando-a

uma virtude, enquanto a dependência do bem estar social é visto como uma falha. Exemplo disso é o empreendedor de si mesmo.

Fairclough (2010) argumenta que a linguagem da gestão empresarial (e dos negócios) também colonizou diferentes instituições públicas e organizações, tais como a universidade, em que a fluidez de práticas sociais locais em países ao redor do globo é vista em discursos que são globalmente disseminados por organizações como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial. Portanto, de acordo com o autor, a ideia comum de o neoliberalismo ser visto como uma ordem socioeconômica está associada a uma orientação discursiva, sugerindo que a língua tem um papel fundamental nas mudanças socioeconômicas da contemporaneidade (mais do que era visto no passado) – assim, a análise do discurso tem uma importante contribuição em pesquisas que almejam uma transformação nesse projeto político que não teme em remover obstáculos para atingir seus objetivos.

3 Análise Crítica do Discurso

A análise do discurso é um termo guarda-chuva que ancora diferentes, perspectivas teórico-metodológicas, dentre elas a Análise Crítica do Discurso (ACD), que uso como base para esse artigo. Dentre os fundadores da ACD, podemos citar van Dijk, que tem realizado discussões acerca de questões sócio-cognitivas (1987, 1988, 1998) em suas pesquisas e Fairclough, que tem um considerável repertório de publicações ligadas ao neoliberalismo, como discutido anteriormente. Nesse estudo, ambos os autores são usados como base para as discussões que proponho fazer ao longo desta seção.

Como apontado anteriormente, o empresariado pode influenciar sua equipe de trabalho, não apenas no que concerne às atividades (técnicas) específicas de uma função, mas também com seu poder social – a fim de manipular ‘modos de ser’, como se comportar, pensar e votar. Para van Dijk (2020), grupos dominantes podem ser chamados de ‘elites simbólicas’ que controlam toda uma estrutura social – tais como tópicos a serem discutidos, padrões morais, crenças, valores e ideologias, por exemplo. Nesse controle há sujeitos sociais que podem ser vítimas de manipulação e relações de poder são protagonistas nesse cenário – pais têm poder sobre filhos, professores sobre alunos, chefes sobre funcionários etc. (van Dijk, 2020). De acordo com o autor, a manipulação é uma forma de dominação materializada no uso que sujeitos fazem do discurso em contextos específicos, incluindo aspectos verbais e não verbais. Como van Dijk argumenta, as elites simbólicas detêm o ‘poder simbólico’ em função de seus ‘recursos simbólicos’. No caso do empresariado, os recursos simbólicos podem estar associados à capacidade de empreender, de ‘sucesso’, de ‘superar obstáculos’ e de ‘prosperar’ economicamente, por exemplo.

Dentro de sua discussão sobre elites simbólicas, van Dijk nos apresenta o conceito de ‘ressalvas’, que é uma das categorias analíticas usadas para esse artigo. Ressalvas (*Disclaimers*) são movimentos semânticos que têm o intuito de favorecer o ‘nós’ (grupos dominantes) e desqualificar o ‘eles’ (grupos marginalizados) (van Dijk, 2020). Segundo o autor, há algumas classificações que podem ser percebidas para as ressalvas, tais como: negação aparente; concessão aparente; empatia aparente; desculpa aparente; inversão (culpar a vítima) e transferência. Adapte algumas dessas classificações com exemplos que criei a partir de comentários que poderiam ser utilizados, caso o empresariado defenda as narrativas hegemônicas de

defesa do neoliberalismo, a fim de manipular e/ou coagir seus funcionários para que se alinhem com seus vieses político-ideológicos.

Os exemplos são mostrados a seguir: i) negação aparente: “Não tenho nada contra pessoas em situação de rua, mas às vezes acho que não se esforçam com tanto emprego por aí e a esquerda só vai deixar essa gente mais folgada.”; ii) concessão aparente: “Entendo as questões sociais e acho importante, mas daqui a pouco viramos uma Venezuela se o Estado inventar de ser o pai de todo mundo, coisa que a esquerda sempre tentou fazer.”; iii) empatia aparente: “Com certeza desigualdades sociais existem, mas acredito que quem realmente quiser chega lá, veja o João que cursou medicina e Mariana que abriu sua empresa.”; iv) ignorância aparente: “Sei lá se o Brasil tem realmente essa desigualdade toda, até porque a gente sabe que essas pesquisas também podem ser manipuladas né.”; v) desculpa aparente: “ai, gente, desculpa, por mais que o Bolsonaro tenha seus defeitos e às vezes pode ser desastrado em suas falas, ele incentiva a movimentação do mercado e quem realmente tá a fim de trabalhar, empreende, prospera, vejam o meu exemplo.”; vi) inversão (culpar a vítima): “a esquerda que avacalhou, até votei no Lula na primeira vez que ele se candidatou, mas daí virou essa bagunça toda – com tentativa de destruição da família, de implantar o comunismo, ‘ideologia de gênero’, de inflar o Estado, de vitimizar quem não trabalha, além de só separar as pessoas, pois somos todos humanos: brancos, negros, heteros, gays... muito mi mi mi, não se pode mais falar mais nada.”; vii) transferência: “eu não tenho problema com minoria nenhuma, só acho que se fazem de vítima, são cheios de raiva e querem tratamento especial – se trabalharem vão prosperar e ser felizes e gente feliz não incomoda”. Assim, vê-se que o discurso pode favorecer elites simbólicas, uma vez que textos escritos e orais podem ser usados como estratégias para influenciar pessoas a fim de que o poder se mantenha (van Dijk, 2020).

No entanto, esse poder é vulnerável e sujeitos podem aceitar e naturalizar ou resistir e contestar discursos hegemônicos. De acordo com Fairclough (2003), a análise textual (parte da análise discursiva) está relacionada a ‘ordens do discurso’ que não limitam sua composição com elementos linguísticos como substantivos ou frases, mas com discursos, gêneros e estilos – que são sinônimos de ‘vozes’, ‘modos de ser’ ou identidades – que permitem, controlam e excluem possibilidades em esferas particulares da vida social.

No que concerne à inclusão e à exclusão de vozes de textos, Fairclough (2003) aponta os conceitos de intertextualidade e pressuposição, que podem ser estrategicamente utilizados em diferentes discursos. Nesse estudo, recorro a ambos os conceitos de intertextualidade e de pressuposição para as análises. De acordo com Fairclough, a primeira coisa que devemos ter em mente quando falamos em intertextualidade é a presença de elementos de outros textos dentro de um texto – que pode ser atribuído explicitamente, usando um texto ou pensamento reportado ou sem uma atribuição explícita. Com relação a essas atribuições, o autor apresenta duas formas distintas: atribuição/citação direta e atribuição/citação indireta. Enquanto a primeira usa as mesmas palavras do autor, entre aspas, a última parafraseia parte de um texto usando outras palavras. Com relação à atribuição/citação direta, há uma relação entre os autores do texto original e o texto reportado, assim como há uma relação entre o texto reportado e o resto do texto original, que pode desencadear diferentes tipos de discursos (Fairclough, 2003).

Fairclough também argumenta que há vozes que são excluídas de um texto (e de um discurso) a fim de se manter ideologias por meio de poder social. Desse modo, o autor afirma que enquanto a intertextualidade permite a diferença e há o diálogo entre a voz do autor do texto (original) e outras vozes, também há a pressuposição, que reduz a diferença e reforça o

que é presumido pelo senso comum como uma verdade inquestionável. Ele apresenta diferentes tipos de pressuposições que também criei exemplos, adaptados para essa pesquisa, de discursos que podem ser reproduzidos pelo empresariado: i) pressuposições existenciais: está relacionado a algo que existe, caracterizado por marcadores de referentes definidos, como artigos definidos e demonstrativos (o/a/os/as, este/esta/isto, aquele/aquela/aquilo, entre outros). Ex.: “O comunismo destruiu vários países ao redor do mundo.” presume que o comunismo existe/existiu; ii) pressuposições proposicionais: está associado sobre algo que é, pode ser ou será o caso. Ex.: “Se o PT entrar novamente no poder, o mercado será fechado e teremos um comunismo no Brasil.”; iii) pressuposições de valor: está associado sobre algo considerado bom e desejável. Ex.: “O capitalismo é o melhor sistema que existe, pois as pessoas são livres para crescerem e prosperarem.”; iv) pressuposições lógicas: está relacionada a implicações lógicas inferidas a partir de características da língua. Ex.: “Ele é esforçado, portanto terá um futuro brilhante!”.

No que concerne a ideologias e pressuposições, há sistemas de valores que podem ser percebidos em discursos particulares, como o discurso neoliberal, com características como ‘eficiência’ e ‘adaptabilidade’ sendo consideradas coisas boas e desejáveis e todos os tipos de pressuposições apontados acima – e os discursos que as compreendem –, em determinados momentos, podem ser denominadas pressuposições ideológicas, pois universalizam significados particulares e têm o intuito de manter a dominação e poder sociais (Fairclough, 2003). O trabalho da ideologia visa reforçar ideias do senso comum e naturalizar construções da realidade social de forma sutil a fim de convencer diferentes grupos sociais, assim, quando seu trabalho é menos visível, torna-se mais eficiente para manter assimetrias em relações de poder e as pressuposições são elementos fundamentais para esse trabalho no nível do discurso (Fairclough, 1989, 2019) e isso é aqui analisado.

Após discutir a base teórica na qual esse estudo está inserido, na próxima seção apresento a metodologia, seguida das análises e discussões.

4 Metodologia

Como afirmei anteriormente, nessa pesquisa analiso o discurso do proprietário da Havan, assim como outros discursos que interagem com o dele, como o do cantor Sérgio Reis e supostos discursos de funcionárias(os). O critério de seleção está relacionado às postagens em que há a demonstração dos vieses político-ideológicos dos autores dos discursos entre os meses de setembro e novembro de 2022, datas que estão relacionadas ao período eleitoral – três delas antes do período eleitoral; outras três entre o primeiro e o segundo turno das eleições presidenciais e uma após o período eleitoral. O primeiro turno das eleições presidenciais ocorreu no dia 02/10/2022 e o segundo turno no dia 30/10/2022. O objetivo é investigar se esses discursos tentam manipular, intimidar e coagir funcionárias(os) ou, mesmo diante de possíveis divergências político-ideológicas, há abertura e liberdade para a expressão de outros modos de ser. Também como afirmei anteriormente, para esse estudo, que é de caráter qualitativo, recorro à perspectiva teórico-metodológica da Análise Crítica do Discurso (Fairclough, 1989, 2003, 2010, 2019; van Dijk, 2020), em que uso as categorias analíticas de ressalvas, intertextu-

alidade e pressuposições, e ao conceito de neoliberalismo (Avelino, 2016; Bazzicalupo, 2017; Fairclough, 2000, 2010; Safatle, 2021).

A organização para as análises foi realizada de forma cronológica. As postagens analisadas são materializadas em vídeos curtos, que foram transcritos, textos escritos nas postagens, assim como legendas. Em função de escolhas teórico-analíticas, nessa pesquisa, trabalho, exclusivamente, com textos verbais. A primeira postagem publicada é um vídeo, no dia 05/09/2022, com 52,2 mil curtidas e 1.549 comentários. A segunda postagem foi publicada no dia 21/09/2022, há 5.850 curtidas e 102 comentários. A terceira postagem foi publicada no dia 26/09/2022 e há 3.019 curtidas e 47 comentários. A quarta postagem publicada é um vídeo, no dia 17/10/2022 e há 42,9 mil curtidas e 750 comentários. A quinta postagem foi publicada no dia 22/10/2022, onde há 19,9 mil curtidas e 458 comentários. A sexta postagem publicada foi no dia 30/10/2022 e há 48,7 mil curtidas e 1908 comentários. A sétima e última postagem publicada é um vídeo, no dia 07/11/2022, com 131 mil curtidas e 4.114 comentários. O número de curtidas e comentários foram contabilizadas no momento da escrita do presente artigo.

Na hora da seleção, limitei-me aos trechos que entendi serem mais relevantes de acordo com os critérios da escolha dos dados – postagens com discursos, que mostram o posicionamento político-ideológico, do proprietário da Havan e outros interlocutores em datas relacionadas às eleições presidenciais de 2022, que são apresentadas na próxima seção.

5 Análises e discussões

Como explicado anteriormente, as análises e discussões se dividem em sete itens e são apresentadas a seguir.

(1) Data: 05/09/2022 (vídeo transcrito):

- 1) Excerto 1. Luciano: Bom dia, pessoal! Ô vidão, graças a Deus hoje é segunda-feira! Estou com meu amigo, Sérgio Reis. [...] Sérgio, fala com o nosso público aí.

No excerto “graças a Deus hoje é segunda-feira” temos dois pontos que merecem ser levantados, o primeiro é a questão ‘religiosa’, em que o autor faz uso da pressuposição existencial para falar de Deus. Desse modo, não há margem para outras vozes questionarem a existência dele, em função da interjeição “graças”, que expressa gratidão – a algo que supostamente exista. A segunda questão é sobre essa ‘gratidão’, que há uma pressuposição de valor, em que o autor atribui a segunda-feira a ser um dia da semana a se comemorar e a agradecer.

Se recorrermos a nossa esfera cultural, veremos que o que acontece é o contrário, a segunda-feira é tipicamente vista como um dia ruim para trabalhadoras/es contemporâneas/os brasileiras/os, pois é o início de uma (longa) semana de trabalho – discursos que atribuem o trabalho como algo ruim são comumente materializados em redes sociais, como em *memes*, por exemplo. Aqui podemos elencar algumas questões da origem desses discursos, como a precarização de trabalho, informalidade, condições análogas de escravidão, ‘uberização’ e o próprio desemprego. Por exemplo, para uma pessoa que está em um nível hierárquico elevado de algum cargo, a segunda-feira pode ser uma data ‘a ser comemorada’, uma vez que desafios, resoluções, conquistas entram em cena. Para uma pessoa que trabalha com construção civil (na função de pedreiro) embaixo de um sol e calor de 40 graus, não raro com sensação térmica

de 50, a segunda-feira pode ser um tormento, pois mais uma semana de desconforto físico (e mental) será experimentada. Da mesma forma que uma trabalhadora que acorda de madrugada, pega dois ou três ônibus para trabalhar longas horas – em situações precárias – e volta tarde da noite, cansada, muitas vezes com filhos pequenos esperando em algum vizinho ou parente, a segunda-feira pode ser o início de um ciclo de atividades e dias exaustivos, injustos e não recompensados da forma adequada.

Portanto, por meio dessas pressuposições vê-se a tentativa de universalizar um discurso particular, em que a segunda-feira ‘é vista como boa’. Aqui, também é importante ressaltar a intencionalidade desse discurso. Por exemplo, o autor do discurso é proprietário de uma grande organização empresarial e têm milhares de funcionárias(os). Desse modo, percebemos que a intencionalidade desse discurso é para beneficiá-lo, pois se trabalhadoras(es) ‘agradecem’ pela segunda-feira e, portanto, trabalham de forma mais ‘entusiasmadas’, podem inclusive trabalhar mais do que deveriam e há mais produção e lucro.

O discurso neoliberal é o cerne dessa curta fala “Ô vidão, graças a Deus hoje é segunda-feira”. Por meio desse discurso, o individual prevalece em detrimento ao social, coletivo e político. Presume-se que todas as pessoas têm (ou deveriam ter) um ‘vidão’, assim como gostam de segunda-feira, como discutido anteriormente. Aqui também há projetos linguísticos e semióticos, como argumentado por Fairclough, em que a necessidade de ‘sucesso’ e de ‘vencer’ está incorporada no discurso neoliberal. Não importa as circunstâncias, o ‘sucesso’ relacionado a narrativas como ‘felicidade’, ‘coragem’, ‘resiliência’, ‘superação’, ‘condicionamento mental’ etc. também estão presente no discurso neoliberal, que há um enfraquecimento do social e do político e, por conseguinte um enfraquecimento da democracia, assim como o fortalecimento do individual, junto com seus riscos e ‘coragem’ de assumi-los.

Na sequência, o autor do excerto fala “Estou com meu amigo, Sérgio Reis. [...] Sérgio, fala com o nosso público aí”. Aqui, temos a presença da intertextualidade. O autor da fala apresenta outra voz que irá compor o cenário. A presença da intertextualidade tanto pode trazer uma ideia contraditória ao texto ‘original’, complementá-lo ou ainda fortalecê-lo, com o intuito de legitimá-lo, por exemplo. Essa outra voz é apresentada nos próximos parágrafos, seguida das análises.

- 2) Excerto 2: Sérgio Reis: [...] você que é preguiçoso, vagabundo, sem vergonha, vá trabalhar como nós. Eu estou há 64 anos trabalhando, estou muito feliz, porque faço o que gosto. Procure fazer aquilo que você gosta, como ele, que é um empresário bem-sucedido [...] vem cedo pra cá, trabalha e ainda manda essa mensagem pra vocês. Fica a nossa mensagem de alegria, de ternura, de força para que você continue trabalhando. [...] Pense alto que você vai chegar lá.

No excerto “você é preguiçoso, vagabundo, sem vergonha, vá trabalhar como nós” percebe-se o movimento semântico de ressalva dentro da classificação de ‘inversão’. A inversão se caracteriza por qualificar (“vá trabalhar como nós”) os grupos dominantes que também podem ser chamados de elites simbólicas, e desqualificar grupos marginalizados, que, neste contexto, podemos pensar em pessoas que estão desempregadas ou não tem a qualificação exigida em função de complexas estruturas e desigualdades sociais, provindas de raízes históricas, políticas e culturais. Ainda no contexto desse excerto, há a pressuposição de valor que gostaria de enfatizar como ideológica. Em outros termos, percebe-se que o autor atribui, por

meio da pressuposição de valor (e ideológica), o não trabalho – ou o desemprego – a uma questão de escolha, e o relaciona com à preguiça, à ‘vagabundagem’ e à ‘sem vergonhice’.

Enfatizo a pressuposição ideológica (em que todos os outros tipos de pressuposições podem tê-la), em função de o autor do excerto relacionar o (excesso de) trabalho à ‘dignidade humana’, a um valor demasiadamente enaltecido e, desse modo, aqueles que não trabalham por quaisquer razões – que incluem questões socioeconômicas e sociopolíticas, desencadeando o desemprego – são taxados por termos pejorativos, pois segundo a lógica neoliberal, tudo é uma questão de escolha e força de vontade. Desse modo, discussões históricas e culturais, como o racismo estrutural, que afeta diretamente o desemprego e a falta de qualificação, são totalmente ignoradas. A narrativa da ‘meritocracia’ torna-se protagonista e se alia a outros projetos discursivos, tais como a ideia de ‘progresso’, ‘oportunidade’ e ‘liberdade’. Aqui também entram em cena os excessos de trabalho – que são defendidos pelo autor por meio de pressuposição –, o aceite do trabalho precário ou até análogo à escravidão, como vem sendo mostrado frequentemente pela imprensa nos últimos tempos. Todas essas narrativas fazem parte do neoliberalismo, que é um enorme projeto linguístico e semiótico, a fim de gerir pessoas em suas vidas pessoais, no trabalho, e em suas vidas políticas.

Na sequência, quando o autor do texto afirma “eu estou há 64 anos trabalhando, estou muito feliz, porque faço o que gosto. Procure fazer aquilo que você gosta, como ele, que é um empresário bem-sucedido [...] vem cedo pra cá, trabalha e ainda manda essa mensagem pra vocês. [...] Pense alto que você vai chegar lá.” vemos, por meio da intertextualidade, o fortalecimento e a legitimação do discurso do ‘autor original’. Ambas as vozes produzem o discurso neoliberal com narrativas como ‘sucesso’, ‘felicidade’, ‘gratidão’, ‘exemplo’ (a ser seguido), ‘mérito’, ‘trabalho duro’, entre outras.

(2) Data: 21/09/2022 (postagem/legenda)

- 3) Excerto 3: Luciano: encontre as pessoas certas e dê liberdade a elas. DÊ LIBERDADE COM RESPONSABILIDADE!
- 4) Excerto 4: autora/autor indefinida/o: A Havan é um sucesso por ser uma grande família e, junto com o Luciano Hang, temos as pessoas certas ao nosso lado.
- 5) Excerto 5: autora/autor indefinida/o: Nossos 22 mil colaboradores têm liberdade para expressar suas ideias e, com responsabilidade, sempre pensam no melhor para a Havan. Dessa forma, todos crescemos e nos desenvolvemos juntos: nossa empresa, equipe e o Brasil, é claro.

No excerto “dê liberdade com responsabilidade”, vê-se o uso de um movimento semântico chamado concessão aparente, pois ‘a liberdade’ é dada ‘desde que’ seja com ‘responsabilidade’. Aqui há uma pressuposição de valor, em que a ‘responsabilidade’ é considerada algo universal, positivo e desejável. Posteriormente, temos a presença de intertextualidade, pois há uma nova voz que se refere ao dono da Havan em terceira pessoa “a Havan é um sucesso por ser uma grande família e, junto com o Luciano Hang, temos as pessoas certas ao nosso lado”. Aqui, vemos o uso da narrativa ‘família’, em que há a tentativa de demonstração de um senso de intimidade e proteção, que é fabricada culturalmente nas relações de trabalho de organizações privadas, em sociedades capitalistas avançadas. No excerto “temos as pessoas certas ao nosso lado” há uma pressuposição de valor, em que há perfis desejáveis para fazer

parte ‘dessa família’ e pessoas que não são bem vindas. Perfis esses que já foram demonstrados anteriormente: que não ‘inventam’ desculpas, adoram segunda-feira e trabalham ‘duro’.

Na sequência, quando os autores do texto afirmam – aqui as vozes se misturam em função da quebra de parágrafo e do uso da primeira pessoa do plural – “nossos 22 mil colaboradores têm liberdade para expressar suas ideias e, com responsabilidade”, a ideia de liberdade de expressão de ideias é condicionada, novamente, a narrativa ‘responsabilidade’. Percebemos a tentativa de infantilização de atores sociais – funcionárias(os) – por meio de um discurso paternalista que mistura a narrativa ‘família’ para legitimar a ‘responsabilidade’. Dito de outro modo, a narrativa ‘responsabilidade’ é comumente usada por mães, pais ou responsáveis de crianças e jovens. Dessa forma, vê-se que o proprietário da Havan afirma dar liberdade – com responsabilidade – para funcionárias(os), enquanto o que acontece é que essa liberdade é determinada de acordo com o que ele entende por ‘responsabilidade’, que pode – e deve – diferir significativamente dos 22 mil funcionários que afirma ter. Assim, modos de ser são geridos e controlados, que são comumente evidenciados no discurso neoliberal.

(3) Data: 26/09/2022 (postagem/legenda)

- 6) Excerto 6: Luciano: Desculpas ou resultados? Você pode ter um ou outro, nunca os dois! Não fique dando desculpa para tudo, corra atrás dos objetivos e mostre resultados! Problemas todos enfrentamos diariamente, mas o que muda é a forma que você encara e resolve eles. Lembre-se: lamentar não muda nada, é preciso fazer a diferença. As mudanças e realizações na sua vida só dependem de você. Me conte aqui, você é de mostrar resultados ou inventa desculpa para tudo?

No excerto “Desculpas ou resultados? Você pode ter um ou outro, nunca os dois!” vê-se um binarismo simplista por meio da conjunção alternativa “ou”. Dito de outro modo há apenas duas possibilidades: isso ou aquilo. Quando o autor do texto afirma “nunca os dois” há o uso da pressuposição proposicional, pois está relacionado a um ‘fato’ e, nesse contexto, possibilidades outras não existem. No excerto “corra atrás dos objetivos e mostre resultados” percebe-se o uso da pressuposição lógica, uma vez que atribui a falta de resultados a uma mera questão de escolha. Isso é complementado no excerto “problemas todos enfrentamos diariamente, mas o que muda é a forma que você encara e resolve eles”.

Aqui, ressalto a pressuposição de valor e também a ideológica. Em outros termos, quem resolve – individualmente – seus problemas é visto como superior dentro de uma cadeia hierárquica e rapidamente deslocado a narrativas como ‘superação’, ‘sucesso’, ‘felicidade’ e ‘resiliência’, por exemplo. As mesmas pressuposições – de valor e ideológica – são percebidas no excerto “as mudanças e realizações na sua vida só dependem de você”, em que atribui, ideologicamente, um valor significativamente maior a quem ‘vence’. Nesse sentido vê-se o destaque da narrativa ‘competição/competitividade’ – ‘vencer’ outras pessoas e sobressair-se diante dessa lógica individualista.

Ressalto que os problemas sugeridos que se resolvam individualmente muitas vezes são questões de ordem coletiva, social e política. Por exemplo, uma mulher preta e pobre, que é violentada pelo marido e sofre constantemente de racismo pode não ‘gerar resultados’ da mesma forma que um homem branco de uma classe social privilegiada. No entanto, o discurso neoliberal ignora questões sociopolíticas, pois como afirma Davis (2022), sem o racismo estrutural, violência de gênero e desigualdade socioeconômica, ele não sobrevive.

Além disso, esse discurso fere a ordem democrática, pois recortes de classe, raça, gênero, sexualidade, etnia, entre outros, afetam a participação política, direta ou indiretamente, das pessoas. Por exemplo, um sujeito heterossexual branco, rico, dono de uma empresa que fatura milhões por dia, como o autor desse texto, faz parte de um grupo dominante que tem muito mais recursos – simbólicos e materiais – do que um transexual subalternizado. Esse sujeito pode tanto influenciar milhares de funcionárias(os), como diversos outros grupos sociais que os enxergam como um exemplo de ‘sucesso’. Esse sujeito pode influenciar todas essas pessoas para votar em seus candidatos, tentando convencê-las, por meio de práticas discursivas veladas, como o uso de pressuposições, de que esses candidatos irão beneficiar suas vidas, enquanto na verdade está interessado em beneficiar a sua própria e daqueles que fazem parte do mesmo grupo social dominante que participa.

Argumento que quanto mais ‘projetos neoliberais’ um candidato oferecer, mais chances de conquistar o empresariado e reduzir a força política de uma nação. É importante salientar que o neoliberalismo não é apenas um sistema econômico, mas, como discutido anteriormente, todo um enorme projeto linguístico e semiótico e uma engenharia social que tenta, por meio de ‘um convite’ sutil, determinar como devemos nos comportar, agir, pensar, crer e sentir.

(4) Data: 17/10/2022 (vídeo transcrito)

- 7) Excerto 7: Luciano: Ô vidão, graças a Deus, hoje é segunda-feira. O pessimista é aquele que torce para dar errado para ele estar certo. Mas você, que me segue, não pode ser um pessimista, aquele que toma vinagre de manhã cedo, aquele que está sempre com azia para encher a paciência dos outros. Você tem que ser aquele otimista, que tudo acredita que vai dar certo, que é uma pessoa de bem com a vida e ajuda as outras pessoas a serem felizes. O bom da vida é ser sempre aquela pessoa que entusiasma as outras, que faz com que a vida das pessoas seja cada vez melhor. Então, não seja pessimista. Seja um otimista. Ô vidão, graças a Deus, hoje é segunda-feira. Vamos para a frente, pessoal.

No excerto “o pessimista é aquele que torce para dar errado para ele estar certo. Mas você, que me segue, não pode ser um pessimista” percebe-se o uso da pressuposição de valor. Aqui, há uma idealização de modos de ser. Em outros termos, quem é otimista é visto como superior, pois independente de quaisquer adversidades ‘continua otimista (e feliz)’. Além do discurso neoliberal, o autor reproduz o discurso da felicidade, em que há uma obrigação em ser feliz em quaisquer circunstâncias (Cabanas; Illouz, 2022). Esse discurso, comumente reproduzido em sociedades capitalistas avançadas, associa à felicidade a uma questão de escolha e aqui, o otimismo entra em cena. Ao tentar condicionar as pessoas a ser ‘felizes’, como se fosse uma mera projeção mental, esse discurso as distrai da precarização de suas vidas, não percebendo, tampouco questionando, todo esse projeto semiótico governado, eficientemente, pelo neoliberalismo.

No excerto “mas você, que me segue, não pode ser um pessimista” também vemos o uso da pressuposição proposicional, em que expressa o que é o caso, nesse contexto, pessoas não otimistas não são bem-vindas como seus seguidores e, conseqüentemente, como ‘amigos’ de sua empresa, uma vez que a conta usada para dar esse recado é o da empresa. Desse modo, esse discurso coage funcionárias(os) para que reproduzam determinados modos de

ser: otimista, ‘feliz’, grato, positivo e quem não se encaixa nesse padrão demandado pelo neoliberalismo não é bem vindo em sua empresa.

Na sequência, vemos o reforço dessa tentativa de determinação de modos de ser, em que o autor ressalta o público que não é bem vindo à rede social de sua empresa – e por extensão à sua empresa física: “aquele que está sempre com azia para encher a paciência dos outros”. Historicamente falando, sujeitos que resistem a uma ordem social que privilegia uma esfera dominante da sociedade não são vistos com bons olhos por pessoas que desejam a manutenção do *status quo* e as punições para esse comportamento de resistências podem variar de acordo com o momento histórico e cultural.

Em períodos de ditaduras militares, não só no Brasil, mas em diferentes partes do globo, violências físicas, prisão e extermínios de grupos sociais que resistem à ordem social e política vigente eram recorrentes. Já em sociedades (supostamente) democráticas como a nossa, esse tipo de violência institucionalizada e ‘amparada’ pela lei – afinal é ‘baderneiro’, ‘malandro’ e ‘vagabundo’ quem é ‘contra a moral e os bons costumes’ e deseja mudança social – já é vista com maus olhos por muitos que fazem parte dela. No entanto, aqui, outros tipos de violência entram em cena, em que o discurso é protagonista. Assim, ao ‘convidar’ funcionárias(os) a não mais seguirem as redes sociais da empresa em que trabalham, e conseqüente não fazerem mais parte da empresa, caso não se encaixem em determinados modos de ser, o autor do texto faz uso de violência por meio de estratégias discursivas veladas. Alguém pode tentar argumentar: mas as pessoas são livres e podem escolher outros empregos. Porém, em uma sociedade em que a valorização da ‘beleza’, juventude e outros valores estão acima de (quase) tudo e, conseqüentemente, há um alto índice de etarismo, uma pessoa com 50 ou 60 anos de idade pode não se sentir livre nesse contexto, quando há outros dependendo dela para comer, por exemplo.

Desse modo, esse tipo de estratégia discursiva deve ser ‘revelada’ (e até mesmo denunciada quando a lei amparar) para que diferentes atores sociais se conscientizem que há empresários, como o autor desse texto, que querem seu bem-estar enquanto suas forças produtivas dependerem desse bem-estar. No entanto, oprimem identidades, crenças, valores e posições política-ideológicas divergentes daquilo que defendem e, desse modo, ferem a ordem democrática. O autor reforça suas estratégias discursivas quando complementa “você tem que ser aquele otimista”. O verbo *ter* remete a obrigação e ordem. Portanto, percebemos uma ordem para que as pessoas tenham determinado modo de ser: otimismo. Aqui, vemos a pressuposição ideológica, em que um tom autoritário entra em cena, que é reforçado no excerto “não seja pessimista. Seja um otimista.”, em que há o uso do imperativo, comumente usado para dar ordens.

A autoridade e a força são traços comuns de discursos produzidos por grupos sociais conservadores e de extrema-direita, como vistos em diferentes regimes ditatoriais. Contudo, atualmente, o discurso autoritário que seguidores do neoliberalismo produzem soa como um convite, um toque e um ‘empurrão’ para o ‘bem-estar’ da sociedade. Enquanto na verdade, as violências só mudam de tonalidade e se tornam mais sofisticadas.

(5) Data: 22/10/2022 (postagem/legenda)

- 8) Excerto 8: Luciano: É na ousadia dos sonhos que estão as grandes conquistas. OUSE! Se você quer fazer algo diferente, inovador e original, tenha coragem de ousar e fazer o que outras pessoas nunca fizeram. Não tenha medo de criar algo novo. Faça, mesmo que tentem de dizer o contrário.

- 9) (Excerto 9: supostas/os funcionárias/os: O nosso chefinho, Luciano Hang, diz: “Cuide para não ficar escutando os especialistas, que são pessoas negativas que nunca fizeram nada, só ficam na teoria e não partem para a prática”. Acredite nos seus objetivos e tenha determinação para fazer o que quiser. Você pode tudo! Compartilhe com alguém que precisa ler essa mensagem!

Nesses excertos, primeiramente vemos a voz do dono da Havan, autor ‘original’ do texto. Com relação à segunda parte, temos a presença de intertextualidade, em que outras vozes, supostamente de funcionárias(os) iniciam o texto com “o nosso chefinho, Luciano Hang, diz”. Aqui, temos o uso do diminutivo chefinho. Um dos motivos dos quais se usa o diminutivo é o com o intuito de transmitir afeto, carinho, e intimidade, assim como o diminutivo chefinho é comumente usado por funcionárias(os). Desse modo, por meio desse excerto, percebe-se a demonstração de supostos sentimentos positivos sobre o chefe.

Uma vez que funcionárias(os) demonstraram ser próximas(os) do chefe, logo trazem a voz dele novamente para o texto através da atribuição direta: “cuide para não ficar escutando os especialistas, que são pessoas negativas que nunca fizeram nada, só ficam na teoria e não partem para a prática”. Aqui, há o uso de pressuposições de valor e ideológica. Por meio dessas pressuposições, o autor desqualifica algumas esferas da sociedade, como a educação, a ciência e a filosofia. Esferas essas que são comumente atacadas por discursos de extrema-direita. Assim, para o autor, essas esferas não devem ser valorizadas e tampouco levadas em consideração. Por meio das pressuposições de valor e ideológica, ele também coloca atores que compõem essas esferas numa posição inferior e não dignas de respeito, uma vez que atribui a essas pessoas adjetivos como ‘negativo’ e já deixou claro o que pensa de pessoas supostamente ‘negativas’ e ‘pessimistas’ – seres desprezíveis em seu rol de convívio e que “nunca fizeram nada”.

Argumento que ao expressar publicamente o discurso neoliberal, anti-ciência/educação e de extrema-direita e usar supostas(os) funcionárias(os) que estariam apresentando aquela fala como se fosse universal e concordassem com ele é uma violenta tentativa de coação, intimidação, e ameaça veladas. Dentro de milhares de pessoas que trabalham nessa instituição, será que todas tem essa visão distorcida desses setores da sociedade? Ressalto que é uma pergunta retórica e, portanto, aqui, mais uma vez, o autor ‘original’ do texto demonstra intolerância com educadores, cientistas, filósofos e intelectuais de modo geral. O que ele chama de ‘pessoas negativas’ são, na verdade, pessoas críticas e atentas a questões sociais, políticas e humanas. Como argumenta Rajagopalan (2003):

[...] o educador crítico [aqui também podemos pensar em outros atores citados acima] atrai, via de regra, a ira daqueles que estão plenamente satisfeitos com o *status quo* e interpretam qualquer forma de questionamento das regras do jogo estabelecidas como uma grave ameaça a si e à sua situação confortável e privilegiada. A história vem se repetindo desde longínquos tempos na Grécia Antiga, quando Sócrates, o pai da filosofia no mundo ocidental, foi obrigado a se retratar de tudo o que ensinara aos atenienses sob pena de pagar pelo crime de perturbar a ordem com a sua própria vida. O educador crítico sempre foi e sempre será uma ameaça para os poderes constituídos (p.111, 112).

Sendo assim, funcionárias(os) dessa instituição não têm liberdade para pensar e se expressar de forma diferente. Do mesmo modo em que há um ‘convite’ para aqueles que não

partilham do mesmo discurso neoliberal, anti-ciência/educação, e de extrema-direita a se retirarem – por meio de demissão ou outro tipo de rechaçamento – ou, ainda melhor para o autor desse convite, a se renderem e serem aliados aos diferentes tipos de ataques contra esses atores e setores da sociedade, quando, novamente, há também ataques a recente e frágil redemocratização.

(6) Data: 30/10/2022 (postagem/legenda)

- 10) Excerto 10: Há uma mão carregando um crucifixo com a seguinte frase: QUE DEUS PROTEJA O NOSSO BRASIL!
- 11) Excerto 11: supostas/os funcionárias/os: Esse crucifixo nosso chefinho ganhou de um fã em um momento muito especial. Desde então, sempre carrega com ele em ocasiões importantes. Hoje é um dia decisivo para o futuro da nossa Nação. Vamos escolher em qual Brasil queremos viver. A Havan é uma empresa patriota, que gera 22 mil empregos diretos e mais de 150 mil indiretos, e leva desenvolvimento e renda de Norte ao Sul do país. Nós queremos e lutamos por um Brasil livre, próspero e com oportunidades para todos. Por isso estampamos em nosso uniforme nosso amor pela Nação e aquilo que acreditamos: o Brasil que queremos só depende de nós!

O texto acima foi postado no dia do segundo turno das eleições presidenciais de 2022, em que o ex-presidente Jair Bolsonaro tentava a reeleição. No início do texto há a seguinte frase: “QUE DEUS PROTEJA O NOSSO BRASIL!” Aqui há a pressuposição existencial, ou seja, novamente, não há questionamento algum sobre a existência de Deus e, para o autor, a sua existência é um fato incontestável. Ainda, vemos a reprodução de um discurso religioso. Ao reproduzir esse discurso, outros tipos de crenças e a ausência delas, como o ateísmo, são ignoradas e desrespeitadas. Há a universalização de um discurso e de uma crença particular.

Na sequência, podemos observar a intertextualidade com a presença de novas vozes no texto “esse crucifixo nosso chefinho ganhou de um fã em um momento muito especial. Desde então, sempre carrega com ele em ocasiões importantes”. Vozes essas que são supostamente de funcionárias(os). Ao se expressarem, observamos, novamente, o uso do diminutivo que, nesse contexto, indica intimidade, carinho e afeto. Como afirmado anteriormente, esse excerto foi postado no mesmo dia do segundo turno das eleições presidenciais de 2022, motivo pelo qual o autor fala em “ocasiões importantes”.

Posteriormente, essas outras vozes afirmam: “vamos escolher em qual Brasil queremos viver”. Aqui, há a presença de ambas as pressuposições, proposicional e de valor. Por meio dessas proposições, essas vozes indicam que são uníssonas, como observado em “vamos”, com o uso da primeira pessoa do plural, assim como há um valor atribuído quando essas vozes falam em “escolher em qual Brasil queremos viver”. Em outros termos, por meio da pressuposição de valor, essas vozes afirmam que há a possibilidade de escolha, assim como um ideal de Brasil. Essa pressuposição é complementada em “nós queremos e lutamos por um Brasil livre, próspero e com oportunidades para todos”, ou seja, valores como ‘liberdade’ e ‘prosperidade’ são ideais e desejáveis. Aqui, por se tratar de uma organização privada e diante das análises já realizadas, argumento que essa liberdade é meramente comercial, em que o

neoliberalismo prevalece, enquanto a liberdade de expressão e de outros modos de ser já foi demonstrada por diferentes tentativas de coação.

E por fim, no excerto “o Brasil que queremos só depende de nós!” há a presença da pressuposição proposicional, em que apresenta a ideia de que todas as pessoas querem o mesmo Brasil (“O Brasil que queremos”). Nesse momento, vê-se a universalização de desejos particulares. Será que o Brasil que o proprietário da Havan deseja é o mesmo Brasil que todas(os) suas(seus) funcionárias(os) também desejam? Novamente, a pergunta é retórica, pois vemos que esse excerto está alçado pelo discurso neoliberal – que tenta conduzir tudo e todos pela lógica dos mercados.

(7) Data: 07/11/2022 (vídeo transcrito)

- 12) Excerto 12: Luciano: Ô vidão, graças a Deus, hoje é segunda-feira. Tem uma frase muito importante para a nossa vida: depois da tempestade vem a calmaria. [...] Tem uma frase muito importante que pode se dizer sobre este momento: não há mal que sempre dure e nem bem que nunca acabe. [...] Ô vidão, graças a Deus, hoje é segunda-feira. Sempre pra frente, com otimismo e entusiasmo, tudo dá certo na nossa vida.

Oito dias após o segundo turno das eleições presidenciais de 2022, em que o atual presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi eleito, o texto acima é transmitido na conta oficial da Havan no *Instagram*. No excerto “tem uma frase muito importante para a nossa vida: depois da tempestade vem a calmaria” vê-se a presença da intertextualidade, em que o autor ‘original’ do texto traz uma segunda voz, por meio da atribuição direta, para ‘legitimar’ sua mensagem. Na mensagem “depois da tempestade vem a calmaria”, com evidente conotação ao resultado das eleições, temos a presença da pressuposição ideológica, em que essa outra voz é usada para atribuir “a tempestade” ao então presidente eleito. Aqui, observamos a antítese como figura de linguagem, em que apresenta ideias opostas: a tempestade como algo negativo e devastador e a calmaria como algo reconfortante e pacífico. Dito de outro modo, a vitória do presidente nas eleições é demonstrada como algo devastador ao autor do texto.

Na sequência, o autor afirma “tem uma frase muito importante que pode se dizer sobre este momento: não há mal que sempre dure e nem bem que nunca acabe.” Aqui, percebemos, novamente, o uso de intertextualidade, por meio da atribuição direta, ou seja, há a presença de outra voz, com o intuito de embasar e legitimar o pensamento do autor do texto. Nesse outro texto “não há mal que sempre dure e nem bem que nunca acabe”, o autor ‘original’ do texto complementa, por meio da pressuposição ideológica, o que afirmou anteriormente – o mal é a tempestade, que foi a vitória do atual presidente Lula nas eleições de 2022, em oposição ao ‘bem’, que acabou e que foi o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro.

Ressalto, novamente, que todos esses discursos – neoliberal, religioso, anti-ciência/educação, de felicidade, entre outros – foram reproduzidos na conta oficial da Havan no *Instagram*. Estamos falando de uma empresa que tem milhares de trabalhadoras(es) e, seu proprietário faz uso de estratégias discursivas (veladas) para intimidar, coagir e ameaçar funcionárias(os) que possuem um viés político-ideológico divergente do que ele defende. Assim, convido leitoras e leitores, para que possamos, de diferentes formas, contribuir com a conscientização de práticas discursivas violentas e, por meio de resistências, criar novas redes de apoio, denúncias e possibilidades, a fim de fortalecer nossa vulnerável ordem democrática.

Palavras (nunca) finais

A maior inquietação para iniciar esse artigo se deu em função dos diversos casos de assédios realizados por líderes da iniciativa privada, em que coagiam, direta ou indiretamente, funcionárias(os) a votarem em seu candidato, majoritariamente, o ex-presidente Jair Bolsonaro (Mendes, 2022; Souza, 2022). Os casos que puderam ser comprovados, como discutido anteriormente, foram caracterizados como assédio eleitoral e esses atores sociais tiveram que responder pelo que fizeram. No entanto, há diferentes práticas e estratégias discursivas para coagir, intimidar e ameaçar. Práticas essas que podem não ser percebidas pela população leiga e pelo senso comum.

Nesse artigo, analisei discursos produzidos pelo proprietário da empresa Havan, assim como outras vozes de interlocutores, como o cantor Sérgio Reis e supostos discursos de funcionárias(os), que convergiam com o discurso de proprietário da empresa. O conceito de neoliberalismo – com suas narrativas e estratégias – foi usado como base nesse trabalho, assim como a perspectiva teórico-metodológica da Análise Crítica do Discurso, com as categorias analíticas de ressalvas, intertextualidade e pressuposições para as análises. A seleção dos dados foi realizada por meio de sete postagens na conta oficial da Havan no *Instagram*, correspondentes ao período eleitoral das últimas eleições presidenciais – três postagens antes, três durante e uma depois –, em que vídeos foram transcritos e textos de postagens e legendas também foram levadas em consideração para as análises. O estudo teve como objetivo analisar se esses discursos, de caráter político-ideológico, tentam manipular, intimidar e coagir funcionárias(os) ou, mesmo diante de possíveis divergências político-ideológicas, há abertura e liberdade para a expressão de outros modos de ser.

Os resultados demonstram que o discurso do proprietário da Havan não somente tenta manipular, intimidar e coagir funcionárias(os) a pensarem, agirem e se sentirem de acordo com seu viés político-ideológico de extrema-direita, como também houve a inclusão de outras vozes a fim de legitimar e tentar universalizar o seu discurso. Dito de outro modo, o proprietário da Havan não oferece abertura e liberdade para expressão de outros modos de ser e apresenta os discursos de funcionárias(os) como se (todas/todos) fossem convergentes com os seus. Com relação aos discursos identificados, destaco o anti-ciência/educação, religioso de felicidade num viés hegemônico de extrema-direita – convergentes com o discurso neoliberal, que, nesse contexto, pode ser visto com um discurso guarda-chuva, pois abarca os demais.

Ao chegar às linhas finais desse estudo e, a cada vez que faço análise de discurso(s), percebo o quanto práticas discursivas (veladas) são usadas com o intuito de influenciar pessoas como se tais práticas fossem as beneficiar, enquanto o que acontece é o contrário, beneficiam os produtores desses discursos, que são grupos sociais dominantes e elites simbólicas. No contexto específico dessa pesquisa, o neoliberalismo pôde ser visto como um enorme projeto linguístico e semiótico, em que tudo é regulado, envolvendo questões econômicas, sociais, políticas, culturais, psicológicas etc. e o empresariado parece ser um forte representante desse sistema – do qual muitos passam fome, sofrem diferentes tipos de discriminação, são violentados e extintos todos os dias. No entanto, sempre há lugar para resistências por meio de desarticulações e rearticulações de práticas discursivas a fim de contribuir para mudança social.

Penso que no que concerne às limitações do estudo é que foi realizada uma pesquisa com um reduzido número de dados e de uma única organização privada. Assim, sugiro para

pesquisas futuras questionar funcionárias(os) dessa organização a fim de identificar diferentes vieses político-ideológicos: se esses discursos são reproduzidos frequentemente no dia a dia, como se sentem diante deles, se/como afetam suas escolhas políticas e vidas pessoais.

Referências

- AVELINO, N. *Foucault e a racionalidade (neo)liberal*. Revista Brasileira de Ciência Política, Brasília, n. 21, p. 227-284, setembro-dezembro 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-335220162107>
- BAZZICALUPO, L. *Biopolítica*: um mapa conceitual. Tradução: Luisa Rabolini. São Leopoldo, RS: Ed. UNISINOS, 2017.
- CABANAS, E.; ILLOUZ, E. *Happycracia*: fabricando cidadãos felizes. Tradução: Humberto do Amaral. São Paulo: Ubu Editora, 2022.
- ERNAUX, A. *Os anos*. Tradução: Marília Garcia. 1ª ed. São Paulo: Fósforo, 2021.
- FAIRCLOUGH, N. *Language and power*. London: Longman, 1989.
- FAIRCLOUGH, N. *Language and Neoliberalism*. London; Discourse and Society, nº 11, pp. 147–148, 2000.
- FAIRCLOUGH, N. *Analysing discourse*: Textual analysis for social research. London: Routledge, 2003.
- FAIRCLOUGH, N. *Critical Discourse Analysis*: The Critical Study of Language. London and New York: Routledge, Taylor & Francis Group, 2010.
- FAIRCLOUGH, N. *Discurso e mudança social*. 2. ed. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2019.
- FRANCO, F.; CASTRO, J. C. L.; MANZI, R.; SAFATLE, V.; AFSHAR, Y. O sujeito e a ordem do mercado: gênese teórica do neoliberalismo. In: SAFATLE, V.; SILVA JUNIOR, N.; DUNKER, C. (orgs). *Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico*. 1. ed.; 2. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.
- DAVIS, A. *O sentido da liberdade*: e outros diálogos difíceis. Tradução: Heci Regina Candiani. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2022.
- MENDES, F. *Casos de assédio eleitoral sobem quase 1.300% em comparação com 2018; investigadores prosseguem*. Brasil de Fato, 2022. Disponível em: < <https://www.brasildefato.com.br/2022/11/04/casos-de-assedio-eleitoral-sobem-quase-1-300-em-com-paracao-com-2018-investigacoes-prosseguem>>. Acesso em: 19/12/2024.
- RAJAGOPALAN, K. *Por uma linguística crítica*: linguagem, identidade e a questão ética. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.
- SAFATLE, V. A economia é a continuação da psicologia por outros meios: sofrimento psíquico e o neoliberalismo como economia moral. In: SAFATLE, V.; SILVA JUNIOR, N.; DUNKER, C. (orgs). *Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico*. 1. ed.; 2. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.
- SILVA JUNIOR, N. O Brasil da barbárie à desumanização neoliberal: do —Pacto edípico e pacto social, de Hélio Pellegrino, ao —E daí?, de Jair Bolsonaro. In: SAFATLE, V.; SILVA JUNIOR, N.; DUNKER, C. (orgs). *Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico*. 1. ed.; 2. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

SOUZA, F. '*Todos de aviso prévio*': chefes ameaçam funcionários por votos nas eleições. BBC NEWS BRASIL, 2022. Disponível em: <<https://bbc.com/portuguese/brasil-63425032>>. Acesso em: 19/12/2024.

VAN DIJK, T. A. *Handbook of Discourse Analysis*. 4 V. New York: Academic Press, 1987.

VAN DIJK, T. A. *News as Discourse*. Erlbaum, 1988.

VAN DIJK, T. A. *Ideology: An Interdisciplinary Approach*. London: Sage, 1998.

VAN DIJK, T. A. *Discurso e Poder*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2020.

Pronunciation Assessment: Relating the CEFR's Phonological Control Scale to Intelligibility and Comprehensibility Measures

Avaliação de pronúncia: relacionando a Escala de Controle Fonológico do CEFR com Medidas de Inteligibilidade e Compreensibilidade

Thaisy da Silva Martins

Universidade Federal de Santa Catarina
(UFSC) | Florianópolis | SC | BR
thaisy.sm@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-5638-9102>

Rosane Silveira

Universidade Federal de Santa Catarina
(UFSC) | Florianópolis | SC | BR
CNPq
rosanesilveira@hotmail.com
<https://orcid.org/0000-0003-0329-0376>

Abstract: Research in pronunciation learning and teaching over the past years has advanced the idea that working with the intelligibility and comprehensibility constructs is fundamental to developing pronunciation for successful communication. This study investigates the relationship between the Common European Framework of Reference for Languages - CEFR phonological scale (2018 version), and two measures commonly used in second language (L2) speech research, namely, intelligibility and comprehensibility rates. Speech samples from 16 Brazilian speakers of English were collected. Their speech samples were assessed by 14 listeners, teachers of English, in terms of intelligibility, comprehensibility and phonological control. The raters transcribed the speech samples, which generated an intelligibility score (number of words correctly transcribed); for comprehensibility, the raters assigned a level of difficulty in understanding the speech through a nine-point scale; finally, they used the CEFR scale to rate the level of phonological control for each speaker. Results show a highly significant correlation between intelligibility and comprehensibility, but not significant correlation between these two speech dimension variables and phonological control.

Keywords: speech assessment; intelligibility; comprehensibility; phonological control.

Resumo: A pesquisa sobre aprendizagem e ensino da pronúncia tem defendido, nos últimos anos, que sejam enfatizadas duas dimensões da fala: inteligibilidade



e compreensibilidade. Essas dimensões são essenciais para o ensino da pronúncia que visa auxiliar no desenvolvimento de uma comunicação bem-sucedida. O presente estudo investiga a relação entre a escala fonológica do Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas - CEFR (versão 2018) e duas medidas comumente utilizadas na pesquisa sobre o desenvolvimento da fala em L2, a saber, inteligibilidade e compreensibilidade. Foram coletadas amostras de fala de 16 brasileiros falantes de inglês. Suas amostras de fala foram avaliadas por 14 ouvintes, professores de língua inglesa, quanto à inteligibilidade, compreensibilidade e controle fonológico. Os avaliadores transcreveram as amostras de fala, o que gerou um escore de inteligibilidade (número de palavras transcritas corretamente); para compreensibilidade, os avaliadores atribuíram um nível de dificuldade de compreensão da fala por meio de uma escala de 9 pontos; por fim, utilizaram a escala CEFR para avaliar o nível de controle fonológico de cada falante. Os resultados mostram uma correlação altamente significativa entre inteligibilidade e compreensibilidade, mas não foram obtidas correlações significativas entre as duas variáveis de dimensão da fala e controle fonológico.

Palavras-chave: Avaliação da fala; inteligibilidade; compreensibilidade; controle fonológico.

1 Introduction

In the field of oral proficiency assessment, pronunciation knowledge has often been assessed with a focus on accuracy or in a vague manner (Harding, 2017), rather than on whether L2 speakers can sustain a conversation with their interlocutors and establish communication without demanding too much effort from listeners. Responding to criticism against the 2001 Phonological Control Scale, the Common European Framework of Reference for Languages (CEFR) proposed an updated version of its phonological scale (2018), which seems to be aligned with the idea of focusing on successful communication.

Assessment is a relevant part in the process of learning a second language (L2). It contributes to the development of a learner's skills, and it helps teachers in the construction of knowledge with their students. In the specific domain of pronunciation assessment, Kang and Kermad (2018) demonstrate that, in the past, the assessment of a learner's oral performance used to focus on the accuracy of segmentals, having an idealized native speaker as the model. With time and understanding that native-like pronunciation was not an attainable and rea-

sonable goal, pronunciation assessment started to take different paths, especially with the nativeness versus intelligibility principle proposed by Levis (2005).

According to Levis (2005; 2020), there are two principles in research concerning pronunciation: nativeness principle and intelligibility principle. The nativeness principle demonstrates the desire to sound native-like, as well as the prospect of achieving this goal, while the intelligibility principle defends the possibility and successfulness of communication in spite of one's accent. Intelligibility, in its turn, is defined by Derwing and Munro (2005, p. 385) as "the extent to which a listener actually understands an utterance". An important assumption is that having a strong accent does not mean that learners will not be understood by their interlocutor; the intelligibility concept holds that, if communication is established, there is no need for learners to sound native-like.

In addition to the intelligibility construct, research in the field of pronunciation assessment often investigates comprehensibility and accentedness as complementary dimensions. According to Derwing and Munro (2015), comprehensibility refers to how much effort the listener must make to understand what the speaker is saying. Accentedness also results from the listener's perception, and it relates to how the listener perceives certain pronunciation patterns as being different from those spoken by a specific speech community.

Thus, having intelligibility and comprehensibility assessment in mind, an important tool to assist this process is the Common European Framework of Reference for Languages (CEFR). This framework aims at providing guidelines to support language learning, teaching and assessment, according to the Companion Volume provided by the Council of Europe (2018).

Among other materials, the document features descriptor scales that can be helpful when assessing L2 learners' proficiency. The CEFR was updated to include a revised scale for phonological control, used for the assessment of L2 learners' oral proficiency. Claiming that the previous scale reinforced the view that accuracy and accent - and, therefore, the nativeness principle - were central to the development of L2 pronunciation, the phonological control scale was redeveloped to embrace the concept of intelligibility (Council of Europe, 2018).

Considering the CEFR scale for phonological control (2018 version), the concepts of intelligibility, comprehensibility, and the context of Brazilian learners of English, the objective of this study is to examine the relationship between the updated CEFR phonological scale, and two measures commonly used in L2 speech research, namely, intelligibility scores (measured as orthographic transcription of speech samples) and comprehensibility rates. One central question guides the study: How do raters' judgements of L2 learners' intelligibility and comprehensibility relate to the new CEFR scale for phonological control? We hypothesize that there is a correlation between intelligibility measures, comprehensibility ratings and the CEFR phonological control scale.

Having in mind that the updated CEFR scale for phonological control was released in 2018, there has not been much research on the subject (Khabbazzbashi; Galaczi, 2020; Topal, 2019). Seeing that this is a valuable resource in the assessment of L2 learners, as well as a high-stake document used in language assessment, it is important to examine the adequacy of the update scale and relate it to the context of Brazilian learners of English. As potential study-abroad and work-abroad candidates, Brazilian undergraduate and graduate students often take standardized tests that evaluate English proficiency. Since the CEFR scales are used as a

reference to assess proficiency in many high-stake proficiency tests, it is relevant to examine this recently revised resource for assessment implementation.

Having introduced the research context and stated our objective, the next section reviews relevant literature in the field of L2 speech, with a focus on the intelligibility and comprehensibility constructs, the CEFR guidelines, and selected empirical studies that address pronunciation assessment. Then, we explain the method employed to collect and analyze speakers' and listeners' data. Finally, we present and discuss the results of the correlational analysis. The article ends with tentative conclusions and directions for further studies and classroom implications.

2 Review of literature

In this section we present an overview of the studies connected with pronunciation assessment, including important constructs such as intelligibility and comprehensibility, accent, pronunciation assessment, raters, and rating scales. After that, we describe the CEFR phonological control scale and empirical studies examining the CEFR impact.

2.1 L2 pronunciation assessment dimensions

Following Derwing and Munro (2015, p. 2), we can define pronunciation as “the ways in which speakers use their articulatory apparatus to create speech”. Pronunciation is an essential component of L2 oral development, and it encompasses knowledge about segments (vowels and consonants), suprasegments (e.g., stress, intonation, connected speech phenomena), as well as voice quality features (e.g., tone). Successful L2 communication involves active collaboration between speakers and listeners in order to accommodate differences in pronunciation.

Derwing and Munro (2015) identify L2 speech dimensions that affect successful communication and that should be considered when assessing the oral component of L2 proficiency, namely, intelligibility, comprehensibility, accentedness, and fluency. The authors define intelligibility as the extent to which a listener understands the speaker's intended message. On the other hand, comprehensibility is related to the degree of effort required from the listener to understand what the speaker is saying. Accentedness also results from the listener's perception, and it relates to how certain pronunciation patterns are perceived as being different from those spoken by a specific speech community. Finally, fluency is a speech dimension related to speech rate (speed) and fluidity, encompassing the frequency of occurrence of pauses and hesitation markers.

A number of studies have investigated the intelligibility construct in the field of pronunciation assessment, often in connection with other relevant constructs such as comprehensibility, accentedness, linguistic features, and rater and speaker characteristics.

Derwing and Munro (1995b) analyzed accentedness, comprehensibility and intelligibility in the speech of second language learners. Native speakers of English judged these speech dimensions assessing speech produced by non-native speakers and the results suggested that, even when speakers were judged as having a strong foreign accent, their intelligibility was not affected. These results corroborate the claim advanced by Levis (2005, 2020) that communi-

cation can be intelligible even when the speaker has a strong non-native accent. Furthermore, Derwing and Munro's (1995a, 1995b) study have been highly influential in the field of L2 speech research, as they have consistently shown that while intelligibility, comprehensibility, and accentedness are related constructs, they are also independent from each other.

Bent and Bradlow (2003) investigated the influence of the native language background on intelligibility assessment. Their results demonstrated that native listeners considered native speakers more intelligible than non-native speakers; moreover, a "matched interlanguage speech intelligibility benefit" could be seen in the results. This benefit means that non-native speech is more intelligible to the non-native listener because both listeners and speakers share the same native language, and this shared knowledge impacts intelligibility (Bent; Bradlow, 2003).

A study conducted by Kang *et al.* (2017) aimed at examining the relationship between phonological features of the L2 speech (segmentals and suprasegmentals) and different measures of intelligibility, as well as the correlation between these measures and listeners' comprehension scores in the TOEFL exam. The participants were high-proficient English users. The listeners assessed the speakers' intelligibility through five different measures: true/false statements, scalar ratings, perception of nonsense sentences, perception of filtered sentences and orthographic transcription. The authors concluded that comprehensibility of nonsense sentences was effective in measuring the intelligibility of speakers from different backgrounds because they "require a phonemic level of speech processing and, to some extent, knowledge of sound cooccurrences" (Kang *et al.*, 2017, p. 138).

Silveira and Silva (2018) investigated the intelligibility of English word-final codas (e.g., 'bed' pronounced as [bɛdʒ]) produced by Brazilian learners and assessed by listeners from different L1 backgrounds. The study correlated intelligibility with the listeners' second language (L2) proficiency level, familiarity with speakers' L1, and length of residence in the speakers' country. The results indicate that certain types of coda modification have a negative effect on intelligibility, and that semantic information present in the carrier phrases improves intelligibility in some cases. Furthermore, listeners' familiarity with the English spoken by Brazilians helps them to perform better on the intelligibility task, which demonstrated that accent familiarity contributes with successful communication between speakers from different L1 backgrounds, as accent familiarity brings awareness about L2 pronunciation patterns that might hinder intelligibility.

Comprehensibility is another important concept in the assessment of pronunciation, and it is often explored alongside intelligibility and accentedness. Comprehensibility is usually measured through Likert-scales. Derwing and Munro (1995a) investigated the relationship between speech processing time (measured in terms of how long it took listeners to respond), accentedness and comprehensibility rates, provided by English native speakers. The results showed a relationship between comprehensibility and response time, suggesting that native speakers take processing time into account when evaluating the speech of non-native speakers.

Trofimovich and Isaacs (2012) investigated what linguistic features (phonology, fluency, lexis/grammar, and discourse) are related to accent and what features are related to comprehensibility. Speech samples were provided by French native speakers and evaluated by inexperienced raters and experienced teachers of English. The results demonstrate that phonological aspects, such as segmental accuracy, are more related to accentedness, while grammati-

cal and lexical errors are linked to comprehensibility. This suggests that segmental errors affect accentedness ratings, while grammatical and lexical errors affect comprehensibility ratings.

Foote and Trofimovich (2018) investigated the role of the listeners' native language in the process of assigning comprehensibility ratings. The listeners were L2 English speakers from Mandarin, French, Hindi, and English backgrounds. They rated speech samples of L2 English speakers from Mandarin, French and Hindi backgrounds. The results demonstrated that the speakers' L1 background must be considered as a factor when evaluating comprehensibility. Besides, when the listeners shared the same L1 with the speakers, they tended to make positive comments about their speech; when they did not share the same L1 background, they tended to make negative comments, suggesting a relation between comprehensibility and L1 background.

Saito, Trofimovich and Isaacs (2015) examined the correlation between comprehensibility and accentedness for learners from different proficiency levels. Japanese speakers of beginner, intermediate and advanced levels of English completed a speech elicitation task that involved describing an image. Their speech was assessed by inexperienced native speakers of English in the domains of comprehensibility and accentedness. Experienced native-speaker raters evaluated the speech samples focusing on linguistic analyses of phonological, lexical, and grammatical characteristics of speech. The results showed that comprehensibility was related to segmental, prosodic, temporal, lexical and grammatical aspects of L2 speech, while accentedness was related mainly to segmental accuracy. This study also contributes to the accepted view in the area that a speaker with high phonological, lexical, and grammatical proficiency can be comprehensible while still having an accented speech. Regarding the differences on comprehensibility assessment across proficiency levels, the authors highlight that for beginner to intermediate learners, prosody, temporal variables, and lexical accuracy are the main targets; for intermediate to advanced learners, the listeners tend to focus on segments, prosody, and grammatical accuracy.

Having a strong L2 accent may result in miscommunication, due to the speaker's pronunciation of segmental aspects (vowels and consonants) or suprasegmental aspects (e.g., stress or intonation), and it might create confusion, irritation, or even prejudice against the speaker (Derwing; Munro, 1995a). Derwing and Munro (1997) examined the relationship between accentedness, comprehensibility and intelligibility, concluding that accentedness ratings are harsher than comprehensibility ratings, which in turn are harsher than intelligibility scores.

2.2 Pronunciation assessment: measurement and rater issues

Pronunciation assessment can vary in method and type of measurement. Kang and Kermad (2018) explain that pronunciation can be assessed either by human beings or by machines. While machine assessment relies on acoustic parameters, assessment provided by listeners/raters can use methods such as rating scales, orthographic transcription, true/false questions, cloze tests with nonsense sentences, or comprehension questions. Human raters can be biased due to a variety of reasons, which can impact the process of evaluation and thus must be considered (Kang; Kermad, 2018).

According to Derwing and Munro (2015), in the context of standardized tests - in which there is the use of scales to assess pronunciation - there is also a disparity in the results, due to the differences that permeate human evaluators; the authors highlight that this can be a

serious issue due to the fact that standardized tests (such as the Test of English as a Foreign Language - TOEFL - and the International English Language Testing System - IELTS) are often used to make decisions about students' admission in school and work programs.

A study conducted by Kang et al. (2019) examined the effects of raters' background on the evaluation of English non-native speakers, and how a brief training could help neutralize this impact on oral assessment. The participants were naive raters with no formal experience in evaluating oral proficiency, and they all varied in language background. They holistically evaluated speech samples produced by TOEFL examinees. The results demonstrated that English native-speakers tended to be less strict than non-native speakers when assigning rates. Moreover, frequent contact with a certain accent impacted the raters in the sense of being more lenient towards familiar accents. The study also demonstrated that a training session - which happened online - helped to balance the assessment, that is, after the training the raters' interrater reliability increased.

Rating scales rely on a listener's perception and judgment and many factors can influence the outcome of this rating. Kuiken and Vedder (2014) highlight factors such as the speaker's proficiency level, type of task, topic of the assignment, rating experience, familiarity with rating scales, and training. Toffoli *et al.* (2016) add relevant factors such as raters' strictness, task difficulty, assessment criteria and scale descriptors. A rating scale is a sort of framework that enables a listener to judge specific language traits from a speech sample, while following a structure in order to minimize possible interferences such as seen above (Isaacs; Thomson, 2012).

Usually, researchers work with 9-point Likert scales to assess comprehensibility, where 1 refers to "no difficulties" and 9 to "extremely difficult". According to Isaacs and Thomson (2012), 9-point scales are often chosen due to their versatility, meaning that they can be used with learners from any L1 and by inexperienced raters who have no background in linguistics. The authors also highlight that Cronbach's alpha coefficients (a statistical test to assess interrater reliability) are often high when using this method, which is a good indication of the validity of 9-point scales as a method to assess speech production, considering that there must be an agreement between the raters in order for their ratings to be reliable. Moreover, the authors argue that without proper rater training or rigorous criterion-referenced standards, the possible interpretations generated by the use of the rating scales by the listeners can happen only within the same study, not across studies.

The debate between the performance of expert raters vs. naive raters has led to different conclusions. Isaacs (2013) discusses that having naive raters assess learners' speech may be interesting since these are the type of people that L2 learners will encounter in real-life and have a conversation with. The author demonstrates that recruiting experienced raters may be unnecessary because naive raters have demonstrated to assign reliable rates for L2 speech; however, the author stresses that there may be different outcomes depending on the objectives of the assessment, because experienced and novice raters may approach the rating task differently and thus produce different results. In the case of this study, it is more appropriate to use experienced raters, or L2 teachers, to assess the speakers' oral proficiency because this group of listeners are more familiar with rating scales and descriptors, such as the one provided by the CEFR, and our study does not provide listeners with training on how to use the rating scales.

2.3 The CEFR and its phonological control scale

The CEFR is an important guideline for language learning, teaching, and assessment (Harding, 2017). It is a source for the development of language syllabuses, curriculum guidelines, examinations, textbooks and so on across Europe, and it has been influential in other contexts as well (Figueras, 2012), including in Brazil. The framework also provides descriptors for levels of proficiency and for assessment of proficiency subcomponents. The CEFR embraces the concepts of action-oriented approach, communicative language competence, tasks and strategies for language learning. The framework is also based on the plurilingualism idea, in which a learner experiences languages considering its cultural aspects, constructing an interrelation and interaction among languages (Council of Europe, 2001). The CEFR guidelines had a huge impact on language learning and teaching, on the development of textbooks and high-stake proficiency tests worldwide; it contributed with instruction and information, for language teachers and professionals, on language proficiency, language teaching, learning and assessment, as well as in how to operationalize and apply these constructs (Quevedo-Carmargo, 2019).

The Common Reference Levels were developed to help with the description and measurement of levels of proficiency, creating a scheme to help in the comparison between different systems and standardized language tests. The reference levels provided by the CEFR are breakthrough and waystage for the basic user (A1 and A2), threshold and vantage for the independent user (B1 and B2) and effective operational proficiency and mastery for the proficient user (C1 and C2). The CEFR is composed of a global proficiency scale and illustrative scales. The illustrative descriptor scales comprise five linguistic competences: vocabulary range, grammatical accuracy, vocabulary control, phonological control, and orthographic control.

The focus of this study and the only descriptor scale that is going to be used in the present research is the phonological control scale. The description for phonological competence in the 2001 CEFR guidelines defines it as the production and perception of “the sound-units of the language, and their realisation in particular contexts; the phonetic features which distinguish phonemes; the phonetic composition of words; sentence stress and rhythm; intonation; vowel reduction; strong and weak forms; assimilation and elision” (Council of Europe, 2001).

In the 2001 version, the phonological control scale is concise and does not describe each level in detail. A1 level, for example, is described as “pronunciation of a very limited repertoire of learnt words and phrases can be understood with some effort by native speakers used to dealing with speakers of his/her language group” while C2 and C1 levels are described as: “can vary intonation and place sentence stress correctly in order to express finer shades of meaning” (Council of Europe, 2001, p. 117). These descriptions are quite vague and can lead to misplacement of candidates. The CEFR phonological scale was updated in 2018 in order to embrace more concepts related to oral proficiency and to provide more detailed guidelines for assessment. Thus, in the descriptors of the 2018 phonological scale, there can be seen the integration of the articulation, prosody, accentedness and intelligibility constructs. The updated descriptors in the Phonological Control scale, displayed in Annex 1, gives special attention to intelligibility, sound articulation and prosody, diminishing the focus on accuracy and accentedness (Council of Europe, 2018). An improvement can be seen in the updated version, as it is more in-line with current research and studies in the area of pronunciation teaching

and assessment. A new CEFR companion volume was published in 2020 with some alteration in the scales; however, the phonological control scale remained the same as the 2018 version.

Figueras (2012) investigated the impact of the CEFR for language learning, teaching, and assessment. The author demonstrated that the CEFR was developed and published during a time when language professionals were trying to describe and establish guidelines to help to inform language learning, teaching and assessment, especially on how to categorize language learning from “lack of knowledge” to “effective mastery”. One of the main contributions, according to the author, was the definitions for each level provided by the framework (A1-C2). The language descriptors were also rapidly adopted, especially to aid in the development of language learning programs, from different contexts and places. One important influence of the CEFR was in relation to how it describes learners’ progress. Instead of stating what learners cannot do at a specific level, the CEFR descriptors highlight what the learners can do, the now famous can-do statements. Moreover, the author demonstrates that the CEFR can also be misused depending on how and where the descriptors are going to be implemented.

Deygers *et. al* (2018) investigated the impact of the CEFR on European university admissions. The authors conducted interviews with representatives of 30 organizations, professionally involved with language testing and in the development of language tests for university entrance. The interview focused on university entrance policy, entrance tests, and personal opinions about the CEFR and university entrance language tests. The results demonstrate that the CEFR has a great impact on university entrance in Europe, and that many of the respondents mentioned having a positive view towards the framework. However, the authors display some controversies regarding the use of the scales on entrance tests: sometimes this instrument is misused because “[...] in many contexts it now serves as a self-administered seal of quality. It can give university admission officers a semi objective tool to control university entrance, and it may allow test developers to claim a link to a certain level without having to offer any kind of proof for this.” (Deygers *et. al*, 2018, p. 10). This article illustrates the importance and impact of the CEFR while also discussing its potential misuse.

This brief review demonstrates that the Common European Framework is to serve as a reference for language teaching, learning and assessment (Council of Europe, 2018), and it is important to adapt it to one’s needs. Furthermore, users should consider the implications of using the assessment scales and what types of negative results they might bring, especially because the updated Phonological Control Scale including intelligibility, comprehensibility, and articulation constructs in its design is very recent. The present study explores the Phonological Control Scale potentials and limitations by correlating it with other consolidated measures of L2 speech, namely, intelligibility and comprehensibility.

3 Method

In this section, the participants, instruments, and materials of this study will be presented in detail, as well as the procedures for data collection and data analysis. This research was conducted through speaking tasks and listening tasks, with the objective of examining the relationship between the CEFR phonological scale (2018) and intelligibility scores (measured as orthographic transcription of speech samples) and comprehensibility rates.

3.1 Participants

The study gathered data from a group of speakers and a group of listeners. Speakers were invited to participate in this research through social media, contact with English teachers and schools from the city where the study took place (south of Brazil). Speakers were 16 Brazilian learners of English as an L2, undergraduate students from different majors. Their age ranged from 17 to 29 ($m = 21.87$, $sd = 2.41$), and they reported having experienced a different number of years learning English, ranging from 5 to 20 years ($m = 11.06$, $sd = 3.71$). Similarly, they reported a different number of hours using English every day: seven reported 2-6 hours, five reported 2 hours, two reported 6-10 hours, and two speakers reported 10 hours or more. Speakers' proficiency was estimated through the Oxford Placement Test, and the study has speakers with proficiency levels ranging from intermediate to advanced ($B1 = 9$; $B2 = 5$; $C1 = 2$), being most of them independent users of English according to the CEFR proficiency levels.

The study also gathered data from a group of listeners who assessed the speech samples provided by the group of speakers. The listeners of this study were 14 English as an L2 teachers, in order to have experienced raters with a background on language assessment. Listeners were also contacted through social media and personal connections with graduate students and in-service teachers from language institutes to be volunteers in this research. They answered a questionnaire to report their language use and teaching experience. Listeners' age ranged from 22 to 35 ($m = 29.07$, $sd = 4.39$). They reported having been teaching English from 3 – 20 years ($m = 9.21$, $sd = 4.80$) in a range of contexts (language institutes, private classes, regular schools, undergraduate programs, bilingual schools).

3.2 Instruments and materials

This section brings information about the consent forms, background questionnaires, proficiency test, speech elicitation task, and listening tasks. The research was submitted to the Ethics Board¹ and received the approval to start the data collection. There were two different consent forms for the participants of this research: one for the speakers and one for the listeners. The participants of this study, after reading and signing the consent form, answered a background questionnaire. For the speakers, there were questions related to their language learning (number of years) and also to their daily language use. For the listeners, the questions addressed their experience as English teachers and working contexts.

To estimate the speakers' proficiency before assessing their intelligibility, an adapted version of the paper and pen version of the Oxford Placement Test was administered online through a Google form. The selected version of the Oxford Placement Test assesses reading, vocabulary, and grammar, and follows the CEFR levels (A1-C2) (Allan, 2004). The adapted version included 60 questions. Further information about all instruments is available in Martins (2022).

Speech samples were elicited with an Image Description test completed by the speakers. This test (Image 1) consisted of an image of a working space with people interacting and working together, and the speakers were expected to describe the image as much as they could. Image description tests have been used in the literature as an efficient instrument to

¹ CAAE: 48418621.9.0000.0121.

elicit speech (Derwing *et al.*, 2008; Isaacs; Trofimovich, 2012; Silveira; Silva, 2018; Silveira; Martins, 2020). Since the raters were expected to transcribe speech samples produced by the speakers, this type of free-speech sample is more suitable because it prevents listeners from guessing and getting used to the words, as they would if it was a reading aloud task, for example. The speech samples were collected online, and audio recorded using the Zoom platform.

Image 1 – Speech Elicitation Image



Source: Martins (2022)

The image was selected based on the elements available for the speakers to describe, that is, an image with enough possibilities for description without being too overwhelming. It was expected that the speakers would mention the people in the picture, the objects, the actions, the possible reasons for the situation, the colors, the background, etc. Low-proficient speakers could focus on the colors and forms present in the picture, while high-proficient speakers could explore the details and make possible abstract inferences such as conversation topics, possible relationships between the characters and so on.

As shown in Table 1, the raters listened to the speech samples and assessed them in terms of intelligibility (orthographic transcription of utterances), comprehensibility (9-point rating scale²), and phonological control (6-point rating scale with CEFR descriptors). The intelligibility score consisted of the percentage of words correctly transcribed by the listeners, and the comprehensibility rating consisted of listeners' perception of difficulty to understand the utterances. Finally, the listeners used the CEFR descriptors to rate phonological control, which is part of the speaking proficiency scales (CEFR, 2018). The three assessment tasks completed by the listeners were presented on Google form, organized in different sections. The first section was developed to gather listeners' background information. In the second section, the listeners assessed the speakers in terms of intelligibility, comprehensibility and they also assigned them a CEFR level for phonological control. For each speech sample, the form provided the listener with a space for orthographic transcription, a Likert scale for the comprehensibility measurement, and a chart with the CEFR descriptors for the raters to consult

² The choice of a 9-point scale is based on the literature related to intelligibility and comprehensibility (Thompson, 2018).

and, right after this chart, a multiple-choice item from which the listeners could select the appropriate level of the phonological scale. These steps were repeated for each speaker, in a total of 16 parts within the Google Form. Further information about the assessment form is available in Martins (2022).

Table 1 – Content of listeners’ assessment form

Components	Content
Speaker audio file	1 audio file for each speaker, accompanied by image being described.
Intelligibility task	Box for orthographic transcription of the speech sample.
Comprehensibility rating scale task	9-point scale for rating difficulty to understand speech sample.
Phonological control scale task	Complete phonological control scale and list of 6 descriptors for assigning level of control for speaker.

Source: the authors

3.3 Procedures for data collection

All prospective participants received an email with the consent form and the background questionnaires. After reading and signing the consent form and completing the questionnaire, they received another email with instructions to schedule an online, individual meeting through Zoom, with one of the researchers, to complete the other data collection steps.

Data were first collected from speakers. During the individual Zoom meeting session, each speaker received a link to a Google form for the Oxford Placement Test, which they completed during the meeting, with their cameras turned on. In the same meeting, after finishing the placement test, they completed the speech elicitation task (image description). For this purpose, the researcher in charge of data collection shared a slide presentation with the instructions for the speech elicitation task. Each speaker had a maximum of 30 seconds to plan the description, without taking notes. Speakers were instructed to describe the image, and the complete sessions were recorded (video and audio files) using Zoom functions. The speakers were informed that their image was not to be used at any time, only the audio with their speech sample would be the object of analysis. The speakers needed around 60 minutes to complete all the tasks.

The speech samples were normalized using the Audacity software and prepared to be part of the listening tasks that allowed assessing the speech samples. The normalization process involved increasing the sound volume and removing background noises.

The second step involved asking listeners to assess the speech samples. Prospective listeners who volunteered to contribute with the study received an email with instructions to complete the listening tasks remotely, at their own pace. The email included a link to the Google Form where all listening tasks were organized, with 16 parts containing the speech samples of each speaker and the respective sections to assess intelligibility, comprehensibi-

lity, and phonological control using the CEFR scale. Listeners were asked to wear headphones when performing all the assessment tasks.

For the intelligibility assessment, the raters were asked to transcribe every word of the speech samples. Following Derwing and Munro (1997), listeners were oriented to transcribe everything exactly as they heard, without making any type of correction when transcribing. Their transcriptions were automatically saved in Google Forms. Listeners were able to listen to the speech samples as many times as they found necessary as they were performing the transcription.

For the comprehensibility measurement, there was a Likert scale for the raters to decide how difficult it was to understand the utterances. In the Likert scale ranging from 1 to 9, “1” referred to “extremely difficult” and “9” referred to “no difficulties”³. The listeners filled out the comprehensibility scale after finishing the transcription of each speech sample and they were allowed to listen to the speech sample again if they wanted to. The listeners were oriented to use the entire scale, as the scale represented a range of ability levels.

After completing the intelligibility and comprehensibility tasks, the raters were asked to assign phonological control levels to each speaker, using the CEFR descriptor scale (2018) for phonological control, which showed a range of phonological control levels, from A1 to C2. The CEFR phonological control scale was presented to the listeners using the same Google Form that was created for the intelligibility and comprehensibility tasks, but it appeared as the final task. The listeners were oriented to reflect about their choices while using the scale, as well as to pay close attention to the descriptors to make a conscious choice regarding the speakers’ phonological control level.

3.4 Procedures for data analysis

To obtain a proficiency measure for each speaker, we accessed the Google Form spreadsheet containing their answers to the Oxford Placement Test. We examined the answers of each speaker with the answer-sheet that accompanies the test and assigned the proper proficiency level according to the instructions (Allan, 2004). All speakers received either a B1 level, B2 or C1, for their reading, vocabulary, and grammar L2 proficiency.

The intelligibility measure involved comparing the orthographic transcriptions provided by each listener with the speech sample of each speaker. We first transcribed every speech sample, in order to compare them to the listeners’ transcription. Next, we calculated the percentage of correct words from each transcription to generate intelligibility scores for each speaker, following Derwing and Munro (2005). Note that each speaker received 14 intelligibility scores (one from each listener).

As for the comprehensibility ratings and the phonological control ratings, we simply built spreadsheets using the data file provided by Google Forms, organizing the rating for each speaker. Again, each speaker received 14 comprehensibility ratings (9-point scale) and 14 phonological control ratings (6-point scale). Although the phonological control scale con-

³ The original scale was 1 ‘no difficulties’ and 9 ‘extremely difficult’. We inverted the scale to make the correlational analysis easier to interpret. The formula used to invert the scale was adding the minimum (1) and maximum values (9) and then subtracting this value from each variable.

tained descriptors and levels (A1 to C2), for statistical purposes, we converted the descriptors into numbers ranging from 1 (A1) to 6 (C2).

The variables used to run the correlational analysis are (i) intelligibility scores, (ii) comprehensibility rates, and (iii) phonological control rates. Pearson Correlation was used to explore the relationship between variables. Significant correlations should be obtained if we find probability (p) values equal to or smaller than .016 (we applied Bonferroni correction by dividing the alpha level of .05 by 3, which is the number of correlation tests run in the study). Since this study contains data provided by raters, it is important to know if the raters agree and to what extent they agree. For this purpose, an inter-rater reliability test was conducted before calculating average scores and rates and running descriptive statistics for each variable. Reliability tests generate a Cronbach's alpha coefficient, which is an appropriate indicator of consistency across raters. Statistical analysis was carried out using JASP (0.19.3) and Excel.

4 Results and Discussion

The research question guiding the study is: How do raters' judgements of L2 learners' intelligibility and comprehensibility relate to the CEFR scale for phonological control? To analyze and interpret the results of the collected data, we first ran an inter-rater reliability test, Cronbach Alpha, to examine if the raters agreed with each other in their assessments. The Shapiro-Wilk normality test was also run to check for normal distribution in the data, as well as descriptive statistics. Finally, we ran Pearson correlation tests for the three variables (intelligibility, comprehensibility and phonological scale levels) to investigate the relationship between them. The results of these tests are going to be presented in this section, starting with Cronbach's interrater reliability analysis.

This section is going to be organized into three subsections. First, we report on the inter-rater reliability results and then move on to present the correlational analysis between the two speech dimensions and CEFR phonological control scale. The section ends with a discussion of the results of the correlational analysis.

4.1 Interrater reliability

Considering that the data of this study were provided by raters, it is necessary to examine if they agree with each other and to what extent (Larson-Hall, 2010). We conducted an inter-rater reliability test for each of the variables analyzed in this study: intelligibility, comprehensibility and phonological control. This type of statistical test allows comparing multiple ratings assigned to each participant and deciding whether all ratings can be averaged and used as a single score before running other statistical tests. A common test used for inter-rater reliability is called Cronbach Alpha, which is a measurement of intraclass correlation. This coefficient estimates the internal consistency between participants and items, and it is generally proposed that a value between 0.70–0.80 indicates a very good level of agreement between raters (Larson-Hall, 2010).

The Cronbach Alpha Analysis showed a high reliability rate for intelligibility (Cronbach $\alpha = .81$), comprehensibility ($\alpha = .85$) and for the phonological control variable ($\alpha = .87$). Thus,

we concluded that the raters demonstrated high reliability levels, which allows us to calculate a mean rate for each of the variables in order to proceed with the statistical analysis. For reference, the original scores provided by the 14 raters are available in Martins (2022).

4.2 Relationship between the L2 speech dimensions and the CEFR phonological scale

Table 2 displays the descriptive statistics for this study. For the intelligibility score, the percentage for each participant was calculated by counting the number of correct words transcribed by the raters. As the results displayed in Table 2 show, the average minimum score for the intelligibility variable was 94.71 and the average maximum was 99.86, meaning that all participants were highly intelligible ($m = 97.96$, $sd = 1.29$).

For the second variable, comprehensibility, the raters used a scale ranging from 1 (extremely difficult to understand) to 9 (no difficulties to understand the speech). The average minimum rate assigned by the raters was 5.92 and the average maximum rate was 9 ($m = 7.72$, $sd = .77$); this means that the raters assigned mildly harsh comprehensibility rates even though they could understand the speech samples fairly well, as demonstrated by the high intelligibility scores.

Table 2 – Descriptive statistics for intelligibility, comprehensibility, and phonological control

N = 16	Mean	SD	Average Min.	Average Max.
Intelligibility (0-100)	97.96	1.29	94.71	99.85
Comprehensibility (1-9)	7.72	.77	5.92	9
Phonological Control (1-6)	3.46	.68	2.43	4.93

Min. and max. raw scores assigned: intelligibility = 86-100; comprehensibility = 2-9; Phonological control = 1-6

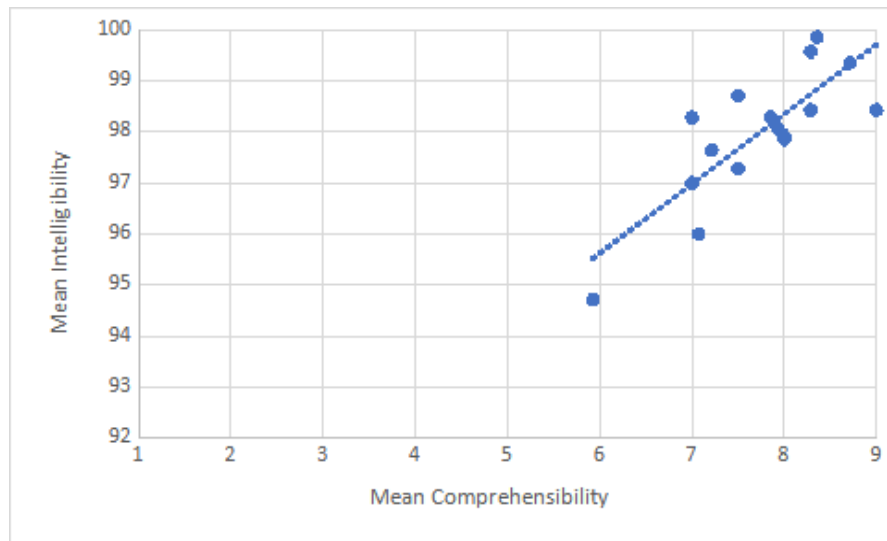
Source: The authors

Finally, the speakers' phonological control was assessed with the CEFR phonological scale. As previously explained, this scale has 6 descriptors, where 1 refers to A1 and 6 to C2. According to Table 2, the average minimum score assigned for phonological control was 2.43 and the average maximum was 4.93. The mean rate for phonological control ($m = 3.46$, $sd = .68$) is close to values within the B1 level descriptors ("Pronunciation is generally intelligible; intonation and stress at both utterance and word levels do not prevent understanding of the message. Accent is usually influenced by the other language(s) they speak.").

In order to answer the research question (How do raters' judgements of L2 learners' intelligibility and comprehensibility relate to the CEFR scale for phonological control?), we ran Pearson correlations using the three variables, namely, intelligibility, comprehensibility, and phonological control. We corrected the alpha value using the Bonferroni method, and a significant correlation should yield a p value equal to or smaller than .016. As Image 2 shows, there is a strong, positive and significant relationship between the intelligibility scores and

the comprehensibility rates ($r(14) = .80, p = <.001$). This means that the more intelligible the speaker is, the easier it is to comprehend him/her.

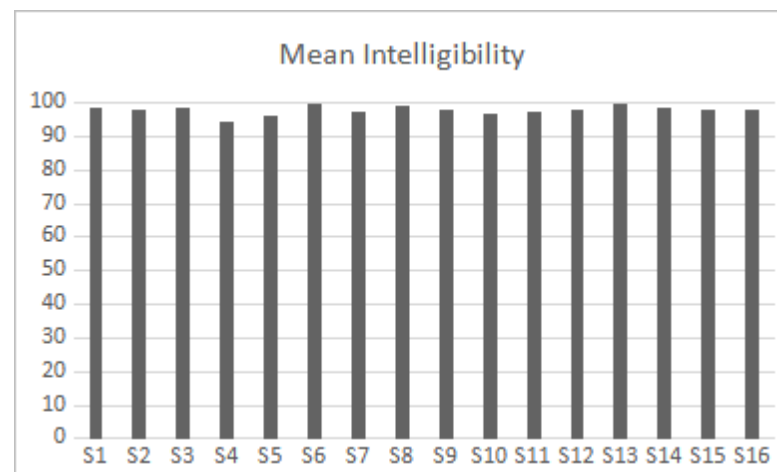
Image 2 – Correlation between intelligibility and comprehensibility



Source: The authors

Individual intelligibility scores for each speaker are shown in Image 3. This graph confirms that all speakers were highly intelligible, given that the listeners managed to transcribe over 90% of what they said. The lowest intelligibility score was 94%, obtained by S4.

Image 3 – Listeners' mean intelligibility scores

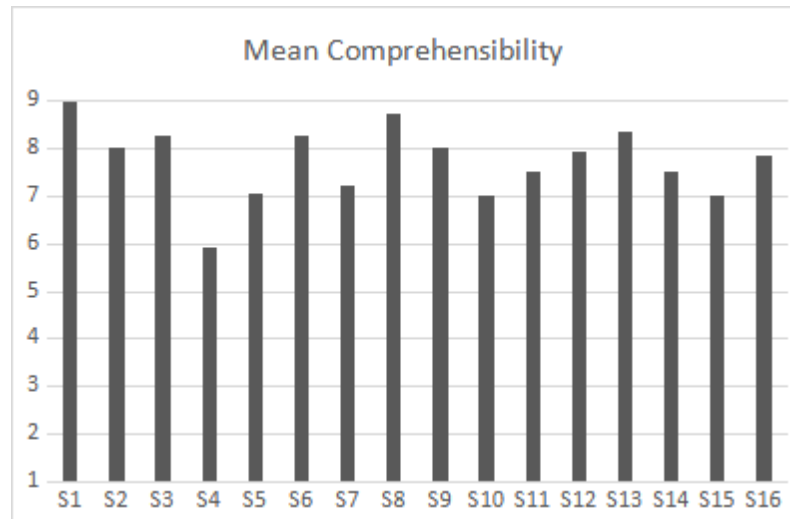


Source: The authors (2025)

Turning to comprehensibility, individual speaker's rates are displayed in Image 4. One speaker (S1) was rated as highly comprehensible (comprehensibility rate = 9), meaning listeners had no difficulty at all understanding his/her speech. On the other hand, S4 was perceived as somewhat hard to comprehend, and this speaker is also the one who obtained the lowest

intelligibility scores (5.92). Overall, the results in Image 4 show that the listeners assigned mildly harsh comprehensibility rates, despite being able to understand most of what the speakers said.

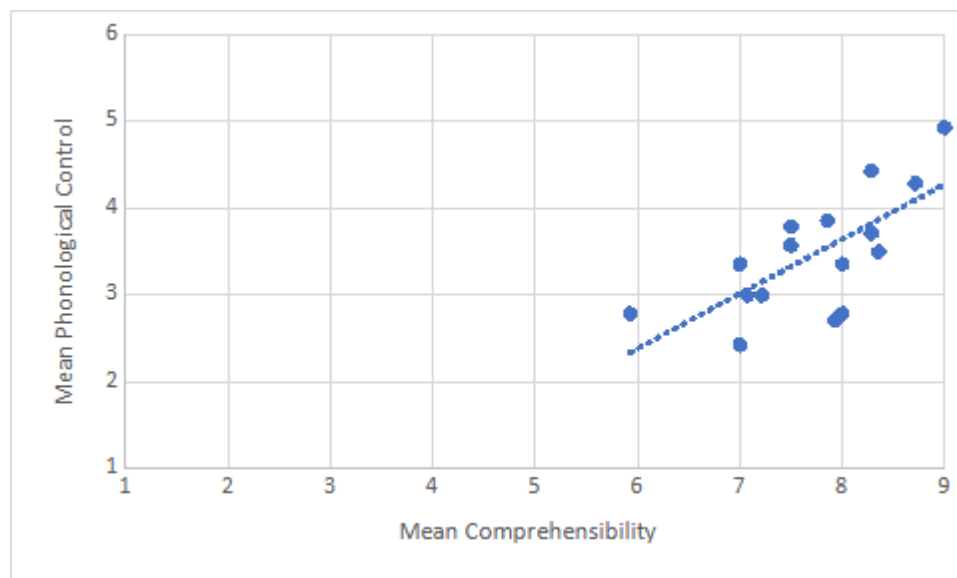
Image 4 – Listeners' mean comprehensibility rates



Source: The authors.

Examining the correlation results involving the phonological control variable, Image 5 also shows that there is a strong, positive, non-significant relationship between the average comprehensibility rates and the average phonological control rates ($r(14) = .69$, $p = .03$). This means that there is a tendency for speakers who are easier to comprehend to receive higher phonological control rates, yet this correlation did not reach statistical significance, considering the corrected p value adopted in this study.

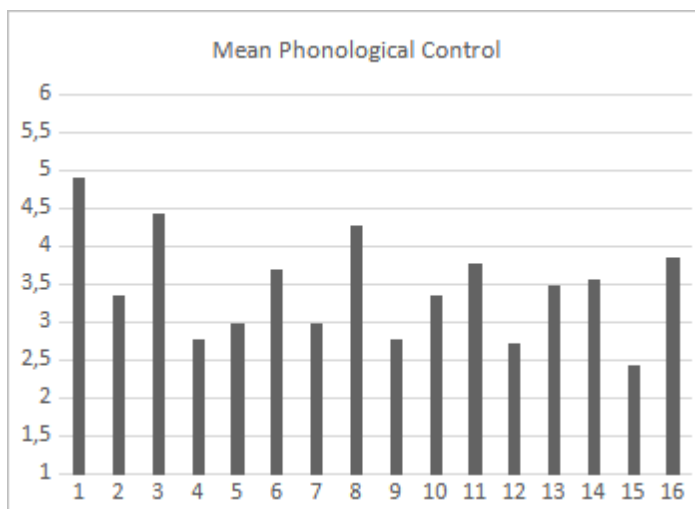
Image 5 – Correlation between comprehensibility and phonological control



Source: The authors.

Finally, as demonstrated in Image 6, there is a moderate, positive and non-significant relationship between the mean intelligibility score and the mean phonological control score ($r(14) = .42, p = .09$). This means that there was a slight tendency for the more intelligible speakers to receive higher ratings from the listeners as regards phonological control. However, no statistical significance was obtained, meaning that neither intelligibility scores nor comprehensibility rates are reliable indicators of phonological control than intelligibility for this small group of speakers.

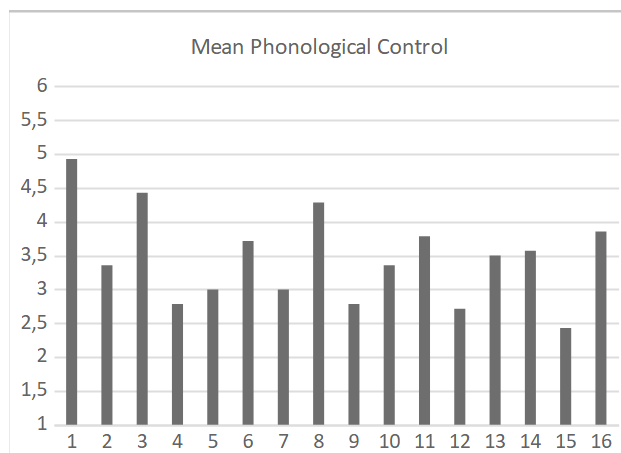
Image 6 – Correlation between intelligibility and phonological control



Source: The authors.

Turning to speakers' individual rates for phonological control, Image 7 shows a range of levels, with six speakers receiving a rate equal to or below 3, three speakers receiving rates above 4, and the remaining speakers receiving rates between 3-4. This indicates that the listeners considered that the speakers' level of phonological control was predominantly within the range of independent users (B1-B2).

Image 7 – Listeners' mean phonological control rates



Source: The authors.

The research hypothesis stated that there would be a positive, significant correlation between intelligibility, comprehensibility and phonological control, suggesting that the descriptors for phonological control yield results similar to those provided by measures of speech intelligibility and comprehensibility commonly used in L2 speech research, thus allowing adequate assessment of L2 pronunciation levels (A1-C2). Our hypothesis is partially confirmed by the correlational analysis results. Regarding the comprehensibility and the intelligibility variables, a significant correlation was found, but no significant correlation was found between the intelligibility and comprehensibility variables and the phonological control variable.

4.3 Summary and discussion

This study showed that there was a highly significant correlation between the intelligibility and comprehensibility variables, but neither intelligibility nor comprehensibility are significantly correlated with the phonological control variable. A moderate, non-significant correlation was obtained for intelligibility and phonological control, which suggests that comprehensibility is a better predictor of phonological control rates than intelligibility when experienced listeners (language teachers) assess L2 speech.

The hypothesis, which stated that there is a significant correlation between the intelligibility scores, comprehensibility rates and the phonological control rates was partially confirmed, considering that a significant relationship was not found between the phonological control levels assigned to speakers and the other speech dimension variables (i.e. intelligibility and comprehensibility).

Relating our findings with previous studies in the field of pronunciation assessment, similar to Saito *et al.* (2015), we found that the raters distinguished different levels when assigning comprehensibility rates, which is an indication that comprehensibility assessment is harsher than intelligibility assessment measured in the form of a transcription task (Derwing; Munro, 1997). In other words, even when listeners can understand most of what the speakers say (in the case of this study, over 90% of the speech samples were correctly transcribed), they are likely to identify pronunciation features (and possibly lexical and grammatical features) that impose some difficulty for listening comprehension.

It is interesting to notice that despite the low variability level in the intelligibility scores assigned by the listeners (all speakers received scores from 94% to 99%, thus showing a ceiling effect) a strong correlation between intelligibility and comprehensibility was found. This result corroborates previous studies that predict a strong relationship between these two variables, even though they seem to be associated with different speech features (Derwing; Munro, 1995b).

As for the CEFR phonological control scale, listeners also used it in a way that allowed them to distinguish different levels when rating the speakers. This result is aligned with what was observed for the comprehensibility variable. In other words, both the phonological control scale and the comprehensibility rating scale made it possible to assign different levels of performance for each speaker. Although the two variables yielded a strong correlation, no significant statistical level was obtained, possibly due to the small sample size, combined with the narrow range of comprehensibility rates (average rates ranged from 5 to 9). The correlation between phonological control and intelligibility variables was moderate and reached no significance either, thus implying that intelligibility was not a reliable indicator of phonolo-

gical control for the participants of this study, given that even the speakers with lower levels of phonological control had highly intelligible speech. Once more the small sample size and the narrow range of intelligibility scores (average scores varied mostly between 94% to 99%) might have influenced the results.

Because the intelligibility variable did not present a range of scores, it is less useful to discriminate among different proficiency levels. In that sense, for assessment purposes, it seems that both the comprehensibility scale and the phonological control scale are more useful, as they allow distinguishing speakers across different levels of pronunciation performance. A possible reason for this finding may be that both scales allow raters to focus on specific pronunciation features. As Saito *et al.* (2015) explain, when assigning comprehension ratings to intermediate-to-advanced level learners, raters focus on segmental and suprasegmental features, which are also highlighted by the CEFR Phonological Control Scale descriptors. Finally, we can also speculate that the high intelligibility scores observed in the present study are partly due to the listeners' familiarity with the pronunciation features of English spoken by Brazilian users of English (Bent; Bradlow (2003); Silveira; Silva (2018); Kang *et al.* (2019)).

5 Conclusion

We could not obtain a significant correlation between phonological control and the comprehensibility and intelligibility variables, probably due to limited range of scores for the intelligibility variable and the narrow range of rates for comprehensibility. Apparently all 16 speakers displayed reasonably good command of spoken English to perform the image description task, which did not allow us to obtain a varied range of performances for the two speech dimension variables in this study. This problem of having a narrow range of scores was more clearly evidenced in the correlational analysis involving the intelligibility and the phonological control variables, which yielded a moderate, non-significant correlation. Conversely, comprehensibility and phonological control measures yielded a strong, non-significant correlation, possibly because the comprehensibility rates showed a slightly broader range than the intelligibility scores. Based on the correlational analysis results, we can speculate that the phonological control variable seems to assess a construct that is somehow different from the speech features assessed by the intelligibility and comprehensibility measures used in this study.

A remark often made by the raters during data collection was concerning the difficulty in using the phonological control scale without receiving proper training. Even though the raters were all experienced teachers of English as an L2 with background in assessment, the fact of not receiving specific training on the CEFR phonological control scale descriptors was an issue. Due to time restrictions, we could not offer training, and this was one of the limitations of this study; different results might be achieved by providing the participants with proper training sessions for them to get familiarized with the scale and to fully understand each descriptor, which is a suggestion for further research in the topic. Although we recognize the importance of training for increasing rater reliability (Kang *et al.*, 2019), we still managed to obtain high inter-rater reliability coefficients in our study, given that we selected experienced teachers to act as raters.

Replicating the study with a bigger population may as well result in different correlation coefficients between the three variables. Sound quality was also a factor that affected the ratings, and an important recommendation is to collect speech samples with the pro-

per equipment in a lab; this was not possible for our study because of the Covid-19 pandemic and its restrictions. Nonetheless, these results must be taken with some caution, given that in the present study, both speakers and listeners share the same L1, which means that communication (intelligibility) may have been facilitated because the listeners (experienced English teachers) are familiar with the speakers' L2 pronunciation features. Finally, we need to acknowledge the limits of a correlational analysis. As pointed out by one of the anonymous reviewers, this type of analysis requires running multiple tests and, as we had multiple rates and scores for each speaker, we had to average the intelligibility scores and the comprehensibility and phonological control rates in order to run the correlational analysis. These procedures might have impacted the p values obtained for the three correlations somehow.

Intelligibility and comprehensibility were the main L2 speech dimensions examined in this research. The objective of the study was to understand the relationship between these two dimensions and the assessment of phonological control by raters using the CEFR (2018) scale. In this study, accentedness was not considered a relevant feature of speech to be taken into consideration for assessment purposes. The idea of working with the intelligibility and comprehensibility constructs, as mentioned in the introduction of this work, and later discussed in the literature review, was that assessment should focus on whether speakers of English as an L2 can sustain a conversation with their interlocutors and establish communication without demanding too much effort from listeners. With that in mind, this study is aligned with the idea of taking the constructs of intelligibility and comprehensibility to the classroom when teaching pronunciation, leaving accentedness aside. Focusing on intelligibility and comprehensibility can help with learners' confidence and performance in the language, as they do not need to be concerned with their accents or with sounding native-like.

The use of a specific scale to assess phonological control seems to be more aligned with what listeners intuitively do when they use a holistic scale to rate speech comprehensibility. This means that the CEFR phonological control scale can be an important instrument to assess L2 pronunciation and provide both teachers and learners with detailed information about which pronunciation features demand a lot of effort from their listeners to understand what they are trying to communicate. Based on this feedback, learners can seek strategies to modify their pronunciation in a way that allows them to communicate successfully and keep their listeners interested in interacting with them.

Statement of Authorship

This study reports on data from Thaisy da Silva Martins' MA thesis, which was supervised by Professor Rosane Silveira. Both authors worked together to design the experiment and complete the data analysis, including the statistical analysis. The first author was in charge of gathering data and transferring the data to spreadsheets for data analysis. The second author defined the scope of the article and wrote the first draft. Both authors collaborated on interpreting results, writing, and revising the article.

Acknowledgements

The authors would like to thank CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) for the financial support, and the participants for contributing with this research.

References

- ALLAN, D., Oxford Placement Test (1 or 2). Oxford: Oxford University Press, 2004.
- BENT, T.; BRADLOW, A. R. The interlanguage speech intelligibility benefit. *Journal of the Acoustical Society of America*, Melville, v. 114, p. 1600–1610, 2003.
- COUNCIL OF EUROPE. *Common European Framework of Reference for Languages - Companion Volume*. 2018. Retrieved from <https://rm.coe.int/cefr-companion-volume-with-new-descriptors-2018/1680787989>
- COUNCIL OF EUROPE. *Common European framework of reference for languages: Learning, teaching, assessment*. Cambridge: Press Syndicate of the University of Cambridge. 2001.
- DERWING, T.; MUNRO, M. Accent, Intelligibility, And Comprehensibility: Evidence from Four L1s. *Studies in Second Language Acquisition*, Cambridge, v. 19, n.1, p. 1–16. 1997.
- DERWING, T.; MUNRO, M. Second Language Accent and Pronunciation Teaching: A Research-Based Approach. *TESOL Quarterly*, Alexandria, v. 39, n.3, p. 379–397. 2005.
- DERWING, T.; MUNRO, M. *Pronunciation fundamentals: evidence-based perspectives for L2 teaching and research*. Amsterdam: Benjamins. 2015.
- DERWING, T.; MUNRO, M.; THOMSON, R. A Longitudinal Study of ESL Learners' Fluency and Comprehensibility Development. *Applied Linguistics*, Oxford, v. 29, n.3, p. 359–380. 2008.
- DEYGERS, B.; ZEIDLER, B.; VILCU, D.; CARLSEN, C. H. One Framework to Unite Them All? Use of the CEFR in European University Entrance Policies. *Language Assessment Quarterly*, Philadelphia, v. 15, n.1, p. 3–15. 2018.
- FIGUERAS, N. The impact of the CEFR. *Elt Journal*, [S.L.], v. 66, n. 4, p. 477–485, 17 set. 2012. Oxford, Oxford University Press.
- FOOTE, J. A.; TROFIMOVICH, P. Is it because of my language background? A study of language background influence on comprehensibility judgments. *Canadian Modern Language Review*, Toronto, v. 74, n.2, p. 253–278. 2018.
- HARDING, L. What do raters need in a pronunciation scale? The user's view. In ISAACS, T.; TROFIMOVICH, P. (eds) *Second Language Pronunciation Assessment*. Bristol: Multilingual Matters, 2017. p. 12–34.
- ISAACS, T. Assessing pronunciation. In KUNNAN, A.J. (org.) *The Companion to Language Assessment*. Hoboken: Wiley, 2013. p. 140–155.
- ISAACS, T.; THOMSON, R. Rater experience, rating scale length, and judgments of L2 pronunciation: revisiting research conventions. *Language Assessment Quarterly*, [s. l], v. 2, n. 10, p. 135–159, 2012.

- KANG, O.; KERMAD, A. Assessment in second language pronunciation. In KANG, O. THOMSON, R.; MURPHY, J. (orgs.) *The Routledge Handbook of Contemporary English Pronunciation*. New York: Routledge, 2018. p. 511-526.
- KANG, O., RUBIN, D; KERMAD, A. Effect of training and rater individual differences on oral proficiency assessment. *Language Testing*, London, v. 36, n.4, p. 481-504, 2019.
- KANG, O., THOMSON, R. I.; MORAN, M. Empirical Approaches to Measuring the Intelligibility of Different Varieties of English in Predicting Listener Comprehension. *Language Learning*, Ann Arbor, v. 68, n.1, p. 115–146. 2017.
- KHABBAZBASHI, N.; GALACZI, E. D. A comparison of holistic, analytic, and part marking models in speaking assessment. *Language Testing*, London, v. 37, n.3, p. 333–360. 2020.
- KUIKEN, F., VEDDER, I. Rating written performance: What do raters do and why? *Language Testing*, London, v. 31, n.3, p. 329–348. 2014.
- LARSON-HALL, J. *A Guide to Doing Statistics in Second Language Research Using SPSS*. New York: Routledge, 2010.
- LEVIS, J. M. Changing Contexts and Shifting Paradigms in Pronunciation Teaching. *TESOL Quarterly*, Alexandria, v. 39, n.3, p. 369–377. 2005.
- LEVIS, J. M. Revisiting the intelligibility and nativeness principles. *Journal of Second Language Pronunciation*, Amsterdam, v. 6, n.3, p. 310-328. 2020.
- MARTINS, T.S. *Using CEFR's phonological control scale to assess L2 learners' intelligibility and comprehensibility*. 2022. 95 f. Dissertação (Mestrado Letras Inglês) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão, Programa de Pós-Graduação em Inglês: Estudos Linguísticos e Literários, Florianópolis, 2022. Disponível em: <https://bu.ufsc.br/teses/PPGI0225-D.pdf>. Acesso em: 12 maio 2023.
- MUNRO, M. J.; DERWING, T. M. Processing Time, Accent, and Comprehensibility in the Perception of Native and Foreign-Accented Speech. *Language and Speech*, Thousand Oaks, v. 38, n.3, p. 289–306. 1995a.
- MUNRO, M. J.; DERWING, T. M. Foreign Accent, Comprehensibility, and Intelligibility in the Speech of Second Language Learners. *Language Learning*, Ann Arbor, v. 45, n.1, p. 73–97. 1995b.
- MUNRO, M. J.; DERWING, T. M. A prospectus for pronunciation research in the 21st century: A point of view. *Journal of Second Language Pronunciation*, Amsterdam, v. 1, n.1, p. 11–42. 2015.
- QUEVEDO-CAMARGO, G. Breve história da evolução do construto proficiência em línguas. *Em Aberto*, Brasília, v. 32, n. 104, p. 27-44, 2019.
- SAITO, K., TROFIMOVICH, P.; ISAACS, T. Second language speech production: Investigating linguistic correlates of comprehensibility and accentedness for learners at different ability levels. *Applied Psycholinguistics*, Cambridge, v. 7, n.2, p. 217–240. 2015.
- SILVEIRA, R.; MARTINS, T. S. Assessing second language oral proficiency development with holistic and analytic scales. *Ilha do Desterro*, Florianópolis, v. 73, p. 227-250, 2020.
- SILVEIRA, R.; SILVA, T. C. L2 Speech intelligibility: effects of coda modification, degree of semantic information and listeners' background. *Revista Brasileira de Linguística Aplicada*, Belo Horizonte, v. 18, p. 639-664, 2018.

TOFFOLI, S.; ANDRADE, D.; BORNIA, A.C.; QUEVEDO-CAMARGO, G. Avaliação com itens abertos: validade, confiabilidade, comparabilidade e justiça. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 42, n. 2, p. 343-358, abr. 2016.

TOPAL, İ. H. CEFR-oriented probe into pronunciation: Implications for language learners and teachers. *Journal of Language and Linguistic Studies*, Konya, v. 15, n.2, p. 420-436. 2019

TROFIMOVICH, P.; ISAACS, T. Disentangling accent from comprehensibility. *Bilingualism*, Cambridge, v. 15, n.4, p. 905-916. 2012.

Annex 1 – CEFR Phonological control scale (2018 version)

	OVERALL PHONOLOGICAL CONTROL	SOUND ARTICULATION	PROSODIC FEATURES
C2	Can employ the full range of phonological features in the target language with a high level of control - including prosodic features such as word and sentence stress, rhythm and intonation - so that the finer points of their message are clear and precise. Intelligibility and effective conveyance and enhancement of meaning are not affected in any way by features of accent that may be retained from other language(s).	Can articulate virtually all the sounds of the target language with clarity and precision.	Can exploit prosodic features (e.g. stress, rhythm and intonation) appropriately and effectively in order to convey finer shades of meaning (e.g. to differentiate and emphasise).
C1	Can employ the full range of phonological features in the target language with sufficient control to ensure intelligibility throughout. Can articulate virtually all the sounds of the target language; some features of accent(s) retained from other language(s) may be noticeable, but they do not affect intelligibility.	Can articulate virtually all the sounds of the target language with a high degree of control. They can usually self-correct if they noticeably mispronounce a sound.	Can produce smooth, intelligible spoken discourse with only occasional lapses in control of stress, rhythm and/or intonation, which do not affect intelligibility or effectiveness. Can vary intonation and place stress correctly in order to express precisely what they mean to say.
B2	Can generally use appropriate intonation, place stress correctly and articulate individual sounds clearly; accent tends to be influenced by the other language(s) they speak, but has little or no effect on intelligibility.	Can articulate a high proportion of the sounds in the target language clearly in extended stretches of production; is intelligible throughout, despite a few systematic mispronunciations. Can generalise from their repertoire to predict the phonological features of most unfamiliar words (e.g. word stress) with reasonable accuracy (e.g. while reading).	Can employ prosodic features (e.g. stress, intonation, rhythm) to support the message they intend to convey, though with some influence from the other languages they speak.
B1	Pronunciation is generally intelligible; intonation and stress at both utterance and word levels do not prevent understanding of the message. Accent is usually influenced by the other language(s) they speak.	Is generally intelligible throughout, despite regular mispronunciation of individual sounds and words they are less familiar with.	Can convey their message in an intelligible way in spite of a strong influence on stress, intonation and/or rhythm from the other language(s) they speak.
A2	Pronunciation is generally clear enough to be understood, but conversational partners will need to ask for repetition from time to time. A strong influence from the other language(s) they speak on stress, rhythm and intonation may affect intelligibility, requiring collaboration from interlocutors. Nevertheless, pronunciation of familiar words is clear.	Pronunciation is generally intelligible when communicating in simple everyday situations, provided the interlocutor makes an effort to understand specific sounds. Systematic mispronunciation of phonemes does not hinder intelligibility, provided the interlocutor makes an effort to recognise and adjust to the influence of the speaker's language background on pronunciation.	Can use the prosodic features of everyday words and phrases intelligibly, in spite of a strong influence on stress, intonation and/or rhythm from the other languages(s) they speak. Prosodic features (e.g. word stress) are adequate for familiar everyday words and simple utterances.
A1	Pronunciation of a very limited repertoire of learnt words and phrases can be understood with some effort by interlocutors used to dealing with speakers of the language group. Can reproduce correctly a limited range of sounds as well as stress for simple, familiar words and phrases.	Can reproduce sounds in the target language if carefully guided. Can articulate a limited number of sounds, so that speech is only intelligible if the interlocutor provides support (e.g. by repeating correctly and by eliciting repetition of new sounds).	Can use the prosodic features of a limited repertoire of simple words and phrases intelligibly, in spite of a very strong influence on stress, rhythm and/or intonation from the other language(s) they speak; their interlocutor needs to be collaborative.

Source: Adapted from CEFR Companion Volume (Council of Europe, 2018)

Imaginaries of the Brazilian Diplomatic Discourse: the Celso Amorim's Official Utterances

Imaginários do discurso diplomático brasileiro: os proferimentos oficiais de Celso Amorim

Frederico Rios C. dos Santos
Tostes de Arantes

Universidade Federal de Minas Gerais
(UFMG) | Belo Horizonte | MG | BR
CNPq | Capes PIPD
frederico.rioscurydossantos@sciencespo.fr
<https://orcid.org/0000-0002-0496-8452>

Abstract: This study examines the frequency and manner in which Celso Amorim mobilizes left-wing sociocultural imaginaries in his official discourses, considering Charaudeau's (2016) semiolinguistic perspective. As part of a broader research project analyzing 20 years of official discourses by Brazilian chancellors – from the first Lula government to the Bolsonaro administration – this article specifically focuses on Celso Amorim and on the theme of political ideology. The research is based on theoretical categories of discourse analysis, particularly Charaudeau's (2016) model, and incorporates the notion of Culture Wars, as conceived by Hunter (1991), to explore ideological tensions in diplomatic discourse. Initially, the study sought to catalog the constants of the so-called “Rhetoric of Cultural War,” a category of analysis we developed for examining discursive clashes in polarized contexts such as culture wars. Subsequently, after describing the quantitative findings, representative excerpts of the results were qualitatively analyzed through the lens of the aforementioned theoretical frameworks. The conclusions indicate that Amorim consistently employed a left-wing political discourse, albeit without adopting a confrontational approach, aligning with the traditional pragmatism and universalism of Brazilian diplomacy. This study thus aims to contribute to the understanding of Brazilian diplomatic discourse – a field still little explored in linguistic studies – while also offering reflections on the ideological dimensions of foreign policy rhetoric conveyed in these discourses.

Keywords: rhetoric; political ideology; Brazilian diplomacy; diplomatic discourse; Celso Amorim.



Resumo: Este estudo examina a frequência e a forma como Celso Amorim mobiliza imaginários sociodiscursivos de esquerda em seus discursos oficiais, tendo em vista a perspectiva da semiolinguística de Charaudeau (2016). Como parte de uma pesquisa mais ampla que analisa 20 anos de discursos oficiais de chanceleres brasileiros, do primeiro governo Lula à administração Bolsonaro, o artigo enfoca especificamente Celso Amorim e o tema da ideologia política. A pesquisa baseia-se em categorias teóricas da análise do discurso, especialmente o modelo de Charaudeau (2016), e incorpora a noção de Guerras Culturais, tal como concebida por Hunter (1991), para explorar tensões ideológicas no discurso diplomático. Procurou-se catalogar, em um primeiro momento, as constantes da chamada “Retórica da Guerra Cultural”, uma categoria de análise por nós elaborada para análise de embates discursivos em contextos de polarização, como os das guerras culturais. Em seguida, após a descrição dos achados quantitativos, foram analisados qualitativamente trechos representativos dos resultados, sob a ótica dos referenciais teóricos mencionados. As conclusões indicam que Amorim empregou de forma consistente um discurso político de esquerda, embora sem adotar uma abordagem confrontativa, alinhando-se ao tradicional pragmatismo e universalismo da diplomacia brasileira. Buscou-se, assim, contribuir para a compreensão do discurso diplomático brasileiro, um campo ainda pouco explorado nos estudos linguísticos, além de oferecer reflexões sobre as dimensões ideológicas da retórica da política externa veiculadas nos discursos.

Palavras-chave: retórica; ideologias políticas; diplomacia brasileira; discurso diplomático; Celso Amorim.

1 Introduction

The inception of the “culture wars” notion, while controversial, is commonly attributed to Davison Hunter’s publication “Culture Wars” (1991). In this work, the American sociologist delineates the conflict between two contrasting worldviews: one conservative (also termed orthodox or traditionalist), aligned with right-wing political ideology, and the other progressive, predominantly associated with left-wing parties. The culture wars encompass the

mobilization of social and moral issues, including those related to sexuality, behaviour, race, religiosity, as well as other political and economic concerns.

The concept of culture wars gained further traction in the 1990s through the advocacy of the conservative Patrick Buchanan, an American Republican politician. During his 1992 presidential election campaign, Buchanan rallied his conservative supporters to engage in the “culture wars for the American soul,” portraying it as a moral crusade pitting “good citizens” (conservative/religious individuals) against the enemies of the nation (liberals/secularists) (Buchanan, 2004).

From a linguistic standpoint, the culture clashes, as elucidated in our prior studies (Santos, 2020a; 2020b; 2021a; 2021b), manifest through specific rhetorical patterns characterized by features such as conspiracy theories, dichotomization within sociodiscursive imaginaries, verbal aggression, among others. We named this kind of rhetoric with those traits as “Rhetoric of Culture Wars” (RCW), as developed with more details in the Section 3. While the intensity and form of these characteristics may vary in each speech, depending on the context, there would be overarching tendencies inherent to the language of culture battles.

This article is part of a larger post-doctoral research project funded by CNPq and Capes PIPD, focusing on a corpus of 20 years of official speeches by Brazilian chancellors, spanning from the first term of President Lula to the administration of President Bolsonaro. The objective is to examine the extent to which and how what we called RCW is evident in these interventions, as well as to ascertain the extent to which the chancellors’ speeches conform to traditional Brazilian diplomatic discourse.

However, as explained in the Section 2, this publication specifically concentrates on the speeches of Celso Amorim, who served as chancellor during Lula’s presidency from 2003 to 2010, following the analytical procedures which consists of a prior quantitative analyse, and then a qualitative one, with a focus on the political ideology aspects of the RCW. Amorim’s rhetoric is examined through the lens of sociodiscursive imaginaries, a concept developed by Charaudeau (2016), which provides a structured approach to identifying ideological markers in discourse, delineating if it is progressive or conservative, from a left or right-wing point of view.

The analysis this article investigates the extent to which Amorim’s diplomatic interventions reflect a left or right-wing orientation, as well as the degree to which they align with or diverge from the traditional principles of Brazilian foreign policy, including pragmatism, universalism, and autonomy. The procedure of analysis consists of first cataloguing the constants of the RCW found in Amorim’s speeches for a quantitative description and then selecting representative examples of the quantitative findings to qualitatively analyse them, according to the theoretical categories mentioned. The conclusions suggest that Amorim’s speeches exhibit a consistent left-wing orientation, albeit in a non-confrontational manner, reinforcing the diplomatic tradition of balancing ideological commitments with strategic pragmatism. By situating Amorim’s discourse within these theoretical frameworks, this study aims to contribute to the broader understanding of how political ideologies manifest in the diplomatic rhetoric. It also seeks to highlight the evolving nature of Brazilian diplomatic discourse – an activity pivotal for national development and, consequently, the enhancement of people’s quality of life – in the face of ideological shifts over the past two decades.

2 The Research Design

As indicated in the Introduction, this article forms part of a broader post-doctoral investigation funded by CNPq and Capes PIPD, aimed at comprehending the Rhetoric of Culture Wars (RCW) within Brazilian diplomatic discourse. The study sought to address the following research inquiries: a) To what extent and with what frequency do RCW elements manifest in the speeches of each Brazilian chancellor? In which ideological sphere (right or left) is the RCW predominantly portrayed, and in what manner? Based on the responses to the aforementioned questions, which political faction demonstrates greater adherence to the Brazilian diplomatic tradition of pragmatism, universalism, autonomy, and the inclination toward internationalization?

The analytical focus encompassed all official speeches delivered by chancellors from the initial term of President Lula to the administration of President Bolsonaro, spanning various ideological regimes, a crucial factor in the analysis of cultural disputes. This comprehensive study comprised 322 speeches.

Over the 20-year period, eight chancellors were included in the analysis: Celso Amorim (2003-2010), Antônio Patriota (2011-2013), Luiz Alberto Figueiredo (2013-2015), Mauro Vieira (2015-2016), José Serra (2016-2017), Aloysio Nunes (2017-2018), Ernesto Araújo (2019-2021), and Carlos França (2021-2022), excluding those with short-term appointments, such as Eduardo dos Santos and Marcos Galvão. The Brazilian Ministry of Foreign Affairs' official website served as the primary source of data, with the chancellors' speeches arranged chronologically.

Due to the extensive nature of the research corpus, the findings are being disseminated in multiple parts. This article specifically presents the outcomes related to Celso Amorim's case, focusing solely on his political ideology. Thus, the paper aims to elucidate:

- (1) The predominant political ideology embraced by Celso Amorim and his manner of articulating it.
- (2) The frequency of occurrences of left or right-wing ideology.

3 Categories of analysis and theoretical-methodological assumptions¹

To address the preceding questions, we must characterize the *doxical*² aspects and values related to the conflict between the right and left political discourse ideological frameworks³, thereby establishing theoretical criteria to classify Amorim's speeches.

¹ Since we are publishing the results of the research in parts, this theoretical part is common to other papers.

² The concept of "doxa" is subject to debate. According to Plantin's (2018) Dictionary of Argumentation, the term has its origins in Greek, denoting reputation, opinion, or widely held beliefs about people or things. It refers to the predominant representations disseminated in the public sphere. However, this notion can also carry a negative connotation, suggesting ideas like "cliché," "stereotype," or "commonplace" (Gracio, 2010). In a non-dogmatic approach to discourse analysis, however, there is no inherently pejorative meaning attached to these terms. This is because there is an acknowledgment of the importance of recognizing doxical elements in understanding the values that are deeply ingrained in society (Amossy, 2018).

³ For a more detailed definition of these ideological matrix, see some of our articles (Santos, 2020a; 2020b; 2021a; 2021b).

Charaudeau (1995) introduces the term “sociodiscursive imaginaries,” aiming to eliminate the negative connotations of the concept of doxa, emphasizing a descriptive rather than normative approach to discourse analysis. Indeed, stereotypes convey both truths and falsehoods, as every assertion about the other is also a reflection of oneself. While clichés may present a simplistic view of reality, they also propagate values and prejudices that hold significance in public discourse or within a specific society.

Building on Charaudeau’s (2016) theoretical framework⁴, the right ideological matrix fundamentally posits that human nature determines individuals. Consequently, with humans seen as subject to nature, inequalities are naturalized and perceived as beyond human control. This perspective entails certain values, including: a) the value of family, imposed by patriarchal tradition as it reflects a natural hierarchy in society (where the stronger dominate the weaker); b) the value of work conceptualized as a hierarchical activity between entrepreneurs and laborers; c) the value of the nation, seen as an inherited identity that justifies resistance against perceived invading forces.

Charaudeau (2016) suggests that while these values may vary among nations or societies, they represent a general tendency of the right ideological matrix, leading to behaviors such as: a) conservatism, advocating for the preservation of family and labor traditions; b) segregationism, promoting divisions based on race, ethnicity, and religion in defense of national identity; c) patriarchalism, facilitating the education of future generations in alignment with the “natural merits” of individuals.

Conversely, the left ideological matrix, according to Charaudeau (2016), embraces the progressive view that humans are not determined by nature but can instead master it. This perspective fosters the belief that inequalities can be dismantled, which involves challenging: a) the hierarchical structure of society by abolishing privileges; b) discrimination by advocating for social solidarity (across races, ethnicities, genders, and sexual orientations); c) religious traditions in favor of secularism; d) the principle of order in favor of the principle of contestation, questioning established political power through various means (such as through unions and other associations) in the pursuit of the common good. While these general trends of political discourse ideological matrices may manifest differently in individual speeches—varying in intensity, purity, or inclusion of other concepts—they tend to be radicalized in the Rhetoric of Culture Wars, obstructing communication between opposing sides of a cultural dispute (Santos, 2020a). This aspect is the focus of our investigation within the specific corpus of Brazilian diplomatic discourse.

4 Procedures of analysis

As outlined in Section 2, where we established the corpus and research questions, we analyzed 322 official speeches by chancellors available on the website of the Brazilian Ministry of Foreign Affairs. This dataset spans 20 years of government speeches across different ideo-

⁴ See a similar theoretical framework in Bobbio (2011).

logical spectrums, ranging from the first term of President Lula (January 2003) to the end of President Bolsonaro's tenure (December 2022).

Given the specific theoretical categories guiding our analysis, as detailed in Section 3, we employed an Excel spreadsheet software to describe quantitative part of the analysis. Nonetheless, we conducted a manual reading of each text to catalogue them in the spreadsheet, due to the limitations of computational tools in discourse analysis, particularly in politically charged texts, which implies referring the enunciation context, the interlocutors' ethos, and the particularities of the communication contract. This does not mean software analyses face only with simple research questions, but, related to our specific research purpose, reading every single diplomatic intervention was necessary. To facilitate this process, we developed the following legend⁵.

Table 1 – Legend

Legend				
Catalogue	Registration number of the speech in the catalogue saved in PDF			
Date	Date of the publication of the discourse			
Chancellor	The chancellor author of the speech			
RD	Rhetoric of Conspiracy	1 = yes	0 = no	
Dichot.	Dichotomization	1 = yes	0 = no	
VV	Verbal violence	1 = yes	0 = no	
Imag.	Imaginaries	1 = right	0 = esquerda	Null = without marks
Univ.	Universalism	1 = universalism	0 = occidentalism	Null = without marks
Prag.	Pragmatism	1 = pragmatism	0 = idealism	Null = without marks
Al.	Alignment	1 = alignment	0 = autonomy	Null = without marks
Int. inser.	Internation insertion	1 = yes	0 = isolation	Null = without marks
Access	Date of the last access to the speech			
Link	Electronic link to the official transcription of the speech			
Note: null (in red) = ambivalent text, presenting different aspects of a variable				

Source: author's elaboration.

We will not describe all the categories of analysis of the research here, since this paper only focus on the “imaginaries”. Taking it into consideration, we should explain the following elements of the spreadsheet:

- Catalogue:** Each speech was assigned a unique number in chronological order, enabling easy identification in a dossier with PDF copies in case the Brazilian Ministry of Foreign Affairs discontinues providing information on its website.
- Date:** The date of the publication of the transcription was recorded, facilitating reference when citing the speeches in academic papers.
- Chancellor:** The Minister of Foreign Affairs who delivered the speech was noted, allowing for comparison of speeches among different public figures.
- Imag. (Imaginaries):** A coding system was used to indicate the presence of left-wing (0), right-wing (1), or no identifiable (null) sociodiscursive imaginaries, based on Charaudeau's (2005) criteria outlined in Section 3.
- Access:** The date of access to the transcription of the speech was recorded to safeguard against future amendments to the text.

⁵ The reproduction of the entire spreadsheet is in the Annex.

- f) Link: An electronic link to the transcription of the speech was provided for verification by academic peers.
- g) Null (in red): Speeches that were ambivalent or presented contradictory traits, making objective classification impossible, were marked in red. However, this was not the case for Amorim's speeches, as shown in the Annex.

5 Results

Before delving into Amorim's speeches, it is pertinent to provide context regarding his appointment to his position. Celso Luiz Nunes Amorim, born in Santos in 1942, is a professor, researcher, and career diplomat affiliated with the Workers' Party (PT) (Domingos, 2009). In 1965, he graduated from the Instituto Rio Branco (IRBr), the institution responsible for training Brazilian career diplomats, and in 1967, he obtained a degree in International Relations from the Diplomatic Academy of Vienna. He served as a Portuguese language professor at the IRBr in 1976 and as a professor of Political Science and International Relations at the University of Brasília (UnB) from 1977 to 1979 (Brazil, n.d.).

From 1995 to 2003, Amorim represented Brazil in various international organizations, engaging in a wide array of topics, ranging from multilateral trade to humanitarian cooperation. In 1995, then-President Fernando Henrique Cardoso appointed Amorim to lead the Brazilian Permanent Mission to the United Nations in New York, a role he fulfilled until 1999. During this period, he presided over the UN Security Council and played a pivotal role in discussions related to nuclear disarmament and non-proliferation (Brazil, n.d.). Amorim actively participated in the Canberra Commission on the Elimination of Nuclear Weapons (Sampaio, 2012). Additionally, it was during his tenure at the UN that Brazil signed the Nuclear Non-Proliferation Treaty (1997). In 1998, Amorim was one of the negotiators of the New Agenda Coalition for Nuclear Disarmament (NAC) (Souza, 2013).

From 2003 to 2010, Amorim served as Chancellor under President Lula (the period of focus in this paper), overseeing a humanistic direction in Brazilian foreign policy that included efforts to combat hunger, poverty, and unilateralism (Brazil, n.d.). He forged coalitions with countries in the southern hemisphere, such as the G-20 (aimed at reducing agricultural trade distortions at the WTO), G-4 (seeking to make the UN Security Council more legitimate and representative), G-3 (IBAS Forum - India, Brazil, and South Africa - for coordinating positions on the international stage), institutionalization of BRIC (originally Brazil, Russia, India, China) for cooperation in various fields, the South America-Africa Summit (ASA), and the South America-Arab Countries Summit (ASPA) (Entrevista, 2010).

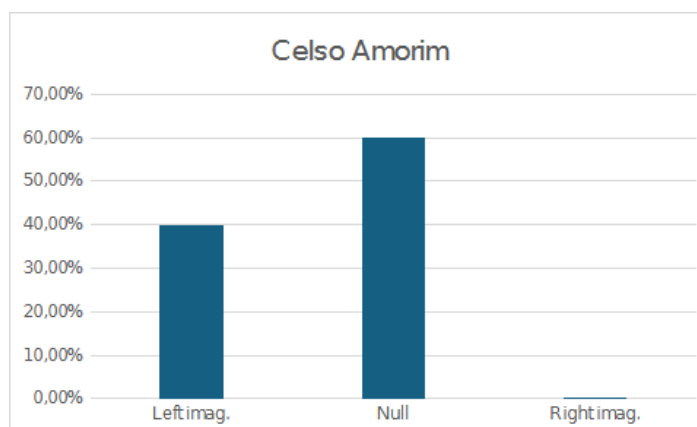
On October 7th, 2009, David Rothkopf, a columnist for the American magazine *Foreign Policy*, named Amorim the best Chancellor in the world (Rothkopf, 2009). On October 29th, 2010, the Brazilian diplomat received the "Bravo Business" award in Miami from *Latin Trade* magazine in the category of "Innovative Leader of the Year" (Amorim, 2010).

On August 4th, 2011, Amorim was invited to succeed Nelson Jobim as Minister of Defense during Dilma Rousseff's presidency, holding this position until 2015 (Jobim, 2011).

After Lula's return to power in 2023, Amorim became the head of the Special Advisory of the Presidency, becoming one of Lula's key advisors (Mazui, 2023).

Regarding the period from 2003 to 2010, when Amorim served as Lula's Chancellor, the analysis of the corpus revealed that he clearly adopted a left-wing discourse, according to Charaudeau's (2016) criteria. Graphic 1 shows that only 40% of the speeches were deemed explicitly leftist. However, upon analyzing the remaining 60% of the speeches, all were identified as lacking explicit ideological discourse, with 0% being considered right-wing, as depicted in Graphic 1.

Graphic 1 – Celso Amorim's political imaginaries



Source: author's elaboration.

The following extract is a sample of a left-wing discourse. It refers to the Amorim's intervention in a G-90 meeting on July 13th, 2004, in Republic of Mauritius:

[...] We understand the hopes and concerns of each of us. We see trade as a vehicle for economic and social development. We had no past colonialism. We never exercised colonial rule. Paternalism and condescension are not part of our world-view. In view of our common starting points, we dispense with third party mediation to communicate.

Traditionally, the benefits of free trade have been enjoyed in areas where developed countries have maintained comparative advantages, such as the manufacturing industry and sophisticated services. But when it comes to areas of special interest to developing countries - such as agriculture - the argument of comparative advantage no longer holds - the logic of free trade being reversed. Instead of being compensated for their competitiveness, efficient agricultural exporters from the South are punished with a system of exceptions and Waivers that deprives them of trade opportunities crucial to their development. Those familiar with GATT and the WTO are unfortunately aware that the areas in which developing countries have a strong production and export capacity - such as textiles, steel, and agriculture - are the same that have been subject to derogations and special schemes for decades [...]. (Catalogue 4, Annex⁶).

⁶ Original: [...] Compreendemos as esperanças e preocupações de cada um de nós. Vemos o comércio como um veículo de desenvolvimento econômico e social. Não tivemos passado de colonizadores. Nunca exercemos domínio colonial. O paternalismo e a condescendência não fazem parte da nossa visão de mundo. À vista dos nossos pontos de partida comuns, dispensamos a mediação de terceiros para nos comunicarmos. Tradicionalmente,

This extract exemplifies a left-wing discourse, where Amorim delineates a division between rich and poor countries, highlighting the inequalities in global markets. He subtly critiques the hypocrisy of rich nations that advocate for open markets in poor countries for manufactured goods, while practicing protectionism when it comes to opening their markets to primary goods. This perspective aligns with left-wing ideology, which typically advocates for the oppressed or weaker parties in social relations.

The context of the speech, delivered at a G-90 meeting, an alliance of the poorest and smallest developing countries, may have influenced the emphasis on global inequalities. While Brazil is not a member of this group, Amorim's speech at the meeting could reflect a broader solidarity with the themes and concerns of these nations.

Another example of a left-wing discourse is evident in Amorim's speech during the solemnity of the transmission of the post of Minister of Foreign Affairs on January 2nd, 2003, in Brasília:

With the election of President Lula, the Brazilian people expressed unequivocally the desire to see a profound political and social reform carried out, within a peaceful and democratic framework, with broad popular participation in the conduct of state affairs. Consistent with the aspirations expressed at the polls, Brazil will have a foreign policy focused on development and peace, which will seek to reduce the gap between rich and poor nations, promote respect for equality among peoples and the effective democratization of the international system. A foreign policy that is an essential element of everyone's effort to improve the living conditions of our people, and that is based on the same ethical, humanistic and social justice principles that will be present in all the actions of the Lula Government. [...]

Foreign policy is not only the responsibility of the Foreign Ministry, or even the Government. It involves society as a whole. To define the national interest in each concrete situation, I will force coordination with other governmental bodies and with the various social sectors - workers, entrepreneurs, intellectuals - and civil society entities. [...]

The Brazilian people gave a great demonstration of self-esteem by expressing their belief in the ability to creatively change reality. We must take this posture of responsible and confident activism to the plane of external relations. [...]

Despite the uncomfortably tight timeframes of some of these negotiations, we intend to discuss broadly with entrepreneurs, workers, and other social sectors and with the National Congress the positions we must take, in view of the wide range of interests involved and the complex articulations that are necessary, starting with the MERCOSUR. [...]

os benefícios do livre comércio têm sido desfrutados em áreas em que os países desenvolvidos têm mantido vantagens comparativas, tais como a indústria de manufaturados e os serviços sofisticados. Mas quando se trata de áreas de interesse especial para os países em desenvolvimento – como a agricultura – o argumento da vantagem comparativa não mais se sustenta – ficando invertida a lógica do livre comércio. Em vez de serem compensados por sua competitividade, os exportadores agrícolas eficientes do Sul são punidos com um sistema de exceções e waivers que os priva de oportunidades comerciais cruciais para o seu desenvolvimento. Os que são familiarizados com o GATT e a OMC estão, infelizmente, conscientes de que as áreas em que os países em desenvolvimento têm uma forte capacidade produtiva e de exportação - como os têxteis, aço e agricultura - são as mesmas que têm ficado sujeitas a derrogações e a regimes especiais durante décadas. [...]

Fundamental to the recovery of MERCOSUR is the revitalization of the Economic-Social Forum. We must also promote the Joint Parliamentary Committee to strengthen the participation of society in the integration process [...] (Catalogue 1, Annex, our underlines?).

This excerpt demonstrates the invocation of core values associated with left-wing ideology, as outlined in Section 3, including:

- a) The value of democracy and popular participation.
- b) Egalitarianism, as evidenced by advocating for the reduction of disparities among nations and promoting social justice.
- c) Humanistic values.
- d) The horizontalization of social relationships.
- e) A progressive stance towards changing the status quo.
- f) A willingness to engage in discussion and change one's own opinion.

Another example of Amorim's left-wing discourse is evident in his speech during the opening of the International Conference for the promotion of political consensus to implement the Millennium Development Goals (MDGs) in Latin America and the Caribbean on November 17th, 2003:

[...] The 21st century begins with a huge challenge: to transform the material achievements achieved throughout the 20th century into benefits for all humanity. It is necessary to note that technological and economic progress has not translated into an equitable distribution of its product. On the contrary: the gap between the rich and the poor is growing. This is true for the world, for Latin America and for Brazil. (...) This worrying picture shows very clearly that economic growth does not by itself guarantee improvements in the basic indicators of social well-being, even if it is, of course, a fundamental element to facilitate it. Market logic is not sufficient for an effective distribution of material benefits on an equitable basis.

⁷ Original: Com a eleição do Presidente Lula, o povo brasileiro expressou de forma inequívoca o desejo de ver realizada uma profunda reforma política e social, dentro de um marco pacífico e democrático, com ampla participação popular na condução dos assuntos do Estado. Coerentemente com os anseios manifestados nas urnas, o Brasil terá uma política externa voltada para o desenvolvimento e para a paz, que buscará reduzir o hiato entre nações ricas e pobres, promover o respeito da igualdade entre os povos e a democratização efetiva do sistema internacional. Uma política externa que seja um elemento essencial do esforço de todos para melhorar as condições de vida do nosso povo, e que esteja embasada nos mesmos princípios éticos, humanistas e de justiça social que estarão presentes em todas as ações do Governo Lula. [...] A política externa não é só responsabilidade do Itamaraty, ou mesmo do Governo. Ela envolve a sociedade como um todo. Para definir o interesse nacional em cada situação concreta, reforçarei a coordenação com outros órgãos governamentais e com os diversos setores sociais - trabalhadores, empresários, intelectuais - e entidades da sociedade civil. [...] O povo brasileiro deu uma grande demonstração de auto-estima [sic] ao manifestar sua crença na capacidade de mudar criativamente a realidade. Temos que levar esta postura de ativismo responsável e confiante ao plano das relações externas. [...] A despeito dos prazos desconfortavelmente estreitos de algumas dessas negociações, pretendemos discutir amplamente com empresários, trabalhadores e outros setores sociais e com o Congresso Nacional as posições que devemos tomar, tendo em vista a vasta gama de interesses envolvidos e as complexas articulações que se fazem necessárias, a começar no âmbito do MERCOSUL. [...]

It is up to states to make choices that result in the narrowing of the gap between wealth and misery. Social welfare as a whole is the responsibility of governments. Human development presupposes the addition of ethical value to material production. It is the logic of responsible politics, not the market, that is better equipped to promote the overcoming of inequalities, nationally and internationally. [...] In certain countries, such as Brazil, important minorities, which in some cases are, in fact, the majority, such as Afro-descendants and indigenous people have more negative indicators than the national average. These social conditions, aggravated by inequality, are at the root of several of the political crises that have occurred in Latin America.

Serious gender disparities in access to education, employment and elective positions are also worrying. In some regions of the world, the number of female representatives in national parliaments is not as high as 10%. One in 48 mothers still die during childbirth, victim of lack of assistance. AIDS, malaria, and tuberculosis continue to decimate entire nations. [...] (Catalogue 2, Annex, our underline8).

The Millennium Development Goals (MDGs) were established by the UN in 2000, following the Millennium Summit and outlined in the UN Millennium Declaration. These goals engaged all 191 UN member states and at least 22 international organizations, aiming to⁹:

- a) Eradicate extreme poverty and hunger.
- b) Achieve universal primary education.
- c) Promote gender equality and empower women.
- d) Reduce child mortality.
- e) Improve maternal health.
- f) Combat HIV/AIDS, malaria, and other diseases.
- g) Ensure environmental sustainability.
- h) Develop a global partnership for development.

⁸ Original: [...] O século XXI começa com um enorme desafio: transformar as conquistas materiais logradas ao longo do século XX em benefícios para a toda a humanidade. É forçoso constatar que o progresso tecnológico e econômico não se traduziu em uma distribuição equitativa de seu produto. Pelo contrário: é cada vez maior o abismo que separa os ricos dos pobres. Isso é verdade para o mundo, para a América Latina e para o Brasil. (...) Esse quadro preocupante demonstra, de forma muito clara, que o crescimento econômico não garante, por si só, melhorias nos indicadores básicos do bem-estar social, ainda que seja, evidentemente, um elemento fundamental para facilitá-lo. A lógica do mercado não é suficiente para uma efetiva distribuição dos benefícios materiais em bases equitativas. Cabe aos Estados fazer escolhas que resultem na diminuição do fosso entre a riqueza e a miséria. É responsabilidade dos governos o bem-estar social como um todo. O desenvolvimento humano pressupõe a agregação de valor ético à produção material. É a lógica da política responsável, e não a do mercado, que está melhor [sic] aparelhada para promover a superação das desigualdades, nacional e internacionalmente. [...] Em certos países, como o Brasil, minorias importantes, que em alguns casos são, na verdade, a maioria, como a dos afro-descendentes e dos indígenas apresentam indicadores mais negativos do que a média nacional. Estas condições sociais, agravadas pela desigualdade, estão na raiz de várias das crises políticas que têm ocorrido na América Latina. Também é preocupante a permanência de graves disparidades de gênero no acesso a educação, a emprego e a cargos eletivos. Em certas regiões do mundo, não chega a 10% o número de representantes femininas nos Parlamntos nacionais. Uma em cada 48 mães ainda morre durante o parto, vítima da falta de assistência. A AIDS, a malária, e a tuberculose continuam dizimando nações inteiras. [...]

⁹ Information provided by the UN MDG official site.

In the cited extract, several expressions suggest the left-wing value of egalitarianism, such as “benefit for all humanity,” “equitable distribution,” “the gap between the rich and the poor,” “social well-being,” “gap between wealth and misery,” “social welfare,” “human development,” “ethical value to material production,” “overcoming of inequalities,” “social conditions,” and “inequality.” Additionally, there are expressions indicating a focus on protecting minorities, another key theme of progressive political ideology, such as “minorities [...] such as Afro-descendants and indigenous people,” and “gender disparities.”

Another example of Amorim’s left-wing discourse can be found in his speech during the Meeting of the National Food Security Council (CONSEA) on October 26th, 2004:

[...] I think it is very clear, this Government was the first that, in addition to listening to other politicians, other ministers, or the business class, dedicated itself to listening also to trade unions, civil society, in an intense way, ministries that have a more direct relationship - My friend Minister Rosseto knows this and does not hesitate to make himself heard every time he thinks that we are all a little further away from the demands of this area. For the first time, we have included an NGO as a member of our delegation, Rebrip, in the delegation to Cancún and others.

[...] What I want to say to you, for me, one of the reasons that give me joy and satisfaction to join the team of President Lula is this possibility of having dialogue with the whole society. The dialogue with entrepreneurs has always existed, was good, is good and should be maintained. But the dialogue with other sectors of society, honestly, was not so common. It is a special chance that we have, in our external relations, that we are not reflecting the interests of this or that sector, this or that category, but that we are effectively seeking to reflect the interests of the Brazilian people as a whole. And I think it’s in that spirit that President Lula’s diplomacy works; and if we can sometimes go wrong, I think that’s human. We will always receive very well the words of criticism, the words of warning and especially the dialogue. [...] (Catalogue 5, Annex, our underline¹⁰).

This excerpt exemplifies another characteristic of left-wing political discourse, as outlined by Charaudeau (2016) – the value of horizontalization of social relations. In contrast to the right-wing political discourse matrix, which tends to promote and naturalize social verticalization, discriminating between specific roles such as entrepreneurs and labourers, men and women, rich and poor, and insiders and outsiders of the nation, the progressive values of

¹⁰ Original: [...] Acho que é muito claro, este Governo foi o primeiro que, além de ouvir outros políticos, outros ministros, ou a classe empresarial, dedicou-se a ouvir também os sindicatos, a sociedade civil, de maneira intensa, ministérios que têm uma relação mais direta - meu amigo Ministro Rosseto sabe disto e não hesita em se fazer ouvir cada vez que acha que nós todos ficamos um pouquinho mais longe dos reclamos desta área. Nós incluímos, pela primeira vez, uma ONG como membro da nossa delegação, a Rebrip, na delegação a Cancún e em outras. [...] O que quero dizer aos Senhores, para mim, uma das razões que me dão alegria e satisfação de integrar a equipe do Presidente Lula é esta possibilidade de ter interlocução com toda a sociedade. A interlocução com os empresários sempre existiu, foi boa, é boa e deve ser mantida. Mas a interlocução com outros setores da sociedade, honestamente, não era tão comum. É uma chance especial que temos de, nas nossas relações externas, não estarmos refletindo interesses deste ou daquele setor, desta ou daquela categoria, mas de estarmos procurando, efetivamente, refletir os interesses do Povo brasileiro como um todo. E eu acho que é dentro desse espírito que a diplomacia do Presidente Lula trabalha; e se nós algumas vezes podemos errar, acho que isso é humano. Sempre receberemos muito bem as palavras de críticas, as palavras de alerta e sobretudo o diálogo. [...]

the left-wing political discourse matrix idealize the deconstruction of such discriminations. One target of this deconstruction is the verticalization in society.

In the cited segment, we observe a horizontal conception of the relationship between government authorities and civil society. The most frequent expressions are those that refer to “listening,” “dialogue,” and a willingness to “receive criticism.”

The final example we can provide is more explicit in its left-wing rhetorical strategy. It is Amorim’s message during the ceremony in memory of Ambassador José Aparecido de Oliveira on November 15th, 2007, in Lisbon:

[...] José Aparecido de Oliveira was an exemplary politician. He has held important roles throughout his career as a public man committed to progressive causes, ethics, and humanistic values. For him, public interest came first. He was a private secretary and collaborator of President Jânio Quadros, who conducted in his Government the Independent Foreign Policy, a milestone in the history of Brazilian diplomacy. [...] (Catalogue 37, Annex, our underlines¹¹).

This tribute to Ambassador Oliveira contains an explicit mark of left-wing discourse, as Amorim describes him, in a positive light, as a “public man committed to progressive causes.” Additionally, when Amorim portrays the Independent Foreign Policy (PEI, in the Portuguese acronym) as a “milestone in the history of Brazilian diplomacy,” he employs a progressive rhetoric. The PEI was considered one of the most progressive periods in Brazilian diplomatic history. Conceived during the government of Jânio Quadros in 1961 but mostly developed during João Goulart’s tenure with Chancellor San Tiago Dantas and others, the PEI was characterized by (Cervo & Bueno, 2002):

- a) A universalist perspective, while also addressing regional issues.
- b) Pragmatism, establishing relationships even with countries in the socialist world during the Cold War.
- c) An autonomous stance towards great powers.
- d) A focus on North-South issues rather than East-West.
- e) Opening to Africa and Asia, condemning colonialism.
- f) Expanding trade relations with Eastern Europe and the East.
- g) Willingness to participate in international forums and support the UN.
- h) Advocacy for development, peace, and disarmament.
- i) Opposition to nuclear experiments.
- j) Strengthening ties with Argentina and Latin America in general.
- k) Commitment to the Inter-American system.

¹¹ Original: [...] José Aparecido de Oliveira foi um político exemplar. Ocupou importantes funções ao longo de sua trajetória de homem público comprometido com as causas progressistas, com a ética e os valores humanistas. Para ele, o interesse público vinha em primeiro lugar. Foi secretário particular e colaborador do Presidente Jânio Quadros, que conduziu em seu Governo a Política Externa Independente, um marco na história da diplomacia brasileira. [...]

6 Conclusion

In this paper, we presented a portion of our research focusing on the analysis of the Rhetoric of Culture Wars in Brazilian diplomatic discourse. The complete investigation encompassed 20 years of official speeches by all chancellors, spanning from the first term of President Lula to the administration of President Bolsonaro. However, this article specifically examines the speeches of Celso Amorim during his tenure as chancellor from 2003 to 2010, with a particular emphasis on the theme of political ideology. Our objective is to ascertain which ideology Amorim predominantly espoused, the frequency of its manifestation, and the way it was articulated, all in accordance with Charaudeau's (2016) parameters.

Due to the nature of our analytical variables, which are based on a specific theoretical framework, it was challenging to employ software to automate the process, such as counting the frequency of certain words or expressions. Instead, we manually reviewed and catalogued each transcription, a methodology detailed in Section 4 of our paper.

Our analysis revealed that Amorim's speeches consistently leaned towards a left-wing political ideology, albeit in a nuanced manner that avoided confrontational stances. We did not observe instances of right-wing political ideology in his speeches, and many interventions could not be definitively classified as either right or left-wing based on clear and objective criteria.

Through our research, we aim to contribute, albeit in a niche area, to the advancement of knowledge pertaining to Brazilian diplomatic discourse, which remains relatively underexplored in the field of language sciences, based on the existing literature we were able to document until here. Furthermore, we seek to shed light on contemporary Brazilian diplomatic history, which has a crucial role in promoting national development and enhancing the quality of life for Brazilians.

References

AMORIM recebe prêmio de revista americana por liderança inovadora. G1, 29 out. 2010. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2010/10/amorim-recebe-premio-de-revista-americana-por-lideranca-inovadora.html>. Access on: 24th April 2024.

AMOSSY, R. *A Argumentação no Discurso*. São Paulo: Contexto, 2018.

BOBBIO, N. *Direita e Esquerda: razões e significados de uma distinção política*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

BRASIL. *CELSON Luiz Nunes Amorim*. 21 de novembro de 2021. Available in: <https://www.gov.br/funag/pt-br/chdd/historia-diplomatica/ministros-de-estado-das-relacoes-exteriores/celso-luiz-nunes-amorim>. Access on: 24th April 2024.

BRASIL, CPDOC-Centro de Pesquisa e Documentação História Contemporânea do. *Celso Luís Nunes de Amorim*. Available in: <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/celso-luis-nunes-de-amorim>. Access on: 24th April 2024.

BUCHANAN, P. J. The aggressors in the culture wars. *The American Cause*. 8 de mar. 2004. Available in: <http://www.theamericancause.org/patculturewars.htm>. Access on: 15th November 2019.

CELSE Amorim recebe prêmio de Estadista Global de Fórum de Davos em nome de Lula. *O Globo*. 29 jan. 2010. Available in: <https://oglobo.globo.com/economia/celso-amorim-recebe-premio-de-estadista-global-de-forum-de-davos-em-nome-de-lula-3060756>. Access on: 24th April 2024.

CELSE Amorim troca o PMDB pelo PT, e petistas já apostam na candidatura pelo Rio. *Correio Braziliense*. 1 de outubro de 2009. Available in: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2009/10/01/interna_politica,145586/celso-amorim-troca-o-pmdb-pelo-pt-e-petistas-ja-apostam-na-candidatura-pelo-rio.shtml. Access on: 24th April 2024.

CERVO, A. L.; BUENO, C. *História da política exterior do Brasil*. Brasília: Editora UnB, 2002.

CHARAUDEAU, P. Du discours politique au discours populiste. Le populisme est-il de droite ou de gauche? In: CORCUERA, F. et alii (org.). *Les discours politiques*. Regards croisés. Paris: L'Harmattan, 2016. p.32-43.

DOMINGOS, J. Celso Amorim se filiou ao PT, afirma Berzoini. *Estadão*, 30 set. 2009. Available in: <https://www.estadao.com.br/politica/celso-amorim-se-filiou-ao-pt-afirma-berzoini/>. Access on: 24th April 2024.

ENTREVISTA - Celso Amorim. Brasília: IPEA. 13 de julho de 2010. Ano 7. Edição 61. Por Douglas Portari e João Cláudio Garcia. Available in: https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=25:entrevista-celso-amorim&catid=30&Itemid=23. Access on: 24th April 2024.

GRACIO, R. *Para uma teoria geral da argumentação*: questões teóricas e aplicações didáticas. 2010. 446f. Dissertation (PhD) – Universidade do Minho. Instituto de Ciências Sociais. Braga, 2010.

HUNTER, J. D. *Culture Wars: the struggle to define America*. New York: Basic Books, 1991.

JOBIM entrega carta de demissão, e Celso Amorim assume a Defesa. *G1*. 4 de agosto de 2011. Available in: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2011/08/jobim-entrega-carta-de-demissao-e-celso-amorim-assume-defesa.html>. Access on: 24th April 2024.

LIMA, T. *O protecionismo agrícola nos Estados Unidos*: resiliência e economia política dos complexos agroindustriais. São Paulo: UNESP, 2018.

MANKIW, N. G. *Introdução à Economia*. São Paulo: Cengage Learning, 2009.

MAZUI, G. Ex-chanceler Celso Amorim é nomeado para chefiar assessoria especial de Lula. *G1*. 05 jan. 2023. Available in: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/01/05/ex-chanceler-celso-amorim-e-nomeado-para-chefiar-assessoria-especial-de-lula.ghtml>. Access on: 24th April 2024.

PLANTIN, C. *Dictionary of argumentation*: an introduction to argumentation studies. Milton Keynes: Lightning source, 2018.

ROSSI, C. É hora de reinventar o mundo, diz discurso de Lula em Davos. *Folha de S. Paulo*, 30 jan. 2010. Available in: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc3001201002.htm>. Access on: 24th April 2024.

ROTHKOPF, D. The world's best foreign minister. *Foreign Policy*, 07 out. 2009. Available in: <https://foreignpolicy.com/2009/10/07/the-worlds-best-foreign-minister/>. Access on: 24th April 2024.

SAMPAIO, M. F. N. O. de. *O Tratado de Proibição Completa dos Testes Nucleares (CTBT)*: Perspectivas para sua entrada em vigor e para a atuação diplomática brasileira. Brasília: FUNAG, 2012.

SANTOS, F. R. C. dos. A relação entre o discurso socialista e o discurso progressista. *Fólio – Revista de Letras*, v. 12, n.1, 2020a, p. 833-864. Available in: <https://bit.ly/2ZlGmDA>. Access on: 17th January 2022.

SANTOS, F. R. C. dos. A Retórica do Neorracismo no debate francês sobre imigração: análise de artigos de opinião do *Le Figaro*. *Revista da Abralin*, v. 20, n. 3, p. 113-135, 6 dez. 2021a. Available in: <https://bit.ly/3A6iTYN> . Access on: 17th January 2022.

SANTOS, F. R. C. dos. Com que se parece a Retórica da Guerra Cultural no debate sobre imigração? *Revista de Estudos da Linguagem*, v. 29, n. 1, p. 426-486, 2021b. Available in: <https://bit.ly/2H5HdDa> . Access on: 28th January 2022.

SANTOS, F. R. C. dos. O que se entende por Retórica da Guerra Cultural. *Domínios de Linguagem*, 5 maio 2020b, p. 1-48. Available in: <https://bit.ly/2YZqHuO> . Access on: 17th January 2022.

SOUZA, L. B. (2013). *O Brasil e o Regime Internacional de Não-Proliferação de Armas Nucleares: “adesão resistida” na inserção brasileira*. Thesis (Master in International Relations) – UNESP/UNICAMP/PUC-SP, Programa San Tiago Dantas de Pós-graduação em Relações Internacionais, 2013.

Annex – DATABASE¹²

Catalogue	Date	Chancellor	RC	Dichot.	VV	Imag.	Univ.	Prag.	Al.	Int. Inscr.	Access	Link	
1	02/01/2003	Celso Amorim	0	0	0	0	1	1	0		19/01/2023	https://bit.ly/3QIvcTo	
2	17/11/2003	Celso Amorim	0	0	0	0	1	Nulo	Nulo		120/01/2023	https://bit.ly/3WxPQal	
3	04/05/2004	Celso Amorim	0	0	0	0	1	Nulo		0	121/01/2023	https://bit.ly/3QTBEXR	
4	13/07/2004	Celso Amorim	0	0	0	Nulo	Nulo	Nulo		0	122/01/2023	https://bit.ly/3XLO6uT	
5	26/10/2004	Celso Amorim	0	0	0	0	1	Nulo		0	123/01/2023	https://bit.ly/3QWjCEc	
6	20/02/2005	Celso Amorim	0	0	0	0	1		1	0	124/01/2023	https://bit.ly/3J8XsNj	
7	29/06/2005	Celso Amorim	0	0	0	0	Nulo	Nulo		0	130/01/2023	https://bit.ly/3klbgznz	
8	03/08/2005	Celso Amorim	0	0	0	0	1	Nulo		0	104/02/2023	https://bit.ly/3Y3ufrc	
9	05/08/2005	Celso Amorim	0	0	0	Nulo	Nulo	Nulo		0	104/02/2023	https://bit.ly/3lacMPR	
10	11/08/2005	Celso Amorim	0	0	0	Nulo	Nulo	Nulo		0	104/02/2023	https://bit.ly/3JGcf2d	
11	01/09/2005	Celso Amorim	0	0	0	0	1		1	0	127/02/2023	https://bit.ly/40F7OLg	
12	18/11/2005	Celso Amorim	0	0	0	Nulo		1	1	0	127/02/2023	https://bit.ly/3Z7aSOP	
13	01/12/2005	Celso Amorim	0	0	0	Nulo	1	1	1	0	104/03/2023	https://bit.ly/3mkCPnP	
14	31/01/2006	Celso Amorim	0	0	0	Nulo	1	1	1	0	105/03/2023	https://bit.ly/3JdLvW4	
15	09/05/2006	Celso Amorim	0	0	0	Nulo		1		0	105/03/2023	https://bit.ly/3kQgsX8	
16	02/08/2006	Celso Amorim	0	0	0	Nulo	1	Nulo	Nulo		109/03/2023	https://bit.ly/3IYsKxs	
17	24/10/2006	Celso Amorim	0	0	0	0	1	Nulo		0	111/03/2023	https://bit.ly/3ZE8U8V	
18	04/11/2006	Celso Amorim	0	0	0	0	1	Nulo		0	111/03/2023	https://bit.ly/402ujs7	
19	22/11/2006	Celso Amorim	0	0	0	0	1	Nulo		0	112/03/2023	https://bit.ly/3JyrNVp	
20	23/11/2006	Celso Amorim	0	0	0	Nulo	Nulo	Nulo		0	112/03/2023	https://bit.ly/3mLEu6i	
21	24/11/2006	Celso Amorim	0	0	0	Nulo	1	Nulo		0	114/03/2023	https://bit.ly/3FqpaIT	
22	27/11/2006	Celso Amorim	0	0	0	Nulo	1		1	0	116/03/2023	https://bit.ly/3IH3ox0	
23	05/12/2006	Celso Amorim	0	0	0	0	1	Nulo		0	117/03/2023	https://bit.ly/3Jnq0Kd	
24	13/12/2006	Celso Amorim	0	0	0	Nulo	1		1	0	118/03/2023	https://bit.ly/3YR8yuA	
25	15/12/2006	Celso Amorim	0	0	0	Nulo	1	Nulo		0	118/03/2023	https://bit.ly/3Js8v2G	
26	15/12/2006	Celso Amorim	0	0	0	Nulo	1	Nulo		0	118/03/2023	https://bit.ly/3Jzohvm	
27	21/03/2007	Celso Amorim	0	0	0	Nulo	1		1	0	112/06/2023	https://bit.ly/462vxre	
28	02/05/2007	Celso Amorim	0	0	0	0	Nulo		1	0	102/07/2023	https://bit.ly/43duYbw	
29	20/08/2007	Celso Amorim	0	0	0	Nulo	1		1	0	104/07/2023	https://bit.ly/44efci6	
30	28/08/2007	Celso Amorim	0	0	0	Nulo	1		1	0	105/07/2023	https://bit.ly/44dufbx	
31	03/09/2007	Celso Amorim	0	0	0	Nulo	1	1		0	106/07/2023	https://bit.ly/46FBUkA	
32	23/09/2007	Celso Amorim	0	0	0	Nulo	Nulo	Nulo	Nulo		107/07/2023	https://bit.ly/3JPz9Ua	
33	27/09/2007	Celso Amorim	0	0	0	Nulo	1	1		0	107/07/2023	https://bit.ly/3rdpuA9	
34	03/10/2007	Celso Amorim	0	0	0	Nulo	1	Nulo		0	107/07/2023	https://bit.ly/3O20Awy	
35	05/11/2007	Celso Amorim	0	0	0	Nulo	1		1	0	107/07/2023	https://bit.ly/3D3IKrj	
36	08/11/2007	Celso Amorim	0	0	0	Nulo	Nulo	Nulo	Nulo		108/07/2023	https://bit.ly/44ghXzk	
37	15/11/2007	Celso Amorim	0	0	0	0	1	Nulo	Nulo		108/07/2023	https://bit.ly/3IQGF0Z	
38	20/11/2007	Celso Amorim	0	0	0	Nulo	Nulo		1	Nulo	108/07/2023	https://bit.ly/3XLTWhi	
39	28/11/2007	Celso Amorim	0	0	0	Nulo	1		1	0	109/07/2023	https://bit.ly/3rcKR9y	
40	12/12/2007	Celso Amorim	0	0	0	Nulo	1		1	0	110/07/2023	https://bit.ly/3O86s7x	
41	14/12/2007	Celso Amorim	0	0	0	0	1	Nulo		0	110/07/2023	https://bit.ly/44hyinv	
42	17/01/2008	Celso Amorim	0	0	0	0	Nulo	Nulo	Nulo		112/07/2023	https://bit.ly/3NMolY5	
43	20/02/2008	Celso Amorim	0	0	0	Nulo	1		1	0	112/07/2023	https://bit.ly/44liutD	
44	21/02/2008	Celso Amorim	0	0	0	Nulo	1	Nulo	Nulo		116/07/2023	https://bit.ly/3K2vjNM	
45	01/04/2008	Celso Amorim	0	0	0	Nulo	1		1	0	116/07/2023	https://bit.ly/3K0ID3O	
46	25/04/2008	Celso Amorim	0	0	0	0	Nulo	Nulo	Nulo		118/07/2023	https://bit.ly/3K3mDAn	
47	29/04/2008	Celso Amorim	0	0	0	0	1	1		0	120/07/2023	https://bit.ly/3DnDRER	
48	17/06/2008	Celso Amorim	0	0	0	0	0	Nulo	Nulo		0	124/07/2023	https://bit.ly/3QcWEuh
49	17/07/2008	Celso Amorim	0	0	0	Nulo	Nulo	Nulo	Nulo	Nulo		26/07/2023	https://bit.ly/3q5sgHl
50	21/07/2008	Celso Amorim	0	0	0	Nulo	Nulo		1	0	127/07/2023	https://bit.ly/3O9oBk6	
51	29/07/2008	Celso Amorim	0	0	0	Nulo	Nulo	Nulo	Nulo	Nulo		27/07/2023	https://bit.ly/3OvcPSi
52	06/08/2008	Celso Amorim	0	0	0	Nulo	Nulo		1	0	129/07/2023	https://bit.ly/3Y8WGW4	
53	18/08/2008	Celso Amorim	0	0	0	Nulo	Nulo		1	0	105/08/2023	https://bit.ly/3OjGYmC	
54	02/09/2008	Celso Amorim	0	0	0	0	Nulo		1	0	115/08/2023	https://bit.ly/45n3d1V	
55	03/09/2008	Celso Amorim	0	0	0	Nulo	1		1	0	116/08/2023	https://bit.ly/3QfYSsK	
56	20/11/2008	Celso Amorim	0	0	0	0	1	Nulo		0	117/08/2023	https://bit.ly/3KICaFo	
57	24/11/2008	Celso Amorim	0	0	0	Nulo	1		1	0	117/08/2023	https://bit.ly/457fwPu	
58	30/11/2008	Celso Amorim	0	0	0	Nulo	1	Nulo		0	117/08/2023	https://bit.ly/3OfKKNw	
59	12/12/2008	Celso Amorim	0	0	0	0	1	Nulo		0	120/08/2023	https://bit.ly/3ObMXJR	
60	05/01/2009	Celso Amorim	0	0	0	0	1	Nulo		0	120/08/2023	https://bit.ly/3q7IKim	

¹² Partial data from the research, referring only to Amorim's speeches.

61	02/03/2009	Celso Amorim	0	0	0	Nulo	1	Nulo	0	1	20/08/2023	https://bit.ly/47btNwE
62	16/03/2009	Celso Amorim	0	0	0	Nulo	1	Nulo	0	1	20/08/2023	https://bit.ly/3Ob9tTb
63	06/04/2009	Celso Amorim	0	0	0	0	1	Nulo	0	1	20/08/2023	https://bit.ly/3KGz31J
64	13/04/2009	Celso Amorim	0	0	0	Nulo	1	1	0	1	21/08/2023	https://bit.ly/44helH5
65	07/05/2009	Celso Amorim	0	0	0	Nulo	1	Nulo	0	1	24/08/2023	https://bit.ly/44kF1FD
66	12/06/2009	Celso Amorim	0	0	0	Nulo	1	Nulo	0	1	27/08/2023	https://bit.ly/45jwURG
67	24/06/2009	Celso Amorim	0	0	0	0	1	Nulo	0	1	27/08/2023	https://bit.ly/44iEjJE
68	25/06/2009	Celso Amorim	0	0	0	0	1	Nulo	0	1	27/08/2023	https://bit.ly/44kjROq
69	26/06/2009	Celso Amorim	0	0	0	0	1	Nulo	0	1	27/08/2023	https://bit.ly/47G7f7b
70	12/07/2009	Celso Amorim	0	0	0	0	1	Nulo	0	1	27/08/2023	https://bit.ly/3shd5Mm
71	27/07/2009	Celso Amorim	0	0	0	Nulo	1	Nulo	0	1	30/08/2023	https://bit.ly/3QMXvSz
72	16/11/2009	Celso Amorim	0	0	0	0	1	Nulo	0	1	30/08/2023	https://bit.ly/3YFec4t
73	30/11/2009	Celso Amorim	0	0	0	Nulo	1	1	0	1	30/08/2023	https://bit.ly/3QU8slk
74	18/01/2010	Celso Amorim	0	0	0	Nulo	Nulo	Nulo	Nulo	1	30/08/2023	https://bit.ly/3qClwkl
75	27/01/2010	Celso Amorim	0	0	0	0	1	Nulo	Nulo	1	30/08/2023	https://bit.ly/45B2sIH
76	02/02/2010	Celso Amorim	0	0	0	0	1	Nulo	0	1	30/08/2023	https://bit.ly/3P3EM3T
77	25/02/2010	Celso Amorim	0	0	0	Nulo	Nulo	Nulo	0	1	31/08/2023	https://bit.ly/45B2tWN
78	04/03/2010	Celso Amorim	0	0	0	Nulo	Nulo	Nulo	Nulo	03/09/2023	https://bit.ly/3OLYOP0	
79	25/03/2010	Celso Amorim	0	0	0	Nulo	Nulo	Nulo	Nulo	03/09/2023	https://bit.ly/3OMlrTA	
80	20/04/2010	Celso Amorim	0	0	0	0	1	1	0	1	03/09/2023	https://bit.ly/3OHxm5c
81	31/05/2010	Celso Amorim	0	0	0	Nulo	1	Nulo	0	1	03/09/2023	https://bit.ly/3E7u8TH
82	21/06/2010	Celso Amorim	0	0	0	Nulo	1	Nulo	0	1	05/09/2023	https://bit.ly/3Peij4B
83	13/07/2010	Celso Amorim	0	0	0	0	1	Nulo	Nulo	1	11/09/2023	https://bit.ly/3R4dZpV
84	11/09/2010	Celso Amorim	0	0	0	Nulo	1	1	0	1	11/09/2023	https://bit.ly/3OQbXXl
85	20/09/2010	Celso Amorim	0	0	0	Nulo	1	Nulo	0	1	12/09/2023	https://bit.ly/3KLUpKM
86	23/09/2010	Celso Amorim	0	0	0	0	1	1	0	1	12/09/2023	https://bit.ly/3E58q2D
87	27/09/2010	Celso Amorim	0	0	0	0	1	Nulo	0	1	13/09/2023	https://bit.ly/3seNAel
88	18/10/2010	Celso Amorim	0	0	0	Nulo	1	Nulo	0	1	28/09/2023	https://bit.ly/3E6k8Ms
89	22/11/2010	Celso Amorim	0	0	0	0	1	Nulo	0	1	28/09/2023	https://bit.ly/3sgvuZv
90	02/01/2011	Celso Amorim	0	0	0	Nulo	Nulo	Nulo	Nulo	29/09/2023	https://bit.ly/45zhWGN	

Source: author's elaboration.

Do *praiar* ao *jobar*: integrações conceptuais na criação de verbos no português brasileiro

From Praiar to Jobar: Conceptual Integrations in the Creation of Verbs in Brazilian Portuguese

Paulo Ricardo Sousa Ferreira

Universidade Federal de Minas Gerais

(UFMG) | Belo Horizonte | MG | BR

paulorferreira@ufmg.br

paulorferreira820@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-0362-1844>

Resumo: Este estudo explora aspectos linguístico-cognitivos na emergência de neologismos verbais – novas construções lexicais expressas como verbo para denotar ações. Nosso objeto de estudo inclui os neologismos de atividades de lazer *bebemorar*, *canastrar*, *noronhar*, *praiar*, *resenhar*, *rolezar*, *turistar*, *brifar* e de atividades profissionais *jobar*, *performar*, *scheduler*, *teletrabalhar* e *tradar*. Nossa hipótese é que a criação dessas palavras reflete a necessidade de mesclar conhecimentos enciclopédicos em uma única construção lexical, que expressa determinado conceito de ação composto por um conjunto de atividades relacionadas ao *frame* semântico de um conceito de objeto, organizadas pela mesclagem conceptual. A pesquisa fundamenta-se na Gramática de Construções (Croft, 2022; Hoffmann, 2022a) e nos conceitos de *Frame* Semântico (Fillmore, 2006) e Mesclagem Conceptual (Fauconnier, Turner, 2006). Os dados foram coletados de perfis públicos das redes sociais Instagram, Twitter/X, TikTok e Youtube e confirmados como neologismos por ausência significativa em nossos *corpora* lexicográficos de corte. A análise revela a tendência de se combinar diferentes conhecimentos de mundo para criar um conceito de ação por meio da mesclagem de pelo menos dois domínios distintos, contidos em um *frame* semântico comum de um conceito de objeto. O neologismo *praiar*, por exemplo, mescla em uma construção vários grupos de atividades captadas no *frame* de Lazer, diretamente envolvidos no objeto locativo *praia*: atividades de descanso (tomar sol, ler), aquáticas (nadar, mergulhar),



físicas (caminhar, praticar esportes), sociais (paquerar, frequentar bares), entre outras. Essas atividades são evocadas cognitivamente por meio de conhecimentos socioculturais e individuais.

Palavras-chave: linguística cognitiva; gramática de construções; mesclagem conceitual; neologismo.

Abstract: This study explores linguistic-cognitive aspects in the emergence of verbal neologisms – novel lexical constructions expressed as verbs to denote actions. Our subject includes neologisms related to leisure activities such as *bebemorar*, *canastrar*, *noronhar*, *praiar*, *resenhar*, *rolezar*, *turistar*, *brifar*, and professional activities such as *jobar*, *performar*, *scheduler*, *teletrabalhar*, and *tradar*. Our hypothesis is that the creation of these words reflects the need to blend encyclopedic knowledge into a single lexical construction, which expresses a specific action concept composed of a set of activities related to the semantic frame of an object concept, organized through conceptual blending. The research is based on Construction Grammar (Croft, 2022; Hoffmann, 2022a) and the concepts of Frame Semantics (Fillmore, 2006) and Conceptual Blending (Fauconnier & Turner, 2006). The data were collected from public profiles on social networks such as Instagram, Twitter/X, TikTok, and YouTube, and confirmed as neologisms due to their significant absence in our reference lexicographical corpora. The analysis reveals a tendency to combine different world knowledge to create an action concept by blending at least two distinct domains contained within a common semantic frame of an object concept. The neologism *praiar*, for example, blends several groups of activities captured in the Leisure frame, directly involved in the locative object *beach*: rest activities (sunbathing, reading), aquatic activities (swimming, diving), physical activities (walking, playing sports), social activities (flirting, visiting bars), among others. These activities are cognitively evoked through sociocultural and individual knowledge.

Keywords: cognitive linguistics; construction grammar; conceptual blending; neologism.

1 Introdução

Há na linguagem uma intrínseca possibilidade de se cunhar palavras inéditas por meio de mecanismos variados para atender às necessidades comunicativas; tais unidades linguísticas marcadas em seu uso pela sensação de novidade social, são chamadas de *Neologismos* (Boulanger, 1979). Ferraz e Liska (2021) explicam que a neologia – o processo criativo dos neologismos – realiza-se espontaneamente quando um falante usa uma unidade lexical de criação recente, uma nova acepção de uma forma lexical da língua ou um estrangeirismo, importado de outra língua. Outros autores reconhecidos sobre o tema, a exemplo de Alves (1994) e Biderman (1978), ressaltam a recência e a novidade como principal característica dessa unidade linguística criativa.

Em acordo com Hoffmann (2022b), compreendemos que nossa capacidade de criar novas palavras é apenas uma faceta de como a criatividade e a produtividade manifestam-se na linguagem, respaldadas por aspectos cognitivos de domínio geral, como metáfora conceitual, mesclagem conceitual, protótipo e categorização. Este estudo busca explicar aspectos linguístico-cognitivos na emergência de neologismos verbais – construções lexicais novitativas da língua expressas como verbo para denotar ações (Ferreira, Amaral, 2024). Especificamente, nosso objeto de estudo é composto dos neologismos de atividades de lazer *bebemorar*, *canastrar*, *noronhar*, *praiar*, *resenhar*, *rolezar*, *turistar* e de atividades profissionais *jobar*, *performar*, *schedular*, *teletrabalhar* e *tradar* (vide Quadro 1). Analisaremos esses dados a partir da Gramática de Construções, conforme o entendimento de Hoffmann (2022a) e Croft (2022), além dos conceitos de *Frame Semântico* (Fillmore, 2006) e *Mesclagem Conceptual* (Fauconnier, Turner, 2006).

Nossa hipótese é a de que por trás do processo criativo analisado existe a necessidade de mesclar conhecimentos enciclopédicos em uma única construção lexical, capaz de expressar determinado conceito de ação composto por um conjunto de atividades. Essas atividades estão relacionadas ao *frame* semântico de um conceito de objeto, sendo organizadas pela mesclagem conceitual e a ação resulta desse processo. Por exemplo, *praiar* expressa uma ação complexa formada por um grupo de atividades relacionadas ao objeto locativo *praia*: tomar sol, nadar no mar, praticar esportes aquáticos, comer/beber em quiosques, entre outras.

A relevância desta pesquisa reside na compreensão de aspectos imprescindíveis à criação de novos verbos da língua portuguesa, sendo: i) a integração cognitiva de atividades organizada pelo processo de mesclagem conceitual; ii) a necessidade de se expressar uma ação por meio de uma única construção lexical/palavra, não presente no léxico.

A coleta de dados foi realizada nas redes sociais Instagram, Twitter/X, TikTok e Youtube, partindo de publicações realizadas em perfis públicos; os dados completos encontram-se no Quadro 1, da seção 3. Para se averiguar o *status* neológico das palavras coletadas, verificou-se cada uma em *corpora* lexicográfico de corte, formado pelos dicionários Houaiss Online (2024),¹ Aulete Digital (2024)² e Priberam (2024),³ além do Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa – VOLP (Academia Brasileira de Letras, 2022).⁴ Foram consideradas neo-

¹ Disponível em: https://houaiss.uol.com.br/houaission/apps/uol_www/v7-0/html/index.php#o

² Disponível em: <https://aulete.com.br/>

³ Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/>

⁴ Disponível em: <https://www.academia.org.br/nossa-lingua/busca-no-vocabulario>.

logismos todas as palavras que não constaram no Volp e não apresentaram entrada em pelo menos dois dos três dicionários; no caso, todos os exemplares mostraram-se neológicos. Em seguida à coleta e à confirmação notiativa, os neologismos foram categorizados e analisados conforme os preceitos teóricos escolhidos.

Além desta seção introdutória, o presente trabalho é dividido da seguinte maneira: seção dois, que apresenta o referencial teórico para nossa análise, por meio do modelo da gramática de construções e da teoria de integração conceptual; seção três, que apresenta nossos dados, viabiliza nossas propostas de representação/explicação destes e aborda os resultados de análise; e seção quatro, que reúne considerações pertinentes à pesquisa realizada sobre o fenômeno neológico em construções verbais.

2 Referencial teórico

2.1 Abordagem construcional de neologismos

Segundo Hoffmann (2022a), a Gramática de Construções compreende um modelo de representação de conhecimento linguístico cuja unidade básica de análise são os pareamentos de forma e significado chamados de construção. As construções abarcariam os vários níveis taxonômicos de descrição gramatical: de padrões sintáticos abstratos e abertos, como a construção transitiva SVO (Sujeito-Verbo-Objeto), até unidades fixas e substantivas, como *prato*, *escreveu* e *azul*. Nesse sentido, seriam consideradas construções quaisquer unidades morfológicas, palavras, sintagmas, orações, expressões idiomáticas e estruturas discursivas presentes no conhecimento linguístico do falante (Croft, 2022; Gonçalves, 2016b; Souza, 2010). Tal flexibilidade teórica nos possibilita analisar uma ampla gama de objetos, incluindo-se aqui as construções no nível da palavra, que dizem respeito ao tipo de dado que trazemos em discussão neste estudo.

Pode-se dizer que a construção é uma unidade linguística, capaz de parear uma forma – constituída por informações morfossintáticas e fonológicas – a um significado – informações semânticas, pragmáticas, discursivas (Croft, 2022). Essas unidades são armazenadas na memória de longo prazo, no dito léxico mental de um falante, para serem combinadas em função da comunicação. As construções armazenadas no léxico não estão isoladas, como em uma lista, mas relacionadas em uma complexa rede motivada e sustentada por vários processos mentais de domínio geral, como metáfora, metonímia, categorização e mesclagem conceptual (Hoffmann, 2022a). Desta forma, a linguagem humana só se estabelece a partir de processos de conceptualização que sustentam a mente na aquisição e desenvolvimento de diversas outras capacidades cognitivas além da comunicação verbal. O inventário total de construções na mente do falante compõe seu *constructicon*, que é, grosso modo, o “léxico das construções”, incluindo, além das palavras, os morfemas, sintagmas, padrões sintáticos, enunciados semiabertos (*e.g. Quanto mais X, mais Y*), idiomatismos e expressões lexicalizadas (Furtado da Cunha, Cezario, 2023). No nível do discurso, as construções que armazenamos em nosso *constructicon* são combinadas para compor construtos em nossa memória de trabalho (ou memória *online*) que atua no momento da comunicação. Logo, ao se criar um neologismo

como *sextou*, o falante precisa acessar suas construções *sexta(-feira)* e *X-ou* para combiná-las no construto que será a nova palavra (e ao construto do enunciado, em seguida).⁵

Conforme a nova palavra vai sendo usada, ela se acomoda na mente do falante, em um processo chamado entrincheiramento, e se torna ela também uma construção do *constructicon*, passando a ser matéria-prima para novos construtos (Hoffmann, 2022a). Dessa forma, podemos compreender que a aquisição de novas construções é baseada no uso da linguagem, ou seja, quanto mais se usa determinada construção, mais entrincheirada ela se torna e mais propensa esta fica a servir como esquema para a origem de outras construções.

A Gramática de Construções oferece ferramentas para se explicar tanto a produtividade quanto a criatividade linguística, em níveis diversos. No nível lexical, por exemplo, uma construção *X-vel* do português seria um caso de produtividade, com generalizações que cobrem tanto palavras já dicionarizadas como *considerável*, *indefensável*, quanto o neologismo *instagramável* (“ambiente adequado para se tirar fotos para redes sociais da internet”). Já um caso de criatividade teria exemplo em um de nossos dados, o neologismo *bebemorar*; não é difícil deduzir que as construções *beber* e *comemorar* estão presentes na produção deste *blend* lexical, mas não há esquematicidade como na construção *X-vel* – a amálgama que ocorre entre as palavras do *blend* segue no máximo padrões fonológicos e fonotáticos da língua, sem sistematicidade morfológica.⁶

Para Croft (2022), a construção é concebida como um pareamento simbólico entre forma e função, no qual o papel da forma é servir como estratégia para expressarmos determinada função comunicativa no uso da língua. Nesse sentido, todas as realizações morfossintáticas e fonológicas manifestadas em construções seriam motivadas pelo empacotamento de determinado conteúdo informativo (ou semântico) para cumprir fins discursivos do enunciado. Em outras palavras, a forma estaria para o “como” nos comunicamos, enquanto a função estaria para “o que” comunicamos em nossas interações verbais.

Croft (2022) postula que elementos formais como classe de palavras (ou classes morfossintáticas) devem se basear no uso construcional e distribucional em uma determinada língua. Por exemplo, a classificação de verbo geralmente é colocada como palavra que expressa ação, estado ou fenômeno da natureza – uma definição para uma categoria formal realizada a partir de critérios semânticos. Na compreensão de Croft (2022), os critérios para a definição de uma categoria formal são construídos com critérios formais, específicos da língua em que se quer observar essa categoria. Seguindo esse raciocínio, um verbo, na língua portuguesa especificamente, deveria ser definido a partir de ocorrências em construções com as seguintes características morfossintáticas: a) ser o núcleo da construção oracional;⁷ b) flexionar em

⁵ De acordo com Ferreira e Amaral (2024), o neologismo *sextar* denota a realização de atividades típicas de sexta-feira: descansar ao chegar em casa, celebrar a chegada do fim de semana, ir beber com os amigos depois do trabalho, entre outras.

⁶ Gonçalves (2016a) define o *blend* lexical (ou cruzamento vocabular) como uma criação lexical composta por constituintes que são na verdade fragmentos de palavras, que podem não ser morfemas: por exemplo, *lixeratura* (*lix*[o] + *[lit]*eratura) e *aborrecente* (*aborre*[ce] + *[adoles]*cente). Segundo Hoffmann (2022a), a formação de palavras por *blend* obedece à fonotática da língua, como um processo morfológico prosódico.

⁷ Croft (2022) postula o núcleo de uma oração como um dos dois elementos principais de uma construção oracional. Segundo o autor: “[...] a clause construction consists of two types of elements: the head and arguments of different kinds. The head in the prototypical case, the verbal clause, is the verb, which denotes an action concept. More generally, the head of a clause may be any kind of event – state as well as actions – when it is predicated. [...] The predicate may be simple, consisting of one word, or complex, consisting of multiple words, some

tempo, aspecto e modo; c) flexionar em pessoa e número. Assim, de modo esquemático, podemos dizer que um verbo do português seria uma construção com polo formal definido pelo cumprimento desses papéis supracitados e com polo funcional prototipicamente usado para expressar um conceito de ação com função de predicação.

Aqui é onde entra o nosso objeto de estudo, considerando que os neologismos verbais nada mais são do que novas construções sobre ações que encontram expressão por meio do uso da construção esquemática *X-ar* (em seu paradigma amplo de flexões), prototipicamente usada em construções verbais. Tomamos ação aqui como uma das principais classes semânticas apontadas por Croft (2022), isto é, uma entidade conceptual caracterizada por: a) ser dinâmica, envolvendo mudanças; b) ser relacional, por depender de outras entidades conceptuais; c) ser transitória, geralmente com início e fim. Outras duas classes semânticas principais trazidas pelo autor são o conceito de objeto – entidade conceptual de natureza estática e não relacional – e de propriedade – entidade conceptual relacional (a um objeto, geralmente) e estática. Croft (2022) discorre que verbos prototípicos denotam ações, assim como substantivos denotam objetos (abstratos ou concretos) e adjetivos denotam propriedades, mas há várias possibilidades não prototípicas.

A ação é uma entidade conceptual de natureza cognitiva que pode ser descrita em sua realização em termos de *frame* semântico. Fillmore (2006) define o *frame* como um sistema de categorias formado por um determinado conceito e por uma rede de conceitos relacionados a este, indispensáveis para sua compreensão. Em uma interpretação mais direta da própria terminologia, olhar para uma palavra é olhar para um quadro, em que, para compreender o que ela significa, faz-se necessário perceber o que é central no quadro e tudo que o contrasta/envolve dentro de sua *moldura*. De um modo mais simples: o significado não é pontual, é regional. Cavalcante e Souza (2010) explicam que essa moldura semântica é um tipo de esquematização de experiência estruturada conceptualmente na memória de longo prazo, configurado pelos elementos de cenas, situações ou eventos empíricos, vivenciados e constituídos culturalmente.

Reproduzindo um clássico exemplo de Fillmore (2006) para *frame* semântico, podemos mencionar o Evento Comercial: um sistema de categorias que relaciona conceitos como *vender, comprar, vendedor, comprador, dinheiro, mercadoria, transação*, e os mais diversos conhecimentos enciclopédicos que fazem parte de uma mesma cena cognitiva, construída de modo social, histórico e cultural. É como se o Evento Comercial fosse um único quadro, em que é impossível evocar o significado de qualquer uma das palavras acima sem estabelecer relações com as outras e, conseqüente e cognitivamente, evocar seus significados. Fillmore (2006) diz:

A semântica de frames oferece uma forma particular de olhar os significados das palavras, assim como uma forma de caracterizar princípios para a criação de novas palavras e sintagmas, para adicionar novos significados a palavras e para montar os significados dos elementos em um texto para o significado total do texto (p. 373, tradução nossa).

of which express semantic categories associated with predication, others of which express components of the action that is predicated” (p. 385).

Desta forma, a semântica de *frames* mostra-se como uma abordagem profícua para investigar, descrever e explicar possíveis movimentos conceptuais que envolvem o fenômeno neológico dos verbos que trazemos neste estudo.

Em suma, consideramos os neologismos verbais como novas construções verbais – pareamentos de forma e função – cuja função pode ser compreendida por meio da explicação de seu *frame*, sua moldura de relações semânticas e conceptuais. Como construções com *status* de novidade, os neologismos emergem criativamente em razão de suprir necessidades discursivas. Hoffmann (2019, 2022a) diz que a mesclagem conceptual, como um processo cognitivo primário e de domínio geral, poderia ser o motor fundamental de nossa criatividade, inclusive na linguagem, por meio da combinação entre construções para se formar construtos. Consideramos que com os neologismos não seria diferente, portanto, abordaremos na próxima seção uma breve introdução à mesclagem conceptual.

2.2 Mesclagem conceptual na abordagem de neologismos

Fauconnier e Turner (2006) trazem a mesclagem conceptual como o principal processo por trás de nossas redes de integração conceptual. De acordo com os autores, nossa mente é permeada por uma enorme rede de domínios conceptuais (ou *frames*) que se relacionam de modo sistemático e a capacidade de combinar esses domínios para originar novos domínios sustenta nossa capacidade criativa em todos os aspectos: desde a junção de um galho a uma pedra para criar uma ferramenta concreta até a criação de um ser mitológico como o centauro, formado pela mescla imaginada entre um homem e um cavalo. A criatividade linguística, em muitos níveis e aspectos, também é perpassada por esse mesmo processo cognitivo, desde a combinação básica de construções para formar construtos (Hoffmann, 2022b) até a criação de palavras por *blend* lexical a partir da amálgama formal e conceptual de palavras diferentes.

Os domínios que participam de um processo de integração conceptual são recrutados pelos chamados espaços mentais. Segundo Fauconnier e Turner (2006), esses espaços são pacotes de conceitos, contenedores de elementos conceptuais parciais que se estruturam a partir de conjuntos de conhecimentos estáveis, como um domínio conceptual, um *frame* ou um modelo cognitivo.⁸ Martelotta e Palomanes (2011) explicam ainda os espaços mentais como “domínios dinâmicos estruturados internamente por domínios estáveis” (p. 187) e Azevedo (2010) pontua que os “espaços [...] vão sendo constituídos, reformulados no próprio desenrolar do discurso” (p. 90). Concebe-se assim que a natureza do espaço mental é de caráter discursivo/pragmático, próprio de nossa memória de trabalho, mas a estrutura conceptual que o embasa é algo já estabelecido pessoal, social e culturalmente, evocado de nossa memória de longo prazo. A interação entre diferentes espaços mentais é o que marca a mesclagem conceptual, cujo resultado é a criação de uma estrutura emergente com significado distinto dos espaços dos quais a mescla é formada. Segundo Fauconnier e Turner (2006): “Mesclas não são previsíveis unicamente da estrutura das entradas. Em vez disso, são altamente motivadas

⁸ “Mental spaces are small conceptual packets constructed as we think and talk, for purposes of local understanding and action. Mental spaces are very partial assemblies containing elements, and structured by frames and cognitive models” (Fauconnier, Turner, 2006).

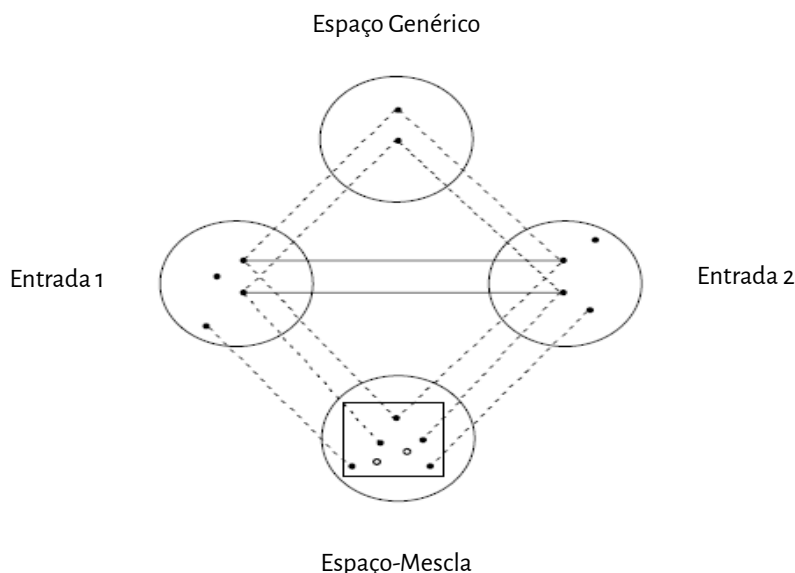
por essa estrutura, em harmonia com a estrutura de fundo e contextual independentemente disponíveis” (p. 306, tradução nossa).⁹

Por “entradas”, nos referimos aos espaços de entrada, estes relacionados aos domínios conceptuais que são matéria-prima para a mesclagem ocorrer. Nos primeiros exemplos pelos quais ilustramos a integração conceptual, a ferramenta teria por espaços de entrada o *galho* (entrada 1) e a *pedra* (entrada 2), o centauro teria o *homem* (entrada 1) e o *cavalo* (entrada 2); no entanto, o espaço da mescla, motivado pelos espaços de entrada, vai muito além de uma composição *pedra + martelo* ou *homem + cavalo* em sua estrutura emergente. Características dos espaços de entrada são mapeadas entre si e cognitivamente selecionadas para compor um novo domínio no espaço-mescla. Logo, quando dizemos *centauro*, a imagem que nos vem à mente não é a de um ser com traços aleatórios das criaturas envolvidas nos espaços de entrada, mas, especificamente, a metade superior de um homem, a partir do tronco, unida ao cavalo onde seria a cabeça do animal. Assim, como explicam Azevedo (2010), Martelotta e Palomanes (2011), o processo de mesclagem não é aleatório, mas pré-organizado cognitivamente, pois há certa estabilidade na seleção de elementos dos domínios conceptuais que estruturam os espaços envolvidos, considerando também um espaço genérico, que compartilha o que as entradas têm em comum entre seus domínios.

Para sintetizar, os três tipos de espaços mentais envolvidos na mesclagem conceptual incluem: a) os espaços de entrada, estruturados pelos domínios a serem mesclados; b) o espaço genérico, cujo domínio reúne características comuns a todos os domínios de entrada; c) o espaço-mescla, que sustenta a estrutura emergente, o novo domínio.

A relação entre esses espaços é ilustrada da seguinte forma por Fauconnier e Turner (2006), na Imagem 1:

Imagem 1 – Diagrama de Mesclagem Conceptual



Fonte: Adaptado de Fauconnier e Turner (2006, p. 313)

⁹ “Blends are not predictable solely from the structure of the inputs. Rather, they are highly motivated by such structure, in harmony with independently available background and contextual structure [...]” (Fauconnier, Turner, 2006, p. 306).

No diagrama, os círculos demarcam os espaços mentais e os pontos pretos representam elementos dos domínios. Os tracejados são projeções desses elementos e as duas retas contínuas entre os espaços de entrada representam o mapeamento entre eles. Percebe-se que nem todos os elementos dos espaços de entrada são projetados no espaço-mescla, no qual o quadrado representa o *frame* da estrutura emergente. Os pontos brancos são os novos elementos resultantes da integração conceptual, específicos da estrutura emergente e não presentes nas entradas. A mescla não é o fim do trajeto das projeções, mantendo-se conectada aos espaços de entrada e permitindo que os elementos do novo domínio se projetem de volta na rede conceptual (Fauconnier, Turner, 2006).

Em síntese, a mesclagem conceptual parte do mapeamento analógico entre todos os seus espaços de entrada (no mínimo dois), estabelecido a partir de suas propriedades compartilhadas no espaço genérico, com a sequente projeção seletiva e parcial desses elementos no espaço-mescla para criação de uma estrutura emergente.

De acordo com Fauconnier e Turner (2006), essa projeção de elementos ocorre conforme três operações: composição, completamento e elaboração. Na composição, a mesclagem compõe elementos das entradas, inaugurando relações inéditas, não presentes nos domínios separados. No completamento, a mesclagem pode ativar conhecimentos não conscientes do *frame* dos espaços de entrada para completar a estrutura composta na mescla. Na elaboração, a mesclagem realiza-se a partir de uma nova lógica, própria da mescla, permitindo novos desdobramentos cognitivos decorrentes da estrutura emergente. Consideramos que a lida com nossos dados nos levará principalmente à projeção de elementos do espaço-mescla por composição.

A representação da mesclagem conceptual, ilustrada na Imagem 1, é uma abstração com função didática, não um paralelo exaustivo do processo cognitivo em si. Sobre esse ponto, Turner (2024, informação verbal) ressalta “A mesclagem é um processo, não um diagrama”,¹⁰ então devemos observar a representação gráfica mais sob uma ótica esquemática do que como uma fórmula rígida, na qual se deve encaixar a qualquer custo todos os pedaços de um dado analisado. Fauconnier e Turner (2006) já observavam que a função desses diagramas é dar suporte para compreendermos os princípios do fenômeno de mesclagem, e dessa mesma maneira interpretaremos e praticaremos os diagramas elaborados neste trabalho.

De acordo com Fauconnier e Turner (2006), no processo de mesclagem conceptual, muitas vezes os espaços de entrada são estruturados por domínios distintos, *frames* não compatíveis entre si, mas que emergem de um mesmo domínio conceptual, geralmente manifestado no espaço genérico. Inclusive, cada um dos domínios participantes de uma mesclagem pode ser uma mesclagem também, com determinado histórico conceptual (Azevedo, 2010). Fauconnier e Turner (2006) observam também que a integração conceptual e as mesclagens funcionam naturalmente por meio de redes bastante complexas e os domínios/elementos mencionados em explicações e diagramas sobre esse fenômeno cognitivo fundamental não cobrem todos os espaços mentais envolvidos, sendo uma simplificação. Os autores (2006)

¹⁰ Transcrição/Tradução de fala proferida pelo Professor Turner no minicurso “Creativity and Cognition”, em março de 2024.

afirmam ainda que é possível construir mais de uma mesclagem conceptual aceitável para um mesmo objeto de análise.

Dentre os tipos de redes de integração conceptual para mesclagem destacadas por Fauconnier e Turner (2006), estão a rede espelho, a rede simplex, a rede de escopo simples e a rede de escopo duplo. Cada uma dessas redes trabalha as relações entre seus espaços mentais conforme topologia organizada por um ou mais *frames* específicos.

Na rede espelho, todos os espaços (genérico, entradas, mescla) são orientados por um mesmo *frame* organizador. O exemplo clássico de Fauconnier e Turner (2006) para esse tipo de rede é o Enigma do Monge Budista, no qual pede-se para considerar a jornada de um monge para subir uma certa montanha para meditar em seu topo e para descer de volta ao sopé; ambas as jornadas começam em dias distintos, com o amanhecer, e terminam com o pôr do sol. O enigma é se haveria um mesmo local das duas jornadas em que o monge chegaria no mesmo horário. Para solucionar-se o desafio, devemos contrapor as duas jornadas como se ocorridas no mesmo dia, de modo que possamos imaginar algum ponto do trajeto em que o monge da subida cruzaria com o monge da descida – algo que só pode ocorrer por meio da integração conceptual, uma vez que os monges são o mesmo e os dias de jornada, não. O que tipifica essa rede como espelho é essa repetição de estrutura conceptual de mesmos elementos, com apenas uma reversão de direção da cena cognitiva.

Na rede simplex, um espaço de entrada baseia-se em um *frame* organizador abstrato enquanto a outra entrada serve apenas para especificar uma situação concreta; as projeções ocorrem então da primeira entrada para os espaços genérico e mescla. Segundo os autores, mesclagens do tipo “X é filho de Y/Ravi é filho de Paulo” enquadram-se nesse tipo de rede, no qual a entrada de *frame* organizador Parentesco conteria os elementos esquemáticos Filho (X) e Pai (Y), para serem preenchidos pelos elementos especificadores da outra entrada – Ravi e Paulo, em nosso exemplo.

Na rede de escopo simples, os espaços de entrada têm *frames* organizadores diferentes e um deles projeta-se para configurar o espaço-mescla. Conforme explicam Fauconnier e Turner (2006), essa é uma mesclagem conceptual que opera por meio de metáforas básicas, como, por exemplo, em “No debate dos presidenciáveis, o candidato X nocauteou o candidato Y”. Os espaços de entrada em uso aqui podem ser Política, que funciona como um domínio-alvo metafórico, e Luta, que funciona como um domínio-fonte metafórico; a partir da metáfora básica Competição/Combate, os candidatos adversários do domínio Política em situação de debate são mapeados para o domínio Luta, que estrutura o espaço-mescla.

Na rede de escopo duplo, as entradas são organizadas por *frames* distintos, com projeção parcial desses *frames* para o *frame* emergente no espaço-mescla (Fauconnier, Turner, 2006). Temos neste tipo de rede de integração conceptual a base de mesclagem conceptual para analisar os neologismos verbais que são objetos deste estudo.

Como mencionado anteriormente, neologismos verbais são novas construções criadas para suprir a necessidade comunicativa de denotar ações (Ferreira, Amaral, 2024). Nossa hipótese é que essas ações denotadas, especificamente conjuntos de atividades, são organizadas pela mesclagem conceptual e resultantes desta. Segundo Fauconnier e Turner (2006), dentre as funções que a mesclagem pode exercer na linguagem está a elaboração de novas ações, bem como a integração da performance de ações. Os autores explicam ainda que “um fator motivante fundamental da mesclagem é a integração de vários eventos em uma única

unidade” (p. 332, tradução nossa),¹¹ o que inclui também eventos discretos ativos em uma cena cognitiva evocada por construções eventivas. No exemplo dos autores “Ele digeriu o livro”, não só a metáfora é captada (por meio de uma mesclagem de escopo simples) como também todos os possíveis eventos participantes dessa “digestão de livros”: pegar o livro, ler, folhear, marcar trechos, terminar o livro, fechá-lo, pensar sobre a leitura, etc.

A abordagem teórica da mesclagem conceptual nos oferece não só um ponto de partida para a explicação da necessidade de se criar novas palavras verbais, como também se demonstra compatível com a abordagem construcional, podendo ser aplicada em diferentes níveis taxonômicos. Além disso, mesclagens conceptuais, assim como acontece com construções/construtos, podem ser entrincheiradas ou inovadoras (Azevedo, 2010; Fauconnier, Turner, 2006). Dessa forma, mesclagens conceptuais estão presentes tanto em nossa memória de longo prazo, em entidades conceptuais já estáveis (como o Centauro, como a metáfora básica Competição/Combate), quanto em nossa memória de trabalho, por meio de integrações conceptuais realizadas *online*, discursivamente. Fauconnier e Turner (2006) chamam atenção ao fato de que as mesclagens inovadoras e entrincheiradas não são exatamente diferentes, já que as entrincheiradas foram projeções *online* que se fixaram em nossa mente em algum momento.

Considerando que a capacidade de mesclagem conceptual está por trás da criatividade linguística como um todo (Hoffmann, 2019, 2022b), podemos dizer que esse processo atua em todos os níveis taxonômicos de construções: desde os níveis mais abstratos (uma construção X integrada a outra construção Y emerge um construto XY) aos mais substantivos (*beber* integrado a *comemorar* emerge *bebemorar*). Cabe ao nosso capítulo seguinte explicar como os neologismos se encaixam nesse contexto criativo, especificamente os novos verbos do português brasileiro envolvendo os *frames* semânticos de Lazer e Trabalho.

3 Construção e mesclagem de neologismos verbais

Os dados coletados totalizam 12 neologismos verbais, divididos em dois grupos: a) 7 neologismos do *frame* semântico Lazer; b) 5 neologismos do *frame* Trabalho. A coleta foi realizada em redes sociais diversas e o *status* neológico das palavras coletadas foi verificado em *corpora* lexicográfico de corte, como detalhado na introdução. Os exemplares neológicos estão listados no Quadro 1.

Quadro 1 – Lista de neologismos verbais de atividades de Lazer/Trabalho

Construção X-ar	Texto	Fonte/Link	Acesso
Bebemorar	“Vamos bebemorar , o churrasco e a cerveja estão só esperando [...]”	Twitter/X	5 out. 2023.
Canastre-se	“ CANASTRE-SE! ”	Instagram	7 dez. 2023
Noronhe-se	“ Noronhe-se ”	Twitter/X	16 nov. 2023
Praiar	“meu Deus eu preciso urgentemente praia ”	Twitter/X	24 jan. 2024
Resenhar	“To sentindo falta de pessoas mano, de resenhar com os amigos e tal q eu to ficando triste de vdd q essa quarentena não acaba logo”	Twitter/X	27 dez. 2023

¹¹ “A fundamental motivating factor of blending is the integration of several events into a single unit” (Fauconnier, Turner, 2006, p. 332).

Rolezar	“[...] Viver só com a pressão da universidade deixa vc doente!!! Vc merece ter uma vida social sim Eu estudei e rolezei E to aq GRADUADÍSSIMA.”	Twitter/X	8 nov. 2023
Turistar	“Vamos turistar pelo Brasil!”	Twitter/X	22 out. 2023
Jobar	“Tô sem feeling de jobar hoje pah. [...]”	Twitter/X	12 jan. 2024
Perfomar	“CAMPANHA PAROU DE PERFORMAR DEPOIS QUE PAUSEI [...]”	Youtube	30 nov. 2023
Scheduler	“um publicitário já me pediu pra ‘ scheduler ’ uma reunião na semana seguinte.”	Twitter/X	2 jan. 2024
Teletrabalhar	“[...] Teletrabalhar não significa estar disponível 24h/7 dias à semana. [...]”	Twitter/X	04 out. 2023
Tradar	“Munger afirma que ensinar as pessoas a tradar na bolsa é o equivalente a introduzi-las a heroína...”	Twitter/X	27 out. 2023

Fonte: Elaborado pelo autor.

Nesta seção, elaboraremos nossa análise partindo desses dados a fim de encontrar explicações para generalizações linguísticas e cognitivas na emergência de novos verbos da língua portuguesa. Reiterando, a nossa hipótese é de que a criatividade presente nesse processo neológico se motiva por nossa necessidade de mesclar conhecimentos de mundo em uma única construção lexical que expresse uma ação formada por um conjunto específico de atividades.

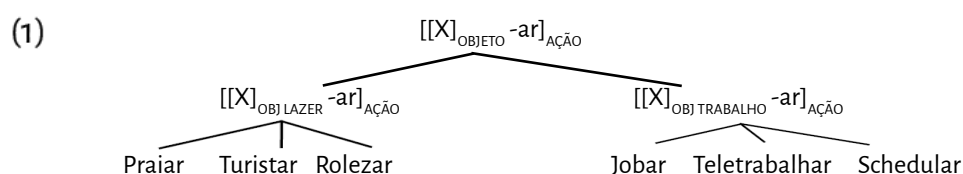
3.1 Propostas de esquemas construcionais e diagramas básicos de mesclagem para os dados

As construções relacionadas no Quadro 1 apresentam certa estabilidade semântica no sentido de todas serem uma espécie de atividade, isto é, denotarem uma entidade conceptual de ação: são conceitos majoritariamente dinâmicos, relacionais e transitórios (Croft, 2022). Em uma visão tradicional, seria observado que esses neologismos são ações por serem verbos, mas essa não é uma assertiva coerente na visão construcionista. Em perspectivas como a de Croft (2022), têm-se a ideia contrária, orientada do uso para o abstrato, ou seja, grande chance de os neologismos relacionados ocorrerem em uma forma verbal é por expressarem conceitos de ação. Noutras palavras, a classe morfossintática dos verbos, bem como todas suas formas flexionais relacionadas, é prototípica para expressão de entidades conceptuais de atividades (Ferreira, Amaral, 2024). Hoffmann (2022a) ressalta termos consonantes aos de Croft (2022) para a definição de verbos, descrevendo-os como construções que prototipicamente concebem um evento como processual, com relação temporal e dinâmica.

Em um nível mais substantivo, nossos dados manifestam-se no polo formal com as construções X-ei (*rolezei*) X-e (*canastre-se*, *noronha-se*) e X-ar (*bebemorar*, *praiar*, *turistar* e todas as outras). As flexões -ei, -e e -ar que fazem parte dessas construções, bem como qualquer outro desdobramento desse paradigma, são prototipicamente usadas para expressar um

conceito de ação (Croft, 2022).¹² Em um nível taxonômico mais esquemático, 11 das 12 palavras de nossa amostra instanciam a construção $[[X]_{\text{OBJETO}} -ar]_{\text{AÇÃO}}$. Nesta, ocorre uma combinação entre uma construção base (X) e uma construção flexional. No polo funcional de nossos dados, a construção mais esquemática evoca *frames* vinculados às classes semânticas de objeto e ação, que representaremos do seguinte modo: $[[X]_{\text{OBJETO}} -ar]_{\text{AÇÃO}}$. Nesta, denota-se uma ação composta por um conjunto de atividades relacionadas a um conceito base de objeto. *Praiar*, por exemplo, denota atividades envolvidas com o objeto *praia*, enquanto *jobar* denota atividades envolvidas com o objeto *job*. Quais atividades são expressas pela nova construção e como são organizadas têm base em mesclagens realizadas no domínio conceptual desses objetos.

Retomando Croft (2022), a definição de conceito de objeto que usamos neste trabalho diz respeito a qualquer entidade conceptual de natureza estática (não denotam mudança) e não relacional (não dependem de outra entidade conceptual para efetivar sentido); nesta categoria, incluem-se coisas, pessoas e demais entidades de caráter abstrato ou concreto dentro dos critérios. De forma sucinta, o que nossa pesquisa postula é que os neologismos analisados se baseiam em atividades relacionadas a um conceito de objeto para expressar um conceito de ação, por meio da construção *-ar* (e seu paradigma). No entanto, devemos considerar que construções, neológicas ou não, são estritamente relacionadas ao *frame* que evocam ao serem utilizadas no discurso, e usar apenas o índice de classe semântica $_{\text{OBJETO}}$ traz noções muito gerais que podem ser refinadas. Em busca desse refinamento, trazemos duas novas construções esquemáticas a partir da construção mostrada anteriormente, partindo para um nível taxonômico mais substantivo, instanciado por nossos neologismos, conforme (1).



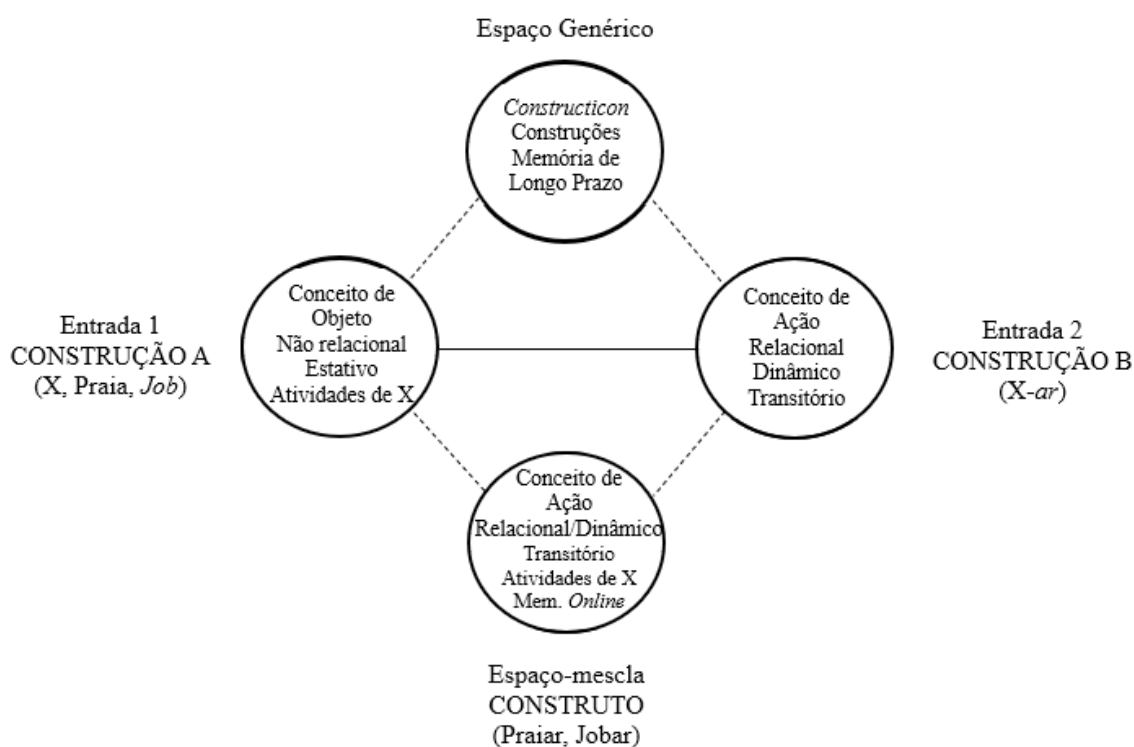
Dessa forma, chegamos às duas categorias semânticas de criações neológicas analisadas: a) a primeira, cuja base é um conceito de objeto relacionado ao *frame* Lazer; b) a segunda, relacionada ao *frame* Trabalho. O conceito de ação expresso pelos neologismos (em (1), o nível de *praia*, *turista*, *job*, etc.) compartilha atividades do mesmo *frame* que o conceito base de objeto, pois as atividades relacionadas são subdomínios (ou subframes) deste. Esses neologismos compõem a rede de construções verbais em um nível mais substantivo, isto é, fixo, preenchido. *Canastrar*, *noronhar*, *praia*, *resenhar*, *rolezar* e *turistar* partem do *frame* Lazer, relacionados aos respectivos objetos *Serra da Canastra*, *Fernando de Noronha*, *praia*, *resenha*, *rolê*, *turista*. Da mesma forma, *jobar*, *performar*, *scheduler*, *teletrabalhar* e *tradar* partem de Trabalho, relacionados aos objetos *job*, *performance*, *schedule*, *teletrabalho* e *trade*. Há ainda o neologismo *bebemorar*, mas este não participa da rede construcional da mesma forma que os outros por ser um *blend* lexical entre palavras que já são ações (Gonçalves, 2016a).

¹² Construções como estas são chamadas *estratégias morfossintáticas* por Croft (2022), sendo próprias de uma língua e usadas para expressar uma combinação específica entre empacotamento de informação e conteúdo semântico. No caso de nossos dados, são usadas para empacotar o conteúdo semântico de conceito de objeto como uma predicação.

Mesmo com a rede construcional que ilustramos, apenas dizer que *praiar* é fazer atividades de lazer relacionadas à *praia* não responde nossa pergunta sobre que motivações cognitivas relevantes estariam por trás da criação de novos verbos de trabalho e lazer. Neste ponto, buscamos mostrar como a mesclagem conceptual pode ser o processo motivador que procuramos.

Em um nível mais básico da criatividade linguística, dissemos que Hoffmann (2022a) aposta na mesclagem conceptual como processo cognitivo de domínio geral a sustentar nossa capacidade de combinar construções para conseguirmos nos comunicar. Em termos construcionais, isso traz a possibilidade de se considerar que a mesclagem conceptual ocorre em vários níveis taxonômicos de representação linguística, uma vez que a própria relação entre as construções é organizada em rede, compondo nosso conhecimento linguístico integral. Com base nesse ideário, representamos no diagrama da Imagem 2 como a mesclagem conceptual se realizaria na construção esquemática básica de nossa análise: $[[X]_{\text{OBJETO}} - \text{ar}]_{\text{AÇÃO}}$.

Imagem 2 – Mesclagem conceptual construcional

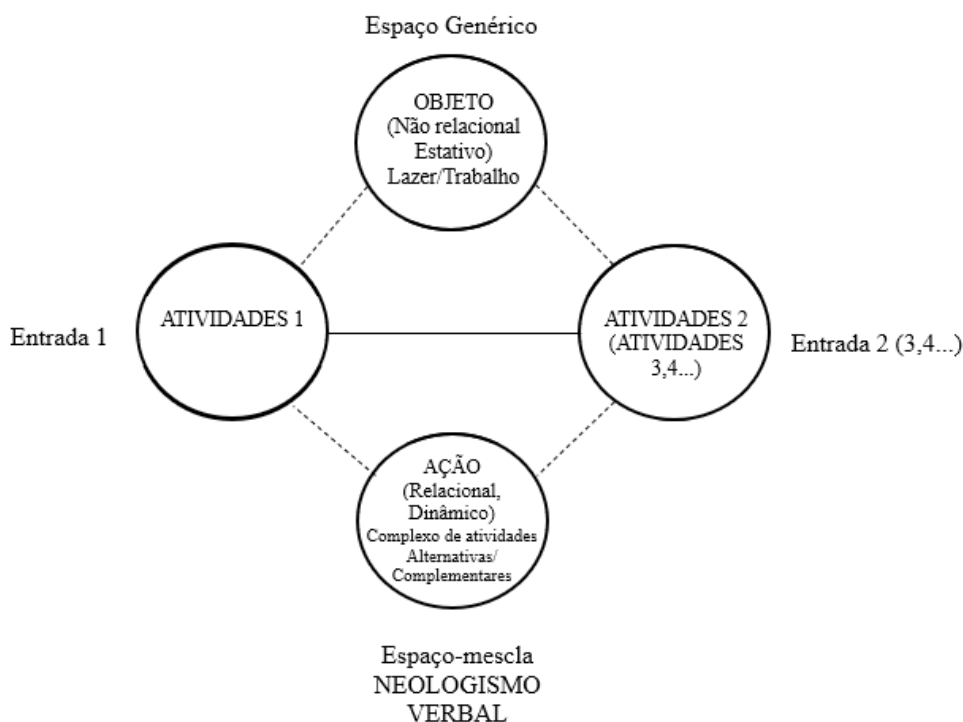


Fonte: Elaborado pelo autor.

Nessa proposta de diagrama, percebemos que ambas as construções nos domínios de entrada compartilham no espaço genérico a participação no *constructicon* (e suas redes), armazenadas como pareamentos de forma e significado/função na memória de longo prazo. Assim como domínios conceptuais, *frames* ou modelos cognitivos servem para estruturar os espaços mentais com elementos conceptuais, nesse caso, as construções cumprem esse papel, com seu polo funcional atuando como conjuntos de conhecimentos estruturadores. Na representação da mesclagem realizada em $[[X]_{\text{OBJETO}} - \text{ar}]_{\text{AÇÃO}}$, a construção A (X, *praia*, *job*) denota um conceito de objeto enquanto a construção B (X-*ar*) denota um conceito de ação, como uma forma prototípica para esse tipo de expressão. No espaço-mescla, temos o cons-

truto, próprio da memória *online*, que seleciona dos domínios de entrada o elemento conceptual de ação de B e o elemento conceptual objeto em A, resultando em uma nova forma de ação que expressa atividades relacionadas a esse objeto. Todos os dados apresentados caberiam nesse modelo apresentado,¹³ no entanto, esse diagrama ilustra apenas o processo construcional mais abstrato que emerge das construções *X-ar* de verbos de atividade que trabalhamos. Para compreender nossos dados no nível mais substantivo e próximo aos dados de uso, teremos por modelo a representação da Imagem 3:

Imagem 3 – Mesclagem conceptual em neologismos de atividade de lazer/trabalho



Fonte: Elaborado pelo autor.

O diagrama na Imagem 3 explica o seguinte processo: tipos de atividades estruturadas por domínios diferentes (e por *frames* diferentes), mas que são parte de um mesmo domínio de objeto, relacionado a lazer ou trabalho, são combinadas para originar uma nova ação na estrutura emergente, relacionada ao *frame* de objeto. Esta ação é composta por um complexo de atividades projetadas das entradas e expressa como uma única construção verbal/ palavra novitativa, que é o neologismo. A quantidade de entradas de atividades é ilimitada e seus elementos projetados no espaço-mescla são conceptualizados como atividades parciais de um mesmo evento, a serem ativadas cognitivamente e individualmente, conforme o contexto de

¹³ *Bebemorar* também combina construções para formar um construto, mas por um processo diferente, por ser um *blend* lexical. De qualquer forma, a integração de eventos/atividades específicas parece ainda ser o maior motivador da criação desse neologismo.

uso. Observa-se também que não há hierarquia entre os espaços de entrada desse modelo, baseado em redes de escopo duplo, e as numerações são apenas para identificação.

A seguir, pretendemos demonstrar o funcionamento dos diagramas apresentados a partir dos neologismos coletados.

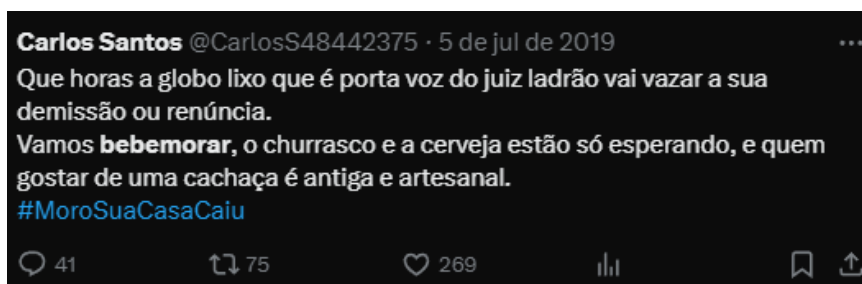
3.2 Integração e mesclagem conceptual em neologismos de atividade de lazer e trabalho

3.2.1 Novos verbos de lazer

3.2.1.1 Bebemorar

O primeiro dos neologismos verbais de lazer analisado, *bebemorar*, difere dos outros dados em questões de processo formativo, mas demonstra-se resultante também da integração de eventos por mesclagem conceptual em sua criação neológica. Observe a Imagem 4:

Imagem 4 – Bebemorar



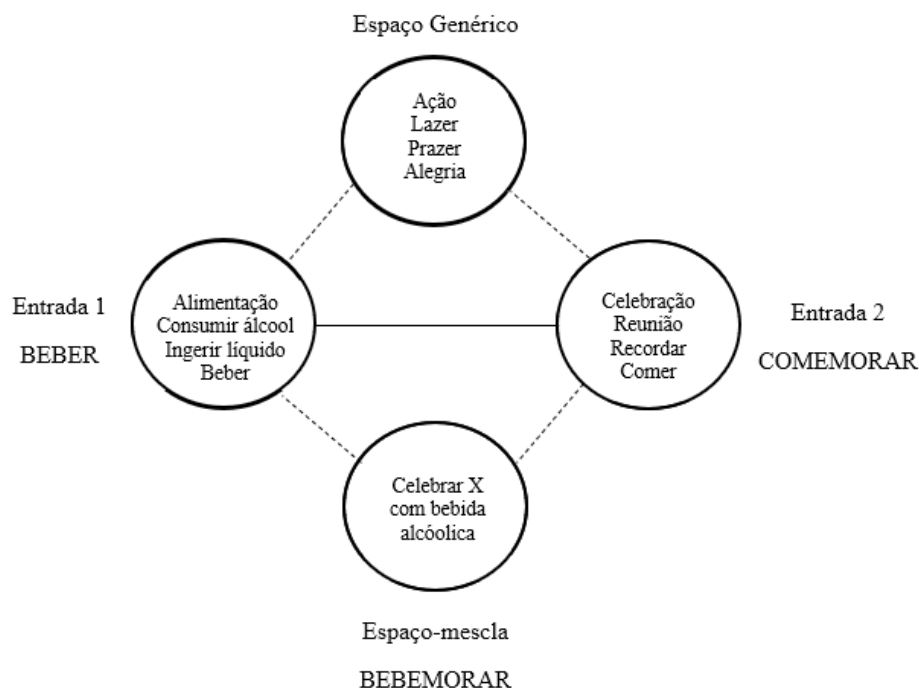
Fonte: X (2019)

No tuíte, o neologismo *bebemorar* apresenta funcionamento similar a *comemorar*, sendo semanticamente relacionado a um agente que “bebemora” e a um motivo para ser “bebemorado”. Essa natureza relacional enquadra a construção lexical na classe semântica das ações/atividades, somada também ao seu caráter dinâmico/temporal, este ressaltado principalmente pelo verbo leve que acrescenta traços de futuro, 3ª pessoa e uma noção convidativa à perífrase de “vamos bebemorar”. Porém, mesmo sendo um novo verbo que denota ação, esse neologismo não é uma construção participante de $[[X]_{\text{OBJETO}} - \text{ar}]_{\text{AÇÃO}}$ como as outras. A base de *bebemorar* não é formada por uma construção de conceito de objeto, mas, sim, pelo cruzamento de duas construções que já denotam conceito de ação, *beber* e *comemorar*. Há uma diferença criativa em *bebemorar*, pois em vez da sufixação com *-ar*, que ocorre em todos os outros dados deste trabalho, ela é formada por *blend* lexical entre as duas palavras, a partir de uma analogia entre *comer(morar)* e *beber(morar)*. *Blends* lexicais são tipos de formações motivados pela prosódia e fonologia, logo, é justificável que não se possa prever sua forma com uma representação esquemática morfológica, como no caso das sufixações.

Pelas particularidades que apontamos, *Bebemorar* não se mostra compatível com nossas propostas de diagramas básicos para os neologismos verbais de atividades, no entanto, esse neologismo não deixa de ser uma criação motivada pela adjunção de atividades a serem expressas por uma única construção lexical. Mais que isso, *bebemorar* é fruto de uma mescla-

gem conceptual genuína, sendo morfológicamente explícita no polo formal e manifestando a emergência de um complexo de atividades no polo funcional. Propomos na Imagem 5 o seguinte diagrama de mesclagem conceptual para o dado *bebemorar*:

Imagem 5 – Mesclagem conceptual em *bebemorar*



Fonte: Elaborado pelo autor.

Em *bebemorar*, os dois espaços de entrada *beber* e *comemorar* estabelecem mapeamento entre si, compartilhando elementos do espaço genérico como serem ambos tipos de ações, geralmente relacionadas a ocasiões de lazer, alegria e prazer. No mapeamento analógico entre as entradas, considera-se que o *frame* de *beber* diz mais do que apenas ingerir líquido, mas consumir álcool por ocasiões celebrativas, algo só ativado por nosso conhecimento de mundo. Na outra entrada, concebe-se cognitivamente que *comemorar* relaciona-se com um motivo a ser recordado, também em ocasião alegre. Nessa atividade comemorativa, *comer* não apenas é um tipo de atividade costumeira, como é evocada pela similaridade sonora entre “come” e a sequência fonológica presente na junção de **co-** e **memorar**, que licencia a analogia imediata entre beber/comer. Processada a seleção de elementos, a estrutura emergente no espaço-mescla traz *bebemorar* como uma nova ação, com o significado de “Celebrar X com bebida alcóolica”. Assim, a palavra não parte de um *frame* de objeto para compor uma nova ação, mas seu resultado é, sim, a emergência de uma nova ação complexa, que coleciona e unifica uma série de atividades relacionadas e captadas no *frame* de Lazer.

3.2.1.2 Canastre-se e Noronha-se

Ambos os neologismos verbais *canastre-se* e *noronha-se* são truncamentos que dizem respeito a locais brasileiros conhecidos como destinos turísticos: Serra da Canastra e Fernando de Noronha. Vejamos as construções em uso nas Imagens 6 e 7:

Imagem 6 – Canastrar



Fonte: Instagram

Imagem 7 – Noronhar



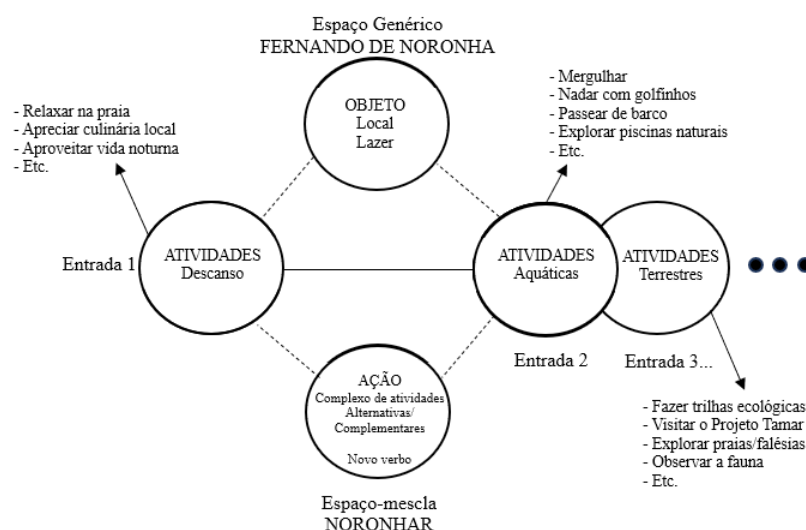
Fonte: Twitter

O que ocorre tanto em *canastre-se* quanto em *noronha-se* é a criação de neologismos capazes de expressar um complexo mesclado de atividades (um conceito de ação) especificadas pelo *frame* de um local de lazer (um conceito de objeto). Nessas construções temos a pre-

sença combinada de duas construções: a) X-*ar*, que licencia a expressão de ações; b) X-*se*, que licencia a expressão de função reflexiva. A começar pela forma dessas construções: em X-*e*, percebemos o modo imperativo, em 2ª pessoa, em que os dois perfis de redes sociais buscam convencer o interlocutor a realizar atividades turísticas de determinados destinos, ao qual estão relacionados; em X-*se*, percebemos a função reflexiva de *se*, em que um mesmo referente (o interlocutor) é potencial agente/paciente da experiência dessas atividades turísticas (Godoy, Pinheiro, 2023). Dessa forma, os neologismos apresentam ser relacionais com um agente que pratica essas ações turísticas. Logo, dizer para alguém se “noronhar” ou se “canastrar” é dizer para alguém se permitir a fazer atividades de lazer relacionadas a determinados locais. Esses neologismos instanciam a construção mais esquemática $[[X]_{\text{OBJ LAZER}} - \text{ar}]_{\text{AÇÃO}}$.

As atividades de lazer relacionadas nesses neologismos são captadas nos *frames* dos conceitos de objeto (*Fernando de*) *Noronha* e (*Serra da*) *Canastra*, por meio da mesclagem conceptual que unifica todas essas atividades na nova palavra, para expressá-las como um conceito de ação sob uma única forma/palavra. Tal processo pode ser ilustrado por meio do diagrama básico de mesclagem conceptual que propusemos, conforme mostramos com a Imagem 8, com *noronhar*.

Imagem 8 – Mesclagem conceptual em *noronhar*



Fonte: Elaborado pelo autor.

Observa-se que os tipos de atividades nos espaços de entrada não se limitam a três e que domínios inúmeros podem estruturar a integração conceptual aqui ilustrada, contanto é importante considerar que cada domínio tem certa distinção dos outros, assim como as próprias atividades em si agrupadas também são diferentes entre elas. A organização categorial dos domínios de atividades também não é fixa e pode ser classificada em nomenclaturas diversas das escolhidas por este trabalho. O fato é que, por mais diferentes que sejam essas atividades dos espaços de entrada, todas encontram ponto comum no *frame* do objeto Lazer (no espaço genérico) e são projetadas na estrutura emergente do espaço-mescla, para compor e organizar o complexo de ação.

No caso de *noronhar*, considerando o caráter paradisíaco culturalmente atribuído à ilha de Fernando de Noronha, as atividades vão ser projetadas com base nesse conhecimento

de mundo, que pode variar de indivíduo para indivíduo que interpreta a nova palavra. Logo, espera-se que praticar essa ação é *poder* realizar todas essas atividades e quaisquer outras que se enquadrem cognitivamente no *frame* do objeto. Compreende-se assim também que o uso de neologismos verbais não inclui necessariamente a prática completa e/ou ordenada de todas as atividades envolvidas na ação complexa, mas apenas aquelas que forem selecionadas, de modo cognitivo, para o contexto comunicativo.

Em sentido similar, *canastrar* envolve conjuntos diversos de atividades captadas no *frame* da Serra da Canastra, que podem incluir atividades de turismo rural (visitar fazendas produtoras de queijo, conhecer cultura das comunidades locais), atividades de aventura (acampar, explorar a natureza, visitar o Parque Nacional da Serra da Canastra), entre outras. Em suma, a estratégia que as publicações das Imagens 6 e 7 empregaram usando os neologismos verbais é transformar um local turístico em atividades turísticas, fazendo um convite aos interlocutores (reforçado pelas imagens das postagens) por meio da construção reflexiva para se permitirem viver essa experiência.

Esse tipo de construção verbal baseada em locativos turísticos aparenta certa produtividade para suprir a necessidade de se expressar atividades locais criativamente por meio de uma única palavra. No entanto, existe alguma restrição fonológica à base, pois nem todo nome de locativo encaixa-se no esquema construcional X-*se* de modo “confortável” ao uso. Casos semelhantes com que nos deparamos em redes sociais foram *curitibe-se*, *alagoe-se* e *copacabane-se*, todos com base em locativos terminados em *-a* ou *-as* (como Serra da Canastra e Fernando de Noronha).¹⁴

3.2.1.3 Turistar e Praiar

Os neologismos verbais *turistar* e *praiar* serão observados nas ocorrências das Imagens 9 e 10:

Imagem 9 – turistar



Fonte: Twitter/X

¹⁴ Neologismos disponíveis em: <https://www.instagram.com/alinneguerino/reel/CSIGO7PluBO/>; https://www.instagram.com/scottlowe.br/p/Cx-7Z_mrHfW/?img_index=1; e https://www.instagram.com/thirsonsilva/p/Cn7nnBeMZ-N/?img_index=1. Acesso em: 9 jul. 2024.

Imagem 10 – praia



Fonte: Twitter/X

Começando por *turistar*, temos nessa nova construção verbal um neologismo que mescla atividades diversas captadas do *frame* da entidade conceptual *turista*, que também corresponde a um objeto, por sua natureza não relacional e estática. Enquanto em *canastrar* e *noronhar*, o objeto denotado dizia respeito a um local de lazer, *turistar* diz respeito a uma pessoa que pratica o lazer, neste caso, relacionado ao turismo. Dessa forma, chamar alguém para *turistar*, conforme o contexto do tuíte da Imagem 9, é chamar alguém para fazer atividades relacionadas a locais turísticos brasileiros (como Pipa/RN). Esse neologismo também é compreendido na construção esquemática para verbos de atividade de lazer, mas agora o complexo de atividades é evocado de uma idealização de *pessoa/turista* em vez de um *local*; em qualquer um dos casos, o *frame* básico parte de um conceito de objeto para se compor a nova ação expressa pelo neologismo.

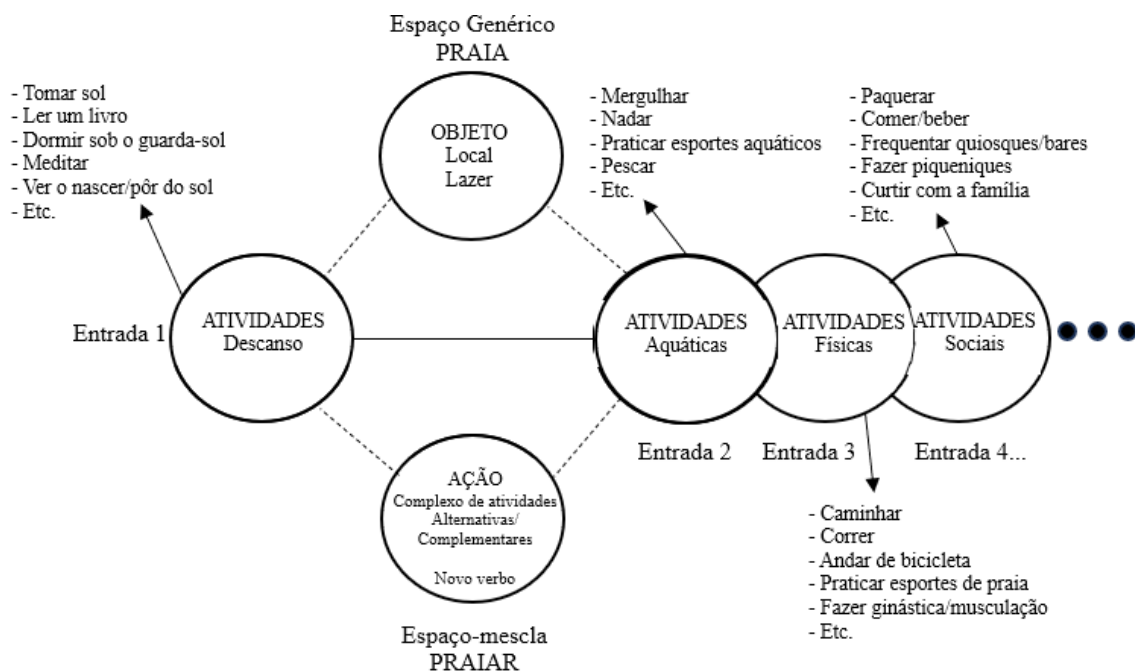
Dessa forma, os domínios dos espaços de entrada poderiam ser manifestados na mesclagem conceptual com: a) atividades culturais/históricas, como visitar museus, conhecer locais e monumentos históricos, participar de festivais e eventos tradicionais do local, experimentar a culinária local; b) atividades naturais e ao ar livre, como explorar parques naturais, conhecer praias/lagos/rios para nado, praticar atividades físicas como caminhadas e ciclismo; c) atividades de descanso e entretenimento, como participar de shows, aproveitar a vida noturna em bares/restaurantes, fazer compras nos centros comerciais do local, relaxar em praças e outros pontos turísticos. Obviamente, como em todos os outros casos apresentados aqui, as possibilidades de atividades não são exaustivas, e todas podem ser organizadas/categorizadas diferentemente, conforme o discurso. Para o caso de *turistar*, observamos inclusive que há similaridades de atividades com *noronhar* e *canastrar*, mas em uma esfera mais genérica, uma vez que o *frame* parte das práticas gerais de um *turista* ideal que pode cobrir vários locais, embora no enunciado da ocorrência haja direcionamento para se *turistar* no Brasil (considerando-se a imagem, especificamente em Pipa, no Rio Grande do Norte, o que traria noções mais específicas para o *frame*, se esta fosse uma análise multimodal). Assim, *turistar* mescla em uma única construção lexical uma rede de possibilidades de atividades irradiadas do *frame* de um conceito de objeto para compor um conceito de ação complexa.

O neologismo *praia*, mostrado na Imagem 10, também não se afasta muito do campo semântico do Turismo, como os neologismos anteriores, mas traz um *frame* mais específico com relação ao tipo de ambiente em que se pratica o lazer. Como em *noronhar* e *canastrar*, *praia* também diz respeito a um local de lazer, a praia, participando assim da construção esquemática $[[X]_{\text{OBJ LAZER}} - \text{ar}]_{\text{AÇÃO}}$ da mesma forma que as duas. O que a pessoa do tuíte diz quando assume que precisa urgentemente de *praia* é que ela precisa urgentemente fazer atividades comuns de se fazer na praia, ou seja, realizar um complexo de atividades que só são possíveis de serem inteligidas ao se conceptualizar o objeto *praia* e todos os conhecimentos enciclopédicos relacionados em seu *frame*. Percebemos também que a necessidade de *praia* (assim como *turistar*) em ter um agente, um alguém que *praia*, situa a relacionalidade da nova ação complexa

que emerge com o neologismo. Na ocorrência da Imagem 10, o *eu* expresso na desinência de *preciso* que participa da perífrase com *praiar* preenche esse papel de agentividade da ação.

Na Imagem 11, dispomos um diagrama que busca ilustrar o processo de integração conceitual em *praiar*:

Imagem 11 – Mesclagem conceitual em *praiar*



Fonte: Elaborado pelo autor.

Os espaços de entrada, estruturados aqui por quatro tipos de *frame* semânticos, são distintos entre si (como são suas atividades agrupadas), mas todos são compreendidos dentro do *frame* do conceito de objeto *praia* como atividades bem contextualizadas a esse tipo de local. Esses espaços interagem por meio do espaço genérico e mesclam-se, projetando diferentes tipos de atividades (elementos) na estrutura emergente do espaço-mescla para composição do complexo de atividades possíveis de serem expressas em uma única construção verbal, o *praiar*, que denota um conceito de ação.

Todas essas atividades que emergem no significado do espaço-mescla são conceitualizadas conforme as experiências e conhecimento enciclopédico que o falante atribui ao conceito *praia*. É importante considerar que essa seleção de atividades pode assumir caráter subjetivo que destoa do conhecimento social e prototípico. Por exemplo, se um determinado grupo de amigos se habitua a ir à praia aos sábados, no nascer do sol, praticar capoeira, depois nadar, tomar sol e beber água de coco antes de ir para casa para almoçar, a prática de capoeira, não mencionada no diagrama (assim como tantas outras atividades possíveis) participa do complexo de atividades individual desse grupo de amigos. Assim, essa atividade particular também será ativada cognitivamente nas interações do grupo quando qualquer um deles disser ao fim de uma sexta-feira “Bora praiar amanhã, né?”.

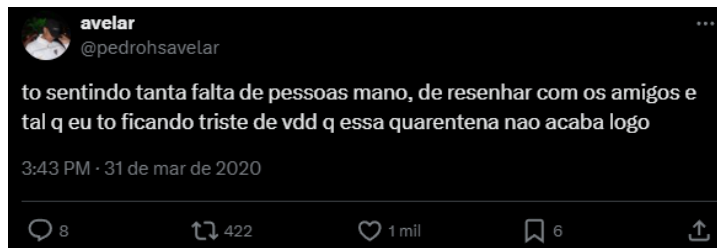
Ressalta-se assim que as atividades projetadas na mescla são: a) alternativas, ou seja, você não as realiza por completo, como um conjunto de atividades que compõe sequencialmente as fases de determinada ação; b) e complementares, podendo ser compostas umas às

outras, selecionadas com base no uso comunicativo e contextual. Temos em *praiar* então um neologismo verbal que traz em uma única construção lexical de conceito de ação a expressão de uma rede de atividades captadas do *frame* do conceito de objeto *praia*, um local de lazer.

3.2.1.4 Resenhar e Rolezar

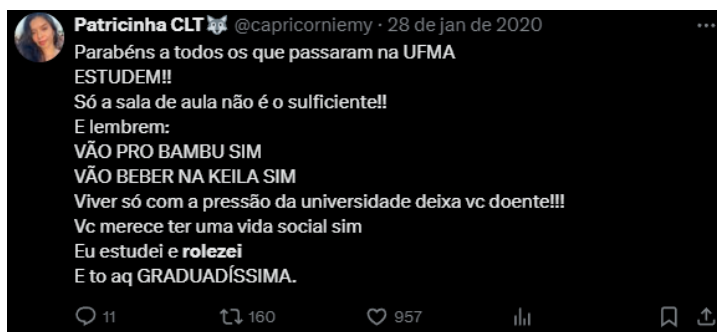
Observe os usos de *resenhar* e *rolezar* nas Imagens 12 e 13:

Imagem 12 – Resenhar



Fonte: Twitter/X

Imagem 13 – Rolezar



Fonte: Twitter/X

Nesses casos, os conceitos base de objeto são, respectivamente, *resenha* e *rolê*, ambas situações de entretenimento caracterizadas pela reunião de pessoas. Resenha, nesse sentido, refere-se ao neologismo semântico (um novo significado atribuído a uma forma antiga de palavra) que denota ocasiões festivas como churrascos, encontros de amigos e festas; é desse *frame* que emanam as atividades em mesclagem que compõem o neologismo verbal *resenhar*. O mesmo ocorre com *rolezar*, que, semelhante à expressão idiomática *dar um rolê/rolê*, ativa cognitivamente atividades relacionadas ao rolê, isto é, um tipo de passeio ou saída com objetivo de diversão. Compreende-se nesses dois dados que suas bases (*resenha*, *rolê*) já denotam por si um agrupamento formado por certas atividades. Essas bases podem ser tratadas como objeto conceptual por serem cada um conjunto de atividades, prototipicamente usado para referenciar determinada ocasião de lazer compartilhado. Dessa forma, os dois neologis-

mos instanciam a construção esquemática $[[X]_{\text{OBJ LAZER}} -\text{ar}]_{\text{AÇÃO}}$ por se tratarem de atividades evocadas do *frame* de um objeto de lazer, formando um tipo de evento social.

Na Imagem 12, quando o autor do perfil se queixa do isolamento social atribuído à pandemia do Coronavírus, sentindo falta de resenhar com os amigos, ele traz para dentro do neologismo todas as atividades de lazer relacionadas a esse evento social: beber com a galera, ouvir música, receber os amigos em sua casa em um churrasco, dançar, ir para algum bar ou ambiente descontraído para conversar e passar o tempo. Todas essas atividades restritas na época, por serem de caráter coletivo.

No tuíte da Imagem 13, a autora não só usa o neologismo *rolezei* como exemplifica atividades de lazer nele contidas a partir do modo como ela compreende o *frame* da construção em uso, com “vão pro bambu sim” e “vão beber na Keila sim”. Por mais que não conheçamos exatamente o que são Bambu e Keila nesses enunciados, é fácil de relacioná-los a tipos de rolê – provavelmente restaurantes/bares em que se pode beber (principalmente o local Keila). Ao dizer “eu estudei e rolezei e estou aqui graduadíssima”, ela assegura que foi possível conciliar suas obrigações de estudante universitária e toda a variedade de atividades sociais voltadas ao lazer sem que isso a impedisse de se formar. Nessa variedade de atividades é que reside a estrutura emergente da mesclagem conceptual, que compõe a ação complexa do neologismo verbal. Sobre a agentividade característica dos conceitos de ação, no caso de *resenhar*, a ela é marcada pela 1ª pessoa na oração relacionada “**to** [estou] sentindo tanta falta de”. Em *rolezar*, o agente manifesta-se diretamente na desinência -ei, também na primeira pessoa.

Assim, os conceitos de objetos envolvidos nesse primeiro grupo de neologismos verbais de atividades foram locais (Serra da Canastra, Fernando de Noronha, praia) pessoas (turista) e eventos sociais (rolê, resenha) relacionados a lazer, cada qual projetando, de seus determinados *frames*, conjuntos distintos de atividades com subatividades que são selecionadas para originar uma nova construção que denota uma ação complexa. *Bebemorar*, diferente dos outros casos, é uma nova ação composta de atividades mescladas e projetadas de dois *frames* de conceitos de ação (beber e comemorar) em vez de um conceito de objeto. Na próxima seção, traremos reflexões acerca dos verbos de atividades de trabalho, buscando explicá-los através das mesmas propostas de generalização.

3.2.2 Novos verbos de trabalho

3.2.2.1 Jobar e Teletrabalhar

O primeiro neologismo de atividade de trabalho, *jobar*, parece redundar em significado com a palavra vernácula do português *trabalhar*, já que a tradução mais comum para *job* seria *trabalho*. No entanto, Croft (2022) nos mostra que construções devem ser avaliadas no contexto da língua em que são usadas, e isso pode ser aplicado também a estrangeirismos ou palavras formadas a partir de um estrangeirismo, que é o nosso caso para esse dado.¹⁵ Em outras palavras, o *job* do inglês não é o *job* do português, pois mesmo que originada a partir do léxico de outra língua, a construção em uso na língua destino acaba permeada de propriedades próprias da cultura e da sociedade local, captadas no conhecimento enciclopédico dos falantes

¹⁵ Por estrangeirismo, consideramos aqui palavras de uma língua com origem no léxico de outra.

que adotam o estrangeirismo. Nesse sentido, existe algum motivo que leva o falante a usar *jobar* no lugar de *trabalhar*; acreditamos que essa motivação é compatível com nossa hipótese, e pode ser explicada pelo fato de que o falante seleciona atividades específicas para cada uma dessas duas palavras que denotam ações. Na Imagem 14, temos a ocorrência de *jobar* que é base para nossa análise:

Imagem 14 – Jobar



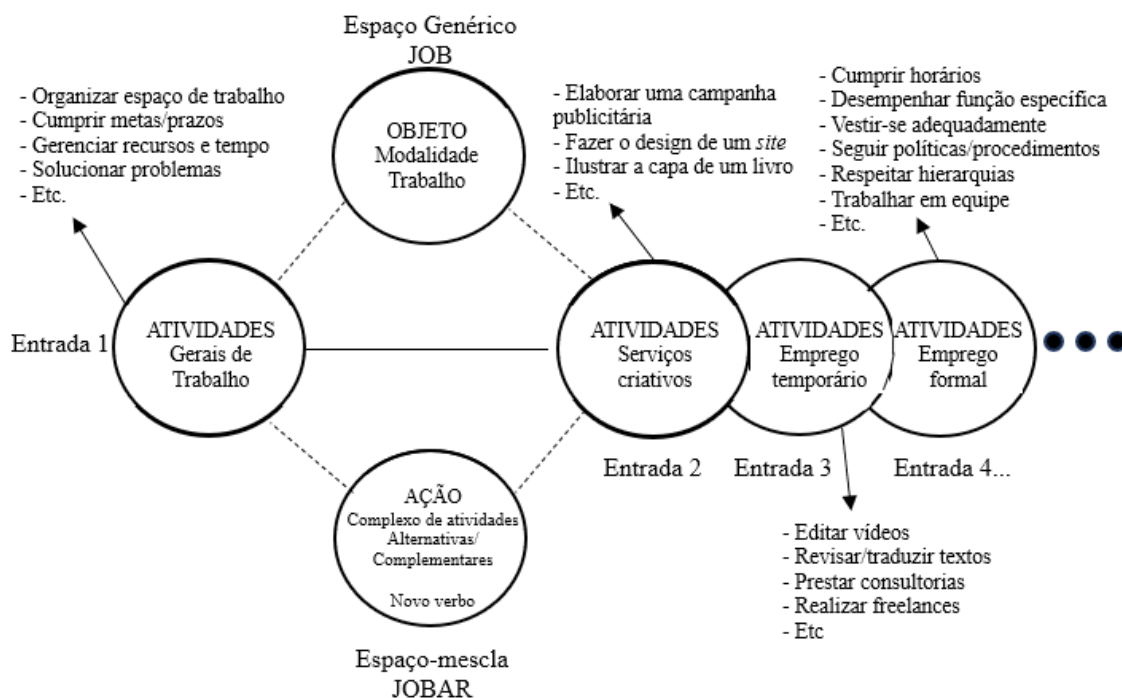
Fonte: Twitter/X

Usando uma linguagem descontraída e informal (marcada pela gíria *pah*, pela expressão *sem feeling*), o que o autor diz é que não se sente animado para fazer as atividades profissionais relacionadas ao *job*. *Job* denota um conceito abstrato de objeto relacionado a trabalho, que é compartilhado pelas atividades emanadas de seu *frame*, assim, é possível dizer que a construção *jobar* é uma instanciação da construção esquemática $[[X]_{\text{OBJ TRABALHO}} - \text{ar}]_{\text{AÇÃO}}$.¹⁶ Pode-se interpretar que o autor está desmotivado para fazer atividades relacionadas a um trabalho qualquer, porém *jobar* vai além disso. Esse neologismo expressa uma rede de atividades que compreende não só atividades da construção *trabalho*, mas diversas outras atividades pelo uso da construção *job* no contexto brasileiro.

O meio corporativo é conhecido por importar muitas palavras do inglês, principalmente em áreas como publicidade, tecnologia e finanças, o que ocorre em razão da globalização dos negócios e da cultura empresarial internacional, cuja língua de uso predominante é o inglês. Assim, a influência anglófona reflete essa tendência e permeia o léxico de outras línguas com terminologias e expressões estrangeiras, tal como em *job*, em expressões como “fazer um *job*” e criações como *jobar*. Em nossa proposta de diagrama de mesclagem conceitual para *jobar*, na Imagem 15, buscamos relacionar a rede de atividades que *job* evoca e são projetadas no neologismo verbal em questão.

¹⁶ *Job*, inclusive, não apresenta forma verbal no inglês como acontece com *work*, funcionando mais como um conceito abstrato que nomeia uma categoria de atividades profissionais do que como uma atividade em si. Por isso, a tomamos como um conceito denotativo de objeto em vez de ação.

Imagem 15 – Mesclagem conceptual em *jobar*



Fonte: Elaborado pelo autor.

A integração conceptual em *jobar* ocorre da mesma forma que especificado em diagramas anteriores, em que grupos distintos de atividades nos espaços de entrada, com subatividades como elementos, são mapeados entre si por meio do espaço genérico, em que compartilham do mesmo *frame* base de um conceito de objeto, neste caso relacionado a uma modalidade de trabalho. Essa modalidade de trabalho engloba tanto atividades gerais e de emprego formal, tradicionalmente contidas no *frame* da construção *trabalho*, quanto atividades profissionais mais pontuais e de curta duração, com presença mais relevante no *frame* da construção *job*. As atividades são então selecionadas e projetadas à estrutura emergente do espaço-mescla para compor o complexo de atividades no *frame* do neologismo verbal.

A construção novitativa que nasce deste processo, *jobar*, acaba manifestando-se como uma modalidade mais ampla que *trabalho*, por incluir tanto atividades tradicionais evocadas quando usamos a construção *trabalhar* quanto atividades próprias de modelos estrangeiros de prestação de serviço, muitas vezes representadas pela expressão “fazer um job de X” alternativamente a *jobar*. No fim, a diferença entre *trabalhar* e *jobar* parece estar na ênfase do tipo de atividade remunerada; enquanto *trabalhar* parece enfatizar empregos formais e compromisso de longo prazo com uma instituição, *jobar* parece enfatizar empregos temporários, projetos específicos e tarefas profissionais pontuais. De toda forma, essa é uma linha tênue, e a proximidade semântica das duas palavras as permitem serem usadas além dessas ênfases sugeridas, dentro do *frame* que evocam. O que podemos afirmar a partir de nossa observação é que, na ocorrência exemplificada de *jobar*, o uso do autor do tuíte seleciona e junta atividades distintas do *frame* base de objeto para serem expressas a partir de um conceito de ação.

Se em *jobar*, temos uma modalidade de trabalho mais ampla, que envolve tipos diferentes de atividades profissionais em seu *frame* base, em *teletrabalhar*, temos uma modalidade

de trabalho mais específica, motivada pelo regime de trabalho a distância que se popularizou durante a pandemia do coronavírus. O uso desse neologismo é ilustrado na Imagem 16:

Imagem 16 – Teletrabalhar



Fonte: Twitter/X

Teletrabalhar seria fazer atividades de trabalho evocadas pela modalidade teletrabalho, tanto no sentido de trabalho remoto ou ainda de trabalho através da “tela”. Na mescla desse neologismo, os grupos de atividades dos espaços de entrada seriam semelhantes aos domínios “atividades gerais de trabalho” e “atividades de emprego formal”, presentes em *jobar*, com adição de novos domínios categorizados pela modalidade de trabalho a distância. Esses domínios projetariam na mescla outras atividades características, como participar de reuniões remotas por videochamada, usar computador/celular para cumprimento de procedimentos, comunicação e organização de tarefas, entre outras. *Teletrabalho* seria o conceito de objeto (abstrato) a compor o espaço genérico comum às entradas mapeadas, para a seleção e projeção das atividades no espaço-mescla, conforme o contexto comunicativo.

O que se tem na ocorrência da Imagem 16 é uma crítica relacionada ao horário flexível característico da modalidade de trabalho remoto, em que aquele que “teletrabalha” precisa de uma delimitação clara por parte de seus empregadores que separe o horário de trabalho do espaço/tempo particular do funcionário. Esse entendimento já traz vários dos conhecimentos enciclopédicos que apontamos nos frames discutidos: relação hierárquica, cumprimento de horário, entre outros elementos, captados no complexo de atividades da nova ação *teletrabalhar*.

3.2.2.2 Performar

Os próximos neologismos de atividades de trabalho analisados replicam os processos de mesclagem conceituais explicados até aqui, logo, esses serão pontuados sem a necessidade de novos diagramas, pois se espera que aqueles já apresentados cumpriram com seu

propósito: tornar a explicação do fenômeno estudado mais didática. Seguiremos assim demonstrando como o complexo de atividades dos neologismos verbais são projetados e organizados pela mesclagem conceptual, como novas construções a instanciarem a construção esquemática $[[X]_{\text{OBJ TRABALHO}} - \text{ar}]_{\text{AÇÃO}}$.

O neologismo *Performar* é muito usado em contextos artísticos e também no meio corporativo/publicitário, como no caso de nosso exemplo, na Imagem 17:

Imagem 17 – Performar



Fonte: Youtube

O neologismo é criado a partir do anglicismo *performance*, já difundido e dicionarizado no português brasileiro, e *X-ar* para expressar nesse caso um tipo de resultado, denotando atividades relacionadas ao desempenho ou resultado de um processo. *Performance*, como um conceito de objeto abstrato, projeta de seu *frame* semântico os diferentes grupos de atividades que queremos mesclar na nova ação complexa do neologismo. Como em todos os outros neologismos analisados, *performar* necessita de um agente, porém, entre os neologismos coletados para este trabalho, é observável que *performar* foi o único cujo agente, “a campanha”, não se mostrou humano/animado. Ainda assim, o *eu* do enunciado, presente na desinência de “depois que pausei”, cumpre esses traços e está envolvido indiretamente na realização de *performar* como uma ação.

Conforme compreendemos na ocorrência da Imagem 17, no título “Campanha parou de performar depois que pausei [...]”, uma determinada campanha publicitária já não realiza atividades relacionadas a resultados positivos, como fazia antes de ser pausada por seu usuário. Em outras palavras, o desempenho da campanha parece ter sido insatisfatório com relação a atividades específicas: cumprir boas métricas em redes sociais, trazer bons resultados de venda, engajar clientes interessados em determinado produto, entre outras diversas atividades, que são evocadas principalmente pelo conhecimento enciclopédico de nível técnico da pessoa que se situa no meio publicitário.

Em casos como *performar*, o complexo de atividades relaciona-se a áreas diversas, por meio de mesclagens conceptuais com rede de escopo simples, nas quais se realiza metáfora

com atuação artística: um espaço de entrada contém elementos da atividade concreta (ex.: a execução de uma campanha publicitária) enquanto um segundo espaço de entrada contém elementos de atividade abstrata, relacionados ao resultado de atuação/apresentação artística e configura o espaço-mescla, criando na estrutura emergente uma relação como “resultado de X/show”. Processos de integração conceptual como esse fazem com que sejam possíveis construções como “O seu irmão tem performado bem lá na empresa” no uso da língua.

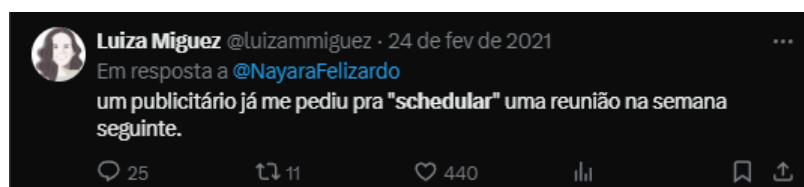
Enquanto *jobar* e *teletrabalhar* têm atividades projetadas de *frames* básicos de objetos relacionados à modalidade de trabalho, *performar* parece ter base no objeto *performance*, que é um tipo de resultado de determinado trabalho (uma atuação teatral, vendas em uma empresa, realização de uma campanha publicitária).

3.2.2.3 Scheduler e Tradar

Percebe-se que a construção neológica *performar* carrega em si especificidades técnicas e essas servem para emoldurar as possíveis atividades a serem projetadas e ativadas cognitivamente na mesclagem, como também o fazem os neologismos *scheduler* e *tradar*. No entanto, esses dois neologismos partem de conceitos de objetos denotados por construções com atividades relacionadas a procedimentos técnicos em vez de desempenho. Os neologismos *scheduler* e *tradar* têm mais dois pontos em comum válidos de destaque: eles foram criados a partir de sufixação de construções estrangeiras do inglês (*schedule* e *trade*) e ambos denotam ações procedimentais técnicas com proximidade a determinadas áreas profissionais. São construções que entram no mesmo rol de *job* quanto à sua difusão em contextos corporativos, no qual existe uma preferência pelo inglês como a língua global dos negócios.

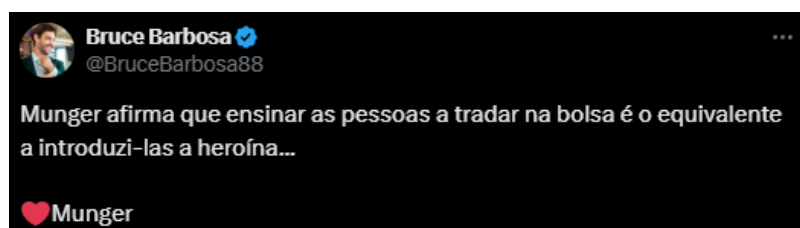
O significado de uso dessas construções no português brasileiro assume acepções aproximadas às seguintes: a) *schedule* é agenda de compromissos ou cronograma de atividades; b) *trade*, no contexto que investigamos, é uma operação de compra ou venda de produtos financeiros, como ações e criptomoedas. Assim, *scheduler* e *tradar* expressam, respectivamente, ações formadas por conjuntos atividades de trabalho relativas a um *schedule* ou ao *trade*; essas construções também estão instanciadas na construção esquemática $[[X]_{\text{OBJ. TRABALHO}} - \text{ar}]_{\text{AÇÃO}}$. Esses dois estrangeirismos denotam conceitos de objetos, que servirão de *frames* básicos para as atividades presentes nos espaços de entrada a comporem o conceito de ação complexa expressa pela forma neológica verbal. Vejamos nas Imagens 18 e 19 usos desses neologismos:

Imagem 18 – Scheduler



Fonte: Twitter/X

Imagem 19 – Tradar



Fonte: Twitter/X

Na Imagem 18, temos em *schedular* uma ação que envolve um “scheduler” (um publicitário) e algo a ser “scheduled” (uma reunião). Ainda que a construção pareça apenas ativar o mesmo complexo de atividades que *agendar* ativaria, a proximidade semântica entre as duas palavras é similar à relação entre *jobar* e *trabalhar* – *schedular* ativa cognitivamente uma rede diferenciada de atividades para compor a ação complexa, mais afins e consonantes às áreas profissionais que a adotam no discurso, como a publicidade. Os espaços mentais de entrada então são estruturados por *frames* distintos e característicos, nos quais é possível mapear elementos entre atividades genéricas que envolvem cronograma/agenda e atividades do universo publicitário, projetados tanto para o espaço genérico do objeto *schedule* quanto para o espaço-mescla, licenciando as atividades possíveis a compor a ação expressa pelo neologismo. Nesse sentido, é interessante considerar que as projeções de elementos no processo de mesclagem conceptual não são unidirecionais, movendo-se de um espaço para outro e dissipando-se em um produto. A rede de integração conceptual está mais para um circuito contínuo de eletricidade que para um encanamento. Em suma, evocam-se e mesclam-se no neologismo *schedular* toda sorte de atividades relacionadas a um *schedule*, conforme a conceptualização brasileira dessa construção estrangeira e suas adjacências advindas da experiência cultural e social.

Na Imagem 19, *tradar* manifesta-se como um conceito que necessita de uma entidade “tradadora” (as pessoas), sendo relacionada também com um local para esse tipo de procedimento (a bolsa de valores). Ensinar pessoas a *tradar* na bolsa é ensiná-las a fazer atividades profissionais relacionadas ao *trade*: das mais básicas, como comprar e vender ações de empresas, às mais complexas e técnicas, como operar uma plataforma de Home Broker para uma infinidade de transações. Não diferente de seus irmãos, esse estrangeirismo também realiza o mesmo movimento de mesclagem conceptual: 1) mapeiam-se atividades de espaços mentais de entrada distintos; 2) esses espaços estão relacionados a um espaço genérico compartilhado estruturado por um conceito de objeto; 3) selecionam-se e projetam-se atividades para o espaço-mescla, compondo um complexo de atividades de uma ação, manifestada pela criação de uma nova palavra verbal.

Em síntese, o grupo de neologismos verbais desta seção apresentou entre seus conceitos básicos de objetos formadores de novos conceitos de ação: modalidades (*job*, *teletrabalho*), resultados (*performance*) e procedimentos (*schedule* e *tradar*) relacionados a trabalho. Todos foram explicados a partir dos modelos representativos de construções esquemáticas e mesclagem conceptual propostos no início da seção, comportando-se bem como amostras de neologismos verbais que reúnem em uma única construção verbal capaz de combinar uma infinidade de atividades ativadas do *frame* semântico de trabalho.

Na próxima seção, traremos considerações gerais sobre a análise dos 12 verbos neológicos, a fim de verificar se a hipótese atende à explicação do fenômeno.

4 Algumas considerações

A partir dos neologismos verbais analisados, foi averiguada a tendência em combinar diferentes conhecimentos de nossa experiência de mundo, criando um conceito complexo de ação a partir da mescla de pelo menos dois domínios distintos contidos no *frame* de um domínio comum entre estes, ligado a um conceito de objeto. O neologismo *praiair*, por exemplo, mescla em uma única construção lexical vários grupos de atividades culturalmente captadas no *frame* semântico de Lazer, diretamente envolvidas no espaço *praia* (um conceito de objeto): atividades de descanso (tomar sol, ler um livro), atividades aquáticas (nadar, mergulhar), atividades físicas (caminhar, praticar esportes de praia), atividades sociais (paquerar, frequentar bares), entre outras. Essas atividades são captadas cognitivamente por meio de conhecimentos coletivos, compreendidos cultural e socialmente como o que se espera que seja feito em determinado contexto, e individuais, mediante particularidades advindas da experiência subjetiva do falante.

A mesclagem conceptual por rede de escopo duplo explica o fenômeno na maioria dos casos, abarcando: a) mapeamento entre grupos de atividades nos espaços de entrada; b) compartilhamento entre as entradas do *frame* semântico de um conceito de objeto, no espaço genérico; c) seleção e projeção de atividades dos espaços de entrada para a estrutura emergente do espaço-mescla; d) composição de um complexo de atividades unificadas, com combinações não presentes nas entradas, para criar um novo conceito de ação, culminante no neologismo verbal. Compreende-se que conceitos de ação já sejam por si complexos de atividades, mas o neologismo verbal mostrou-se emergir onde há uma lacuna de expressão de uma ação deste tipo, preenchendo-a partir do *frame* de objeto vinculado às atividades envolvidas.

Os *frames* de objeto envolveram locais, pessoas e eventos sociais para os neologismos verbais de lazer e modalidades, resultados e procedimentos para os neologismos verbais de trabalho, mostrando que os conceitos de objetos que motivam os neologismos não são correntes dessa classe semântica maior, mas refinamentos semânticos relativos a formas prototípicas de referência a objetos, da classe morfossintática dos substantivos/nomes.

O neologismo verbal de lazer *Bebemorar* apresentou comportamento distinto em razão de seu processo formativo, por *blend* lexical em vez de sufixação, como os outros dados, mas ainda se apresentou motivado pela mesclagem conceptual para a integração de eventos e atividades em uma nova ação. A mesclagem conceptual, inclusive, mostra-se explícita nesse dado também em aspectos morfofonológicos, com a amálgama entre as formas das construções *beber* e *comemorar*.

Em síntese, este estudo propôs-se a ressaltar a interação e integração entre processos cognitivos, processos construcionais e processos criativos por trás da emergência de novos verbos do português brasileiro, a fim de permitir novas reflexões dentro de três grandes veios teóricos de estudos linguísticos atuais.

Referências

- ALVES, I. M. *Neologismo: criação lexical*. São Paulo: Ática, 1994.
- AZEVEDO, A. M. T. de. Uma breve apresentação da Teoria dos Espaços Mentais e da Teoria da Mesclagem. In: HERMONT, A. B.; SANTO, R. S. de E.; CAVALCANTE, S. M. S. (orgs.). *Linguagem e cognição: diferentes perspectivas, de cada lugar um outro olhar*. Belo Horizonte: Ed. Puc Minas, 2010. p. 85-103.
- BIDERMAN, M. T. C. *Teoria Linguística*. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1978.
- BOULANGER, J. C. Néologie et terminologie. *Néologie en Marche*, [s.l.], v. 4, p. 9-116, 1979.
- CAVALCANTE, S. M. S.; SOUZA, A. L. Linguística cognitiva: uma breve introdução. In: HERMONT, A. B.; SANTO, R. S. de E.; CAVALCANTE, S. M. S. (orgs.). *Linguagem e cognição: diferentes perspectivas, de cada lugar um outro olhar*. Belo Horizonte: Ed. Puc Minas, 2010. p. 63-83.
- CROFT, W. *Morphosyntax: Constructions of the world's languages*. Cambridge, New York: Cambridge University Press, 2022.
- FAUCONNIER, G.; TURNER, M. Mental Spaces: conceptual integration networks In: GEERAERTS, D. (Ed.). *Cognitive Linguistics: basic readings*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2006. p. 303-372.
- FERRAZ, A. P.; LISKA, G. J. R. Pandemia e neologia em manchetes jornalísticas: criatividade lexical em foco. *Estudos Linguísticos*, São Paulo, v. 50, n. 3, p. 1047-1063, dez. 2021. Disponível em: <<https://revistas.gel.org.br/estudos-linguisticos/article/view/3055>>. Acesso em: 11 jul. 2024.
- FERREIRA, P. R. S.; AMARAL, L. L. Motivações cognitivas e funcionais para neologismos verbais do português brasileiro: a construção sextar e outras instanciações análogas. *DELTA: Documentação de estudos em linguística teórica e aplicada*, São Paulo, v. 40, n. 2, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/delta/a/kQ3ZQwvpHDbfgN8RzPdcQqN/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 26 dez. 2024.
- FILLMORE, C. J. Frame semantics. In: GEERAERTS, D. (Ed.). *Cognitive linguistics: basic readings*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2006. p. 373-400.
- FURTADO DA CUNHA, M. A.; CEZARIO, M. M. Conhecimento, criatividade e produtividade sob a perspectiva da linguística funcional centrada no uso. *Alfa*, São Paulo, v. 67, e15041, 2023. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/alfa/a/RjxqwdsJSBpcmF9JgM8fQjq/?lang=pt>>. Acesso em: 12 jul. 2024.
- GODOY, L.; PINHEIRO, D. A rede gramatical das construções com *se* no português brasileiro. *Revista Soletras*, Rio de Janeiro, n. 45, jan./abr. 2023. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/soletras/article/view/73491>>. Acesso em: 18 mar. 2025.
- GONÇALVES, C. A. *Atuais tendências em formação de palavras*. São Paulo: Contexto, 2016a.
- GONÇALVES, C. A. *Morfologia construcional: uma introdução*. São Paulo: Contexto, 2016b.
- HOFFMANN, T. Language and creativity: a construction grammar approach to linguistic creativity. *Linguistics Vanguard*, [s.l.], v. 5, n. 1, jan. 2019. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/335397298_Language_and_Creativity_A_Construction_Grammar_approach_to_linguistic_creativity>. Acesso em: 7 jan. 2024.
- HOFFMANN, T. *Construction Grammar: the structure of English*. Cambridge: Cambridge University Press, 2022a.

HOFFMANN, T. Constructionist approaches to creativity. *Yearbook of the German Cognitive Linguistics Association*, [s.l.], v. 10, n. 1, nov. 2022b. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/360943077_Constructionist_Approaches_to_Creativity/citations>. Acesso em: 12 jan. 2024.

MARTELOTTA, M. E; PALOMANES, R. Linguística cognitiva. In: MARTELOTTA, M. E. (Org.). *Manual de Linguística*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2011. p. 177-192.

SOUZA, A. L. A gramática de construções. In: HERMONT, A. B.; SANTO, R. S. de E.; CAVALCANTE, S. M. S. (Orgs.). *Linguagem e cognição: diferentes perspectivas, de cada lugar um outro olhar*. Belo Horizonte: Ed. Puc Minas, 2010. p. 125-144.

TURNER, M. *Creativity and cognition*. Minicurso realizado na Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 11 a 14 mar. 2024.